ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 170

Brasília - DF, segunda-feira, 3 de setembro de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário ... 1
Presidência da República ... 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 24
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 32
Ministério da Cultura ... 34
Ministério da Defesa ... 39
Ministério da Educação ... 40
Ministério da Fazenda ... 50
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 73
Ministério da Integração Nacional ... 73
Ministério da Justiça ... 73
Ministério da Saúde ... 76
Ministério da Segurança Pública ... 86
Ministério das Relações Exteriores ... 87
Ministério de Minas e Energia ... 87
Ministério do Desenvolvimento Social ... 91
Ministério do Esporte ... 91
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 92
Ministério do Trabalho ... 94
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 103
Ministério Público da União ... 110
Tribunal de Contas da União ... 112
Poder Judiciário ... 159
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 165

Total de páginas desta edição: ... 167

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (1) 2.877
ORIGEM : ADI - 51928 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATORA DO ACÓRDÃO
RISTF : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV.(A/S) : IAN RODRIGUES DIAS (10074/DF)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou as preliminares. No mérito, também por unanimidade, julgou improcedente a ação e declarou a constitucionalidade do inciso VII do artigo 118 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e procedente e inconstitucionais os artigos 5º e parágrafo único, 6º e 81, *caput*, da Lei Complementar nº 69, de 19 de novembro de 1990, na redação dada pelos artigos 2º, 3º e 5º da Lei Complementar nº 107, de 07 de fevereiro de 2003, ambas do Estado do Rio de Janeiro. Votou o Presidente. Em seguida, o julgamento foi suspenso por ausência de quorum constitucional. Falou pelo requerente o Dr. Wladimir Sérgio Reale. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Maurício Corrêa, Presidente, Celso de Mello e Nelson Jobim. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 06.11.2003.

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que julgava improcedente a ação em relação aos artigos remanescentes, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence e Carlos Velloso. Presidência, em exercício, do Senhor Ministro Nelson Jobim, Vice-Presidente. Plenário, 02.06.2004.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 29.09.2004.

Decisão: Após o voto-vista do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, divergindo parcialmente do Relator, no que foi acompanhado pela Senhora Ministra Cármen Lúcia e pelos Senhores Ministros Ricardo Lewandoski, Eros Grau, Carlos Britto, Cezar Peluso, Gilmar Mendes e Sepúlveda Pertence, pediu vista dos autos a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Plenário, 19.10.2006.

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu da ação direta quanto ao art. 30 da Lei Complementar 107/2003-RJ. No mérito, julgou parcialmente procedente a ação, nos termos do voto do Ministro Joaquim Barbosa, para I) declarar a constitucionalidade dos arts. 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 23, 25, 26, 28 e 29 da Lei Complementar 107/2003-RJ; do inciso VI do art. 105 da Lei Complementar 69/90-RJ, na redação dada pelo art. 15 da Lei Complementar 107/2003-RJ; e II) declarar a inconstitucionalidade dos artigos 5º e parágrafo único, 6º, e 81, *caput*, da Lei Complementar 69/90-RJ, na redação dada pelos artigos 2º, 3º e 5º da Lei Complementar 107/2003-RJ; ii) declarar a inconstitucionalidade dos incisos V e IX do art. 105 da Lei Complementar 69/90-RJ, na redação dada pelo art. 15 Lei Complementar 107/2003-RJ; iii) dar interpretação conforme a Constituição aos incisos VII e VIII do art. 105 da Lei Complementar 69/90-RJ, na redação dada pelo art. 15 Lei Complementar 107/2003-RJ, no sentido de tornar facultativa a participação dos representantes da OAB-RJ e do CRC-RJ no Conselho Superior da Fiscalização Tributária; e iv) declarar a inconstitucionalidade da expressão "*um entre os membros do Ministério Público e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - seção RJ*", constante do art. 110 da Lei Complementar 69/90-RJ, na redação dada pelo art. 19 da Lei Complementar 107/2003-RJ. Vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio (Relator), Rosa Weber e Celso de Mello, nos termos de seus votos. Redigirá o acórdão a Ministra Cármen Lúcia, Presidente (art. 38, IV, *b*, do RI/STF). Plenário, 8.3.2018.

Ementa: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR N. 69/1990, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CARREIRA DE FISCAL DE RENDA DA SECRETARIA DE FAZENDA. ALTERAÇÕES PELA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 107/2003. DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES PRIVATIVAS DOS FISCAIS DE RENDA. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA. INSERÇÃO DA EXPRESSÃO 'CONTROLE EXTERNO' EM VÁRIOS DISPOSITIVOS IMPUGNADOS POR MEIO DE EMENDA PARLAMENTAR. INOCORRÊNCIA DE AUMENTO DE DESPESA. PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTE DO PODER EXECUTIVO. INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. PARTICIPAÇÃO, AINDA, DE REPRESENTANTES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. INTERRPETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO PARA RETIRAR O CARÁTER COMPULSÓRIO DESSA PARTICIPAÇÃO. PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO INSTAURADO PELA CORREGEDORIA TRIBUTÁRIA DE CONTROLE EXTERNO. AUSÊNCIA DE USURPAÇÃO DE PRERROGATIVA DA POLÍCIA CIVIL OU DE INVASÃO DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTABELECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS DE CINCO E DEZ ANOS PARA SANÇÕES DISCIPLINARES. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTS. 5º, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, 6º, 81, CAPUT, 105, INCS. V E IX, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 69/1990, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 107/2003. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AOS INCS. VII E VIII DO ART. 105 DESSE DIPLOMA LEGAL. AÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.*

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 484, de 31 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Karla Santa Cruz Coelho.

CASA CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.006, de 30 de agosto de 2018, publicada no DOU de 31-8-2018, Seção 1, página 6, na assinatura, **onde se lê:** ELLSEU PADILHA; **leia-se:** ELISEU PADILHA.

(p/Coejo)

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 108, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO

AVISO
CIRCULOU EM 31/8/2018 A EDIÇÃO EXTRA Nº 169-A, E EM 01/9/2018, A EDIÇÃO EXTRA Nº 169-B
Também disponível no endereço: www.in.gov.br – Pesquisa Avançada

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITRO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia

Considerando a reunião do CDR, havida na data de 20 de agosto de 2018

Considerando o contido no processo nº 54000.121725/2018-05 Interessado: Associação Rural e Cultural Alexandre Gusmão - ARCAG, Assunto: Autorização para construção de galpão na área comunitária do PICAG - Brazlândia/DF.

Art. 1º Decide baseados no parecer do Senhor Assistente, autorizar a construção de galpão na área do Núcleo Rural nº 6 do antigo Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão - PICAG, Brazlândia-DF, mas que não isenta a ARCAG de solicitar aos órgãos do poder público Distrital e Federal devidos, as licenças que forem exigidas por conta de dispositivos legais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa nº 2, de 9 de agosto de 2011, que trata dos requisitos para emissão de certificados digitais para condomínios.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 9º do anexo I do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, e pelo art. 1º da Resolução nº 33, do Comitê Gestor da ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa nº 2, de 9 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Àqueles condomínios não constituídos nos termos da legislação, admite-se, para fins de comprovação de sua existência, a inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, além da Convenção Condominial e da ata da Assembleia Condominial que escolheu o Síndico, registrada em cartório." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAELO ABRITTA

DESPACHOS

Processo nº 00100.013436/2018-78
Interessado: AR ACE - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SOCORRO
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACE - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL e EMPRESARIAL DE SOCORRO, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.013591/2018-94
Interessado: AR ACE - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SOCORRO
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACE - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SOCORRO, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.013442/2018-25
Interessado: AR ACIL Limeira
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACIL - LIMEIRA, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.013425/2018-98
Interessado: AR Top Safe
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da AR TOP SAFE, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

Nome da AR: TOP SAFE

Endereço Anterior: RUA FUNCHAL, Nº 538 SALA 91, VILA OLÍMPIA, SÃO PAULO/SP

Endereço Atual: RUA AVENIDA DO CURSINO, Nº 131, SAÚDE, SÃO PAULO/SP

Processo nº 00100.013595/2018-72
Interessado: AR Associação Comercial e Empresarial de Laranjal Paulista
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE LARANJAL PAULISTA, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.013440/2018-36
Interessado: AR Associação Comercial e Empresarial de Laranjal Paulista
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE LARANJAL PAULISTA, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.013589/2018-15
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTR E AGROPECUÁRIA DE REGISTRO
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTR E AGROPECUÁRIA DE REGISTRO, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.013432/2018-90
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTR E AGROPECUÁRIA DE REGISTRO
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTR E AGROPECUÁRIA DE REGISTRO, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.013596/2018-17
Interessado: AR CERTIFICA SP
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTIFICA SP, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.013443/2018-70
Interessado: AR CERTIFICA SP
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTIFICA SP, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

RAFAELO ABRITTA
Diretor-Presidente
Substituto

DESPACHOS

Processo nº 00100.012701/2018-09
Interessado: AR CERTICONT
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da AR CERTCONT, vinculada à AC CERTSIGN MÚLTIPLA e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

NOME DA IT: CERTCONT

Endereço Anterior: AVENIDA DO IMPERADOR, Nº 3280 SALA 03, LIMOEIRO, SÃO PAULO/SP

Endereço Atual: RUA TENENTE GODOFREDO CERQUEIRA LEITE, Nº 26 SALA 02, FAZENDA DA JUTA, SÃO PAULO/SP

Processo nº 00100.012787/2018-61
Interessado: AR HASA
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da ITS YPIRANGA da AR HASA, vinculada à AC CERTSIGN MÚLTIPLA e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

NOME DA IT: YPIRANGA

Endereço Anterior: RUA SILVA BUENO, Nº 2.065 SALA 05, IPIRANGA, SÃO PAULO/SP

Endereço Atual: RUA SILVA BUENO, Nº 2.065 SALA 04, IPIRANGA, SÃO PAULO/SP

Processo nº 00100.013283/2018-69
Interessado: AR M2
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da AR M2, vinculada à AC SINCOR RFB e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

NOME DA AR: M2

Endereço Anterior: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, Nº 2081 6ª ANDAR CJ 61, JARDIM EUROPA, SÃO PAULO/SP

Endereço Atual: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA,Nº 2013 CONJ 8 A, JARDIM PAULISTANO, SÃO PAULO/SP

Processo nº 00100.013364/2018-69
Interessado: AR MALTA
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da AR MALTA, vinculada à AC BR RFB e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

NOME DA AR: MALTA

Endereço Anterior: PRAÇA MAASTRICHT, Nº 200, 2º ANDAR, SALA 211, T II, BAIRRO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL EUROVILLE, BRAGANÇA PAULISTA/SP

Endereço Atual: RUA CORONEL JOÃO LEME, Nº 460, 2º ANDAR, SALA 202, CENTRO, BRAGANÇA PAULISTA/SP

Processo nº 00100.012641/2018-16
Interessado: AR NCICERT
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da AR NCICERT, vinculada à AC DOCCLOUD RFB e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

Nome da AR: NCICERT

Endereço Anterior: RUA ANTÔNIO JUVENAL, Nº 189, VILA MATILDE, SÃO PAULO/SP

Endereço Atual: RUA CLODOMIRO AMAZONAS, Nº 1158 CONJ 16, VILA NOVA CONCEIÇÃO, SÃO PAULO/SP

Processo nº 00100.012914/2018-22
Interessado: AR NORT APERCON
Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da AR NORT APERCON, vinculada à AC BR RFB e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

Nome da AR: NORT APERCON

Endereço Anterior: AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, Nº 479, 18º ANDAR, SALA 1804, CENTRO, BELO HORIZONTE/MG

Endereço Atual: AVENIDA DOUTOR JOÃO BERALDO, Nº 408, CENTRO, POUSO ALEGRE/MG

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 00100.012910/2018-44
Interessado: AR OAB SP

Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da ITS SÃO ROQUE da AR OAB SP, vinculada à AC OAB e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

Nome da ITS: SÃO ROQUE

Endereço Anterior: AVENIDA ANTONIO DIAS BASTOS, Nº 1045, CENTRO, SÃO ROQUE/SP

Endereço Atual: RUA JOSÉ CASALI, Nº 51, JARDIM MARIA TRINDADE, SÃO ROQUE/SP

Processo nº 00100.012908/2018-75
Interessado: AR OAB SP

Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da ITS LAPA da AR OAB SP, vinculada à AC OAB e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

Nome da ITS: LAPA

Endereço Anterior: RUA AFONSO SARDINHA, Nº 13, LAPA, SÃO PAULO/SP

Endereço Atual: RUA AFONSO SARDINHA, Nº 238, LAPA, SÃO PAULO/SP

Processo nº 00100.013522/2018-81
Interessado: AR Rede Ideia

Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da IT REDE IDEIA da AR REDE IDEIA, vinculada à AC SAFEWEB CD e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

Nome da IT: REDE IDEIA

Endereço Anterior: RUA SANTOS DUMONT, N° 1500, SALA 502, FLORESTA, PORTO ALEGRE/RS

Endereço Atual: RUA SANTOS DUMONT, N° 1500, SALA 306, FLORESTA, PORTO ALEGRE/RS

Processo nº 00100.013029/2018-61
Interessado: AR PLANO DIGITAL

Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de endereço da ITS CAVALHADA - DA CAVALHADA da AR PLANO DIGITAL, vinculada à AC SAFEWEB CD e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

Nome da ITS: CAVALHADA - DA CAVALHADA

Endereço Anterior: RUA GENERAL GOES MONTEIRO - SAO FRANCISCO, 394, SALA 202 - BENTO GONCALVES/RS

Endereço Atual: AVENIDA DA CAVALHADA, N° 2370, SALA 410, CAVALHADA, PORTO ALEGRE/RS

Processo nº 00100.012620/2018-09
Interessado: AR Liberty

Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Coiceição, DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR LIBERTY, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

RAFAELO ABRITTA
Diretor-Presidente
Substituto

DESPACHOS

Processo nº 00100.011379/2018-92
Interessado: AR ATIVA

Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de alteração de nome e de endereço da AR ATIVA, vinculada à AC SOLUTI MULTIPLA e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

Nome Antigo da AR: AR ATIVA

Nome Atual da AR: AR TRIUNFO CERTIFICAÇÃO DIGITAL.

Endereço Anterior: Rua Sete de Abril, 105 - ANDAR 4 - Sala 401 - República - São Paulo/SP.

Endereço Atual: RUA CELIO DE CASTRO, Nº 777, SALA 101, FLORESTA, BELO HORIZONTE-MG.

Processo nº 99990.000702/2017-00
Interessado: AR RUBRICA DIGITAL

Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, INDEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR RUBRICA DIGITAL, vinculada a AC SOLUTI JUS, com instalação técnica localizada no Setor SCIA, Quadra 16, conjunto 10, Lote 09, Sala 109, Zona Industrial, Guará-DF.

Processo nº 00100.013585/2018-37
Interessado: AR CRI-PR

Aprovando os termos do Despacho s/n da Coordenadora-Geral de Auditoria e Fiscalização, Noara Gouvêa Conceição, DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR CRI-PR, vinculada à AC BR RFB, conforme segue:

• AR CRI-PR - AV. CAPITÃO ÍNDIO BANDEIRANTE, Nº 2379 SALA 1, CENTRO, CAMPO MOURÃO/PR

RAFAELO ABRITTA
Diretor-Presidente
Substituto

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 58, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Incorpora as Resoluções nºs 1, 3, 15, 16 e 17 de 2018 do Grupo Mercado Comum do Mercosul ao ordenamento jurídico brasileiro.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere os arts. 2º, incisos XIV e XIX, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, tendo em vista as deliberações de suas 156ª e 158ª Reuniões, realizadas, respectivamente, em 4 de junho e 31 de julho de 2018, considerando as Resoluções nºs 1, 3, 15, 16 e 17, de 2018, do Grupo Mercado Comum do Mercosul, as Decisões nº 58/10 e 26/15 do Conselho Mercado Comum do Mercosul, e a Resolução nº 125, de 15 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, resolveu, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º A Nomenclatura Comum do Mercosul e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum - TEC, de que trata o Anexo I da Resolução nº 125, de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, ficam alteradas na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Os códigos 3823.70.10, 3105.30.10 e 3105.30.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul ficam excluídos do Anexo II da Resolução nº 125, de 2016, da Câmara de Comércio Exterior.

Parágrafo único. As alíquotas correspondentes aos códigos citados no **caput**, constantes do Anexo I da Resolução nº 125, de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, deixam de ser assinaladas com o sinal gráfico "#".

Art. 3º O código 3105.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul fica incluído no Anexo II da Resolução nº 125, de 2016, da Câmara de Comércio Exterior.

Parágrafo único. A alíquota correspondente ao código citado no **caput**, constante do Anexo I da Resolução nº 125, de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, passa a ser assinalada com o sinal gráfico "#".

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2019.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê Executivo de Gestão
Substituta

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL			MODIFICAÇÃO APROVADA		
NCM	DESCRIÇÃO	TEC %	NCM	DESCRIÇÃO	TEC %
0802.22.00	-- Sem casca	6	0802.22.00	-- Sem casca	2
1212.99.10	Stevia rebaudiana (Ka'a He'ẽ)	8	1212.99.10	Estévia (Ka'a He'ẽ) (Stevia rebaudiana)	8
2707.50.00	- Outras misturas de hidrocarbonetos aromáticos que destilem (incluindo as perdas) uma fração igual ou superior a 65 %, em volume, a 250 °C, segundo o método ISO 3405 (equivalente ao método ASTM D 86)	0	2707.50	- Outras misturas de hidrocarbonetos aromáticos que destilem (incluindo as perdas) uma fração igual ou superior a 65 %, em volume, a 250 °C, segundo o método ISO 3405 (equivalente ao método ASTM D 86)	
			2707.50.10	Misturas que contenham trimetilbenzenos e etiltoluenos, como componentes majoritários	4
			2707.50.90	Outras	0
2905.17.20	Álcool Cetílico	2	2905.17.20	Álcool Cetílico	12
2916.12.20	De etila	12	2916.12.20	De etila	2
3003.90.17	Ácido retinóico (tretinoína)	0	3003.90.17	Ácido retinóico (tretinoína)	8
3004.50.60	Ácido retinóico (tretinoína)	0	3004.50.60	Ácido retinóico (tretinoína)	8
3105.30	- Hidrogeno-ortofosfato de diamônio (fosfato diamônico ou diamoniacal)		3105.30.00	- Hidrogeno-ortofosfato de diamônio (fosfato diamônico ou diamoniacal)	6
3105.30.10	Que contenha 6 mg/kg ou mais de arsênio	6	3105.30.10	SUPRIMIDO	
3105.30.90	Outros	6	3105.30.90	SUPRIMIDO	
3702.10.20	Sensibilizados em ambas as faces	14	3702.10.20	Sensibilizados em ambas as faces	2
3823.70.10	Esteárico	2	3823.70.10	Esteárico	14
3823.70.30	Outras misturas de álcoois primários alifáticos	2	3823.70.30	SUPRIMIDO	
			3823.70.40	Cetílico	14
3823.70.90	Outros	2	3823.70.90	Outros	2
5504.10.00	- De raiom viscose	12	5504.10.00	- De raiom viscose	2
8708.95.21	Bolsas infláveis para *airbags*	2	8708.95.21	Bolsas infláveis para *airbags*	18
9209.91.00	-- Partes e acessórios de pianos	16	9209.91.00	-- Partes e acessórios de pianos	2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 59, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Não aplica direito antidumping provisório às importações brasileiras de filmes, chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, biaxialmente orientados, de poli(tereftalato de etileno), de espessura igual ou superior a 5 micrômetros, e igual ou inferior a 50 micrômetros, metalizadas ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona (Filmes PET), originárias do Bareine e do Peru.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento nos arts. 3º, inciso II, e 66, inciso III, do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista a deliberação de sua 158ª reunião, realizada em 31 de julho de 2018, e o que consta dos autos do Processo nº 52272.001240/2017-81, bem como o contido na Nota Técnica nº 34/2018/COGAC/SUPROC/SEPRAC-MF, de 23 de julho de 2018, e na Nota Técnica nº 20/2018/COPOL/SUREC/SAIN-MF, de 24 de julho de 2018, resolveu, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Não se aplica direito antidumping provisório às importações brasileiras de filmes, chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, biaxialmente orientados, de poli(tereftalato de etileno), de espessura igual ou superior a 5 micrômetros, e igual ou inferior a 50 micrômetros, metalizadas ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona (Filmes PET), originárias do Bareine e do Peru, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

Art. 2º Passam a ser públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê Executivo de Gestão,
Substituta

ANEXO

RAZÕES PARA A NÃO APLICAÇÃO DO DIREITO **ANTIDUMPING** PROVISÓRIO

I - Do Produto Objeto da Resolução CAMEX

O produto objeto da resolução são os filmes, chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, biaxialmente orientados, de poli (tereftalato de etileno), de espessura igual ou superior a 5 micrômetros, e igual ou inferior a 50 micrômetros, metalizadas ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona, denominado como filmes PET.

Os filmes PET são commodities da indústria de filmes de poliéster, utilizados na indústria de conversão de embalagens flexíveis e em algumas aplicações industriais, tais como desmoldagem de telhas e isolamento de cabos elétricos e telefônicos.

No que se refere aos canais de distribuição, o produto objeto da investigação é comercializado por meio de distribuidores ou diretamente aos clientes finais no Brasil.

A matéria-prima básica para o processo de produção de filmes PET é a resina de Politereftalato de Etileno (PET) em forma de homopolímero, cuja apresentação é em chips ou flocos, obtido na indústria petroquímica secundária por polimerização de dois produtos principais: mono etileno glicol (MEG) e ácido tereftálico purificado (PTA). Do processo de fabricação pode-se obter filmes de diferentes larguras e diâmetros.

As principais consumidoras de filmes PET em sua produção são as indústrias de alimentos, de produtos líquidos e concentrados para limpeza e de produtos de higiene, saúde e beleza.

Abaixo é apresentada uma lista de produtos que utilizam filmes PET em suas embalagens:

Segmento de alimentos em geral;

Segmento de produtos líquidos e concentrados para limpeza;

Segmento de cuidado Pessoal - Higiene, Saúde e Beleza; e

Segmento de etiquetas autoadesivas e industrial.

II - Histórico de aplicações de medidas de defesa comercial às importações de filmes PET no Brasil

A partir de agosto de 2006, em função de pedidos da Terphane Ltda, as exportações para o Brasil de filmes PET de diversas origens tem sido objeto de investigações antidumping pelo Departamento de Defesa Comercial (DECOM). Por meio da Resolução CAMEX nº 40, de 3 de julho de 2008, foi encerrada a investigação que gerou a aplicação de direitos antidumping e sobre as exportações para o Brasil de filmes PET com origem na Índia e Tailândia. Na mesma data, a Resolução Camex nº 43 encerrou a investigação com a fixação de medida compensatória definitiva sobre as importações de filmes PET da Índia. Tais medidas expiraram em 4 de julho de 2013.

A Resolução CAMEX nº 14, de 29 de fevereiro de 2012 encerrou investigação que gerou aplicação de direitos antidumping sobre as exportações para o Brasil de filmes PET com origem dos Emirados Árabes Unidos (EAU), do México e da Turquia. A Resolução CAMEX nº 6, de 22 de fevereiro de 2018, prorrogou a aplicação do direito antidumping definitivo da medida supracitada, pelo prazo de cinco anos.

A Resolução CAMEX nº 46, de 21 de maio de 2015 encerrou a investigação que gerou aplicação de direito antidumping sobre as exportações para o Brasil de filmes PET com origem da China, Egito e Índia, pelo prazo de cinco anos.

A Resolução CAMEX nº 36, de 20 de abril de 2016 aplicou medidas compensatórias definitivas às exportações para o Brasil de filmes PET com origem da Índia.

Portanto, atualmente existem setes medidas de defesa comercial em vigor, sendo seis medidas antidumping e uma medida compensatória; as primeiras foram aplicadas contra as importações originárias da China, do Egito, dos Emirados Árabes Unidos, da Índia, do México e da Turquia; a segunda foi aplicada contra as importações originárias da Índia. O histórico da aplicação de medidas de defesa comercial às importações brasileiras de filmes PET está resumido na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 - Histórico das Medidas de Defesa comercial para Filmes PET

	Medidas de Defesa Comercial
Ano	**Países**
2008	Índia - Tailândia
2009	Índia - Tailândia
2010	Índia - Tailândia
2011	Índia - Tailândia
2012	Índia - Tailândia - EAU - México - Turquia
2013	Índia - Tailândia - EAU - México - Turquia
2014	EAU - México - Turquia
2015	EAU - México - Turquia - China - Egito - Índia
2016	EAU - México - Turquia - China - Egito - Índia
2017	EAU - México - Turquia - China - Egito - Índia
2018	EAU - México - Turquia - China - Egito - Índia
2019	EAU - México - Turquia - China - Egito - Índia
2020	EAU - México - Turquia - China - Egito - Índia
2021	EAU - México - Turquia - Índia
2022	EAU - México - Turquia
2023	EAU - México - Turquia

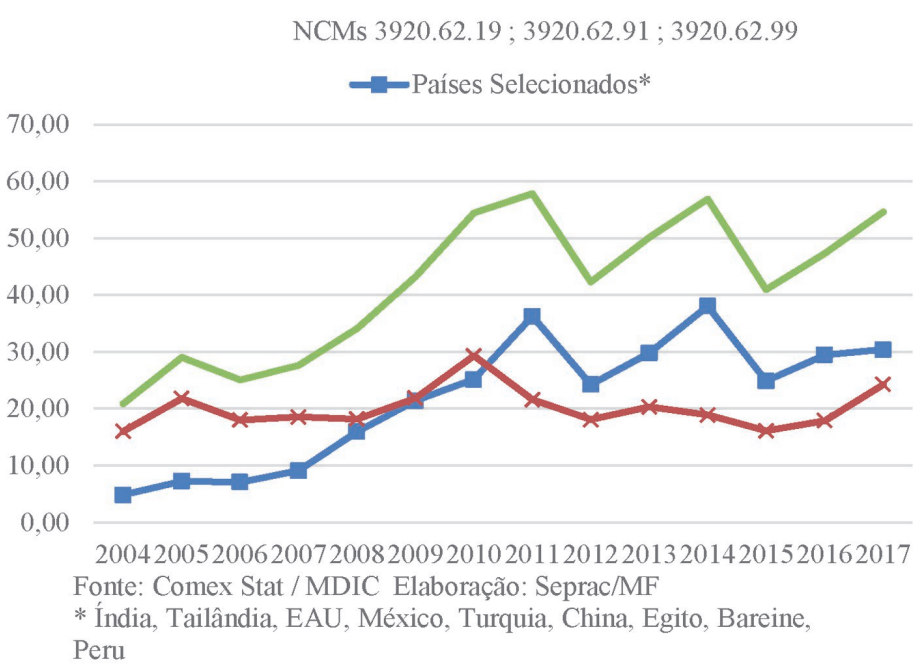
Fonte: CAMEX Elaboração: Seprac/MF

III - Situação de Abastecimento do Mercado Brasileiro de Filmes PET

A empresa peticionária Terphane Ltda é a única produtora nacional, conforme consulta realizada pelo DECOM à Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST.

Para efeito de avaliação das importações, no presente anexo foram utilizados os dados disponíveis do Comex Stat, que diferem parcialmente dos utilizados na investigação com a exclusão de parte de produtos incluídos os códigos NCM. As importações para as NCMs 3920.62.19, 3920.61.91 e 3920.62.99 apresentaram clara tendência de alta até o ano de 2011, quando atingiram o maior valor da série, com US$ 57,8 milhões. No Gráfico 1 a seguir foram destacados os países para os quais foram aplicados alguma medida de defesa comercial, assim como o Bareine e Peru, para os quais é proposta a aplicação de direito provisório. Observa-se que desde 2011, as importações desses países têm apresentado oscilações.

Gráfico 1 – Importações de Filmes PET (US$ milhões)



Fonte: Comex Stat / MDIC Elaboração: Seprac/MF
* Índia, Tailândia, EAU, México, Turquia, China, Egito, Bareine, Peru

A Tabela 2 faz uma abertura das importações dos países selecionados do Gráfico 1 acima. Em destaque na tabela as células correspondentes aos anos e países em que havia alguma medida de defesa comercial em efeito. Neste ponto, pode-se afirmar que as medidas foram eficazes no sentido de reduzir as importações com origem nos países nos quais medidas de defesa comercial foram aplicadas, com exceção da China, onde não se observou relevante alteração após aplicação de medida de defesa comercial. Com relação às oscilações observadas no Gráfico 1, com a abertura dos dados é possível visualizar a razão dessas oscilações: **sempre que uma medida de defesa comercial contra determinado país é aplicada, ocorre uma transferência de importações para outra origem**. Quando da aplicação contra Índia e Tailândia, nos anos seguintes houve crescimento das importações com origem dos EAU, México e, em menor grau, da Turquia.

Quando da aplicação sobre estes três últimos países, houve crescimento das importações com origem do Egito, em um primeiro momento, e, posteriormente, de Peru e Bareine. Quando da aplicação de medidas sobre o Egito, houve um incremento relevante das importações com origem do Peru. Destaca-se ainda, que com o término da medida aplicada sobre a Tailândia, as importações retomaram imediatamente, e neste caso específico, a Tailândia foi excluída da investigação atual pela insignificância das importações no período de dumping. Pode-se afirmar, pela leitura dos dados, que é a interferência de medidas do Governo que tem alterado a dinâmica geográfica das importações de filme PET.

Tabela 2 - Importações das NCMs 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 por países selecionados (US$)

Ano	Índia	Tai	EAU	México	Turquia	China	Egito	Bareine	Peru
2004	4.604.323	198.793	0	0	0	7.029	0	0	0
2005	7.105.081	0	0	36.574	0	100.548	0	0	0
2006	6.214.292	87.630	311.743	1.921	323.948	105.838	0	0	0
2007	8.082.123	755.522	0	22.563	0	226.324	0	0	0
2008	4.725.487	552.104	9.034.353	9.825	587.697	1.017.650	0	0	0
2009	1.369.346	219.811	8.043.936	6.269.471	4.168.308	1.334.433	0	0	0
2010	6.328.516	0	5.273.508	9.203.394	833.444	3.492.405	0	0	0
2011	11.111.447	0	4.182.835	13.798.295	691.192	6.462.304	0	0	0
2012	9.081.796	0	0	3.663.597	879.616	2.441.734	8.166.733	0	0
2013	8.295.870	0	938.425	0	350.380	3.147.304	16.014.245	0	1.052.458
2014	8.133.208	46.727	461.015	3.319	214.764	2.685.885	15.097.084	4.210.870	7.163.976
2015	3.464.252	1.168.380	276.632	14.675	491.312	2.428.156	3.942.262	4.815.926	8.252.122
2016	2.258.978	1.640.623	509.837	250.745	1.396.275	2.533.142	639	5.526.316	15.325.364
2017	2.636.185	755.566	541.981	443.050	1.180.389	2.314.038	0	5.093.648	17.439.067

Fonte: Comex Stat/MDIC Elaboração: Seprac/MF

Ademais, a alíquota do imposto de importação - II, para as três NCMs da investigação é de 16%. Cabe destacar que há Acordos de Preferências Tarifárias (APTR) celebrados entre Brasil/MERCOSUL e alguns países que reduzem a alíquota de Imposto de Importação incidente sobre as NCMs de filme PET. Dentre estes países, o Peru possui preferência tributária que reduz a alíquota para 0%.

IV - Da Avaliação Concorrencial

A defesa da concorrência é um meio para se criar uma economia eficiente e preservar o bem-estar econômico da sociedade. Em uma economia eficiente, os consumidores dispõem da maior variedade de produtos pelos menores preços possíveis. Em tal contexto, os indivíduos desfrutam de um nível máximo de bem-estar econômico.

Medidas de defesa comercial, por outro lado, em situações em que reduzem os ofertantes em um dado setor econômico, podem facilitar a adoção de condutas anticompetitivas (aumento de preços, redução da qualidade, diminuição da variedade ou redução das inovações), causando efeitos negativos sobre o bem-estar.

Para verificar se os efeitos são negativos ou positivos, faz-se necessário a avaliação do caso concreto.

Nesse sentido, tem-se no mercado de filme PET uma única ofertante, a Terphane Ltda, e já são diversas as medidas de defesa comercial existentes, que, conforme exposto acima, têm a força de fechar mercados externos fornecedores. Aplicando-se direito antidumping contra Bareine e Peru, eleva-se a possibilidade da Terphane se utilizar de poder de mercado no Brasil, caso outras origens externas não surjam.

Nesse sentido, em 2017, os países com alguma medida de defesa comercial aplicada representaram 13% das importações para as NCMs 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99. Caso seja aplicado direito antidumping provisório para Bareine e Peru, esse percentual saltaria para 54% das importações. Outras origens relevantes em 2017 foram o Uruguai, com 8,3%, e Estados Unidos, com 14,8 %. Deve-se considerar, ainda, que a Terphane Ltda possui fábricas tanto no Brasil como nos Estados Unidos, podendo exercer também poder de mercado por meio de importações daquele país.

O exercício de poder de mercado consiste no ato de uma empresa unilateralmente, ou de um grupo de empresas coordenadamente, aumentar os preços (ou reduzir quantidades), diminuir a qualidade ou a variedade dos produtos ou serviços, ou ainda, reduzir o ritmo de inovações com relação aos níveis que vigorariam sob condições de concorrência irrestrita, por um período razoável de tempo, com a finalidade de aumentar seus lucros.

Com efeito, pela análise da tabela 2 se percebe a clara substituição das origens sobretaxadas pelas origens investigadas, movimento natural e esperado em um mercado em que há grande demanda pelo produto em análise. Além disso, na análise da aplicação da medida antidumping provisória também deve ser considerada a pequena significância das origens remanescentes, com pequeno potencial exportador.

Dessa forma, não se pode olvidar os possíveis impactos anticoncorrenciais que tamanho fechamento do mercado causará. Relembre-se que a Terphane detém o monopólio nacional da produção de filmes PET. Ainda, deve ser considerado o possível risco de desabastecimento do mercado nacional.

Ademais, ao analisar o potencial exportador das demais origens com participação maior que 1% nas importações brasileiras, obtiveram-se os seguintes dados para o ano de 2017, por meio do site Trade Map:

Tabela 3 - Potencial exportador das origens remanescentes

Exportadores	Valor exportado em 2017 (mil USD)	Balança comercial em 2017 (mil USD)	Quantidade exportada em 2017 (tonelada)	Valor por tonelada (USD/ tonelada)	Participações nas exportações mundiais (%)	Distância média dos países importadores (km)
Coréia	966088	544872	200091	4828	13.3	3470
Estados Unidos	548364	-230200	92580	5923	7.5	6659
Alemanha	538172	110187	138692	3880	7.4	2286
Taipê Chinês	414038	276941	121027	3421	5.7	2847
Tailândia	182438	99432	104567	1745	2.5	4585
Itália	167931	-155685	65330	2571	2.3	2245
Uruguai	8873	7816	2166	4096	0.1	4315
Chile	8320	-11677	5048	1648	0.1	6580

Ao avaliar as opções, tem-se o seguinte:

Coreia do Sul: preço mais alto que o valor da média mundial para o ano (USD 3,451.00) e distância para o Brasil muito superior à média da distância dos países importadores (17.604 km);

Estados Unidos: balança comercial deficitária para o produto e preço mais alto que o valor da média mundial;

Alemanha, Taipé Chinês e Tailândia: distância para o Brasil muito superior à média da distância dos países importadores (9.431 km, 18.725 km e 17.102 km, respectivamente);

Itália: balança comercial deficitária para o produto;

Uruguai: baixa capacidade exportadora e preço mais alto que a média mundial; e

Chile: balança comercial deficitária para o produto.

Desta vez, a substituição das fontes de importação sujeitas à medida antidumping está restrita, tendo em vista um cenário em que já existem 6 origens sujeitas a medidas anteriores. Para além das origens com aplicação de antidumping, conforme a análise feita anteriormente, há uma restrição em relação a outros potenciais exportadores ou por uma questão de preços, ou de distância ou de saldo na balança comercial, dentre outras.

Ainda, com relação ao impacto nos preços provocado pelas medidas de defesa comercial, o mesmo não ficaria restrito ao primeiro elo da cadeia de produção (indústria consumidora), tendo em vista que os insumos produzidos a partir desse produto cuja demanda é significativamente inelástica, como as embalagens de filmes PET, têm uso bem ramificado na economia, o que tenderia a gerar aumento de preços em diversos produtos de elos posteriores na cadeia produtiva.

No que se refere às importações do produto objeto originadas do Bareine pesa ainda uma elevada tarifa externa comum (TEC) de 16%, quase duas vezes maior que a média mundial das tarifas para esse produto, de 8,4%, no ano de 2016.

Observa-se, portanto, que a medida antidumping resultará em maior poder de mercado por parte da Terphane devido a uma posição de proeminência já detida por essa empresa em virtude de: uma situação de monopólio de produção no mercado brasileiro, de 7 medidas de defesa comercial vigentes, das altas tarifas de importação e custos de transporte incidentes sobre os produtos importados.

Com vistas a analisar a probabilidade de exercício de poder de mercado unilateralmente pela empresa, ou coordenadamente por um grupo de empresas, considera-se as seguintes variáveis principais:

Importações: podem ser um remédio efetivo contra o exercício do poder de mercado, de modo que, ao serem restringidas, pode-se provocar o efeito de aumentar a probabilidade de que a empresa ou grupo de empresas exerça poder de mercado.

Entrada: caso a entrada de uma empresa no mercado seja "provável, tempestiva e suficiente", a probabilidade do exercício unilateral do poder de mercado seria anulada.

Efetividade da rivalidade: quando a rivalidade entre as empresas existentes no mercado for efetiva, considera-se também que não há probabilidade do exercício de poder de mercado.

Nesse sentido, o caso concreto do filme PET apresenta-se com: (i) uma restrição às importações de diversas origens; (ii) não há relatos ou indícios de novos entrantes, e conforme exposto neste tópico, está ocorrendo uma concentração também na cadeia a montante; (iii) há um único produtor no mercado doméstico.

Cabe neste ponto destacar a cadeia a jusante do filme PET é composto principalmente pelas embalagens, e mais especificamente, embalagens para alimentos e bebidas. A inflação captada pelo IPA-DI da Fundação Getúlio Vargas para embalagens de plástico para produtos alimentícios ou bebidas foi bem superior à observada para a Indústria de Material Plástico e para toda a Indústria de Transformação, no período de 2008 a 2017. De junho de 2008 a junho de 2018, enquanto o aumento real de "Produtos de Material Plástico" no IPA-OG foi de 8,4%, a alta das "Embalagens de Plástico para Produtos Alimentícios e Bebidas" alcançou 54,2%. Embora não se possa afirmar categoricamente que a proteção existente para os insumos da cadeia de embalagens PET, via medidas de defesa comercial, seja a responsável por essa elevação de custo, é relevante enfatizar que a teoria econômica é clara no sentido de que a existência de concorrência efetiva tem a força de reduzir preços. Ademais, custos maiores acabam por afetar o próprio setor de Alimentos e Bebidas, que juntos representaram 19,4% da Produção Industrial do país em 2017. E, segundo a Pesquisa Industrial Anual do IBGE de 2016, o setor de Alimentos contava com 38.537 empresas, empregando 1,7 milhão de pessoas, enquanto o setor de Bebidas era composto por 2.661 empresa e 172 mil pessoas ocupadas.

Finalmente, é relevante, ainda, informar acerca do Ofício nº 877/2018/CADE encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Referido ofício encaminha cópia do Voto da Conselheira Relatora por ocasião do julgamento do Ato de Concentração nº 08700.004163/2017-32. Neste voto é aprovado a venda da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PSUADE) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (CITEPE), para a o Grupo Petrotemex S.A., empresa petroquímica sediada no México. Destacamos abaixo trecho do voto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"A Resina PET: por sua vez, é o insumo para produção de Pré-formas PET, as quais são usadas para a produção de recipientes, como garrafas e frascos para refrigerantes, águas, sucos, óleos comestíveis, medicamentos, cosméticos, produtos de higiene e limpeza, entre outros fins. O PTA é o insumo mais relevante na produção de Resina, correspondente a aproximadamente 60% do seu custo de produção.

No mercado brasileiro, há produção de Resina PET por apenas duas empresas: CITEPE e M&G. Atualmente, a M&G consome PTA de PSUAPE (entre 35% a 40%) e da Petrotemex (entre 60% e 65%). A demanda total da M&G em 2016, com relação à demanda total de PTA no Brasil foi de aproximadamente 60%. O PTA relativo à linha de produção de Resina PET da CITEPE, por sua vez, é integralmente fornecido por PSUAPE, que representou 35% da demanda nacional de PTA em 2016. Há ainda consumidores de PTA pouco expressivos, que, em 2016, responderam por 5% da demanda nacional. O problema antitruste desta Operação, portanto, é o possível fechamento vertical para a M&G na compra de PTA para a produção de Resina PET, que agora será ofertada por uma única empresa (Petrotemex), com plantas no México e no Brasil."

O CADE aprovou a operação, mas recomendou que fossem eliminadas todas as medidas antidumping para importação de Resina PET da China, de Taiwan, da Índia e Indonésia, visando uma melhora no ambiente concorrencial, buscando menores preços e maior oferta no mercado doméstico.

Dessa forma, no Brasil existem duas ofertantes de Resina PET cujo principal insumo produtor vem de uma única empresa, que é também uma das ofertantes de Resina PET. Conforme já exposto acima, a Resina PET é o principal insumo para filme PET, ou seja, está se fechando os mercados da cadeia de embalagens, tendo os seus insumos medidas de defesa comercial.

É alegado que a Terphane Ltda possui capacidade produtiva para atender todo mercado nacional. Todavia, há a questão trazida pelo CADE sobre os insumos PTA e Resina PET. Segundo consulta realizada ao sítio eletrônico da Terphane Ltda ela é capaz de produzir a maior parte da resina PET de que necessita, mas, quais seriam os efeitos de uma elevação de produção ao passo que também o mercado de Resina PET encontra-se bem restrito? Entende-se haver um risco ao ambiente concorrencial se também for reduzida os ofertantes de filmes PET, afetando a cadeia de embalagens, cujos dados de inflação apresentados, já mostraram relevante elevação acima inclusive dos números da indústria plástica como um todo.

V - Conclusão

Por todo o exposto, verificou-se que:

- Existe um único produtor nacional de filme PET;

- As diversas medidas de defesa comercial já aplicadas foram efetivas em fechar o mercado de filme PET, reduzindo drasticamente ou até mesmo impedindo importações com origem nesses mercados cujas medidas de defesa comercial foram aplicadas;

- O mercado a montante, de PTA e Resina PET, também é concentrado havendo recomendação do CADE de se retirar medida de defesa comercial aplicada sobre a Resina PET, de forma a melhorar o ambiente concorrencial;

- As embalagens, mercado a jusante, tem apresentado elevação de preços bem superior à observada para a indústria de plástico e de transformação. Referidas elevações, ao final da cadeia podem impactar negativamente os setores de Alimentos e Bebidas, relevantes para produção industrial do Brasil e grandes empregadores.

Portanto, constatou-se que há risco significativo para o mercado nacional de filmes PET ser abastecido por um único ofertante, caso continue a se restringir as importações, permitindo que este exerça poder de mercado, com possível impacto negativo relevante ao setor a jusante.

Constatou-se, também, que não há indicação de urgência ou de dano que recomende a aplicação do direito provisório durante a investigação.

Dessa forma, é recomendável não seja aplicado direito antidumping provisório sobre as importações de filme PET com origem do Bareine e do Peru, considerando, inclusive, o previsto no art. 3º, inciso II, e no art. 66, inciso III, do Decreto nº 8.058/2013.

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação que menciona, na condição de Ex-tarifários.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 159ª reunião, ocorrida em 29 de agosto de 2018, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, §4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, considerando o disposto nas Decisões nº s 33/03, 39/05, 13/06, 27/06, 61/07, 58/08, 56/10, 57/10 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, nos Decretos nº 5.078, de 11 de maio de 2004, e nº 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Resolução nº 66, de 14 de agosto de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, resolveu, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Ficam alteradas para zero por cento até 30 de junho de 2020, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-Tarifários:

NCM	DESCRIÇÃO
8471.41.90	Ex 003 - Centrais de monitoramento dotadas de até 4 telas de 22 polegadas sensíveis ao toque, com imagem de alta resolução, para divulgação completa via sistemas de informações clínicas e PACS (Intesys Clinical Suite), com capacidade monitoramento de até 48 monitores ligados em rede.
8471.50.10	Ex 016 - Unidades de processamento de dados para máquinas agronômicas dotadas de porta de diagnóstico J1939, utilizadas para a transferência de dados para controlador "host" em tempo real, conectados à uma porta de diagnóstico de 9 pinos, dotados de antena interna, 2 portas CAN padrão J1939 de 250kbps até 1Mbps, processador de 80MHz, unidade de memória de 128kb RAM, capacidade de memória interna de 16GB, temperatura de operação entre -40 e 85°C, contendo unidade de entrada e de saída.
8471.60.53	Ex 003 - Dispositivos de entrada de coordenadas X-Y, do tipo mouse, com 3 botões para posicionamento e comando de rolagem, sensor óptico de precisão, cabo de conexão de 1,2m, conector USB, resolução 1.200dpi.
8471.80.00	Ex 021 - Adaptadores replicadores de porta de acesso para uso com unidades de máquinas automáticas para processamento de dados, convertem de "DisplayPort" para conexões HDMI, VGA e/ou DVI.
8471.90.90	Ex 009 - Unidades de processamento de dados, específicas para operações de diagnóstico e configuração de diferentes sistemas eletrônicos embarcados em veículos automotores, para utilização em linhas de produção de automóveis, aptas a desempenharem o diagnóstico e/ou a configuração de diferentes sistemas eletrônicos (codificação das chaves e imobilizador, controle de ignição, gerenciamento do motor, gerenciamento de "airbags", sistema de frenagem antitravamento, programa eletrônico de estabilidade, gerenciamento da transmissão, sistema de direção assistida, monitoramento de pressão dos pneus, acionamento dos vidros, teto solar, travamento de portas e movimentação dos espelhos retrovisores), com módulo de comunicação veicular VCI, leitor de códigos de barra, módulo de conexão OBDII, módulo de transmissão de dados sem fio, controlador lógico programável, impressora, transformador de potência e gabinete de montagem da estação.
8517.62.55	Ex 001 - Aparelhos para transmissão ou recepção de dados, em rede com fio, contendo 2 moduladores/demoduladores; 2 cabos de computador; 1 cabo serial de computador; 1 cabo de fibra óptica, 30m, 62,5/125MIC ST com conectores em cada extremo; programa de computador (software) para envio dos dados de ablação, com alimentação elétrica entre 100 e 240V, 50/60Hz, pressão atmosférica de funcionamento mínima 700hPa e máxima 1.050hPa.
8517.62.62	Ex 004 - Equipamentos para otimização de sistemas sem fio, multibanda e/ou multioperadora, por meio de ampliação ou extensão de sinais de radiofrequência por meio de fibra óptica, em chassis para rack de 19 polegadas, podendo comportar até 4 módulos MDBUs, os quais possuem 4 portas de entrada discretas de RF, com potência de entrada de "downlink" de +23 até +43dBm em cada porta.
8517.62.62	Ex 005 - Equipamentos para otimização de sistemas sem fio multibanda e/ou multioperadora, por meio de ampliação ou extensão de sinais de radiofrequência por meio de fibra óptica, sendo remota de alta potência, podendo comportar até 4 módulos de amplificação (faixas de frequência), com potência dotada de saída de "downlink" de +43dBm por banda.
8517.62.62	Ex 006 - Equipamentos para otimização de sistemas sem fio multibanda e/ou multioperadora por meio de ampliação ou extensão de sinais de radiofrequência por meio de fibra óptica, sendo remota de baixa potência, podendo comportar até 4 módulos de amplificação (faixas de frequência), com potência dotada de saída de "downlink" de +33 até + 37dBm por banda.
8517.70.99	Ex 033 - Triplexadores de sinais de radiofrequência, utilizados em estações base de telecomunicações (BTS) para compartilhamento de sinais de até 3 frequências simultâneas, entre 1.427 e 1.880, 1.920 e 2.170 e 2.300 e 2.700MHz, em alumínio e com elementos de conexão.
8543.70.99	Ex 151 - Interfaces de barramento CAN veicular para conexão direta com PC ou notebook via porta USB 2.0-12Mbit/s, com alimentação elétrica fornecida pela porta USB do PC, com Interface CAN configurável por "software" com taxa de transmissão de 1Mbit/s isolada eletricamente, com aquisição de dados de forma síncrona e que suporta os protocolos CCP, XCP, KWP-on-CAN e UDS.
8543.70.99	Ex 176 - Etiquetas eletrônicas de prateleira (ELS), próprias para fornecer informações relativas à venda de mercadorias, por meio de mostrador eletrônico (display) de tamanho entre 1 e 20 polegadas, com capacidade de receber e enviar dados via radiofrequência, por meio de rede sem fio, com taxa de transmissão de dados mínima de 2Mbps na banda de 2,4GHz (com protocolo de rede IEEE 802.15.4) ou na banda de 900MHz (com protocolo de rede próprio), com criptografia AES 128bits, com sensor de temperatura.
8543.70.99	Ex 177 - Etiquetas eletrônicas passivas, tipo "transponders", com identificação por radiofrequência (RFID), revestidas com uma cápsula de proteção em polímero de alta resistência, contendo internamente 1 microchip para armazenamento de dados com 1 transmissor integrado, área de leitura de até 10m e funcionamento sem utilização de fontes de energia, utilizadas no rastreamento de peças e equipamentos.
8543.70.99	Ex 178 - Máquinas para magnetizar imãs de motores elétricos, para obtenção de pulso de baixa para alta voltagem e de baixa para alta capacitância, no sentido da espessura, axial ou em outros sentidos vetoriais através de inversão automática de polaridade, tensão de 800 a 3.000V com resolução de 1V, capacitância 20.000µF, corrente de entrada 40A, saída máxima de 30kA, frequência de 50/60Hz, potência de 5,5kW.
9030.40.90	Ex 034 - Aparelhos para testes, automatizados, de interfaces de rede para analisar, configurar e gerar simultaneamente tráfego Gigabit "Ethernet" (GE) em estruturas de rede, a nível IPv4/IPv6 e VLAN, com índice máximo de ruído de 58,5dBa.
9032.89.82	Ex 010 - Medidores de temperatura multipontos, com sensores em aço inoxidável 304H, dotados de várias bainhas por elemento, cada bainha contendo vários sensores, para instalação distribuída em reatores e equipamentos de troca térmica, para monitoramento de perfis de temperatura de até 649°C.
9032.89.89	Ex 039 - Equipamentos para o controle do tempo e da pressão de pulverização de pistolas, apresentados em armários metálicos apropriados, adequados para pressões máximas de entrada de 207bar e de saída de 62bar, em temperaturas de serviço compreendidas entre -54 e -74°C, conectados via rede, dotados de: 1 ou mais módulos eletrônicos para monitorização, em tempo real, da pressão nas pistolas de pulverização, tensão de entrada de 24VDC; 1 ou mais módulos eletrônicos controladores das cargas que atuam nas pistolas de pulverização e do tempo de atraso e a duração, cada 1 deles contendo 6 alarmes de avarias e dois alarmes de reserva, adequados para correntes de 5A e tensão de 250VDC; 1 ou mais módulos eletrônicos de integração da pressão; e 1 sistema de interfaceamento desses módulos, constituídos por controlador lógico programável.
9032.89.89	Ex 040 - Equipamentos para controle automático das funções e dos movimentos de caminhões fora-de-estrada de capacidade de carga superior a 85t, dotados de uma unidade eletrônica de automação, antenas do sistema de parada e indicadores de modo e do sistema de GPS/GNSS, sensor de detecção de luz e alcance, unidades de medição de inércia (IMU), radares dedicados à unidade eletrônica de automação, e conjunto de monitoramento de pneus constituído de sensores com base magnética para instalação nas rodas e central de processamento dos dados dos sensores de roda, acompanhados de cabos e antena.

Art. 2º Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 009 e 010 do código 8443.32.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 50, de 5 de julho de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8443.32.99	Ex 009 - Máquinas de termotransferência utilizadas para impressão de cartões plásticos (PVC ou revestidos com PVC), utilizando transferência térmica de cera ou resina sólida (dye sublimation), podendo receber módulo de atualização para leitura e/ou gravação de "chip" com ou sem contato, podendo operar com embaralhamento dos dados impressos por meio das fitas tintadas doadoras de cor ao cartão, com velocidade máxima igual ou
8443.32.99	Ex 010 - Máquinas de termo transferência utilizadas para impressão de cartões plásticos (PVC ou revestidos com PVC), utilizando transferência térmica de cera ou resina sólida (dye sublimation), podendo receber módulo de atualização para leitura e/ou gravação de "chip" com ou sem contato, podendo operar com embaralhamento dos dados impressos por meio das fitas tintadas doadoras de cor ao cartão, com 1 ou 6 recipientes de alimentação de cartões, com unidade de impressão em alto e baixo relevo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê Executivo de Gestão
Substituta

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-Tarifários.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 159ª reunião, ocorrida em 29 de agosto de 2018, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e considerando o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, os Decretos nº 5.078, de 11 de maio de 2004, e nº 5.901, de 20 de setembro de 2006, e a Resolução nº 66, de 14 de agosto de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, resolveu, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Ficam alteradas para zero por cento até 30 de junho de 2020, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Capital, na condição de Ex-Tarifários:

NCM	DESCRIÇÃO
8207.30.00	Ex 028 - Matrizes intercambiáveis, fabricadas de aço rápido ou de metal duro, temperadas com tratamento superficial, com função de conformar e fixar chapas metálicas a frio e unir permanentemente as mesmas.
8403.10.90	Ex 002 - Sistemas de aquecimento de água e unidade de recuperação de CO_2, tendo como combustível o gás natural e óleo, dotados de caldeira com capacidade igual ou superior a 21.400 litros de água, potência igual ou superior a 4.800kW, pressão de trabalho de 2bar, queimador com capacidade igual ou superior a 4.652kW e eficiência de queima de 93%, pressão igual ou superior a 11mbar, estação reguladora do gás, condensador, bombas de distribuição, tanque de pressão de ar comprimido, bombas de distribuição na estufa, para uso exclusivo em estufas de vidro, com tubos e conexões de aço isolados dotados de sensor de alerta contra vazamento, suporte dos tubos e filtro magnético.
8412.29.00	Ex 018 - Motores hidráulicos de movimento orbital com válvulas de carretel, pressão de trabalho contínua máxima entre 50 e 210bar, pressão de trabalho intermitente entre 53 e 255bar, torque contínuo máximo entre 6 e 1.050Nm, torque intermitente entre 32 e 1.200Nm e velocidade máxima entre 74 e 2.600rpm, com eixo cilíndrico de 1 ou $1^1/_4$ polegadas ou 25 ou 32mm ou eixo cônico de 1:10 ou eixo estriado 14 dentes ou eixo estriado 6B, com flange com 2 furos ou flange com 4 furos ou flange de roda, com pórticos laterais ou pórticos traseiros.
8413.60.90	Ex 025 - Bombas filtros, volumétricas, rotativas, para metais líquidos, com vazão de 16 até 1.000 litros/min, dotadas de câmara filtrante em plástico polipropileno monobloco, manômetro com separador a membrana.
8413.81.00	Ex 041 - Bombas propulsoras pneumáticas autolubrificadas, de acionamento pneumático, com vazão igual ou menor que 120L/min para óleo combustíveis ou até 40kg/min graxa, baixo nível de ruído com pressão de entrada de ar de 20 a 180psi e rateio de pressão de 1:1 a 70:1, próprias para lubrificar máquinas, equipamentos, sistemas de alta vazão para lubrificação centralizada, veículos e motores com o auxílio de mangueira dotada de terminal e bico abastecedor, corpo em alumínio com sistema de inversão de ar interno blindado.
8414.10.00	Ex 041 - Bombas de vácuo secas, de palhetas rotativas com elementos de desgaste em grafite, com ou sem motor, com capacidade nominal maior ou igual a 1.200m³/h e menor ou igual a 1.680m³/h, vácuo final maior ou igual a 5hPa (mbar) e menor ou igual a 50hPa (mbar).
8414.80.19	Ex 124 - Sopradores de ar, do tipo centrífugo, de mancal magnético, para vazões superiores a 5.000m³/h de ar, para pressões até 1,4bar(g), isentos de óleo certificado pela ISO 8573 - Classe Zero, dotados de painel elétrico com inversor de frequência resfriado a água, motor elétrico síncrono trifásico resfriado a água, filtro de ar, válvula "blow-off", silenciador de válvula "blow-off", circuito de água fechado para resfriamento do motor e inversor, sensores de pressão e temperatura instalados no equipamento e conectados no IHM (interface homem máquina) sobre o "skid".
8418.69.99	Ex 055 - Máquinas para produção de frio em contêineres marítimo ou "offshore", projetadas para instalação na parte traseira dos contêineres, para operar com tensão entre 360 e 500V AC e frequência de 50 ou 60Hz, em temperaturas compreendidas entre -40°C(-40°F) até 30°C(86°F) com microprocessador para estabilidade da temperatura, registro de dados e armazenamento de ocorrências em tempo real; dotadas de compressor para fluxo de ar refrigerado, acionado por motor elétrico com fonte externa de energia, condensador para transformação do fluído gasoso para estado líquido, evaporador para troca de calor, sistema de purga, painel elétrico, quadro de controle, válvulas e tubulações de interligação, sensores de temperatura e alarmes visuais.
8419.39.00	Ex 124 - Máquinas secadoras de filmes plásticos e papéis reciclados com 2 velocidades; com caixa de redução dotada de sistema de velocidade de caixa que se altera por tipo de material reciclado; com motor principal de 131kW com diâmetro de rosca de 350mm e capacidade de produção de 500 a 900kg/h.
8419.39.00	Ex 125 - Secadores por pulverização, automáticos; temperatura de entrada de 40 a 220°C com resolução +/-1°C; temperatura de saída de 0 a 60°C; ajuste de ar de secagem 0 a 7m³/min; ajuste de pressão de pulverização 0 a 0,3MPa; faixa de vazão da bomba de envio 0 a 26ml/min; saída externa (4-20mA); termopar tipo K; mecanismo de rotação reversa de alimentação da amostra; aquecedor 2kW (até 200V) e 2,88kW (até 240V); ajuste digital de temperatura por controlador proporcional integral derivativo - PID; diâmetro do bocal de refrigeração 10,5mm; diâmetro da conexão de exaustão 50mm.
8419.39.00	Ex 126 - Secadores por pulverização, automáticos; produzem partículas finas de 40 a 100µl; amostras com tamanho mínimo de 0,5g de sólidos; evaporação da água de aproximadamente 3.000ml/h; faixa de controle de temperatura 40 a 300°C; precisão de +/-1°C para a temperatura de entrada da amostra; fluxo de secagem de ar máximo de 1,2m³/min; faixa de controle de pressão do pulverizador de ar de 0 a 600kPa; faixa de fluxo de bomba para alimentação de amostra líquida máxima de 70ml/min; controle de temperatura digital por controlador proporcional derivativo PID; termopar tipo K.
8419.40.90	Ex 009 - Máquinas automáticas de destilação para recuperação de solventes, com capacidade máxima de vazão de solvente recuperado de até 100 L/h, alimentação automática e contínua, com eliminação automática de resíduos; com tanque de destilação em aço inox Aisi 304 revestido, fundo cônico e descarga central, capacidade para 200 litros, com exclusiva tampa completa com raspadores dotados de lâmina antiestática para limpeza interna; com válvula de descarga de 3 polegadas (76mm); condensador de cobre refrigerado a ar; com CLP dedicado, trabalho mediante placa (painel) digital com microprocessador dotado de "touchscreen" de 16 caracteres, registro de parâmetros operacionais e visualização de dados de destilação durante o ciclo, mensagens para manutenção programada, alertas de notificação em caso de mau funcionamento, ciclo automático temporizado, ciclo "multisetpoint" com até 9 temperaturas de aquecimento ideal para misturas, ciclos múltiplos com acumulação e descarga final do lodo, descarga de resíduos em tambores comuns de 200 litros, função "Soak" após o descarregamento do lodo para evitar a formação de sólidos; coberturas manuais de travamento para recipientes padrão usado para coletar lodo para descarte; para operar em corrente elétrica trifásica de 400V, 50/60Hz, 14kW.
8419.50.10	Ex 038 - Trocadores de calor de duplo circuito invertido, água/óleo, dotados de: 1 conjunto de placas em aço Inox, e flanges de fixação acopladas para regulagem dos bocais d'água, totalmente brasadas com cobre, suportando pressão de água de 2bar e óleo maior ou igual a 16bar, especialmente desenvolvidos para aplicação em transmissões automáticas dotadas de freio hidrodinâmico "retarder", incorporado com capacidade de dissipação de 125kW, e fluxo de água mínimo de 130L/min a 1.000rpm, utilizados em veículos comerciais.
8419.50.90	Ex 010 - Trocadores de calor verticais, de 3 estágios em corpo único, tipo casco-tubos, com altura entre 30 e 37m, e 3,9m de diâmetro, com peso aproximado de 413t, para resfriamento do efluente dos reatores de planta de monômero de estireno, com temperatura máxima de 638°C do lado do casco e 649°C do lado dos tubos, dotados de casco fabricado de aço inox e liga de níquel no primeiro estágio e aço carbono no segundo e terceiro estágios.
8419.81.90	Ex 061 - Chapas para o preparo de carne de hambúrguer, com resistências elétricas, dispositivo de compressão pneumática, cozimento simultâneo das 2 faces da carne, platen com nivelamento automático e reconhecimento de produto, controle e monitoramento de temperatura, capacidade máxima para cozimento de 8 carnes de hambúrguer, com potência elétrica de 7kW, temperatura de operação compreendida de 66°C a 232°C com tolerância de 1°C.
8419.81.90	Ex 062 - Chapas para o preparo de carne de hambúrguer, com resistências elétricas, dispositivo de compressão pneumática, cozimento simultâneo das 2 faces da carne, 2 ou 3 platens com nivelamento automático e reconhecimento de produto, controles individuais de cozimento, capacidade máxima para cozimento de 8 carnes de hambúrguer por platen, com potência elétrica de 13kW ou 19kW, temperatura de operação compreendida de 66 e 232°C com tolerância de 1°C.
8419.89.99	Ex 120 - Combinações de máquinas para resfriamento de clínquer com capacidade de 6.500t/dia, com temperatura na alimentação até 1.400ºC e temperatura na descarga mínima de 85ºC, compostas de: resfriador de clínquer; sistema de vedação pneumática incluindo ventilador; sistema de acionamento com unidade hidráulica; britador de clínquer; conjunto de ventilação para arrefecimento; sistema de injeção de água, conjunto de sopradores; trocador de calor; ventiladores; sistema de despoeiramento; transportador de arrasto por correntes; válvulas rotativas; sistema de medição de fluxo; válvulas borboleta motorizadas; elevador de caçambas e monovias.
8419.89.99	Ex 232 - Máquinas automáticas de redução de resíduos hospitalares potencialmente infectados, dotadas de câmara de esterilização com capacidade de processar 12 ou 60 litros por ciclo, que opera a uma temperatura de até 150°C, redução dos resíduos de até 90%, com consumo máximo de 3kWh, em ciclos médios de 55 minutos, densidade média dos resíduos de 0,20 - 0,25kg/m², controlador lógico programável (CLP), "display" sensível ao toque (touchscreen).
8419.90.90	Ex 011 - Módulos emissores de ondas de calor, no padrão infravermelho, do equipamento para transferência de energia, utilizados em processos de secagem de papel, dotados de sistema de geração de ondas, tubo misturador de gás e ar, podendo ser constituídos por aço inox, cerâmica ou fibra cerâmica com emissor: "standard", eletrodo ignitor ou eletrodo detector.
8420.91.00	Ex 007 - Cilindros construídos em aço fundido para moinho laminador de massa alimentícia, com diâmetro de 500mm e comprimento total de 1.760mm, retificados com grau de rugosidade entre 180 e 200 micrômetros para a aplicação do acabamento em cromo duro com polimento sanitário, com grau final de rugosidade menor ou igual a 0,2 micrômetros; com tolerância de excentricidade indicada total de 0,005mm; com circuitos internos de refrigeração.
8421.19.90	Ex 062 - Centrífugas clarificadoras para separação mecânica de partículas de casca de frutas cítricas em solução alcoólica, design para trabalhar com alimentação de até 60m³/h, rotação de 4.800rpm atingindo até 9.000 vezes a força da gravidade, alta taxa de remoção de sólidos (até 2,5m³/h de sólidos removidos), fabricadas com vedação estanque, para trabalho com pressurização por nitrogênio, controle contínuo de descarga, permitindo sólidos

	substancialmente secos na saída evitando desgaste prematuro de partes em contato com o produto, motor de 55kW, 400Vac com controle de velocidade por inversor de frequência, controle de temperatura, vibração e vazão de óleo, bocais para purga de nitrogênio e medição da concentração de oxigênio no interior do equipamento.
8421.19.90	Ex 063 - Centrífugas decanter, horizontais, para separação de sólidos de casca de frutas cítricas provenientes de processo de lavagem, fabricadas em aço INOX 316 em design sanitário, com sistema de autodesligamento para altas temperaturas, sistema à prova de explosão, sistema antichama, com painel de operação local e painel remoto, motor de rosca de 5,6 a 11kW e motor de tambor de 19 a 30kW para tensão de 460/380Vac, dotadas de inversores de frequência, vedações especiais para restringir passagem de ar ao redor das conexões rotativas e tubos de alimentação (estaqueamento), com válvulas para alimentação de nitrogênio e saída de exaustão.
8421.19.90	Ex 064 - Centrifugas separadoras/concentradoras hidro-herméticos sem selos mecânicos, para laticínios, próprias para realizar concentração contínua de massa fermentada para queijo fresco com teor de gordura máximo de 3,5%, por meio de bicos instalados na periferia do tambor, produzindo também: iogurte grego com até 18% de matéria seca, queijo fresco com até 18% de matéria seca, "cream cheese" com até 27% de matéria seca, "labneh" com até 24% de matéria seca, capacidade de produção de 160 a 3.000kg/h dependendo do produto a ser processado e tamanho do tambor, temperatura de separação de 20 a 42°C, potência de 4 a 45kW de acordo com o tamanho do tambor, acionamento por coroa e pinhão ou correia plana, projetadas com design sanitário com conexões de ar estéril no capuz para limpeza CIP (clean in place) realizando limpeza química, mecânica e térmica sem a necessidade de desmontagem da máquina, garantindo assim a segurança alimentar do processo, operando com sistema de alimentação de leite e remoção de soro hidro-hermeticamente selado, acionado por bomba centrípeta, controladas por CLP.
8421.21.00	Ex 060 - Equipamentos cilíndricos verticais fabricados em fibra de vidro (poly glass), para o sistema de controle do fluxo em operações de filtração e abrandamento de águas residenciais e comerciais, dotados ou não de tampas redutoras, tampas fechadas, válvulas de controle e crepinas (distribuidores/agitadores) para uniformização de água dentro dos equipamentos, com revestimento interno em polietileno em alta densidade, altura do equipamento com base de 1.641mm (64,6 polegadas), capacidade de armazenamento de 154 a 185 litros, pressão máxima de operação 150psi, com bocal rosqueado de 2,5 polegadas, e temperatura máxima de operação de 48,8°C.
8421.21.00	Ex 063 - Equipamentos cilíndricos verticais fabricados em fibra de vidro (poly glass), para o sistema de controle do fluxo em operações de filtração e abrandamento de águas residenciais e comerciais, dotados ou não de tampas redutoras, tampas fechadas, válvulas de controle e crepinas (distribuidoras/agitadores) para uniformização de água dentro dos equipamentos, com revestimento interno em polietileno em alta densidade, altura do equipamento com base de 478mm (18,8 polegadas) a 1.387mm (54,6 polegadas), capacidade de armazenamento de 12 a 104 litros, pressão máxima de operação 150psi, com bocal rosqueado de 2,5 polegadas, e temperatura máxima de operação de 48,8°C.
8421.29.20	Ex 003 - Combinações de máquinas para dessalinização de água do mar por osmose reversa para produção de água potável e industrial, por múltiplos estágios de filtração, por meio de membranas semipermeáveis, compostas de: filtros para retirada dos detritos da água; bomba de transferência de água, recuperador de energia, sistema de limpeza, sistema de dosagem de produtos químicos e painel de energia e controle, montadas em "skid", com capacidade de produção de 24 a 888m^3/dia.
8421.29.90	Ex 124 - Desaguadores compactos de lodo para estações de tratamento de água (ETA), de esgoto (ETE) e de efluentes industriais (ETEI), utilizando parafuso e anéis de filtração (fixos e móveis), com vazão de matéria seca compreendida entre 240 e 360kg/h, em concentrações de entrada de até 0,2% e mínimo de 20% de sólidos secos (considerando a concentração de sólidos voláteis no lodo úmido de até 80%) e taxa de captura de sólidos superior a 95%.
8421.29.90	Ex 125 - Filtros para líquidos, tipo cesto, fabricados em Alloy C-22, com carcaça de fibra de vidro, para contenção de partículas físicas indesejadas e com alta resistência ao fluxo de líquidos que contém halogênios, fluoretos, cloretos, com 20 polegadas de diâmetro, para instalação na entrada da bomba plástica centrífuga da linha de produção de ácido sulfúrico.
8421.29.90	Ex 126 - Módulos de ultrafiltração para tratamento de água e efluentes, de origem doméstica ou industrial, com exposição máxima ao cloro de até 1.000.000mg.h/l, área nominal de filtração de 40m^2, faixa de temperatura operacional entre 0 e 40°C, sentido do fluxo de filtração de fora para dentro e operação submersa com pressão transmembrana de +75 até -110kPA, dotados de membranas de fibras ocas de fluoreto de polivinilideno (PVDF) com tamanho nominal de poro de 0,04micrômetros, dispositivo para introdução de ar no módulo e saída de filtrado, tubo para condução do ar, dispositivo de armazenagem do ar para geração de pulsos irregulares e conjunto de elementos para montagem e conexão do módulo.
8422.30.10	Ex 083 - Combinações de máquinas para encapsular frascos de medicamentos, com capacidade de produção de 18.000 (ALU) a 236.000 (PVC) peças/h, com área máxima de conformação de 160 x 250mm, compostas de: câmeras para detecção de rejeição; servomotor; 1 conjunto de seladores a quente e estação de puncionamento enclausurados; alarme de detecção contra fragmentos de pvc/ptp; controlados por CLP.
8422.30.21	Ex 080 - Combinações de máquinas para ensacamento de ácido cítrico anidro e ácido cítrico monohidratado, compostas de 2 linhas de empacotamento: uma linha automática para sacos de 25kg, com capacidade de até 100sacos/h, dotada de unidade de inspeção; unidade de pesagem automática equipada com balança eletrônica de pesagem dupla e plataforma acesso; unidade de ensacamento automática equipada com silo pulmão, máquina de empacotamento do tipo braço oscilante, máquinas modeladoras e de selagem interna, máquina de costura para selagem externa, sistema de vácuo, transportadores e chutador; unidade de detecção de sacaria equipada com transportador para achatamento/modelagem, detector de metais, balança eletrônica de reinspeção, classificador, transportadores, impressora de numeração de lotes, sistema de coleta de pó; sistemas de controle, distribuidores de energia elétrica, e periféricos de instalação, como válvulas pneumáticas e manuais; e uma linha semiautomática para 5big bags/h com peso entre 500 e 1.000kg, dotada de silo pulmão, máquina de alimentação de produto, detector de metais, plataforma de suporte, balança eletrônica, transportadores, plataforma de operação, sistema de coleta de pó e defletor de empilhadeira.
8422.30.29	Ex 434 - Combinações de máquinas para lavagem, esterilização e envase de ampolas de vidro nos formatos 5 e 10ml, com capacidade de produção de 20.000 e 16.000ampolas/h, respectivamente, compostas de: 1 lavadora de ampolas, para 5 e 10ml, dotada de 8 estações; 1 túnel de esterilização, fluxo linear com temperatura máxima de 350°C, constituído de 3 zonas: alimentação, aquecimento e resfriamento; 1 envasadora, com fluxo de produção linear, dotada de fluxo laminar, fechamento de ampolas com chama GLP combustível, 8 bombas de enchimento com controle de volume ajustável via HMI, com tela HMI com 4 níveis de senhas.
8422.30.29	Ex 435 - Combinações de máquinas para lavagem, esterilização e envase de ampolas de vidro nos formatos 1,5 e 2ml, com capacidade de produção de 24.000ampolas/h, compostas de: 1 lavadora de ampolas, para 1,5 e 2ml, dotada de 8 estações, 1 túnel de esterilização, fluxo linear com temperatura máxima de 350°C, constituído de 3 zonas: alimentação, aquecimento e resfriamento; 1 envasadora, com fluxo de produção linear, dotada de fluxo laminar, fechamento de ampolas com chama GLP combustível, 8 bombas de enchimento com controle de volume ajustável via HMI, com tela HMI com 4 níveis de senhas.
8422.30.29	Ex 436 - Máquinas envasadoras verticais automáticas, para formar, encher e selar saches de 4 soldas, com capacidade de saída de 4.000sachês/min, em material termoselável, com 5 motores sem escovas: película, mordentes, dosador, faca de corte transversal e guilhotina transversal; 10 pistas para tempero, para bobinas com larguras até 1.200mm (largura de selagem 600mm) e diâmetro 600mm, controladas por meio de servomotor tipo "motion controller", dotadas de: servosistemas de dosagem, sistema de construção modular BPMBS, desbobinador automático e motorizado, registro de impressão automático, centragem automática das bobinas, detecção das uniões das bobinas, entalhe no sachê, dispositivos de perfuração transversais e/ou longitudinais, com controlador lógico programável (CLP) com sistema de acesso remoto.
8422.30.29	Ex 437 - Máquinas rotativas eletrônicas, que operam com até 24 posições indexadas, para o envase de produtos em latas tipo aerossol com diâmetro máximo igual ou superior a 66mm, com capacidade de produção máxima igual ou superior a 4.800latas/h, com motor sem escova, com colocador de esfera no interior da lata, com unidade de enchimento programável, com medição ajustável da quantidade de produto a ser envasado em cada lata, com unidade de inserção de válvula, com alimentador rotativo e transportador de válvulas, com unidade para recravação das válvulas, com unidade para injeção de gás propelente no interior da lata, com estrutura de proteção para o operador, com sistema ATEX, com indicador e identificador de anomalia no painel de controle com tela de toque (touchscreen) e com sistema que interrompe o funcionamento da máquina, com controlador lógico programável (CLP).
8422.30.29	Ex 438 - Máquinas móveis para envase de bebidas em latas de 350 a 473ml, com velocidade de produção entre 15 e 50 latas de 355ml/min, dotadas de unidades de alimentação entre 1 e 5 bicos, com processo de dupla face para injeção de CO_2 e enchimento de bebida, com mecanismo de controle automático de volume; fechamento das latas em sistema de ciclo fechado "closed loop system" para diminuição da captação de O_2; selagem das tampas por 1 gatilho acionado pneumaticamente "can-driver"; dispositivos elétricos, hidráulicos e painel de controle com tela sensível ao toque "touchscreen".
8422.30.29	Ex 439 - Combinações de máquinas para aplicação de atuadores em latas de desodorante em aerossol, com capacidade de até 550atuadores/min, compostas de elevador para alimentação, posicionador com disco rotativo horizontal, transportador e colocadora automática de atuadores.
8422.30.29	Ex 440 - Máquinas automáticas para aplicação de tampas plásticas em embalagens "flow pack" de lenços umedecidos dobrados e interfolhados, com velocidade máxima de trabalho de até 75pacotes/min, dotadas de: 1 unidade de abastecimento de tampas; 2 unidades de aplicação automática de etiquetas; 1 unidade de supervisão por câmera para direcionar o posicionamento das tampas nospacotes; 1 robô para aplicação de tampas nas embalagens; 1 unidade de aplicação de adesivo quente para a fixação de tampas nospacotes; painel elétrico com controlador lógico programável (CLP) e painel de comando com interface homem-máquina (IHM).
8422.40.90	Ex 765 - Combinações de máquinas automáticas, servomotorizadas, integradas, para alimentar, cortar e embalar especificamente biscoitos tipo "wafer" em pacotes "flowpack", com dimensões mínimas de 81 x 48 x 19mm e máximas de 200 x 85 x 22mm, com velocidade máxima de 300 pacotes/min, compostas de: 2 esteiras transportadoras de interface para receber as placas de "wafer", sendo uma de movimento contínuo e outra de movimento intermitente; 1 dispositivo de transferência das placas à 90graus; esteiras transportadoras de acúmulo de produtos com fotocélulas de carga mínima, média e máxima para controle de fluxo e ajuste de velocidade de embalagem; 2 dispositivos de transferência lateral com posição intermediária; dispositivo para cortar o produto em tiras e introduzi-lo na corrente com empurradores em 4 posições, simultaneamente; e embaladora "flowpack".
8422.40.90	Ex 766 - Máquinas automáticas para agrupamento e encaixotamento de pacotes de especiarias de peso compreendido de 3 a 80g, dos tipos "Bottom folded pouch" e "Flat pouch", em caixas de papelão tipo "Wrap Around" de dimensões máximas de 600 x 400 x 350mm, com capacidade máxima de 33caixas/min, dotadas de controlador lógico programável (CLP), tela sensível ao toque, estação automática de armação e alimentação de caixas (magazine) de comprimento útil de 1.000mm com dispositivo "pick-and-place" de alavanca com 2 manipuladores acionados por motor sem escova "brushless", trabalhando por meio de ventosas e dispositivo de vácuo, esteira central de transporte de caixas com 4 correntes paralelas com arrastadores acionado por 1 servomotor, guias laterais e unidades de dobra das caixas por abas internas e externas com fechamento da feito por

	cola quente aplicada através de coleiro por mangueiras e bicos, transportador de saída com roletes livres para as caixas fechadas, alimentação elétrica da máquina de 380V, 60Hz, alimentação pneumática de 6bar, acionadas por servomotores independentes dotados de carregadores com esteira eletrônica vertical com berços e alimentador automático de divisórias internas, estrutura e proteções de segurança com ajuste de altura, dispositivo elétrico incorporado, indicadores e avisos de emergência, dispositivo "quick unlocking system" para troca rápida de formatos sem o uso de ferramentas e esteira transportadora de entrada de 2 pistas com estrutura de unificação.
8422.40.90	Ex 767 - Máquinas para aplicação de selo fiscal nas carteiras de cigarros, envolvê-las com filme polipropileno e aplicação do fitilho, com capacidade para 600carteiras/min, carga conectada de ar comprimido de 6bar, consumo de ar comprimido de 1m³/h e frequência principal de 60Hz.
8422.40.90	Ex 768 - Máquinas para empacotamento de carteiras de cigarros, com velocidade de até 60 pacotes com 10 carteiras, por minuto, carga conectada de ar comprimido de 6bar, pressão de operação de 0,6bar negativos e frequência principal de 60Hz.
8422.40.90	Ex 769 - Máquinas de encarteirar cigarros com capacidade de até 600carteiras/min, carga conectada de ar comprimido de 6bar, consumo de ar comprimido de 12m³/h, pressão de operação de 0,6mbar negativo e frequência principal de 60Hz.
8422.40.90	Ex 770 - Máquinas para aplicação de cupom no interior da carteira de cigarros, com capacidade para aplicar 600cupons/min, carga conectada elétrica de 4kW, alimentação trifásica de 380V e frequência principal de 60Hz.
8422.40.90	Ex 771 - Máquinas para encaixotamento de pacotes de carteiras de cigarros em caixas com 50unid e capacidade de produção máxima de 5caixas/min, carga elétrica conectada de 2,5kW, alimentação trifásica de 380V e frequência principal de 60Hz.
8422.40.90	Ex 772 - Máquinas automáticas para comprimir e unitizar pilhas de pacotes de caixas de papelão desmontadas, com 3 ou mais cabeçotes de cintagem, para cargas com largura máxima maior ou igual a 2.480mm, altura máxima maior ou igual a 2.430mm, com tensão de compressão maior ou igual a 30.000N.
8422.40.90	Ex 773 - Máquinas automáticas para alinhar e cintar, com fita plástica, pacotes de caixas de papelão desmontadas, aptas para trabalhar individualmente ou em dupla, com velocidade de produção máxima igual a 24pacotes/min (operando individualmente), e velocidade de produção máxima igual a 36pacotes/min (operando em dupla).
8422.40.90	Ex 775 - Máquinas para alinhar e cintar, com fita plástica, pacotes de caixas de papelão desmontadas, velocidade de produção máxima igual a 20pacotes/min (variável em função das dimensões e características de cintagem), para o processamento de pacotes com dimensões máximas iguais a 1.600 x 400 x 1.600mm (L x A x C), com mesa de alimentação com sopro de ar e placa esquadrejadora.
8423.30.19	Ex 007 - Sistemas de dosagem gravimétrica contínua para líquido com viscosidade compreendida entre 1 e 4mPas a temperatura de 25°C, para alimentação do processo de extrusão de materiais termoplásticos, dotados de dosador gravimétrico tipo "loss-in-weight" com bomba para líquidos, tipo diafragma de deslocamento positivo, e vazão compreendida entre 4,6 e 106,4L/h, contendo tanque cilíndrico com capacidade de 76 litros, sistema de pesagem com uma célula de carga digital com resolução de 1:4.000.000, módulo de controle de acionamento e de pesagem, com duplo "loop", filtragem digital de peso com sensor de velocidade, termômetro, tanque com agitador e serpentina para resfriamento do material, com recarga manual e 2 ponto de entrada para nitrogênio.
8423.81.90	Ex 005 - Aparelhos automáticos verificadores de excesso ou deficiência de peso em relação a 1 padrão (Checkweigher) de alta performance, de controle dinâmico, com capacidade de pesagem entre 750 e 7.500g e divisão mínima maior ou igual a 0,1g, possuindo rendimento máximo de pesagem de até 250produtos/min, com ou sem transportadores de entrada e saída, dotados de: transportador de pesagem, célula de carga com tecnologia EMFR, estrutura em aço inoxidável, cabine de controle com sistema integrado, "display" colorido "touchscreen" TFT de 10,4polegadas, memória para parâmetros de até 400 produtos distintos, e dispositivo de rejeição automático por sopro de ar, pistão pneumático ou outro sistema rejeitador.
8424.30.10	Ex 052 - Máquinas de limpeza de escovação direta por jato de água, para limpeza de módulos fotovoltaicos de energia solar, motor hídrico pressurizado com água em alta pressão acima de 130bar, com filtro fino de 5 mícron.
8424.89.90	Ex 190 - Máquinas de pintura por conjunto triplo rotativo dotado de 12 a 16 cabeçotes para aplicação de cores, com troca rápida das mesmas, com simultânea lavação de circuitos entre as programações de pinturas em madeiras, sintéticos e couro, com economizador de tintas, com passo de 6mm, com controle lógico programável para proporcionar controle e gestão de salva energia de todo circuito de trabalho.
8424.89.90	Ex 330 - Máquinas automáticas para aplicação de antiaderente à base de sílica no interior de bandagens cruas de pneus de borracha, dos tipos utilizados em ônibus e caminhões, com diâmetro compreendido entre 16 e 24,5 polegadas, raio entre 193 e 675mm, largura entre 15 e 500mm e peso entre 0,5 e 200kg, com capacidade de aplicação de até 3.600bandagens/dia, dotadas de: 1 mesa de caixa de esfera, para transferência da bandagem até a unidade de pulverização; 1 unidade de pulverização com 5 eixos de movimentação, para aplicação de antiaderente na parte interna da bandagem, 1 posto de inspeção de qualidade; armário elétrico, armário pneumático e painel de interface homem-máquina (IHM).
8424.89.90	Ex 331 - Máquinas de injeção de nitrogênio para inertizar latas em níveis de oxigênio menores do que 1%, com capacidade de injeção de nitrogênio de 283,17m³/h e de operação de 200 a 350latas/min, dotadas de: túnel hermético, injetores de nitrogênio e sistema de exaustão, com capacidade de expelir gases em até 8.495m³/h; controles de pressão e vazão com válvulas controladoras e tubulações em aço inoxidável; esteira para o transporte de latas com altura compreendida entre 87 e 272mm e peso compreendido entre 87 e 152g; motor elétrico trifásico de 380VAC e 60Hz; sensores fotoelétricos, retroflectivos, de proximidade e para desligamento de segurança.
8424.89.90	Ex 332 - Máquinas automáticas de pintura por pulverização, dotadas de 1 ou mais braços oscilantes reciprocadores com controle eletrônico, controlado por 1 controlador lógico programável (CLP), cada braço contém 1 ou mais pistolas, com ou sem sistema de alimentação automático, peças com tamanho máximo de 3.000mm de largura, com velocidade de avanço de até 6m/min, com ou sem sistema de leitura capaz de detectar a largura e comprimento das peças através de fotocélulas.
8424.89.90	Ex 333 - Máquinas automáticas para pintura por meio de sistema de cortina, que cria uma cascata uniforme de revestimento perpendicular à direção de deslocamento do substrato; substratos com bordas retas ou ligeiramente arredondadas, com altura ajustável da mesa de trabalho 900 +/- 20mm, com cabeçote removível e com velocidade de carga/descarga ajustável entre 2 a 6m/min.
8425.31.90	Ex 001 - Guinchos elétricos de tração, com capacidade até 2.000kg em tração dupla, sem bobina para armazenar cabo de aço e sem limitação de curso, para içar cabinas e pessoas na instalação de elevadores, com e sem casa de máquinas, de 1 ponto de suspensão e sem base de apoio.
8427.10.90	Ex 166 - Plataformas de trabalhos aéreos, tipo tesoura, acionadas por motor elétrico alimentado por baterias livres de manutenção, recarregáveis a partir de carregador bivolt unicamente, autopropulsadas sobre rodas, mesmo quando elevadas, com controle automático de tração e tração hidráulica 4 x 2, freios hidráulicos nas rodas motrizes por fricção, dotadas de patola de segurança, e capacidade de inclinação longitudinal sobre rampas, igual ou superior a 25% mas inferior ou igual a 30%, controladas por 2 painéis de controle, 1 móvel contendo alavanca de controle "joystick", e outro localizado na base da plataforma, com altura máxima de trabalho da plataforma igual ou superior a 6,57m, mas inferior ou igual a 11,75m, equipadas com "deck" extensível da plataforma com alcance inferior ou igual a 1,52m, capacidade de carga sobre o cesto da plataforma igual ou superior a 227kg, mas inferior ou igual a 544kg, e sobre o "deck" extensível da plataforma inferior ou igual a 136kg.
8427.20.10	Ex 130 - Empilhadeiras autopropulsadas, com capacidade de carga entre 5.000 e 9.000kg, com entre-eixos de 1.830 a 2.235mm, acionadas por motor a combustão com potência igual ou superior a 60HP, com um gerenciador do sistema veicular (VSM) que controla todas as funções elétricas da máquina e freios de banho a óleo.
8427.20.90	Ex 225 - Veículos-plataforma de elevação para trabalhos aéreos, tipo tesoura, com plataforma elevatória de dimensões igual ou superior a 2.000 x 4.000mm, autopropulsados sobre rodas, articulados, acionados por motor diesel, de potência igual ou superior a 110kW, capacidade máxima de carga 4.500kg, altura máxima de elevação de 4.500mm, equipados com escada para fácil acesso à plataforma.
8427.20.90	Ex 226 - Plataformas elevatórias elétricas, autopropulsadas, acionadas por motor elétrico de 450W - 24V, destinadas a trabalhos aéreos, para uso agrícola em estufas de vidro, tipo tesoura, com altura trabalho entre 3.500 e 5.000mm, com 2 ou 3 tesouras hidráulicas, carga de trabalho 150kg, velocidade máxima de 110m/min, rodas metálicas com borda de "nylon" para uso nos trilhos/canos de aquecimento da estufa, e rodas de borracha para trânsito em pavimento de cimento entre 1 trilho e outro, e painel de controle, sistema de "Wi-Fi" integrado, e carregador de baterias.
8428.33.00	Ex 032 - Linhas contínuas de descarga de peles verdes ou caleiradas sobre esteiras em estação dupla de movimentação, engate ergonométrico, por meio de pinças com correntes, recortes e abastecimento de máquinas descarnadoras e divisoras, com posterior classificação e empilhamento das peles em estações separadas por tamanhos e/ou pesos.
8428.33.00	Ex 055 - Máquinas de pré-alimentação, semiautomáticas, contínuas, de correia, para chapas de papelão ondulado com sistema de alimentação das pilhas, esquadrejadores, transportadores ajustáveis e sistema de elevação, para chapas com dimensões máximas iguais ou inferiores a 2.500 x 1.200mm, com capacidade para operar pilhas de caixas com altura máxima igual ou inferior a 1.500mm, velocidade máxima de operação igual ou inferior a 26.000caixas/h, dotadas de controlador lógico programável (CLP).
8428.33.00	Ex 056 - Transportadores verticais por queda livre para pacotes de carteiras de cigarros com 10unid, a partir do transportador aéreo de pacotes até a entrada da máquina encaixotadora de pacotes, com velocidade máxima de 60pacotes/min, carga conectada elétrica de 1kW, alimentação trifásica de 380V e frequência principal de 60Hz.
8428.33.00	Ex 057 - Transportadores de correias aéreos para carteiras de cigarros, com velocidade de 600carteiras/min, carga conectada elétrica de 9kW, alimentação trifásica de 380V e frequência principal de 60Hz.
8428.33.00	Ex 058 - Transportadores de correias, horizontais, para carteiras de cigarros, com velocidade de 600carteiras/min, carga conectada elétrica de 9kW, alimentação trifásica de 380V e frequência principal de 60Hz.
8428.33.00	Ex 059 - Transportadores de correias aéreos para pacotes de carteiras de cigarros com 10unid, com velocidade máxima de 60pacotes/min, carga conectada elétrica de 1kW, alimentação trifásica de 380V e frequência principal de 60Hz.
8428.39.90	Ex 154 - Sistemas de carga e descarga por meio de esteiras com capacidade para suportar peso de 1.500 a 12.000kg de couro dos fulões, com esteira secundária para engate das peles, por meio de pinças com correntes para ergonometria do operador com capacidade que varia de 200 a 250couros/h, com ou sem alimentação contínua das peles para máquina de enxugar e estirar couros, com ou sem classificação e empilhamento das peles em estação única ou múltipla por tamanhos e/ou pesos, com ou sem sistema de transferência das peles por trilhos para abastecimento de máquinas de dividir e/ou rebaixar peles e couros.
8428.39.90	Ex 156 - Transportadores espirais verticais, com esteiras de ripas sobrepostas suportadas por correntes de rolos de aço, elevação máxima de 6.000mm, com uma ou mais esteiras de entradas e saídas, com capacidade de carga máxima de 800kg, com velocidade mínima de 8m/min e máxima de 60m/min, com ângulo de inclinação mínimo de 6 graus e máximo de 11 graus e com direção de transporte para cima ou para baixo.
8428.39.90	Ex 197 - Transportadores aéreos contínuos para envase de garrafas PET, com sistema automático para mover as guias de corpo pneumático de múltiplas posições, formado por câmaras/dutos com cortes transversais que seguram o gargalo da garrafa por 1 canal, área de seção transversal para que a velocidade do ar seja próxima a zero, direcionamento por jato de ar para aceleração de todos os tamanhos de garrafas desde 0 a 4m/s corrente alternada nas seções transportadoras de nível e para empurrar as garrafas com até 10° de inclinação, comprimentos do transportador de ar divididos em segmentos independentes de até 10m, controlador especial de envases com inversor para controle de velocidade do motor montado no gabinete elétrico principal, seção Ômega para o manuseio de garrafas mais leves, guias especiais não abrasivas de garrafas PET UHMW para garrafas vazias, dispositivo atuador pneumático EMD móvel para posicionamento de intervalo definido e registro da guia lateral tanto no eixo vertical como no horizontal, gabinete de controle elétrico e automatização com interruptor principal, interruptores de motorização singular, painel de operações e PLC, "software" dedicado para envases universais e eficiência energética.
8428.39.90	Ex 198 - Transportadores espirais verticais, com esteiras de ripas sobrepostas suportadas por correntes de rolos de aço, largura da esteira igual a 400mm, mudança de elevação máxima maior ou igual a 7.350mm, com 2 esteiras de entrada de produtos, uma esteira de saída de produtos, uma entrada de retorno das correntes, dispositivo tensionador de corrente pneumático, capacidade de carga máxima maior ou igual a 2.000kg, velocidade mecânica

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	a 60Hz igual a 48m/min.
8428.90.90	Ex 495 - Máquinas semiautomáticas formadoras de pilhas de caixas de papelão, com zona para descarregamento singular ou dupla, sistema de elevação hidráulico, esteiras transportadoras e posicionamento automático, controle lógico programável (CLP), interface homem máquina (IHM), dimensão máxima das pilhas igual ou inferior a 1.800 x 1.800 x 2.490mm (LxCxA), peso máximo das pilhas igual ou inferior a 1.500kg.
8428.90.90	Ex 496 - Paletizadores automáticos para organização e paletização de múltiplas camadas de caixas e pacotes, com velocidade de até 6ciclos/min, dimensões máximas dos paletes de 1.050 x 1.250m e altura de empilhamento de até 1.900mm, contendo transportador/acumulador de caixas e pacotes, painel de interface homem-máquina (IHM) com recurso de configuração de novas programações de paletização integrado, cabeçote de manipulação de produtos em plástico fabricado em impressão 3D e plataforma de automação industrial baseada na combinação de 1 computador e 1 painel PLC.
8428.90.90	Ex 497 - Equipamentos estáticos de armazenamento vertical, definitivo ou temporário, para resfriamento e tempo de cura e/ou endurecimento de camadas protetivas de peças plásticas aplicadas em veículos automotores, dotados de conjunto de estruturas metálicas estáticas formando de 16 a 23 corredores com no mínimo 4 níveis de armazenagem de peças plásticas, capacidade de armazenagem de 168 a 1.152 peças por corredor, 2 trilhos paralelos por nível de trabalho montados horizontalmente com ligeira inclinação de forma a proporcionar o deslocamento longitudinal das peças dispostas e acondicionadas em carrinhos, do tipo "trolleys", providos de roletes de deslocamento longitudinal, com movimentação sob ação da força da gravidade, contendo nas extremidades de cada corredor de armazenagem 2 elevadores com acionamento de motor elétrico, sendo 1 elevador para carga e 1 elevador para descarga, ambos preparados para movimentação em regime automático e controle via CLP, podendo possuir no mínimo 4 e no máximo 8 níveis de trabalho para cada aplicação.
8428.90.90	Ex 498 - Máquinas para carga de sucata metálica ou outros materiais a granel (madeiras, grãos, e outros) em containers intermodais de 20 ou 40 pés, com base fixa, unidade móvel retrátil corrediça de movimentação axial com lâmina ejetora/empacotadora e unidade hidráulica remota, capacidade máxima de carga de 28t, tempo de ciclo do comprimento total de 2 minutos e 30s, com controle remoto ou manual, 2 bombas de engrenagem de 2 estágios de 32,5galões/min e pressão total de 2.500psi, e controlador lógico programável (CLP).
8429.40.00	Ex 049 - Rolos compactadores de solo e/ou asfalto, autopropulsados, peso operacional com arco de proteção contra capotamento (ROPS) entre 1.580 e 1.670kg, peso operacional máximo entre 1.830 e 1.950kg, largura dos cilindros de entre 800 e 1.000mm, diâmetro dos cilindros de 620mm, largura de trabalho entre 856 e 1.056mm, área livre do solo de 230mm, equipados com cilindros tandem vibratórios lisos na frente e traseira, ou 4 pneus lisos na traseira e chassi articulado, carga no eixo dianteiro entre 765 e 815kg, carga do eixo traseiro entre 815 e 855kg, força centrifuga nível I de 25kN, e nível II de 16kN, frequência de vibração nível I de 65Hz, e nível II de 52Hz, carga linear dianteira estática entre 7,9 e 9,6N/mm, carga linear estática traseira entre 0 e 10,2N/mm, avanço máximo de 183m/min, com motor a diesel de 3 cilindros, refrigerado a água, com potência de 14,8kW, cilindrada de 1.001cm³, rotação máxima de trabalho 2.700rpm.
8430.69.90	Ex 012 - Rompedores hidráulicos com válvula interna, para serem acoplados em minicarregadeiras, retroescavadeiras e escavadeiras, peso operacional de 77 a 4.390kg, diâmetro do ponteiro de 40 a 175mm, energia de impacto de 203 a 12.202 joules, fluxo de óleo de 15 a 290L/min, pressão de trabalho de 90 a 180bar e frequência de golpes de 250 a 1.400bpm.
8431.20.11	Ex 044 - Componentes para empilhadeiras autopropulsadas com coluna interna em formato H em aço 18MnNb6, com resistência a tração de 62.000psi, torção máxima de 0,5°/1.000, dimensões 81mm de largura, 129,6mm de altura, 2.500 a 5.000mm de comprimento, 88,6mm de abertura para passagem de roletes, tolerância de 1mm, parede com 12mm de espessura com tolerância de 0,5mm.
8431.20.11	Ex 045 - Unidades de comando hidráulico para fornecimento de fluidos ao sistema hidráulico de paleteira, com capacidade de deslocamento de 3,2cm³ com reservatório de fluído hidráulico com capacidade para 8 litros, acoplados a motor elétrico de corrente contínua com 3.000W de potência e tensão de 24V.
8431.20.90	Ex 005 - Sapatas em aço, de garra tripla, com ou sem revestimento em borracha, de largura igual ou superior a 500mm, comprimento igual ou superior a 200mm e altura igual ou superior a 40mm, para aplicação em lagartas (esteiras) de veículos multitarefas de movimentação de carga, equipados com dispositivo de elevação.
8432.80.00	Ex 017 - Equipamentos revolvedores de leiras de compostos orgânicos (compostagem), a serem acionados pela tomada de força de 1 trator sem superredutor de velocidade para alimentar suas rodas motrizes, controlados/operados por meio de 1 computador de bordo, utilizados para revolver, misturar, oxigenar, homogeinizar e secar resíduos orgânicos por processo de revolvimento mecânico, dotados de 1 rotor de revolvimento com 28 ou mais pás, diâmetro compreendido entre 1 e 1,10m com as pás, túnel de revolvimento com altura igual ou superior a 1,70m, para trabalhar leiras com largura compreendida entre 4,40 e 7m, sistema de propulsão com tecnologia hidráulica dotadas de tanque de óleo independente, bomba de pistões com fluxo ajustável; motor hidráulico montado em cada roda autopropelida, velocidade máxima de trabalho compreendida entre 800 e 1.200m/h, sistema de transmissão mecânica realizada por 2 eixos cardãs e rolamentos intermediários equipados com itens de segurança, uma roda livre e 1 limitador de torque (antiquebra) com reacoplamento automático, sistema de regulagem de altura do chassis do equipamento com capacidade de elevação independente esquerda/direita em até 0,50cm do nível do solo e sistema de transporte realizado por meio de rodas e pneus com eixo articulado hidraulicamente ajustável na altura máxima de transporte de até 3m.
8432.80.00	Ex 018 - Destocadores contínuos de arrasto, munidos de 2 pneumáticos, 2 rodas anguladas para tração e levante dos tocos, sem necessidade de corte profundo da terra (arar), com 2,4m de diâmetro, com abertura variável para se adaptar às necessidades do diâmetro dos tocos, utilizados na remoção de tocos com diâmetros de 10 a 80cm, próprios para serem tracionados por trator, velocidade de destoca variando entre 6 e 8km/h, com produtividade entre 1,5 e 2ha/h ou mais, ambos dependendo do tipo do trator tracionador e do solo.
8432.80.00	Ex 019 - Rastelos rotatórios (ancinho), próprios para nivelamento, desmatamento e limpeza de solo em uma só passagem, tracionados por tratores, munidos de 4 pneumáticos e montados em corpo axial reforçado de aço, várias configurações, podendo ser equipados com 4 ou 5 discos (ancinhos) de aço AR 300 de 3/4 polegadas, com largura de passada de 4m (para 4 discos) ou de 5m (para 5 discos), diâmetro entre 1,5 e 2,5m e dedos angulados de 30 x 4cm, sistema de alívio mecânico para pular tocos com braços de 90cm de comprimento, capacidade de limpeza entre 1,5 e 2ha/h, dependendo do solo e trator tracionador, sistema de ajuste hidráulico, cilindro hidráulico de levante com ajuste da barra de arrasto.
8433.20.90	Ex 012 - Máquinas autopropelidas para manutenção de áreas verdes e gramados, capacidade produtiva de 15.000m²/h, equipadas com motor de ignição por centelha, potência igual ou superior a 20HP, largura de corte de 1,06 até 1,53m, altura de corte até 12,7cm, dotadas de 1 corpo de máquina com 4 rodas sendo 2 motrizes, assento para condutor, alavancas de direção independentes, plataforma de altura regulável para cortar e triturar relva, grama e outros, para áreas de até 200.000m², acionamento elétrico das lâminas, sistema de elevação do deck manual, capacidade de giro sobre o próprio eixo.
8433.52.00	Ex 003 - Debulhadores de espigas/separadores de sabugos e pré-limpeza rotativa na faixa de 40 a 45rpm, com capacidade de 37t/h de espigas com umidade de até 12,5%, com eixo metálico constituído de pás metálicas soldadas e espaçadas com extremidades para evitar danos mecânicos às sementes, acionamento por motor elétrico de 30cv com rotação de apenas 282rpm, cilindro envoltório formado por vergalhões soldados com espaçamento para separação dos grãos dos sabugos, que são direcionados para uma saída lateral com dispositivo de regulagem de pressão para ajuste de operação da retenção das espigas no interior do debulhador, para melhor separação dos grãos de milho dos sabugos.
8433.60.90	Ex 016 - Classificadores ópticos de espigas de milho com capacidade de 3.000espigas/min, com palha, dotados de 1 alimentador vibratório combinado com esteira transportadora com hastes metálicas, 2 módulos de visão por câmera de alta resolução e iluminação por LED através de pulsos de alta velocidade em comprimentos de onda visível e infravermelho, "software" com aplicativo para identificação de cores e formatos e regras de rejeição, painel de operação e manutenção, sistema separador dotado de 24 conjuntos de válvulas eletropneumáticas conectadas a defletores metálicos articuláveis, painel externo de serviço dotado de controle, filtro de ar comprimido e módulo de lubrificação.
8437.80.10	Ex 007 - Moinhos de disco com 52 polegadas de diâmetro com capacidade para moer de 250.000 a 400.000L/h, destinados à moagem úmida do milho para obtenção do etanol, fabricados em aço inox 316 e 15-5PH, possuem ajuste automático da distância entre os discos estacionário e rotativo, motor não incluso de 700 a 800kW a 1.800rpm, sistema de lubrificação a óleo dos rolamentos controlado automaticamente.
8437.80.10	Ex 010 - Combinações de máquinas para moagem de milho a seco para proporcionar a granulometria ideal para processos de liquefação do amido do milho em dextrose, com capacidade de processamento de 10t/h, compostas de: moinhos de martelos de rotor duplo; elevador de canecas; balança de pesagem automática; separador magnético; válvulas pneumáticas; roscas alimentadoras VFD; silenciadores; válvulas comutadoras; ciclone; válvula "Airlock"; filtro bolsa com pulsação; roscas transportadoras; ventilador; descarregador vibratório; agitador; filtro; com suas bombas e demais componentes como indicadores de nível e periféricos.
8438.10.00	Ex 185 - Combinações de máquinas automáticas e contínuas para dividir e bolear massas de pães de hambúrguer com peso entre 28 e 350g, com capacidade de produzir até 18.000pães/h, com controlador lógico programável (CLP), compostas de: divisora/boleadora de massas, funil móvel sobreposto para recebimento de 240kg de massa, módulo de esteiras separadoras para 3 a 6 linhas, rolete de pressão com farinhador, rolete de alinhamento de peças de massa, calibrador, distribuidor de grãos e sementes com retorno automático, módulo retrátil de transferência para bandejas, transportador transversal automático para 4 bandejas com 400 x 800mm.
8438.10.00	Ex 186 - Masseiras com acabamento em inox com garfo especial duplo para produção de massas de pães, com capacidade para 150kg de farinha e 240kg de massa, tempo total de amassado entre 9 a 14 minutos de acordo com a receita, providas de controlador lógico programável para programação do amassamento e armazenamento de receitas, podendo trabalhar por tempo ou temperatura, com sensor de temperatura acoplado, com giro para ambos os lados na velocidade lenta, com 2 tachos removíveis em inox e com sistema de segurança para o fechamento do tampo.
8438.10.00	Ex 187 - Combinações de máquinas automáticas com controlador lógico programável (CLP), com capacidade e produção de 30.000 madeleines de 12,5g/h, ou 10.400 coquilhes de 25g/h, ou 8.900 minibolos de 37,6g/h, compostas de: sistema de 14 bicos de pulverização de óleo desmoldante para bandejas; sistema com 13 dispensadores de formas de papel para minibolo; 2 sistemas de dosagem com até 28 cilindros de dosagem por sistema; área de cocção direta a gás com 3m e de convecção indireta com 9m por 1,2m de largura; cabeçote injetor de recheios com até 52 agulhas, estação de desmoldagem para os produtos madeleines, coquilhes e minibolo, esteira de lona para resfriamento com 24m de comprimento por 1,3m de largura.
8438.10.00	Ex 188 - Máquinas porcionadoras, sem utilização de óleos, de massas alimentícias para a indústria de panificação, peso das porções igual ou superior a 100g, mas igual ou inferior a 2.000g, com capacidade máxima de porcionamento igual ou inferior a 320porções/min, com duplo parafuso para transporte das massas, com tanque de armazenamento das massas a serem porcionadas, com cortador giratório com acionamento por servomotor, com esteira para transporte da massa porcionada, com bomba a vácuo integrada, com painel para controle da operação.
8438.10.00	Ex 189 - Máquinas cortadoras de massa alimentícia (macarrão) curto, para produção do tipo "pene", com 3 facas rotativas com velocidade regulável entre 10 e 500rpm para cabeçotes de 700mm de diâmetro, sistema de ventilação posterior, comandadas por controlador lógico programável (CLP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8438.20.90	Ex 057 - Prensas para preparação de manteiga de cacau e torta de cacau, a partir do líquor (massa líquida) de cacau, dotadas de 20 câmaras de extração com capacidade compreendida entre 1.150 e 1.560kg/h e constituídas de: tampa de segurança/isolamento da prensa; unidade hidráulica tipo III-A para acionamento mecânico da prensa, com pressão de trabalho de 540bar, pressão máxima de até 700bar e vazão de 2 a 70 L/min; equipamento para condicionamento de líquor de cacau; bomba de enchimento de líquor de cacau, com pressão máxima de 25bar e vazão de até 300L/min; bomba de descarga de manteiga de cacau; transportador para descarga de torta de cacau, após a prensagem; dispositivo quebrador de torta de cacau; conjunto de consoles para suporte e nivelamento da prensa e seus componentes; painel de controle com controlador lógico programável (CLP); materiais para montagem hidráulica da prensa e ferramentas específicas para uso na limpeza e manutenção da prensa.
8438.50.00	Ex 325 - Máquinas para corte de produtos cárneos diversos, de aço inoxidável com tigelas de 33 ou 45 litros, acionamento do eixo da tigela em 2 velocidades, acionamento do eixo da faca em 2 velocidades ou infinitamente ajustável de 40 a 4.400rpm, com ou sem função de mistura ajustável em 2 velocidades ou infinitamente ajustável de 40 a 500rpm, com painel para controle da operação.
8438.80.90	Ex 087 - Máquinas para produção automática de massa líquida alimentícia (patê) para crepes, com controlador lógico programável (CLP) e capacidade de produção 500 litros (550kg) por batelada, as dosagens de água e leite são automáticas, os demais produtos manualmente, limpeza automática tipo CIP, com velocidade de 2m/s e estocagem dos produtos.
8438.80.90	Ex 088 - Combinações de máquinas para refino do ácido cítrico, para a obtenção de ácido cítrico anidro e do ácido cítrico mono-hidratado, compostas de: colunas de carvão com pressão de trabalho de 0,5MPa a 100°C; misturadores estáticos de 5m³/h; sistema automático de troca iônica de 24 colunas, tipo carrossel, com capacidade de 5 a 12m³/h; filtros bolsas; filtros vela com diâmetro de 15" e eficiência de filtração de 99%; sistemas de evaporação de 4 efeitos com capacidade de 4,5t/h, para o ácido cítrico anidro, e de 2 efeitos com capacidade de 1t/h para o ácido cítrico mono-hidratado; centrífugas verticais com capacidade de 1.300kg; alimentadores de cristais de ácido cítrico úmidos de 3t/h; leitos fluidizados para secagem e resfriamento combinado com capacidade de 2t/h; separador magnético; peneiras vibratórias com capacidade de 2t/h; tanque de cristalização com capacidade de 8m³ e acionamento de 10cv para o ácido cítrico mono-hidratado; com suas bombas e agitadores de processo.
8438.80.90	Ex 089 - Combinações de máquinas para extração do ácido cítrico, compostas de: liquefação do amido de milho em dextrose, dotado de: ejetor hidráulico de 40m³/h; ejetores a vapor 50m³/h; bombas dosadoras de enzimas, filtros prensa a placas com área de filtragem de 200m² e potência de acionamento de 7,5cv, roscas transportadoras com diâmetro de 300mm e comprimento de 3.854mm; moinhos de martelos para quebrar a torta do filtro prensa com capacidade de 4t/h; secagem do resíduo de milho dotado de: alimentação e carregamento de resíduo de milho com capacidade de 2t/h, misturador de pás duplas com diâmetro de 400mm do cilindro e motor de 7,5kW, secador tubular rotativo com capacidade de 3t/h, transporte de subprodutos secos com potência de acionamento de 40cv, recuperador de calor liberado pelo secador tubular, com potência de acionamento de 35cv; fermentador constituído por: laboratório de multiplicação do microrganismo "AspergillusNiger", compressores de ar centrífugo com capacidade de 240m³/min, filtros de ar para compressores de ar da fermentação com capacidade de 500m³/min, filtragem de ar dos tanques de sementes para remoção das bactérias e partículas sólidas, com capacidade de 100m³/min, trocadores de calor de placas com área de troca térmica de 200m², recuperador de calor do ar tipo trocador casco tubo com diâmetro de 1.600mm e comprimento de 4.500mm, filtro tipo cesto de diâmetro de 600mm e comprimento de 800mm e filtros prensa a placas com área de filtragem de 200m² e potência de acionamento de 7,5cv para filtração de caldo fermentado e máquinas para lavagem dos tecidos dos filtros prensa; filtros a vácuo horizontal tipo esteira com área de filtragem de 28m² e potência de acionamento de 15cv; filtros prensa a placas com área de filtragem de 80m² e potência de acionamento de 6cv; filtros tipo cesto com diâmetro entre 200 e 300mm e altura entre 300 e 400mm; trocador de calor de placas com área de troca térmica de 20m²; filtros bolsas de 2m² de área de filtragem; com suas bombas e agitadores de processo.
8438.80.90	Ex 090 - Máquinas compactas e automáticas, com controle lógico programável (CLP), para processamento contínuo de alimentos, cozimento de massa (paté) para crepes, com capacidade até 3.300kg/h, com cilindros horizontais com movimentação e diâmetros de 1.300 e 753mm, com aquecimento a gás e banda de massa com largura máxima de 400mm.
8438.80.90	Ex 091 - Máquinas para moldagem (enformadoras) de produtos alimentícios dos tipos carnes, queijos, vegetais e massas, ajustáveis para produção de formatos diversos, espessura mínima dos produtos igual ou superior a 10mm, peso mínimo dos produtos igual ou superior a 10g, capacidade máxima de porcionamento igual ou inferior a 300porções/min, com guilhotina para corte final do produto antes do processo de moldagem, com esteira para transporte e descarga dos produtos em processo, para acoplamento e conexão a embutidora de produtos alimentícios.
8439.10.90	Ex 046 - Lavadores de pasta de celulose do tipo tambor rotativo, com 1 ou mais estágios de lavagem, alimentação pressurizada da polpa a consistência de 5% a 10%, capacidade nominal de produção igual ou superior a 400t de celulose por dia, dotados de: rosca transportadora para descarga de celulose; carcaças inferior e superior; válvulas para extração de filtrado; tambor de diâmetro nominal igual ou superior a 3m e comprimento nominal igual ou superior a 4m, com acionamento hidráulico ou por redutor mecânico.
8439.30.90	Ex 042 - Máquinas para aplicação de processo de estampagem a frio em papel para ser acoplado nas unidades de impressão de máquina impressora "ofsete", largura máxima da lâmina igual ou superior a 102cm, diâmetro do rolo igual ou superior a 525mm.
8439.99.90	Ex 023 - Rolos tipo sapata estendida com núcleo, manta de pressão, unidade de ar e vácuo, dispositivos, ferramentas e elementos diversos para montagem, velocidade de operação compreendida de 1.000 a 2.500m/min, destinados à máquina de fabricação de papel ou celulose, com diâmetro compreendido de 1.000 a 1.200mm e comprimento menor ou igual a 7.000mm.
8439.99.90	Ex 040 - Módulos emendadores para fabricação de papel corrugado, dotados de porta-bobina, com sistema de união e controle de tensão programável para 2 ou mais tipos de papel e capacidade para bobinas com diâmetro compreendido entre 300 e 1.524mm.
8440.10.90	Ex 062 - Máquinas dobradoras de bulas impressas em folhas soltas de papel, para serem incorporadas em máquina encartuchadeira em linhas de embalagem na indústria farmacêutica, operando por sistema de 4 ou 6 bolsas de dobras, alimentação da folha de papel por baixo da pilha, com ou sem ajuste dos rolos de dobra mediante elementos de regulação com indicadores digitais, com formato máximo igual ou superior a 210 x 320mm e capacidade máxima igual ou superior a 200folhetos/min.
8441.80.00	Ex 097 - Máquinas especiais semiautomáticas para corte e vinco de papel/papelão, quebra-cabeças, madeira compensada, com espessura máxima de 3mm, no formato máximo de 850 x 800mm, ciclo de corte de 12 a 15ciclos/min, força de compressão de até 6.000kN, deslocamento de abertura de 200mm com cortina de luz de segurança cobrindo frente e verso do equipamento, e botões de arranque duplo, acopladas a sistema transportador automático das peças cortadas, acoplado à sistema de destaque/dispersão de peças, e sistema de empacotamento e fechamento automático em sacos plásticos de comprimento máximo de 300mm, largura de 220mm, espessura de 0,065mm, com capacidade máxima de 2.000 peças cortadas destacadas.
8442.30.90	Ex 031 - Equipamentos para processamento linear, em fluxo contínuo, de chapas de fotopolímeros reveladas a água, com tamanho máximo de 480 x 900mm ou 480 x 1.200mm, utilizadas em impressoras com tecnologias "Letterpress e Dry-offset", com velocidade de processamento de 220mm/min, dotados de estrutura em aço inoxidável, sistema de lavagem com água e filtro de tratamento de águas residuais, secagem por meio de pulsação de ar quente, pós-exposição UV, transporte de chapas por placas magnéticas e interface de operação digital.
8443.16.00	Ex 039 - Máquinas para impressão de rótulos termoencolhíveis, rótulos adesivos e embalagem flexíveis, dotadas essencialmente de unidade de desbobinamento; limpador de substrato; tratamento de superfície do substrato; unidades de impressão servoassistidas para impressão flexográfica com mudança de formatos por meio de troca de camisas; sistema de cura ultravioleta eletrônico; sistema de secagem a quente, unidade de meio-corte; dispositivo de inspeção; unidade de rebobinamento; controle de registro automático; gerenciamento de trabalhos com gravação total de dados de produção; com largura máxima da bobina igual a 570mm, comprimento máximo de impressão igual a 635mm, velocidade máxima igual a 175m/min.
8443.19.10	Ex 055 - Máquinas para impressão serigráfica de quadros ou chapas de poliéster, ou metálico poliéster, por laser ou ultravioleta, sem utilização de fotolito, com movimentação X-Y, e resolução final de 720dpi, com área de impressão até 1.500 x 1.200mm; com "software" de separação de desenhos "bilevel" ou "greyscale".
8443.19.10	Ex 056 - Máquinas de impressão serigráfica, com operação por meio de cilindro, velocidade de impressão superior ou igual a 900folhas/h, de tamanho 560 x 370mm ou menor, medidas do quadro externo igual a 1.280 x 1.140mm ou menor, consumo de energia menor ou igual a 6,74kW.
8443.19.10	Ex 057 - Máquinas para gravação de matrizes serigráficas, por meio de geração de imagens por DMD (espelho digital) controlado digitalmente, com rolagem e processamento de luz digital LED, com dados de imagem usando até 800.000 microespelhos, tamanho máximo da tela até 2.000 x 3.000mm, 230V monofásico, 2,5kVA, velocidade da máquina até 30m/h, dependendo da resolução, sistema de exposição com lâmpada UV ou fonte de luz LED, resolução de até 1.000dpi.
8443.19.10	Ex 058 - Combinações de máquinas para aplicação e tratamento térmico de tinta em vidros tratados, com comprimento máximo de 1.200mm e largura de 1.000mm, espessura entre 2,8 e 19mm, com capacidade máxima de 12chapas/min, compostas de: 2 grupos de movimentos independentes mediante motorredutores comandados com inversor vetorial e "encoder", com sistema de secagem do esmalte por aquecimento térmico e sucessivo resfriamento a ar por 1 ventilador centrífugo, módulo de refrigeração, sistema compensador com 66 posições com seletor de mudança por 1 dispositivo motovariador, sistema de transporte por rolos cerâmicos, operados por 1 controlador lógico programável (CLP).
8443.19.90	Ex 139 - Máquinas digitais e modulares de conversão e acabamento pós impressão, servoacionadas, largura máxima igual ou superior a 250mm, possibilidade de acionamento semirrotativo com velocidade máxima igual ou superior a 50mpm e/ou acionamento rotativo com velocidade máxima igual ou superior a 120mpm, com configurações customizadas, dotadas de pelo menos 3 dos seguintes módulos: módulo desbobinador, módulo plano de "hot stamping", módulo plano de relevo a seco, módulo de "cold stamping", módulo troquelador com até 3 estações, módulo serigráfico UV plano, módulo serigráfico rotativo, módulo rebobinador com 1 ou 2 eixos, módulo rebobinador tipo carrossel e módulo troquelador plano, com cura por UV flexo e/ou IR e/ou Led.
8443.39.10	Ex 219 - Máquinas de impressão por jato de tinta piezoelétrico, com sistema de impressão de gotículas de até 36 picolitros, operando em 8 cores, com capacidade máxima de processamento igual ou superior a 100 placas rígidas/h, velocidade máxima igual ou superior a 334m²/h na condição de mídia flexível, unidade controladora interna, para operação tanto com mídia rígida quanto flexível, largura máxima de 3,2m, espessura máxima igual a 5,08cm.
8443.39.10	Ex 278 - Máquinas para impressão por jato de tinta, sobre papel, com tinta sublimática ou direta, sobre tecido com tinta à base de água reativa, dispersa, ácida ou pigmento, dotadas de 1 linha com até 8 cabeças de impressão em um total de até 8 cores; largura máxima de impressão de 1.800 ou 3.200mm; resolução máxima de 1.200dpi, com até 16 níveis de cinza com gotas variáveis de 4 a 72 picolitros e entrada para rolo de papel ou de tecido de até 50cm de diâmetro.
8443.39.10	Ex 280 - Máquinas de impressão a jato de tinta, para operação em linha com máquina impressora rotativa, 3 cabeças de impressão por cor, dotadas de uma unidade de impressão para 6 cores e uma unidade de impressão para branco, largura máxima de impressão igual ou superior a 333mm, velocidade máxima igual a 50m/min, resolução de 600 x 600dpi.
8443.39.90	Ex 012 - Unidades impressoras para marcação de rolhas de cortiça a quente, temperatura máxima 650°C, capacidade de marcar até 6.000 rolhas/h, potência 30kW, alimentação elétrica 240/415V (3Ph + N + PE) 50Hz.

8443.39.90	Ex 013 - Máquinas para manuseio e rotulagem de etiquetas, corte das mesmas e testes de saída, para produção de etiquetas RFID (identificação por radiofrequência), com velocidade máxima de 10m/min (semirrotativa) e 30m/min (rotativa), diâmetro máximo da bobina de 400mm, capazes de trabalhar com plásticos ou papeis, elongação de até 0,5%, pressão de trabalho de 6bar, consumo de ar comprimido de 100 litros/h, largura da fita compreendida entre 30 e 150mm (+/-0,2mm), contendo incrustador de antena, feita de cobre, alumínio ou prata, na etiqueta, e laminador.
8443.91.99	Ex 072 - Máquinas de colagem longitudinal e umedecimento de dobras, para colagem de cadernos impressos em impressoras "offset" alimentadas por bobinas, na própria unidade de dobras da impressora, em forma intermitente, com comprimento mínimo de linha de cola de 15mm, para a colagem de cadernos em sua lombada, com 8 ou mais páginas e com velocidade máxima igual a 20m/s.
8443.91.99	Ex 073 - Máquinas automáticas para formar barras de cadernos desde um fluxo escalonado de cadernos impressos, por meio de prensagem e encintagem das barras, operando com tempo de ciclo de no mínimo 18segundos/ barra, formato máximo igual a 330 x 500mm, comprimento máximo da barra de 1.200mm.
8448.33.10	Ex 002 - Cursores de poliamida (nylon) para máquinas de fiação e retorção, para trabalhar todos os materiais de fibras e filamentos, com tolerância da forma de 0,10mm e capacidade de atingir velocidades de 20 a 80m/s deslizando sobre o anel de fiação do equipamento.
8450.90.10	Ex 023 - Suportes estruturais de sustentação e nivelamento, fabricados em aço eletrogalvanizado, grau SECC, estampados, com acabamento zincado uniforme, comprimento total compreendido entre 40 e 70mm e largura total compreendida entre 40 e 70mm, para uso exclusivo em máquinas de lavar roupas com capacidade de carregamento em peso de roupa seca superior a 10kg.
8450.90.10	Ex 024 - Suportes estruturais da resistência de aquecimento de água, fabricados em aço inoxidável, estampados, com comprimento total compreendido entre 90 e 130mm e largura total compreendida entre 15 e 35mm, para uso exclusivo em máquinas de lavar roupas com capacidade de carregamento em peso de roupa seca superior a 10kg.
8450.90.10	Ex 025 - Suportes estruturais de fixação do acabamento da porta, fabricados em aço eletrogalvanizado, grau SECC, estampados, com acabamento zincado uniforme, comprimento compreendido entre 180 e 220mm, para uso exclusivo em máquinas de lavar roupas com capacidade de carregamento em peso de roupa seca superior a 10kg.
8453.10.90	Ex 075 - Máquinas de dividir com largura útil de trabalho de 3.650mm, para uso universal em peles bovinas e caprinas, tecidos, não tecidos e materiais regenerados, possuindo uma área única, capazes de dividir peles de flanco a flanco, por memorização automática feita pela tela de toques, ou manual, com 9 cabeçotes de arqueamento central com movimentação automática ou manual por motorização elétrica, banco de introdução com raspador duplo e sistema de autolimpeza do raspador e rolo de anéis, para limpeza automática dos resíduos que se contrapõem entre raspador e anéis, não necessitando parar a máquina para a realização da mesma, apenas apertando 1 botão, então os anéis se abaixam invertendo o sentido de rotação expelindo os resíduos, sistema de lavação a alta pressão que consiste em 1 sistema automático para o grupo do cabeçote, empurra-facas e pedra de arfar para garantir a limpeza, navalhas de largura entre 110/120mm, predispostas para linha de automação divisão, leitura de espessura, calibração e correção em automático.
8453.10.90	Ex 076 - Máquinas para estirar e enxugar couros com 1 mangote de feltro ou cilindro aquecido, largura útil de 3.440mm, sistema de pressão constante, automatização e regulagem hidráulica individual de aproximação do cilindro de navalhas, do cilindro de feltro e do cilindro sujeitador, abertura automática, liberação da pressão do cilindro de feltro na fase de retorça, grupo de engraxe automático.
8453.10.90	Ex 086 - Máquinas para trabalhar couro, sendo uma descarnadeira contínua para descarne de peles bovinas frescas ou em tripa, com capacidade de produção de até 600 peles/h, velocidade de transporte de 55m/min, acionamento hidráulico com sensores de controle de posicionamento/congestionamento, largura útil de trabalho igual ou superior a 3.100mm.
8454.30.10	Ex 081 - Máquinas injetoras horizontais sob pressão, para metais não ferrosos, tipo câmara fria, com peso igual ou superior a 5.700kg, força de fechamento igual ou superior a 1.450kN, com 3 estágios de pressão, plataforma hidráulica para ajuste do sistema de injeção, mecanismo de ajuste do molde, controlador lógico programável com tela LCD, porta automática.
8454.30.90	Ex 041 - Combinações de máquinas para fundição de alumínio por gravidade, com controlador lógico programável (CLP), com capacidade máxima de produção de 1.100 cabeçotes de motores de combustão interna por dia, compostas de: 6 máquinas para fundição por gravidade, com sistema de trilhos para troca de moldes, com capacidade para moldes com dimensões de 1.200 x 800 x 750mm; 2 robôs lineares para vazamento do alumínio derretido no interior dos moldes, com velocidade transversal máxima de 1,1m/s; 2 estações para limpeza das canecas de vazamento; 2 robôs lineares com 2 carros independentes cada, para inserir os machos e retirar do fundido do molde, com velocidade transversal máxima de 1,5m/s; 2 mesas giratórias de 4 estações para pré-montagem dos machos; 2 máquinas hidráulicas para remoção dos canais de vazamento; 2 unidades hidráulicas; 2 estações para quebra das marcações de macho; 2 transportadores de peças fundidas; 2 estações para remoção dos machos de fundição por meio de impacto, vibração e/ou sopro de ar, com capacidade para 2 fundidos por ciclo, com dimensões de 250 x 250 x 500mm e peso de 30kg; 1 mezanino para as unidades hidráulicas, painéis de alimentação e controle; 1 sistema de remoção de gases.
8456.30.19	Ex 046 - Máquinas de erosão por fio para fabricação e reafiação de ferramentas com revestimento de PCD (diamante policristalino), de peso menor ou igual a 25kg e comprimento menor ou igual a 500mm, com comando numérico computadorizado (CNC), dotadas de 5 eixos, sendo o eixo X1 com 535mm, Y1 com 300mm, Z1 com 195mm de deslocamento e eixo A1 com 360° e C1 com 180° de rotação, com ou sem automatização interna para carregamento e descarregamento de ferramentas, com ou sem armazém externo de ferramentas.
8456.50.00	Ex 006 - Máquinas de corte por jato de água deionizada, para peças de tecido em 3 dimensões, dotadas de controle elétrico e hidráulico para duplicação da intensidade de pressão, 2 braços robóticos, dispositivo de segurança contra colisão, dispositivo de exaustão para captação de resíduos, mesa giratória com velocidade de ciclo inferior a 6,5s, 2 áreas com capacidade de carga de 300kg cada e estrutura com isolamento acústico inferior a 80dB (A).
8456.50.00	Ex 007 - Máquinas de corte por jato de água abrasivo, programáveis e controladas por comando CNC integrado, sem interface com programação numérica, para cortes em peças com geometrias complexas, com diâmetro mínimo de 0,762mm, capacidade de controlar até 6 eixos simultaneamente, bomba de alta pressão de acionamento direto com pressão operacional máxima de 45.000psi, com utilização de apenas 2,8 litros de óleo para lubrificação do cárter, sistema de movimentação através de roldana motora acoplada em uma correia sincronizadora pré-tensionada, sem necessidade de lubrificação e manutenção, comandada por servomotor integrado com precisão centesimal.
8457.10.00	Ex 358 - Centros de usinagem para usinagem de grafite, tipo portal, com comando numérico computadorizado (CNC), 3 eixos controlados, cursos dos eixos X, Y e Z de 600 x 600 x 350mm, mesa de 615 x 600mm, rotação máxima do eixo árvore entre 24.000rpm e 30.000rpm, potência do eixo árvore de 4,5kW, com refrigeração interna (chiller), sistema de refrigeração externa tipo "cortina d'água" ou sucção de pó de grafite com filtro, magazine enclausurado de 10 ou 14 posições, CNC "look ahead", carenagem completa, "presset" de ferramentas.
8457.10.00	Ex 359 - Centros de usinagem horizontal de 4 eixos, com velocidade de posicionamento do eixo X, Y, Z e U de 60m/min, dimensões de 1.500mm para o eixo X, 420mm para o eixo Y, 260mm para o eixo Z e 900mm para o eixo U, repetibilidade de 0,01mm, velocidade do "spindle" de 30.000rpm, mesa rotacional de até 360°, sistema de garras para deslocamento da peça, trocador automático de ferramentas de 24 posições, de comando numérico computadorizado CNC.
8457.10.00	Ex 360 - Centros de usinagem, tipo portal, com comando numérico computadorizado - CNC, com mesa de 2.000 x 1.100mm e capacidade máxima de 4.000kg, com curso em X, Y e Z de 2.000, 1.200 e 600mm, respectivamente, velocidade do eixo-árvore de até 20.000rpm, avanço rápido nos eixos X, Y e Z de 20, 20 e 15m/min, com magazine de troca automática de ferramentas, com cone do eixo-arvore tipo BBT40.
8458.11.99	Ex 192 - Tornos horizontais com comando numérico (CNC), tela "touchscreen de 19 polegadas, duplo motor integral "spindle" com rotação máxima de 5.000rpm e potência igual ou superior a 11kW, diâmetro máximo torneável igual ou superior a 320mm com movimentos independentes ou simultâneos (tipo suíço), com curso Z1 e Z2 igual ou superior a 490mm, eixo C1 e C2 controlados com incremento mínimo de 0,0001 grau, com 2 torres porta-ferramentas de 12 ou mais estações, com velocidade de troca de ferramenta de 0,23segundos/estação, torres operando com movimentos independentes ou simultâneos com curso dos eixos X1 e X2 igual ou superior a 275mm, curso dos eixos Y1 e Y2 igual ou superior a 100mm (50mm positivo e 50mm negativo), dotados de ferramenta acionada com capacidade de tornear, furar, fresar, roscar e interpolar, inclusive fora de centro com rotação igual ou inferior a 10.000rpm e com sistema de sincronização para usinagem poligonal, com controle de dilatação térmica inteligente, guias lineares de rolos cruzados e lubrificadas a graxa.
8458.19.90	Ex 002 - Tornos para usinagem de coletores de cobre de motores elétricos, de alta precisão, de operação horizontal, acionados eletronicamente por mecanismo tipo "drive", giro máximo de 3.000rpm, controlado por sensores de remoção de material, diâmetro da peça de 29,8 a 30,3mm, rugosidade máxima de 0,8Ra, ovalização, circularidade e conicidade máxima de 0,02mm, curso de 60mm, dotados de robô de 4 eixos para limpeza da peça por sopros e jatos ultrassônicos; duas estações de trabalho; controlador lógico programável; servomotor; sistema de gestão visual Andon; carga e descarga automática.
8458.99.00	Ex 002 - Tornos verticais de dupla coluna, convencionais, sem comando numérico computadorizado, com diâmetro de mesa de trabalho de 2.250mm, diâmetro máximo torneável de 2.500mm, altura máxima torneável de 1.600mm, peso máximo da peça de 10t, velocidade de rotação da mesa de até 63rpm, equipados com 2 rams, podendo executar torneamento simultâneo da parte interna e externa de peças.
8459.29.00	Ex 003 - Furadeiras industriais transportáveis, com base de fixação eletromagnética, para operar com brocas anulares de diâmetros compreendidos entre 13 e 100mm (incluindo os limites) e profundidade máxima de corte compreendidas entre 35 e 60mm (incluindo os limites), próprias para perfuração em único passe, lubrificação interna automática.
8459.61.00	Ex 053 - Fresadoras com comando numérico computadorizado (CNC) de alta capacidade de remoção, para executar operações de faceamento e fresamento em placas de aço com tamanho máximo de X-900 x Y-500 x Z-250mm, dotadas de cabeçote vertical com potência de até 18,5/22kW, torque dos motores X, Y e Z de 27Nm cada, rotação de até 180rpm, com movimentos em 3 eixos, com curso no eixo X de 1.850, eixo Y de 400 e eixo Z de 400mm, com velocidade máxima de 10m/min, cone do eixo árvore de 63,5mm, com capacidade de suportar cabeçote fresador de até 505mm, mesa rotativa de 1.200 x 1.200mm controlada pelo CNC, com sistema magnético para fixação de peças, capacidade de peso sobre a mesa de até 3000kg, transportador de cavacos.
8460.23.00	Ex 024 - Máquinas CNC para retificação de perfil de pista de anel externo de rolamento, através de conceito de processo de retificação de mergulho, que contempla um "range" de peças com anel interno de 43 a 86mm de diâmetro; com diâmetro de fechamento de pinças de 100 a 220mm e largura de 40 a 150mm; com curso da mesa do rebolo de 300mm; com pressão do sistema hidráulico de 2MPa (20kg/cm²); com pressão do sistema pneumático de 0,4MPa (4kg/cm²); com fuso de alta frequência e com dispositivo de otimização de ciclo de retífica.
8460.31.00	Ex 173 - Máquinas-ferramentas com 5 eixos, de comando numérico computadorizado - CNC, para afiação e fabricação de ferramentas com material sinterizado/endurecido (62HRC), diâmetro máximo da peça de trabalho 220mm, eixos lineares X:500, Y:250, Z:500mm, travessia rápida 20m/min por eixo, velocidade rotacional cabeçote 1.200rpm, velocidade rotacional do eixo giratório da cabeça da roda 50rpm, potência do fuso continuo 9kW e do pico 13kW, velocidade máxima do fuso 9.000rpm e potência de 15kVA.
8460.90.90	Ex 096 - Máquinas automáticas para polir anéis de rolamentos, dotadas de CLP, servomotores e painel de comando; com nível de ruído menor que 80 decibéis; com sistema pneumático com pressão de operação de 0,6MPa, com pressão de operação de lubrificação das estações de polimento de 0,3MPa; com sistema de lubrificação com tanque com capacidade de 1,8 litros e pressão de operação de 3MPa; e com potência instalada de 63A, com estações independentes de polimento dedicadas e ajustáveis a cada produto; com controles de fluxo de óleo de polimento.
8461.90.90	Ex 001 - Máquinas para gravação do número de chassi em carroceria de automóvel, pelo sistema "escriba" por risco, com eliminação de material, dotadas de cabeçotes gravadores, motores de passo, braço articulado e PC.

8461.90.90	Ex 002 - Máquinas para gravação do número de chassi em carroceria de automóvel pelo sistema "escriba", por risco com eliminação de material, precisão de 0,2mm, velocidade de gravação de 20s para 19 caracteres, profundidade de gravação de 0,25mm, constituídas por cabeçotes gravadores, motores de passo, sistema de identificação automática, interface com servidores, unidade dedicada de processamento efetuado por CLP ou PC e painel elétrico de comando.
8462.29.00	Ex 245 - Máquinas automáticas para conformação a frio de tubos metálicos, com diâmetro externo até 22mm, espessura de parede máxima de 2mm e comprimento até 1.500mm, por punções axiais, com capacidade de produção de 9segundos/peça, dotadas de controlador lógico programável PLC, alimentador, prensa axial, conformadora orbital radial, câmara de limpeza por névoa de detergente, sistema de sucção, sistema de inspeção ótica por captura de imagens de alta resolução, dispositivo de montagem do tubo interno ao perfil, dispositivo vibratório de alimentação de peças, dispositivo de conformação da extremidade do tubo para alojar e travar a luva no tubo, bandeja de peças rejeitadas, aparador de peças finalizadas e armário de controle elétrico.
8462.29.00	Ex 246 - Máquinas hidráulicas semiautomáticas (single head fillet roller), controladas por CLP, para conformação a frio de perfis de raios de assentamento de fixadores, com aplicação de forças de 1.000 a 6.000 libras no topo do fixador e capacidade estimada de produção de 160peças/h de até 1 polegada de diâmetro e 4 polegadas de comprimento.
8462.29.00	Ex 247 - Máquinas recravadeiras de latas especiais para formatos não cilíndricos, diagonal máxima 160mm, largura mínima/máxima 45-110mm, capacidade até 250latas/min, 4 cabeçotes de recravação duplos, sistemas de lubrificação centralizados, sistema de elevação eletrônicos para distintas alturas de latas, sistema de "pré-clinche" com came progressivo de ajuste da tampa, alimentação de tampas longitudinal, motor 5,5cv.
8462.49.00	Ex 036 - Máquinas portáteis para cortar, biselar e facear simultaneamente bordas de tubos, tubulações e coletores de diversos materiais metálicos para a preparação de soldas, com fixação na parede interna da tubulação, com diâmetro compreendido entre 16 e 610mm (incluindo os limites) ou fixação na parede externa da tubulação com diâmetro compreendido entre 1 e 48 polegadas (incluindo os limites), com acionamento por motor elétrico, pneumático, hidráulico ou servomotor elétrico.
8462.91.19	Ex 043 - Alicates hidráulicos de cabeçote em aço forjado, para crimpagem de terminais, luvas e conectores de cobre e alumínio compreendidos na faixa entre 6 e 400mm^2 (incluindo os limites), pressão máxima compreendida entre 8 a 16t (incluindo os limites), percurso máximo compreendido entre 12 e 32mm (incluindo os limites), operando com matrizes de aço temperado intercambiáveis e em múltiplas bitolas, acionadas ou não por bomba hidráulica.
8463.30.00	Ex 116 - Máquinas automáticas para fabricar e ensacar molas de aço, de formato barril ou cilíndrico, em tiras de falso tecido, utilizadas na fabricação do molejo de colchão de molas ensacadas, com diâmetro da mola de 35 a 75mm (incluindo os limites), altura da mola ensacada de 70 a 240mm (incluindo os limites), diâmetro do fio de 1,1 a 2,2mm (incluindo os limites), velocidade máxima de 120molas/min, com desbobinador de falso tecido e desbobinador de fio de aço.
8464.90.19	Ex 112 - Máquinas lapidadoras retilíneas, verticais, de 6 a 14 rebolos tipo copo, para lapidar chapas de vidro plano com espessura mínima de 3mm e espessura máxima de 35 a 51mm, dimensão mínima de 35 a 55mm, com transportador interno projetado para grande carga, transportador automático de entrada e saída com correntes de material antifricção dotadas de calços de borracha para apoio do vidro; dispositivo de segurança quanto à espessura do vidro, esteiras de transporte deslizando através de guias de aço de alta precisão sem rolamentos, sistema de lubrificação automático, controle das principais funções por controlador lógico programável, painel IHM "touchscreen" e quadro elétrico integrado ao corpo principal.
8464.90.19	Ex 160 - Combinações de máquinas para corte retilíneo e curvilíneo a frio, de chapas de vidro com dimensões entre 1.500 x 1.500mm e 6.100 x 3.300mm, espessura entre 2 e 25mm, velocidade de corte até 200m/min, aceleração até 6m/seg^2, tolerância de corte +/- 0,15mm, compostas de: unidade de carregamento automático, unidade de corte com esteira de transporte e controle por comando numérico computadorizado (CNC).
8464.90.19	Ex 161 - Combinações de máquinas para a fabricação de vidros laminados planos, de formas geométricas regulares e irregulares, com películas interfolhas de PVB ou SGP entre as chapas de vidro, para trabalhar vidros dos tipos flotado, revestido, "low-e" e temperado, para chapas planas com espessuras entre 2 e 25mm, e espessuras das películas de 0,38 a 2,28mm, com habilitação para trabalhar vidros de múltiplas camadas com espessuras limitadas a 100mm, compostas de: pré-forno com sistema de transporte com rolos revestidos com fibra de vidro e equipado com câmara de aquecimento dotada de lâmpadas infravermelhas acima e abaixo do nível de transporte; pré-calandra com roletes de transporte revestidos de fibra de vidro e acionados por motorredutor, equipada com roletes de pressão de aço revestidos com neoprene, sendo o rolete inferior fixo e rolete superior encaixado em estrutura com movimento vertical e com sistema de alavanca para distribuição uniforme da carga no vidro; com forno industrial modular de aquecimento indireto, por resistência elétrica, com unidade de transporte por roletes revestidos com fibra de vidro, e câmara de aquecimento pelo método de convecção, equipado com lâmpadas infravermelhas acima e abaixo do nível de transporte e sistema de ventilação forçada para distribuição uniforme da temperatura; calandra com roletes de transporte revestidos de fibra de vidro e acionados por motorredutor, equipada com roletes de pressão de aço revestidos com neoprene, sendo o rolete inferior fixo e rolete superior encaixado em estrutura com movimento vertical, com comandos e controle CLP independentes por área funcional.
8464.90.19	Ex 162 - Máquinas bilaterais para lapidar e polir bordas de vidro a frio, dotadas de 2 conjuntos bilaterais com 8 rebolos para meia cana, com unidade de desbaste de camada metalizada "LOW-E", largura do vidro de 200 a 1.600mm, espessura do vidro de 3 a 12mm, tolerância do chanfro menor ou igual a 2mm/m e capacidade máxima de lapidação de 5mm.
8464.90.90	Ex 126 - Máquinas para esquadrejar e biselar revestimentos cerâmicos, com utilização de água, transportadores com virador, 1 ou mais unidades de esquadrejamento/biselamento (para todos os lados da peça), coletor de água, com ou sem sistema de incisão e ruptura, com largura útil de trabalho para peças de dimensão a partir de 200 x 200mm, capacidade máxima de produção igual ou inferior a 10.500m^2/dia, quando operando com peças de dimensão 600 x 600mm.
8465.93.10	Ex 006 - Máquinas lixadeiras automáticas com 1 ou mais grupos robotizados, independentes, de painéis de madeira, MDF e similares, com comprimento máximo útil de trabalho do painel simples de 900mm, com espessura máxima de trabalho de 65mm, comandados por 1 comando numérico computadorizado (CNC), com 1 ou mais magazines de troca de ferramentas, com caixa de limpeza para remoção dos materiais abrasivos, com 1 ou 2 tapetes de alimentação, com laser de scanner 3D para a leitura das dimensões dos painéis.
8466.93.19	Ex 002 - Cabeçotes para cortes angulares com geometrias 3D complexas, com 3 eixos, sendo Z (altura), TY (rotação) e TX (inclinação), podendo trabalhar em até 60° de inclinação, com precisão de posicionamento de +/-0,09°, exclusivamente para utilização na máquina de corte por jato de água abrasivo.
8474.80.90	Ex 136 - Prensas hidráulicas para a produção de revestimentos cerâmicos, com força máxima de pesagem igual a 5.000t, distância livre entre as colunas de 2.450mm, distância entre a bancada e a travessa móvel de 690mm.
8474.80.90	Ex 137 - Canhões de lama refratária (massa cerâmica), próprios para tamponamento de furos de corrida do ferro gusa fundido em alto-forno, com anéis raspadores pré-tensionados, câmara de massa em aço de alta liga endurecida por encruamento com diâmetro interno de 450 a 600mm, volume para armazenamento de 250 a 400 litros, pressão de trabalho de 200 a 350bar com força de injeção acima de 6.500kgf, diâmetro de saída de 120 a 150mm, com indicador traseiro do volume de massa.
8474.80.90	Ex 138 - Máquinas vibro-prensas para produção de elementos de cimento, inclusive para produção de elementos de dupla camada; tecnologia produtiva fresco sobre fresco; com capacidade de produção igual ou superior a 1.080m^2 por dia; com unidade de saída por transportador de rolos, unidade hidráulica e painel de comando com controlador lógico programável.
8474.90.00	Ex 039 - Eixos rotacionais pinhão de acionamento, para moinhos de bola para minérios, de aço-liga conforme Norma DIN EN10084 (18CrNiMo7-6), com 21 segmentos dentados helicoidais, com comprimento na região dos dentes de até 1.070mm, comprimento total de até 4.186mm, diâmetro na região da chaveta de até 400mm e diâmetro na região dos rolamentos de até 440mm..
8476.89.90	Ex 003 - Dispositivos mecânicos dotados de "Dock" inteligente para travamento e destravamento de bicicletas (sistema antifurto), com capacidade de 4 ou mais bicicletas em múltiplos de 4unid, contendo: dispositivo com cavidade para travamento de bicicleta, feito de aço carbono, com dispositivo eletrônico de controle para realizar o travamento e liberação de bicicleta, por meio de cartões cadastrados no sistema operacional ou com códigos gerados, evitando que a mesma seja retirada de maneira irregular; para utilização exclusiva nas estações para compartilhamento de bicicletas.
8477.10.11	Ex 060 - Máquinas injetoras horizontais elétricas, monocolores, para moldar peças plásticas com alta precisão, com força de fechamento de 350t, unidade de fechamento com acionamento por servomotor acoplado direto no fuso de esfera, sem transmissão por polia e por meio de sistema de joelheira dupla de 5 pontos, sendo a placa móvel apoiada sobre guias lineares, servomotores refrigerados a ar, dispensando a utilização de trocadores de calor com água para refrigeração, unidade de injeção elétrica, acionada por servomotor de alta velocidade acoplado a 1 fuso esférico alimentado pela correia, atingindo a velocidade de injeção de até 280mm/s, servomotor de dosagem com acoplamento direto no parafuso plastificador com diâmetro de 71mm, pressão de injeção de até 1.880bar com volume de injeção de até 1.266cm^3, distância entre colunas de 830 x 830mm (H x V), altura de molde entre 350 a 700mm (min/máx), tamanho das placas 1.140 x 1.140mm (H x V), curso de abertura de até 725mm e força de extração de até 60kN, painel de comando "touchscreen" TFY LCD colorido, controle operacional intuitivo com recursos gráficos e programação contra falhas de processo "zero defeitos".
8477.10.11	Ex 061 - Máquinas injetoras horizontais monocolores para moldar peças plásticas de alta performance, com força de fechamento de 3.500kN e força de travamento de 3.850kN, com 3 placas, sistema de joelheira dupla de 5 pontos, placa móvel apoiada sobre guias lineares e ausência de buchas entre as colunas, sistema de abertura e fechamento com acionamento por bomba hidráulica com controle de frequência, rotação por servomotor AC e transmissão hidrostática para aceleração dinâmica e movimentação do sistema, montado sobre o fechamento, dotadas de unidade de injeção apoiada sobre guias lineares, com "closed loop", controle da injeção por meio de servo-válvula, controlado por computador lógico programável (CLP), gráfico com controle de produção, memória interna para moldes, comunicação externa (USB); unidade de injeção com rosca plastificadora diâmetro de 70mm, relação L/D 25:1 com capacidade de injeção de 1.212cm^3 acionada por servomotor com acoplamento direto, sem transmissão por correia, com velocidade de injeção de 3.848cm^3/s, assistida por acumulador de pressão hidráulico, com movimentos independentes e paralelos para fechamento, plastificação e extração e ciclo à seco de 1,45s, distância entre colunas de 820 x 820mm (H x V), altura de molde entre 350 até 1.020mm (min/máx), tamanho das placas 1.200 x 1.200 (H x V), curso de abertura de até 770mm e força de avanço da extração de até 165kN, painel de comando "touchscreen" TFT LCD colorido com controle operacional intuitivo com recursos gráficos.
8477.10.11	Ex 062 - Máquinas injetoras horizontais elétricas, monocolores, para moldar peças plásticas com alta precisão, com força de fechamento de 350tf (3.430kN), unidade de fechamento com acionamento por servomotor acoplado direto no fuso de esfera sem transmissão por polia e através de sistema de joelheira dupla de 5 pontos, servomotores refrigerados a ar dispensando a utilização de trocadores de calor com água para refrigeração, unidade de injeção elétrica acionada por 2 servosmotores de alta velocidade acoplado a fusos esféricos, sem transmissão, atingindo a velocidade de injeção de até 350mm/s, servomotor de dosagem com acoplamento direto no parafuso plastificador com diâmetro de 63mm, pressão de injeção de até 215MPa com volume de injeção de até 773cm^3, distância entre colunas de 760 x 710mm (H x V), altura de molde entre 400 até 670mm (min/máx),

	tamanho das placas 1.070 x 1.020mm (H x V), curso de abertura de até 700mm e força de extração de até 6tf (58kN), painel de comando "touchscreen" TFT LCD colorido de 12,1 polegadas, controle operacional intuitivo com recursos gráficos e programação contra falhas de processo "Zero Defeitos".
8477.10.11	Ex 063 - Máquinas injetoras horizontais, monocolores, para moldar peças plásticas de alta performance, com força de fechamento de 5.800kN e força de travamento de 6.380kN, com 3 placas, sistema de joelheira dupla de 5 pontos, placa móvel montada sobre guias lineares e ausência de buchas entre as colunas, sistema de abertura e fechamento com acionamento por bomba hidráulica com controle de frequência e rotação por servomotor AC e transmissão hidrostática para aceleração dinâmica e movimentação do sistema, montado sobre o fechamento, dotadas de unidade de injeção montada sobre guias lineares, com "closed loop", acionado por meio de servoválvulas, controlado por computador lógico programável (CLP), gráfico com controle de produção, memória interna para moldes, comunicação externa (USB); unidade de injeção com rosca plastificadora diâmetro de 70mm, relação L/D 23:1 com capacidade de injeção de 924cm^3, acionada por servomotor com acoplamento direto, sem transmissão por correia, com velocidade de injeção de 3.848cm^3/s, assistida por acumulador de pressão hidráulico, com movimentos independentes e paralelos para fechamento, plastificação e extração e ciclo à seco de 1,85s, com distância entre colunas de 1.020 x 1.020mm (H x V), altura de molde entre 370 até 1.170mm (min/máx), tamanho das placas 1.450 x 1.470mm (H x V), curso de abertura de até 930mm e força de extração de até 165kN para o movimento de avanço e 84kN para o movimento de recuo, painel de comando "touchscreen" TFT LCD colorido com controle operacional intuitivo com recursos gráficos.
8477.10.19	Ex 040 - Máquinas horizontais para moldar peças plásticas por injeção, com força de travamento de 20.000 a 40.000kN, por meio de sistema encapsulado hidromecânico quádruplo e componentes em forma de dente de serra, sapatas deslizantes guiadas horizontalmente pela lateral, em conjunto com as colunas permanentemente guiadas por meio de buchas para paralelismo das placas com moldes pesados, unidade de injeção linear
	com pistão rotativo para transmissão da força central para a rosca transportadora de diâmetro de 80 a 265mm, pesos de injeção entre 2.642 a 32.468g de PEAD, comando operacional "touch" com tecnologia de tela dividida e botão eco-eficiência energética e configuração de parâmetros em único botão.
8477.10.19	Ex 041 - Máquinas de moldar por injeção, de comando numérico, monocolor, para materiais termoplásticos, fechamento hidráulico com 2 placas, travamento com castanhas com acionamento hidráulico, velocidade de fechamento de 45m/min, com capacidade de injeção compreendida entre 7.847 e 39.780g, e força de fechamento compreendida entre 1.650 e 2.600t, dotadas de interface para robô, 4 machos hidráulicos, 4 válvulas pneumáticas, medidor de consumo de energia, porta frontal automática e sistema de bombas hidráulicas acionadas por servomotor.
8477.10.99	Ex 078 - Máquinas de moldar por injeção, para trabalhar materiais termoplásticos (EVA), com fechamento vertical e injeção horizontal linear, com controlador lógico programável (PLC), para injeção de até 2 cores, com 6 estações de trabalho e 2 injetores (diâmetro de rosca 60/65mm), capacidade de injeção de 1.290cm^3 e força de fechamento de 190t.
8477.20.90	Ex 103 - Combinações de máquinas automáticas para extrusão de fitas plásticas, compostas de: 1 conjunto extrusor para fusão de resina plástica, com motor; controle de temperatura; bomba de fluxo; cabeçote de 1.830mm e largura net de 1.600mm, gerando vazão máxima de 750kg/h e velocidade máxima de 530m/min; banheira de refrigeração por água; sistema de secagem e corte das fitas; sistema de dosagem e alimentação de resinas, com mistura automática com capacidade de 4 aditivos + 1 componente principal; sistema de medição de espessura de filme; sistema raios-X de voltagem <5kV; sistema de forno para aquecimento de fitas de até 5,8m de comprimento; conjunto de rolos de estiro de 8 roletes, sendo 1 padrão, 5 aquecidos e 2 resfriados à água; com conjunto bobinador de cintas com troca automática de bobinas e controles de tensão de bobinamento; velocidade de bobinamento de até 530m/min, diâmetro do bobinamento de até 180mm, largura transversal de até 200mm, núcleo da bobina diâmetro até 35/40mm, e comprimento do tubo de bobinamento de 218mm.
8477.20.90	Ex 104 - Máquinas extrusoras de borracha de etileno propileno dieno, com rosca de diâmetro de 63,5, 89 ou 115mm; relação L/D de 20:1 com 4 zonas de aquecimento; velocidade máxima de 45rpm ou superior e controle pneumático de pressão dos rolos de alimentação; redutor; taxa de torque de 1,60, 2,57 ou 4HP/rpm e fator de serviço de 1,25 ou 1,50; motor com inversor de frequência, sistema fechado de resfriamento por água, painel de comando dotado de painel de operação com interface homem-máquina e protocolo de comunicação Modbus.
8477.59.90	Ex 116 - Máquinas de prototipagem rápida tridimensional, a partir de modelos virtuais, que operam por sinterização seletiva de pó plástico por meio de raio laser de CO_2 de potência igual ou superior a 30W, com volume de construção igual ou superior a 200 x 250 x 330mm e com gerador de nitrogênio integrado à máquina.
8477.80.90	Ex 489 - Máquinas de corte de bloco de espuma (PU - Poliuretano ou PE - polietileno) de alta precisão, com capacidade para corte de até 62m de comprimento, 2,2m de largura e 1,3m de altura, precisão de corte de 2 a 30mm com variação máxima de 0,2mm, velocidade de corte de até 120m/min, com sistema de transporte de bloco contínuo (loop), sistema de fixação, sistema de corte, sistema de rebobinagem, controlador numérico computadorizado (CNC) e painel elétrico.
8477.90.00	Ex 414 - Conjuntos (kits) de peças para repotencialização intermediária e/ou completa da câmera quente de máquinas de produção de pré-formas de politereftalato de etileno (PET), por injeção, dotados de conjunto de até 144 componentes, sendo: até 144 isoladores da ponta do bico, a fim de reduzir a transferência de calor da injeção para a parte fria, com diâmetro de 18,7 x 9,5mm e furo de diâmetro de 4,5mm, até 144 bicos de injeção pregueados (Nozzle Tips) com diâmetro de 14,8 x 40,3mm com furo de diâmetro de 4,2mm, para prover a saída de resina com 144 flanges antigiratórias de diâmetro 0,53mm +-0,3mm x 32,2mm +- 4,0mm, até 288 anéis de borracha de diâmetro de 0,35mm para vedação do pistão, até 144 agulhas (Valve Steam) diâmetro de 34,8 x 18,5mm de comprimento com função selar a saída de material, até 144 resistências com sonda J de diâmetro de 19 x 32mm de comprimento de 268W, que se destinam a gerar temperatura no distribuidor da câmera quente, e até 288 anéis de borracha para vedação do pistão 0,35mm, para evitar o vazamento de ar na câmera quente.
8477.90.00	Ex 415 - Dispositivos de desgaseificação contínua para retenção de borracha, acoplados na extrusora, constituídos de tambor em aço com revestimento duplo de liga de cobalto-cromo, 1 par de parafusos em Inconel 625 (UNS N06625) com diâmetro de cerca de 105mm, co-rotantes entrelaçados com faixa de rpm de 25 a 250; motor 7,5kW de corrente alternada controlado por inversor de frequência e caixa de engrenagens com divisor de óleo.
8478.10.90	Ex 002 - Equipamentos modulares móveis, para reciclar e recuperar tabaco, industrialmente, em cigarros com filtro reprovados na fabricação, para conexão direta em máquinas de fabricar cigarros com retorno a produção, com sistema de controle online, capacidade de trabalho de 500cigarros/min e sistema de dosagem autorregulado do tabaco, consumo de energia de 2,5kW.
8479.20.00	Ex 031 - Dispositivos estáticos, sem partes móveis, em aço inoxidável 316 especial para preparação de óleos vegetais no processo de neutralização, com reator de cavitação nanométrica a alta pressão 65 a 75bar, bomba centrífuga com múltiplos estágios com acionamento por motor elétrico a uma taxa de pressão de 40 a 80bar (600 a 1.200psig), filtros de linha tipo ermético de cesto, válvula tipo borboleta e válvula de gaveta, indicadores de pressão, transmissores de pressão, transmissores de vazão e sistema de dosagem de ácido fosfórico e soda cáustica.
8479.20.00	Ex 032 - Sistemas automatizados de hidrólise ácida para determinação de gordura, segundo método Weibull-Stoldt; processos de adição de reagente, digestão, sucção, lavagem e filtração totalmente automatizados em sistema fechado; digestão de até 6 amostras simultâneas em 3 módulos controláveis e independentes; superfície de aquecimento vitrocerâmico com resistências elétricas; sistema automático de aquecimento dos reagentes e da água de lavagem; sem escape de fumos ácidos, não sendo necessário utilização em capela; sistema totalmente controlado via "software"; amostras sólidas de 1 a 20g e líquidas até 50ml; capacidade ilimitada de métodos; vazão de água de 5L/min; pressão da água de resfriamento de 0,5 a 10bar.
8479.81.90	Ex 438 - Bobinadeiras automáticas para enrolamentos de fios elétricos em bobinas de alta tensão, com diâmetro máximo de 700mm e largura máxima de 1.086mm, aplicadas em transformadores elétricos industriais, de comando numérico computadorizado (CNC), com velocidade de enrolamento de 400m/min, capacidade de enrolar bobinas de cobre ou alumínio com 1 ou 2 fios circulares esmaltados de diâmetro máximo de 6mm, ou 1 fio retangular isolado com papel "kraft" de seção máxima de 45mm^2, dotadas de dispositivo amassador de perfil dos fios circulares para elípticos, 2 dispositivos independentes de aplicação de isolamento entre camadas, dispositivo de tensionamento e posicionamento dos fios e fitas automáticos, dispositivo amassador de fios de perfil circular, com 1 desbobinador de fio retangular, 6 desbobinadores de fita isolantes, dispositivo para alimentar e colar as fitas, 1 bobinador motorizado com contrapontas, com computador industrial e painel elétrico.
8479.82.10	Ex 186 - Equipamentos para mistura e homogeneização de produtos químicos e água, em processo contínuo, para obtenção de agentes desmoldantes para indústria de fundição e de borracha, dotados de: tanque em aço inoxidável de 454,25 litros; tubulações em aço inoxidável; conexões; válvulas manuais e de controle; reguladores de pressão; sensores de vazão; medidores de massa; transmissores de pressão; 3 bombas de dosagem totalizando 3kW, 2 misturadores de alto cisalhamento totalizando 11,2kW e trocador de calor a vapor com capacidade de 31bar, montados em estrutura metálica, com gabinete elétrico dotado de interface homem-máquina "touchscreen" para o monitoramento, capacidade de produção de desmoldante, contendo óleo, emulsificante e água, de 30kg/min.
8479.82.10	Ex 187 - Combinações de máquinas para preparação de cola utilizada na produção de chapas de papelão ondulado, automáticas, com capacidade de produção máxima maior ou igual a 1.400kg/batelada (tempo de preparação por batelada de aproximadamente 18 minutos), com sequência de preparação de cola em 10 passos, quantidade de ingredientes ajustáveis e capacidade de armazenar e preparar automaticamente 10 tipos de receitas, compostas de: misturador de alta dissolução (High Shear), com sistema de aquecimento de água a vapor, controles para uso de água reciclada, medição de ingredientes através de células de carga; reservatório de depósito de amido comum com transportador/alimentador de rosca sem fim; reservatório de depósito de amido modificado com transportador/alimentador de rosca sem fim; 4 tanques de armazenagem em aço inox com agitadores e sistema de controle para detectar nível baixo de cola solicitando a preparação automática de novas bateladas, com bombas de circulação de adesivo; 5 tanques auxiliares com sistema automático de adição e dosagem de aditivos líquidos para instalação próxima a máquinas onduladeiras, com bombas de circulação de adesivo; equipadas com controlador lógico programável (CLP) e tela de controle de operação tipo "touchscreen".
8479.82.10	Ex 188 - Cubas de construção sanitária em aço inoxidável austenítico AISI 304 (2B), acabamentos polidos com rugosidade menor que Ra 1ì e tolerância de 0,005%, adequado para contato com alimento, com capacidade compreendida entre 3.000 e 18.000 litros, próprias para mistura e homogeneização de líquidos com densidade de 1g/ml, sem tratamento térmico, dotadas de pá homogeneizadora em aço inoxidável austenítico AISI 304, com motorredutor acoplado com de 60Hz e baixo rpm (25); com mecanismo de aferição de volume com régua milimétrica de aço AISI 316, de gravação a laser, isenta de pintura ou contaminante; tubo de saída com design apropriado para escoamento de até 40L/min; tubo de saída e válvula sanitária em aço inoxidável austenítico AISI 304, com diâmetro de 3polegadas e sentido de fluxo otimizado com funções antiobstrução e antiacúmulo de sólidos ou líquidos; tampa de inspeção de 360 graus em aço inoxidável AISI 304 austenítico, pés niveladores em aço inoxidável AISI 304 austenítico, homologadas com as certificações LNE-10597, ISO 9001:2008 e ISO 14001:2004.
8479.82.10	Ex 189 - Misturadores para homogeneização uniforme de porções de pós e/ou granulados de produtos farmacêuticos, para utilização com contêineres/recipientes de formatos variados, fabricados em aço inoxidável, com dispositivo de elevação com capacidade máxima de carga igual a 400kg, velocidade de rotação ajustável entre 5 e 20rpm, gerenciamento automatizado de programas de mistura, controlador lógico programável (CLP) e interface homem-máquina (IHM), atendendo aos requisitos da norma 21 CFR parte 11 do FDA (Food and Drug Administration).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8479.82.90	Ex 150 - Máquinas para moagem de insumos farmacêuticos em escala piloto, para utilização em laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, capazes de processar lotes laboratoriais de pequena escala (50g a 1kg), e capacidade máxima de processamento de 100kg/h (variável em função das características do produto e tamanho das partículas), com unidade de acionamento servomotorizada com passo de oscilação variável (avanço automático de 2 graus a cada oscilação do rotor) e flange de acoplamento rápido, cabeçote tipo moinho oscilante giratório para partículas com tamanho compreendido entre 20mm e 250µm, específicos para a moagem de produtos de difícil processamento e sensíveis ao calor, com dispositivos de alimentação e descarga de produtos, com controlador lógico programável (CLP) e interface homem-máquina para controle de parâmetros.
8479.82.90	Ex 151 - Trituradores de resíduos de embalagens de papelão e núcleos de bobinas (tubetes) com parede de até 9,5mm, equipados com rodas perfuradoras e rasgadoras sem lâminas de corte, montadas em 3 eixos, trituração realizada em baixa rotação, com mesa de alimentação, motor de 40HP, com sistema de reverso automático de sobrecarga.
8479.89.11	Ex 108 - Máquinas automáticas rotativas para a fabricação de comprimidos por compactação de produtos farmacêuticos em pó, com forças de até 80kN nas zonas de pré-compressão e compressão, e capacidade produtiva de pelo menos 45.000comprimidos/h, dotadas de: módulo de compressão intercambiável principal com rotor de 30 estações para moldagem de comprimidos convexos, 2 cames de enchimento intercambiáveis para 10 e 12mm, 1 jogo de punções e matrizes intercambiáveis para comprimidos com diâmetros de 6,5 e 8mm; módulo de compressão intercambiável secundário, para troca rápida de "setup", com rotor de 30 estações para moldagem de comprimidos convexos, 1 came de enchimento para 10mm, 1 jogo de punções e matrizes para comprimidos com diâmetro de 13mm; 1 braço mecânico para troca dos módulos de compressão intercambiáveis; 2 suportes móveis para acondicionamento e movimentação dos módulos de compressão; 1 desempoeirador; 1 detector de metais; 1 painel de comando com tela táctil e controlador lógico programável.
8479.89.11	Ex 109 - Enfardadeiras de fragmentos de embalagens de papelão, horizontais, com abertura de alimentação com dimensões iguais a 1.816 x 1.029mm, 2 motores de 50HP, força de compressão maior ou igual a 80t, cilindro principal com 9 polegadas de diâmetro, sistema eletro-hidráulico de autoamarração dos fardos com até 5 arames, controlador lógico programável (CLP) e interface homem-máquina (IHM).
8479.89.11	Ex 110 - Prensas hidráulicas com 3 estágios para prensar, cortar em V, compactar e enfardar sucatas com câmara de compactação de 3 lados e canal do fardo revestido em chapas antidesgaste, pressão máxima de trabalho 320bar, pressão de trabalho 280bar, força máxima de compressão 170t, produção média/h de 35t, com dispositivos automáticos para determinar o comprimento do fardo a partir de 300mm, com amarrador do arrame e agulhas, acionado por 1 pistão hidráulico que permite a posição móvel para resíduos sólidos, com tremonha de carga de 1.800 x 1.020mm, dimensão do fardo 1.100 x 1.100mm; com 5 arames; potência do motor 2 x 55kW; volume de carga 2,5m^3 com esteira transportadora.
8479.89.11	Ex 111 - Máquinas compressoras, rotativas, automáticas, para fabricação de comprimidos farmacêuticos, de construção flexível para o processamento de comprimidos monocamada, dupla camada, tripla camada ou de núcleo revestido, com torre intercambiável de 29 estações puncionadoras para conjuntos de punções EU-D (comprimidos com diâmetro máximo igual a 25mm), com capacidade de produção máxima de 69.600 a 174.000comprimidos/h (variável em função das características dos comprimidos), força de compactação igual a 5kN, força de pré-compressão igual a 20 ou 100kN, força de compressão principal igual a 100kN, braço de manipulação para troca de torres e colunas de compressão, sistema automático de controle das forças de compressão, sistema de coleta de poeira, controladas por sistema computadorizado com "software" dedicado e interface homem-máquina (IHM).
8479.89.11	Ex 112 - Máquinas para fechamento de motores elétricos e teste de capacitância, tipo prensa, de acionamento mecânico-hidráulico, de ação simples, dotadas de cilindro pneumático para movimentar entre berços, dispositivo de teste de capacitância, transdutor de força para fechamento, painel de controle com CLP, força de fechamento de 3t com controle de precisão da força, curso de 150mm; ciclo de menor ou igual a 6s; sistema de gestão visual Andon; carga e descarga manual.
8479.89.11	Ex 113 - Prensas para montagem de tampa no induzido de motores elétricos, de ação simples, dotadas de cilindro hidráulico, transdutor de força e cilindro de ar para movimento entre berços; painel de controle com CLP; força de fechamento de 3t com controle de precisão da força; curso de 200mm; ciclo menor ou igual a 6s; sistema de gestão visual Andon; carga e descarga manual.
8479.89.11	Ex 114 - Prensas para inserção de parafusos no alojamento traseiro em carcaças de motores elétricos, de acionamento hidráulico, de ação simples, dotadas de cilindro pneumático para movimentar entre berços, transdutor de força para montagem, painel de controle com CLP, força de fechamento de 10t com controle de precisão da força, curso de 150mm; ciclo menor ou igual a 6s; sistema de gestão visual Andon; carga e descarga manual.
8479.89.11	Ex 115 - Prensas para posicionamento do coletor e montagem dos rolamentos dianteiro e traseiro em motores elétricos, de ação simples, dotadas de mesa, servomotor, painel de controle com CLP, força de fechamento de 1t com controle de precisão da força, curso de 200mm, ciclo menor ou igual a 6s, carga e descarga manual.
8479.89.12	Ex 127 - Aparelhos dosadores e dispensadores de líquidos, com capacidade de 0,1 a 100ml, para dispensar diretamente nos frascos: reagentes agressivos, solventes orgânicos, ácidos, bases e soluções salinas, podendo ser digital, analógico ou de volume fixo, com ajuste fixo ou variável, para uso em rotinas de laboratório.
8479.89.91	Ex 008 - Equipamentos de limpeza por ultrassom, aplicados a peças industriais de grande porte, com dimensões internas de limpeza para peças de até 7.700 x 1.900 x 1.711mm (CxLxA), potência acústica de 184kW, mínimo de 136% de contenção secundária de fluído, sistema de circulação e drenagem de fluidos dotado de bomba, válvulas e tubulações, sistema de remoção de óleo de superfície, berço para apoio de trocadores de calor, painel de controle computadorizado e plataformas exteriores dobráveis.
8479.89.92	Ex 001 - Estabilizadores hidráulicos e propulsores auxiliares para manobras de atração, acionados pelo motor principal, dotados de: 2 asas montadas nas laterais do fundo do casco para estabilização durante movimento ou manobra, medindo cada 200,9cm de comprimento e 86,1cm de altura; 1 sistema estabilizador eletrônico com motor elétrico de 15HP para estabilização com motores principais desligados; 1 sistema propulsor a hélice (bow thruster) de 16 polegadas de diâmetro na proa e 1 sistema propulsor a hélice (stern thruster) de 12 polegadas de diâmetro na popa; eletroválvulas e bombas hidráulicas.
8479.89.99	Ex 179 - Máquinas de fusão de fibra ótica para emenda com alinhamento núcleo a núcleo em 6s e aquecimento de tubo em 9s, com 100 modos de emenda e 30 modos de aquecimento e padrão intencional de perda por emenda de 0,1 a 15dB, com monitor colorido de LCD (ampliação zoom 320X) e sistema de observação simultânea de eixo duplo (X e Y), com entradas USB 2.0 (Mini-B) para comunicação com PC, bateria para 200 ciclos, eletrodo para 5.000 emendas e memória interna para 10.000 registros, tendo um tamanho 146 (L) x 159 (C) x 150mm (A) e peso 2,8kg, totalmente robusta e tem forno e protetores de vento automático, acompanhadas de maleta multi-funcional, são utilizadas para construção de redes de "backbones" e instalação em campo de tecnologias como FTTh, FTTx e LAN.
8479.89.99	Ex 538 - Combinações de máquinas para a impregnação de blocos de motores de veículos com capacidade de 170 ciclos (ou 340 peças) por dia, capacidade de tratar blocos de tamanhos variáveis de entre 582 x 322 x 190mm a 730 x 394 x 207mm (C x L x A), equipadas com portas de fechamento vertical, carregamento frontal semiautomático efetuado por transportador, comprimento total de 9.540mm, com tensão de funcionamento igual a 380V, compostas de: 3 estações com sistema rotativo para drenagem, sendo: 1 estação a vácuo de impregnação equipada com 1 tanque com capacidade de 800 litros e 1 bomba a vácuo com motor com potência de 4kW; 1 estação de lavagem com tanque equipado com sistema de recuperação de resina e capacidade de 880 litros, 1 bomba centrifugadora com potência de 0,37kW e 1 bomba de dosagem química com potência entre 24 e 30W; 1 estação de cura com tanque de capacidade de 675 litros e 1 bomba centrifugadora com potência de 1,5kW.
8479.89.99	Ex 539 - Unidades de montagem por prensagem manual com funcionamento hidráulico, para conjuntos de fixação, até 8t de força de prensagem, trabalhando com toda a série de pinças tipos 6, 10, 15, 25, com utilização de insertos intercambiáveis, pressão de trabalho de 22 a 320bar para ferramentas de 0,2 a 20mm de diâmetro, pesando até 24kg com dimensão de 100 x 70 x 40cm.
8479.89.99	Ex 540 - Máquinas inversoras de pilha de chapas de aço (palete turnover), dotadas de 2 mesas paralelas com fechamento a pressão de 5bar, para acomodar paletes de dimensões de até 2.100 x 3.500 x 380mm (LxCxA), peso máximo de carga de 10.000kg, pilhas de chapas de até 295mm de altura, com tolerância de posicionamento das pilhas de chapas de +-12mm, equipadas com motores categoria IE3 de potência 6,6 e 11kW e cadencia de ciclo em 300s (carregamento do palete, fechamento, rotação, abertura e descarregamento do palete).
8479.89.99	Ex 541 - Módulos de manipulação para entrada, saída e distribuição de tubos de amostras biológicas, com tecnologia de transporte eletromagnético bidirecional, capacidade de se integrar com até 7 equipamentos de ensaios de imunologia e bioquímica, sistema de monitoramento de leitura de códigos de barras multicâmeras com 360° de visão, sistema de priorização de amostra, compartimento de armazenamento de amostras fechado com capacidade para até 440 tubos, compartimento refrigerado para 60 frascos de controle de qualidade e calibradores com temperaturas entre 2 e 8 graus, detecção automática de tubos não suportados com aviso para remoção da amostra, taxa de processamento de até 500tubos/h, capacidade para armazenar dados de até 1 milhão de testes, interface do usuário com monitor de 22 polegadas, sistema operacional e acesso remoto via porta ethernet 1.000 base-t.
8479.89.99	Ex 542 - Camisas de circulação multiposição para controle de produção de areia em poços de petróleo e gás, em operações de "Gravei Pack", "Frac Pack" e completações horizontais, fabricadas em aço inoxidável com 13% de cromo, diâmetro interno mínimo de 6 polegadas e temperatura máxima de trabalho de 325°F.
8479.89.99	Ex 543 - Equipamentos para aplicação de sabor em cigarros e filtros, sendo unidade móvel com bomba de alta precisão para borrifar os sabores líquidos (mentol), com tanque de trabalho de 5L e tanque móvel externo de 45L, controle de temperatura para derretimento dos sabores de 20 a 70°C, controle de dosagem de alta precisão de 1 a 480g/min, bomba com fonte de ar de 4 a 6bar, capacidade de trabalho para máquinas cigarros a velocidade de 1.000 a 20.000cig/min, capacidade de trabalho máquina de filtros a velocidade de 2 x 600m/min, unidade de controle em circuito fechado, energia 3 x 400V/AC-50Hz/8kW.
8479.89.99	Ex 544 - Máquinas de fusão seletiva a laser para manufatura aditiva de peças metálicas, na qual 2 feixes de laser atuam sobre a deposição de uma camada fina de pó metálica processado, com envelope de construção de 280 x 280 x 360mm, 2 lasers de fibra simultâneos de 400W, taxa de construção de até 88cm^3/h, diâmetro do foco do feixe de laser de 80 - 115mm, velocidade máxima de varredura do feixe de luz de 10m/s, capazes de trabalhar com pós metálicos de ligas de alumínio, níquel, titânio, cobalto, aço inoxidável e aço ferramenta.
8479.89.99	Ex 545 - Máquinas semiautomáticas para processamento de fios e cabos coaxiais, dotadas de dispositivos para cortar no comprimento programado, decapar a isolação interna e externa, abrir e dobrar para trás a malha, cortar a folha de contato, crimpar o condutor central e montagem do corpo do terminal, interface do usuário com PC, "software" dedicado e painel de controle sensível ao toque multilíngue, com tempo de ciclo nominal de 15segundos/peça.
8479.89.99	Ex 546 - Máquinas automáticas para carregamento e montagem do disco "intercooler" e da bucha inferior no corpo do estator, com alimentação através de vibradores externos, mesa rotativa, motor elétrico de 0,12kV/203/400V, rpm de 1.380 giros/min, de ciclo de trabalho de 5,5s, capacidade de produção 460 a 550conjuntos/h.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8479.89.99	Ex 547 - Estações de montagem, solda e controle de qualidade, aplicadas na montagem de alternadores elétricos de uso automotivo, dotadas de estrutura em liga de alumínio 5083, sistema de transferência linear através de cilindros pneumáticos com pressão de trabalho da máquina de 6bar, painel elétrico para comando e controle com tensão nominal de 415V, sistema de extração de fumaça, sistema de solda SIT HOT2 de 150W, câmara colorida com lente de aumento e "display" de 20 polegadas.
8479.89.99	Ex 548 - Combinações de máquinas para a fabricação de lenços umedecidos feitos de não tecidos (falsos tecidos), interdobrados em Z, capacidade máxima de produção de 80pacotes/min, 400cortes/min ou 80m lineares/min, com controlador lógico programável (PLC), compostas de: 2 módulos com 4 desbobinadores de não tecido cada, sendo 4 bobinas em processo e as outras 4 bobinas em espera (standby), diâmetro máximo de 1.200mm com troca automática sem parada da máquina; 1 módulo de corte rotativo por meio de lâminas; 1 módulo de dobra com 20 conjuntos de placas de dobragem em Z, largura dobrado de 95 a 115mm e comprimento dobrado de 130 a 200mm; 1 esteira para transporte das folhas dobradas; 1 módulo de aplicação de loção dotado de 2 tanques de 1.000 litros, 1 tanque fechado de 600 litros, bombas e medidor de fluxo; 1 módulo de corte reto nos tamanhos pré-determinados; 1 módulo de empilhamento com capacidade máxima de 120 lenços/pilha e altura máxima de 110mm/pilha; 1 embaladora automática tipo "flow pack" com 2 desbobinadores de filme PE, dispositivo de detecção de emenda e descarte da pilha, aplicador de etiqueta e sistema de selagem.
8479.89.99	Ex 549 - Máquinas para a inserção de componente hélice em rotor magnético, com alimentação através de vibradores e robô, com movimentos orbitais de 3 graus de liberdade "pick and place", com capacidade de armazenamento de 460 a 550componentes para inserção/h, com ciclo de trabalho de 5,5s.
8479.89.99	Ex 550 - Máquinas automáticas para produção de molejos para colchões de molas, com formato barril ou cilíndrica, ensacadas em falso tecido, com diâmetro da mola ensacada maior ou igual a 37mm, e não superior a 75mm, altura da mola ensacada maior ou igual a 60mm e não superior a 250mm, capacidade de produção de 12 a 14fileiras/min, com 3 alimentadores das molas ensacadas.
8479.89.99	Ex 551 - Equipamentos para manutenção de célula eletrolítica, responsáveis pelo transporte e posicionamento do corpo da célula para operações de remoção e instalação do ânodo, dotados de portal com sistema de elevação com capacidade até 1.500kg e de rotação com capacidade de giro de 180°, carro transportador sobre esteira operado por controle remoto, armário de controle com painel de tela sensível ao toque.
8479.89.99	Ex 552 - Máquinas automáticas para fabricação de discos abrasivos (tipo flap) de lixa, com cabeçote automático de corte de alta velocidade trabalhando simultaneamente com a mesa rotativa de 8 posições, com diâmetros de 100 a 180mm, com capacidade máxima de 15peças/min, com 2 rolos e 2 suportes de lixa, com tambor de resina automático para colar os flaps, controladas por 1 controlador logico programável (CLP).
8479.89.99	Ex 553 - Máquinas para testar as rpm antes da ruptura dos discos flap de lixa, para verificação e avaliação da segurança, com velocidade de rotação máxima de 30.000rpm, equipadas com uma turbina e 1 multiplicador de velocidade.
8479.89.99	Ex 554 - Máquinas de automação para montagem de dispositivo médico descartável, em mesa giratória dotada de 7 estações de trabalho de alimentação dos componentes, sendo estes: tubos de diâmetro interno maior ou igual a 2,9mm, mas não superior a 3,1mm e diâmetro externo maior ou igual a 4mm, mas não superior a 4,2mm, com comprimento entre 670 e 730mm, pinça "clamp" e câmara de gotejamento, com capacidade de produção de até 10peças/min, com controle por CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 555 - Máquinas de automação para montagem de dispositivo médico descartável, em mesa giratória dotada de 8 estações de trabalho de alimentação dos componentes, sendo estes: tubos de diâmetro interno maior ou igual a 0,9mm, mas não superior a 1,1mm, diâmetro externo maior ou igual a 1,9mm, mas não superior a 2,1mm, com comprimento maior ou igual a 1.120mm, mas não superior a 5.080mm, "luer lock" macho e fêmea, com capacidade de produção de até 8peças/min, com controle por CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 556 - Máquinas de automação para montagem de dispositivo médico descartável, em mesa giratória dotada de 10 estações de trabalho de alimentação dos componentes, sendo estes: tubos de diâmetro interno maior ou igual a 2,9mm, mas não superior a 3,1mm, diâmetro externo maior ou igual a 4mm, mas não superior a 4,2mm, com comprimento entre 190 e 210mm, "luer lock" macho e injetor lateral, com capacidade de produção de até 10peças/min, com controle por CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 557 - Máquinas automáticas para expansão de tiras de chumbo, para serem utilizadas na produção de baterias automotivas chumbo-ácido, dotadas de perfurador de tiras, com capacidade para perfuração de orifícios com 12 x 10mm, dispositivo de punção para recorte e expansão das tiras com cabeçote prismático com força nominal de 100kN e potência de 30HP, curso da ferramenta de 20mm e profundidade máxima de corte de 6mm e capacidade para 545golpes/min, recortador de alças para formação de alças (orelhas), com força nominal de 500kN, deslocamento de 50mm e ângulo de alimentação de 210°, capazes de produzir 26m/min de tiras expandidas com espessura entre 0,72 e 1mm, tolerância de espessura de +/-0,6mm e de largura de +/-0,5mm, com mecanismo de alimentação e solda das tiras, com capacidade máxima para 2 bobinas simultaneamente, pesando 900kg cada, e variação da velocidade de enrolamento feita por meio de controlador de frequência, com controle de "loop"; sensor ultrassônico e controle PLC.
8479.89.99	Ex 558 - Máquinas para bobinamento duplo de fio de cobre em armaduras de motores elétricos, de operação vertical, dotadas de duplo cabeçote, 13 eixos para verificação da quantidade de voltas em determinado número de espiras, controle simultâneo da tensão do fio por dinamômetro, 2 carretéis de fio, braço robótico para carga e descarga, dispositivo de desbobinamento, tesoura para corte de fio sem desperdício, sistema de gestão visual Andon, potência de 3kW, frequência 50-60Hz, peso da peça em operação de 300g, diâmetro 90mm, altura 100mm.
8479.89.99	Ex 654 - Equipamentos automáticos para frisamento de capacitores eletrolíticos de alumínio, com velocidade variável de 10 a 60peças/min.
8479.90.90	Ex 290 - Conjuntos de dispositivos de manipulação e automação especialmente construídos em alumínio, pneumáticos e controlados por PLC em conjunto com a injetora, para atuar com robôs de 4 eixos, tipo cartesiano, com ciclo de operação de 50s, total de 72peças/h, aplicados no processo de dupla injeção, caracterizados como parte de robôs de manipulação, para fabricação de difusor de ar em plástico para veículos automotores.
8479.90.90	Ex 291 - Conectores para montagem rápida de sistemas de controle de areia em poços de petróleo horizontais com ferramenta multiposicional, de aço liga de 13% de cromo, diâmetro externo máximo de 8,12 polegadas, temperatura de trabalho entre -20 e 400°F.
8480.71.00	Ex 143 - Moldes de 32 cavidades para fabricação de tampas plásticas para embalagens PET para óleos comestíveis, dotados de sistema de moldagem por meio de elementos móveis com acionamento por mecanismo pneumático e monitoramento por sensores indutivos; com machos produzidos por estereolitografia metálica, cavidades e demais componentes da zona moldante produzidos em aços especiais e cobre-berílio, com revestimento especial tipo DLC; com sistema de injeção por meio de canais quentes internos com sensores térmicos; utilizados para a injeção de polietileno de baixa densidade com tempo do ciclo de moldagem abaixo de 4s e variação radial de espessura das tampas menor que 0,02mm.
8480.71.00	Ex 144 - Conjuntos de 2 moldes de 48 cavidades (cold half) e 48 machos, e suas respectivas peças de reposição intercambiáveis, distância entre centros de cavidades de 60(V) x 152(H)mm confeccionados em aço especial e anticorrosivo, para fabricação de pré-formas de politereftalato de etileno (PET), respectivamente, de 41,4, 18,70 e 37g e diâmetros dos gargalos (interrompidos) de 33, 38 e 33mm, com capacidade de produção igual ou superior a 15.000 pré-formas/h, com machos tratados com titânio, cavidades, suportes e demais componentes moldantes intercambiáveis, dotados de placas extratoras para retirada das pré-formas por meio de ar comprimido e resfriamento duplo nas castanhas, com tubos de resfriamento, projetados e desenvolvidos especificamente para uso em máquinas injetoras de 3.500kN.
8480.71.00	Ex 145 - Moldes de injeção por alta pressão, construídos com 1 ou múltiplas cavidades, para fabricação de peças plásticas, com machos e postiços produzidos com tecnologia de impressão 3D em aços especiais, cavidades e demais componentes moldantes produzidos em aços especiais e/ou cobre-berílio, com sistema de extração mecânico e/ou pneumático e sistema de injeção equipado com controle de temperatura em todas as cavidades, temperatura de operação entre 180 e 300°C, e capazes de produzir peças com espessura das paredes de 0,5 até 5mm, sendo capazes de processar diversos tipos de polímeros, tais como: polietileno, poliestirenos, ABS, policarbonatos, poliamidas.
8481.10.00	Ex 017 - Válvulas reguladoras de pressão e vazão, para utilização em poços de petróleo e gás em águas profundas de até 3.048m, capazes de suportar uma pressão de trabalho de até 10.000psi, e temperatura entre -29 e 149°C, com diâmetro interno de passagem de 5 1/8 polegadas.
8481.20.90	Ex 047 - Válvulas de controle direcional (DCV) eletro-hidráulicas de 3 vias e 2 posições, corpo em aço inox 316, acionadas por dupla bobina para abrir e fechar por pulsos elétricos, para regulação da produção submarina de petróleo e gás, com capacidade de operação em águas profundas de até 4.000m equivalente à pressão ambiente de 400bar, pressão de trabalho entre 69 e 1.137bar.
8481.40.00	Ex 007 - Válvulas de alívio para drenagem de gás, visando a manutenção da pressão interna no anular de tubos flexíveis em poços de petróleo e gás, com ou sem adaptador, com capacidade para operar em lâmina de água de até 3.000m de profundidade, à pressão de trabalho de até 2bar, fabricadas em aço inoxidável e/ou ligas de níquel.
8481.80.21	Ex 006 - Válvulas de expansão do tipo eletrônica, construídas em aço inox, cobre e bronze, para aplicação em sistemas de ar condicionado com tecnologia VRF "setfree", com ranges de temperatura compreendidos entre -30 e +75°C, diferença de pressão entre a entrada e saída de 2 a 3,5MPa e pressão de estanqueidade em até 4,6MPaG, nas capacidades entre 3 e 360kW, compatíveis com os fluídos refrigerantes R410A, R134a e R407c.
8481.80.93	Ex 008 - Válvulas gaveta, do tipo faca, com dimensão nominal de 16 polegadas (400mm), com corpo fundido, gaveta e assento metálico, em aço inox 347, haste estendida, extremidade com furação para flange ASME Classe 150 Libras (ANSI B16.5), com 4 furos de ½ polegada para injeção de vapor, temperatura máxima de projeto de 1.000°F, acionadas por atuador motorizado de 57rpm, 440V, de 3 fases e 60 ciclos, suportadas por estrutura metálica em aço carbono.
8481.80.95	Ex 025 - Válvulas tipo esfera, para utilização em instrumentação de circuitos hidráulicos, capazes de suportar uma pressão de trabalho de até 15.000psi, com diâmetro interno de passagem de até 1polegada, com acionamento manual.
8483.40.10	Ex 212 - Caixas de engrenagem para multiplicação de rotação e transmissão de torque, para aplicação em aerogeradores, com 3 estágios de multiplicação, sendo o primeiro de engrenagens planetárias e os demais de engrenagens helicoidais de eixos paralelos, com rotação nominal de entrada 17,7 revoluções/min (rpm), com relação de multiplicação de velocidade de 1:85,71, com torque nominal de entrada de 947kNm e com torque máximo de entrada de 2.888kNm.
8483.40.10	Ex 213 - Caixas de engrenagem para multiplicação de rotação e transmissão de torque, para aplicação em aerogeradores, com 3 estágios de multiplicação, sendo o primeiro de engrenagens planetárias e os demais de engrenagens helicoidais de eixos paralelos, com rotação nominal de entrada 16,14 revoluções/min (rpm), com relação de multiplicação de velocidade de 1:89,47, com torque nominal de entrada de 1.021kNm e com torque máximo de entrada de 2.775kNm.
8483.40.10	Ex 214 - Caixas redutoras de engrenagens, para posicionamento e giro de calha de carregamento de matéria-prima em alto-forno, faixa de posicionamento do ângulo de 0 a 55°, rotação de 600 a 1.500rpm, refrigeradas a água, com 2 redutores de inclinação (direito e esquerdo) com fator de redução de 135,92:1, e 1 redutor planetário com fator de redução de 41:1/33,62:1, sistema de lubrificação centralizada externa com 2 painéis, 4 distribuidores e 27 pontos de lubrificação, sistema de lubrificação interna com 2 tanques de graxa de 2,5 litros e 4 pontos de lubrificação por redutor, sistema de instrumentação completo com 2 termopares e 2 sensores de nível, sistema de refrigeração interna por gravidade com vazão nominal de 16m³/h, 2 janelas de inspeção para acesso aos redutores de inclinação e 1 janela de inspeção para acesso às engrenagens do redutor planetário, e 1 bica central inferior com diâmetro nominal de 750mm.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8483.40.10	Ex 215 - Unidades hidráulicas com motor AC 24V, 1,2kW, bloco de alimentação com kit de vedação da bomba do motor; válvula de retenção; válvula de alívio e pressão; solenoide 24V; kit de vedação da válvula; reservatório de óleo com 0,75 litros de capacidade; válvula elétrica pilotada 24VDC.
8483.40.10	Ex 216 - Caixas de engrenagem para multiplicação de rotação e transmissão de torque, para aplicação em aerogeradores, com 3 estágios de multiplicação, sendo 2 estágios de engrenagens planetárias e 1 estágio de engrenagens helicoidais, com rotação nominal de entrada de 17,4 revoluções/min (rpm), com relação de multiplicação de velocidade de 1:120,17, com torque nominal de entrada de 933kNm com potência nominal de 1.500kW.
8483.60.90	Ex 034 - Acoplamentos limitadores de torque, para montagem em eixos planos e conexão por acoplamentos elásticos ou de engrenagens e flanges, com princípio de transmissão por força de fricção gerada pelo atrito entre superfície interna de atrito e eixo do elemento girante a ser protegido, dotados de câmara de expansão por pressurização hidráulica, anel cisalhante e tubo de cisalhamento, torque de desarme entre 1 e 580kNm.
8504.21.00	Ex 001 - Transformadores híbridos de potencial elétrico, de dielétrico líquido, de construção indutiva, selados hermeticamente, tensão nominal primária mínima de 19kV ou máxima de 210kV, tensão de fase nominal secundária mínima de 110V ou máxima de 9kV, potência térmica nominal maior que 10kVA e menor que 350kVA, quantidade de enrolamentos secundários mínima de 1 ou máxima de 2, frequências de 50 ou 60Hz, com buchas condensivas verticais de porcelana ou poliméricas, distância de escoamento entre 25 e 31mm/kV, com válvula de alívio de sobre pressão, com indicador de nível de óleo, apresentando os parâmetros de dimensões: profundidade menor que 1.800mm, largura menor que 1.800mm e altura máxima de 5.500mm, volume de óleo mínimo de 260 litros e máximo de 2.100 litros.
8514.30.11	Ex 002 - Fornos elétricos industriais horizontais com aquecimento por resistência para sinterização de pérolas diamantadas, de diâmetro e comprimento variáveis, com 7 zonas de temperaturas diferentes e temperatura máxima de 1.200°C, túnel de 9,5m de comprimento com correia transportadora automática de carga com velocidade de 300mm/min, 1 quadro de gás, sistema de arrefecimento por circulação de água e controle por quadro elétrico de comando com painel LCD e PLC.
8515.19.00	Ex 001 - Máquinas automáticas para soldadura por pontos, de fios de cobre ou outros metais em comutadores de motores elétricos, de alta precisão, dotadas de sistema de indexação com 22 movimentos, fonte de energia, controlador programável, controlador de temperatura d'água, diâmetro e comprimento máximos da peça em produção 90 x 74,8mm, corrente máxima de soldagem de 9,9kA, potência de até 3.500W, suporte de soldagem com pressão de até 300N, carga do eletrodo de 60kg, velocidade do eletrodo de 50mm/s tempo de fusão de 100ms, capacidade de refrigeração de água de 2,5L/min, sistema de gestão visual Andon; carga e descarga manual.
8515.19.00	Ex 002 - Máquinas de solda por ponto de fios de cobre em comutadores de motores elétricos, automáticas, dotadas de mesa de precisão X-Y, 2 eixos, fonte de energia programável para corrente até 4.000A e potência de até 3.500W, CLP, pressão de contato das partes a soldar até 600N, temperatura de trabalho até 800°C, potência de entrada de 15,5kW, frequência de 50-60Hz, ciclo de 11s, sistema de gestão visual Andon, carga e descarga manual.
8515.21.00	Ex 167 - Máquinas automáticas de solda por resistência, aplicadas no processo de montagem dos terminais do coletor até o enrolamento do rotor de alternador, contendo painel elétrico, transdutor linear, sistema de medição de força e medição de corrente elétrica, com funcionamento do sistema pneumático a 6bar e corrente máxima de solda de 25kA.
8515.80.90	Ex 104 - Máquinas automáticas para soldagem, por indução, de pastilhas de metal duro em serras circulares de diâmetro compreendido entre 100 a 810mm, com controle de quantidade de dentes por serra, dotadas de gerador de frequência com potência 5,6kW, controladas por CLP (controlador Lógico Programável).
8543.90.90	Ex 002 - Células eletrolíticas, de uso exclusivo em equipamento de eletrólise da água do mar, para obtenção de hipoclorito de sódio (cloro) líquido, dotadas de anodo externo (polo positivo) fabricado com tubo concêntrico de titânio com revestimento interno de platina, com diâmetro nominal de 38mm e comprimento de 395mm; cátodo externo (polo negativo) fabricado com tubo concêntrico de titânio, com diâmetro nominal de 38mm e comprimento de 395mm; conexões roscadas, fabricadas em CPVC (cloreto de polivinil clorado), com comprimento de 100mm e anel O fabricado em fluorcarbono (FKM) montado na parte interna; núcleo tubular com extremidade negativa (cátodo) fabricada em titânio e extremidade positiva (anodo) fabricada em titânio com revestimento externo de platina.
8543.90.90	Ex 003 - Módulos de comunicação, comando e monitoramento com 2 entradas e 2 saídas, para controle de acionamento em rampa configurável de 50 até 1.500m, roletes motorizados, com endereçamento estendido para até 62 escravos na mesma rede, alimentação das entradas e saídas via fonte auxiliar, entradas e saídas com cabos com conectores injetados M8, indicação luminosa de status de comunicação, alimentação entradas e saídas, conexão rápida através de perfuração do cabo com contato banhado a ouro.
8543.90.90	Ex 004 - Módulos de comunicação, comando e monitoramento com 3 entradas e 3 saídas, com endereçamento estendido para até 62 escravos na mesma rede, alimentação das entradas e saídas via fonte auxiliar, entradas e saídas com cabos com conectores injetados M8, indicação luminosa de status de comunicação, alimentação entradas e saídas e conexão rápida através de perfuração do cabo com contato banhado a ouro.
8607.99.00	Ex 010 - Equipamentos para tração diesel-hidráulica, montados em estrutura tipo chassi de sustentação em conjunto com 2 redutores montados com eixos para utilização ferroviária, dotados de: motor diesel de 6 cilindros de 338kW, transmissão hidromecânica de 4 velocidades, caixa de redução com reversor integrado, sistema de arrefecimento, sistema de exaustão, compressor de ar e filtros.
8701.30.00	Ex 019 - Tratores agrícolas de esteira de borracha ou metal, acionados por motor a diesel de até 4 cilindros, potência máxima igual ou inferior a 101HP, torque máximo igual ou inferior a 410Nm a 1.300rpm, velocidade de deslocamento de 0,4 a 12km/h, largura total igual ou inferior a 1.750mm, distância entre eixos igual ou inferior a 1.656mm, altura até o topo da cabine igual ou inferior a 1.943mm, engate traseiro de 3 pontos com capacidade de levante igual ou inferior a 3.720kg, nas versões cabine ou "rops" (proteção contra capotamento).
8701.92.00	Ex 003 - Tratores isodiamétricos (quatro rodas de mesmo tamanho), para trabalho em colinas e montanhas, dotados de articulação horizontal de chassi oscilante de 15graus, que permite operação em terrenos de até 30graus de inclinação lateral, com motor diesel de 4 cilindros, potência de 36,8kW, rotação máxima de 3.000rpm, 2.190 cilindradas, câmbio de 12 marchas (8 a frente e 4 a ré) e levante hidráulico com capacidade de 2.000kg.
8716.20.00	Ex 003 - Carrinhos para colheita de tomates, exclusivamente desenvolvidos para uso em estufas de vidro, dotados de rodas metálicas para uso sobre trilhos e rodas de borracha centrais para uso em piso cimento, mesa prateleira de 2.420mm de comprimento e 400mm de largura, chassi tipo monobloco, com comprimento de 2.426mm e largura de 480mm, com engate para conexão com outros carrinhos e acoplamento em veiculo AGV (Automated Guided Vehicle).
8905.10.00	Ex 010 - Dragas flutuantes de sucção e recalque, desmontáveis, sem propulsão, com acionamento diesel-hidráulico, comprimento sobre os pontões de 13,41m, boca de 5,72m e pontal de 1,51m, diâmetro de sucção de 390mm e de descarga de 390mm, profundidade de dragagem de 8m e calado com os tanques cheios de 1,10m, potência total instalada de 483kW, cortador com acionamento direto e potência de 55kW, máximo 35rpm e diâmetro de 955mm, equipadas com 1 motor diesel, bomba de dragagem com mancal incorporado a caixa redutora e embreagem, 2 guinchos de giro e 1 guincho da lança acionados por sistema hidráulico independente, tração de 40kN na 1ª camada, uma guindaste de convés com capacidade de suspensão de 15kN e 2,80m de alcance e pás desagregadoras de perfuração com 11m de comprimento e 368mm de diâmetro.
8905.10.00	Ex 011 - Dragas flutuantes de sucção e recalque, desmontáveis, sem propulsão, com acionamento diesel-hidráulico, comprimento sobre os pontões de 16,96m, boca de 6,99m e pontal de 2,01m, diâmetro de sucção de 450mm e de descarga de 450mm, profundidade de dragagem de 10m e calado com os tanques cheios de 1,40m, potência total instalada de 895kW, cortador com acionamento direto e potência de 110kW, máximo 34rpm e diâmetro de 1.330mm, equipadas com 1 motor diesel, bomba de dragagem com mancal incorporado a caixa redutora e embreagem, 2 guinchos de giro e 1 guincho da lança acionados por sistema hidráulico independente, tração de 57kN na 1ª camada, uma guindaste de convés com capacidade de suspensão de 20kN e 2,80m de alcance e pás desagregadoras de perfuração com 13,85m de comprimento e 457mm de diâmetro.
9011.80.90	Ex 008 - Microscópios cirúrgicos, com sistema de zoom motorizado de fator 6:1 e foco motorizado variável de 207 a 470mm sem necessidade de troca de lentes; manoplas tipo "joystick" para ajuste do zoom, foco e intensidade da iluminação; oculares de campo amplo de 10x ou 12,5x; fonte de iluminação dupla xenôn de 180W integrada à estativa conduzida por fibra ótica; diafragma de campo de iluminação automático, sistema de proteção para o paciente por meio do controle automático de intensidade da iluminação de acordo com a distância de trabalho; braço pantográfico com ajuste de balanceamento mecânico e eletrônico nos 2 eixos que compõem o conjunto ótico; "display" de LCD "touchscreen" que permite a visualização e ajustes dos parâmetros de zoom, focalização e iluminação, com memorização de até 10 usuários com parâmetros diferentes.
9011.80.90	Ex 009 - Microscópios cirúrgicos com estativa de solo móvel com sistema de freios eletromagnéticos em todos os eixos, com sistema de balanceamento eletrônico automático em todos os eixos; foco motorizado variável de 225 até 600mm sem a necessidade de troca de lentes objetivas, sistema de zoom motorizado com fator de 6:1; sistema de iluminação conduzida por fibra ótica com lâmpada xênon de 400W e lâmpada reserva idêntica e sistema de troca automática da lâmpada com horímetro digital, possuem binóculo principal com ângulo de rotação de 360°, sistema de co-observação estereoscópica de 3 eixos e giro de imagem 360°, oculares de campo amplo de 10x ou 12,5x; sistema de vídeo de alta definição integrado, tela de vídeo acoplada em braço flexível de 700mm com rotação e inclinação.
9018.12.90	Ex 006 - Equipamentos para diagnóstico de fibrose hepática, dotados de tecnologia por elastografia impulsional controlada, estojo com 1 PROBE - M (para mediação do grau de rigidez do fígado em paciente adulto) portátil, dotados de: console principal responsável por controlar a ação dos "probes" e de processar os dados oriundos dos mesmos, evidenciando os resultados na tela do monitor, possui também transferência dos dados por memória USB ou solução de impressão.
9018.19.80	Ex 030 - Equipamentos para eletrodiagnóstico e terapêutica por estimulação magnética transcraniana, dotados de: unidade principal geradora de pulsos até 30Hz, unidade de refrigeração líquida, bobina refrigerada em figura-de-oito angulada e, opcionalmente, unidades de recarga rápida, bobina em duplo cone, unidade para captação de miografia, bobina circular ou bobina em figura-de-oito sem refrigeração.
9018.19.90	Ex 007 - Módulos de aparelho de mapeamento cardíaco, dotados de placa eletrônica de circuito impresso montada com componentes eletroeletrônicos - ACL T (advanced current localization transmission card) x FRU (field replaceable unit) para localização e transmissão avançada de cateter, alimentação elétrica: 100-240V; 50/60Hz, pressão atmosférica de funcionamento mínima 700hPa e máxima 1.050hPa.
9018.19.90	Ex 008 - Tampas dotadas de fibra de vidro e plástico de acabamento frontal do magneto de ressonância magnética, com isolamento acústico para redução do ruído emitido pelo equipamento durante o escaneamento de pacientes.
9018.19.90	Ex 009 - Tampas de acabamento traseira, de magneto, de ressonância magnética, com isolamento acústico para redução do ruído emitido pelo equipamento durante o escaneamento de pacientes.
9018.19.90	Ex 010 - Módulos dotados de circuitos eletrônicos, de aquisição, armazenamento e processamento de imagens de sistema PAC SRI, para instalação em equipamentos de ressonância magnética.
9018.50.90	Ex 068 - Campímetros computadorizados para exames funcionais de identificação, medição e acompanhamento da perda do campo visual do olho, com estímulo de intensidade máxima de 10.000asb, branco no branco, campo visual central até 30°, cúpula do campímetro integrada é ajustável, do tipo fechada, dispensando a necessidade de sala escura, com 1 raio de 30cm, iluminação padrão de 31,4asb e suporte de lentes, com grade de 135 pontos de teste incluindo os padrões de triagem 24-2, 30-2, interface USB padrão e "software" próprio.
9018.50.90	Ex 069 - Aparelhos para verificação automática da refração do globo ocular, ceratametria da córnea, medição do diâmetro pupilar.
9024.10.10	Ex 001 - Máquinas de tração automáticas, com extensometria de contato, manipulação automática de amostra, leitura de amostras por código de barras e com capacidade de carga hidráulica para teste de tração de 250kN, faixa dimensional de amostras para ensaio plano com espessura de 0,20 até 12,70mm e cilíndricos com diâmetro de 8 a 14mm.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9024.80.90	Ex 041 - Analisadores de indentação instrumentada para análises de dureza, módulo de elasticidade, deformação, tensão, fadiga, relaxação, propriedades visco-elásticas, resistência a fratura, energias elástica e plástica, através de diferentes pontas de indentação, realizando até 600medições/h, com força configurável de 0,1 a 3.000mN, com resolução de 6µN, controlados eletronicamente através de 1 circuito de malha fechada, por diferentes modos de aplicação de carga, linear, progressivo, senoidal, podendo ser customizado, configurável até 1.000mm, com resolução de 0,03nm, com microscópio óptico com até 4 objetivas, com sensor de emissão acústica.
9024.80.90	Ex 042 - Máquinas automáticas para teste de resistência de concreto à compressão, com realimentação digital em circuito fechado e capacidade de gravação de 10 perfis de teste por canal, dotadas de motor de acionamento em duplo estágio, bomba de duplo estágio de 1HP de baixa pressão centrífuga para aproximação rápida e chaveamento, para carregamento de alta pressão radial multipistão, sistema para economia de energia com ajuste da taxa de fluxo de óleo e da pressão de até 700bar e calibração multinível com precisão de +/-1% a partir de 1% até a carga de compressão máxima.
9027.10.00	Ex 100 - Analisadores de gás hidrogênio, com medições contínuas e precisas da concentração do gás hidrogênio em correntes gasosas, dotados de uma membrana de polímero condutora de prótons, eletrodos de platina, e sensor eletroquímico para análise em um "range" de 400ppm a 100% v/v, +/-1% de precisão, repetibilidade de 0,6%, sinal de saída de 4 a 20mA.
9027.10.00	Ex 131 - Equipamentos modulares para monitoramento "online" de variáveis de transformadores de potência, de bancos de transformadores e de reatores, com "carthes" de entrada e saída, montados de acordo com as variáveis, com módulo de entrada analógica capaz de monitorar até 8 parâmetros, precisão de entrada de +/-0,5%, temperatura em ambiente líquido de -40 a 120°C e temperatura de enrolamento de -40 a 200°C, módulo de entrada digital capaz de avaliar até 14 entradas, tensão máxima de 250Vcc e tensão limite superior a 75Vcc, memória com capacidade de registrar até 100 variáveis, interface com sensores disponíveis, monitoramento de buchas pelo método absoluto, monitoramento de temperatura direta por fibras ópticas, por meio da tecnologia de Arseneto de Gálio e precisão de +/-1°C e medição de descargas parciais (método UHF).
9027.30.19	Ex 030 - Espectrômetros elementares de emissão ótica de eletrodo rotativo (RDE-OES) para monitoramento da condição de diferentes tipos de fluidos; atendem às normas ASTM D6595 para óleos e ASTM D6728 para combustíveis; tempo de análise de 30s; analisam de 15 até 31 elementos, dependendo da calibração na fábrica, de Li a Pb com faixa analítica 0 - 1.000ppm; volume de amostra de 2ml; temperatura de operação de 0 a 40°C; termicamente estabilizado a 40°C com resolução de +/-1°C; faixa espectral de 201 a 810nm.
9027.50.20	Ex 041 - Analisadores de enxofre total "on-line" para combustíveis, com detector por fluorescência ultravioleta pulsada (PUVF), injeção de amostra de 1 microlitro, controle automático de intensidade de lâmpada UV, câmara de mistura utilizando ar, pirolizador, para uma ou 2 correntes de processo, para uso em área classificada consistente com método ASTM D-5453.
9027.50.20	Ex 105 - Aparelhos automáticos para ensaios imunoenzimáticos, utilizando a tecnologia ELISA, com absorbância por meio de fotometria em microplacas, com capacidade máxima de processamento variando de 2 a 7 microplacas simultâneas e quantidade máxima de até 16 ensaios por microplaca, equipados com sistema de pipetagem, transportador de placa, lavadora e leitora de "ELISA", 4 posições de microplacas com funções de incubação e agitação, sistema de "racks" com identificação por código de barras.
9027.50.20	Ex 106 - Sistemas digestores com aquecimento por radiação infravermelha; construídos em aço e alumínio com resistência à corrosão por ácido; resistência elétrica para aquecimento dos tubos por indução; sistema de exaustão inclusa para coleta dos vapores ácidos gerados durante a digestão; até 9 diferentes programações de temperatura de aquecimento; sistema com uniformização da temperatura em todo o bloco; isolamento térmico; dispositivo de segurança para proteção contra superaquecimento e oscilações de rede elétrica; temperatura máxima de 650°C.
9027.50.90	Ex 104 - Instrumentos para extração automatizada de ácidos nucleicos (DNA) de amostras líquidas, amplificação e detecção do DNA alvo (para análises químicas), por meio das tecnologias da reação em cadeia da polimerase (PCR) ou amplificação por deslocamento de cadeia (SDA), as quais emitem sinais fluorescentes de acordo com o material amplificado, com capacidade para analisar até 30 ou 46 amostras por vez, dependendo do teste.
9027.50.90	Ex 131 - Analisadores automáticos para ensaios de bioquímica através da tecnologia de fotometria, turbidimetria e eletrólitos, para auxílio no diagnóstico in vitro de alterações e doenças, com capacidade de até 1.800testes/h em amostras de sangue ou plasma sanguíneo (soro) ou fluído cerebroespinhal (CSF) ou urina, com seleção de 11 comprimentos de onda nostestes de fotometria na faixa de 340 a 805 nanômetros, capacidade detestes automáticos repetitivos e detestes adicionais baseados nos primeirostestes ou na combinação detestes, com 2 compartimentos refrigerados para reagentes com até 70 posições cada e sistema dispensador com 2 ponteiras com sensoriamento de nível de líquido.
9027.50.90	Ex 132 - Analisadores automáticos de imunoensaios com tecnologia utilizando avançado marcador quimioluminescente éster de acridina, para auxílio no diagnóstico in vitro de alterações e doenças, com capacidade entre 220 e 440testes/h em amostras de sangue ou plasma sanguíneo (soro) ou fluído amniótico ou urina, capacidade detestes automáticos repetitivos a partir da amostra original e detestes adicionais baseados nos primeirostestes ou na combinação detestes, com compartimento de reagentes com controle de temperatura e umidade e sistema dispensador com 3 ponteiras com sensoriamento de nível de líquido.
9027.50.90	Ex 133 - Aparelhos modulares para processamento de amostras e determinação final dos parâmetros de contagem de até 47 parâmetros hematológicos, sendo: 20 parâmetros de leucócitos (WBC) e 21 parâmetros de hemácias (RBC) em dispersão óptica e fluorescência, 6 parâmetros de plaquetas por dispersão óptica, análise de hemoglobina por espectrofotometria de absorção, contagem de reticulócitos por marcação fluorescente do RNA em volume de amostra de 100µl (aberto e/ou fechado), com avaliações gráficas, por meio de tecnologia laser "MAPSS" (Multiângulo de Dispersão e Separação da Luz Polarizada) com 7 ângulos de dispersão e marcadores fluorescentes, dotados de tela tipo "touchscreen" (ou dotados de tela tipo "touchscreen" e "software" de controle e gerenciamento do sistema), com possibilidade de integração em linha, capacidade de análise de até 119amostras/h para CBC mais diferencial, ou de até 70amostras/h para CBC mais diferencial mais reticulócitos.
9027.80.20	Ex 043 - Espectrômetros de massa para monitoramento ambiental contínuo, com membrana de permeação na entrada e/ou para monitoramento contínuo de processo com microcapilar na entrada fonte iônica de 1kV, filtro de massa por varredura de setor magnético, detectores "Faraday" e/ou emissão de elétrons secundários (SEM), controle eletrônico microprocessado, sistema de bombeamento para alto vácuo, painéis de calibração, amostrador/seletor contínuo RMS (rapid multistream sampler), montado em abrigo tipo "shelter" de paredes duplas em aço, sistema para refrigeração, pressurização, sistema de detecção de atmosferas explosivas ou falta de oxigênio, iluminação e alarmes.
9027.80.20	Ex 049 - Espectrômetros de massa, de bancada, para diagnóstico in vitro, por meio da detecção rápida de bactérias, microbactérias, fungos leveduriformes e filamentosos em amostras clinicas, através da identificação e caracterização automatizada de proteínas pela metodologia de espectrometria de massa por ionização e dessorção a laser assistida por matriz, com capacidade de processar, em média, de 100 a 150amostras/h.
9027.80.99	Ex 067 - Aparelhos portáteis, já codificados ou automaticamente codificados, para medir as taxas de glicemia no sangue, por meio de corrente elétrica biosensor gerada no processo da enzima química FAD-GDH.
9027.80.99	Ex 360 - Sensores de oxigênio em linha para processo, para medições altamente precisas na faixa de rastreamento (0 a 2.000ppb) e ampla gama (0 a 22,5ppm) para bebidas, sem necessidade de calibração, utilizados em temperatura do processo entre -5 a 40°C sem congelação, máximo de 99°C, com pressão do processo de no máximo 12bar/174psi e a temperatura ambiente desde -5 a 50°C sem congelamento, com diferentes tipos de conexões para integração do processo.
9027.80.99	Ex 361 - Equipamentos modulares para processamento automático contínuo, pré-analítico, de amostras de microbiologia, de uso em laboratórios de análises bacteriológicas para a saúde humana, com inoculação de caldo de enriquecimento, semeadura, preparação de lâminas de GRAM, dispensador de discos de antibióticos e etiquetagem de placas, lâminas e tubos de amostras de urina, "swabs", escarro, fezes ou qualquer amostra líquida, independentemente do formato do recipiente, com carregamento contínuo de até 9 diferentes placas, capacidade do carrossel de 9 silos para até 378 placas, diâmetros de alça de 1 a 30 microlitros, capacidade de produção de 120 a 150 placas/h.
9027.80.99	Ex 362 - Equipamentos de teste físico laboratorial, utilizados para avaliação da qualidade da farinha referente à sua capacidade de absorção da água e resistência ao amassamento durante o processo de fabricação de pães, com torque máximo de 20Nm e velocidade compreendida de 0 a 200min^{-1}.
9027.80.99	Ex 363 - Sensores de oxigênio em linha para processo, para medições altamente precisas na faixa de rastreamento (0 a 2.000ppb) e ampla gama (0 a 22,5ppm) para análise de bebidas, com princípio de medição baseado em mudança de fase por fluorescência, sem necessidade de calibração, construção segundo diretrizes EHEDG, utilizados em temperatura do processo entre -5 e 40°C sem congelação, máximo de 99°C, com pressão do processo de no máximo 12bar/174psi e a temperatura ambiente desde -5 a 50°C sem congelamento, alimentação 24VDC, interfaces de comunicação com 2 saídas 4 a 20mA e 1 saída digital, e 1 entrada digital, e comunicações Fieldbus, Profibus dp, Profinet IO, Ethernet/IP, Modbus, Devicenet, com diferentes tipos de conexões para integração do processo.
9027.80.99	Ex 364 - Analisadores automáticos compactos de álcool e extrato para cerveja, conteúdo de álcool, densidade, grau de fermentação aparente e real, calorias, conteúdo de extrato real, aparente e original, gravidade presente e original e gravidade específica através de aproximadamente 40ml de amostra desgaseificada, análise de álcool na faixa de medição de 0,5 a 15% v/v, de densidade desde 0,95 a 1,2g/cm^3 e temperatura de 10 a 32°C, com precisão de 0,2% v/v de álcool e 0,001g/cm^3 de densidade, e repetibilidade de 0,1% v/v de álcool e 0,0005g/cm^3 de densidade, dotados de bomba peristáltica integrada, teclas sensíveis, "bluetooth", entrada USB, entrada RS-232 e capacidade para 1.000 resultados de medição no modo padrão e 100 resultados de medição por ID (até 40 IDs) no modo de monitoramento de fermentação.
9027.80.99	Ex 365 - Analisadores automáticos compactos de densidade e concentração, que realizam análises através da tecnologia do tubo em U oscilante, de acordo com o método "Repeated Fade-out", possibilidade de integração de acessórios para analisar amostras pastosas, não homogêneas, com sedimentos ou partículas, ou "sprays" aerossol, capacidade de análise de densidade na faixa de 0 a 3g/cm^3, pressão de 0 a 10bar e temperatura de 15 a 40°C ou 15 a 60°C, com precisão de densidade 0,001 ou 0,0001g/cm^3, repetibilidade de 0,0002 ou 0,00005g/cm^3, com volume mínimo de aproximadamente 1ml de amostra, dotados de câmera de visualização do tubo U "U-view", entrada ethernet, 3 entradas USB, conexão RS232, sistema automático de detecção de erros de preenchimento e bolhas "Filling Check" e correção de toda a faixa de viscosidade, capaz de analisar outros parâmetros como gravidade específica, tabelas de álcool, tabelas de açúcar/extrato, tabelas de ácidos e bases e funções API.
9027.80.99	Ex 366 - Combinações de máquinas, configuráveis, para automação de laboratórios de análises clínicas destinadas ao gerenciamento e distribuição de tubos de amostras biológicas por meio de "software" dedicado e esteiras, com velocidade de triagem igual ou superior a 750tubos/h, compostas de: 1 ou mais módulos de entrada/saída para gerenciamento e distribuição de tubos, uma ou mais esteiras de comprimento variável com interface para conexão com os módulos ou com os equipamentos de análises de bioquímica, imunologia, hematologia, hemostasia, urinálise, microbiologia, hemoglobina glicada, eletroflorese de proteína, nefelometria, entre outros, e podendo conter 1 ou mais módulos entre as seguintes opções: leitores de códigos de barra, de inspeção de tubos, entrada de rack de tubos, saída de rack de tubos, "bulk" de entrada tubos, analisador de qualidade da amostra, centrífugas, destampadores, seladores de tubos, removedores de selos de tubos, aliquotadores, tampadores de alíquotas, armazenamento refrigerado de amostras, detecção de volume, homogeneizadores, armazenamento temporário (buffer), descarte de tubos, pipetadores duplos, kit de comunicação, pontes, esteiras verticais, esteiras lineares elevadas, esteiras em "L", esteiras em "U", esteiras em "T", esteiras espaçadoras lineares, mesas para suporte de equipamentos de análises, conjuntos de pés de elevação para equipamentos e "racks" de amostras; acompanhadas de unidade de processamento de dados para monitoramento e de distribuidores de conexões de rede, CDs com "software" de instalação e licenças de uso, conjunto de ferramentas, conexões e acabamentos para montagem, alinhamento e funcionamento dos módulos e esteiras.

9027.80.99	Ex 367 - Sistemas de monitoramento da condição de diferentes tipos de óleos e fluidos; espectrômetro de emissão ótica com identificação de 15 a 31 elementos; faixa espectral de 203 a 810nm; volume de amostra de 2ml; atende as normas ASTM D6595 para óleos, dotados de contador automático de partículas com opcional para ferrografia e classificação de partículas, com limite de saturação de 10.000.000 de partículas por ml com erro 2%, correção de erros para bolhas e volume de amostra de 5 a 30ml, variando com a viscosidade; atende às normas ISO 4406, ASTM D6786 e NAS 1638 para contagem de partículas; espectrômetro de infravermelho médio 950 - 3.850cm-1, segundo ASTM D7889; volumes de amostra de 100µl; análise de fluidos escuros com fuligem de até 2%, volume de amostra de 60µl; temperatura de operação de 10 a 50°C; faixa analítica para número de acidez total (TAN) 0-6mg KOH/g; número de base total (TBN) 0-70mg KOH/g; nitração 0,5-18abs/cm; sulfatação 16-39abs/0,1mm; fuligem 0-2%; glicol 0,2-10%; aditivos 0-100%; e água dissolvida 100ppm (opcional); viscosímetro cinemático com faixa de operação de 1-700cSt a 40°C; precisão de +/-3% e cálculo da viscosidade a 100°C.
9027.80.99	Ex 368 - Sistemas de determinação do teor cetano em combustível diesel; conforme ASTM D 613 (ISO 5165); rotação 900rpm; temperatura de refrigeração da camisa do cilindro 212°F; temperatura de lubrificação do óleo de motor 135°F; temperatura do ar de admissão 150°F; cabeçote de compressão variável de taxa 8:1 até 36:1; medidor digital 115VAC (50 ou 60Hz) do avanço da injeção e atraso da ignição; motor sincrônico de resistência de 3 fases.
9027.80.99	Ex 369 - Analisadores automáticos de ponto de névoa, fluidez e congelamento; temperatura selecionável °C ou °F; armazenamento interno de até 5.000 testes; tela colorida LCD sensível ao toque de 15 polegadas; sistema de refrigeração "Peltier" integrado; volume de amostra de 0,15ml; faixa de temperatura de -88 a 70°C; resolução 0,1°C; saídas USB A e B, RS-232 e "Ethernet"; método de detecção DLS - tecnologia por luz difusa.
9027.80.99	Ex 370 - Analisadores automáticos para medição de liberação de ar; aparelho de bancada com balança de densidade, aquecimento, sistema de controle de temperatura e regulagem de pressão integrados; "display" 7 polegadas TFT colorido e sensível ao toque; armazenamento de até 10.000 testes; proteção ao redor do frasco de teste; sistema de exaustão; intertravamento impede aquecimento sem fluxo de ar; abastecimento com ar comprimido ou bomba externa requer 75kPa e 40L/min; volume de amostra de 200ml; temperatura ambiente até 75°C; resolução da temperatura de amostra +/-0,1°C e para o ar +/-0,2°C; resolução de densidade de +/-0,001g/ml; saídas USB e "Ethernet" RJ45.
9027.80.99	Ex 371 - Analisadores automáticos de teste de oxidação térmica em combustível de aviação; porta de teste deslizante evita exposição do operador; volume de amostra de 600ml; temperatura do teste de 100 a 380°C; faixa de pressão de 0 a 280mmHg; taxa de fluxo de amostra de combustível 1 a 9,99ml/min; com resolução de +/-2%; sensor de temperatura tipo K; faixa de temperatura do sensor de 0 a 500°C; faixa de teste programável de 4 a 600 minutos; temporizador de aeração do combustível de 6 minutos; taxa de fluxo de fluido refrigerante de 38L/h; frascos de amostragem e descarte vedados; leitor de tubos de aquecimento inteligente IHT via RFID integrado.

9027.80.99	Ex 372 - Analisadores portáteis de óleos e fluidos por infravermelho; atendem a norma ASTM D7889; região de infravermelho médio 950 - 3.850cm-1; volume de amostra de 100µl; temperatura de operação de 10 a 50°C; faixa analítica para número de acidez total (TAN) 0-6mg KOH/g; número de base total (TBN) 0-70mg KOH/g; nitração 0,5-18abs/cm; sulfatação 16-39abs/0,1mm; fuligem 0-2%; glicol 0,2-10%; aditivos 0-100%; e água dissolvida 100ppm (opcional); armazenamento de dados de até 5.000 testes; "display" colorido 320 x 320; bateria de íon lítio recarregável com duração de 6 a 8 horas.
9027.80.99	Ex 373 - Analisadores automáticos de separabilidade de água em óleos; 4 estações de teste controladas de forma independente; cronômetro integrado com lembretes sonoros e visuais, tela com "display" LCD sensível ao toque; pás automatizadas com elevação motorizada; vidro de proteção altamente resistente; tempo de estabilização de temperatura da amostra ajustável; banho com volume de 5L; volume de amostra de 40ml; temperatura do teste de 54 a 82°C; resolução da temperatura do banho +/-1°C; velocidade de agitação 1.500rpm com resolução de +/-15rpm.
9027.80.99	Ex 374 - Contadores automáticos de partículas por bloqueio de luz laser (obscuração de luz) para análise de partículas em óleos; atendem às normas ISO 4406 e ASTM D6786; com câmera opcional de alta velocidade - 100quadros/s e resolução 640 x 480 pixels para distribuição de tamanho e classificação de até 7 classes de partículas de desgaste; classes de limpeza ISO; opção com ferrografia para contagem e distribuição de partículas de ferrosas e ferro total; limite de saturação de 10.000.000 de partículas por ml com erro de 2%; análise de fluidos escuros de até 2% de fuligem; correção de erros para bolhas; classificação automática de partículas maiores que 25 mícrons; temperatura de operação de 5 a 40°C; volume de amostra de 5-30ml variando de acordo com a viscosidade; amostras com viscosidade acima de 320cSt processadas sem diluição; amostrador de até 24 amostras (opcional).
9027.80.99	Ex 375 - Analisadores automáticos de ponto de congelamento, viscosidade e densidade; temperatura selecionável °C ou °F; armazenamento interno de até 5.000 testes; tempo de resposta das 4 análises de 25 minutos; injeção automática de amostras; tela colorida LCD sensível ao toque de 15 polegadas; sistema autolimpante com ciclo automático de descarga sem solvente; sistema de refrigeração "Peltier" integrado; volume de amostra de 0,15ml para testes; saídas USB A e B, RS-232 e "Ethernet"; faixa de temperatura de -80 a 70°C para ponto de névoa e fluidez; medição em 15°C de densidade; medição de viscosidade a 40°C; método de detecção DLS - tecnologia por luz difusa.
9027.80.99	Ex 376 - Analisadores de tamanho de partículas (granulômetros), para pó e/ou suspensões, por difração a laser ou espalhamento de luz e/ou com medição de potencial zeta em conjunto ou isoladamente, com faixas de 0,021 - 2.000 micra.
9027.80.99	Ex 377 - Sistemas de determinação do teor de octanagem pelos métodos RON e MON, conforme ASTM D 2699 (ISO 5164) e ASTM D 2700 (ISO 5163); 600rpm ou 900rpm para os métodos MON e RON, respectivamente; temperatura da camisa 212°F, temperatura do óleo 135°F; cilindro de compressão com faixa disponível de 4:1 até 18:1; motor sincrônico e de resistência de 3 fases; medidor de detonação calibrado de fábrica 115VAC, 50 ou 60Hz, convertem mudanças na detonação da combustão para 1 sinal analógico com 1 "display" de intensidade de escala 0 a 100.
9027.80.99	Ex 378 - Analisadores automáticos de ponto de congelamento, viscosidade e densidade; temperatura selecionável °C ou °F; armazenamento interno de até 5.000 testes; tempo de resposta das 3 análises de 15 minutos; injeção automática de amostras; tela colorida LCD sensível ao toque de 15 polegadas; sistema autolimpante com ciclo automático de descarga sem solvente; sistema de refrigeração "Peltier" integrado; volume de amostra de 0,15ml para testes; saídas USB A e B, RS-232 e "Ethernet"; faixa de temperatura de -80 a 70°C para ponto de congelamento; medição em 15°C da densidade; medição de viscosidade a -20°C e -40°C, e medição de temperatura a 12cSt; método de detecção DLS- tecnologia por luz difusa.
9030.39.90	Ex 034 - Máquinas para testes elétricos (3 em 1) em motores de corrente contínua, programáveis, compreendendo resistência do induzido, rigidez dielétrica e isolamento, e medições adicionais de resistência de bobinas, resistência de soldas, curto à massa, proteção térmica e estresse de fio, dotadas de CLP, controlador de condutibilidade dielétrica com medições em milissegundos, modulação automática da tensão para verificar corrente de fuga, medição da isolação e resistência dielétrica com resolução de 0,001Ohm, potência de 1kW, ciclo <24s.
9030.39.90	Ex 035 - Máquinas móveis para teste de disparo de fusível, em alta corrente por período delimitado, dotadas de gerador de corrente de 100A, controlador lógico programável, registrador de dados, escala de 0,01Ohm, monitor de visualização, tempo máximo de teste de 60s, limite de sobretensão <5V, sistema de gestão visual Andon.
9030.84.90	Ex 015 - Medidores de relação de transformadores, trifásicos e automáticos, para teste de transformadores de potência, distribuição e instrumentos; impressora interna, com "display" e memória interna; alocados em caixa compacta e robusta; exatidão de até 0,03%; tensão de excitação máxima de 100 ou 250V; corrente de excitação com faixa de 1A e resolução 0,1mA; ângulo de fase de +/-180°.
9031.10.00	Ex 108 - Máquinas automáticas de balanceamento vertical, com fresadora incorporada, para balancear discos de tambores de freio de até 400mm de diâmetro externo, por meio da remoção de material, com tempo de ciclo menor ou igual a 18s, dotadas de 3 estações de trabalho, a primeira para medir o balanceamento, a segunda para corrigir o balanceamento por remoção de material por meio do processo de fresamento e a terceira para medir a correção do balanceamento e para descarte automático de peças não conforme.
9031.10.00	Ex 109 - Máquinas de balanceamento ativo, eletromagnético, em forma de anel, para medição e compensação do desbalanceamento de rotores, em 1 ou 2 planos, velocidade de rotação de 200 -120.000 1/min, vibração de 0,01 a 1.000 mícrons (µm), diâmetro interno de 38 a 355mm e diâmetro externo de 100 a 700mm.
9031.10.00	Ex 110 - Máquinas automáticas para balancear, centrar e alinhar rodas de bicicletas, com diâmetro do aro da roda compreendido entre 16 e 28 polegadas, com capacidade de produção entre 45 e 120rodas/h, com carregamento e descarregamento automático das rodas, contendo: trilhos; roletes fixação da roda; batente; dispositivo de movimentação da roda; dispositivo de estabilização da roda; sistemas elétrico, pneumático e de controle com controlador lógico programável (CLP).
9031.20.90	Ex 171 - Bancos de testes de coifas de semieixos homocinéticos, para ensaios simultâneos e independentes em 4 semieixos de até 800mm de comprimento, com câmara térmica capaz de manter -40 a +150°C(variação máxima dentro da câmara de +/-2°C e gradiente de temperatura de 2K/min), capazes de realizar movimento angular em 2 eixos separadamente e movimento axial periódico e dinâmico (podendo ser os 3 movimentos sincronizados ao mesmo tempo e variar 0 - 200mm com uma frequência de +/-20mm @ 2Hz), com capacidade de atingir 2.500rpm e ângulos de até 55 graus, com detecção de vazamento de graxa em cada junta homocinética separadamente.
9031.49.90	Ex 183 - Aparelhos ópticos para obtenção de parametrizações para produção de lentes de grau, na metodologia de "free form" em mono e multifocais.
9031.49.90	Ex 324 - Máquinas de alta precisão para medição contínua de espessura de tiras metálicas, por meio de 2 fontes de feixe de raio laser azul classe 3B, com comprimento da onda de 405micrômetros, para tiras com espessura compreendida entre 0,015 a 6mm, largura máxima de 400mm, velocidade máxima de 2.000m/min, temperatura máxima de 180°C, com variação de angularidade de no máximo 1°, precisão de medição de até 1micrômetros/mm, controle de posição motorizado e calibração automática, dotadas de sistema de compensação térmica, sistema de limpeza das lentes multidirecional, sistema elétrico de automação e controle e unidade de refrigeração.
9031.49.90	Ex 385 - Sistemas de gerenciamento de classificação de comprimento, largura e espessura de tábuas serradas, dotados de 1 scanner com infravermelho, com faixa de escaneamento das toras entre 2.400 e 4.100mm, 1 unidade de espessura ótica e edição de largura para bordas refiladas paralelas, 1 controle de destopo de comprimento (Trimmer) e 1 terminal de empilhamento, com controle, direcionamento e alocação de tábuas em 20 boxes, parâmetros de classificação, gerenciamento dos dados de classificação, com controle do empilhamento do produto acabado, 1 impressora de termotransferência para geração de etiquetas com dados de cada produto pronto, com supervisionamento automático para separar, embalar, cortar e acondicionar as tábuas, controlado por 1 PC industrial.
9031.80.20	Ex 184 - Sistemas com 2 scanners 3D de toras de madeira, equipados com 2 módulos de 4 câmeras de triangulação a laser, cada, integrados com "software" para medição e otimização de padrões de corte predefinidos, com reconhecimento da forma das toras, detecção de ovalização e conicidade e cantos e prismas, com resolução de 1mm, com até 540 escaneamentos por segundo, "range" de operação de comprimento de toras entre 2.400 e 4.100mm, com diâmetro da tora entre 160 e 450mm, controlados por 1 PC industrial.
9031.80.99	Ex 913 - Equipamentos para análise e correção de falhas nos sistemas eletromecânicos de linhas de carros, motocicletas e dependendo do modelo, também de caminhões, náutica, agrícola e máquinas de construção, com monitor capacitivo de entre 9,7 e 12 polegadas, RAM de entre 2 e 8GB, HD de entre 64 e 250GB, com função de leitura global das unidades eletrônicas acessíveis e identificação automática dos veículos a serem testados.
9031.80.99	Ex 914 - Combinações de máquinas para calibração, teste e gravação de relés térmicos, controladas por computador industrial, com capacidade de produção de 284unid/h e tempo de ciclo de 11,5s, compostas de: 4 estações de calibração térmica; 1 esteira para alimentação de relés e saída de relés aprovados na calibração; 1 esteira para saída de relés rejeitados; 2 robôs industriais com garra rotativa dupla para movimentação de relés; 1 estação de teste de tensão aplicada; 1 estação de gravação a laser com inspeção por vídeo e unidade de exaustão de fumos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9031.80.99	Ex 915 - Perfilômetros para aferições dimensionais de componentes extrusados de borracha, utilizados na construção de pneus automotivos, com capacidade de medição bidirecional automática, espessura máxima aferível maior ou igual a 30mm, largura máxima aferível maior ou igual a 600mm, com PC e "software" dedicados para a análise de dados.
9031.80.99	Ex 917 - Transdutores lineares magnetoestritivos, para medição de nível líquido em tanques e reservatórios, dotados de eletrônica interna capaz de realizar medições de distância e temperatura com linearidade de até 0,004% do fundo de escala, dotados de haste rígida ou flexível, com curso de medição menor ou igual a 30m, alimentação de 24VDC e saídas analógicas ou digitais.
9031.80.99	Ex 918 - Plataformas de medição de deflexão, movimento e vibração não visível a olho humano, para monitoramento de operações de fabricação, processos de qualidade e componentes, tecnologia "Motion Amplification", dotadas de câmera, kit de 4 lentes 6, 12, 50 e 100mm; "notebook" conversível com processador i7, padrão militar e dupla bateria; "softwares" residentes, tripé com amortecedores de vibração, cabo USB e maleta para transporte.
9031.80.99	Ex 919 - Máquinas de medição de performance de motores de partida para veículos automotores, para levantamento da curva de performance, por teste em varredura ou por ponto de corrente, torque ou velocidade, com resolução de 16 bits e velocidade de aquisição de dados de até 200.000 aquisições/s, com capacidades de teste de: velocidade de até 11.000rpm (dependendo da relação de engrenamento); torque resistivo de até 300Nm (dependendo da relação de engrenamento); corrente até 1.500A; com desvio de +/- 0,1% na medição de tensão, corrente, velocidade e torque; dotadas de: interface gráfica configurável; ensaio automático com receita de teste programável; fonte de alimentação para o motor de partida de 1.500A, com "range" controlável de 0 a 30megaohm, "range" de tensão controlável de 6 até 24V; e fonte de alimentação de 120A para a solenoide.
9031.80.99	Ex 920 - Sistemas para varredura e ensaio não destrutivo por meio de ultrassom orientado, para medição e detecção de falhas na soldagem por meio de feixe de elétrons de peças eixo-rotor de turbina de turbocompressores utilizados em motores de pistão, de ignição por compressão (diesel) e ignição por centelha, compreendendo faixa de rotação de até 180.000rpm e faixa de medição entre 7,11 e 18,7mm de diâmetro, funcionando por interface homem-máquina, dotados de sistema pneumático contendo regulador de pressão e fluxo, válvula com acionamento elétrico e sistema de posicionamento eletromecânico, podendo conter dispositivos intercambiáveis.
9031.80.99	Ex 921 - Máquinas para medição do ângulo de concentricidade entre induzido e comutador de motores elétricos, dotadas de estrutura e mesa de teste, encoder concêntrico ao conjunto induzido-comutador, faixa de teste entre 0, 3, 4 e 6 graus, precisão de concentricidade de 0,01mm, peso máximo da peça testada 600g, dimensões máximas das peças diâmetro 90mm x altura 100mm, capacidade de medição menor ou igual a 30s/peça.
9031.80.99	Ex 922 - Máquinas para testes de torque, velocidade máxima, eficiência, parada, corrente, tensão, potência de entrada, de saída e temperatura de motores elétricos, dotadas de acelerômetros ultrassensíveis para medições em milissegundos, sistema inteligente de coleta de dados com capacidade de 10 milhões de registros, sistema à prova de erro com dispensador de etiquetas para peças aprovadas, medição de tensão de 13 +/- 0,1V, medida de corrente máxima de 30A, faixa de medida de rotação entre 2.500 e 3.000rpm, teste de sentido de giro, peso máximo da peça testada 600g, dimensões 90mm de diâmetro x 100mm de altura.
9031.80.99	Ex 923 - Máquinas para medição de desbalanceamento total e residual de induzidos de motores elétricos, dotadas de esteira para rotação até 2.800rpm; acelerômetros sensores de medição automática; controlador eletrônico; sensor óptico, sensibilidade máxima ao desbalanceamento de 10g/mm, peso das peças até 300g, dimensões 90mm de diâmetro e 100mm de altura, capacidade de medição <48s.
9402.90.20	Ex 009 - Camas hospitalares elétricas, construídas em aço, com altura do leito variável de 39 a 84cm, botão para alterar a posição de cama para cadeira, plataforma do colchão curva, com colchão ou não, saída do leito avançada com 3 modos PPM, balança, munidas dos acessórios ou não, protetores de impacto, luz noturna, bateria, extensor de leitos, suporte para soro.
9402.90.20	Ex 010 - Camas hospitalares elétricas, construídas em aço, com altura do leito variável de 41,9 a 89cm, ângulo de inclinação de cabeceira máxima de 67 a 77°, alarme de inclinação de 30 e 45°, alarme de saída do leito com 3 sensibilidades, alarme de freio destravado, sensor para detectar obstáculo abaixo do estrado, telas de LCD sensíveis ao toque, para interface, embutidas na grades, quinta roda motorizada, balança, colchão com acessórios ou não, protetores de impacto, luz noturna, bateria, extensor de leitos, suporte para soro, suporte para oxigênio.

9406.90.10	Ex 001 - Estufas agrícolas de vidro, especialmente projetadas para o cultivo, controle e colheita de tomates, dotadas de área total de 21.280m², sendo 18.640m² para área de plantio e 2.640m² para área de serviço, equipamentos e embalagem, com toda estrutura formada por colunas e treliças de aço, calhas e perfis de alumínio, telhado de vidro temperado e difuso D70 de +/-2.120 x 1.250mm, espessura de 3,8 a 4,2mm, vidro da janela de ventilação temperado e difuso D70 de +/-1.200 x 2.530mm, espessura 5mm, paredes de vidro flotado transparente EN 572, ambos com espessura de 3,8 a 4,2mm, portas de correr de alumínio medindo 400cm de largura e 400cm de altura, portas de PVC medindo 400cm de largura x 420cm de altura com acionamento automático através de sensores e sistema de fixação das hortaliças; sistema de sombreamento (eclipse) controlado eletronicamente, com 2 tipos de telas de PVC acionadas através de motor de 400V, sistema de eixos, engrenagens e rolamentos; painel central para distribuição de energia elétrica e painéis individuais em cada unidade ou equipamento; sistema eletrônico para controle automático do clima, da irrigação, do aquecimento, das unidades de transporte, distribuição de energia elétrica e de toda a instalação hortícola, dotado de computador, impressora, periféricos, unidades de controle, sensores, estação meteorológica, gerenciados por "softwares" de última geração, acompanha cabos e acessórios para instalação; sistema de irrigação, mistura, distribuição, reutilização de água, unidade de desinfecção por UV, calhas para distribuição e coleta de água e suportes para fixação.

Art. 2º Fica alterado o Ex-Tarifário nº 088 do código 8408.10.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 134, de 22 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8408.10.90	Ex 088 - Motores marítimos de pistão, de ignição por compressão (ciclo diesel), com 6 cilindros em "V", de fixação interna no casco, com sistema de refrigeração a água com captação externa, com capacidade volumétrica de 3 litros, dotados de turbo-compressor, sistema de injeção eletrônica, com potência de 260HP a 4.000rpm ou 270HP a 4.200rpm.

Art. 3º Fica alterado o Ex-Tarifário nº 131 do código 8427.10.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 19, de 17 de fevereiro de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8427.10.19	Ex 131 - Empilhadeiras autopropulsadas contrabalanceadas, acionadas por motor elétrico de corrente alternada (AC), com articulação superior a 200 graus do eixo dianteiro, protetor do operador apoiado em quatro hastes, com capacidade máxima de carga entre 1.500 a 5.500kg, com ou sem torre de elevação.

Art. 4º Fica alterado o Ex-Tarifário nº 188 do código 8443.39.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 51, de 5 de julho de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8443.39.10	Ex 188 - Impressoras de grande formato com alta resolução e qualidade de impressão fotográfica, com suporte para mídias de espessura máxima entre 0,06 e 5mm, com largura da boca de impressão superior a 420mm e inferior ou igual a 1.950mm, com tecnologia de impressão por jato de tinta com mecanismo de impressão baseado em cristais "micropiezo", com capacidade de atingir resolução de 720 x 1.440dpi "reais" ou mais em modos de impressão de alta qualidade, com tamanho de gota variável, sendo o menor tamanho de gota entre 3 e 5,5 picolitros, com, no máximo, 2 cabeças de impressão, com capacidade de alimentação por rolo (bobina) ou por folhas soltas, equipadas ou não com bandeja de alimentação.

Art. 5º Fica alterado o Ex-Tarifário nº 426 do código 8428.90.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 69, de 21 de agosto de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8428.90.90	Ex 426 - Transportadores autônomos sobre rodas, com trajetória guiada por meio de fita magnética, com movimento de avanço, tipo AGV (Automated Guided Vehicle), utilizados para rebocar carrinhos, com capacidade de tração máxima até 3.500kg, dotados de carregador de carga rápida de bateria.

Art. 6º Fica alterado o Ex-Tarifário nº 427 do código 8479.50.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 78, de 21 de setembro de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8479.50.00	Ex 427 - Combinações de máquinas para o processo de união do painel interno e painel externo da porta traseira e/ou da tampa do porta-malas, não simultaneamente, de veículos automotores, com processo de aplicação de massa de calafetação; processo de grafagem por roletes (roller hemming) e sistema de acabamento de peças, compostas de: 1 robô de aplicação de massa de calafetação com 5 ou mais graus de liberdade e capacidade de carga entre 100 e 133kg limitado a 133kg, com painel de controle, com unidade de programação portátil (teaching pendant), com 1 ou 2 ou 3 bicos de aplicação de matéria-prima, com base de fixação do robô; com dispositivo de checagem do bico de aplicação; com painel de controle de temperatura; com dispositivo de fixação de peça; com bomba pneumática para alimentação de matéria-prima no sistema; com painel elétrico de comando; 1 robô de transferência com 5 ou mais graus de liberdade e capacidade de carga igual ou superior a 130kg mais limitado a 210kg dotado de manipulador de peças, com painel de controle, com unidade de programação portátil (teaching pendant) com ou sem sistema de trilhos e com base de fixação para o robô; 4 robôs com 5 ou mais graus de liberdade e capacidade de carga igual ou superior a 50kg mais limitado a 165kg dotados de roletes de grafagem, cada robô possui painel de controle e unidade de programação portátil (teaching pendant), com bases de fixação para os robôs; com ou sem estação de grafagem composta de ferramental de grafagem para a porta traseira e/ou tampa do porta-malas, com base giratória possibilitando a produção de 1 ou mais modelos de peças, não simultaneamente, com painel de controle, com ou sem sistema de fixação de peça (porta traseira e/ou tampa do porta- malas); com painel elétrico de comando; com ou sem 4 robôs com 5 ou mais graus de liberdade e capacidade máxima de carga de 50kg dotados de rolestes de grafagem, cada robô possui painel de controle e unidade de programação portátil (teaching pendant), com base de ficação para os robôs; com ou sem estação de grafagem composta de ferramental de grafagem para a tampa do porta-malas, com base giratória possibilitando a produção de um ou mais modelos de peças, não simultaneamente, com painel de controle, com sistema de fixação de peça (porta-malas); com ou sem painel elétrico de comando; com ou sem 1 robô com 5 ou mais graus de liberdade e capacidade máxima de carga de 210kg dotado de garra de solda e manipulador de peças, com painel de controle e unidade de programação portátil (teaching pendant), com equipamento de soldagem, com sistema de trilhos com ou sem ponteadeira estácionária, com equipamento de solda; com dispositivo de descarregamento de peça, com painéis elétricos de comando e sistema de segurança; com ou sem 2 dispositivos de fixação para a soldagem das peças sendo 1 para a porta traseira e 1 para a tampa do portamalas; painéis indicadores de produção.

Art. 7º Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 071 do código 8441.80.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 001 do código 8472.90.30 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 435 do código 8477.80.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 002 do código 8504.33.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nºs 007, 008, 009 e 010 do código 8607.21.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 731 do código 9031.80.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 90, de 13 de dezembro de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8441.80.00	Ex 071 - Máquinas para cortar e vincar cartão liso ou papelão ondulado, controladas por comando numérico computadorizado, com autoajuste, com capacidade de produção igual a 600folhas/hora, com formato da folha de tamanho máximo de 2.500mm e mínimo de 400mm, dotadas de 1 a 12 unidades de cortes de vinco, com posicionamento automático simultâneo dos grupos independentes, tanto longitudinais como transversais,

	autorreferenciada na mudança de formato, rapidamente e com precisão de posicionamento de ±1mm, através do sensor óptico, dotado de alimentação automática, com ou sem dispositivo de alimentação de ajuste da impressão, com ou sem empilhador e carregador automático, com ou sem dispositivo de impressão auxiliar de ajuste automático ou manual, podendo estar dotado de alimentação automática ou manual do papelão, de, no máximo, 12 tamanhos em 2 filas de 6 papelões cada uma, o corte com navalha é feito em cima de um rolo de aço, evitando assim danos ao rolo.
8472.90.30	Ex 001 - Máquinas para classificar, contar e verificar a autenticidade de papel-moeda, com velocidade de processamento igual ou superior a 10 cédulas por segundo, com número de gavetas/pockets para classificação igual ou superior a 2, mesmo com cintagem automática.
8477.80.90	Ex 435 - Combinações de máquinas para fabricação de sacos valvulados, soldados, por ar quente com temperatura ajustável entre 0 e 750 graus celsius (conversão) a partir de tecido tubular de ráfia de polipropileno laminado, com capacidade de fabricar 100sacos/minuto com larguras entre 350 e 600mm, comprimento de 450 a 910mm e largura inferior de 80 a 180mm, compostas de: unidade de nanoperfuração com largura de trabalho 300 a 600mm, com 64 agulhas por cm^2 e largura de perfuração até 550mm; sistema "easy-roll-change" (ERC) para tecido principal; deslocamento adicional para patch e dispositivos de válula; capacidade de converter sacos PE de bloco inferior; 1 desbobinador para tecido tubular; 1 abridor de tubo; 1 puncionador; 1 alimentador intermitente; 1 alimentador contínuo; 1 unidade de válvula; 1 unidade de folha de reforço do fundo; 1 unidade de controle de temperatura de duplo circuito; 1 correia aceleradora; 1 unidade de entrega de pacotes com painel de controle equipado com controlador lógico programável (CLP) e módulo telesserviço para assistência técnica remota via modem e unidade de controle de qualidade do saco com estreia de desvio para sacos rejeitados.
8504.33.00	Ex 002 - Transformadores/retificadores com frequência de saída igual ou superior a 25kHz, alimentação trifásica com potência superior a 16kVA, mas não superior a 500kVA, utilizados em precipitadores eletroestáticos; o equipamento possui sistema de controle microprocessado de potência por meio de IGBTs, com ou sem chave de aterramento já incorporada.
8607.21.00	Ex 007 - Válvulas de controle de emergência do sistema de freio de vagões de trens de carga, responsáveis em obter frenagens de emergência de sistemas de freio, operadas seguindo o comando de redução ou aumento da pressão do sistema pneumático conectado à tubulação de freio de uma locomotiva.
8607.21.00	Ex 008 - Válvulas de controle do sistema de freio de vagões de trens de carga, com sistema responsável por manter a frenagem mesmo em casos de vazamentos; responsáveis por obter frenagens de alívios de sistemas de freio durante aplicações normais de freio, operadas seguindo o comando de redução ou aumento da pressão do sistema pneumático conectado à tubulação de freio de uma locomotiva.
8607.21.00	Ex 009 - Válvulas de controle de serviço do sistema de freio de vagões de trens de carga, responsáveis em obter frenagens de serviço de sistemas de freio, operadas seguindo o comando de redução ou aumento da pressão do sistema pneumático conectado à tubulação de freio de uma locomotiva.
8607.21.00	Ex 010 - Válvulas de controle do sistema de freio de vagões de trens de carga, compostas de 3 partes, sendo: válvula de serviço, suporte de encanamento e válvula de emergência, responsáveis em obter frenagens de alívios de sistemas de freio, operadas seguindo o comando de redução ou aumento da pressão do sistema pneumático conectado à tubulação de freio de uma locomotiva.
9031.80.99	Ex 731 - Equipamentos para aplicação de ensaio não destrutivo (NDT) pelo método de correntes parasitas (Eddy Current Test), para detecção de trincas e outras descontinuidades superficiais, com ou sem prévia aplicação de processo de escovamento da superfície, para uso em linha de fabricação de camisas de cilindros, na indústria automotiva, diâmetro externo da camisa de 79 a 100mm, comprimento da camisa de 80 a 150mm, dimensão da trinca de 0,4 x 0,1 x 3,75mm, dimensão do furo de 1 (diâmetro) x 0,75mm, operando com ciclo de 20s por peça.

Art. 8º Ficam alterados o Ex-Tarifários nº 135 do código 8443.19.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 119 do código 8479.82.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 021 e 059 do código 8479.89.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 132 do código 8480.71.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 15, de 28 de fevereiro de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8443.19.90	Ex 135 - Máquinas para impressão de rótulos termoencolhíveis, rótulos adesivos e embalagem flexíveis, dotadas de: unidade de desbobinamento; sistema de controle de tensão servo-assistido; unidades de impressão servo-assistidas podendo ser utilizadas para impressão flexográfica e/ou serigráfica e/ou "cold stamping"; mudança de processos e/ou formatos por meio de troca de camisas ou cassetes intercambiáveis; sistema de cura ultravioleta eletrônico; unidade de rebobinamento; controle de registro automático; gerenciamento de trabalhos com gravação total de dados de produção; unidade de comando central única; largura máxima de bobina igual ou superior 370mm; largura máxima de impressão igual ou superior a 254mm e velocidade máxima de impressão igual ou superior a 175m/min.
8479.82.90	Ex 119 - Trituradores de resíduos sólidos de qualquer natureza, equipados com rotor mono eixo, velocidade máxima de 355rpm, com facas tipo pastilhas individuais e reutilizáveis nas 4 faces, dimensão das facas de 172 x 57 x 28mm, 1 motor 132kW ou 1 motor 200kW ou 2 motores de 110kW ou 2 motores de 132kW ou 2 motores de 160kW, transmissão de força por correias tipo "V" com polia simples ou polia dupla, peneira incorporada, trituração de no mínimo 4.000kg/h, alimentador por acionamento hidráulico, dispositivo de controle de torque por embreagem de segurança, porta de inspeção e manutenção hidráulica com abertura para o interior, com ou sem conversor de frequência, controlada por um controle lógico programável (PLC).
8479.89.99	Ex 021 - Combinações de máquinas para inspeção de profundidade do furo de bloco de motor automotivo, com ciclo de 1,7min/unidade, compostas de: 1 robô industrial com movimentos orbitais de 6 ou mais graus de liberdade, com capacidade de carga de 12kg ou mais, com unidade de programação portátil, com dispositivo para medição, com painel; lavadora com câmara de elevação e câmara fixa para lavagem do bloco, com pressão de
	lavagem entre 0,35 e 0,45MPa; secadora com câmara de elevação para secagem da parte inferior do bloco, com pressão de secagem entre 40 e 60MPa, com rotação na peça durante a secagem, com sistema de filtragem, com separador de óleo, com sistema de segurança, com painel de controle.
8479.89.99	Ex 059 - Lavadoras de peças industriais, com tanque de capacidade de 580L, com sistema de secador com capacidade de 16.000L/min., com pressão de 10kPa, com pressão de lavagem de 0,5MPa, com vazão de 300L/min, com filtros para impurezas, com carga e descarga por "gantry".
8480.71.00	Ex 132 - Moldes de multi-injeção de materiais termoplásticos, com 1 ou 2 cavidades, específicos para unir perfis recortados em EPDM que compõem as canaletas dianteiras, traseiras e suas extensões que acomodam os vidros nas portas de veículos automotores, com tolerância máxima de erro de 0,005mm, com projeção da geometria do produto 0,2mm para os perfis e seção de moldagem, dotados de placas usinadas em aço P20 em geometria espacial com tolerância 0,005mm, com cilindros hidráulicos e/ou cilindros pneumáticos para abertura e fechamento automatizado das placas; com câmera quente para condução do composto de injeção com capacidade de operar em temperaturas de processo até 430°C, conforme o tipo do material termoplástico injetado, dotadas de válvula com transdutores para controle do fluxo de moldagem através da abertura e fechamento dos bicos de injeção; com conjuntos de ferramentais intercambiáveis; dotados de sensores de posicionamento, presença e de controle dimensional do produto acabado com tolerância máxima 0,5mm.

Art. 9º Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 005 do código 8407.90.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 023 do código 8419.32.00 Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 23, de 27 de março de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8407.90.00	Ex 005 - Motores de combustão interna de 2 tempos operados com mistura de gasolina e óleo 2T, monocilindro, deslocamento do pistão de 64,7cc, diâmetro x curso do pistão de 48,5 x 35mm, potência de 3,89HP a 8.000rpm, torque máximo de 4,10Nm a 5.000rpm, com refrigeração por meio de ventilação forçada por ar, carburador de diafragma, partida manual por meio do cordel auto retrátil.
8419.32.00	Ex 023 - Unidades secadoras de papel dotadas de câmara de aquecimento do ar, a gás, com chama controlada por válvulas automáticas especiais para gás, com velocidade de operação compreendida entre 300 e 1.500m/min, largura do papel compreendida entre 2.030 e 4.500mm e temperatura de 80°C, dotadas de ventilador para o ar de combustão, bicos de ar de insuflação tipo "faca de ar" (fendas), dispositivo hidráulico de abertura e fechamento da unidade, filtro de ar, rolo guia-papel, ventiladores para circulação e insuflação do ar quente, instalados no interior da unidade, com fixação tipo "em balanço" e painel de comando.

Art. 10. Fica alterado o Ex-Tarifários nº 010 do código 8415.82.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 31, de 2 de maio de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8415.82.90	Ex 010 - Equipamentos pré-condicionadores de ar para aeronaves no solo de capacidade de fornecimento de 90t, dotados de: entrada para água refrigerada a temperaturas entre 2 e 7°C; trocador de calor com entrada ligada à tubulação de água gelada capaz de retornar água gelada com no máximo de queda de pressão de 1,3 a 1,5bar e aumento de temperatura máximo de 12 a 15°C; bomba de condensação para remoção da umidade do ar, de 90 até 40% com sistema de drenagem, ligado a 2 compressores de ar, com refrigerante 410A, para redução da temperatura do ar de 35 a 0°C, com ventilador de alta pressão dotado de rotor em aço curvado para trás, para vazão de ar de 250 a 500ppm a uma pressão de 35 polegadas de coluna d´água a 40 polegadas de coluna d´água, a serem conectados integralmente a uma mangueira própria para unidades de ar pré-condicionado com ou sem carretel motorizado com capacidade para 15 a 35m, isolada, capaz de suportar alta pressão e de conduzir ar frio com baixo aumento de temperatura e baixa perda de carga devido a fricção interna, resistente ao rasgamento, cisalhamento e fricção, contendo uma conexão especial em uma das extremidades para acoplamento à parte inferior da aeronave; variador de frequência-VFD, conectado ao ventilador, para seleção automática de parâmetros adequados a cada modelo de aeronave; pintura anticorrosão com epóxi em pó, capaz de resistir à corrosão oriunda da água acumulada no piso com conexão a uma base elevada até 1,5m do chão e capaz de operar ao ar livre e em ambiente interno.

Art. 11. Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 017 do código 8421.22.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 003 do código 8439.30.30 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 001 do código 8455.21.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 123 do código 8462.10.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 38, de 5 de junho de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8421.22.00	Ex 017 - Filtros membrana para ultrafiltração de proteína de leite e soro de leite, com capacidade de processamento contínuo de até 100.000 litros/h, dotados de: várias camadas de membranas de materiais poliméricos, com variação de 0,01 a 0,1mm (dimensão), membranas acondicionadas em cartuchos/filtros construídos em aço inox 316L, com pressão de trabalho de até 40bar, montados com bombas de circulação de produto entre estes filtros, válvulas direcionais "mix proof", borboletas, sede duplas, instrumentação para a medição de temperaturas do produto entre os filtros, medição do fluxo do produto, tubulações de processo em aço inox 316L para interligação dos módulos de filtração (loops), sistema com tomadas de entrada de solução CIP para limpeza, controlados por PLC e supervisório de processo/PC Industrial e ou IHM.
8439.30.30	Ex 003 - Combinações de máquinas para fabricação de chapas de papelão ondulado, com largura máxima de trabalho de 2.800mm, velocidade máxima operacional de 450m/min, compostas de: 3 porta-bobinas duplos, com emendadores automáticos de papel, e transportadores alimentadores de bobinas por meio de correias termoplásticas contínuas, estações descascadoras de bobinas, diâmetro máximo recomendável das bobinas de 1.520mm; 1 cabeçote ondulador para bobinas de papel, com cilindros pré-aquecedores e pré-condicionadores, largura máxima de 2.800mm; 1 ponte para transporte de papel ondulado, com guia de alinhamento e freio para controle de tensão, largura mínima de trabalho de 1.100mm; 1 estação préaquecedora com 3 cilindros com 1.100mm, e 1 cilindro com 600mm de diâmetro; 1 coleiro com memória para armazenar 1.000 diferentes tipos de

	ajustes; 1 mesa de aquecimento e tração tipo "double facer" com 3 seções de aquecimento divididas em 7 módulos; 1 tesoura rotativa tipo "rotary shear" para separação de chapas em movimento na troca de formato, com potência do motor de 60kW; 1 vincadeira cortadeira longitudinal automática tipo "slitter scorer", com precisão de posicionamento de +/-0,5mm; 1 cortadeira transversal dupla tipo "cut off knife", dotada de comando automático com eixos porta facas construídos em fibra de carbono, com largura mínima de trabalho de 200mm e comprimento mínimo de corte de 500mm; 1 empilhador duplo de chapas tipo "stacker", com comprimento da câmara de empilhamento de baixo para cima igual a 3.600mm, comprimento da câmara de empilhamento de cima para baixo igual a 4.500mm; completas, com estruturas de montagem/plataformas, mesas de transferência, puxadores/tensionadores, desviador de chapas, leitor de marcações, sistema automatizado de controle de defeitos, sistema de controle de empenamento, sistema de verificação de rolos, controlador dimensional das chapas, leitor de fluxo de linha, sistema de vapor de alta pressão, sistemas de descarte de aparas e/ou chapas defeituosas, sistema de controle e gerenciamento eletrônico, sistema de visualização e monitoramento por meio de câmeras e monitores de vídeo, "display" indicador de velocidade e performance com visão bilateral, com controlador lógico programável (CLP) e seus respectivos painéis e quadros elétricos e painéis de interface.
8455.21.10	Ex 001 - Combinações de máquinas para produção de material "clad" em bobinas por laminação a quente, compostos de 3 camadas, aço inoxidável, alumínio, cobre ou ferro, com espessura final mínima de 1,6mm e máxima de 3,5mm, largura máxima de bobina de 550mm, diâmetro interno mínimo da bobina de 500mm e externo máximo de 1.600mm, os 2 materiais externos com espessura de 0,5mm e o intermediário com espessura compreendida entre 1 e 2,5mm, compostas de: 4 carros alimentadores de bobina, 4 desbobinadores, 2 alimentadores de chapas, 1 endireitador do material intermediário, 3 dispositivos de corte de ponta de bobina, 4 unidades de solda, 4 unidades de escovação de superfície, 3 guias de alimentação de chapa, 1 dispositivo de corte de fim de bobina, 1 forno de aquecimento dos 3 materiais, 1 laminador de 4 rolos para junção dos 3 materiais com força de prensagem nos rolos de 800t e velocidade de 10m/min, 1 rolo guia, 1 bobinador, 1 endireitador para material frio com mesas de apoio para material, 1 forno para recozimento do material acabado com potência de 104kW, com ou sem sistema hidráulico para acionamento dos diversos equipamentos, incluindo tanques de óleo, acumulados, filtros, resistências de aquecimento, válvulas e bombas de alta pressão com motores, e com ou sem sistema elétrico para alimentação e controle de todos os equipamentos com controlador lógico programável (CLP) e painéis elétricos de comando e monitoramento de todas as funções.
8462.10.90	Ex 123 - Máquinas automáticas para produção de aletas internas de tubos de evaporadores automotivos, em diferentes comprimentos, com largura de 33mm, por meio do processamento de fitas de alumínio, dotadas de: desbobinador duplo servodirigido; rolos tracionadores com velocidade controlada; sistema de rolos tensionadores com guia linear; sistema de lubrificação da fita com tanque pressurizado e válvulas "spray" de alta sensibilidade para aplicação de óleo volátil com sistema de exaustão de névoas e partículas de lubrificante; berço com alojamento para cassetes formadores de aletas pilotado por servomotor com velocidade controlada eletricamente; mesa em alumínio com guilhotina de corte preciso das aletas; esteira contínua para saída das aletas; com controlador lógico programável e painel para inserção de parâmetros (IHM).

Art. 12. Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 042 do código 8431.20.11 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 001 do código 8459.59.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 048 do código 8465.91.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 433 do código 8479.81.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 063 do código 9018.50.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 901 do código 9031.80.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 44, de 28 de junho de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8431.20.11	Ex 042 - Vigas em aço S440 DIN EN 10025-2, laminadas a quente; torção máxima 0,53mm/m; resistência à tração de 540 a 700N/mm²; com até 180mm de altura; largura até 75mm, abertura de até 140mm para passagem de roletes; espessura da alma de 10 a 14,5mm; comprimentos entre 2.050 e 2.840mm.
8459.59.00	Ex 001 - Fresadoras ferramenteiras com cabeçote de velocidade variável, com ou sem inversor de frequência, velocidade do eixo-árvore de 50 a 4.200rpm, motor do eixo-árvore de 5HP, cursos dos eixos X, Y e Z de 930, 415 e 406mm, respectivamente, guias prismáticas retangulares, temperadas e retificadas nos eixos Y e Z, curso do eixo X sem caixa de avanço de 1.210mm, curso vertical do eixo árvore de 127mm, inclinação lateral de 90°, inclinação frontal de 45°, cone do eixo-árvore IS0-40, mesa com dimensões iguais a 1.372 x 254mm, 3 ranhuras de 16mm.
8461.50.90	Ex 016 - Centros de corte e furação de perfis de alumínio, PVC e ligas leves em geral de até 7m de comprimento, com 3 eixos controlados via controle numérico computadorizado (CNC), com serra de corte com inclinação variável de +/-22°30", com magazine de alimentação automática de barras com capacidade máxima de 16 barras com passo de 120mm, e 9 barras com passo de 200mm, com carro empurrador e pinça de fixação de perfis com posicionamento CNC, com 4 unidades de furação sendo 2 horizontais e 2 verticais, com impressora de etiquetas com códigos de barras, com correia transportadora de cavacos, com descarga automática.
8479.81.90	Ex 433 - Combinações de máquinas para tratamento de arames de aço (patenteamento e latonagem), aptas a trabalhar 2 diâmetros de arames, simultaneamente, com velocidade máxima de 65m/min e capacidade máxima de 4.680kg/h, para arames com diâmetro compreendido entre 0,76 e 2,40mm, compostas de: desenrolador estático com 60 posições; guia de arames; condicionador com sistema de aquecimento por vapor e sistema de sopro de ar; forno a gás com potência de aquecimento total de 2.880kW; equipamento de patenteamento água/ar; resfriador pós patenteamento com 2 zonas de temperatura; decapagem com hidróxido de sódio; lavagem pós decapagem com hidróxido de sódio; decapagem com ácido clorídrico; lavagem pós decapagem com ácido clorídrico; eletrólise com pirofosfato de cobre dotada de 30 retificadores e tanque pulmão; lavagem pós eletrólise com pirofosfato de cobre; eletrólise com sulfato de zinco dotada de 12 retificadores e tanque pulmão; lavagem pós eletrólise com sulfato de zinco; lavagem com água quente; aquecedor por indução dotado de 6 geradores com potência de 160kW cada, refrigerados a água; aquecedor elétrico composto por 4 zonas de aquecimento com potência de aquecimento de 13,5kW por zona; resfriador com 2 zonas de temperatura; banho com ácido fosfórico; lavagem pós banho com ácido fosfórico; banho de sabão; forno de secagem elétrico, com potência total de aquecimento de 80kW; enrolador; puxador de arames; separador líquido gás; lavador de gases; trocador de calor para resfriamento da água com bombas, tanque, válvula motorizada e sensores; sistema de resfriamento para a mesa de aquecimento por indução dotado de trocador de calor, bombas, tanque, válvula motorizada e sensores; sistema de travamento do arame; preparação de bórax dotada de tanque de preparação aquecido eletricamente, tanque reserva; sensores e válvulas automáticas; tubulação; estruturas; automação e controles eletroeletrônicos.
9011.80.90	Ex 010 - Microscópios neurocirúrgicos com zoom motorizado, apocromáticos, com fator 1:6, dotados de sistema de autofoco guiado por 2 miras a laser, sem a necessidade de acionamento do botão de focalização no "joystick", objetiva variável de 200 a 625mm sem troca de objetiva, movimento XY paralelo e angulado, motorizado, controlado pelo "joystick" e pedal, frente a frente com tubos binoculares inclináveis de 0 a 180 graus para o cirurgião principal e auxiliar com oculares 12,5x, câmera de vídeo 3CCD Full HD 1.080p dentro do corpo do aparelho, autobalanceamento e aspiração de ar da capa cirúrgica, com iluminação por meio de 2 lâmpadas Xenon de 300W, tela de vídeo "touchscreen" de 24 polegadas HD acoplada em braço extensível e possibilidade de uma segunda tela 24 polegadas HD, podendo ter configurações opcionais incluindo ou não sistema de fluorescência intraoperatória, sistema de vídeo 3D, monitor de vídeo, ferramenta de microinspeção, sistema de co-observação, comando de boca e pedal de comando.
9031.80.99	Ex 901 - Equipamentos para medição do diâmetro de partes do virabrequim, com um ou mais dispositivos de medição, com repetibilidade de precisão de medição de 0,001mm ou mais, com ciclo de trabalho de 108 segundos.

Art. 13. Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 024 do código 8481.80.95 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 005 do código 8415.10.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 137 do código 8427.10.90 Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 532 do código 8479.89.99 Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 077 do código 8477.10.9 Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 55, de 10 de agosto de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8481.80.95	Ex 024 - Válvula esfera para gás, tamanho 1/2 x 3/4 polegada, passagem plena, tipo reta ou cotovelo 90 graus, corpo em 02 peças em latão niquelado, porca rotativa em latão niquelado preso por anel elástico, com roscas macho e fêmea com porca rotativa e alavanca tipo borboleta.
8415.82.90	Ex 005 - Equipamentos de ar condicionado para uso exclusivo em cabine de locomotiva diesel-elétrica, com porta de comunicação CAN, com sistema de autodiagnóstico e arquivamento de falhas, com capacidade de 30.000BTUs (fluxo de ar mínimo de 400CFM e máximo de 800CFM), com nível máximo de ruído de 75dBA e confiabilidade de 0,01FLA (falha/locomotiva/ano).
8427.10.90	Ex 137 - Plataformas para trabalhos aéreos, com lança articulada e/ou telescópica sobre mesa giratória, com capacidade de rotação da base de 355 ou de 400° não contínuos, autopropulsadas sobre rodas, com tração e direção em 2 ou nas 4 rodas, acionadas por motor elétrico alimentado por baterias recarregáveis do próprio equipamento, contendo ou não alternador alimentado por motor diesel, controladas por painel de controle na plataforma, com altura máxima de trabalho da plataforma superior ou igual a 10,89m, mas inferior ou igual a 20,16m, alcance horizontal máximo superior ou igual a 5,57m, mas inferior ou igual a 11,15m e capacidade máxima de carga sobre a plataforma igual ou superior a 200kg, mas inferior ou igual a 227kg.
8479.89.99	Ex 532 - Equipamentos para formação de pastilhas ou flocos de resina de colofônia, com capacidade máxima de 1.800kg de pastilhas/h, para pastilhas com diâmetro compreendido entre 5 e 6mm e espessura de 2mm, com temperatura de entrada compreendida entre 180 e 200°C e temperatura de saída compreendida entre 35 e 40°C, dotados de esteira de resfriamento, construída em liga de níquel, cromo e titânio, resfriada a água, com largura de 1.500mm, comprimento de resfriamento de cerca de 22.000mm e velocidade compreendida entre 3 e 30m/min.
8477.10.99	Ex 077 - Máquinas para moldagem de obras de borracha por injeção vertical, sem ocorrência de borracha residual através do uso de válvula de retenção entre as unidades de extrusão e de injeção, método de lubrificação: por pistola de graxa, dotadas cada uma, no mesmo corpo, de: unidade de extrusão, unidade de fechamento, unidade hidráulica, unidade de regulagem de temperatura, unidade de injeção e controlador lógico programável (CLP), com força de fechamento de 1.961kN, diâmetro do pistão hidráulico: 330mm, velocidades de fechamento/abertura: 170/200mm/s, dimensões do molde: mínima de 225mm x (450 a 600) x (450 a 500)mm, volume de injeção: 2.000cm³, pressão de injeção: 156,9mPa, taxa de injeção: 82cm³/s, capacidade de extrusão: 23 a 35kg/h, para trabalhar borrachas em tiras de largura de 55 x espessura de 12 a 15mm

Art. 14. Fica revogado, a partir de 1º de outubro de 2018, o Ex-Tarifário abaixo relacionado, constante da Resolução nº 69, de 21 de agosto de 2017, da Câmara de Comércio Exterior:

8433.60.10	Ex 003 -Máquinas de seleção e embalagem de melões e melancias com calibrador eletrônico, seleciona os frutos por peso, polivalente para todos os tipos de melões e melancias, com bandejas de 200mm x 120mm, comprimento total de 28,5m. cinta comum de alimentação dos calibradores com desviadores por rolos e trilhos de 2m x 800mm. mesa de seleção e embalagem manual, com 18m. x 1,5m. cinta para transporte fruta (refugo) L= 20m x 600mm, cinta transporte fruta (refugo) L= 4m x 600mm; cinta transporte caixas construída com alumínio e inox L= 6m x 600mm; cinta para transporte de caixas de papelão embaladas com frutas, construída com alumínio e inox. L= 5,6m x 600mm; cinta transporte caixas construída com alumínio e inox. L= 1,5m x 600mm; cinta transporte caixas construída com alumínio e inox. L= 7m x 600mm; cinta transporte de caixas construída com alumínio e inox. L= 5,5m x 600mm; cinta transporte caixas construída com alumínio e inox. L= 2m x 1,500mm com desvidador das entradas e com uma saída; controle com automação das entradas da mesa com uma saída e das curvas; curva sem tração em inox. L= 3m x 600mm; trilho sem tração em inox. L= 2,2m x 600mm. curva pratos inox 90°; curva pratos inox 90° + 400mm de comprimento; transportador aéreo das caixas vazias para as mesas de embalagem.

Art. 15. Ficam revogados, a partir de 1º de outubro de 2018, os Ex-Tarifários abaixo relacionados, constantes da Resolução nº 90, de 13 de dezembro de 2017, da Câmara de Comércio Exterior:

8433.60.10	Ex 004 - Máquinas selecionadoras de frutas por cor, dimensões e defeitos externos, por meio de sistema de iluminação indireta e luzes LED, sensores, e câmaras de cor e infravermelho, com sensibilidade para analisar 100% da superfície da fruta, inseridos em um gabinete para trabalhar em conjunto com classificador de frutas de 1 ou mais linhas, para frutas de pele muito escuras, com capacidade de analisar até 500 imagens por fruta, dotado de unidade de processamento.
8433.60.90	Ex 015 - Máquinas selecionadoras de legumes, sementes/grãos ou frutas por cor, tamanho e formato através de câmeras Ultra HD com sensibilidade de 360°, com unidade de iluminação tipo LED e visão independentes, com 2 ou mais linhas de trabalho dotadas de 2 células de carga cada uma, com carriers rotativos com capacidade de descarga bilateral, capacidade superior a 5t/h, configurada para encher embalagens variáveis e dotada de software otimizador de peso para preenchimento das embalagens de forma consistente.
8433.60.10	Ex 001 - Máquinas selecionadoras de frutas por cor, tamanho e formato apor meio de sensores e câmeras com sensibilidade de 360 graus e largura total de leitura de até 750mm, com unidade de iluminação e visão independentes, com 1 ou mais linhas de trabalho, dotadas de: 2 células de carga cada, com carriers rotativos com capacidade de descarga para ambos os lados da linha, com cinta transportadora de produtos na lateral para retirar frutas mal acomodadas, capacidade superior a 1t/h, configuradas para encher bolsas, caixas, caixotes, cestas, bandejas e dotadas de software calibrador com otimizadores para preenchimento das embalagens com precisão no peso selecionado.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ

Presidente do Comitê Executivo de Gestão

Substituta

IMPRENSA NACIONAL

http://www.in.gov.br



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, e o que consta do Processo nº 21000.001839/2017-91, resolve:

Art. 1º Estabelecer o REGULAMENTO TÉCNICO PARA EXPORTAÇÃO DE BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS VIVOS, DESTINADOS AO ABATE OU À REPRODUÇÃO.

CAPÍTULO I

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 2º Este Regulamento se aplica aos bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos vivos destinados à exportação para abate (imediato ou engorda) ou para reprodução.

Art. 3º Este Regulamento estabelece as normas e procedimentos básicos para a preparação de animais vivos para exportação por via marítima, fluvial, aérea ou terrestre, desde a seleção nos estabelecimentos de origem, o manejo nas instalações de pré-embarque e no embarque, o transporte entre o estabelecimento de origem e o Estabelecimento de Pré-Embarque (EPE), e destes, para o local de egresso do país.

Parágrafo único. O EPE poderá ser uma unidade isolada ou parte de um estabelecimento rural, dedicado à preparação de animais vivos para a exportação.

Art. 4º Antes do embarque para o ponto de egresso do País, todos os animais objeto deste regulamento devem ser reunidos e isolados em EPEs, onde serão submetidos ao cumprimento dos requisitos sanitários dos países importadores.

§ 1º Quando se tratar de exportação com a finalidade de reprodução, a empresa interessada poderá optar pelo uso de uma propriedade não habilitada como EPE, e, nesse caso, a empresa deverá entrar com pedido prévio de vistoria e autorização de uso da propriedade para preparação de animais para exportação.

§ 2º A autorização de uso de propriedade não habilitada como EPE fica condicionada à constatação, na vistoria, de que dispõe das condições para atender as exigências sanitárias e de bem-estar dos animais estabelecidas nestas normas.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

Art. 5º Os animais somente poderão ser exportados acompanhados de Certificado Zoossanitário Internacional (CZI) aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que atenda aos requisitos constantes das normas vigentes no Brasil e às condições sanitárias requeridas pelo país importador.

Parágrafo único. A saída dos animais objeto deste regulamento somente será autorizada pelos portos, aeroportos e pontos de fronteira previamente designados pelo MAPA.

Art. 6º Os pontos de egresso devem dispor de mão de obra treinada em protocolos de bem-estar animal.

Art. 7º Os animais selecionados para exportação devem ser identificados individualmente com dispositivo eletrônico, de forma que possam ser relacionados ao estabelecimento de origem.

Art. 8º Os animais selecionados devem estar adequadamente preparados para o transporte e, adicionalmente, não devem apresentar qualquer condição que possa comprometer a sua saúde e bem-estar no trajeto até o EPE, ou deste até o local de embarque.

Parágrafo único. A critério da autoridade competente, o EPE poderá ser considerado como local do embarque definitivo, cabendo a emissão in loco do CZI, desde que o carregamento seja feito integralmente na presença do agente público federal, culminando com a colocação de lacre inviolável nos caminhões e registro dos mesmos no CZI e no Termo de Lacração.

Art. 9º Para os aspectos relacionados ao bem-estar animal, concernentes às etapas de preparação e exportação de animais vivos, serão consideradas as recomendações descritas no Código Sanitário para os Animais Terrestres, da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Art. 10. Fêmeas, a partir de 12 (doze) meses de idade, quando destinadas ao abate (imediato ou engorda), devem estar acompanhadas de atestado negativo ao exame de prenhez, firmado por médico veterinário, realizado no máximo 15 (quinze) dias anteriores à data da exportação.

Art. 11. Somente após prévia autorização do DSA/DAS, poderá ser permitido o ingresso de missões oficiais de outros países no EPE.

Parágrafo único. Toda a participação de delegação estrangeira e a devida autorização deverão compor o relatório final da exportação.

Art. 12. O médico veterinário privado responsável técnico do EPE deverá obedecer às exigências e procedimentos que serão estabelecidas em norma específica do DSA/SDA.

Art. 13. Os exportadores de animais deverão estar cadastrados no MAPA, e para tanto precisam apresentar requerimento da empresa à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na UF (SFA-UF), onde constem no mínimo as seguintes informações: NOME OU RAZÃO SOCIAL, CNPJ e ENDEREÇO.

Art. 14. Antes do embarque dos animais, com no mínimo cinco dias úteis de antecedência, o exportador deverá protocolizar na SFA responsável pelo ponto de egresso, documento com as seguintes informações:

I - plano de viagem, contendo contatos dos responsáveis por cada etapa;

II - previsão de data e horário do embarque em cada EPE;

III - previsão de data e horário do início da chegada e desembarque dos animais no ponto de egresso;

IV - número de animais a serem embarcados, por EPE de origem;

V - planos de contingência, definindo os procedimentos de resposta à situações de emergência; e

VI - no caso de transporte marítimo ou fluvial, a configuração do navio a ser utilizado na operação, expedida pelo armador, contendo: metragem da embarcação, metragem quadrada de cada deck disponível para carregamento de animais, quantidade de cochos, bebedouros, capacidade de armazenagem de alimentos (em toneladas), capacidade de tanques para água potável, quantidade e capacidade do dessanilizador, número de acionamentos por minuto das turbinas para ventilação e renovação de ar.

CAPÍTULO III

DA HABILITAÇÃO DO EPE

Art. 15. Os EPEs deverão ser previamente aprovados pelo DSA/SDA, devendo o interessado apresentar requerimento à SFA-UF onde a propriedade está localizada que, somente após as análises documentais e in loco, submeterá o pleito devidamente instruído ao DSA/SDA para análise e, se pertinente, habilitação do EPE.

Parágrafo único. O código de identificação a ser conferido ao estabelecimento habilitado será formado pela sigla EPE, acrescido de quatro dígitos com numeração sequencial única no Brasil e da sigla da Unidade da Federação, na seguinte forma: EPE/0000/UF/BR.

Art. 16. Os estabelecimentos aprovados farão parte da lista de EPEs habilitados à exportação e será atualizada pelo DSA/SDA e divulgada no sítio eletrônico do MAPA.

Art. 17. A habilitação do EPE deverá ser renovada a cada 5 (cinco) anos.

Art. 18. A locação ou arrendamento do EPE deverá ser formalmente comunicada ao MAPA, na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da respectiva UF, com cópia da documentação que permita identificar o locador e responsável técnico.

CAPÍTULO IV

DO ISOLAMENTO DOS ANIMAIS NO EPE

Art. 19. No EPE, os animais selecionados permanecerão durante todo o período estabelecido no requisito sanitário acordado com o país importador, nunca por menos que 7 (sete) dias, sob a responsabilidade direta de médico veterinário responsável técnico pela exportação e sob supervisão do serviço veterinário oficial brasileiro.

Art. 20. Durante o isolamento todos os animais deverão ser submetidos à avaliação clínica, provas laboratoriais, tratamentos e vacinações requeridas, a serem realizados pelo exportador, mediante supervisão e acompanhamento do serviço veterinário oficial brasileiro.

CAPÍTULO V

DAS CARACTERÍSTICAS DO EPE

Art. 21. O EPE deve se localizar em lugar de fácil acesso ao transporte e situar-se em relação ao local de embarque, a aproximadamente 8 (oito) horas de viagem em transporte rodoviário de animais e dispor, no mínimo, do que segue:

I - alimentação e água limpa, de boa qualidade e em quantidade adequada;

II - currais de manejo laváveis e que causem o mínimo de estresse para os animais durante os trabalhos, com brete e tronco de contenção adequados ao manejo dos animais, sem lhes causar injúrias;

III - currais de espera devem contar com bebedouros para os animais durante a recepção, o manejo e nas operações de pré-embarque;

IV - instalações individuais ou coletivas, currais de confinamento ou pastos, construídos de forma a assegurar o mínimo estresse possível durante a permanência no EPE, obedecendo os parâmetros descritos no Anexo 01 desta Instrução, disponível no sítio do MAPA na internet.

V - um piquete de isolamento, devidamente identificado e afastado das demais instalações, para segregação de animais reagentes aos testes diagnósticos realizados;

VI - piquetes de pastagem com drenagem adequada e cobertura forrageira de boa qualidade e quantidade adequadas para alimentação dos animais durante sua permanência;

VII - quando o EPE possuir instalações de confinamento, estas devem ter drenagem e ventilação adequadas, linhas de cochos que permitam que metade do lote se alimente simultaneamente e disponha de uma área mínima contigua à linha de coxo de 3,5m com piso de fácil higienização e sanitização para bovinos e de 2,5 para ovinos/caprinos;

VIII - bebedouros e comedouros que permitam fácil limpeza, previnam o desperdício e minimizem a contaminação e bebedouros devem dispor de vazão suficiente para manter pelo menos a metade de sua capacidade de armazenagem;

IX - local próprio para a armazenamento de alimentos para os animais, com ventilação adequada e protegido de contaminações externas;

X - acesso controlado para veículos e pessoas, com desinfecção de todos veículos que entrarem nas instalações;

XI - veterinário habilitado como Responsável Técnico - RT para o exercício profissional na Unidade da Federação onde se situa o estabelecimento;

XII - piquete de enfermaria, devidamente identificado, para animais que necessitem de maior atenção veterinária;

XIII - cercas mantidas em bom estado de conservação e construídas de forma adequada à contenção e ao isolamento da espécie animal alojada;

XIV - dispor de mão de obra qualificada em protocolos de Bem Estar Animal e Saúde Animal.

Art. 22. No EPE, a água de superfície e os efluentes devem ser isolados e direcionados para fora das áreas de manejo dos animais e das áreas de armazenamento de alimentos.

CAPITULO VI

DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DOS ANIMAIS

Art. 23. O transporte rodoviário de animais deverá ser realizado em veículo adequado à espécie transportada, respeitando-se os princípios de bem-estar animal e as densidades de carga recomendadas no Anexo 01 desta Instrução, disponível no sítio do MAPA na internet.

§1º Os veículos utilizados para o transporte deverão estar em bom estado de conservação, atendendo os requisitos para transporte de cargas vivas.

§2º Os veículos deverão estar limpos e desinfetados antes do embarque dos animais.

Art. 24. O tempo de jornada dos animais, compreendido entre o embarque dos animais no EPE e seu desembarque no ponto de egresso do País, deverá respeitar, em qualquer situação, o limite máximo de 12 (doze) horas de privação de acesso à água e alimento, e ter em conta os seguintes fatores:

I - o estado de saúde dos animais, seu bem-estar em geral e sua aptidão física para viagem;

II - a categoria e sexo dos animais;

III - a capacidade dos animais de enfrentar o estresse de transporte (em caso de animais muito jovens, velhos, lactantes ou gestantes);

IV - o espaço disponível, as condições das estradas e a experiência do condutor do transporte de animais vivos;

V - as condições meteorológicas; e

VI - eventuais desvios de percurso.

§1º Em casos excepcionais e a critério da autoridade competente poderá ser autorizado um tempo superior ao descrito no caput, desde que adotados procedimentos adicionais que minimizem o esgotamento do animal.

§2º Não será permitido desembarcar os animais em qualquer ponto intermediário do trajeto entre o EPE e o local de saída do País, salvo em situações excepcionais e mediante prévia autorização do Serviço Veterinário Oficial competente.

Art. 25. Os veículos utilizados para o transporte de animais do EPE ao local de egresso do País devem ser lacrados com lacre numerado, com identificação da empresa exportadora e inviolável após o carregamento dos animais.

Parágrafo único. A ruptura do lacre, sem a presença da autoridade competente, acarretará uma conferência minuciosa de todos os animais da carga, devendo o exportador apresentar justificativa formal para o ocorrido.

CAPITULO VII

DO TRANSPORTE MARÍTIMO E FLUVIAL DOS ANIMAIS E DAS CARACTERÍSTICAS DAS EMBARCAÇÕES

Art. 26. O transporte marítimo ou fluvial deve ser previamente planejado pelo transportador e pelo exportador, realizado em navios aprovados pela Capitania dos Portos que tenham habilitação para o transporte de animais, com condutores treinados para o transporte de cargas vivas, conduzidos de forma a prevenir danos aos animais e minimizar o estresse de viagem, respeitando as normas estabelecidas para o bem-estar animal e as densidades de carga recomendadas no Anexo 01 desta Instrução.

Parágrafo único. As embarcações devem ser suficientemente abastecidas de alimento, água potável e medicação para a viagem, adequados à espécie animal transportada.

Art. 27. O embarque dos animais nas embarcações só terá início após a liberação da autoridade competente.

§ 1º Compete ao Médico Veterinário do MAPA proceder com a inspeção da embarcação a fim de verificar sua adequação aos requisitos previstos nesta norma e determinar, se necessárias, medidas corretivas anteriores ao embarque.

§ 2º A inspeção a que se reporta o caput será procedida antes da saída dos animais do EPE e, caso as correções determinadas inviabilizem o embarque, os animais deverão aguardar no estabelecimento até sua conclusão e liberação da embarcação.

Art. 28. As embarcações devem obedecer, minimamente, aos seguintes critérios:

I - deverão estar limpas e desinfetadas, antes do embarque dos animais;

II - todos os locais pelos quais os animais transitarão ou nos quais ficarão instalados não podem gerar-lhes dano físico ou causar-lhes adoecimento;

III - os equipamentos e instalações devem ser adequados à lotação, idade, espécie e estágio reprodutivo dos animais transportados;

IV - possuir espaços em cada deck ou compartimento destinados a enfermarias para tratamento eventual de animais feridos, extenuados ou enfermos, correspondente a aproximadamente a 1% da capacidade de alojamento; e

V - dispor de planos de contingência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPITULO VIII

DO TRANSPORTE AÉREO DOS ANIMAIS

Art. 29. O transporte aéreo deve ser previamente planejado pelo transportador e pelo exportador, e deverá ter em conta os períodos de funcionamento dos aeroportos de origem, escalas e destino dos animais, e as densidades de carga recomendadas no Anexo 01 desta Instrução.

Parágrafo único. Será preciso evidenciar que nenhuma escala técnica ou variante de trânsito poderá comprometer o cumprimento dos requisitos sanitários do país importador ou de trânsito e as condições de bem-estar dos animais.

Art. 30. O tempo de espera na aduana (gestão e autorizações de carga) deverá ser o mais curto possível, de forma a não comprometer o bem-estar dos animais.

Art. 31. O aeroporto deverá dispor de instalações e equipamentos de manipulação e carga adequadas à espécie transportada.

Art. 32. Os contenedores a serem usados para transportar os animais na aeronave devem obedecer, minimamente, aos seguintes critérios:

I - ser construído com material que não afete o bem estar dos animais;

II - permitir a inspeção visual dos animais e trazer nos lados os símbolos da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) indicando que contém, animais e a correta posição vertical;

III - possibilitar o acesso rápido aos animais em caso de emergência;

IV - permitir que os animais se ponham de pé, em sua posição normal, sem tocar o teto do recipiente ou as redes de contenção, no caso de recipientes abertos, e deixe um espaço livre de pelo menos 10 cm acima da cabeça do animal;

V - fornecer ventilação adequada, levando em consideração a densidade de carga, de cada espécie e a temperatura e umidade máximas dos pontos de partida, pontos de chegada e todas as escalas técnicas; e

VI - o compartimento de carga da aeronave, destinada ao transporte dos animais, deverá estar limpo e desinfetado.

CAPITULO IX

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Art. 33. A responsabilidade pela manutenção, segurança e operação do EPE, incluindo o fornecimento de alimentação e água e demais cuidados com os animais, ficará a cargo exclusivamente do proprietário, locatário ou representante legal do estabelecimento.

§1º Caso o exportador dos animais seja outro diferente dos nominados no caput, compete ao exportador a responsabilidade pela operação e bem-estar dos animais.

§2º É responsabilidade do proprietário, locatário ou outro representante legal do EPE, prover instalações físicas e condições para a realização das fiscalizações e atividades administrativas próprias do Serviço Veterinário Oficial.

Art. 34. A responsabilidade pelo transporte dos animais até sua chegada ao destino, independentemente de subcontratação, é do exportador dos animais.

Art. 35. Caberá ao médico veterinário responsável técnico pela operação de exportação prestar assistência veterinária direta e imediata aos animais mantidos no estabelecimento e a execução das demais atividades e práticas que requeiram sua supervisão ou intervenção, bem como notificar à autoridade sanitária competente qualquer suspeita de enfermidade ou quando verificar situação que implique risco à integridade e bem-estar dos animais ou aos objetivos do EPE.

Art. 36. Os animais devem ser inspecionados por médico veterinário do MAPA designado pelo DSA/SDA na abertura do período de isolamento e antes de sua saída com destino ao ponto de egresso, para verificação do cumprimento dos requisitos sanitários estabelecidos pelos países importadores.

Parágrafo único. A autoridade competente deverá ser informada, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a fim de que acompanhe o embarque dos animais e proceda com a lacração do veículo de transporte.

Art. 37. O exportador juntamente com o Médico Veterinário responsável técnico do EPE são responsáveis pelo estado geral de saúde dos animais e pela sua aptidão física para a viagem, independentemente de que sejam contratados terceiros para realização de determinados serviços durante o manejo e transporte.

§1º Compete igualmente aos exportadores informar, posterior e formalmente, ao MAPA os dados de desembarque dos animais no destino, incluindo as ocorrências durante o transporte marítimo, fluvial ou aéreo detalhando aquelas que tenham implicado na morte ou morbidade de animais e suas causas, em até 10 dias úteis após a chegada dos animais ao destino, conforme modelo constante no Relatório de Viagem, Anexo 02 desta Instrução, atualizado no sítio do MAPA na internet.

§2º O não cumprimento do prazo descrito no parágrafo anterior implicará a suspensão provisória de novas exportações até corrigida a deficiência, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista no art. 43, I.

Art. 38. Os veículos, aeronaves e embarcações de transporte devem atender às exigências desta norma, sendo de responsabilidade dos transportadores.

Art. 39. Médico Veterinário, responsável técnico de EPE, deverá:

I - cumprir com este Regulamento Técnico e outras normas complementares estabelecidas pelo Serviço Veterinário Oficial;

II - fornecer informações relacionadas com sua atuação como Responsável Técnico da EPE, e atender às convocações da Superintendência Federal de Agricultura - SFA da UF onde atuam; e

III - submeter-se a treinamentos promovidos pelo MAPA.

CAPÍTULO X

DAS SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

Art. 40. Os EPE's já reconhecidos pelo MAPA na data de entrada em vigência desta norma deverão solicitar junto às respectivas SFAs a atualização de sua habilitação em até 30 (trinta) dias.

§ 1º Em até 60 (sessenta) dias após a solicitação de atualização de habilitação de que trata o caput deste artigo, o EPE deverá ser submetido à fiscalização do MAPA, documental e in loco;

§ 2º No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, após a fiscalização definida no § 1º deste artigo, o EPE deverá estar adequado, sob pena de ter sua habilitação cancelada.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. O MAPA adotará as medidas necessárias para aplicação deste Regulamento em todo o Território Nacional.

Art. 42. O descumprimento às disposições desta norma será apurado em processo administrativo devidamente instruído, iniciado com a lavratura do auto de infração e poderá culminar com advertência, suspensão ou desabilitação.

Art. 43. A penalidade de advertência será imposta nos seguintes casos:

I - quando do descumprimento dos prazos determinados pelo MAPA; e

II - por não atendimento às disposições legais atinentes às ações de defesa sanitária animal, sem prejuízo das responsabilidades previstas nas legislações específicas.

Art. 44. A penalidade de suspensão será imposta nos seguintes casos:

I - sempre que o infrator atingir a contagem de duas advertências, no período de 12 (doze) meses;

II - deixar de operar por, no mínimo, doze meses consecutivos; e

III - por descumprimento dos dispositivos dessa norma, exceto aqueles cujas penalidades estão previstas nos arts. 37 § 2º, 43 e 45 desta norma.

Parágrafo único. A suspensão perderá seu efeito quando restar comprovada a correção da não conformidade motivadora ou, no caso de não operação, mediante laudo de vistoria do SVO favorável ao retorno das atividades.

Art. 45. A penalidade de desabilitação será imposta nos seguintes casos:

I - praticar ato incompatível com o objeto da habilitação, que coloque em risco às ações da sanidade animal ou a credibilidade do Serviço Veterinário Brasileiro; e

II - decorrido um período de doze meses ininterruptos da suspensão da habilitação.

Art. 46. O Plano de Contingência, previsto no inciso V do art. 14 deverá descrever, sumariamente:

I - rotas opcionais a serem utilizadas no caso de interrupção do trânsito ao longo da rota inicialmente traçada, à partir de cada EPE, e seu impacto no tempo de percurso;

II - lista com endereço completo de pontos alternativos para desembarque intermediário dos animais, se necessário e autorizado;

III - procedimentos de atendimento a emergências durante o transporte; e

IV - procedimentos a serem adotados em relação a animais mortos ou gravemente feridos durante o transporte rodoviário, na viagem marítima/fluvial ou aérea.

Art. 47. A operacionalização desta norma pelos médicos veterinários do MAPA será estabelecida no Manual de Procedimentos Operacionais Padrão de Exportação de Ruminantes Vivos, para abate e para reprodução, Anexo 03.

Art. 48. Ficam aprovados os Anexos desta Instrução Normativa, disponíveis no sítio do MAPA na internet, no endereço eletrônico http://www.agricultura.gov.br.

Parágrafo único. O Diretor do Departamento de Saúde Animal poderá alterar, incluir, excluir ou reordenar os Anexos desta Instrução Normativa.

Art. 49. No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, da data de publicação desta norma, os responsáveis técnicos de EPE's deverão estar habilitados junto ao MAPA.

Art. 50. O Serviço Veterinário Oficial da UF de localização do EPE realizará auditoria para verificação da manutenção do disposto nesta Instrução Normativa, ao menos uma vez ao ano.

Art. 51. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidos pelo Diretor do Departamento de Saúde Animal.

Art. 52. Fica revogada a Instrução Normativa nº 13, de 30 de março de 2010 e Instrução Normativa nº 53, de 10 de novembro de 2011.

Art. 53. Esta Instrução Normativa entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

1. Densidade máximas de carga para transporte e de instalações nas EPE's.

2. Relatório de Viagem.

3. Manual de Procedimentos Operacionais Padrão - Exportação de bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos vivos, destinados ao abate ou à reprodução.

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 793, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 do Ministro de Estado da Agricultura e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U de 21/06/2013 resolve:

HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) FABRICIO REIS PEREIRA inscrito (a) no CRMV-MG nº 6680 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

PORTARIA Nº 794, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 do Ministro de Estado da Agricultura e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U de 21/06/2013 resolve:

HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) MATHEUS CEZARIO BACHIEGA inscrito (a) no CRMV-MG nº 19011 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

PORTARIA Nº 795, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 do Ministro de Estado da Agricultura e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U de 21/06/2013 resolve:

HABILITAR o (a) médico (a) veterinário (a) ANA PAULA SILVEIRA SOUZA FREIRE inscrito (a) no CRMV-MG nº 19150 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA N° 175, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 562, de 11/04/2018, publicada no DOU de 12/04/2018, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.008104/2018-83, resolve:

Art. 1º Credenciar, sob número BR RS 690, a empresa Krummenauer Madeiras Ltda., CNPJ nº 94.381.407/0001-50, localizada na Rodovia RS 115, Km 04, nº 7227, Bairro Santa Maria, Taquara (RS) para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Tratamento Térmico (HT); b) Secagem em Estufa (KD);

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, CONFORME § 4º Do Art. 1º - Anexo I - da Instrução Normativa SDA nº 66/2006, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO TODESCHINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2018, Seção 1, pág. 84, Portaria nº 150 de 13 de agosto de 2018, Art. 1º. Onde se lê: BR RS 688; Leia-se: BR RS 691.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 15 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e o que consta do Processo nº 21000.032635/2017-01, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de cártamo (*Carthamus tinctorius*), Categoria 4, Classe 3, produzidas na Argentina.

Art. 2º As sementes de cártamo devem estar acondicionadas em embalagens novas, de primeiro uso e livres de materiais de solo, impurezas e resíduos vegetais.

Art. 3º As sementes especificadas no art. 1º desta Instrução Normativa deverão estar acompanhadas de Certificado Fitossanitário, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Argentina, sem declarações Adicionais.

Art. 4º As partidas serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), podendo ser coletadas amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados.

Parágrafo único. Ocorrendo a coleta de amostras, os custos do envio e das análises serão com ônus para o interessado, que poderá, a critério da fiscalização agropecuária, ficar depositário do restante da partida até a conclusão dos exames e emissão dos respectivos laudos de liberação.

Art. 5º No caso de interceptação de pragas quarentenárias para o Brasil, a partida será destruída ou rechaçada e a ONPF da Argentina será notificada, podendo a ONPF do Brasil suspender as importações de sementes de cártamo até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 6º A ONPF da Argentina deverá comunicar à ONPF do Brasil qualquer alteração na condição fitossanitária das regiões de produção de sementes de cártamo a serem exportadas ao Brasil.

Art. 7º O produto não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

RETIFICAÇÃO (*)

Na Instrução Normativa nº 23, de 26 de julho de 2018, publicada no DOU n° 146, de 31 de julho de 2018, Seção 1, página 7,

Onde se lê: ... Exemplo:

NOME COMPLETO DO AFFA AUDITOR FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO

Leia-se: ... Exemplo:

NOME COMPLETO DO AFFA AUDITOR FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO Nº da Carteira Fiscal: XXXX

(*)(Republicada por ter saído no DOU Nº 169, de 31 de agosto de 2018, Seção 1, página 12, com incorreção.

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 8, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 03281.000006/2018-01, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de regal pelargonium (Pelargonium grandiflorum (Andrews) Willd., P. xdomesticum L.H. Bailey, P. crispum (P.J. Bergius) L'Hér. e P. crispum x P. xdomesticum), os descritores mínimos definidos na forma do Anexo. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos- agropecuários /insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/formularios- para-protecao-de-cultivares

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

ANEXO

INSTRUÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE REGAL PELARGONIUM (Pelargonium grandiflorum (Andrews) Willd., P. xdomesticum L.H. Bailey, P. crispum (P.J. Bergius) L'Hér. e P. crispum x P. xdomesticum).

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distingüibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de regal pelargonium (Pelargonium grandiflorum (Andrews) Willd., P. xdomesticum L.H. Bailey, P. crispum (P.J. Bergius) L'Hér. e P. crispum x P. xdomesticum).

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei nº 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a manter à disposição do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, no mínimo 15 estacas bem enraizadas.

2. As estacas devem apresentar vigor e em boas condições fitossanitárias.

3. A amostra deverá estar isenta de tratamento que afete a expressão das características da cultivar, salvo em casos especiais devidamente justificados. Nesse caso, o tratamento deve ser detalhadamente descrito.

4. A amostra deverá ser mantida à disposição do SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, sempre que durante a análise do pedido for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações, o requerente deverá disponibilizá-la.

5. As amostras devem ser mantidas no Brasil.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios deverão ser realizados por, no mínimo, um ciclo de cultivo. Caso a distinguibilidade, a homogeneidade e a estabilidade não possam ser comprovadas, os testes deverão ser estendidos por mais um ciclo de cultivo.

2. Os ensaios deverão ser conduzidos em um único local. Caso neste local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional.

3. Os ensaios deverão ser realizados sob condições que garantam o desenvolvimento satisfatório das plantas, assegurando a expressão das características relevantes da cultivar e que permitam a realização do exame.

4. Cada ensaio deve incluir, no mínimo, 15 plantas e todas as observações devem ser feitas em 10 plantas ou partes de 10 plantas.

5. O tamanho das parcelas deverá possibilitar que plantas, ou suas partes, possam ser removidas para avaliações sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo de cultivo.

6. Devido à variação da intensidade da luz ao longo do dia, as determinações de cores deverão ser feitas, de preferência, em recinto com iluminação artificial ou no meio do dia, em ambiente sem incidência de luz solar direta. A fonte luminosa do recinto deverá estar em conformidade com o Padrão da Comissão Internacional de Iluminação - CIE de Iluminação Preferencial D 6.500 e deverá estar dentro dos níveis de tolerância especificados no Padrão Inglês 950, Parte I. Essas cores deverão ser definidas contrapondo-se a parte da planta a um fundo branco.

7. As cores das estruturas observadas devem ser referenciadas com base no Catálogo de Cores da Royal Horticultural Society (Catálogo de cores RHS).

8. As avaliações para descrição da cultivar deverão ser realizadas nas plantas com expressões típicas, sendo desconsideradas aquelas com expressões atípicas.

9. Os métodos recomendados de observação das características são indicados na primeira coluna da Tabela de características, segundo a legenda abaixo:

MI: Mensurações de um número de plantas ou partes de plantas, individualmente; e

VG: Avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes dessas plantas;

10. Para a avaliação da homogeneidade deverá ser aplicada uma população padrão de 1% com probabilidade de aceitação de 95%. No caso de testes com quinze plantas, será permitida uma planta atípica.

11. Poderão ser estabelecidos testes adicionais para propósitos especiais.

12. É necessário anexar ao formulário, fotografias representativas de partes da planta em pleno florescimento e das estruturas mais relevantes utilizadas na caracterização da cultivar, especialmente da folha e da flor. No caso de cultivar introduzida no Brasil que apresentar alterações das características devido às diferentes condições ambientais, sempre que as mesmas possam ser demonstradas por fotografias, estas devem ser anexadas.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Para a escolha das cultivares mais similares a serem plantadas no ensaio de DHE, utilizar as características agrupadoras.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização dos ensaios de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

a) Planta: altura (característica 1);

b) Flor: largura (característica 11)

c) Pétala superior: cor principal da parte central (característica 18)

d) Pétala inferior: cor principal da parte central (característica 24)

(c) e (d) com os seguintes grupos:

Gr. 1: branco

Gr. 2: rosa claro

Gr. 3: rosa

Gr. 4: rosa escuro

Gr. 5: vermelho claro

Gr. 6: vermelho

Gr. 7: vermelho escuro

Gr. 8: roxo

Gr. 9: violeta

V. SINAIS CONVENCIONAIS

(a)-(b) (+): Ver explanações relativas a diversas características, item "VIII OBSERVAÇÕES E FIGURAS";

MI, VG: ver item III, 9;

QL: Característica qualitativa;

QN: Característica quantitativa; e

PQ: Característica pseudo-qualitativa.

VI. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º, da Lei nº 9.456, de 1997, para poder ser protegida, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de quatro anos.

2. Conforme estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

VII. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet.

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo SNPC.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Requerente ou Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VIII. TABELA DE DESCRITORES DE REGAL PELARGONIUM (Pelargonium grandiflorum (Andrews) Willd., P. xdomesticum L.H. Bailey, P. crispum (P.J. Bergius) L'Hér. e P. crispum x P. xdomesticum):

Nome proposto para a cultivar:

Característica	Identificação da característica	Código de cada descrição
1. Planta: altura VG/MI QN (+)	muito baixa baixa média alta muito alta extremamente alta	1 3 5 7 9 11
2. Planta: largura VG/MI QN	estreita média larga	3 5 7
3. Lâmina foliar: comprimento VG/MI QN (+) (a)	curto médio longo	3 5 7

4. Lâmina foliar: largura VG/MI QN (+) (a)	estreita média larga	3 5 7
5. Lâmina foliar: base VG QN (+) (a)	muita aberta ligeiramente aberta fechada parcialmente sobreposta fortemente sobreposta	1 3 5 7 9
6. Lâmina foliar: profundidade dos sinus VG QN (+) (a)	ausente ou muito pouco profundos pouco profundos médios profundos muito profundos	1 3 5 7 9
7. Lâmina foliar: incisões na margem VG QN (+) (a)	ausentes ou muito pouco profundas pouco profundas médias profundas	1 2 3 4
8. Lâmina foliar: variegação VG QL (+) (a)	ausente presente	1 2
9. Lâmina foliar: intensidade da cor verde VG QN (+) (a)	clara média escura	1 3 5
10. Flor: comprimento VG/MI QN (+)	muito curto curto médio longo muito longo extremamente longo	1 3 5 7 9 11
11. Flor: largura VG/MI QN (+)	muito estreita estreita média larga muito larga extremamente larga	1 3 5 7 9 11
12. Sépala: comprimento VG/MI QN (+)	muito curta curta média longa muito longa	1 2 3 4 5
13. Sépala: largura VG/MI QN (+)	muito estreita estreita média larga muito larga	1 2 3 4 5
14. Pedicelo: coloração antocianínica VG QN (+)	ausente ou fraca média forte	1 2 3
15. Pétala superior: ondulação da margem VG QN (+)	ausente ou muito fraca fraca média forte muito forte	1 2 3 4 5
16. Pétala superior: cor principal da margem VG PQ (+) (b)	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
17. Pétala superior: cor principal entre a margem e a parte central VG PQ (+) (b)	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
18. Pétala superior: cor principal da parte central VG PQ (+) (b)	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
19. Pétala superior: tamanho da marca central VG QN (+)	ausente ou muito pequena pequena média grande muito grande	1 3 5 7 9
20. Pétala superior: tamanho da zona de cor diferente na base VG QN (+)	ausente ou muito pequena pequena média grande muito grande	1 2 3 4 5
21. Pétala superior: cor da zona na base VG PQ	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
22. Pétala inferior: cor principal da margem VG PQ (+) (b)	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
23. Pétala inferior: cor principal entre a margem e a parte central VG PQ (+) (b)	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
24. Pétala inferior: cor principal da parte central VG PQ (+) (b)	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	
25. Pétala inferior: tamanho da marca central VG QN (+)	ausente ou muito pequena pequena média grande muito grande	1 3 5 7 9
26. Pétala inferior: tamanho da zona de cor diferente na base VG QN (+)	ausente ou muito pequena pequena média grande muito grande	1 2 3 4 5
27. Pétala inferior: cor da zona na base VG PQ	Catálogo de cores RHS (indicar número de referência)	

IX. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

Ver formulário na internet.

X. BIBLIOGRAFIA

1. UPOV Guidelines For The Conduct of Tests for Distinctness, Uniformity and Stability - Regal Pelargonium, TG/109/4, 2015

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 2, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO, AMBOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 18, 25 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, no Decreto n° 4.074, de 4 de janeiro de 2002, no Decreto 6.323, de 27 de dezembro de 2007, no art. 7º do Anexo I da Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 24 de maio de 2011, e o que consta do Processo SEI nº 21000.031197/2017-55, resolvem:

Art. 1º A Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC nº 2, de 12 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"ANEXO II

.....

31			
Feromônio: Acetato de (Z)-8-dodecenila + Acetato de (E)-8-dodecenila + (Z)-8-dodecenol (monitoramento - uso em armadilha)			
Composição			
Ingredientes ativos			
Descrição	CAS*	Mínimo % (m/m)	Máximo % (m/m)
Acetato de (Z)-8-dodecenila	28079-04-1	89	94
Acetato de (E)-8-dodecenila	38363-29-0	5	10
(Z)-8-dodecenol	40642-40-8	0,1	3
A soma dos ingredientes ativos deve ser igual a 100%			
Outro ingrediente			
Nome	CAS*	Função	Descrição, requisitos de composição e condições de uso
Septo de borracha	9006-04-6	Liberador	Somente autorizado como liberador de feromônio
Classe de uso: Feromônio sintético			
Tipo de formulação: Gerador de gás			
Indicação de uso			
Alvo biológico: *Grapholita molesta* (Mariposa-oriental) Culturas: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico. Eficiência agronômica comprovada para o monitoramento nas culturas da maçã e do pêssego. Dose de 1 miligrama de ingrediente ativo [acetato de (Z)-8-dodecenila + acetato de (E)-8-dodecenila + (Z)-8-dodecenol] por septo de borracha, em armadilha Delta ou similar. Em áreas com até 7 hectares, instalar duas armadilhas. Em áreas maiores do que 7 hectares, instalar uma armadilha a cada 5 a 7 hectares. As armadilhas devem ser instaladas a uma altura de 1,0 a 2,0 metros do nível do solo e, a cada 28 dias, deve-se substituir o septo antigo por um novo. O monitoramento deve ser realizado, pelo menos, do início da floração até o final da colheita.			

*CAS: é o código de registro, usado mundialmente como referência, atribuído às substâncias químicas pelo Chemical Abstract Service (CAS), órgão da Sociedade Americana de Química.

Obs.: Para a submissão de registro com base nessa especificação de referência, devem ser apresentados: certificado de análise qualitativa e quantitativa dos ingredientes ativos; e teste de estabilidade de prateleira, que comprove a validade do produto formulado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

32			
Feromônio: Acetato de (E)-8-dodecenila + Acetato de (Z)-8-dodecenila + (Z)-8-dodecenol (monitoramento - uso em armadilha)			
Composição			
Ingredientes ativos			
Descrição	CAS*	Mínimo % (m/m)	Máximo % (m/m)
Acetato de (E)-8-dodecenila	38363-29-0	89	94
Acetato de (Z)-8-dodecenila	28079-04-1	5	10
(Z)-8-dodecenol	40642-40-8	0,1	3
A soma dos ingredientes ativos deve ser igual a 100%			
Outro ingrediente			
Nome	CAS*	Função	Descrição, requisitos de composição e condições de uso
Septo de borracha	9006-04-6	Liberador	Somente autorizado como liberador de feromônio
Classe de uso: Feromônio sintético			
Tipo de formulação: Gerador de gás			
Indicação de uso			
Alvo biológico: *Grapholita molesta* (Mariposa-oriental) Culturas: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico. Eficiência agronômica comprovada para o monitoramento nas culturas da maçã e do pêssego. Dose de 1 miligrama de ingrediente ativo [acetato de (E)-8-dodecenila + acetato de (Z)-8-dodecenila + (Z)-8-dodecenol] por septo de borracha, em armadilha Delta ou similar. Em áreas com até 7 hectares, instalar duas armadilhas. Em áreas maiores do que 7 hectares, instalar uma armadilha a cada 5 a 7 hectares. As armadilhas devem ser instaladas a uma altura de 1,0 a 2,0 metros do nível do solo e, a cada 28 dias, deve-se substituir o septo antigo por um novo. O monitoramento deve ser realizado, pelo menos, do início da floração até o final da colheita.			

*CAS: é o código de registro, usado mundialmente como referência, atribuído às substâncias químicas pelo Chemical Abstract Service (CAS), órgão da Sociedade Americana de Química.

Obs.: Para a submissão de registro com base nessa especificação de referência, devem ser apresentados: certificado de análise qualitativa e quantitativa dos ingredientes ativos; e teste de estabilidade de prateleira, que comprove a validade do produto formulado.

33			
Feromônio: Acetato de (Z)-8-dodecenila + Acetato de (E)-8-dodecenila + (Z)-8-dodecenol (disrupção do acasalamento)			
Composição			
Ingredientes ativos			
Descrição	CAS*	Mínimo % (m/m)	Máximo % (m/m)
Acetato de (Z)-8-dodecenila	28079-04-1	90	95
Acetato de (E)-8-dodecenila	38363-29-0	4	8
(Z)-8-dodecenol	40642-40-8	0,1	6
A soma dos ingredientes ativos deve ser igual a 100%			
	Mínimo		Máximo
Quantidade total dos ingredientes ativos no produto formulado	11 g de ingredientes ativos/ kg de produto formulado		88 g de ingredientes ativos/ kg de produto formulado
Outros ingredientes**			
Nome	CAS*	Função	Descrição, requisitos de composição e condições de uso
Água	-----	Veículo/ diluente	Desde que isenta de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica
Álcool polivinílico	9002-89-5	Estabilizante	Concentração máxima de 5% (cinco por cento) no produto formulado
		Agente de revestimento/ lubrificante/ agente de aumento de viscosidade	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Azul brilhante	3844-45-9	Corante	Concentração máxima de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) no produto formulado
Bentonita	1302-78-9	Veículo/ agente de suspensão	Concentração máxima de 20% (vinte por cento) no produto formulado
Carboximetilcelulose sódica	9004-32-4	Espessante/ emulsificante/ estabilizante	-----
Carvão vegetal (carvão ativado, carvão vegetal ativado)	7440-44-0	Corante/ agente de descolorização/ adsorvente/ carreador (veículo)	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Cera microcristalina	63231-60-7	Veículo oleoso/ agente espessante/ doador de consistência	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Estearato de sorbitana (Monoestearato de sorbitano)	1338-41-6	Antiumectante/ emulsificante/ estabilizante/ surfactante (tensoativo)	Concentração máxima de 3% (três por cento) no produto formulado
		Diluente de cor/ solvente/ veículo	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Extrato de urucum (*Bixa orellana*)	-----	Corante/ antioxidante/ fotoprotetor (protetor solar)	Concentração máxima de 10% (dez por cento) no produto formulado
Glicerina	56-81-5	Espessante/ emulsificante/ estabilizante/ veículo	-----
Goma arábica	9000-01-5	Espessante/ emulsificante/ estabilizante/ agente de suspensão/ surfactante/ agente de dispersão	-----
Goma xantana	11138-66-2	Espessante/ emulsificante/ estabilizante/ agente de suspensão	-----
Lecitina	8002-43-5	Dispersante/ emulsificante/ agente solubilizante	Desde que isenta de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica
Lignosulfonato de sódio	8061-51-6	Dispersante/ surfactante/ emulsificante	Concentração máxima de 15% (quinze por cento) no produto formulado
Maltodextrina	9050-36-6	Veículo/ diluente/ aglutinante	Concentração máxima de 23% (vinte e três por cento) no produto formulado
Metil parabeno	99-76-3	Conservante	Concentração máxima de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) no produto formulado
Óleo de girassol	8001-21-6	Diluente/ veículo (carreador)/ solvente/ emulsificante/ lubrificante	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Óleo de milho	8001-30-7	Veículo (carreador)/ solvente/ lubrificante	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*, desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica
Óleo de soja e óleo de soja degomado	8001-22-7	Veículo/ solvente	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica
Óleo de soja hidrogenado	8016-70-4	Veículo	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica
Polissorbato 20	9005-64-5	Emulsificante/ estabilizante/ dispersante/ solubilizante/ umectante/ surfactante (tensoativo)	Concentração máxima de 20% (vinte por cento) no produto formulado
Sílica gel	63231-67-4	Antiaglomerante	Concentração máxima de 10% (dez por cento) de SiO_2 (Dióxido de silício) no produto formulado
Sorbato de potássio	24634-61-5	Conservante	Concentração máxima de 1% (um por cento) no produto formulado
Sorbitol	50-70-4	Emulsificante/ estabilizante/ espessante/ umectante/ veículo/ diluente	-----
Vitamina E	1406-18-4	Antioxidante	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Classe de uso: Feromônio sintético			
Tipo de formulação: Pasta - gerador de gás			
Indicação de uso			
Alvo biológico 1: *Grapholita molesta* (Mariposa-oriental) Culturas: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico. Eficiência agronômica comprovada para a disrupção do acasalamento (confusão sexual) nas culturas da maçã e do pêssego. Dose de 44 gramas de ingrediente ativo [acetato de (Z)-8-dodecenila + acetato de (E)-8-dodecenila + (Z)-8-dodecenol] por hectare. Distribuir a dose com aplicador manual (pistola dosadora ou similar), em 1.000 pontos por hectare, em estacas de madeira, em partes aéreas não comestíveis de plantas ou em plantas não comestíveis, a uma altura de 1,0 a 2,0 metros do nível do solo. A primeira aplicação deve ser feita no final da floração. Realizar três aplicações por ciclo, com um intervalo de 90 dias entre elas, devendo ser antecipadas quando forem observadas capturas em armadilhas de monitoramento ou o surgimento de danos em frutos ou folhas. Em áreas com altas infestações, aplicar 2,5 vezes a dose recomendada.			

Alvo biológico 2: *Ecdytolopha aurantiana* (Bicho-furão-dos-citros)
Culturas: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico. Eficiência agronômica comprovada para a disrupção do acasalamento (confusão sexual) em citros. Dose de 44 gramas de ingrediente ativo [acetato de (Z)-8-dodecenila + acetato de (E)-8-dodecenila + (Z)-8-dodecenol] por hectare. Distribuir a dose com aplicador manual (pistola dosadora ou similar), em 1.000 pontos por hectare, em estacas de madeira, em partes aéreas não comestíveis de plantas ou em plantas não comestíveis, em altura correspondente ao terço superior da copa das árvores cultivadas (que é o local onde ocorre o acasalamento). Nas áreas monitoradas com armadilhas, a primeira aplicação deve ser realizada quando houver capturas de machos e desde que haja frutos. Nas áreas não monitoradas com armadilhas, a primeira aplicação deve ser realizada quando os frutos ati
atingirem de 3 a 4 centímetros de diâmetro. Reaplicar em intervalo de 10 semanas até a colheita. As reaplicações devem ser antecipadas quando forem observadas capturas em armadilhas de monitoramento ou o surgimento de danos em frutos.

*CAS: É o código de registro, usado mundialmente como referência, atribuído às substâncias químicas pelo Chemical Abstract Service (CAS), órgão da Sociedade Americana de Química.
**Os produtos formulados poderão conter um ou mais dos "Outros ingredientes".
Obs.: Para a submissão de registro com base nessa especificação de referência devem ser apresentados: caracterização físico-química do produto formulado, constando pH, densidade e volatilidade; certificado de análise qualitativa e quantitativa dos ingredientes ativos; e teste de estabilidade de prateleira, que comprove a validade do produto formulado.

34

Feromônio: Acetato de (E)-8-dodecenila + Acetato de (Z)-8-dodecenila + (Z)-8-dodecenol (disrupção do acasalamento)

Composição

Ingredientes ativos

Descrição	CAS*	Mínimo % (m/m)	Máximo % (m/m)
Acetato de (E)-8-dodecenila	38363-29-0	90	95
Acetato de (Z)-8-dodecenila	28079-04-1	4	8
(Z)-8-dodecenol	40642-40-8	0,1	6

A soma dos ingredientes ativos deve ser igual a 100%

	Mínimo	Máximo
Quantidade total dos ingredientes ativos no produto formulado	11 g de ingredientes ativos/ kg de produto formulado	88 g de ingredientes ativos/ kg de produto formulado

Outros ingredientes**

Nome	CAS*	Função	Descrição, requisitos de composição e condições de uso
Água	-----	Veículo/ diluente	Desde que isenta de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica
Álcool polivinílico	9002-89-5	Estabilizante	Concentração máxima de 5% (cinco por cento) no produto formulado
		Agente de revestimento/ lubrificante/ agente de aumento de viscosidade	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Azul brilhante	3844-45-9	Corante	Concentração máxima de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) no produto formulado
Bentonita	1302-78-9	Veículo/ agente de suspensão	Concentração máxima de 20% (vinte por cento) no produto formulado
Carboximetilcelulose sódica	9004-32-4	Espessante/ emulsificante/ estabilizante	-----
Carvão vegetal (carvão ativado, carvão vegetal ativado)	7440-44-0	Corante/ agente de descolorização/ adsorvente/ carreador (veículo)	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Cera microcristalina	63231-60-7	Veículo oleoso/ agente espessante/ doador de consistência	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Estearato de sorbitana (Monoestearato de sorbitano)	1338-41-6	Antiumectante/ emulsificante/ estabilizante/ surfactante (tensoativo)	Concentração máxima de 3% (três por cento) no produto formulado
		Diluente de cor/ solvente/ veículo	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Extrato de urucum (*Bixa orellana*)	-----	Corante/ antioxidante/ fotoprotetor (protetor solar)	Concentração máxima de 10% (dez por cento) no produto formulado
Glicerina	56-81-5	Espessante/ emulsificante/ estabilizante/ veículo	-----
Goma arábica	9000-01-5	Espessante/ emulsificante/ estabilizante/ agente de suspensão/ surfactante/ agente de dispersão	-----
Goma xantana	11138-66-2	Espessante/ emulsificante/ estabilizante/ agente de suspensão	-----
Lecitina	8002-43-5	Dispersante/ emulsificante/ agente solubilizante	Desde que isenta de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica
Lignosulfonato de sódio	8061-51-6	Dispersante/ surfactante/ emulsificante	Concentração máxima de 15% (quinze por cento) no produto formulado
Maltodextrina	9050-36-6	Veículo/ diluente/ aglutinante	Concentração máxima de 23% (vinte e três por cento) no produto formulado
Metil parabeno	99-76-3	Conservante	Concentração máxima de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) no produto formulado
Óleo de girassol	8001-21-6	Diluente/ veículo (carreador)/ solvente/ emulsificante/ lubrificante	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*
Óleo de milho	8001-30-7	Veículo (carreador)/ solvente/ lubrificante	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*, desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica
Óleo de soja e óleo de soja degomado	8001-22-7	Veículo/ solvente	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica
Óleo de soja hidrogenado	8016-70-4	Veículo	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica
Polissorbato 20	9005-64-5	Emulsificante/ estabilizante/ dispersante/ solubilizante/ umectante/ surfactante (tensoativo)	Concentração máxima de 20% (vinte por cento) no produto formulado
Sílica gel	63231-67-4	Antiaglomerante	Concentração máxima de 10% (dez por cento) de SiO_2 (Dióxido de silício) no produto formulado
Sorbato de potássio	24634-61-5	Conservante	Concentração máxima de 1% (um por cento) no produto formulado
Sorbitol	50-70-4	Emulsificante/ estabilizante/ espessante/ umectante/ veículo/ diluente	-----
Vitamina E	1406-18-4	Antioxidante	Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*

Classe de uso: Feromônio sintético

Tipo de formulação: Pasta - gerador de gás

Indicação de uso

Alvo biológico 1: *Grapholita molesta* (Mariposa-oriental)
Culturas: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico. Eficiência agronômica comprovada para a disrupção do acasalamento (confusão sexual) nas culturas da maçã e do pêssego. Dose de 44 gramas de ingrediente ativo [acetato de (E)-8-dodecenila + acetato de (Z)-8-dodecenila + (Z)-8-dodecenol] por hectare. Distribuir a dose com aplicador manual (pistola dosadora ou similar), em 1.000 pontos por hectare, em estacas de madeira, em partes aéreas não comestíveis de plantas ou em plantas não comestíveis, a uma altura de 1,0 a 2,0 metros do nível do solo. A primeira aplicação deve ser feita no final da floração. Realizar três aplicações por ciclo, com um intervalo de 90 dias entre elas, devendo ser antecipadas quando forem observadas capturas em armadilhas de monitoramento ou o surgimento de danos em
frutos ou folhas. Em áreas com altas infestações, aplicar 2,5 vezes a dose recomendada.
Alvo biológico 2: *Ecdytolopha aurantiana* (Bicho-furão-dos-citros)
Culturas: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico. Eficiência agronômica comprovada para a disrupção do acasalamento (confusão sexual) em citros. Dose de 44 gramas de ingrediente ativo [acetato de (E)-8-dodecenila + acetato de (Z)-8-dodecenila + (Z)-8-dodecenol] por hectare. Distribuir a dose com aplicador manual (pistola dosadora ou similar), em 1.000 pontos por hectare, em estacas de madeira, em partes aéreas não comestíveis de plantas ou em plantas não comestíveis, em altura correspondente ao terço superior da copa das árvores cultivadas (que é o local onde ocorre o acasalamento). Nas áreas monitoradas com armadilhas, a primeira aplicação deve ser realizada quando houver capturas de machos e desde que haja frutos. Nas áreas não monitoradas com armadilhas, a primeira aplicação deve ser
realizada quando os frutos atingirem de 3 a 4 centímetros de diâmetro. Reaplicar em intervalo de 10 semanas até a colheita. As reaplicações devem ser antecipadas quando forem observadas capturas em armadilhas de monitoramento ou o surgimento de danos em frutos.

*CAS: É o código de registro, usado mundialmente como referência, atribuído às substâncias químicas pelo Chemical Abstract Service (CAS), órgão da Sociedade Americana de Química.
**Os produtos formulados poderão conter um ou mais dos "Outros ingredientes".
Obs.: Para a submissão de registro com base nessa especificação de referência devem ser apresentados: caracterização físico-química do produto formulado, constando pH, densidade e volatilidade; certificado de análise qualitativa e quantitativa dos ingredientes ativos; e teste de estabilidade de prateleira, que comprove a validade do produto formulado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

35			
Agente microbiológico de controle: *Bacillus thuringiensis,* isolado CBMAI 1398*			
Classificação Taxonômica: Procariotae (Reino); Firmicutes (Filo); Bacilli (Classe); Bacillales (Ordem); Bacillaceae (Família); *Bacillus* (Gênero); *Bacillus thuringiensis* (Espécie).			
Composição			
Ingrediente ativo			
Descrição		Mínimo	Máximo
Bacillus thuringiensis, isolado CBMAI 1398		2,0 x 10^8 UFC** por mililitro ou grama de produto formulado	2,5 x 10^9 UFC por mililitro ou grama de produto formulado
Outros ingredients***			
Nome	CAS****	Função	Descrição, requisitos de composição e condições de uso
Ácido fosfórico	7664-38-2	Regulador de acidez/ acidulante	Concentração máxima de 1,5% (um vírgula cinco por cento) no produto formulado.
Açúcar	87-50-1	Nutriente (substrato nutritivo)	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica. Autorizado nas formulações na concentração *quantum satis*.
Água	-----	Veículo/ diluente	Desde que isenta de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Álcool polivinílico	9002-89-5	Estabilizante	Concentração máxima de 5% (cinco por cento) no produto formulado.
		Agente de revestimento/ lubrificante/ agente de aumento de viscosidade	Autorizado nas formulações na concentração *quantum satis.*
Bentonita	1302-78-9	Veículo/ agente de suspensão	Concentração máxima de 20% (vinte por cento) no produto formulado.
Calcário	1317-65-3	Veículo	Desde que livre de asbesto e isento de outros componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica, e que o conteúdo de sílica cristalina seja menor que 1% (um por cento) no produto formulado.
Carboximetilcelulose sódica	9004-32-4	Espessante/ emulsificante/ estabilizante	-----
Caulim	1332-58-7	Diluente sólido/ veículo	Desde que livre de asbesto e que o conteúdo de sílica cristalina seja menor que 1% (um por cento) no produto formulado.
Caulinita	1318-74-7	Diluente sólido/ veículo	-----
Dióxido de silício	7631-86-9	Diluente sólido/ veículo/ agente antiaglomerante/ dispersante	Concentração máxima de 10% (dez por cento) no produto formulado, desde que livre de sílica cristalina.
Estearato de sorbitana (Monoestearato de sorbitano)	1338-41-6	Antiumectante/ emulsificante/ estabilizante/ surfactante (tensoativo)	Concentração máxima de 3% (três por cento) no produto formulado.
		Diluente de cor/ solvente/ veículo	Autorizado nas formulações na concentração *quantum satis.*
Extrato de levedura	8013-01-2	Nutriente (substrato nutritivo)	Autorizado nas formulações na concentração *quantum satis*, desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Extrato de malte	8002-48-0	Nutriente (substrato nutritivo)/ modificador de textura	Autorizado nas formulações na concentração quantum satis, desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Extrato de urucum (*Bixa orellana*)	-----	Corante/ antioxidante/ fotoprotetor (protetor solar)	Concentração máxima de 10% (dez por cento) no produto formulado.
Gipsita	13397-24-5	Diluente sólido/ veículo	-----
Glicerina	56-81-5	Espessante/ emulsificante/ estabilizante/ veículo	-----
Goma arábica	9000-01-5	Espessante/ emulsificante/ estabilizante/ agente de suspensão/ surfactante/ agente de dispersão	-----
Goma xantana	11138-66-2	Espessante/ emulsificante/ estabilizante/ agente de suspensão	-----
Grãos de arroz, milheto, milho, soja, sorgo e trigo	-----	Veículo	Inteiros, quebrados ou moídos, desde que esterilizados e isentos de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Hidróxido de sódio	1310-73-2	Regulador de acidez	-----
Lactose	63-42-3	Veículo/ diluente	-----
Lecitina	8002-43-5	Dispersante/ emulsificante/ agente solubilizante	-----
Lignosulfonato de sódio	8061-51-6	Dispersante/ surfactante / emulsificante / agente quelante	Concentração máxima de 15% (quinze por cento) no produto formulado.
Maltodextrina	9050-36-6	Veículo/ diluente/ aglutinante	Concentração máxima de 23% (vinte e três por cento) no produto formulado.
Melaço	8052-35-5	Nutriente (substrato nutritivo)	Autorizado nas formulações na concentração *quantum satis*, desde que isentos de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Metil parabeno	99-76-3	Conservante	Concentração máxima de 0,3% (zero vírgula três por cento) no produto formulado.
Óleo de girassol	8001-21-6	Diluente/ veículo (carreador)/ solvente/ emulsificante/ lubrificante	Autorizado nas formulações na concentração *quantum satis*.
Óleo de milho	8001-30-7	Veículo (carreador)/ solvente/ lubrificante	Autorizado nas formulações na concentração *quantum satis*, desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Óleo de soja e óleo de soja degomado	8001-22-7	Veículo/ solvente	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Óleo de soja hidrogenado	8016-70-4	Veículo	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Peptona	73049-73-7	Nutriente (substrato nutritivo)/ emulsificante	Autorizada nas formulações na concentração *quantum satis.*
Polissorbato 20	9005-64-5	Emulsificante/ estabilizante/ dispersante/ solubilizante/ umectante/ surfactante (tensoativo)	Concentração máxima de 20% (vinte por cento) no produto formulado.
Sílica gel	63231-67-4	Antiaglomerante/ antiespumante	Concentração máxima de 10% (dez por cento) de SiO_2 (Dióxido de silício) no produto formulado.
Silicato de magnésio	1343-88-0	Antiaglomerante/ dispersante	Concentração máxima de 10% (dez por cento) de SiO_2 (Dióxido de silício) no produto formulado.
Silicato de magnésio hidratado	1343-90-4	Diluente sólido	Concentração máxima de 10% (dez por cento) de SiO_2 (Dióxido de silício) no produto formulado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sorbato de potássio	24634-61-5	Conservante	Concentração máxima de 1% (um por cento) no produto formulado.
Sorbitol	50-70-4	Emulsificante/ estabilizante/ espessante/ umectante/ veículo/ diluente	-----
Sulfato de sódio	7757-82-6	Diluente sólido/ veículo	-----
Terra diatomácea	61790-53-2	Diluente sólido/ veículo	Concentração máxima de 10% (dez por cento) de SiO_2 (Dióxido de silício) no produto formulado, desde que o conteúdo de sílica cristalina seja menor que 1% (um por cento).
Vitamina E	1406-18-4	Antioxidante	Autorizado nas formulações na concentração *quantum satis.*
Classe de uso: Inseticida microbiológico			
Tipo de formulação: Concentrado emulsionável (EC) ou suspensão concentrada (SC) ou pó molhável (WP) ou granulado dispersível (WG)			
Indicação de uso:			
Alvo biológico 1: *Plutella xylostella* (traça-das-crucíferas) Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico. Eficiência agronômica comprovada para a cultura do repolho. Dose de 2,5 x 10^{11} UFC por hectare. Devem ser realizadas 4 aplicações, a partir dos primeiros sinais da praga, com um intervalo de 7 dias entre elas. Volume de calda: 500 litros por hectare. Alvo biológico 2: *Helicoverpa armigera* (helicoverpa; lagarta; lagarta-do-algodão; lagarta-das-vagens) Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico. Eficiência comprovada para a cultura da soja. Dose de 1 x 10^{12} UFC por hectare. Devem ser realizadas 3 aplicações, com um intervalo de 7 dias entre elas. As aplicações devem ser iniciadas quando for constatada a ocorrência de 4 lagartas pequenas por metro ou 30% de desfolha, se a lavoura estiver na fase vegetativa; ou 2 lagartas pequenas por metro ou 15% de desfolha, se a lavoura estiver na fase reprodutiva. Volume de calda: 200 litros por hectare.			

* Identificação da coleção de depósito do agente microbiológico: Coleção Brasileira de Microrganismos de Ambiente e Indústria (CBMAI) / Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA) / Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

** UFC: Unidades Formadoras de Colônia.

*** Os produtos formulados poderão conter um ou mais dos "Outros ingredientes".

**** CAS: Chemical Abstract Service - é o código de registro, usado mundialmente como referência, atribuído às substâncias químicas pelo órgão da Sociedade Americana de Química.

Obs.: Para a submissão de registro com base nessa especificação de referência devem ser apresentados: caracterização físico-química do produto formulado, constando pH, solubilidade/ miscibilidade, e densidade; certificado de análise com quantificação do agente microbiológico de controle em UFC; certificado de classificação taxonômica obtido junto à instituição de ensino ou pesquisa, comprovando a identidade do agente microbiológico de controle; na declaração quali-quantitativa o ingrediente ativo deve ser citado em nível de isolado e quantificado em UFC com base no certificado de análise; identificação da coleção de depósito do agente microbiológico de controle; comprovação da ausência de beta-exotoxinas no produto formulado, com a descrição da metodologia utilizada; descrição detalhada dos procedimentos adotados no controle de qualidade do produto formulado, em que deve ser implementado o controle das beta-exotoxinas, lote a lote, informando a metodologia a ser utilizada; e teste de estabilidade de prateleira, que comprove a validade do produto formulado durante as condições pretendidas de armazenamento com apresentação de metodologia e aplicação de teste estatístico apropriado aos resultados. Para o teste de estabilidade, sugere-se a realização de bioensaios com a formulação a ser registrada, utilizando uma das espécies alvo desta especificação e determinando as mortalidades nos períodos inicial, intermediários e final. Outros métodos que permitam a quantificação de proteínas Cry podem ser utilizados.

36
Agente biológico de controle: *Diachasmimorpha longicaudata*
Classificação Taxonômica: Animalia (Reino); Arthropoda (Filo); Insecta (Classe); Hymenoptera (Ordem); Braconidae (Família); Opiinae (Subfamília); *Diachasmimorpha* (Gênero); *Diachasmimorpha longicaudata* (Espécie).
Classe de uso: Inseticida biológico
Tipo de formulação: Insetos vivos na fase adulta*, com dieta artificial (a relação entre machos e fêmeas é de 1:1, sendo necessário ter 50% de fêmeas fertilizadas com 4 a 5 dias de idade)
Indicação de uso:
Alvo biológico 1: *Anastrepha* spp.** (moscas-das-frutas) Alvo biológico 2: *Bactrocera carambolae**** (mosca-das-frutas; mosca-da-carambola) Alvo biológico 3: *Ceratitis capitata* (mosca-das-frutas; mosca-do-mediterrâneo) O parasitoide é indicado para a redução das populações de diferentes espécies de moscas-das-frutas, em todas as culturas com ocorrência dos alvos biológicos, com variação na eficiência (de 12 a 70%) em função da espécie hospedeira, do nível de infestação, do tamanho do fruto (mais eficiente em frutos menores) e das condições climáticas (a atividade da vespa pode ficar comprometida em temperatura inferior a 15 ºC ou superior a 35 ºC). Eficiência agronômica comprovada para a cultura da acerola. Nos pomares comerciais, deve-se liberar, uma vez por semana, 1.500 vespinhas, distribuídas em três pontos de liberação por hectare (500 vespinhas por ponto de liberação). As liberações devem ocorrer nas primeiras horas da manhã. É necessário realizar o monitoramento dos alvos biológicos por meio de armadilhas. As liberações devem iniciar quando o MAD for maior que 0,5 ou quando os frutos estiverem na fase inicial de amadurecimento (mudança de cor), o que ocorrer primeiro. As liberações devem continuar até uma ou duas semanas após a colheita, até o MAD abaixar. MAD = número de moscas capturadas / (número de armadilhas do pomar x número de dias de exposição da armadilha). Se o pomar comercial estiver próximo a pomares domésticos ou a áreas de mata, também é necessário liberar o parasitoide nesses locais, com periodicidade semanal, em quantidade variável de 750 a 1.500 vespinhas, distribuídas em três pontos de liberação por hectare (de 250 a 500 vespinhas por ponto de liberação), dependendo do número de espécies frutíferas hospedeiras dos alvos nessas áreas. As liberações das vespinhas nos pomares domésticos e nas áreas de mata devem ocorrer a partir do início do amadurecimento dos frutos nesses locais, que pode ou não coincidir com as liberações nos pomares comerciais.

*O produto poderá conter restos de pupas ou pupas parasitadas mortas.

**Espécies de Anastrepha que estão presentes no Brasil.

***Praga quarentenária presente.

Obs.: Para a submissão de registro com base nessa especificação de referência, devem ser apresentados: certificado de identificação taxonômica, obtido junto à instituição de ensino ou pesquisa, comprovando a identidade do agente biológico de controle; e certificado que identifique a coleção de depósito do agente biológico de controle." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Secretário de Defesa Agropecuária

PEDRO ALVES CORRÊA NETO
Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo
Substituto

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria Nº 218, de 20 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2017, Seção I, páginas 33 a 40, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado do Tocantins, ano-safra 2017/2018, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA, incluir os municípios abaixo discriminados, na tabela do Grupo I.

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Tocantínia	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6		
Tocantinópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7	8			
Tupirama	1 a 4	1 a 5	1 a 6	5	6	7	6	7	
Tupiratins	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6				7	8
Wanderlândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7	6	7	8	7		
Xambioá	1 a 6	1 a 7	1 a 7	7		8			

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.999, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

Transferência de titularidade de habilitação à fruição de benefício fiscal de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, e 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.080407/2017-80, de 20 de dezembro de 2017, e

Considerando que a empresa Peltier Comércio e Indústria Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 62.743.539/0004-30, é titular dos direitos e obrigações decorrentes de seguinte Portaria Interministerial:

Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF	Data	Publicação no D.O.U
376	25/04/2013	26/04/2013

Considerando que, conforme consta da documentação juntada ao Processo acima referido, a empresa transferiu a produção de produto elencado em referida portaria para Reichle & De-Massari Comércio e Indústria Ltda., CNPJ nº 26.893.742/0001-87, que dará prosseguimento às obrigações quanto ao usufruto dos benefícios fiscais regulamentados pelo Decreto nº 5.906, de 2006, inclusive respondendo pelo cumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB e por todos os investimentos em pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação, devidos a título de contrapartidas em razão da fruição dos incentivos fiscais, resolvem:

Art. 1º Ficam transferidos da empresa Peltier Comércio e Indústria Ltda., CNPJ nº 62.743.539/0004-30, todos os direitos e obrigações decorrentes de Portaria Interministerial abaixo relacionada para Reichle & De-Massari Comércio e Indústria Ltda., CNPJ nº 26.893.742/0001-87, a partir da data em que se efetivou a transferência.

Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF	Data	Publicação no D.O.U
376	25/04/2013	26/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1713/2018/SEI-MCTIC, de 29 de março de 2018, publicada no DOU de 2 de abril de 2018, Seção 1, página 9. Onde se lê: Stefan Andrew Schinitzer, Leia-se: Stefan Andrew Schnitzer.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 6.632, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53516.007344/2018-33.

Outorga autorização para uso de radiofrequência à M. L. GASPAROTTO ROQUE, CNPJ nº 10.576.967/0001-70, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 24 DE AGOSTO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 6.467 - RAUL FERNANDO DE CASTRO, CNPJ nº 10304712825, Processo nº 53504.007423/2018-83;

Nº 6.468 - J.R.M.EQUIPAMENTOS DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 67545186000135, Processo nº 53504.003928/2018-79;

Nº 6.470 - CGKRS SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 09675429000153, Processo nº 53504.008254/2018-07;

Nº 6.471 - PAULO SWART E OUTROS, CNPJ nº 25250338000122, Processo nº 53504.005323/2018-12;

Nº 6.472 - M. E. MARINS JUNIOR, CNPJ nº 23756295000126, Processo nº 53504.009242/2018-91;

Nº 6.473 - PTT FACIL SERVICOS DE TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ nº 30352969000192, Processo nº 53504.008253/2018-54;

Nº 6.474 - IRON SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 67992990000162, Processo nº 53504.010085/2018-67;

Nº 6.475 - MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL, CNPJ nº 45138070000149, Processo nº 53504.007735/2018-97

DEBORA YAMADA
Gerente
Substituta

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 6.510, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO CLUBE DE CONQUISTA LTDA, CNPJ nº 16.188.641/0001-51 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 6.552, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO ANTÔNIO, CNPJ nº 13.758.081/0001-35 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 6.408, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

Expede autorização à COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.928.273/0002-93 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATOS DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Expede autorização, aos abaixo identificados, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 6.571 - Processo 53560.002246/2018-74: WELLFIELD SERVICOS GEOFISICOS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 20.609.076/0001-26.

Nº 6.572 - Processo 53560.001707/2018-91: SALINOR - SALINAS DO NORDESTE S.A., CNPJ nº 03.994.427/0003-02.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.637, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 01/09/2018 a 30/10/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

DESPACHO DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 214ª Reunião Ordinária da CTNBio em 02/08/2018, que foram deferidos o cancelamento dos seguintes processos: 01200.705338/2016-33 (Parecer 5492/2017); 01250.077208/2017-94 (Extrato Prévio 5898/17); 01250.031986/2017-37 (Parecer 5698/2017); 01200.031988/2017-26 (Parecer Técnico 5702/2017); 01250.002588/2018-94 (Extrato Prévio 5934/2018); 01250.031981/2017-12 (Parecer Técnico 5776/2018); 01200.001820/2016-09 (Parecer Técnico 5514/2017), 01250.031988/2017-26 (Parecer Técnico 5702/2017).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 51/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.004208/2017-75 (526)
CNPJ: 33.485.939/0002-23 - FILIAL
Razão Social: FUNDAÇÃO ATAULPHO DE PAIVA
Nome da Instituição: INSTITUTO VISCONDESSA DE MORAES
Endereço da Instituição: Avenida Pedro II, 260-270, São Cristóvão, CEP: 20.941-070, Rio de Janeiro/RJ
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0535.2018

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 51/2018/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER Nº 52/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.033108/2018-37 (592)
CNPJ: 00.965.087/0001-31 - MATRIZ
Razão Social: SEAR - SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ARAGUAIA LTDA.
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: Rua Moreira Cabral, n° 1000 - Domingos Mariano - CEP: 78.600-000 - Barra das Garças/MT
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0536.2018

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 52/2018/CONCEA/MCTIC.

A Instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de Ceua nos termos do art. 8° da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 636, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe confere o § 2º, inciso X, do art. 77, do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão aprovado pela Portaria nº. 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.065873/2013	Fundação Educativa Cultural E Filantropica Maria Efigenia Ferracini Campos	TVE	Assis Chateaubriand	PR	Multa	7.310,90	Art. 62 da Lei nº 4.117/62	Portaria DECEF n° 636 de 28/08/2018	Portaria MC n° 112/2013

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIAS DE 30 DE AGOSTO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.070310/2015	Associação Cultural Belo Jardim	RADCOM	Belo Jardim	PE	Multa	1.870,13	Art. 11 da Lei n. 9.612/98, c/c inciso VI do art. 40 do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 3503 de 30/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.067366/2015	Associação De Desenvolvimento Comunitário De Comunicação E Cultura De Monsenhor Gil	RADCOM	Monsenhor Gil	PI	Multa	935,06	Art. 40, VI do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 4403 de 30/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.053438/2015	Associação Beneficente Comunitária Abc- Shalon	RADCOM	Cuiabá	MT	Multa	2.398,89	Art. 40, VI do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 4417 de 30/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.048080/2015	Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista De Radio E Tv Educativas	TVE	São Paulo	SP	Multa	6.704,75	Item 5.1, alínea "a", da Portaria Ministerial nº 310/2006	Portaria DECEF n° 4420 de 30/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53900.048076/2015	Fundação Cásper Libero	TV	São Paulo	SP	Multa	6.704,75	Item 5.1, alínea "a", da Portaria Ministerial nº 310/2006	Portaria DECEF n° 4421 de 30/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53900.053599/2015	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura Amigos De CECAP	RADCOM	Piracicaba	SP	Multa	799,63	Art. 40, VI do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 4422 de 30/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.053465/2015	Associação Comunitária De Desenvolvimento Cultural E Artístico De Ipê	RADCOM	Ipê	RS	Multa	799,63	Art. 40, VI do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 4423 de 30/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIAS DE 31 DE AGOSTO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53524.004257/2015	Associação Cultural E Comunitária De Planura	RADCOM	Planuria	MG	Multa	534,32	Art. 40, XXII do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 4432 de 31/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53524.002348/2015	Associacao De Radiodifusao Comunitaria Sao Joao Da Ponte	RADCOM	São João da Ponte	MG	Multa	1.335,81	Art. 40, XXII do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 4434 de 31/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53524.002483/2015	Associação De Radiodifusão Comunitária De Ouro Branco	RADCOM	Ouro Branco	MG	Multa	667,90	Art. 40, XXII do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 4438 de 31/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53524.003089/2015	Associação Comunitária Alternativa Paraisipolense De Radiodifusão - MG	RADCOM	Paraisópolis	MG	Multa	667,90	Art. 40, XXII do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 4439 de 31/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

INEZ JOFFILY FRANÇA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 4.216-SEI, DE 22 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.043081/2018-91, resolve:

Art. 1º Consignar à CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO - CBI LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de Ubatuba/SP, o canal 39 (trinta e nove), correspondente à faixa de frequência de 620 a 626 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 523-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.003772/2017-71, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 6848/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 19 de janeiro de 2017, da frequência 1390 KHz, outorgada à Rádio Araucária Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Lages, no estado de Santa Catarina.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 553-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.079081/2017-48, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 7194/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 15 de dezembro de 2017, da frequência 1070 KHz, outorgada à Radiopatos Ltda- ME, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Patos de Minas, estado de Minas Gerais.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.094-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.059226/2017-94, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 13350/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 25 de setembro de 2017, da frequência 1180 KHz, outorgada à JPB Empresa Joranalística Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 1.130-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.033182/2018-53 , invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 13789/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 13 de junho de 2018, da frequência 770 KHz, outorgada à Rádio Difusora Princesa do Sul Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.154-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.033897/2018-14, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 13973/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 15 de junho de 2018, da frequência 1370 KHz, outorgada à Rádio Voz de Itabaiana Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Itabaiana, estado de Sergipe.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.455-SEI, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.023984/2018-55, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da CABLE-LINK OPERADORA DE SINAIS DE TV A CABO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MANAUS, estado do AMAZONAS, utilizando o canal digital nº 51 (cinquenta e um), nos termos da Nota Técnica nº 17782/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.470-SEI, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.038810/2018-97, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos do CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de SOROCABA, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 20 (vinte), nos termos da Nota Técnica nº 17933/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.500-SEI, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.046052/2018-81, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO DIFUSORA BRASILEIRA LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Uberlândia-MG, utilizando o canal n.º 288 (duzentos oitenta e oito), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 18228/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.583-SEI, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.050815/2017-15, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO BRASILEIRA DE BELA VISTA DO PARAÍSO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Bela Vista do Paraíso - PR, utilizando o canal n.º 231 (duzentos e trinta e um), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 19414/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 165, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º Tornar pública a retificação da Resolução Nº 158, publicada no Diário Oficial da União Nº 111 em 12 de junho de 2018 - seção 1 - página 17, no que tange à composição das Comissões de Seleção dos Editais SAV/MINC/FSA Nº 04 e SAV/MINC/FSA Nº 04, conforme deliberado pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual em sua 47ª Reunião, realizada em 31 de agosto de 2018, descrito a seguir.

I. Onde se lê Wellington Figueiredo, leia-se Roberval Duarte de Araújo;

II. Onde se lê Maria Virgínia Casado, leia-se Eliana Fonseca.

CHRISTIAN DE CASTRO

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 2671-E, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

18-0476 REVERSO.
Processo: 01416.008627/2018-27
Proponente: GOIABEIRA FILMES E PRODUÇÕES LTDA ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 21.042.570/0001-14
Valor total aprovado: R$ 579.758,50
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24304-3
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais e suas análises complementares, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas.

18-0624 IDEIA DE GÊNIO.
Processo: 01416.009006/2018-61
Proponente: PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.565.485/0001-84
Valor total aprovado: R$ 9.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.050.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24295-0
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24294-2
Prazo de captação: até 31/12/2019.
18-0626 ÁGUA DOS PORCOS - DISTRIBUIÇÃO.
Processo: 01416.008502/2018-05
Proponente: LAZ AUDIOVISUAL LTDA.
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 80.816.838/0001-97
Valor total aprovado: R$ 530.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 20.000,00
Banco: 001 - agência: 3390-1 conta corrente: 40417-9
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 483.500,0
Banco: 001 - agência: 3390-1 conta corrente: 40418-7
Prazo de captação: até 31/12/2019.
18-0625 O EGRESSO - DESENVOLVIMENTO.
Processo: 01416.004475/2018-93
Proponente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: R$ 157.895,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 8546-4
Prazo de captação: até 31/12/2021.

Art. 3º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

18-0251 RIO HEROES - SEGUNDA TEMPORADA.
Processo: 01416.003411/2018-75
Proponente: RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA.
Cidade/UF: Cotia / SP
CNPJ: 02.947.857/0001-49
Valor total aprovado: de R$ 4.005.483,90 para R$ 3.952.801,82
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 275.209,70
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5869-6
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.760.374,32
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5908-0
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 1.239.625,68
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5870-X
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 530.000,00 para R$ 479.952,03
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5877-7
Prazo de captação: até 31/12/2019.
16-0147 PACIFIED.
Processo: 01416.000233/2016-69
Proponente: REAGENT MEDIA LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 23.541.197/0001-71
Valor total aprovado: de R$ 4.848.600,00 para R$ 4.711.164,34
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 200.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 800.000,00
Banco: 001 - agência: 3569-6 conta corrente: 19680-0
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3569-6 conta corrente: 19691-6
Prazo de captação: até 31/12/2019.
15-0617 O DINHEIRO É NOSSO - COMO A POPULAÇÃO PODE CONTROLAR OS ORÇAMENTOS PÚBLICOS.
Processo: 01580.069966/2015-35
Proponente: CULTURA MAIOR COMUNICAÇÃO E CULTURA LTDA. - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 97.533.170/0001-73
Valor total aprovado: de R$ 3.025.977,00 para R$ 499.741,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.874.678,15 para R$ 350.000,00
Banco: 001 - agência: 4078-9 conta corrente: 22851-6
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 4º Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0454 REFAVELA 40.
Processo: 01416.023292/2017-96
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: de R$ 924.697,40 para R$ 942.218,32
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 878.462,53 para R$ 895.107,40
Banco: 001 - agência: 3223-9 conta corrente: 20081-6
Prazo de captação: até 31/12/2020.

Art. 5º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0358 TODAS AS CANÇÕES DE AMOR.
Processo: 01416.001432/2016-94
Proponente: DIANE PEIXOTO MAIA - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.419.227/0001-15
Valor total aprovado: R$ 4.635.037,50
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 200.000,00 para R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 23060-X
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de $ 544.973,86 para 244.973,86
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 23061-8
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.827.411,63
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 23768-X
Valor aprovado no artigo Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.172.588,37
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 23770-1
Prazo de captação: 31/12/2019.

Art. 6º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

DESPACHO Nº 29-E, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

A COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

18-0488 OITO SEGUNDOS - DESENVOLVIMENTO.
Processo: 01416.006795/2018-88
Proponente: REAGENT MEDIA LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 23.541.197/0001-71
Valor total aprovado: R$ 315.789,47
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 3569-6 conta corrente: 20751-9
Prazo de captação: até 31/12/2021.

12-0516 HELENA.
Processo: 01580.034082/2012-17
Proponente: RMS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA ME.
Cidade/UF: Vitória / ES
CNPJ: 01.592.538/0001-03
Valor total aprovado: R$ 999.033,75
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 813.082,06 para 819.082,06
Banco: 001 - agência: 3877-6 conta corrente: 117642-0
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ELISA FARIAS SAUWEN DE ALMEIDA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 324, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece o resultado final do Prêmio Funarte de Dramaturgia - 2018

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004.

Considerando:

- a cláusula 9 do Edital do Prêmio Funarte de Dramaturgia - 201, resolve:

Art. 1º - Tornar público o seu resultado final na categoria Adulto.

Insc	Região	Título da Obra	Autor	Cidade	UF
114	Sul	Coração Rasgado	Edson França Bueno	Curitiba	PR
347	Centro-Oeste	Ensaio sobre a Verdade	Wanderson Alex Moreira de Lana	Primavera do Leste	MT
380	Norte	Mestre Luz	Edson José Marques Lustosa	Porto Velho	RO
462	Nordeste	Terminal	Rodrigo Carvalho Marques Dourado	Recife	PE
387	Sudeste	Eu Sempre Soube	Marcio Wildhagen Azevedo	Rio de Janeiro	RJ

Art. 2º - Tornar público o seu resultado final na categoria Infância e Juventude.

Insc	Região	Título da Obra	Autor	Cidade	UF
321	Sul	"A Vingança de Babau e o Casamento Encantado"	Amanda Carina de Senna Melo e Silva	Viamão	RS
508	Centro-Oeste	Os Fantasmas	Gabriela Gonçalves Abreu	Brasília	DF
171	Norte	Pedro	Adailtom Alves Teixeira	Porto Velho	RO
376	Nordeste	Bumba, o Boi que Sabia Falar	Danilo Stael Conceição dos Santos	Salvador	BA
305	Sudeste	Os Números e a Vida	Fernando César Kinas	São Paulo	SP

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

STEPAN NERCESSIAN

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA Nº 329, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o Regimento Interno do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória - CCPPM

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM, no exercício das competências que lhe confere o Art. 20 do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória - PPM, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MATTOS ARAÚJO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ CONSULTIVO DO PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA

CAPÍTULO I DA NATUREZA, DA FINALIDADE E DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º O Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória (CCPM) é uma instância colegiada de caráter permanente e consultivo, criado pela portaria nº 315, de 06 de setembro de 2017, para promoção de debates e proposição de ações, estratégias e diretrizes, com vistas ao fortalecimento de políticas públicas no campo da museologia social.

Art. 2º O Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória será composto por treze membros titulares, incluindo seu Presidente, e doze suplentes.

Art. 3º O Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória será presidido pelo Presidente do Ibram, que o integra como membro nato, e composto pelos seguintes membros:

1. um representante do Departamento de Processos Museais do Ibram;
2. um representante do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus do Ibram;
3. um representante de ponto de memória da região norte;
4. um representante de ponto de memória da região nordeste;
5. um representante de ponto de memória da região centro-oeste;
6. um representante de ponto de memória da região sudeste;
7. um representante de ponto de memória da região sul;
8. um representante dos pontos de memória pioneiros;
9. dois representantes de redes temáticas de pontos de memória;
10. dois representantes de redes territoriais de pontos de memória.

§ 1º São considerados pontos pioneiros os pontos de memória da Terra Firme (PA), Grande Bom Jardim (CE), do Coque (PE), Jacintinho (AL), Beiru (BA), Taquaril (MG), Estrutural (DF), Museu de Favela - MUF (RJ), Grande São Pedro (ES), Museu de Periferia - MUPE (PR), Lomba do Pinheiro (RS).

§ 2º Nas faltas e impedimentos do Presidente, seu substituto legal, presidirá as reuniões.

§ 3º Na ausência do Presidente e do Substituto, presidirá as reuniões do Comitê Consultivo, o Representante do DPMUS.

Art. 4º Os membros que integrarão o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória serão eleitos a cada dois anos, em votação presencial, virtual, ou em uma combinação das duas modalidades, priorizando as agendas das Teias Nacionais da Memória ou dos Fóruns Nacionais de Museus.

§1º Cabe ao Comitê Consultivo definir e divulgar os critérios de elegibilidade dos candidatos a membros do CCPPM.

§2º Os representantes do DPMUS e do DDFEM serão indicados pelo Presidente do Ibram.

§3º Cada representante terá 1 (um) suplente que o substituirá no caso de impedimento, desistência ou vacância do titular.

§ 4º Os membros titulares e suplentes eleitos poderão ser reconduzidos à função para um único mandato subsequente.

§5º A representação dos pontos de memória e redes na composição do primeiro mandato do comitê será exercida pelos 10 membros titulares, e seus respectivos suplentes, eleitos no 6º Fórum Nacional de Museus, realizado em Belém/PA, em novembro de 2014. O primeiro mandato deste comitê entra em vigor a partir da publicação da Portaria nº 385, de 9 de novembro de 2017.

§6º O exercício da função de membro do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória será voluntário, não remunerado e considerado de relevante interesse público, devendo o Ibram prover o apoio institucional necessário ao seu funcionamento.

Art. 5º Fica criada, dentro da estrutura do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória - CCPPM, a Secretaria Executiva do Comitê Consultivo.

§ 1º O representante do DPMUS exercerá a função de secretário executivo.

§ 2º O DPMUS prestará o apoio necessário para o funcionamento da Secretaria Executiva do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete ao Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória:

I - Examinar, apreciar e propor diretrizes e ações relacionadas ao Programa Pontos de Memória, visando ao seu aprimoramento;

II - Examinar, apreciar e opinar sobre estratégias relacionadas ao intercâmbio nacional e internacional de experiências, atividades de troca de saberes entre os Pontos de Memória;

III - Estimular a criação de comissões distritais, estaduais e municipais de representação dos Pontos de Memória.

IV - Propor a elaboração de estudos e pesquisas, dentre outros instrumentos úteis à consecução de suas atribuições;

V - Disponibilizar informações e dar publicidade às ações do Comitê Consultivo;

VI - Elaborar e aprovar as disposições de seu Regimento Interno.

Art. 7º São atribuições do Presidente do Comitê Consultivo:

I - presidir as reuniões do Comitê Consultivo;

II - presidir os debates e solucionar as questões de ordem;

III - promover as votações e proferir voto, inclusive de qualidade em caso de empate, nas reuniões do Comitê Consultivo;

IV - aprovar as pautas propostas pela Secretaria-Executiva;

V - assinar as deliberações e pronunciamentos do Comitê Consultivo encaminhando-os para os devidos fins;

VI - assinar as atas das reuniões do Comitê Consultivo, após a apreciação de seus membros;

VIII - designar membro para conduzir os trabalhos quando necessitar ausentar-se momentaneamente da reunião;

IX - convidar autoridades, representantes de comunidades, intelectuais e especialistas para participar das reuniões;

X - apresentar, na última reunião ordinária do ano, o calendário de reuniões para o ano subsequente;

XI - zelar pelo cumprimento das normas deste Regimento Interno e resolver as questões de ordem.

Art. 8º São atribuições dos membros do Comitê Consultivo:

I. Aprovar, por maioria simples, o calendário anual de, no mínimo 2 (duas) reuniões ordinárias;

II. sugerir matérias relacionadas às atribuições do Comitê Consultivo;

III. examinar e relatar matéria que lhes for submetida, emitindo parecer;

IV. discutir e votar os pareceres apresentados;

V. aprovar e assinar as atas das reuniões;

VI. requerer a convocação de reuniões virtuais extraordinárias, por maioria absoluta, justificando sua necessidade;

Art. 9º Compete à Secretaria Executiva do Comitê Consultivo:

I - encaminhar aos Membros do Comitê a pauta das reuniões, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

III - organizar, subsidiar e secretariar as sessões do Comitê;

IV - lavrar e assinar as atas das reuniões do Comitê;

V - exercer o papel de intermediador entre o Comitê Consultivo e os demais órgãos integrantes do Ibram;

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 10º O Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, sendo:

I - 1 (uma) reunião virtual com a convocação da totalidade de seus membros e quórum mínimo de 5 (cinco) representantes, além do presidente e dos representantes do Ibram;

II - 1 (uma) reunião presencial com a convocação de pelo menos 5 (cinco) representantes indicados pelo próprio comitê, e quórum mínimo de 3 (três) representantes, além do presidente e dos representantes do Ibram.

§ 1º As reuniões presenciais do Comitê Consultivo serão realizadas nos Fóruns Nacionais de Museus, e preferencialmente no âmbito da Teia Nacional da Memória, nos anos em que estes eventos forem realizados, salvo em casos extraordinários.

§ 2º O Comitê Consultivo poderá se reunir extraordinariamente de forma virtual sempre que convocado por solicitação da maioria simples de seus integrantes, devendo todos os seus membros ser devidamente informados.

§ 3º Caberá a cada membro titular comunicar ao seu suplente a impossibilidade de comparecimento à reunião do Comitê Consultivo, e justificar a ausência, com 20 (vinte) dias de antecedência.

§ 4º Os membros titulares e suplentes poderão ser afastados deste comitê em caso de ausência não justificada em 3 (três) reuniões consecutivas, e 5 (cinco) alternadas. As justificavas serão analisadas pelos membros do comitê.

§ 5º Em caso de vacância definitiva do membro titular e suplente, a base de cálculo para efeitos de quórum deverá considerar a composição real do comitê no momento da sua convocação.

Art. 11º Das reuniões do Comitê Consultivo serão lavradas atas, devendo constar data, local e hora de sua realização, nome dos presentes, pauta, resumo e resultado das discussões.

§ 1º Encerrada a reunião, a minuta da Ata será enviada, por meio eletrônico, aos membros do Comitê Consultivo, para aprovação, e estes poderão apresentar sugestões de adequação do texto ou correção de omissões no prazo de 7 dias corridos.

§ 2º Consolidadas as contribuições, as atas serão disponibilizadas, para assinatura dos representantes, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI

§ 3º Depois de assinadas, as atas deverão ser numeradas, e seus respectivos extratos publicados na página eletrônica do Ibram, no prazo de 7 dias corridos, sendo arquivadas na Secretaria Executiva do Comitê.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 12º O Comitê Consultivo poderá criar ou convidar Grupos de Trabalho ou Comissões Temáticas de interesse comum que terão por finalidade subsidiar as discussões, proposições e encaminhamentos para tomada de decisões.

§ 1º Ao final das atividades, os Grupos de Trabalho ou Comissões Temáticas deverão elaborar relatórios contendo as propostas que serão remetidas para apreciação e aprovação pelo Comitê Consultivo.

§ 2º O Comitê Consultivo poderá convidar para participar de suas reuniões especialistas e representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas, sem direito a voto ou remuneração, assim como poderá utilizar subsídios técnicos apresentados por grupos consultivos, especialistas e detentores de saberes tradicionais e populares.

Art. 13º As deliberações do Comitê serão tomadas por maioria simples.

Art. 14º As decisões do Comitê Consultivo terão caráter de recomendação e serão registradas em atas e respectivos extratos.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º Os Membros do Comitê Consultivo deverão observar discrição quanto à circulação de documentos e informações classificados como restritos e/ou sigilosos por indicação do Ibram ou do próprio Comitê.

Art. 16º Os casos omissos a este regimento serão apreciados e definidos por este comitê.

Art. 17º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 51, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01- Processo: n° 01508.001543/2015-91
Projeto: Prospecção Arqueológica na Área de Implantação da LT 138 kV PCH Foz do Estrela - MV14 da LT 138 kV Foz do Areia - SE Palmas
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História-Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
02- Processo nº: 01512.900137/2017-13
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de abertura das caixas de acesso para a construção de tubulação para rede óptica do Banrisul para integração de anel óptico
Arqueólogo Coordenador: Fabiano Aiub Branchelli
Apoio Institucional: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - CEPA - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Área de Abrangência: Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande de Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO II

01- Processo: n° 01424.000140/2013-92
Projeto: Arqueologia Preventiva - Fase de Prospecções Interventivas - Para o Plano Rodoviário do Amapá
Arqueólogo Coordenador: Lúcio Flavio Siqueira Leite
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA - Núcleo de Pesquisa Arqueológica - NuPArq-Governo do Estado do Amapá
Área de Abrangência: Município de Macapá, Estado do Amapá
Prazo de Validade: 06 (Seis) meses

ANEXO III

01- Processo n. º 01425.000502/2018-40
Projeto: Mitigação de Impactos, Preservação e Monitoramento Arqueológico no Casarão de Bem-Bem, Centro Cultural Nhô Nhô de Manduca
Arqueóloga Coordenadora: Gabriele Viega Garcia
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

ANEXO IV

01- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Hidroelétrica Cascavel SPE Ltda
Empreendimento: PCH Santa Maria
Processo n. º 01508.000004/2017-04
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da PCH Santa Maria
Arqueóloga Coordenadora: Marina da Fonseca Lopes
Arqueólogo de Campo: Átila Perillo Filho
Área de Abrangência: Município de Cascavel, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO V

01- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Beadell Brasil Ltda
Empreendimento: Pesquisa mineral na área Bicicleta e Serra da Canga
Processo n. º 01424.000145/2018-20
Projeto: Acompanhamento Arqueológico da pesquisa mineral em Bicicleta e Serra da Canga.
Arqueólogo Coordenador: Benedito Walderlino de Souza Silva.
Arqueóloga de Campo: Jelly Juliane Souza de Lima e Avelino Gambim Junior
Área de Abrangência: Municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes e Porto Grande, Estado do Amapá
Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses
02- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A.
Empreendimento: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2
Processo n. º 01450.002515/2018-46
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Suzana Eliza Roll Munsberg
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará-Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará e Museu de Arqueologia e Paleontologia-Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará, no Estado do Ceará, e Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí, no Estado do Piauí
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: EDP Transmissão
Empreendimento: LT 500 kV SE São Miranda II - SE São Luís II - LT 500 kV SE São Luís II - SE São Luís IV
Processo n. º 01494.000161/2018-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Lote 07: LT 500kV SE São Miranda II - SE São Luís II e LT 500 kV SE São Luís - SE São Luís II
Arqueólogo Coordenador: David Lugli Turtera Pereira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia- LARQ - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Área de Abrangência: Municípios de São Luís, Bacabeira, Santa Rita, Anajatuba, Itapecuru Mirim e Miranda do Norte, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Liga Forte Indústria e Comércio de Artefatos de Cimentos Ltda - ME
Empreendimento: Exploração da Jazida Liga Forte
Processo nº 01506.004729/2016-01
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação e Exploração da Jazida Liga Forte
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Job Lôbo
Apoio Institucional: Museu Municipal Jose Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de abrangência: Município de Paulo de Faria, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
05- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Reserva Centenária Loteadora SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Reserva Centenária
Processo n. º 01506.005548/2016-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de influência direta Loteamento Reserva Centenária
Arqueólogo Coordenador: José Luiz de Morais
Arqueólogo de Campo: Silvio Alberto Camargo Araújo
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê -Prefeitura de Iepê
Área de Abrangência: Município de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
06- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: João Marcos Tambolini
Empreendimento: Loteamento Residencial Tambolini
Processo n. º 01506.006649/2016-81
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Loteamento Residencial Tambolini
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Camila Pedron Del Pozo Gregorio
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Santa Cruz da Conceição, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05(cinco) meses
07- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: FFT Realizações Imobiliárias LTDA
Empreendimento: Residencial Vilas do Rio
Processo n. º 01506.006958/2017-32
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Residencial Vilas do Rio
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Campinas, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
08- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: HS Rio Preto Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Setjardim
Processo n. º 01506.007030/2016-94
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Residencial Setjardim
Arqueólogo Coordenador: Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Arqueólogo de Campo: Taiguara Francisco Alexo da Rocha Silva
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Andradina, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Noroeste Comércio de Ferro e Aço Eirelli EPP
Empreendimento: Noroeste Comércio de Ferro e Aço Ltda - EPP
Processo n. º: 01506.901261/2017-77
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da Noroeste - Comércio de Ferro e Aço Ltda - EPP
Arqueóloga Coordenadora: Rafaela Fonseca de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Rafaela Fonseca de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Municipal de Jahu José Raphael Toscano- Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Votuporanga, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 01 (um) mês
10-Enquadramento IN: Nível IIII
Empreendedor: EDP Transmissão MA I
Empreendimento: LT 500 kV SE São Miranda II - SE São Luís II - LT 500 kV SE São Luís II - SE São Luís IV
Processo n. º 01494.000161/2018-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Lote 07: LT 500kV SE São Miranda II - SE São Luís II e LT 500 kV SE São Luís - SE São Luís II
Arqueólogo Coordenador: David Lugli Turtera Pereira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia - LARQ - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Área de Abrangência: Municípios de São Luís, Bacabeira, Santa Rita, Anajatuba, Itapecuru Mirim e Miranda do Norte - Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
11-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Copel Distribuição S.A.
Empreendimento: Linha de Distribuição de Energia (LDAT) 138kV Marechal Cândido Rondon - Santa Helena (MCR-SNA)
Processo n. º 01508.001019/2015-10
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Influência da Linha de Distribuição de Energia (LDAT) 138kV Marechal Cândido Rondon - Santa Helena (MCR-SNA)
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueólogo de Campo: Carlos Fabiano Marques de Lima
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História-Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Diamante D'Oeste e Santa Helena, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
12- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: JCS Engenharia, consultoria e participações EIRELI
Empreendimento: CGH Tapera I
Processo n. º 01508.001187/2017-77
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da CGH Tapera I
Arqueólogo Coordenador: Isaac Amorim dos Santos
Apoio Institucional: Museu Paranaense - Governo do Estado do Paraná
Área de Abrangência: Municípios de Laranjeiras do Sul e Virmond, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
13- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mag Ban Mármores e Granitos Aquidaban Ltda
Empreendimento: Área da Mag Ban Mármores e Granitos Aquidaban Ltda
Processo n. º 01514.003777/2016-74
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Mag Ban Mármores e Granitos Aquidaban Ltda
Arqueólogo Coordenador: Erik Alves de Oliveira
Arqueólogos de Campo: Erik Alves de Oliveira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses

PORTARIA Nº 52, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve revogar:

I- Autorização nº 12, Anexo IV, Seção I, Página 29, Portaria nº 20/2017, publicada no Diário Oficial da União em 08/05/2017 em nome da arqueóloga Cássia Bars Hering, referente ao Processo n° 01506.006003/2016-02, projeto "Acompanhamento Arqueológico Jardim Residencial Dona Maria José", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 44, de 27 de julho de 2018, Seção I, Anexo V, Página 18, Autorização nº 47, publicada em 30 de julho de 2018, onde se lê: "Arqueóloga de Campo: Carolina de Abreu Marques Henriques", leia-se: "Arqueólogos de Campo: Carolina de Abreu Marques Henriques e Job Lôbo".

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 571, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
183155 - 3º CRIANÇA EM CENA
FORFEU - ATIVIDADES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ CPF: 18.583.752 0001-98
Processo: 01400015427201808
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 246.605,80
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O projeto 3º Criança em Cena trata-se daterceira edição do projeto que irá ofertar oficinas de teatro gratuitamente para crianças e adolescentes, prioritariamente, com baixa renda familiar, visando uma formação cultural para esse públicoe o contato com a arte, além de oportunizar uma ocupação do tempo para essas crianças e jovens. No projeto estáprevisto a produção e apresentação de espetáculos como finalização dos trabalhados desenvolvidos durante as oficinas. Gratuito.
183157 - Bento Batuca - Circulação de Apresentações
OFICINA DE ALEGRIA ENTRETENIMENTO LTDA - EPP
CNPJ CPF: 17.180.270 0001-24
Processo: 01400015429201899
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 742.966,49
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Bento Batuca, das renomadas dramaturgas Daniela Cury e Mariana Elisabetsky, foi uma peça musical inscrita na Lei de Incentivo a Cultura (PRONAC 158023) no fim de 2015, aprovada e captada. Teve sua execução no primeiro semestre de 2018, com apresentações no Teatro Jaraguá (São Paulo - SP). A peça foi um tremendo sucesso de público e crítica, por conta disso, este novo projeto busca realizar mais uma temporada.
183151 - Billy Elliot
Atelier de Cultura Produções Artísticas Ltda ME
CNPJ CPF: 16.827.643 0001-43
Processo: 01400015422201877
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 16.648.289,63
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Montagem e temporada do espetáculo de teatro musical Billy Elliot, de Lee Hall e Elton John, em São Paulo.
183128 - Desfile de carnaval de Belo Horizonte
DO BRASIL PROJETOS E EVENTOS LTDA
CNPJ CPF: 01.162.410 0001-00
Processo: 01400015379201840
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 2.340.644,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Fomentar os blocos caricatos e o Desfile de Carnaval, através de um espetáculo inesquecível de Artes Cênicas, preservando e perpetuando o patrimônio cultural do Carnaval voltado às raízes da cultura afro-brasileira. Realização de oficinas de criação defantasias e adereços com materiais recicláveis. Todas as ações serão gratuitas e abertas ao público em geral.
183146 - Elizeth, a Divina
Tema Eventos Culturais Ltda
CNPJ CPF: 97.453.393 0001-20
Processo: 01400015409201818
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.661.087,80
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê temporada e circulação do espetáculo musical adulto "Elizeth, a Divina". Serão realizados um total de 60 apresentações nas 5 Regiões do país.
183164 - MAIORIDADE
DIAFERIA PRODUÇÕES LTDA-ME
CNPJ CPF: 09.440.807 0001-10
Processo: 01400015439201824
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.099.993,50
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Montagem do espetáculo de teatro ¨Maioridade¨de Flavio Goldman onde Dani, filho único de um casal de judeus seculares, descobre, com grande espanto e boa dose de inconformismo, que terá de cumprir o ritual que marca a passagem para a maioridade no judaísmo, o bar-mitzvá. O estranhamento se dá não apenas pela aparição repentina em sua vida de uma referência religiosa, mas também pela resistência em aceitar que, muito mais rápido do que imaginava, terá de dar adeus à infância e se defrontar com o mundo novo da puberdade
183126 - MARTINHO DA VILA - UMA FILOSOFIA DE VIDA
AF DA SILVA FILMES E PRODUÇÕES
CNPJ CPF: 12.964.492 0001-14
Processo: 01400015376201814
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 824.376,67
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Turnê nacional pelas regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do espetáculo teatral que retrata os 80 anos de vida do compositor, cantor, escritor e ativista MARTINHO DA VILA, completados no último mês de fevereiro.
183156 - MUITO ROMÂNTICO
DALTROZO PRODUCOES LIMITADA - ME
CNPJ CPF: 63.928.865 0001-32
Processo: 01400015428201844
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.804.003,25
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O espetáculo musical "Muito Romântico", é uma adaptação do livro do mesmo nome do escritor Toni Brandão, um romance histórico para o público jovem ambientado na cidade de São Paulo no século XiX. A adaptação é do próprio autor, já premiado no teatro com o APCA. A direção é de Debora Dubois, que nos últimos 20 anos conta com mais de 15 espetáculos dirigidos a este público, estes espetáculos lhe renderam a vários prêmios. Serão três meses de ensaio e dois meses de temporada na cidade de São Paulo. Total de 32 apresentações.
183148 - Natal com o Guri de Uruguaiana
Flavio Enninger EPP - Usina Projetos Culturais
CNPJ CPF: 18.981.045 0001-50
Processo: 01400015412201831
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 316.271,28
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O Projeto Cultural NATAL COM O GURI DE URUGUAIANA pretende realizar um circuito de shows de teatro, música instrumental e dança com temática natalina paratrês cidades do Rio Grande do Sul, tendo como anfitrião o personagem GURI DE URUGUAIANA e duas atrações convidadas. O espetáculo quer levar ao público, de forma gratuito, toda a alegria e bom humor do personagem, promovendo um encontro cultural que vai encantar os presentes.
183161 - O pequenino grão de areia
AH DE ANDRADE PRODUCOES ARTISTICAS - ME
CNPJ CPF: 17.907.330 0001-68
Processo: 01400015436201891
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 427.654,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O presente projeto prevê a montagem do espetáculo teatral infantil "O pequenino Grão de Areia", de João Falcão. A peça será inteiramente desenvolvida através do projeto e ficará em cartaz ddurante 3 meses. Serão disponibilizados gratuitamente ingressos para alunos da rede municipal e estadual de ensino.
183152 - O Santo Padrinho da Purificação
TIAGO DA ROSA DEMETRIO
CNPJ CPF: 803.366.630-72
Processo: 01400015423201811
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 240.974,76
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O projeto "O Santo Padrinho da Purificação" foi modelado para realizar a pesquisa e criação de uma peça de teatro de rua. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através das artes cênicas de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.
183125 - Pelo Espaço de Um Instante
LUCIANO MARCIO DE PAULA BARBEIRO
CNPJ CPF: 046.390.347-17
Processo: 01400015375201861
Cidade: Volta Redonda - RJ;
Valor Aprovado: R$ 436.662,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O projeto "Pelo Espaço de Um Instante" foi modelado para a criar um roteiro, seguido de ensaios e apresentação de um espetáculo cênico musical com base em histórias de amor. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da das artes cênicas de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.
183131 - Rumo ao Natal
REMIX PROMO CRIATIVA LTDA - ME
CNPJ CPF: 08.035.530 0001-87
Processo: 01400015382201863
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.758.235,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Espetáculos teatrais gratuitos de temática natalina em palco a ser montado em pontos de parada da locomotiva à vapor Maria Fumaça. Serão realizadas apresentações no período de 12 dias.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
183127 - 2° Encontro da Arte Missioneira
Magali de Rossi
CNPJ CPF: 980.740.590-49
Processo: 01400015377201851
Cidade: Cachoeirinha - RS;
Valor Aprovado: R$ 97.691,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Realizar o 2° Encontro da Arte Missioneira, como intuito de levar arte, cultura e lazer para a população. O Encontro terá dois dias de duração e conterá na programação, shows de música instrumental e dança folclorica regional.
183167 - Circuito Cultural ACIAG - IV Edição
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE GUAÍRA
CNPJ CPF: 77.115.384 0001-12
Processo: 01400015442201848
Cidade: Guaíra - PR;
Valor Aprovado: R$ 170.060,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Viabilizar a continuidade do Projeto "Circuito Cultural ACIAG", agora em sua IV Edição. O projeto foi implantado no ano de 2012 e tem como proposta a realização de Espetáculos artísticos, especificamente nas áreas de Artes Cênicas e Música Instrumental no município de Guaíra, cidade do interior do estado do Paraná. Nesta nova proposta para 2019, estão programados a realização de oito espetáculos artísticos em Teatros, Casas de Cultura e locais alternativos do município de Guaíra, sempre com acesso gratuíto para toda comunidade. O projeto pretende agregar o apoio da classe artística e envolver o núcleo escolar de Guaíra em ações de formação de platéia.

183159 - Coral Superação
CLEMAIR TEREZINHA RUFFATO BERTOL
CNPJ CPF: 706.538.449-72
Processo: 01400015431201868
Cidade: Pato Branco - PR;
Valor Aprovado: R$ 289.910,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Realização de apresentações do projeto Coral Superação.

183145 - Geração Raíz
RODRIGUES VERONA MUSICAL LTDA ME
CNPJ CPF: 04.271.313 0001-35
Processo: 01400015408201873
Cidade: Pereira Barreto - SP;
Valor Aprovado: R$ 340.242,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O Projeto Geração Raíz irá oferecer oficinas de música para crianças a partir de 09 anos, adolescentes, jovens e adultos de Selvíria MS e constituir um grupo de referência para apresentações públicas.

183132 - MARCO FRISINA
BRASILIO OLIVEIRA SERVICOS ARTISTICOS LTDA ME
CNPJ CPF: 11.512.574 0001-65
Processo: 01400015383201816
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.500.958,90
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Este projeto tem por objetivo realizar 02 apresentações de música erudita interpretada pelo Monsenhor Frisina, vindo diretamente da Itália para o Brasil para uma curta temporada com 02 apresentações gratuitas As apresentações serão acompanhadas por orquestra e corais brasileiros, com captação de som e imagem realizados em público, para reprodução em DVD.

183153 - ORQUESTRA DE CÂMARA DA ROCINHA 2019 - Plano Anual
Associação Cultural Professor Hans Ulrich Koch
CNPJ CPF: 02.044.699 0001-17
Processo: 01400015424201866
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.157.943,80
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Oferta de cursos de instrumentos, prática de conjunto e de orquestra para 150 alunos com vistas ao desenvolvimento da Orquestra de Câmara da Rocinha. De forma complementar serão realizadas ações relacionadas à apreciação e fruição voltadas para alunos e familiares, apresentações da orquestra em caráter artístico-pedagógico e aulas de canto coral, violão, percussão, flauta doce e editoração de partituras.

183166 - Orquestra Sinfônica de Israel 2019
STRAWINSKI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
CNPJ CPF: 59.891.531 0001-64
Processo: 01400015441201801
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.765.009,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Pretende-se com o projeto Orquestra 2019 a divulgação da música sinfônica da melhor qualidade, com a turnê brasileira da Orquestra Sinfônica de Israel, uma das mais importantes orquestras sinfônicas da atualidade.

183163 - Tum Tum Instrumental
JULIANA PANDOLFO DA SILVA
CNPJ CPF: 18.610.243 0001-07
Processo: 01400015438201880
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 173.076,40
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Tum Tum Instrumental é uma mostra de música que irá para sua sétima temporada e pretende proporcionar espetáculos de música instrumental mensais, em sua maioria inéditos na região Sul. A curadoria selecinará atrações entre todas as regiões do Brasil e da América Latina via edital e curadoria direta.Em síntese, desde 2013, foram 46 noites de espetáculos, com 59 atrações atingindo um público direto de mais de 20 mil pessoas. Com toda essa trajetória, a Mostra Musical chegou à condição de finalista do Prêmio Profissionais da Música 2018, na categoria Convergência - Projeto Cultural Musical e esteve presente nas feiras de negócios criativos, Womex 2014, na Espanha, Micsur edições 2014 e 2016 na Argentina e na Colômbia.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
183149 - Rio Tietê - Exposição
ALCEU DUVAL XAVIER DA SILVA JUNIOR
CNPJ CPF: 333.492.768-73
Processo: 01400015413201886
Cidade: São José do Rio Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 325.163,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Uma exposição se realiza no encontro entre sujeito (visitante) e objeto (conjunto expositivo), ou, numa concepção mais abrangente e atual, entre a sociedade e seu patrimônio. E é nesse sentido que levaremos a todos uma mostra cultural fotográfica sobre o Rio Tietê e seus afluentes, da nascente em Salesópolis até sua foz. Levaremos aos alunos das cidades por onde a exposição passar um jogo de tabuleiro onde observarão a fauna, flora e também a poluição que compromete o meio ambiente.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
183165 - Magoya do Cerrado - Proteção e Salvaguarda de Conhecimentos Tradicionais
CSG DIGITAL EIRELI
CNPJ CPF: 24.903.074 0001-04
Processo: 01400015440201859
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 193.056,51
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O projeto Magoya do Cerrado é uma proposta de Proteção e Salvaguarda de Conhecimentos Tradicionais Associados ao Patrimônio Genético que propõe atividades de inventário cultural (pesquisa) e apresenta como produto final (objeto) uma publicação impressa de natureza cultural, conjugado ao cumprimento das finalidades do PRONAC. O livro lança uma reflexão sobre a necessidade de se adotar diretrizes que valorizem e reconheçam a importância do conhecimento tradicional associado ao cultivo tradicional de plantas alimentares não convencionais em território do cerrado brasileiro (Patrimônio Genético nacional)

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
183150 - A Bandeira do Elefante e da Arara: O Livro Secreto dos Seres Encantados
CONSULTACAD CONSULTORIA E SERVICOS ACADEMICOS LTDA
CNPJ CPF: 12.782.044 0001-08
Processo: 01400015420201888
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 362.097,32
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Produção e publicação do livro A Bandeira do Elefante e da Arara - O Livro Secreto dos Seres Encantados, espécie de bestiário de criaturas fantásticas oriundas das lendas brasileiras. A publicação fartamente ilustrada, além da descrição das criaturas e de estatísticas sobre cada uma delas para facilitar seu possível uso em sessões de interpretação de papéis, incluirá notas sobre a regionalização das lendas e versões regionais de cada mito, terá distribuição gratuita de parte dos exemplares e de áudio-livros para bibliotecas e rede de ensino público de diversos estados brasileiros.

183124 - Fascínio da Cultura Japonesa - 2ª Edição
Liz Editora LTDA
CNPJ CPF: 13.975.515 0001-59
Processo: 01400015374201817
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 307.377,94
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Segunda edição do livro "Fascínio da Cultura Japonesa - um olhar brasileiro sobre a cultura japonesa", que trata sobre esta cultura e sua representatividade na cultura brasileira, no quediz respeitoàs cerimonias, artes marciais, simbologias, artes, espiritualidade, música, culinária, entre outras manifestações culturais, de autoria de Toshio Furihata.

183130 - A arte e cultura sesquicentenárias de Campo Largo
Instituto Cecílio Elias Netto - ICEN
CNPJ CPF: 23.746.360 0001-32
Processo: 01400015381201819
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 624.041,37
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O município de Campo Largo, localizado no Estado do Paraná, é no Brasil uma das cidades que mais concentra grupos étnicos, reunindo brasileiros, italianos, portugueses, poloneses, alemães, ingleses, entre outros povos, apresentando um raro pluralismo cultural. É essa multicultura que enfocaremos no projeto "Aarte e culturasesquicentenária de Campo Largo", que consiste em uma exposição de arte, produzidas por alunos de escolas públicas municipais de Campo Largo, 2 oficinas de reciclagem para professores de educação artística, e a edição de um livro, sob a orientação de Marcelo Fuzeti Elias e Patrícia Fuzeti Elias, presidente e vice-presidente do ICEN, e coordenação editorial de Arnaldo Branco Filho, diretor da editora B2 Comunicação.

183160 - Colheita de Histórias
Pink Produções Ltda.
CNPJ CPF: 15.225.772 0001-07
Processo: 01400015433201857
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 491.712,50
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto de incentivo à leitura que prevê a produção, edição e impressão de uma coleção de livros de literatura infantil denominada "Colheita de Histórias" que será distribuída gratuitamente a crianças de idade entre 7 e 10 anos. Cada obra abordará uma temática específica da vida do homem do campo, como forma de aproximar as crianças desse universo cada vez mais distante da vida urbana. Acompanhará o livro uma cartilha, destinada ao professor ou agente cultural ,especialmente elaborada para despertar o gosto pela leitura, por meio de atividades artísticas e lúdicas. A coleção de livros acompanha audiolivro. Os livros são: Ops, tem um pé de batata no meu prato - Michele Dufour; A flor mágica de Tupã - Alexandre Staut; e O Sonho de Luisa - Katia Canton

183158 - FACES DA LONGEVIDADE
DE ARTE PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ CPF: 01.742.102 0001-45
Processo: 01400015430201813
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 989.633,78
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Edição de um livro (produto principal) com depoimentos socioculturais relacionados à longevidade, coletados pelo jornalista Ricardo Lessa. As imagens do livro serão do renomado fotógrafo João Farkas, que ilustrarão as entrevistas em diversas regiões do país, ligadas à cultura local, civilização, contexto social e antropológico, comunidade, família, indivíduo, fé, esperança, amizade, amor, liberdade, entre outros aspectos. O projeto propõe, como produto secundário, o registro dos depoimentos também em vídeo. Esse registro será parte integrante de uma exposição das fotos do livro no seu lançamento.

183147 - Farroupilha - Memórias, encontros e encantos
Fabiano Laércio Mazzotti
CNPJ CPF: 26.681.079 0001-57
Processo: 01400015411201897
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 153.187,50
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Produção de um livro que retrata a história, cultura e desenvolvimento do município de Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Ilustrado com fotografias antigas e atuais, acompanhado de significante produção textual, apresenta-se como uma obra de acentuada importância para a comunidade local. Tradições, costumes, folclore e dados históricos mesclam-se com imagens que enaltecem a identidade e transformação de um lugar inicialmente conhecido como Nova Vicenza.

183129 - O Sertão Vai Virar Mar
GIGLYOLLA PATRICIA LEITE PATRIOTA
CNPJ CPF: 023.088.684-14
Processo: 01400015380201874
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 119.050,00
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O projeto "O Sertão Vai Virar Mar" seguiu em expedição pelo trajeto das águas do Rio São Francisco, do sertão ao litoral de Pernambuco, por cerca de 10 mil km e que resultaram em exposição fotográfica, website (osertaovaivirarmar.com) e filme curta-metragem (https: drive.google.com file d 1pRd7SqxeByq8yym3McDy6lgSMsBF6j_b view?usp=sharing) lançados no Dia Mundial da Água, 22 de março de 2018. O projeto garante a divulgação de diversas manifestações culturais, além de uma forte mensagem de responsabilidade socioambiental, histórica e cultural. Diferenciado pela produção com aparelho smarthphone, incentivando o uso de tecnologia acessível, o projeto conta com rico e exclusivo acervo, e traz como proposta deixar registrado, por meio de livro de fotografias: "O Sertão Vai Virar Mar", essa diversa cultura do nordeste brasileiro e o patrimônio imaterial do Estado.Um projeto de incentivo que possibilita divulgar, com inovação, as diversas culturas de Pernambuco.

183154 - Rastreando o Rio Tocantins
FLY CONSULTORIA, COMUNICACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME
CNPJ CPF: 01.773.153 0001-34
Processo: 01400015425201819
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 406.306,25
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: O Livro Rastreando o Rio Tocantins terá como contúdo o material reunido pela expedição que fará o piloto Lu Marini ao sobrevoar com seu Paramotor toda e extensão do rio Tocantins, passando ainda pela Chapada dos Veadeiros, Jalapão e Chapada das Mesas, até chegar na foz do rio, próximo a Belém. A expedição percorrerá 3.000 km de extensão para apresentar ao público um retrato conjunto e relevante sobre a importância humanística, cultural, histórica e ambiental do rio Tocantins, considerado um dos rios mais importântes do Brasil, e regiões adjacentes.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
183143 - Archetype
ENEIAS GONCALVES HAMAGUCHI
CNPJ CPF: 999.094.136-04
Processo: 01400015406201884
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.022.782,50
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 01 12 2018
Resumo do Projeto: Registro digital no formato DVD, intutulado Archetype, contendo faixas musicais de autoria da banda mineira, Tríade e turnê "Archetype" de shows com banda composta de músicos também do estado de Minas Gerais, apresentando composições no estilo "rock" em turnê pelo Brasil.

183144 - Turnê Gal Costa 2018
DALAPA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ CPF: 08.719.720 0001-13
Processo: 01400015407201829
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 962.826,84
Prazo de Captação: 03 09 2018 à 31 12 2018
Resumo do Projeto: Montagem e Realização da nova turnê da artista Gal Costa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 572, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
177212 - SORRISO PARA TODOS
MIX COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA
CNPJ/CPF: 01.274.447/0001-11
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 148.400,09
Valor total atual: R$ 2.151.705,17

PORTARIA Nº 573, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O(A) SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
170238 - Cultura Gaúcha para Todos
Rafael Santos da Rosa
CNPJ/CPF: 933.476.930-00
Cidade: São Leopoldo - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

PORTARIA N.º 574, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177959 - PALAVRA DE MULHER - Excursão Norte e Nordeste
CULTURA E CONVENCOES PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 09.152.241/0001-20
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 34.971,96
Valor total atual: R$ 968.736,53
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180708 - 9º Festival Nacional da Cultura
FENAC PROMOCOES E EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.950.230/0001-35
Cidade: Boa Esperança - MG;
Valor Reduzido: R$ 1.750,00
Valor total atual: R$ 1.185.882,50
178675 - Projeto de Música Florescer
Claudia Giovana Bressan
CNPJ/CPF: 664.190.770-87
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Reduzido: R$ 11.107,06
Valor total atual: R$ 188.779,34
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
180865 - Pincel Oriental
INTERLUDIO EVENTOS E SERVICOS ARTISTICOS E CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 02.942.976/0001-09
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 36.225,00
Valor total atual: R$ 687.854,50
152982 - RETRATO DE SUPERAÇÃO - 2016
Instituto para o Desenvolvimento Sustentável - INDES
CNPJ/CPF: 07.581.967/0001-53
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 471.434,00
Valor total atual: R$ 498.216,00
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180741 - Atlântico
Terra Virgem Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 58.522.483/0001-74
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 11.000,00
Valor total atual: R$ 377.770,56

PORTARIA Nº 575, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 154084 - Comendo Culturas, publicado na portaria nº 0678/15 de 25/11/2015, no D.O.U. em 26/11/2015, para Nossa Itália Brasileira.

PRONAC: 161773 - 18º Unesc em Dança, publicado na portaria nº 0678/16 de 31/10/2016, no D.O.U. em 01/11/2016, para 19º Unesc em Dança.

PRONAC: 170533 - FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE DE NOVA PRATA - EDIÇÃO 2017, publicado na portaria nº 0394/17 de 26/06/2017, no D.O.U. em 27/06/2017, para FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE DE NOVA PRATA.

PRONAC: 177823 - Fundadoras - Histórias de mulheres empreendedoras pelo mundo, publicado na portaria nº 0734/17 de 06/12/2017, no D.O.U. em 07/12/2017, para Do Jeito Delas - Histórias de mulheres empreendedoras pelo mundo.

PRONAC: 178182 - II Circuito paranaense de dança contemporânea, publicado na portaria nº 0749/17 de 12/12/2017, no D.O.U. em 13/12/2017, para II Circuito de Dança Contemporânea Sutil Companhia de Dança.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 3.282/GM-MD, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto, de 12 de junho de 2018, o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60000.005619/2018-70, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Adido de Defesa, Naval, Exército e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na Federação da Rússia para, em observância às disposições legais e regulamentares, representando o Ministro de Estado da Defesa, assinar o Termo Aditivo nº 1, a fim de introduzir alterações no Contrato nº 173/3/076-1, de 20 de maio de 2015, com o objetivo de estabelecer procedimentos referentes aos cursos de idioma russo que serão realizados por militares do Comando do Exército na Federação da Rússia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 275/DPC, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Renova o credenciamento da empresa Lighthouse - SMS Consultoria e Treinamento EIRELI - EPP para ministrar o Curso Avançado de Combate a Incêndio (CACI).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Lighthouse - SMS Consultoria e Treinamento EIRELI - EPP, CNPJ 08.900.111/0001-66, para ministrar o Curso Avançado de Combate a Incêndio (CACI), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de setembro de 2018 até 31 de maio de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 271/DPC, de 8 de setembro de 2015.

ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 276/DPC, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Renova o credenciamento da empresa Lighthouse - SMS Consultoria e Treinamento EIRELI - EPP para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Lighthouse - SMS Consultoria e Treinamento EIRELI - EPP, CNPJ 08.900.111/0001-66, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de setembro de 2018 até 31 de maio de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 269/DPC, de 8 de setembro de 2015.

ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 277/DPC, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Renova o credenciamento da empresa Lighthouse - SMS Consultoria e Treinamento EIRELI - EPP para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Lighthouse - SMS Consultoria e Treinamento EIRELI - EPP, CNPJ 08.900.111/0001-66, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de setembro de 2018 até 31 de maio de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 268/DPC, de 8 de setembro de 2015.

ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 278/DPC, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Renova o credenciamento da empresa Lighthouse - SMS Consultoria e Treinamento EIRELI - EPP para ministrar o Curso de Primeiros Socorros (CPSO).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Lighthouse - SMS Consultoria e Treinamento EIRELI - EPP, CNPJ 08.900.111/0001-66, para ministrar o Curso de Primeiros Socorros (CPSO), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de setembro de 2018 até 31 de maio de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 270/DPC, de 8 de setembro de 2015.

ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA
Vice-Almirante

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 279/DPC, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso LUIZ CLAUDIO TEIXEIRA PALHOTA (CIR: 801P2012002788), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
BRAM BUCK	4430489254	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 280/DPC, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem DIOGO SILVA BALTAZAR (CIR: 021P2006001901), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
BRAM BUCK	4430489254	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 48, datada de 8 de fevereiro de 2018, publicada no DOU de 9 de fevereiro de 2018.

ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA
Vice-Almirante

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 20, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 (*)

Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; e o disposto nas Leis nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; nº 10.861, de 14 de abril de 2004; e nº 10.870, de 19 de maio de 2004, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior do sistema federal de ensino, de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores e de pedidos de aditamento aos atos autorizativos, inclusive formalizados por universidades e centros universitários em seus campi sem autonomia, nas modalidades presencial e educação a distância - EaD, devem ser analisados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES segundo os procedimentos e o padrão decisório estabelecidos nesta Portaria, na forma da regulamentação em vigor.

Parágrafo único. Os pedidos de que trata o caput deverão ser protocolados junto à SERES, exclusivamente em meio eletrônico, no sistema e-MEC, conforme calendário a ser definido pelo Ministério da Educação - MEC.

CAPÍTULO II

DO PADRÃO DECISÓRIO DOS PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 2º Os pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituição de educação superior - IES terão como referencial básico o resultado da avaliação externa in loco realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no âmbito do processo e-MEC em análise.

Seção I

Do Padrão Decisório em Sede de Parecer Final dos Processos de Credenciamento e Recredenciamento de IES

Art. 3º Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento e recredenciamento terá como referencial o Conceito Institucional - CI e os conceitos obtidos em cada um dos eixos avaliados, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas impostas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:

I - CI igual ou maior que três;

II - conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o CI;

III - plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes;

IV - atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente; e

V - certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. Será considerado como atendido o critério contido no inciso II deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em um eixo, desde que os demais eixos e o conceito final sejam iguais ou superiores a 3,0.

Art. 4º O pedido de credenciamento presencial será indeferido, mesmo que atendidos os critérios estabelecidos pelo art. 3º desta Portaria Normativa, caso os seguintes indicadores obtiverem conceito insatisfatório menor que 3 (três): (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2 de agosto de 2018)

I - Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação;

II - salas de aula;

III - laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física, quando for o caso;

IV - bibliotecas: infraestrutura.

Art. 5º O pedido de credenciamento EaD será indeferido, mesmo que atendidos os critérios estabelecidos pelo art. 3º desta Portaria Normativa, caso os seguintes indicadores obtiverem conceito insatisfatório menor que 3 (três): (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

I - PDI, política institucional para a modalidade EaD;

II - estrutura de polos EaD, quando for o caso;

III - infraestrutura tecnológica;

IV - infraestrutura de execução e suporte;

V - recursos de tecnologias de informação e comunicação;

VI - Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA; e

VII - laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física, quando for o caso.

Parágrafo único. A SERES poderá indeferir o pedido de credenciamento caso o relatório de avaliação evidencie o descumprimento dos percentuais mínimos de titulação do corpo docente definidos para cada organização acadêmica.

Art. 6º No pedido de recredenciamento será instaurado protocolo de compromisso, mesmo que atendidos os critérios estabelecidos pelo art. 3º desta Portaria Normativa, caso os seguintes indicadores obtenham conceito insatisfatório menor que 3 (três): (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

I - PDI e políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e à responsabilidade social;

II - PDI e política institucional para a modalidade EaD, quando for o caso;

III - política de atendimento aos discentes;

IV - processos de gestão institucional;

V - salas de aula;

VI - estrutura de polos EaD, quando for o caso;

VII - infraestrutura tecnológica;

VIII - infraestrutura de execução e suporte;

IX - recursos de tecnologias de informação e comunicação;

X - AVA, quando for o caso;

XI - laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física;

XII - bibliotecas: infraestrutura.

§ 1º O descumprimento dos percentuais mínimos de titulação do corpo docente, bem como os demais requisitos obrigatórios definidos para cada organização acadêmica, também ensejará a instauração de protocolo de compromisso.

§ 2º Na vigência do protocolo de compromisso, poderá ser aplicada medida cautelar, nos termos do art. 54 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 7º Na fase de parecer final pós-protocolo de compromisso dos pedidos de recredenciamento, serão adotados os critérios estabelecidos neste Capítulo.

Parágrafo único. A obtenção de resultados insatisfatórios na avaliação externa in loco realizada para verificação do protocolo de compromisso, bem como o descumprimento dos critérios descritos neste Capítulo ou dos requisitos obrigatórios definidos para cada organização acadêmica, ensejará a instauração de procedimento sancionador pela área competente.

Art. 8º O padrão decisório de autorização de curso vinculado a pedido de credenciamento de IES seguirá os critérios estabelecidos na Seção III, Capítulo III, desta Portaria Normativa.

Art. 9º Aplica-se o disposto neste Capítulo aos pedidos de credenciamento prévio, com expedição de ato autorizativo em caráter provisório, nos termos do art. 24 do Decreto nº 9.235, de 2017.

CAPÍTULO III

DO PADRÃO DECISÓRIO DOS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE CURSOS

Seção I

Dos Requisitos Referentes à IES e ao Curso

Art. 10. Para admissibilidade do pedido de autorização de curso, a IES deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - ato autorizativo institucional válido ou processo de recredenciamento protocolado;

II - CI igual ou maior que três;

III - inexistência de penalidade em face da IES, aplicada em processo administrativo de supervisão, que implique limitação à expansão de sua oferta;

§ 1º Nos casos em que forem publicados no Cadastro e-MEC CI e CI EaD, será considerado o mais recente.

§ 2º Em caso de CI inexistente ou satisfatório obtido há mais de cinco anos, será utilizado subsidiariamente o indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP, que deverá ser igual ou maior que três.

§ 3º Em caso de CI inexistente ou satisfatório obtido há mais de cinco anos, e de indicador de qualidade institucional insatisfatório, disponibilizado pelo INEP, o pedido será arquivado na fase de Despacho Saneador.

§ 4º Quando a IES não possuir indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP, e o CI for inexistente ou satisfatório obtido há mais de cinco anos, o requisito do inciso II será dispensado.

§ 5º Na hipótese de não atendimento ao disposto nos incisos I, II ou III deste artigo, o pedido de autorização do curso será arquivado na fase de Despacho Saneador.

Seção II

Dos Critérios para Dispensa de Avaliação Externa in Loco

Art. 11. Nos pedidos de autorização de cursos superiores do sistema federal de ensino, na modalidade presencial, a avaliação externa in loco poderá ser dispensada, após análise documental, e atendidos os seguintes critérios:

I - CI maior ou igual a três;

II - ausência de protocolo de compromisso no processo de recredenciamento presencial;

III - endereço de oferta constante do Cadastro e-MEC;

IV - resultado satisfatório na fase de Despacho Saneador, no processo de autorização do curso; e

V - existência de curso reconhecido no mesmo eixo tecnológico ou área do conhecimento do curso solicitado, conforme o Anexo I.

§ 1º Em caso de CI inexistente ou satisfatório obtido há mais de cinco anos, será utilizado subsidiariamente o indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP, que deverá ser igual ou maior que 3 (três). (Incluído pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º A quantidade de cursos a serem dispensados por ano obedecerá a tabela seguinte, após consulta ao CI ou indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP, que será utilizado conforme estabelecido a seguir: (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018).

Indicador institucional utilizado	Quantidade de cursos dispensados de avaliação externa **in loco**
3	Até três cursos por ano
4	Até cinco cursos por ano
5	Até dez cursos por ano

§ 3º Os seguintes cursos não serão dispensados de avaliação externa in loco: (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

I - Direito, Medicina, Psicologia, Odontologia e Enfermagem;

II - cursos não contemplados no Anexo I desta Portaria Normativa;

III - cursos em caráter experimental e com denominações ou matrizes curriculares inovadoras;

IV - cursos com matrizes curriculares que apresentem disciplinas análogas a projetos "integradores", "interdisciplinares" ou similares, com carga horária desproporcional em relação à carga horária do curso, com exceção daqueles solicitados por IES com CI igual a cinco;

V - cursos solicitados por IES sem CI nem indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP; e

VI - cursos constantes do Anexo II desta Portaria Normativa.

§ 4º Os cursos referidos no inciso II, III e IV poderão ser dispensados de avaliação externa in loco, a critério da SERES, para IES com CI igual a cinco, observados os demais critérios estabelecidos no caput. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 5º Não se aplica a dispensa de avaliação externa in loco aos cursos superiores na modalidade EaD. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

Art. 12. Nos pedidos de autorização de cursos de instituições públicas federais, a SERES poderá instituir processo simplificado, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017.

§ 1º Poderão ser dispensados da avaliação externa in loco os pedidos de autorização de cursos presenciais, para oferta em campi fora de sede sem autonomia, desde que atendidos os seguintes critérios:

I - CI e indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP satisfatórios, quando existentes, podendo ser dispensado se ausente um ou os dois indicadores;

II - Campus onde o curso será ofertado regularmente credenciado; e

III - manifestação favorável da Secretaria de Educação Superior - SESu ou da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC para a autorização do curso. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º aos cursos previstos no art. 41 do Decreto nº 9.235, de 2017.

§ 3º Para os cursos de Medicina, serão adotados procedimentos diferenciados, em consonância com o disposto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Seção III

Do Padrão Decisório na Fase de Parecer Final

Art. 13. Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de autorização terá como referencial o Conceito de Curso - CC e os conceitos obtidos em cada uma das dimensões, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas aplicadas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:

I - obtenção de CC igual ou maior que três;

II - obtenção de conceito igual ou maior que três em cada uma das dimensões do CC; e

III - para os cursos presenciais, obtenção de conceito igual ou maior que três nos seguintes indicadores:

a) estrutura curricular; e

b) conteúdos curriculares;

IV - para os cursos EaD, obtenção de conceito igual ou maior que três nos seguintes indicadores:

a) estrutura curricular;

b) conteúdos curriculares;

c) metodologia;

d) AVA; e

e) Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC.

§ 1º O não atendimento aos critérios definidos neste artigo ensejará o indeferimento do pedido.

§ 2º A SERES poderá indeferir o pedido de autorização caso o relatório de avaliação evidencie o descumprimento dos seguintes requisitos:

I - Diretrizes Curriculares Nacionais, quando existentes;

II - carga horária mínima do curso.

§ 3º Da decisão de indeferimento da SERES, caberá recurso ao CNE, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017.

§ 4º Será considerado como atendido o critério contido no inciso II deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em uma única dimensão, desde que as demais dimensões e o conceito final sejam iguais ou superiores a 3,0.

§ 5º Para os cursos de Direito, além do disposto no caput, será considerada como requisito mínimo a obtenção de CC igual ou maior que 4.

§ 6º Em caso de adesão da IES ao Programa de Estímulo à Restruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES, a autorização de curso fica condicionada à inexistência de vedação.

§ 7º Na hipótese de admissibilidade do pedido de autorização nos termos previstos no § 2º do art. 10 desta Portaria, em que tenha ocorrido a divulgação de novo indicador de qualidade institucional insatisfatório, o deferimento do pedido fica condicionado à obtenção de CC igual ou maior que quatro, sem prejuízo dos demais requisitos.

§ 8º A SERES poderá sobrestar pedidos de autorização de cursos protocolados por IES que tenha processo de recredenciamento com protocolo de compromisso instaurado, até a conclusão da fase de parecer final pós-protocolo, com sugestão de deferimento. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 9º Nos casos previstos no parágrafo anterior em que o resultado da avaliação externa in loco pós-protocolo de compromisso seja insatisfatório, a SERES poderá indeferir o pedido de autorização, independentemente do CC obtido.

Art. 14. Na definição do número de vagas autorizadas, a SERES considerará:

I - o número de vagas solicitado pela IES; e

II - o conceito obtido no indicador referente a número de vagas do instrumento de avaliação externa in loco.

§ 1º Na hipótese de obtenção de conceitos maiores ou iguais a três no indicador descrito no inciso II, o pedido será deferido com o quantitativo solicitado.

§ 2º A SERES redimensionará o número de vagas solicitado pela IES, nos casos de obtenção de conceitos insatisfatórios, menores que três, no indicador mencionado no inciso II nas seguintes proporções:

I - obtenção de conceito 2 no indicador "Número de vagas": redução de 25%; e

II - obtenção de conceito 1 no indicador "Número de vagas": redução de 50%.

CAPÍTULO IV

DO PADRÃO DECISÓRIO DOS PEDIDOS DE RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS

Art. 15. Os pedidos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos de educação superior terão como referencial básico o resultado da avaliação externa in loco realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no âmbito do processo e-MEC em análise.

Art. 16. Aplicam-se aos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento na fase de Parecer Final os critérios definidos no art. 13 desta Portaria Normativa, cuja decisão obedecerá aos seguintes padrões: (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

I - CC satisfatório e conceitos satisfatórios em todas as dimensões avaliadas, bem como nos indicadores elencados nos incisos III e IV do art. 13 desta Portaria Normativa, quando for o caso: Deferimento; ou (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

II - CC insatisfatório e/ou conceito insatisfatório em uma das dimensões avaliadas e nos indicadores elencados nos incisos III e IV do art. 13 desta Portaria, quando for o caso: Instauração de Protocolo de Compromisso. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 1º Será considerado como atendido o critério contido no inciso I deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em uma única dimensão, desde que as demais dimensões e o conceito final sejam iguais ou superiores a 3,0.

§ 2º Para os cursos de graduação em Medicina e Direito, será exigida a obtenção de CC igual ou maior que quatro.

§ 3º Os pedidos de reconhecimento e renovação de reconhecimento que se enquadrarem na hipótese prevista § 1º, terão sugestão de deferimento com obrigatoriedade de avaliação externa in loco quando da próxima renovação de reconhecimento do curso.

§ 4º A SERES poderá instaurar protocolo de compromisso caso o relatório de avaliação evidencie o descumprimento dos seguintes requisitos:

I - Diretrizes Curriculares Nacionais, quando existentes;

II - carga horária mínima do curso.

§ 5º Na vigência do protocolo de compromisso, poderá ser aplicada a medida cautelar, nos termos do art. 54 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 17. Na fase de parecer final pós-protocolo de compromisso, dos pedidos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso, serão adotados os critérios estabelecidos no art. 13 desta Portaria Normativa, e a decisão obedecerá aos seguintes padrões: (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

I - CC satisfatório e conceitos satisfatórios em todas as dimensões avaliadas, bem como nos indicadores elencados nos incisos III e IV do art. 13 desta Portaria Normativa, quando for o caso: Deferimento; ou (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

II - CC insatisfatório ou conceito insatisfatório em uma ou mais das dimensões avaliadas, bem como nos indicadores elencados nos incisos III e IV do art. 13 desta Portaria Normativa, quando for o caso: Instauração de procedimento sancionador pela área competente. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

Parágrafo único. Na hipótese descrita no inciso II deste artigo poderá ser aplicada medida cautelar nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 18. O presente padrão decisório não se aplica caso sejam identificadas irregularidades na oferta do curso objeto do pedido de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento.

Art. 19. Os pedidos de aditamento aos atos autorizativos devem ser protocolados de forma independente aos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento e obedecerão aos padrões decisórios próprios de cada tipo de pedido.

CAPÍTULO V

DO PADRÃO DECISÓRIO DOS PEDIDOS DE AUMENTO DE VAGAS DE CURSOS SUPERIORES

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 20. Os pedidos de aumento de número de vagas de cursos superiores de graduação ofertados por IES, respeitadas as prerrogativas de autonomia, devem tramitar como aditamento ao ato de autorização, de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento.

Art. 21. Esta Portaria é aplicável aos pedidos de aumento do número de vagas dos cursos de graduação:

I - ofertados por IES sem autonomia;

II - ofertados por IES com autonomia, em campi fora de sede nos quais não detêm autonomia; e

III - em cursos de Medicina e Direito ofertados por todas as IES.

§ 1º O aumento do número de vagas de cursos superiores de graduação ofertados por IES com autonomia, respeitados os limites de sua autonomia e o disposto nesta Portaria, deverá tramitar como alteração de menor relevância, dispensando o aditamento do ato autorizativo e podendo ser protocolada a qualquer tempo.

§ 2º Para a análise do pedido de aumento de vagas para IES com autonomia deve haver a consulta à área de Supervisão da SERES para verificação de eventual medida de suspensão da autonomia.

Seção II

Dos Requisitos para Aumento de Vagas

Art. 22. São requisitos para o aumento de vagas, cumulativamente:

I - ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento vigente

II - ato autorizativo institucional vigente;

III -CI ou indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP, quando existentes, iguais ou superiores a três, sendo considerado, para o cálculo do número de vagas, o maior;

IV - CC igual ou superior a três, calculado até cinco anos anteriores ao ano da análise do pedido;

V - conceito igual ou superior a três em todas as dimensões do CC;

VI - inexistência de medida de supervisão institucional vigente;

VII - inexistência de penalidade em vigência aplicada à IES que implique limitação à expansão de sua oferta, inclusive no curso objeto do pedido de aumento de vagas;

VIII - inexistência de medida de supervisão vigente no curso a que se refere o pedido de aumento de vagas;

IX - inexistência de penalidade de redução de vagas aplicada ao curso nos últimos dois anos ou de outra penalidade em vigência;

X - comprovação da existência de demanda social pelo curso, por meio da demonstração de que a relação candidato/vaga nos dois últimos processos seletivos foi maior do que um; e

XI - inexistência de pedido anteriormente deferido, total ou parcialmente, para o mesmo curso, anterior a 1 (um) ano.

§ 1º Na ausência de atribuição de CI e de indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP, será dispensado o preenchimento do requisito do inciso III.

§ 2º Se ausente o CC ou, se existente, for anterior a cinco anos no momento da análise do pedido, os requisitos dos incisos IV e V serão dispensados, sendo considerado o indicador de qualidade de curso disponibilizado pelo INEP, que deve ser maior ou igual a três, e posterior ao CC existente.

§ 3º Se ausente o CC ou, se existente, for anterior a cinco anos no momento da análise, e, cumulativamente, estiver ausente o indicador de qualidade de curso disponibilizado pelo INEP, o pedido será arquivado. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 4º Excepcionalmente, serão admitidos pedidos de aumento de vagas em cursos ainda não reconhecidos, desde que já tenham recebido avaliação externa in loco e apresentem CC obtido em processo de reconhecimento.

§ 5º Se o CC mais recente do curso já tiver sido considerado para deferimento anterior de pedido de aumento de vagas, obrigatoriamente o curso deverá apresentar indicador de qualidade de curso disponibilizado pelo INEP posterior a este CC utilizado, que será considerado pela SERES para a análise do pedido, e que deve ser maior ou igual a três.

§ 6º Será considerado como atendido o critério contido no inciso V deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em uma única dimensão, desde que as demais dimensões e o conceito final sejam iguais ou superiores a três.

Art. 23. Os pedidos de aumento de vagas para os cursos de Medicina e de Direito, além do disposto no artigo anterior, somente serão deferidos quando o curso possuir CC igual ou superior a quatro, calculado até cinco anos anteriores ao ano da análise.

§ 1º Se ausente o CC ou, se existente, for anterior a cinco anos no momento da análise do pedido, os requisitos do caput e do inciso V do artigo anterior serão dispensados, sendo considerado o indicador de qualidade de curso disponibilizado pelo INEP, que deve ser maior ou igual a quatro.

§ 2º Se ausente o CC ou, se existente, for anterior a cinco anos no momento da análise, e, cumulativamente, estiver ausente o indicador de qualidade de curso disponibilizado pelo INEP, o pedido será indeferido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 24. A análise do pedido de aumento de vagas para cursos de Medicina observará, necessariamente, a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município de oferta do curso, observando os seguintes critérios:

I - número de leitos do Sistema Único de Saúde - SUS disponíveis por aluno em quantidade maior ou igual a cinco;

II - existência de Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar - EMAD;

III - número de alunos por Equipe de Atenção Básica - EAB menor ou igual a três;

IV - existência de leitos de urgência e emergência ou pronto-socorro;

V - grau de comprometimento dos leitos do SUS para utilização acadêmica;

VI - existência de, pelo menos, três programas de residência médica nas especialidades prioritárias;

VII - adesão pelo município ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica - PMAQ; e

VIII - hospital de ensino ou unidade hospitalar com mais de oitenta leitos, com potencial para ser certificado como hospital de ensino, conforme legislação de regência.

§ 1º O não atendimento de quaisquer dos critérios listados nos incisos I, III, IV, V e VI deste artigo ensejará o indeferimento do pedido de aumento de vagas do curso de Medicina. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 2º São considerados programas de residência médica em especialidades prioritárias aqueles em Clínica Médica, em Cirurgia, em Ginecologia-Obstetrícia, em Pediatria e em Medicina de Família e Comunidade.

§ 3º As informações necessárias à avaliação da estrutura dos equipamentos públicos, de cenários de atenção na rede e de programas de saúde serão disponibilizadas pelo Ministério da Saúde - MS, a pedido da SERES.

§ 4º A SERES poderá, para fins de verificação de disponibilidade de estrutura dos equipamentos públicos, de cenários de atenção na rede e de programas de saúde, considerar os dados da região de saúde na qual se insere o município de oferta do curso, ou das regiões de saúde de proximidade geográfica e que apresentam rol de ações e serviços oferecidos à população usuária do município de oferta do curso, conforme definição estabelecida pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

Seção III

Dos Critérios para Definição do Aumento de Vagas

Art. 25. O pedido de aumento de vagas deverá considerar, para o cálculo do número de vagas a ser aumentado, limite percentual aplicado sobre o número de vagas autorizado, conforme fórmula constante no Anexo III, que observará os seguintes critérios:

I - CI ou indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP, sendo que será considerado, para efeitos de cálculo, o maior, conforme percentuais constantes do Anexo IV;

II - CC ou indicador de qualidade de curso disponibilizado pelo INEP, sendo que o este último será considerado, para efeitos de cálculo, apenas se o CC estiver ausente ou for anterior a cinco anos, conforme percentuais constantes do Anexo V; e

III - histórico regulatório do curso, conforme percentuais constantes do Anexo VI.

§ 1º Caso, após o cálculo do limite máximo de ampliação de vagas, seja obtido número decimal, este será arredondado para o número inteiro seguinte.

§ 2º Caso mais de uma IES apresente pedido de aumento de vagas para o curso de Medicina em um mesmo município, e caso a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município, em sua região de saúde ou em regiões de saúde de proximidade geográfica que apresentam rol de ações e serviços oferecidos à população usuária local não comportar o número de vagas pleiteadas para os cursos das IES interessadas, a SERES deverá proceder à divisão de vagas de forma proporcional, considerando o percentual de aumento possível alcançado por cada curso, o número de vagas autorizadas e o número de vagas disponíveis na localidade considerada.

§ 3º Deferido o pedido de aumento, as novas vagas somente poderão ser utilizadas para ingresso no primeiro ano do curso.

§ 4º Os indicadores, conceitos e demais insumos anteriormente utilizados para deferimento de aumento de vagas, parcial ou total, não serão reutilizados no cálculo de novos pedidos.

Art. 26. No caso de pedido de aumento de vagas em Medicina, o cálculo do número de vagas a ser aumentado poderá ser majorado conforme os seguintes critérios:

I - a cada curso de pós-graduação stricto sensu na Grande Área das Ciências da Saúde e Interdisciplinar na Área da Saúde, reconhecido e recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, será agregado 5% ao limite percentual de aumento de vagas; e

II - caso a mantenedora da IES oferte leitos do SUS em estabelecimento de saúde próprio, o curso terá um aumento adicional de 10% ao limite percentual de aumento de vagas.

Parágrafo único. A informação necessária à apreciação do inciso II será disponibilizada pelo MS, a pedido da SERES.

Seção IV

Das Disposições Finais dos Pedidos de Aumento de Vagas

Art. 27. Excepcionalmente, a SERES poderá instituir processo simplificado de aditamento para aumento de vagas, exclusivamente, no âmbito de programas ou ações conduzidas pelo MEC.

Art. 28. Em consonância com o art. 54, § 2º, da Lei nº 9.394, de 1996, a SERES poderá conceder atribuições de autonomia universitária a instituições que demonstrem alta qualificação nas avaliações realizadas pelo MEC.

§ 1º As IES que tenham CI e indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP igual ou maior que quatro podem aumentar em até 50% o número de vagas em cursos de graduação reconhecidos, nas modalidades presencial ou EaD, que tenham CC ou indicador de qualidade de curso disponibilizado pelo INEP maior ou igual a quatro, excetuando-se os cursos de Medicina e de Direito, sem a necessidade de autorização do MEC. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 2º As IES que tenham CI e indicador de qualidade institucional disponibilizado pelo INEP igual a cinco podem aumentar em até 70% o número de vagas em cursos de graduação reconhecidos, nas modalidades presencial ou EaD, que tenham CC ou indicador de qualidade de curso disponibilizado pelo INEP maior ou igual a quatro, excetuando-se os cursos de Medicina e de Direito, sem a necessidade de autorização do MEC. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 3º As alterações citadas neste artigo serão tratadas como alterações cadastrais de menor relevância e, até que haja implantação de funcionalidade no Sistema e-MEC, devem ser informadas, em meio físico, junto à SERES, acompanhadas de cópia da decisão de órgão competente da IES que referende alteração do número de vagas. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 4º Novo aumento no número de vagas, realizado nos termos deste artigo, somente poderá ser feito após decorrido um ano desde a última alteração.

§ 5º Caso a instituição tenha aumentado o número de vagas de determinado curso utilizando-se das prerrogativas deste artigo e deixar de preencher os requisitos previstos para tanto, somente poderá apresentar pedido de aumento de vagas para o mesmo curso, a ser tratado como aditamento, após a publicação de novo CC ou indicador de qualidade de curso disponibilizado pelo INEP.

§ 6º Nos casos em que houver aumento de vagas, via aditamento do ato autorizativo pela SERES, o aumento de vagas por meio das prerrogativas deste artigo somente poderá ser feito após decorrido um ano desde a alteração.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. Esta Portaria aplica-se aos processos protocolados a partir da data de publicação do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e, no que couber, aos processos em tramitação até a data de publicação do referido Decreto. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

Parágrafo único. A SERES editará normativo específico dispondo sobre os critérios para aplicação do padrão decisório aos processos em tramitação referidos no caput. (Incluído pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

Art. 30. Ficam revogadas as seguintes normas, ressalvados os efeitos jurídicos já produzidos:

I - Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016;

II - Portaria Normativa MEC nº 20, de 13 de outubro de 2016;

III - Instrução Normativa SERES nº 4, de 31 de maio de 2013;

IV - Instrução Normativa SERES nº 2, de 29 de julho de 2014; e

V - Instrução Normativa SERES nº 3, de 29 de julho de 2014.

VI - Instrução Normativa SERES nº 1, de 23 de fevereiro de 2017. (Incluído pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

Art. 31. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

(*)Republicada para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União nº 245, de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 25 a 29.

ANEXO I

Quadro 1: Bacharelados

Grupo do Curso	Curso	Critério para Dispensa de Visita pelo INEP em processo de Autorização - Grupos Correlatos e oferta de cursos específicos
I - Ciências Exatas e da Terra	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra	Oferta de cursos nos grupos I ou II
	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	
	Estatística	
	Física	
	Geologia	
	Matemática	
	Meteorologia	
	Química	
	Oceanografia	
II - Ciências Biológicas	Ciências Biológicas	Oferta de cursos nos grupos I ou II
	Biotecnologia	
III - Engenharias	Engenharia Ambiental	Oferta de cursos no grupo III
	Engenharia Automotiva	
	Engenharia Biomédica	
	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	
	Engenharia de Pesca	
	Engenharia de Alimentos	
	Engenharia de Bioprocessos	
	Engenharia de Controle e Automação	
	Engenharia de Materiais	
	Engenharia de Telecomunicações	
	Engenharia Eletrônica	
	Engenharia Sanitária	
	Engenharia Têxtil	
	Engenharia Metalúrgica	
	Engenharia de Produção	Oferta de cursos nos grupos III ou VI
	Engenharia Química	Oferta do curso de Engenharia de Petróleo
	Engenharia de Petróleo	Oferta do curso de Engenharia Química
	Engenharia Civil	Oferta de cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica ou Engenharia Química
	Engenharia Mecânica	Oferta de cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Civil ou Engenharia Química
	Engenharia Elétrica	Oferta de cursos de Engenharia Mecânica, Engenharia Civil ou Engenharia Química
IV - Ciências da Saúde	Biomedicina	Oferta de cursos no grupo IV ou dos cursos de Medicina, Enfermagem, Psicologia ou Odontologia
	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Saúde	
	Educação Física	
	Farmácia	
	Fisioterapia	
	Fonoaudiologia	
	Nutrição	
	Terapia Ocupacional	
V - Ciências Agrárias	Medicina Veterinária	Oferta de cursos no grupo V
	Engenharia Agrícola	
	Agronomia ou Engenharia Agronômica	
	Engenharia Florestal	
	Zootecnia	
VI - Ciências Sociais Aplicadas	Administração	Oferta de cursos no grupo VI
	Arquivologia	
	Biblioteconomia	
	Ciências Atuariais	
	Ciências Contábeis	
	Ciências Econômicas	
	Comunicação Social - Jornalismo	
	Comunicação Social - Relações Públicas	
	Economia Doméstica	
	Museologia	
	Secretariado Executivo	
	Serviço Social	
	Turismo	
VII - Ciências Humanas	Ciências Sociais	Oferta de cursos no grupo VII
	Antropologia	
	Arqueologia	
	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	
	Ciências Políticas	
	Filosofia	
	Geografia	
	História	
	Relações Internacionais	
	Secretariado Executivo	
	Sociologia	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Teologia	
VIII - Linguística, Letras e Artes	Artes Visuais	Oferta de cursos no grupo VIII
	Bacharelado Interdisciplinar em Artes	
	Comunicação Social - Cinema e Audiovisual	
	Dança	
	Design	
	Letras	
	Moda	
	Música	
	Teatro	
	Arquitetura e Urbanismo	Oferta de cursos nos grupos III ou VIII
	Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (Incluído pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)	Oferta de cursos nos grupos VI ou VIII (Incluído pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)
IX - Computação e Informática (Incluído pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)	Ciência da Computação	Oferta de cursos no grupo III ou IX
	Engenharia de Software	
	Engenharia de Computação	
	Sistemas de Informação	Oferta de cursos no grupo VI ou IX (Incluído pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

Quadro 2: Licenciaturas

Licenciaturas	Critério para Dispensa de Visita pelo INEP em processo de Autorização
Artes Visuais	Curso de licenciatura ou bacharelado no mesmo grupo, ou de bacharelado no grupo VIII - Linguística, Letras e Artes
Dança	
Design	
Letras - com formação em uma ou mais Línguas	
Música	
Teatro	
Licenciatura Intercultural	
Licenciatura Interdisciplinar em Códigos e Linguagens	
Ciências Biológicas	Curso de licenciatura ou bacharelado no mesmo grupo, ou de bacharelado nos grupos I - Ciências Exatas e da Terra, ou II - Ciências Biológicas
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais	
Educação Física	Curso de licenciatura ou bacharelado no mesmo grupo, ou de bacharelado no grupo IV - Ciências da Saúde
Nutrição	
Filosofia	Curso de licenciatura ou bacharelado no mesmo grupo, ou de bacharelado no grupo VII - Ciências Humanas
Geografia	
História	
Ciências Sociais	
Matemática	Curso de licenciatura ou bacharelado no mesmo grupo, ou de bacharelado no grupo I - Ciências Exatas e da Terra
Física	
Química	
Informática	
Turismo	Curso de licenciatura ou bacharelado no mesmo grupo, ou de bacharelado nos grupos VI - Ciências Sociais Aplicadas, ou VII - Ciências Humanas
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas	
Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo	Curso de licenciatura ou bacharelado no mesmo grupo, ou de bacharelado nos grupos II - Ciências Biológicas, ou VII - Ciências Humanas
Pedagogia	Cursos de Licenciatura

Quadro 3: Cursos Tecnológicos

Curso	Critério para Dispensa de Visita pelo INEP em processo de Autorização
I - CST Eixo Ambiente e Saúde (excetuando cursos do Anexo II)	Oferta de ao menos um curso tecnológico do Eixo I; ou Oferta de ao menos um curso de bacharelado do grupo IV
II - CST Eixo Apoio Escolar	Oferta de ao menos um curso tecnológico do Eixo IV; ou Oferta do curso de licenciatura em Pedagogia; ou Oferta do curso de bacharelado em Administração
III - CST Eixo Controle e Processos Industriais (excetuando curso de Manutenção de Aeronaves)	Oferta de ao menos um curso tecnológico dos Eixos III ou XI; ou Oferta de ao menos um curso de bacharelado do grupo III
IV - CST Eixo Gestão e Negócios	Oferta de ao menos um curso tecnológico dos Eixos IV ou V; ou Oferta do curso de bacharelado em Administração
V - CST Eixo Hospitalidade e Lazer	Oferta de ao menos um curso tecnológico dos Eixos IV ou V; ou Oferta do curso de bacharelado em Administração
VI - CST Eixo Informação e Comunicação	Oferta de ao menos um curso tecnológico do Eixo VI; ou Oferta de ao menos um curso de bacharelado do grupo IX
VII - CST Eixo Infraestrutura (excetuando curso do Anexo II e do curso de Construção de Edifícios)	Oferta de ao menos um curso tecnológico do Eixo VII; ou Oferta de ao menos um curso de bacharelado do grupo III
VIII - CST Eixo Militar	Visita obrigatória conforme Quadro do Anexo II
IX - CST Eixo Produção Alimentícia	Oferta de ao menos um curso tecnológico dos Eixos IX ou XII; ou Oferta de ao menos um curso de bacharelado do grupo V
X - CST Eixo Produção Cultural e Design	Oferta de ao menos um curso tecnológico do Eixo X; ou Oferta de ao menos um curso de bacharelado do grupo VIII
XI - CST Eixo Produção Industrial (excetuando CST Construção Naval e CST Petróleo e Gás)	Oferta de ao menos um curso tecnológico dos Eixos III ou XI; ou Oferta de ao menos um curso de bacharelado do grupo III
XII - CST Eixo Recursos Naturais	Oferta de ao menos um curso tecnológico dos Eixos IX ou XII; ou Oferta de ao menos um curso de bacharelado do grupo V
XIII - CST Eixo Segurança (excetuando cursos do Anexo II)	Oferta de ao menos um curso tecnológico do Eixo XIII
CST em Construção de Edifícios	Oferta do curso de Engenharia Civil
CST em Construção Naval	Oferta do curso de Engenharia Naval
CST em Petróleo e Gás	Oferta dos cursos de Engenharia Química ou Engenharia de Petróleo
CST em Manutenção de Aeronaves	Oferta do curso de Engenharia Aeronáutica

ANEXO II

Quadro de Cursos com Visita Obrigatória

Engenharia Aeronáutica
Engenharia Naval
Engenharia de Minas
Ciências da Logística (Forças Armadas)
Engenharia de Fortificação e Construção (Forças Armadas)
Engenharia Mecânica de Armamentos (Forças Armadas)
Engenharia Mecânica de Veículos Militares (Forças Armadas)
CST em Pilotagem Profissional de Aeronaves
CST em Radiologia
CST em Segurança Pública
CST em Serviços Penais
CST do Eixo Militar
Cursos do art. 11º, § 2º, desta Portaria Normativa

ANEXO III

Medicina (Incluído pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

AV = i + c + R + P + L

AV = Limite percentual de aumento de vagas.

i = Percentual aplicável em razão do conceito ou indicador da IES, constante no Anexo IV. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

c = Percentual aplicável em razão do conceito ou indicador do curso, constante no Anexo V. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

R = Percentual aplicável em razão do ato regulatório do curso, constante no Anexo VI. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

P = Percentual aplicável em razão do número de cursos de pós-graduação stricto sensu, tal como estabelecido no art. 26, inciso I, desta Portaria. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

L = Percentual aplicável em razão dos leitos do SUS disponibilizados pela mantenedora da IES, tal como estabelecido no art. 26, inciso II, desta Portaria. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

Demais Cursos (Incluído pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

AV = i + c + R

AV = Limite percentual de aumento de vagas.

i = Percentual aplicável em razão do conceito ou indicador da IES, constante no Anexo IV.

c = Percentual aplicável em razão do conceito ou indicador do curso, constante no Anexo V.

R = Percentual aplicável em razão do ato regulatório do curso, constante no Anexo VI.

ANEXO IV

Conceito ou indicador da IES	Percentual aplicável
CI ou IGC 3	10%
CI ou IGC 4	20%
CI ou IGC 5	30%

ANEXO V

Conceito ou indicador de curso	Percentual aplicável
CC ou CPC 3	10%
CC ou CPC 4	20%
CC ou CPC 5	30%

ANEXO VI

Ato regulatório do curso	Percentual aplicável
Reconhecimento	10%
Renovação de Reconhecimento	20%
A partir da 2ª Renovação de Reconhecimento	30%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180 0300043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA NORMATIVA Nº 23, DE 21 DE DEZEMBRO 2017 (*)

Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018)

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2017, que dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e de cursos superiores; bem como a conveniência de simplificar, racionalizar e abreviar o trâmite dos processos relacionados, utilizando ao máximo as possibilidades oferecidas pela tecnologia da informação; e o disposto nas Leis nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; nº 10.861, de 14 de abril de 2004; e nº 10.870, de 19 de maio de 2004, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior - IES e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, passa a ser estabelecido por esta Portaria.

Parágrafo único. Os processos de que trata o caput deverão ser protocolados junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, exclusivamente em meio eletrônico, no Sistema e-MEC, conforme calendário a ser definido pelo Ministério da Educação - MEC.

CAPÍTULO II

DOS PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E DE AUTORIZAÇÃO VINCULADA DE CURSO

Seção I

Do Protocolo do Pedido e do Despacho Saneador

Art. 2º O protocolo do pedido de credenciamento de IES e autorização vinculada de curso deverá ser efetuado pela mantenedora e será obtido após o cumprimento dos seguintes requisitos:

I - pagamento da taxa de avaliação, prevista no art. 3º, caput, da Lei nº 10.870, de 2004, exceto para as IES públicas, isentas nos termos do art. 3º, § 5º, da mesma lei, mediante boleto eletrônico, gerado pelo sistema;

II - preenchimento de formulário eletrônico;

III - apresentação, em meio eletrônico, dos documentos de instrução referidos no art. 20 do Decreto nº 9.235, de 2017, para o credenciamento;

IV - apresentação, em meio eletrônico, dos documentos de instrução referidos no art. 43 do Decreto nº 9.235, de 2017, para as autorizações de cursos vinculadas ao credenciamento.

§ 1º O pedido de credenciamento de IES poderá ser apresentado exclusivamente para oferta de cursos na modalidade presencial ou para a modalidade a distância, bem como para ambas as modalidades.

§ 2º O pedido de credenciamento deverá ser acompanhado de pedido de autorização de pelo menos um e, no máximo, 5 (cinco) cursos de graduação.

§ 3º O quantitativo estabelecido no parágrafo anterior não se aplica aos cursos de licenciatura.

§ 4º O protocolo do pedido não se completará até o pagamento da taxa e o completo preenchimento do respectivo formulário no Sistema e-MEC, observado o prazo estabelecido em calendário definido pelo MEC, após o qual ocorrerá o cancelamento do pedido.

Art. 3º Após o protocolo, os documentos serão submetidos à análise da coordenação-geral competente, a qual será responsável por exarar despacho saneador.

Parágrafo único. Caso os documentos sejam insuficientes à apreciação conclusiva, a coordenação-geral competente poderá instaurar diligência, a qual se prestará unicamente a esclarecer ou sanar os aspectos apontados, concedendo ao requerente prazo máximo de 30 (trinta) dias para resposta.

Art. 4º Nos pedidos de credenciamento de IES e de autorização vinculada de cursos, a insuficiência de elementos de instrução que impeça o seu prosseguimento ou o não atendimento da diligência no prazo estabelecido no art. 3º, parágrafo único, desta Portaria, ocasionará o arquivamento do processo.

Parágrafo único. Do despacho de arquivamento caberá recurso ao Diretor competente, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias, cuja decisão será irrecorrível.

Seção II

Da Tramitação do Processo na Fase de Avaliação pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

Art. 5º Encerrada a fase de análise documental e exarado o despacho saneador, o processo seguirá ao INEP, para realização da avaliação in loco, por comissão única de avaliadores, com perfil multidisciplinar, nos termos de normativo próprio expedido por aquele órgão.

Art. 6º Em caso de alteração relevante de qualquer dos elementos de instrução do pedido de ato autorizativo, após a avaliação externa in loco, a SERES arquivará o processo, e a requerente deverá protocolar novo pedido, devidamente atualizado.

Parágrafo único. Serão consideradas como relevantes as alterações relativas à mantenedora, à abrangência geográfica das atividades, às vagas e ao endereço de oferta dos cursos.

Art. 7º A atividade de avaliação, sob responsabilidade do INEP, terá início a partir do despacho saneador satisfatório ou parcialmente satisfatório da coordenação-geral competente e se concluirá com a inserção do relatório de avaliação in loco ou, nas hipóteses de impugnação, após a apreciação pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA.

§ 1º O relatório será elaborado pela comissão de avaliação no Sistema e-MEC e a instituição e a Secretaria terão prazo comum de 30 (trinta) dias para impugná-lo.

§ 2º Havendo impugnação, será aberto prazo de 10 (dez) dias para contrarrazões da Secretaria ou da instituição, conforme o caso.

§ 3º Após impugnação, o processo será submetido à CTAA, conforme normativo próprio expedido pelo INEP.

Seção III

Do Parecer Final da SERES

Art. 8º O processo seguirá à apreciação da SERES, que analisará os elementos da instrução documental, a avaliação do INEP e o mérito do pedido e preparará seu parecer, com base em padrões decisórios definidos em normativo próprio.

§ 1º O pedido de credenciamento seguirá ao Conselho Nacional de Educação - CNE com subsídios da SERES sobre os pedidos de autorização vinculados, com as seguintes sugestões:

I - o deferimento do pedido de credenciamento institucional com todos os pedidos de autorização de cursos vinculados;

II - o deferimento do pedido de credenciamento institucional com parte dos pedidos de autorização de cursos vinculados; ou

III - o indeferimento do pedido de credenciamento institucional.

§ 2º Caso a coordenação-geral competente considere necessária a complementação de informação ou esclarecimento de ponto específico, poderá instaurar diligência para subsidiar a análise técnica.

Art. 9º Após parecer final da SERES, o processo de credenciamento será encaminhado à Câmara de Educação Superior - CES do CNE, que poderá:

I - quanto às modalidades de oferta:

a) deferir o pedido de credenciamento para ambas as modalidades solicitadas;

b) deferir o pedido de credenciamento somente para uma das modalidades solicitadas; ou

c) indeferir o pedido de credenciamento;

II - quanto aos cursos:

a) deferir o pedido de credenciamento e todos os pedidos de autorização de cursos vinculados;

b) deferir o pedido de credenciamento e parte dos pedidos de autorização de cursos vinculados; ou

c) indeferir o pedido de credenciamento.

Parágrafo único. Após emissão de parecer pelo CNE, o processo será encaminhado ao Ministro de Estado da Educação para sua homologação e publicação do ato autorizativo de credenciamento e das autorizações vinculadas, nos termos do art. 6º, inciso II, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Seção IV

Do Processo no CNE

Art. 10. O processo seguirá seu fluxo, no CNE, com o sorteio eletrônico de Conselheiro relator, necessariamente integrante da Câmara de Educação Superior - CES, observada a equanimidade de distribuição entre os Conselheiros, no que diz respeito aos processos que tramitam pelo e-MEC, nos termos do Regimento Interno do CNE.

Art. 11. O relator poderá manifestar-se pelo impedimento ou suspeição, nos termos dos arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784, de 1999, ou, subsidiariamente, dos arts. 134 a 138 do Código de Processo Civil ou ainda pela modificação da competência, também por aplicação analógica do Código de Processo Civil, arts. 103 a 106.

Art. 12. O relator inserirá minuta de parecer no sistema, com acesso restrito aos membros da Câmara e pessoas autorizadas, podendo solicitar revisão técnica, e submeterá o processo, no prazo de 90 (noventa) dias, à apreciação da CNE/CES.

Parágrafo único. O sistema informará a data de apreciação do processo pela CNE/CES, conforme calendário das sessões e inclusão em pauta pelo Presidente da Câmara.

Art. 13. A CNE/CES apreciará o parecer do Conselheiro relator e proferirá sua decisão, nos termos do Regimento Interno.

§ 1º O processo poderá ser baixado em diligência, para a apresentação de esclarecimentos ou informações relevantes, nos termos do Regimento Interno.

§ 2º O prazo para atendimento da diligência será de 30 (trinta) dias.

§ 3º Não caberá a realização de diligência para revisão da avaliação.

§ 4º Os integrantes da CNE/CES poderão pedir vista do processo, pelo prazo regimental.

Art. 14. Da decisão da CES, nos processos de credenciamento e recredenciamento de IES, caberá recurso administrativo ao Conselho Pleno - CP do CNE, na forma do seu Regimento Interno.

Parágrafo único. Havendo recurso, o processo será distribuído a novo relator, observado o art. 20, para apreciação quanto à admissibilidade e, se for o caso, quanto ao mérito, submetendo a matéria ao CNE/CP.

Seção V

Da Homologação do Parecer do CNE pelo Ministro da Educação

Art. 15. A deliberação da CNE/CES ou do CNE/CP será encaminhada ao Gabinete do Ministro - GM, para decidir sobre a homologação.

§ 1º O GM poderá solicitar parecer jurídico à Consultoria Jurídica, a fim de instruir a homologação.

§ 2º O Ministro poderá devolver o processo ao CNE para reexame, motivadamente.

§ 3º No caso do § 2º, a CNE/CES ou o CNE/CP reexaminará a matéria.

§ 4º O processo retornará ao Gabinete, a fim de que o Ministro homologue o parecer e, se for o caso, expeça os atos autorizativos de credenciamento e das autorizações vinculadas, que serão encaminhados ao Diário Oficial da União - DOU para publicação.

§ 5º Expedido o ato autorizativo, deferindo ou indeferindo o pedido, e informada no sistema a data de publicação no DOU, encerra-se o processo na esfera administrativa.

Seção VI

Do Credenciamento de Escolas de Governo para a Oferta de Pós-Graduação Lato Sensu

Art. 16. As escolas de governo do sistema federal, legalmente constituídas, regidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, devem solicitar credenciamento ao MEC para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

Parágrafo único. As escolas de governo dos sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal devem solicitar credenciamento ao MEC para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância, nos termos do Decreto nº 9.057, de 2017, e da legislação específica.

Art. 17. O pedido de credenciamento de Escola de Governo deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - da mantenedora:

a) atos constitutivos, devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica;

b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF; e

c) termo de responsabilidade assinado pelo representante legal da mantenedora atestando a veracidade e a regularidade das informações prestadas, bem como a capacidade financeira da entidade;

II - da Escola de Governo:

a) comprovante de recolhimento das taxas de avaliação externa in loco, previstas na Lei nº 10.870, de 2004;

b) Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI;

c) regimento ou estatuto; e

d) identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e profissional de cada um.

§ 1º Aplica-se aos processos de credenciamento e recredenciamento de Escola de Governo o disposto nos Capítulos II e III desta Portaria.

§ 2º Os cursos de pós-graduação lato sensu, nos termos desta Portaria e do Decreto nº 9.235, de 2017, independem de autorização do MEC para funcionamento, devendo a instituição informar à SERES, por meio do Sistema e-MEC, os cursos criados por atos próprios, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do ato de criação do curso.

Seção VII

Do Credenciamento Prévio de Instituições

Art. 18. No âmbito do processo de credenciamento de nova IES e de autorizações de cursos vinculadas, o MEC poderá expedir ato autorizativo em caráter provisório, nos termos do art. 24 do Decreto nº 9.235, de 2017, observado o disposto no Capítulo II desta Portaria Normativa, e desde que a mantenedora atenda cumulativamente aos seguintes requisitos: (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

I - possua todas as suas mantidas já recredenciadas com Conceito Institucional maior ou igual a 4 (quatro), obtido nos últimos 5 (cinco) anos; (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

II - não tenha sido penalizada com qualquer de suas mantidas, em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos 2 (dois) anos, a contar da publicação do ato que penalizou a IES ou a mantenedora;

III - não possua restrições junto aos programas federais vinculados ao MEC; e

IV - já mantenha a oferta dos cursos pleiteados em pelo menos uma de suas mantidas, e que os mesmos sejam reconhecidos e com Conceito de Curso - CC maior ou igual a 4 (quatro), obtido nos últimos 5 (cinco) anos. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 1º Para credenciamento da educação a distância - EaD, além dos critérios elencados, a mantenedora deverá possuir pelo menos uma IES recredenciada nesta modalidade.

§ 2º Não serão objeto de autorização provisória os cursos previstos no art. 41 do Decreto nº 9.235, de 2017, e, para a modalidade a distância, os cursos nas áreas de Saúde e Engenharia. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 3º A decisão de expedição do ato provisório dar-se-á na fase de Despacho Saneador após a verificação dos requisitos descritos no caput e a análise documental prevista na Seção I deste Capítulo.

§ 4º Após expedição do ato provisório, os processos em trâmite seguirão obrigatoriamente para avaliação in loco e não poderão ser arquivados pela IES.

§ 5º Caso as condições verificadas após a avaliação externa in loco não sejam suficientes para o credenciamento e as autorizações em caráter definitivo, os pedidos serão indeferidos e a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

mantenedora e suas mantidas ficarão impedidas de protocolar novos processos de credenciamento pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação da decisão da SERES, devendo ser instaurado procedimento sancionador, nos termos do art. 71 do Decreto nº 9.235, de 2017.

§ 6º As instituições que tiverem sido credenciadas com ato provisório não poderão protocolar novos pedidos de autorização, de aditamentos institucionais ou de cursos, criar polos de EaD, bem como participar de programas federais vinculados ao MEC até que o ato de credenciamento definitivo seja publicado no Diário Oficial da União. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 7º Aplica-se o disposto no caput aos pedidos de credenciamento de campus fora de sede por universidades e centros universitários.

§ 8º No que se refere ao disposto no inciso IV, se ausente o CC ou, se existente, for anterior a cinco anos no momento da análise do pedido, será considerado o indicador de qualidade de curso disponibilizado pelo INEP, que deve ser maior ou igual a 4 (quatro), e posterior ao CC existente. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

CAPÍTULO III

DOS PROCESSOS DE RECREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Seção I

Disposições Gerais

Art. 19. A instituição deverá protocolar pedido de recredenciamento junto à Secretaria competente, observando calendário definido pelo MEC e dentro do prazo fixado no ato autorizativo institucional vigente.

§ 1º O pedido de credenciamento em nova modalidade, o descredenciamento voluntário em uma das modalidades e a alteração de organização acadêmica por instituição de educação superior já credenciada serão realizados em processo de recredenciamento, protocolado durante a vigência do ato autorizativo institucional.

§ 2º O processo de recredenciamento deverá considerar todos os aditamentos realizados ao ato original de credenciamento e as modalidades de oferta da instituição, quando couber.

§ 3º Aplica-se aos processos de recredenciamento o disposto no Capítulo II desta Portaria.

§ 4º Nos processos de recredenciamento com pedido de credenciamento em nova modalidade, aplicam-se os limites previstos no art. 2º para os pedidos de autorização vinculada de cursos.

Art. 20. O pedido de recredenciamento seguirá ao CNE com sugestão de deferimento ou continuará em trâmite na Secretaria competente nos casos de celebração de protocolo de compromisso e de abertura de procedimento sancionador.

Seção II

Do Protocolo de Compromisso

Art. 21. Nos pedidos de recredenciamento institucional, a obtenção de conceitos insatisfatórios no conjunto ou em uma das dimensões do relatório de avaliação in loco, considerando também os procedimentos e instrumentos diversificados de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, ensejará a celebração de Protocolo de compromisso, nos termos dos arts. 53 a 56 do Decreto nº 9.235, de 2017.

§ 1º Uma vez determinada, por parte da SERES, a celebração de Protocolo de compromisso, a ser apresentado pela IES, será aberta, no Sistema e-MEC, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fase de Proposta de Protocolo de compromisso, contendo:

I - o diagnóstico, realizado pela SERES, das fragilidades identificadas na instituição ou no curso, a partir do relatório de avaliação ou dos indicadores de qualidade calculados pelo INEP;

II - as obrigações que a IES deverá assumir com o objetivo de sanear as fragilidades identificadas;

III - a indicação da comissão de acompanhamento do Protocolo de compromisso, identificando os professores responsáveis pela supervisão do cumprimento das obrigações assumidas; e

IV - o prazo para implementação das obrigações assumidas no Protocolo de compromisso, de até 12 (doze) meses, a escolha da IES.

§ 2º No inciso II, relativo às obrigações, a SERES poderá sugerir ações de saneamento ou solicitar à IES que elabore um plano de melhorias para superar as fragilidades apontadas no diagnóstico.

§ 3º Na vigência de Protocolo de compromisso, poderá ser aplicada medida cautelar, nos termos do art. 63 do Decreto nº 9.235, de 2017, desde que se revele necessário para evitar prejuízo aos alunos.

§ 4º O Protocolo de compromisso firmado com universidades federais ou instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica será acompanhado pela Secretaria de Educação Superior - SESu ou pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do MEC, respectivamente.

Art. 22. Concluído o preenchimento de todos os itens elencados no art. 21, inicia-se automaticamente, no Sistema e-MEC, a fase de Termo de Cumprimento do Protocolo de compromisso e considera-se celebrado o Protocolo de compromisso entre a IES e o MEC.

§ 1º Nessa fase, a IES deverá inserir relatórios parciais de cumprimento das metas pactuadas no Protocolo de compromisso, caso tal necessidade tenha sido expressa pela SERES no campo relativo às obrigações da proposta do mesmo.

§ 2º A IES deverá, até o final do prazo definido, inserir relatório conclusivo de cumprimento das medidas de saneamento assumidas, com especial referência às insuficiências apontadas no diagnóstico, com a descrição das metas e indicação dos itens que foram saneados, por dimensão ou eixo.

§ 3º A fase Termo de Cumprimento do Protocolo de compromisso será concluída com a inserção, pela IES, de relatório final, a qualquer momento que julgar oportuno, respeitado o prazo final definido na proposta.

Art. 23. Ao final do prazo do Protocolo de compromisso, inserido o termo de cumprimento, o processo será encaminhado de ofício ao INEP para avaliação in loco com o fim de verificação do cumprimento das obrigações assumidas.

§ 1º A nova avaliação adotará o instrumento aplicável às avaliações do curso ou instituição e atribuirá novo Conceito de Curso - CC ou Conceito Institucional - CI, considerando todos os indicadores, eixos e dimensões, ressaltando-se os pontos constantes no Protocolo de compromisso e no plano de melhorias apresentado pela IES.

§ 2º Após a realização de avaliação in loco, o processo seguirá para a SERES, quando será emitido parecer final sobre o cumprimento das obrigações assumidas e o pedido de renovação do ato autorizativo solicitado no processo.

§ 3º Não será admitida a celebração de novo Protocolo de compromisso no âmbito do mesmo processo.

Art. 24. O não cumprimento do Protocolo de compromisso, com a obtenção de conceitos insatisfatórios na nova avaliação in loco, bem como a não apresentação de Protocolo de compromisso pela IES no prazo estipulado pela SERES ou a não inserção do termo de cumprimento no Sistema e-MEC, dentro do prazo definido na proposta, ensejará a instauração de procedimento sancionador, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017.

Seção III

Do Procedimento Sancionador

Art. 25. A manutenção das condições que deram causa à instauração do Protocolo de compromisso ou o não atendimento ao padrão decisório estabelecido enseja a instauração de procedimento sancionador, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017, e regulamentação própria, para aplicação das penalidades previstas no art. 10, § 2º, da Lei nº 10.861, de 2004.

§ 1º Os casos em que a análise realizada na fase de parecer final pós-Protocolo de compromisso concluir pela necessidade de aplicação de penalidades serão encaminhados à área competente para a instauração de procedimento sancionador.

§ 2º Adicionalmente à aplicação de penalidades, poderão ser sobrestados os processos regulatórios da IES em trâmite no Sistema e-MEC, em especial o processo de recredenciamento que motiva a solicitação e os processos de autorização, se for o caso.

§ 3º Sempre que possível, o encaminhamento previsto no § 1º será feito em grupos de IES cujos resultados na avaliação pós-Protocolo de compromisso recomendem a aplicação de penalidades similares.

§ 4º A conclusão do processo de supervisão por ato do Secretário da SERES, seja pela decisão de arquivamento ou pela aplicação de penalidades, determinará o fim do sobrestamento e a retomada do fluxo do processo de recredenciamento.

§ 5º Com a retomada do fluxo regulatório, a SERES decidirá sobre o processo, podendo sugerir o recredenciamento das IES por período não superior a 3 (três) anos para faculdades e centros universitários e não superior a 5 (cinco) anos para universidades.

§ 6º No caso de manutenção de conceitos insatisfatórios resultantes de avaliação in loco pós-Protocolo de compromisso, e com base na decisão proferida no âmbito do procedimento sancionador, a Secretaria competente poderá emitir parecer pelo descredenciamento da instituição.

§ 7º No caso de centro universitário, a Secretaria poderá opinar pelo recredenciamento como faculdade, e no caso de universidade, como centro universitário ou faculdade, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017.

§ 8º Da decisão da SERES pela aplicação de penalidade caberá recurso à CNE/CES no prazo previsto na legislação.

§ 9º A CNE/CES decidirá sobre o processo de recredenciamento, sendo vedada a concessão de novo prazo para a adoção de medidas de melhoria, assinatura de novo Protocolo de compromisso ou termo de saneamento de deficiências.

§ 10. O parecer da CNE/CES será homologado pelo Ministro de Estado da Educação.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS AOS PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO OU RECONHECIMENTO DE CURSO

Art. 26. O pedido de autorização ou de reconhecimento de curso deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco;

II - projeto pedagógico do curso - PPC, informando grau, modalidade, número de vagas, turnos, carga horária, programa do curso, metodologias, tecnologias e materiais didáticos, recursos tecnológicos e demais elementos acadêmicos pertinentes, incluindo a consonância da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de EaD ao curso, quando for o caso;

III - relação de docentes e de tutores, quando for o caso, informando a respectiva titulação, carga horária e regime de trabalho; e

IV - comprovante de disponibilidade do imóvel.

§ 1º Para a solicitação de autorização ou reconhecimento, é indispensável que o curso conste no PDI atualizado.

§ 2º O pedido de autorização deverá ser instruído com a relação de docentes para a oferta do curso, contendo as respectivas titulações, regime de trabalho e carga horária, acompanhado dos termos de compromisso firmados com a instituição, observada a compatibilidade com as atividades docentes, considerando a necessidade de preservação da qualidade da prestação do serviço. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 3º O pedido de reconhecimento deverá ser instruído com a relação de docentes efetivamente contratados para oferta do curso, devidamente informados no Sistema e-MEC.

§ 4º Após o protocolo, os documentos serão submetidos à análise da coordenação-geral competente, a qual será responsável por exarar despacho saneador. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 5º Caso os documentos sejam insuficientes à apreciação conclusiva, a coordenação-geral competente poderá instaurar diligência, a qual se prestará unicamente a esclarecer ou sanar os aspectos apontados, concedendo ao requerente prazo máximo de 30 (trinta) dias para resposta. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 6º Nos pedidos de autorização e de reconhecimento, a insuficiência de elementos de instrução que impeça o seu prosseguimento, ou o não atendimento da diligência no prazo estabelecido no § 5º deste artigo ocasionará o arquivamento do processo. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 7º Do despacho de arquivamento caberá recurso ao Diretor competente, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias, cuja decisão será irrecorrível. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

Art. 27. Nos processos de autorização ou reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, o requerente informará se o pedido tem por base o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia vigente, de que trata o art. 101 do Decreto nº 9.235, de 2017, ou se tem caráter experimental, nos termos do art. 81 da Lei nº 9.394, de 1996.

Art. 28. Os pedidos de autorização de cursos de Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, inclusive em universidades e centros universitários, sujeitam-se a tramitação própria, conforme disposto no art. 41 do Decreto nº 9.235, de 2017, e nos termos desta Portaria Normativa.

§ 1º Nos pedidos de autorização e reconhecimento de curso de graduação em Direito, será aberta vista para manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Nos pedidos de autorização de cursos de graduação em Medicina, precedidos de processos de chamamento público, serão observadas as disposições da Lei nº 12.871, de 22 de dezembro de 2013.

§ 3º Nos pedidos de autorização e reconhecimento dos cursos de Medicina não enquadrados no § 2º e nos cursos de Odontologia, Psicologia e Enfermagem, será aberta vista para manifestação do Conselho Nacional de Saúde, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

§ 4º No caso de pedidos de autorização de curso correspondente a profissão regulamentada, após a fase de avaliação externa in loco, será aberto prazo para que o órgão de regulamentação profissional, de âmbito nacional, possa manifestar-se.

§ 5º O prazo previsto nos §§ 1º, 3º e 4º poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a requerimento do Conselho interessado.

§ 6º As manifestações referidas nos §§ 1º, 3º e 4º terão caráter opinativo.

Art. 29. Os cursos oferecidos por instituições autônomas, não sujeitos a autorização, serão informados no Cadastro e-MEC no prazo de 60 (sessenta) dias da aprovação pelo Conselho Superior competente da instituição, acompanhados do respectivo PPC, e receberão código de identificação, que será utilizado no reconhecimento e nas demais funcionalidades do cadastro.

Art. 30. O reconhecimento de curso presencial em um município se estende às unidades educacionais no mesmo município, para registro do diploma ou qualquer outro fim, nos termos do art. 45 do Decreto nº 9.235, de 2017.

§ 1º O disposto no caput não dispensa a necessidade de avaliação in loco em todas as unidades educacionais que se configurem local de oferta do curso.

§ 2º Para fins de aplicação do disposto no caput, os cursos presenciais ofertados em duas ou mais unidades no mesmo município deverão apresentar em comum:

I - denominação e grau;

II - projeto pedagógico do curso - PPC; e

III - núcleo docente estruturante - NDE.

§ 3º Os cursos que cumprirem os requisitos elencados no parágrafo anterior, além da extensão do ato de reconhecimento, serão tratados de forma agrupada para fins de definição do total de vagas, trâmite dos processos regulatórios e realização das avaliações in loco, devendo tal marcação estar evidente no Cadastro e-MEC.

§ 4º Os cursos criados no âmbito da autonomia, para oferta em novo endereço no mesmo município, atendidos os requisitos do § 2º, serão inseridos no Cadastro e-MEC, nos termos do disposto no art. 29 desta Portaria, com o status inicial do curso já existente. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 5º A extensão dos atos, para que se observem as orientações do SINAES para avaliação de cursos, deverá ser seguida da necessidade de avaliação in loco daquele local de oferta quando do próximo ato autorizativo, devendo tal marcação estar evidente para a IES no Cadastro e-MEC.

Art. 31. A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento de curso no período compreendido entre metade do prazo previsto para a integralização de sua carga horária e 75% (setenta e cinco por cento) desse prazo.

Art. 32. Aplicam-se ao processo de reconhecimento, no que couber, as disposições pertinentes ao processo de autorização de curso, nos termos dos Capítulos I e IV desta Portaria, observadas as disposições deste artigo.

§ 1º Nos pedidos de reconhecimento, o não atendimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias, ou caso a insuficiência de elementos de instrução impeça o seu prosseguimento, o processo será encaminhado ao INEP para realização da avaliação in loco com as devidas ressalvas informadas no despacho saneador.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º A avaliação realizada por ocasião do reconhecimento do curso aferirá a permanência das condições informadas por ocasião da autorização, bem como o atendimento satisfatório aos requisitos de qualidade definidos no instrumento de avaliação apropriado.

Art. 33. Nos processos de autorização e reconhecimento, a avaliação in loco será realizada por comissão única de avaliadores, para grupos de cursos do mesmo eixo tecnológico ou da mesma área de conhecimento, quando couber.

Parágrafo único. Em caso de múltiplos endereços, a avaliação in loco poderá ser feita por amostragem, a critério da SERES.

Art. 34. Os pedidos de autorização e reconhecimento seguirão para apreciação da SERES, que analisará os elementos da instrução documental, a avaliação do INEP e o mérito do pedido e preparará seu parecer, com base em padrões decisórios definidos em normativo próprio.

Parágrafo único. No caso de emissão de parecer favorável, a SERES encaminhará para publicação a portaria de autorização ou reconhecimento do curso.

Art. 35. À decisão desfavorável do Secretário da SERES ao pedido de autorização se seguirá a abertura do prazo de 30 (trinta) dias para recurso ao CNE.

Parágrafo único. O recurso referido no caput será julgado, em instância única, pela Câmara de Educação Superior do CNE e sua decisão será irrecorrível, na esfera administrativa, sendo submetida à homologação do Ministro, na forma do art. 15 desta Portaria.

Art. 36. Na hipótese de avaliação insatisfatória nos pedidos de reconhecimento, observar-se-á o disposto nos arts. 21 a 25 desta Portaria.

CAPÍTULO V

DO CICLO AVALIATIVO E DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS AOS PROCESSOS DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS

Art. 37. O ciclo avaliativo compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, nos termos de normativo específico expedido pelo INEP, as quais subsidiam os atos de renovação de reconhecimento.

Art. 38. Em cada ciclo avaliativo, poderá ser prorrogada a validade dos atos de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso em vigor, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017, por meio de processo simplificado, com dispensa de avaliação externa in loco, desde que observados os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - atos autorizativos válidos;

II - indicadores de qualidade satisfatórios;

III - não tenham sido penalizados em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos 2 (dois) anos, a contar da publicação do ato que penalizou o curso; e

IV - inexistência de medida de supervisão em vigor.

§ 1º A SERES publicará, a cada ciclo avaliativo, os parâmetros e procedimentos para a renovação de reconhecimento de cursos, tomando como referência os resultados do ciclo avaliativo divulgados pelo INEP.

§ 2º O processo de renovação de reconhecimento deverá considerar todos os aditamentos realizados ao ato original de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, quando couber.

§ 3º A despeito do cumprimento dos requisitos elencados no caput, dada a especificidade de cada ciclo avaliativo, a SERES poderá estabelecer critérios que determinem a obrigatoriedade de avaliação in loco para a renovação de reconhecimento do curso.

§ 4º Os cursos que não participaram do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE ou não tiveram indicadores no ciclo, bem como aqueles que obtiveram resultados insatisfatórios, serão submetidos à avaliação in loco para terem seus reconhecimentos renovados.

Art. 39. A SERES abrirá de ofício os processos de renovação de reconhecimento dos cursos pertencentes ao ciclo avaliativo, ficando as instituições responsáveis pelo seu preenchimento para conclusão dos respectivos protocolos.

Parágrafo único. Aplicam-se aos processos de renovação de reconhecimento, no que couber, as disposições relativas ao reconhecimento de curso, constantes no Capítulo IV desta Portaria.

Art. 40. Realizada a avaliação in loco, o relatório será disponibilizado pelo INEP e a IES será informada por meio do sistema eletrônico, com a possibilidade de impugná-lo na forma do art. 7º desta Portaria.

Art. 41. A SERES apreciará os elementos da instrução documental, a avaliação do INEP e o mérito do pedido e preparará seu parecer, com base em padrões decisórios definidos em normativo próprio.

Parágrafo único. No caso de emissão de parecer favorável, a SERES encaminhará para publicação a portaria de renovação de reconhecimento do curso.

Art. 42. A obtenção de conceitos insatisfatórios no conjunto ou em uma das dimensões do relatório de avaliação in loco, considerando também os procedimentos e instrumentos diversificados de avaliação do SINAES, ensejará a celebração de Protocolo de compromisso, conforme disposto nos arts. 21 a 24 desta Portaria.

CAPÍTULO VI

DAS MODIFICAÇÕES DO ATO AUTORIZATIVO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 43. As modificações do ato autorizativo originário serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento e integrarão o conjunto de informações da instituição ou do curso bem como serão consideradas por ocasião da renovação do ato autorizativo em vigor.

Parágrafo único. A ampliação da abrangência original do ato autorizativo condiciona-se à comprovação da qualidade da prestação educacional oferecida pela instituição em relação às atividades já autorizadas.

Art. 44. Os seguintes aditamentos dependem de ato prévio expedido pelo MEC:

I - aumento de vagas em cursos de graduação ofertados por IES sem autonomia e para os cursos de Direito e Medicina, inclusive aqueles ofertados por universidades e centros universitários;

II - extinção voluntária de cursos ofertados por IES sem autonomia;

III - unificação de mantidas;

IV - credenciamento de campus fora de sede; e

V - descredenciamento voluntário.

Art. 45. Os seguintes aditamentos independem de ato prévio do MEC, devendo ser informadas à SERES as modificações aprovadas por atos próprios das IES para fins de atualização cadastral, observada a legislação aplicável:

I - mudança de endereço de curso e/ou de IES dentro do mesmo município;

II - inserção de novos endereços dentro do mesmo município;

III - criação de polos de EaD;

IV - mudança de endereço de polo de EaD dentro do mesmo município;

V - extinção de polo de EaD;

VI - vinculação e desvinculação de cursos de EaD a polos;

VII - mudança de denominação de IES;

VIII - mudança de denominação de curso;

IX - aumento de vagas de cursos ofertados por instituições com autonomia, à exceção dos cursos de graduação em Medicina e Direito;

X - redução de vagas;

XI - extinção voluntária de cursos ofertados por instituições com autonomia;

XII - transferência de mantença;

XIII - alteração de regimento ou estatuto da mantida; e

XIV - alteração do PDI.

§ 1º As alterações de que trata o caput deverão ser informadas pela instituição no Sistema e-MEC no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da expedição do ato próprio da IES. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 2º Os itens de que tratam os incisos XIII e XIV serão informados à SERES a partir de funcionalidade a ser disponibilizada no Sistema e-MEC. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

Art. 46. As seguintes alterações não constituem aditamento do ato autorizativo e serão processadas na forma de atualização cadastral, nos termos do art. 12, § 5º, do Decreto nº 9.235, de 2017:

I - remanejamento de vagas já autorizadas entre turnos ou a criação de turno de um mesmo curso;

II - remanejamento de vagas já autorizadas entre polos de EaD, de cursos nessa modalidade; e

III - remanejamento de parte de vagas entre cursos presenciais reconhecidos no mesmo município; e (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

IV - alteração da situação do curso de "em atividade" para "em extinção". (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 1º As alterações de que trata este artigo deverão ser realizadas pela instituição no Sistema e-MEC, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da expedição do ato próprio que aprovou o remanejamento de vagas e, se forem remanejadas todas as vagas, o ato de extinção do curso. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 2º É vedado o remanejamento de vagas entre cursos de denominação, grau e modalidade distintos.

Seção II

Dos Aditamentos que Dependem de Ato do MEC

Art. 47. Os pedidos de aditamento ao ato autorizativo que dependem de ato do MEC devem ser apresentados nos períodos fixados em calendário estabelecido pelo MEC, instruídos com os documentos pertinentes, conforme descritos nos artigos seguintes.

Art. 48. Após o protocolo, os documentos serão submetidos à análise da coordenação-geral competente.

§ 1º Caso os documentos sejam insuficientes à apreciação conclusiva, o órgão poderá determinar ao requerente a realização de diligência no prazo de 30 (trinta) dias, a qual se prestará unicamente a esclarecer ou sanar os aspectos apontados.

§ 2º O não atendimento da diligência no prazo estabelecido ou a insuficiência de elementos de instrução que impeça o prosseguimento processual ocasiona o arquivamento do processo.

§ 3º Do despacho de arquivamento caberá recurso ao Diretor, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias, cuja decisão será irrecorrível.

Art. 49. A critério da SERES, nos processos de aditamento, poderá ser determinada a realização de avaliação in loco para complementação da instrução processual.

Art. 50. Concluída a instrução processual, a SERES analisará os elementos do processo e emitirá seu parecer, publicando sua decisão.

§ 1º À decisão desfavorável ao pedido de aditamento de ato autorizativo de curso ou de IES se seguirá a abertura do prazo de 30 (trinta) dias para recurso ao CNE.

§ 2º O recurso das decisões denegatórias de aditamento do ato autorizativo de curso ou de IES será julgado, em instância única, pela Câmara de Educação Superior do CNE e sua decisão será irrecorrível, na esfera administrativa, sendo submetida à homologação do Ministro, na forma do art. 15 desta Portaria.

§ 3º Mantido o entendimento desfavorável pela CNE/CES, com a homologação ministerial, a decisão importará o indeferimento do pedido de aditamento ao ato autorizativo do curso ou da IES.

§ 4º Caso a CNE/CES dê provimento ao recurso, com a homologação ministerial, a SERES deverá publicar a portaria de aditamento ao ato autorizativo correspondente, quando for o caso.

Art. 50-A. As faculdades com conceito institucional máximo nas duas últimas avaliações, independentemente das modalidades, que ofertem pelo menos um curso de pós-graduação stricto sensu reconhecido pelo MEC e que não tenham sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos 2 (dois) anos, contados da data de publicação do ato que a penalizou, poderão receber a atribuição de registrar seus próprios diplomas de graduação, observado o seguinte procedimento: (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 1º As faculdades deverão apresentar pedido de atribuição de prerrogativa de registro de diplomas de graduação ao MEC, a partir do encaminhamento de ofício acompanhado da documentação que comprove as condições previstas no caput. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 2º A prerrogativa de autonomia concedida nos termos do presente artigo será objeto de análise no âmbito do respectivo processo de recredenciamento. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 3º As Instituições citadas no caput perderão a atribuição de registrar seus próprios diplomas de graduação nas seguintes hipóteses: (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

I - obtenção de conceito inferior em avaliação institucional subsequente; (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

II - perda do reconhecimento do curso de pós-graduação stricto sensu pelo MEC; ou (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

III - ocorrência de penalização em processo administrativo de supervisão. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 4º A perda da atribuição da prerrogativa de registro de diplomas em decorrência da hipótese do inciso I do § 3º se dará a partir da decisão final do MEC no respectivo processo de recredenciamento, observado o § 1º do art. 11 do Decreto nº 9.235, de 2017. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 5º A perda da atribuição da prerrogativa de registro de diplomas em decorrência da hipótese do inciso II do § 3º se dará a qualquer momento, a partir da revogação do aditamento ao ato de recredenciamento que concedeu a prerrogativa. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 6º A perda da atribuição da prerrogativa de registro de diplomas em decorrência da hipótese do inciso III do § 3º se dará a qualquer momento, a partir da expedição de ato da SERES no processo administrativo de supervisão. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 7º O registro de diplomas por faculdades que tenham incorrido nas hipóteses previstas nos §§ 3º, 4º e 5º, é considerado irregularidade administrativa e ensejará a abertura de processo administrativo de supervisão pela SERES, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017, podendo ser objeto de medida cautelar de suspensão imediata das atribuições da prerrogativa prevista neste artigo. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

Subseção I

Das Disposições Específicas aos Pedidos de Aumento de Vagas

Art. 51. Entende-se por aumento de vagas a majoração do número de vagas autorizadas de um curso de graduação em atividade.

§ 1º Os pedidos de aumento de vagas deverão ser apresentados para os cursos ofertados por IES sem autonomia e para os cursos de graduação em Direito e Medicina, inclusive aqueles ofertados por universidades e centros universitários, observado o calendário regulatório.

§ 2º Os pedidos mencionados no parágrafo anterior serão processados independentemente dos processos de reconhecimento ou renovação de reconhecimento mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco, em conformidade com o padrão decisório previsto em normativo específico a ser expedido pela SERES.

Art. 52. Até que haja implantação de funcionalidade no Sistema e-MEC, os pedidos de aumento de vagas devem ser protocolados por meio de ofício endereçado à SERES, juntamente com as seguintes informações e documentos:

I - nome, grau, modalidade e código do curso;

II - nome e código da IES;

III - quantidade de vagas que se pretende aumentar;

IV - cópia da decisão do órgão competente da IES que tenha decidido pelo aumento do número de vagas; e

V - comprovação da demanda social pelo curso, por meio da demonstração de que a relação candidato/vaga nos processos seletivos realizados nos 2 (dois) últimos anos foi maior que 1 (um,) ou que justifique a abertura de turmas em novos polos de EaD.

§ 1º Em caso de alteração de qualquer dos elementos de instrução do pedido de aumento de vagas elencados no caput, a SERES arquivará o processo e a requerente deverá protocolar novo pedido, devidamente atualizado, observado o prazo do calendário regulatório.

§ 2º Nos processos de aumento de vagas do curso de Medicina, a SERES solicitará ao Ministério da Saúde informações relativas à estrutura de equipamentos públicos, cenários de atenção na rede e programas de saúde disponíveis no município, região de saúde na qual se insere o município de oferta do curso e regiões de saúde de proximidade geográfica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º Nos processos de aumento de vagas do curso de Medicina, poderão ser instituídos procedimentos de monitoramento, com a finalidade de verificar in loco as condições para o aumento de vagas pleiteado.

Art. 53. O protocolo de novo pedido de aumento de vagas dentro do prazo do calendário regulatório e antes do término da análise do pedido em tramitação implica arquivamento do pedido anterior sem análise de mérito.

Art. 54. As IES que já tenham obtido deferimento ou deferimento parcial da SERES em pedido de aumento de vagas em determinado curso somente poderão apresentar novo pedido de aumento de vagas para este mesmo curso após a divulgação de novo resultado de avaliação realizada no âmbito do SINAES.

Parágrafo único. Será arquivado de ofício o pedido de aumento de vagas apresentado sem a observância do disposto neste artigo.

Art. 55. Nas hipóteses de deferimento parcial ou indeferimento do pedido de aumento de vagas, caberá recurso ao CNE, no prazo de 30 (trinta) dias, respeitado o número máximo de vagas do pedido originário.

Art. 56. A impossibilidade de identificação precisa de curso cujo número de vagas se pretende aumentar, ou o protocolo de pedido de extinção desse curso, implica arquivamento do pedido de aumento de vagas sem análise de mérito.

Art. 57. Concluída a instrução processual, a SERES apreciará o pedido e emitirá seu parecer, publicando sua decisão.

Subseção II

Das disposições Específicas aos Pedidos de Extinção de Cursos

Art. 58. A extinção de curso consiste no encerramento da oferta de determinado curso de graduação.

Parágrafo único. A extinção de cursos por instituições sem autonomia universitária deve ser autorizada pela SERES por meio de aditamento ao ato de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento.

Art. 59. O pedido de extinção de curso somente poderá ser protocolado mediante a comprovação, por meio de termo de responsabilidade, conforme modelo disponibilizado pela SERES, assinado pelo dirigente máximo da IES, com firma reconhecida, atestando o encerramento da oferta, a inexistência de pendências acadêmicas de estudantes, a emissão de todos os diplomas e certificados, ou a transferência de alunos, conforme o caso, bem como a organização do acervo acadêmico, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017.

§ 1º Até que haja implantação de fluxo específico no Sistema e-MEC, as IES devem apresentar o pedido de extinção de curso por meio de ofício dirigido à SERES, devidamente protocolado, acompanhado das seguintes informações e documentos:

I - nome, grau, modalidade e código do curso;

II - cópia da decisão do órgão competente da IES que tenha decidido pela extinção do curso;

III - ausência de registro no Sistema e-MEC de alunos vinculados aos programas federais associados ao MEC;

IV - cópia do último edital de processo seletivo da instituição; e

V - termo de responsabilidade assinado pelo dirigente máximo da instituição, com firma reconhecida, com os seguintes compromissos:

a) guarda do acervo acadêmico do curso a ser extinto, ao longo de todo o período de funcionamento da instituição; e

b) suspensão de todos os processos seletivos do curso em processo de extinção, vedando qualquer nova entrada de estudantes no curso, inclusive por transferência.

§ 2º Com o protocolo do pedido de extinção, o status de funcionamento do curso no Cadastro e-MEC será alterado para "em extinção".

§ 3º Será arquivado de ofício o pedido de extinção de curso apresentado sem a observância do disposto neste artigo.

§ 4º A solicitação de extinção de curso também poderá ser realizada no âmbito de processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento em tramitação, desde que presentes os documentos acima elencados.

Art. 60. Uma vez que o processo esteja devidamente instruído com a documentação exigida e sendo constatada a ausência de alunos no curso, a SERES decidirá o pedido e, para as IES sem autonomia, publicará a portaria de extinção voluntária do curso, oportunidade em que o curso será reconhecido ou terá seu reconhecimento renovado para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, se for o caso.

Art. 61. Após a publicação da portaria de extinção do curso, o setor competente providenciará a alteração do status de funcionamento do curso para "extinto" no Cadastro e-MEC.

Parágrafo único. Uma vez extinto o curso, não será admitida alteração no seu status de funcionamento, devendo a IES apresentar pedido de autorização de curso, na hipótese de nova oferta, que tramitará nos termos previstos nesta Portaria.

Subseção III

Das Disposições Específicas à Unificação de Mantidas

Art. 62. Entende-se por unificação de mantidas a fusão entre duas ou mais IES mantidas por uma mesma mantenedora e sediadas no mesmo município.

Art. 63. O pedido de unificação de mantidas deverá ser instruído no Sistema e-MEC, contendo o PDI e o regimento vigentes da IES incorporadora, já com as adaptações necessárias pós-unificação.

Art. 64. A análise será concluída com a publicação de portaria do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior de deferimento do registro administrativo da unificação de mantidas e gerará a extinção da(s) IES incorporada(s) no cadastro do Sistema e-MEC.

Art. 65. A instituição de educação superior resultante da unificação poderá herdar a denominação da incorporadora ou receber uma nova denominação, desde que tal alteração seja devidamente comunicada por ocasião do protocolo do Processo e-MEC, e desde que a denominação proposta esteja em conformidade com os termos desta Portaria Normativa.

Art. 66. O limite territorial de atuação da IES resultante da unificação permanecerá inalterado, devendo estar especificado no PDI e no regimento apresentados por ocasião do protocolo do processo no Sistema e-MEC.

Art. 67. Com a unificação, os cursos das IES unificadas continuarão a ser ofertados conforme previsto em seus respectivos atos autorizativos.

§ 1º A eventual alteração de endereço de oferta de curso(s) deverá ser processada na forma de aditamento ao ato autorizativo do(s) curso(s), nos termos desta Portaria Normativa.

§ 2º Eventuais ajustes na oferta de vagas poderão ser processados na forma de aditamento ao ato autorizativo, ou por iniciativa da SERES, nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos em trâmite.

§ 3º Os cursos de mesma denominação e grau, ofertados no mesmo endereço pelas IES unificadas, serão unificados com a soma das vagas previstas nos respectivos atos autorizativos.

Art. 68. Por ocasião do deferimento do pedido de unificação de mantidas, os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso(s) da(s) IES incorporada(s), que estiverem em tramitação no Sistema e-MEC, seguirão seu trâmite em nome da instituição resultante da unificação.

Art. 69. O deferimento do processo de unificação de mantidas acarreta o arquivamento dos processos de recredenciamento em nome da IES incorporadora e da(s) IES incorporada(s) que estejam em trâmite no Sistema e-MEC, devendo a instituição de ensino superior resultante da unificação protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do Sistema e-MEC, a contar da data de publicação da portaria de unificação.

§ 1º Em caso de existência de processo de recredenciamento protocolado no Sistema e-MEC em nome da IES incorporadora, desde que esteja em fase anterior à avaliação in loco, este seguirá seu trâmite normal, de modo que a avaliação ocorra já no contexto da unificação.

§ 2º O prazo de vigência do ato institucional será mantido, sendo desnecessário o protocolo de pedido de recredenciamento, no caso de a IES incorporadora possuir ato de recredenciamento com avaliação in loco realizada em prazo não superior há 1 (um) ano, contado da publicação da portaria de unificação de mantidas.

Art. 70. As universidades e centros universitários poderão pleitear unificação de mantidas para instituições da mesma mantenedora e com sede em município diverso da abrangência geográfica do ato de credenciamento em vigor, desde que no mesmo estado, nos termos do art. 34 do Decreto nº 9.235, de 2017. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

Subseção IV

Das Disposições Específicas ao Credenciamento de Campus Fora de Sede

Art. 71. Entende-se por campus fora de sede a unidade acadêmica de universidade ou de centro universitário que integra o conjunto da instituição, situada em município diverso da sede da IES, na mesma unidade federativa.

Parágrafo único. Os pedidos de credenciamento de campus fora de sede observarão o disposto no art. 31 do Decreto nº 9.235, de 2017, e nesta Portaria.

Art. 72. As universidades poderão solicitar credenciamento de campus fora de sede desde que atendam aos seguintes critérios:

I - CI maior ou igual a 4 (quatro) na última avaliação externa in loco prevista no § 2º do art. 3º da Lei nº 10.861, de 2004;

II - 1/3 (um terço) do corpo docente contratado em regime de tempo integral;

III - 1/3 (um terço) do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

IV - mínimo de 60 (sessenta) por cento dos cursos de graduação reconhecidos com conceito satisfatório obtido na avaliação externa in loco ou em processo de reconhecimento devidamente protocolado no prazo regular;

V - programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;

VI - programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, podendo também oferecer programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;

VII - oferta regular de 4 (quatro) cursos de mestrado e 2 (dois) cursos de doutorado reconhecidos pelo MEC; e

VIII - não ter sido penalizada em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos 2 (dois) anos, a contar da publicação do ato que penalizou a IES.

§ 1º Os campi fora de sede das universidades poderão gozar de prerrogativa de autonomia desde que, cumulativamente, atenda aos requisitos previstos nos incisos I, II e III. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 2º A concessão de prerrogativas de autonomia aos campi fora de sede das universidades já credenciados, nos termos do art. 32 do Decreto nº 9.235, de 2017, será analisada no âmbito do processo de recredenciamento, a pedido da IES, e deverá atender, cumulativamente, aos requisitos previstos nos incisos I, II e III. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

Art. 73. Os centros universitários poderão solicitar credenciamento de campus fora de sede desde que atendam aos seguintes critérios:

I - CI maior ou igual a 4 (quatro) no momento do protocolo do pedido; (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

II - 1/5 (um quinto) do corpo docente contratado em regime de tempo integral;

III - 1/3 (um terço) do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

IV - mínimo de 8 (oito) cursos de graduação reconhecidos e com conceito satisfatório obtido na avaliação externa in loco;

V - programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;

VI - programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, podendo também oferecer programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;

VII - resultado maior ou igual a 4 (quatro) na avaliação externa in loco do campus fora de sede; e (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

VIII - não ter sido penalizada em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos 2 (dois) anos, a contar da publicação do ato que penalizou a IES.

Parágrafo único. Os campi fora de sede dos centros universitários não gozarão de prerrogativas de autonomia.

Art. 74. O pedido de credenciamento de campus fora de sede será instruído no Sistema e-MEC, de acordo com as disposições processuais que regem o pedido de credenciamento institucional, devendo conter os seguintes documentos:

I - alteração do PDI, relativa à ampliação da área de abrangência, com indicação dos cursos previstos para o novo campus; e

II - comprovante de recolhimento da taxa de avaliação.

§ 1º O pedido de credenciamento de campus fora de sede deve ser acompanhado do pedido de autorização de pelo menos 1 (um) curso e de no máximo 5 (cinco) cursos de graduação.

§ 2º O limite máximo de pedidos estabelecido no parágrafo anterior não se aplica aos cursos de licenciatura.

§ 3º A oferta de curso fora de sede em unidade credenciada sem regime de autonomia depende de autorização específica.

§ 4º O pedido só será deferido se o campus fora de sede obtiver CI maior ou igual a 4 (quatro) na avaliação externa in loco prevista no § 2º do art. 3º da Lei nº 10.861, de 2004.

Subseção V

Das Disposições Específicas ao Descredenciamento Voluntário

Art. 75. O pedido de descredenciamento voluntário de IES, acompanhado da extinção de todos os seus cursos, tramitará como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento e será processado mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco apontada pela SERES, após a apreciação dos documentos.

Parágrafo único. Até que haja implantação de funcionalidade no Sistema e-MEC, os pedidos de descredenciamento voluntário da IES e respectiva extinção voluntária de cursos superiores de graduação devem ser formulados pela mantenedora e protocolados em meio físico, junto à SERES.

Art. 76. O pedido de descredenciamento voluntário de instituição somente poderá ser protocolado mediante a comprovação do encerramento da oferta de todos os cursos, da inexistência de pendências acadêmicas de estudantes, da emissão de todos os diplomas e certificados ou da transferência de alunos, conforme o caso, bem como da organização do acervo acadêmico, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017, e de norma específica expedida pela SERES.

Parágrafo único. O acervo acadêmico da IES deverá estar organizado e em condições adequadas de conservação, conforme estabelecido em normativo específico expedido pela SERES.

Art. 77. O pedido de aditamento para descredenciamento voluntário de IES será instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento de descredenciamento voluntário, formalizado pelo dirigente da mantenedora da IES;

II - cópia do último edital de processo seletivo dos cursos da instituição; e

III - declaração assinada pelo dirigente máximo da IES, com firma reconhecida, nos termos de modelo a ser disponibilizado pela SERES, firmando os seguintes compromissos:

a) responsabilização pela guarda do acervo documental de estudantes, de cursos e da IES até a finalização do processo, bem como pela entrega do acervo, organizado na forma disciplinada em normativo específico expedido pela SERES, à IES sucessora;

b) indicação de IES sucessora para entrega do acervo acadêmico, com apresentação de termo de aceite firmado por seu representante legal; e

c) comprovação de encerramento ou inexistência de pendências junto a programas do MEC vinculados aos cursos, tais como o Financiamento Estudantil - FIES e o Programa Universidade para Todos - PROUNI.

Parágrafo único. A IES sucessora indicada deverá ser, preferencialmente, pertencente à mesma mantenedora ou à mantenedora que tenha sócios majoritários em comum, se for o caso.

Art. 78. Após o protocolo e a análise sumária da documentação, a SERES promoverá a instauração de processo administrativo de descredenciamento voluntário de IES.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 79. Instaurado o processo administrativo, os documentos apresentados serão submetidos à análise de setor competente da SERES.

§ 1º A análise do pedido de descredenciamento voluntário considerará todos os processos regulatórios e de supervisão relativos à IES ou aos cursos. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 2º Caso os documentos sejam omissos ou insuficientes à apreciação conclusiva, o órgão poderá determinar ao requerente a realização de diligência, a qual se prestará unicamente a esclarecer ou sanar o aspecto apontado.

§ 3º A diligência deverá ser atendida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento do processo.

§ 4º O atendimento à diligência restabelece imediatamente o fluxo do processo.

§ 5º O não atendimento da diligência no prazo ocasiona o arquivamento do processo.

§ 6º Nos casos de arquivamento do processo por não atendimento da diligência ou quando verificada grave inconsistência de dados ou ausência de informações, a documentação apresentada será remetida ao setor responsável pela supervisão da educação superior para instauração do devido processo administrativo e, se for o caso, determinação das medidas cautelares pertinentes.

§ 7º Em qualquer fase do processo, pode ser realizada avaliação externa in loco visando à instrução complementar de informações, bem como pode ser aplicada medida cautelar à vista de irregularidades evidentes.

Art. 80. Concluída a análise dos documentos, atendidos todos os requisitos elencados no art. 77, a SERES emitirá parecer acerca do pedido de descredenciamento voluntário da IES, apontando os cursos a serem extintos e a IES sucessora para receber o acervo acadêmico institucional.

Parágrafo único. (Revogado pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

Art. 81. Após parecer final da SERES, o processo será encaminhado à Câmara de Educação Superior do CNE, que emitirá parecer acerca do descredenciamento voluntário da IES e da extinção de todos os cursos.

Parágrafo único. Após emissão de parecer pelo CNE, o processo será encaminhado ao Ministro de Estado da Educação para sua homologação e publicação do ato autorizativo de descredenciamento e extinção dos cursos.

Art. 82. Publicada a portaria referida no artigo anterior, a SERES promoverá a alteração no Cadastro e-MEC da situação do(s) curso(s) para "extinto" e da IES para "descredenciada".

Seção III

Das Atualizações Cadastrais

Art. 83. Os aditamentos aos atos autorizativos que não dependem de ato prévio do MEC, bem como as alterações que não constituem aditamento, elencados nos arts. 45 e 46 desta Portaria, serão processados mediante atualização cadastral, a qualquer tempo, e serão apreciadas com o conjunto das informações pertinentes ao curso ou instituição por ocasião da renovação do ato autorizativo em vigor.

§ 1º As atualizações cadastrais devem ser solicitadas ao MEC no prazo de 60 (sessenta) dias, após a aprovação das alterações pelo órgão competente da IES.

§ 2º Até que haja implantação de funcionalidade no Sistema Eletrônico de acompanhamento dos processos do MEC - Sistema e-MEC, os pedidos de atualização cadastral devem ser protocolados em meio físico, junto à SERES, acompanhados de cópia da decisão do órgão competente da IES que aprovou as alterações. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 3º O pedido de atualização cadastral deverá estar em conformidade com a legislação vigente e normativos específicos, quando for o caso, e poderá estar sujeito à validação pela SERES antes da efetivação da alteração no Sistema e-MEC.

Art. 84. Após a alteração cadastral, a IES deve informá-la imediatamente ao público, em local de fácil acesso, inclusive no sítio eletrônico oficial da instituição.

Art. 85. A SERES analisará a adequação das alterações cadastrais nos respectivos processos de recredenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento, sem prejuízo de ações de monitoramento a serem estabelecidas pela Diretoria de Supervisão da Educação Superior da SERES.

Subseção I

Do Remanejamento de Parte de Vagas de Cursos para Outros Endereços no Mesmo Município

Art. 86. As IES poderão remanejar parte das vagas de seus cursos presenciais, de mesma denominação e grau, para outros endereços dentro do mesmo município, valendo-se dos atos regulatórios do curso já expedidos, observado o disposto no art. 46 desta Portaria.

§ 1º Os remanejamentos de que trata o caput deverão ser comunicados à SERES no prazo de 60 (sessenta) dias, para fins de atualização cadastral.

§ 2º A realização de remanejamento de vagas enseja a necessidade de avaliação in loco quando do próximo ato autorizativo, devendo tal marcação estar evidente para a IES no Cadastro e-MEC.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos cursos de graduação em Medicina e Direito. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

Subseção II

Da Alteração de Endereço de Curso e/ou de IES

Art. 87. As IES poderão promover alteração de endereços de funcionamento de cursos presenciais e da sede da instituição, desde que no mesmo município.

§ 1º As alterações de endereços no Cadastro e-MEC poderão ser processadas como mudança, inserção ou exclusão de endereços.

§ 2º Excepcionalmente, considerando o interesse da Administração Pública, ouvida a SESu ou a SETEC, a SERES poderá adotar procedimentos específicos nos casos de alteração de endereço de funcionamento de instituições públicas federais.

Art. 88. As alterações devem ser informadas ao MEC no prazo estabelecido no art. 83, § 1º, desta Portaria, acompanhadas do ato interno que respaldou a alteração de endereço.

Parágrafo único. Em caso de endereço ainda não constante do Cadastro e-MEC, a IES deverá encaminhar documento que comprova a disponibilidade do imóvel onde se darão as atividades educacionais, em nome da mantenedora.

Art. 89. A alteração de endereço de funcionamento de curso implica a obrigatoriedade de avaliação in loco para a emissão do próximo ato regulatório, oportunidade em que o novo local de oferta será avaliado pelo MEC.

Subseção III

Da Alteração de Denominação de IES

Art. 90. A alteração de denominação de mantida deverá ser comunicada ao MEC para fins de alteração do Cadastro e-MEC de instituições e cursos de educação superior.

Art. 91. A denominação da mantida deverá ser compatível com o estatuto ou regimento e com a atuação e organização acadêmica, sendo vedados:

I - o emprego da partícula "uni" para a organização acadêmica de faculdades, inclusive em siglas;

II - a utilização de sigla cuja formação não constitua a síntese de letras ou sílabas iniciais da própria denominação ou de nome fantasia que não corresponda à denominação da IES; e

III - a duplicidade de denominação em relação a outra IES com sede na mesma Unidade da Federação.

Subseção IV

Da Alteração de Denominação de Curso

Art. 92. A alteração de denominação de curso poderá ser realizada desde que o PPC seja compatível com a denominação proposta, no que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais, para bacharelados e licenciaturas, ou ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, para os cursos superiores de tecnologia.

§ 1º Não será permitida a alteração de grau e modalidade do curso.

§ 2º A alteração cadastral de que trata o caput será realizada conforme disposto no § 1º do art. 83 desta Portaria.

Art. 93. Para os cursos que não disponham de diretrizes curriculares nacionais específicas para a denominação pretendida ou não estejam previstos no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, as alterações ensejam a necessidade de avaliação in loco quando do próximo ato autorizativo, devendo tal marcação estar evidente para a IES no Cadastro e-MEC. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

Subseção V

Da Extinção Voluntária de Cursos Ofertados por Instituições com Autonomia

Art. 94. As IES detentoras de prerrogativas de autonomia podem, por ato próprio, extinguir seus cursos de graduação, à exceção daqueles mencionados no art. 41 do Decreto nº 9.235, de 2017, nos termos do disposto na Subseção II da Seção II deste Capítulo da Portaria, para validação da SERES.

Parágrafo único. Se for o caso, a SERES publicará a Portaria de reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso, para fins exclusivos de emissão e registro de diplomas, e registrará o encerramento voluntário da oferta do curso.

Subseção VI

Da Transferência de Mantença

Art. 95. Entende-se por transferência de mantença a alteração de mantenedora da IES, com mudança de CNPJ, bem como a alteração de controle societário ou do negócio jurídico que altera o poder decisório sobre a mantenedora, e será processada nos termos dos arts. 35 a 38 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 96. A alteração da mantença deverá ser comunicada ao MEC por meio do Sistema e-MEC no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do instrumento jurídico que dá base à transferência, acompanhada dos seguintes documentos:

I - instrumentos jurídicos que dão base à transferência de mantença, devidamente averbados pelos órgãos competentes; e

II - termo de responsabilidade assinado pelos representantes legais das mantenedoras adquirente e cedente, conforme modelo a ser disponibilizado pela SERES.

Art. 97. Após a efetivação da alteração de mantença, as novas condições de oferta da instituição serão analisadas no processo de recredenciamento institucional.

§ 1º Caso a mantenedora adquirente já possua IES mantida regularmente credenciada pelo MEC, o recredenciamento se dará no período previsto no ato autorizativo vigente da instituição transferida quando da transferência de mantença.

§ 2º Caso a mantenedora adquirente não possua IES mantida regularmente credenciada pelo MEC, a instituição deverá protocolar pedido de recredenciamento no prazo de 1 (um) ano após a efetivação da transferência de mantença.

Art. 98. São vedadas:

I - a transferência de cursos entre IES;

II - a divisão de mantidas;

III - a unificação de mantidas de mantenedoras distintas;

IV - a divisão de cursos de uma mesma mantida; e

V - a transferência de mantença de IES que esteja em processo de descredenciamento voluntário ou decorrente de procedimento sancionador, ou em relação a qual seja constatada a ausência de oferta efetiva de aulas por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo único. As hipóteses previstas no caput caracterizarão irregularidade administrativa, nos termos do disposto no Decreto nº 9.235, de 2017.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 99. A instituição deverá afixar, em local visível, junto à secretaria acadêmica, as condições de oferta do curso, informando especificamente:

I - o ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União, observado o regime de autonomia, quando for o caso;

II - os dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;

III - a relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;

IV - a matriz curricular de todos os períodos do curso;

V - os resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver; e

VI - o valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional.

§ 1º A instituição manterá, em página eletrônica própria e também na secretaria acadêmica, para consulta dos alunos ou interessados, o registro oficial devidamente atualizado das informações referidas no caput, além dos seguintes elementos: (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

I - íntegra do PPC, com componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;

II - conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o estatuto ou regimento;

III - descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, físico, virtual ou ambos, relacionada à área do curso, inclusive sobre o compartilhamento com outros cursos, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;

IV - descrição da infraestrutura física e virtual destinada ao curso, inclusive sobre o compartilhamento com outros cursos, quais sejam: laboratórios, equipamentos instalados, infraestrutura de informática e redes de informação;

V - relação de polos de EaD, com seus respectivos atos de criação, cursos e vagas ofertados, em conformidade com as informações constantes do Cadastro e-MEC, e a descrição da capacidade de atendimento da comunidade acadêmica, da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, com comprovação por meio de fotos e vídeos; e

VI - relação dos ambientes profissionais, quando for o caso, com indicação dos cursos que os utilizam, explicitada a articulação com a sede e os polos EaD.

§ 2º O edital de abertura do vestibular ou processo seletivo do curso, a ser publicado no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da seleção, deverá conter pelo menos as seguintes informações: (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

I - denominação, grau e modalidade de cada curso abrangido pelo processo seletivo;

II - ato autorizativo de cada curso, informando a data de publicação no DOU, observado o regime da autonomia, quando for o caso;

III - número de vagas autorizadas, por turno de funcionamento ou por polo de EaD, de cada curso, observado o regime da autonomia, quando for o caso;

IV - número de alunos por turma;

V - local de funcionamento de cada curso constante no Cadastro e-MEC;

VI - normas de acesso; e

VII - prazo de validade do processo seletivo.

§ 3º As IES detentoras de prerrogativas de autonomia, bem como as faculdades que receberem prerrogativa para o registro de seus diplomas, determinarão o fluxo do respectivo processo de registro, dentro dos limites de sua autonomia e desde que observada a legislação vigente. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

§ 4º A expedição e o registro do diploma e do histórico escolar final consideram-se incluídos nos serviços educacionais prestados pela instituição, não ensejando a cobrança de qualquer valor, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especiais, por opção do aluno. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

Art. 100. O polo de EaD é a unidade descentralizada da instituição de educação superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância.

§ 1º Os polos de EaD deverão manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos dos cursos ou de desenvolvimento da instituição de ensino.

§ 2º É vedada a oferta de cursos superiores presenciais em instalações de polo de EaD, bem como a oferta de cursos desta modalidade em locais que não estejam previstos nos termos da legislação vigente.

§ 3º A oferta de atividades presenciais em cursos de EaD deve observar o limite máximo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso, ressalvadas a carga horária referente ao estágio obrigatório e as especificidades previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 101. Os cursos cujos pedidos de reconhecimento tenham sido protocolados dentro do prazo e não tenham sido concluídos até a data de conclusão da primeira turma consideram-se reconhecidos, exclusivamente para fins de expedição e registro de diplomas.

Parágrafo único. A instituição poderá se utilizar da prerrogativa prevista no caput enquanto não for proferida a decisão definitiva no processo de reconhecimento, tendo como referencial a avaliação externa in loco.

Art. 102. Os processos referentes à modalidade presencial em tramitação na fase de avaliação pelo INEP em 31 de outubro de 2017, cuja avaliação in loco ainda não tenha sido realizada, poderão ser submetidos à avaliação pelo instrumento vigente na data do ingresso do processo na referida fase ou pelos novos instrumentos de avaliação, de acordo com a opção indicada pela IES interessada, conforme procedimento a ser definido pelo INEP.

Art. 103. A SERES editará normativo específico dispondo acerca do padrão decisório para a análise dos processos previstos nesta Portaria.

Art. 104. O Sistema e-MEC será progressivamente adaptado às normas desta Portaria à medida da conclusão e comprovação da segurança de cada um de seus módulos, com base em critérios técnicos próprios da tecnologia da informação.

Parágrafo único. Na hipótese de reestruturação de órgãos do MEC que não afete substancialmente o fluxo de processos disciplinados nesta Portaria, as menções a Secretarias e suas Diretorias deverão ser aplicadas em relação a órgãos equivalentes que venham a desempenhar as suas funções.

Art. 105. Revogam-se, ressalvados os efeitos jurídicos já produzidos, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010; a Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, que dispõe sobre procedimentos para transferência de mantença de IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, por meio de aditamento de atos autorizativos; a Portaria Normativa nº 23, de 20 de dezembro de 2016, que altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 2007, republicada em 2010, para efeitos imediatos nos processos de cálculo e divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, a partir da edição de 2015; a Portaria Normativa nº 24, de 3 de dezembro de 2012, que altera a Portaria Normativa nº 40, de 2007, republicada em 2010; e a Portaria Normativa nº 10, de 18 de maio de 2017, que altera o inciso IV do art. 57 da Portaria Normativa nº 40, de 2007, e dá outras providências.

Art. 106. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

(*) Republicada para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União nº 245, de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 35 a 40.

DESPACHO DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação homologa o Parecer CNE/CES nº 20/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 135, de 16 de junho de 2016, que aplicou, cautelarmente, dentre outras medidas, o sobrestamento de processos regulatórios do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP, com sede no município de Pesqueira, no estado de Pernambuco, mantido pela Sociedade de Educação, Cultura e Esportes de Pesqueira Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23000.041215/2017-32.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

RETIFICAÇÃO

A Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, republicada no Diário Oficial da União nº169, de 31 de agosto de 2018, Seção 1, páginas 51 a 55, passa a vigorar com as seguintes alterações, permanecendo inalteradas as demais disposições:

Onde se lê:

"Art. 68. Ficam revogadas a Portaria Normativa MEC nº 19, de 13 de dezembro de 2017, e a Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018".

Leia-se:

"Art. 68. Fica revogada a Portaria Normativa MEC nº 19, de 13 de dezembro de 2017".

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro de Estado da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA N° 1.862, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

I - DELEGAR competência ao (à) ocupante do cargo de Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional para, na condição de proponente e no âmbito da Universidade Federal do Amazonas, apreciar e autorizar a concessão de diárias e passagens na forma da legislação vigente.

II - DETERMINAR que o (a) ocupante do cargo de Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, observe e faça observar as exigências procedimentais e normativas necessárias à legalidade dos atos praticados nesta delegação, sob pena de responsabilidade, isolada ou solidária, por atos omissivos ou comissivos na forma da lei.

III - VEDAR a subdelegação da competência atribuída por esta Portaria.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PORTARIA Nº 1.071, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

RETIFICAR a Portaria nº 1048 emitida no dia 29 de agosto de 2018, referente à prorrogação do prazo de validade de Processo Seletivo Simplificado, conforme abaixo:

Onde se lê:

(...)Edital nº 208/2017 de 22/06/2017, publicado no DOU de 26/06/2017(...)

Leia-se:

(...)Edital nº 230/2017 de 19/07/2017, publicado no DOU de 20/07/2017(...)

MARCO ANTONIO FONTOURA HANSEN

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.475, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em conformidade com o Decreto Ministerial de 09 de julho de 2014, publicado no DOU de 10 de julho de 2014 e Resolução nº 32/2014/CS/IFS, resolve:

Art. 1º Atribuir a função gratificada, código FG-01, ao encargo de Ouvidor da Reitoria - OUV/Reitoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

RETIFICAÇÃO

Retificar os artigos 21 e 22 da Portaria nº 447, de 24 de maio de 2017, publicada no D.O.U nº 99, de 25 de maio de 2017, Seção 1, página 21, que estabelece diretrizes para o planejamento e a operacionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2017,

nos seguintes termos:

artigo 21:

Onde se lê: "Até agosto de 2018..."

Leia-se: "Até setembro de 2018..."

artigo 22:

Onde se lê: "Até agosto de 2018..."

Leia-se: "Até novembro de 2018..."

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHO Nº 59, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido no Despacho nº 48, de 22 de junho de 2018 para cadastramento de usuário e inserção, no módulo de monitoramento do SisCebas-Educação, de dados referentes ao relatório anual do CEBAS.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando o art. 24 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, determina a prorrogação do prazo previsto no Despacho nº 48, de 22 de junho de 2018, para cadastramento de usuário e inserção, no módulo de monitoramento do SisCebas-educação, disponível no endereço: http://siscebas.mec.gov.br/, dos dados referentes ao relatório anual do CEBAS, conforme quadro a seguir:

AÇÕES	PRAZO
Cadastramento de usuário e obtenção de senha para acesso e inserção, no novo cadastro do SisCebas-Educação, dos dados da entidade mantenedora e das respectivas instituições mantidas.	14/05/2018 a 30/11/2018
Inserção, no módulo de monitoramento do SisCebas-Educação, dos dados referentes ao relatório anual do exercício de 2017.	01/07/2018 a 30/11/2018
Inserção, no módulo de monitoramento do SisCebas-Educação, dos dados dos relatórios anuais referentes aos exercícios de 2010 a 2016.	01/12/2018 a 30/04/2019

Ficam mantidas as demais disposições do Despacho nº 48, de 22 de junho de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 120, de 25 de junho de 2018, Seção 1, pág. 21.

SÍLVIO JOSÉ CECCHI

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.442, de 30 de Agosto de 2018, do Edital 01/2016, publicado no DOU de 31/08/2018, Seção 1, pág. 55.

Onde se lê:

(...)

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 26/09/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1412, DOU de 26/09/2017.

Leia-se:

(...)

Prorrogar por 01 (um) ano, respectivamente, a partir de 26/09/2018 e 01/09/2018, o prazo legal dos Concursos Públicos para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizados por esta Universidade, objetos do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cujas homologações foram publicadas, respectivamente, conforme Portaria nº 1412, DOU de 26/09/2017 e Portaria nº 1311, DOU de 01/09/2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 1.270, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23068.048900/2018-96, resolve:

Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 21/09/2018, a validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 95/2016-R, publicado no DOU de 07/06/2016, homologado conforme Edital nº 153/2016-R, publicado no DOU de 21/09/2016, na parte referente à Área/Subárea: História/História Moderna e Contemporânea.

REINALDO CENTODUCATTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 144, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a atualização da Unidade Gestora do Hospital Universitário da Unifesp.

O Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo - Consu/Unifesp, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO a Resolução nº 65, de 14/09/2011, que dispõe sobre a criação da Unidade Gestora do Hospital Universitário; e o Art. 42 do Estatuto da Unifesp;

CONSIDERANDO o Relatório Final do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Reitoria nº 3.065 de 11/08/2017 para a elaboração de proposta de ocupação do Hospital Universitário - HU2, centro de saúde universitário que integra ensino, pesquisa e extensão (Residência Médica e Multiprofissional), sob administração direta da Unifesp, resolve:

Art. 1º - Fica aprovada a atualização da Unidade Gestora do Hospital Universitário da Unifesp - HU Unifesp.

Art. 2º - A Unidade Gestora do Hospital Universitário da Unifesp (HU/HSP e HU2) terá sua sede no Edifício da Rua Botucatu 821, Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.023-062, e mantendo inalterado o nº do seu CNPJ: 60.453.032/0008-40.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SORAYA SOUBHI SMAILI
Presidente do Conselho

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 391, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso III, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Remanejar e antecipar os limites de pagamento de que tratam os Anexos II, III e IV do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma do Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS - ANEXO II DO DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	-	-	-	-	24.105
40000 Ministério do Trabalho	10.000	20.000	25.000	30.000	30.000
55000 Ministério do Desenvolvimento Social	33.000	33.000	33.000	33.000	33.000
Total	43.000	53.000	58.000	63.000	87.105

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 163, 180, 181, 194, 195, 196, 250, 263, 280, 281, 293, 294, 295, 296 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui PAC e emendas impositivas individuais (RP6) e emendas impositivas de bancada (RP7)

.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS - ANEXO II DO DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	229.584	285.898	180.652	83.187	-
39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	15.000	30.000	45.000	60.000	71.800
Total	244.584	315.898	225.652	143.187	71.800

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 163, 180, 181, 194, 195, 196, 250, 263, 280, 281, 293, 294, 295, 296 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui PAC e emendas impositivas individuais (RP6) e emendas impositivas de bancada (RP7).

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS - ANEXO III DO DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	10.416	14.102	17.323	20.854	24.105
40000 Ministério do Trabalho	10.000	20.000	25.000	30.000	30.000
55000 Ministério do Desenvolvimento Social	33.000	33.000	33.000	33.000	33.000
Total	53.416	67.102	75.323	83.854	87.105

1. Fontes: 150, 163, 180, 250, 263, 280, 293 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui PAC e emendas impositivas individuais (RP6) e emendas impositivas de bancada (RP7).

ANEXO IV

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	15.000	30.000	45.000	60.000	71.800

1. Não inclui emendas impositivas individuais e emendas impositivas de bancada.

PORTARIA Nº 392, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso III, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Remanejar e antecipar os limites de pagamento de que tratam os Anexos II, III e IV do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma do Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS - ANEXO II DO DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018 (1)(2)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
44000 Ministério do Meio Ambiente	-	-	8.000	16.000	22.000

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 163, 180, 181, 194, 195, 196, 250, 263, 280, 281, 293, 294, 295, 296 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui PAC e emendas impositivas individuais (RP6) e emendas impositivas de bancada (RP7).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS - ANEXO II DO DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018 (1)(2)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
36000 Ministério da Saúde	550.000	810.000	810.000	810.000	810.000
71102 Encargos Financeiros da União - MPDG	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000
Total	700.000	960.000	960.000	960.000	960.000

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 163, 180, 181, 194, 195, 196, 250, 263, 280, 281, 293, 294, 295, 296 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui PAC e emendas impositivas individuais (RP6) e emendas impositivas de bancada (RP7).

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS - ANEXO III DO DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018 (1)(2)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
42000 Ministério da Cultura	8.870	12.690	12.210	12.098	11.998
44000 Ministério do Meio Ambiente	-	-	8.000	16.000	22.000
Total	8.870	12.690	20.210	28.098	33.998

1. Fontes: 150, 163, 180, 250, 263, 280, 293 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui PAC e emendas impositivas individuais (RP6) e emendas impositivas de bancada (RP7).

ANEXO IV

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E AOS RESTOS A PAGAR - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC - ANEXO IV DO DECRETO Nº 9.276, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018 (1)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
56000 Ministério das Cidades	336.000	336.000	336.000	336.000	336.000

(1) Não inclui emendas impositivas individuais e emendas impositivas de bancada.

PORTARIA N° 393, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Altera disposições das Portarias MPS n° 204, de 10 de julho de 2008, nº 402, de 10 de dezembro de 2008, e nº 154, de 15 de maio de 2008, e da Portaria MF nº 577, de 27 de dezembro de 2017, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso X do art. 41 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, nos incisos I e II do art. 9º da Lei n° 9.717, de 27 de novembro de 1998, no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º A Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

.....

§ 1º A legislação referida na alínea "a" do inciso XVI do caput deverá ser encaminhada à Secretaria de Previdência, com as informações de sua publicação, por meio do Sistema de Gestão de Consultas e Normas - GESCON-RPPS.

.....

§ 15. Observado o disposto no § 16, o envio das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais pelo SICONFI, na forma do inciso III do § 6° deste artigo, será exigido a partir da competência janeiro de 2018, para os Estados, Distrito Federal e Capitais, e da competência janeiro de 2019, para os demais Municípios.

§ 16. .....

.....

I - os Estados, Distrito Federal e Capitais, em relação ao encerramento do exercício de 2017, até 31 de março de 2018;

II - os demais Municípios, em relação ao encerramento do exercício de 2017, até 31 de março de 2018, e em relação ao primeiro semestre e encerramento do exercício de 2018, respectivamente, até 30 de setembro de 2018 e 31 de março de 2019.

§ 17 O envio dos demonstrativos contábeis pelo CADPREV-WEB permanecerá exigível somente nas hipóteses previstas no § 16." (NR)

"Art. 10. .....

§ 4º-A. O prazo da notificação prevista no § 4º, quando encaminhada pelo GESCON-RPPS, será contado a partir do dia da sua consulta no sistema ou, caso o ente federativo não tenha realizado a consulta, após dez dias corridos de seu envio." (NR)

Art. 2º A Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

.....

§ 7º .....

.....

I - o reparcelamento consiste em uma nova consolidação do montante do débito parcelado, calculada a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcelamento.

....." (NR)

Art. 3º A Portaria MPS nº 154, de 15 de maio de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

Parágrafo único. Até que leis complementares federais disciplinem as aposentadorias especiais previstas no § 4º do art. 40 da Constituição Federal, a informação na CTC sobre o tempo de contribuição reconhecido como tempo especial está restrita às hipóteses de:

I - servidor com deficiência, com amparo em decisão judicial;

II - exercício de atividades de risco, conforme Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, ou com amparo em decisão judicial; e

III - exercício de atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos limites da Súmula Vinculante nº 33 ou com amparo em decisão judicial." (NR)

"Art. 6º .....

.....

§ 1º O ente federativo deverá adotar os modelos de CTC e de Relação das Remunerações de Contribuições constantes nos Anexos I e II.

§ 2º As assinaturas necessárias na CTC poderão ser eletrônicas, mediante utilização de certificação digital." (NR)

"Art. 8º .....

.....

II - o tempo líquido de contribuição somado na certidão expresso em dias e em anos, meses e dias;

III - os períodos certificados e os respectivos órgãos destinatários, bem como o tempo destinado a cada regime em caso de fracionamento; e

IV - os períodos, dentro daqueles certificados, que foram reconhecidos pelo órgão emissor da CTC como sendo tempo especial, sem conversão, exercido pelo servidor com deficiência, em atividades de risco ou sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física." (NR)

"Art. 11. .....

.....

§ 5º Para fins de elegibilidade às aposentadorias especiais referidas no § 4º do art. 40 e no § 1º do art. 201 da Constituição Federal, os períodos reconhecidos pelo ente federativo de origem como de tempo especial, deverão estar incluídos nos períodos de contribuição compreendidos na CTC, sem conversão, e discriminados, de data a data, em campo próprio da CTC, conforme Anexo I desta Portaria, observado o parágrafo único do art. 5º." (NR)

Art. 4º O Anexo I da Portaria MPS nº 154, de 15 de maio de 2008, passa a vigorar na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 5º Ficam revogados os incisos I e II do § 1º, os §§ 2° a 5° do art. 5° e o art. 13 da Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, e o art. 6º da Portaria MF nº 577, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor:

I - na data de sua publicação, quanto aos arts. 1º e 5º; e

II - noventa dias após a data de sua publicação, quanto aos arts. 2º, 3º e 4º.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

(TIMBRE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE EMITENTE)
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Nº			
ÓRGÃO EXPEDIDOR:		CNPJ:	
NOME DO SERVIDOR:		SEXO:	MATRÍCULA:
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CPF:	PIS/PASEP:	
FILIAÇÃO:		DATA DE NASCIMENTO:	
CARGO EFETIVO:			
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO:	DATA DE ADMISSÃO:	DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO:	
PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO: DE ___/____/_____ A ____/____/_____			
DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: PERÍODO DE ___/___/____ A ___/___/____ PARA APROVEITAMENTO NO _____(ÒRGÃO A QUE SE DESTINA)_____ PERÍODO DE ___/___/____ A ___/___/____ PARA APROVEITAMENTO NO _____(ÒRGÃO A QUE SE DESTINA)_____			

FREQUÊNCIA

ANO	TEMPO BRUTO	DEDUÇÕES						TEMPO LÍQUIDO
		FALTAS(*)	LICENÇAS(*)	LICENÇA SEM VENCIMENTOS(*)	SUSPENSÕES(*)	DISPONIBILIDADE(*)	OUTRAS(*)	
TOTAL (em dias)=								

(*) Vide períodos discriminados no verso

CERTIFICO, em face do apurado, que o interessado conta, de efetivo exercício prestado neste Órgão, o tempo de contribuição de ____ dias, correspondente a ____ anos, ____ meses e ____ dias.

CERTIFICO que a Lei nº ___, de ___/___/___, assegura aos servidores do Estado/Município de _____ aposentadorias voluntárias, por invalidez e compulsória, e pensão por morte, com aproveitamento de tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para outro Regime Próprio de Previdência Social, na forma da contagem recíproca, conforme Lei Federal nº 6.226, de 14/07/1975, com alteração dada pela Lei Federal nº 6.864, de 01/12/1980.

Lavrei a Certidão, que não contém emendas nem rasuras.	***Visto do Dirigente do Órgão***
Local e data: _____	Data: ____/____/_____
Assinatura do servidor Nome/Cargo/Matrícula	Assinatura Nome/Cargo/Matrícula

UNIDADE GESTORA DO RPPS

HOMOLOGO a presente Certidão de Tempo de Contribuição e declaro que as informações nela constantes correspondem à verdade.

Local e data: _____ _____
Assinatura e carimbo do Dirigente da UG

Endereço eletrônico para confirmação desta Certidão: _____
[Verso da Certidão de Tempo de Contribuição nº _____]

FREQUÊNCIA - DISCRIMINAÇÃO DAS DEDUÇÕES DO TEMPO BRUTO		
Períodos	Tempo em dias	Identificação da ocorrência
DE ___/___/____ A ___/___/____		
DE ___/___/____ A ___/___/____		
DE ___/___/____ A ___/___/____		
DE ___/___/____ A ___/___/____		
DE ___/___/____ A ___/___/____		
DE ___/___/____ A ___/___/____		
DE ___/___/____ A ___/___/____		
DE ___/___/____ A ___/___/____		
DE ___/___/____ A ___/___/____		

TEMPO ESPECIAL INCLUÍDO, SEM CONVERSÃO, NO PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO (Parágrafo único do Art. 5º):		
	Período	Tempo em dias
I - Exercido na condição de pessoa com deficiência:		
a)grave	DE ___/___/_____ A ___/___/_____	
b)moderada	DE ___/___/_____ A ___/___/_____	
c)leve	DE ___/___/_____ A ___/___/_____	
II - Exercido em atividades de risco:	DE ___/___/_____ A ___/___/_____	
III - Exercido em atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física:	DE ___/___/_____ A ___/___/_____	
	DE ___/___/_____ A ___/___/_____	

OBSERVAÇÕES:

_____ Assinatura do servidor que lavrou a certidão Nome/Cargo/Matrícula	_____ Assinatura do Dirigente do Órgão Nome/Cargo/Matrícula

DESPACHO DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 17944.103011/2018-21

Interessado: Estado de São Paulo e Caixa Econômica Federal. Assunto: Contrato de garantia a ser pactuado entre a União e o Estado de São Paulo, com a interveniência da Caixa Econômica Federal, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Estado de São Paulo, ambos relativos a Contrato de Financiamento a ser firmado por aquela unidade da federação com a Caixa Econômica Federal, no valor de 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) destinados ao "Projeto Tamoios".

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo as contratações, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro

DESPACHO DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº: 17944.000610/2017-11

Interessado: Município de Joinville (SC)

Assunto: Garantia da República Federativa do Brasil a operação de crédito externo entre o Município de Joinville (SC) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, no valor de até US$ US$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Linha Verde Eixo Ecológico Leste de Joinville".

Despacho: Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com suas alterações, e considerando a permissão contida na Resolução nº 18, de 11 de julho de 2018, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Município de Joinville (SC), observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe e a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Município.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS

CARTA CIRCULAR Nº 3.904, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Divulga procedimentos a serem observados para a abertura de conta Reservas Bancárias e de Conta de Liquidação, de que trata a Circular nº 3.438, de 2 de março de 2009.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS (DEBAN), substituto, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto no art. 7º da Circular nº 3.438, de 2 de março de 2009 e nos arts. 5º das Circulares nº 3.682 e nº 3.704, de 4 de novembro de 2013 e 24 de abril de 2014, respectivamente, resolve:

Art. 1º A abertura de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação observa os procedimentos estabelecidos nesta Carta Circular, inclusive no que se refere à comprovação da capacidade tecnológica e operacional do requerente para acesso ao Sistema de Transferência de Reservas (STR).

Da solicitação

Art. 2º A solicitação para a abertura de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação deve ser feita por intermédio de expediente encaminhado ao Banco Central do Brasil, Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban), firmado pelo diretor responsável para assuntos relacionados ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) ou por ocupante de cargo equivalente responsável pela administração da conta, esclarecido que:

I - conta Reservas Bancárias de titularidade obrigatória:

a) instituição em processo de autorização para funcionamento: o pedido deve ser formalizado após a aprovação, pelo Banco Central do Brasil, dos atos societários de constituição e respectivo arquivamento no órgão de registro competente, nas condições previstas no art. 7º, inciso I, do Regulamento Anexo I à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, a qual trata dos requisitos e procedimentos para a autorização de constituição e funcionamento, o cancelamento e as alterações de controle e reorganizações societárias das instituições que especifica; e

b) instituição em funcionamento: o pedido deve ser formalizado após a publicação, no Diário Oficial da União, da autorização para criação da carteira comercial ou para mudança de objeto social para banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial, ou, nos casos em que for necessária realização de inspeção para avaliação da estrutura organizacional implementada de que trata o art. 8º do Regulamento Anexo I à Resolução nº 4.122, de 2012, após a manifestação favorável do Banco Central do Brasil ao projeto de criação da carteira comercial ou mudança de objeto social.

II - Conta de Liquidação de titularidade obrigatória: o pedido é parte integrante do processo de autorização de funcionamento formulado pela correspondente infraestrutura do mercado financeiro.

III - conta Reservas Bancárias ou Conta de Liquidação de titularidade facultativa:

a) cooperativa de crédito em processo de autorização para funcionamento que tenha previsto no plano de negócios a intenção de ser titular de Conta de Liquidação desde o início de suas atividades, no caso em que não seja determinada pelo Banco Central do Brasil a inspeção para avaliação da estrutura organizacional implementada: o pedido pode ser encaminhado após a publicação, no Diário Oficial da União, da respectiva autorização para funcionamento;

b) cooperativa de crédito em processo de autorização para funcionamento, que tenha previsto no plano de negócios a intenção de ser titular de Conta de Liquidação desde o início de suas atividades, com determinação, pelo Banco Central do Brasil, de realização de inspeção para avaliação da estrutura organizacional implementada: o pedido deve ser feito após a aprovação, pelo Banco Central do Brasil, dos atos societários de constituição e respectivo arquivamento no órgão de registro competente, nas condições previstas no art. 8º, § 2º, inciso II, da Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015, a qual dispõe sobre a constituição e a autorização para funcionamento das cooperativas de crédito;

c) sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte em processo de autorização para funcionamento: o pedido pode ser encaminhado após a publicação, no Diário Oficial da União, da respectiva autorização para funcionamento;

d) instituição de pagamento em processo de autorização para funcionamento, que tenha previsto na justificativa fundamentada, documento 39 do Anexo II à Circular nº 3.885, de 26 de março de 2018, a intenção de ser titular de Conta de Liquidação: o pedido deve ser feito após expressa manifestação favorável do Departamento de Organização do Sistema Financeiro, que deverá considerar as circunstâncias de cada caso concreto e o contexto dos fatos;

e) sociedade de crédito direto (SCD) ou sociedade de empréstimo entre pessoas (SEP), em processo de autorização para funcionamento, que tenha manifestado na justificativa fundamentada, de que trata o art. 31 da Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018, a intenção de abrir Conta de Liquidação desde o início de suas atividades: o pedido deve ser feito após expressa manifestação favorável do Departamento de Organização do Sistema Financeiro, que deverá considerar as circunstâncias de cada caso concreto e o contexto dos fatos;

f) outras instituições em processo de autorização para funcionamento, que tenham previsto, no plano de negócios, a intenção de ser titular de conta Reservas Bancárias ou Conta de Liquidação, desde o início das atividades: o pedido deve ser feito após a aprovação, pelo Banco Central do Brasil, dos atos societários de constituição e respectivo arquivamento no órgão de registro competente, nas condições previstas no art. 7º, inciso I, do Regulamento Anexo I à Resolução nº 4.122, de 2012; e

g) instituição em funcionamento, autorizada pelo Banco Central do Brasil: o pedido pode ser encaminhado a qualquer momento.

Art. 3º O pedido de abertura de conta deve conter as seguintes informações:

I - nome, CNPJ e endereço completo do requerente;

II - nome, CPF, telefone e e-mail:

a) do diretor responsável para assuntos relacionados ao SPB, de que tratam as Circulares ns. 3.281, de 4 de abril de 2005, e 3.441, de 2 de março de 2009, ou do ocupante de cargo equivalente, que possa responder pela administração da conta no Banco Central do Brasil;

b) dos responsáveis pela condução dos testes;

III - a intenção de participar da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), se for o caso;

IV - a forma principal de acesso ao STR (via Rede do Sistema Financeiro Nacional - RSFN ou Internet) que o requerente pretende utilizar, na hipótese de se tratar de abertura de Conta de Liquidação; e

V - nome, CNPJ e telefone do Provedor de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI) que o requerente pretende contratar, se for o caso.

Art. 4º Após o recebimento do pedido, com as informações listadas no art. 3º anterior, o Deban confirmará, ao requerente, o início do processo de abertura da conta e divulgará a todos os participantes do STR o código ISPB e, quando aplicável, o número código e situação de participação na Compe, atribuídos exclusivamente para fins de testes homologatórios do requerente.

Da comprovação da capacidade operacional e tecnológica

Art. 5º A partir da confirmação do início do processo, pelo Deban, o requerente deve iniciar, no prazo de cento e oitenta dias, os testes de comprovação de sua capacidade tecnológica, sob pena de perda da validade de seu pedido e a necessidade de nova solicitação, para o reinício do processo.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado, a critério do Deban, mediante pleito fundamentado do requerente.

Art. 6º Para a realização dos testes, o requerente que for utilizar a RSFN como principal meio de acesso ao STR deve solicitar a sua conexão a essa rede, conforme disposto na Circular nº 3.629, de 19 de fevereiro de 2013.

Art. 7º O requerente deve apresentar plano de testes, para aprovação do Deban, contendo o conjunto de cenários mínimos a ser testado, podendo, a qualquer momento, requerer aditamento ao plano inicialmente proposto.

Art. 8º O plano de testes deve ser elaborado conforme instruções contidas no Roteiro de abertura de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação, disponível no endereço http://www.bcb.gov.br/?STRACESSOPART.

I - Parte I - Questionário de Atividades: informa as atividades a serem desenvolvidas pelo requerente no âmbito do SPB, permitindo ao Banco Central avaliar a adequação das mensagens informadas na Parte II - Roteiro de Testes;

II - Parte II - Roteiro de Testes: contempla as ações a serem desenvolvidas pelo requerente tendo em vista a certificação, pelo Banco Central, de sua capacidade tecnológica e operacional, sendo composto pelas seguintes etapas:

a) Etapa 1 - Testes de Infraestrutura e de Sistemas: visa verificar o funcionamento dos componentes tecnológicos e de segurança destinados à conexão com a RSFN, o correto preenchimento das mensagens e o tratamento dado pelos legados da instituição;

b) Etapa 2 - Testes de Simulação de Operações Diárias: visa verificar, em tempo real, o gerenciamento da conta e o conhecimento do funcionamento do STR, em vista das atividades diárias;

c) Etapa 3 - Testes de Carga: visa verificar a capacidade de processamento de mensagens, o controle, a estabilidade e a integridade do sistema utilizado pelo requerente; e

d) Etapa 4 - Testes de Contingência: visa verificar os procedimentos de segurança, a tempestividade e a familiarização com o serviço de contingência.

Art. 9º As instituições que utilizarem a Internet como principal meio de acesso ao STR, estão dispensadas das etapas 1 - Testes de Infraestrutura e de Sistemas e 3 - Teste de Carga, de que trata o art. 8º, inciso II, desta Carta Circular.

Art. 10. Ao final da execução do Plano de Testes, o requerente deve encaminhar expediente ao Deban, firmado pelo diretor responsável para assuntos relacionados ao SPB ou por ocupante de cargo equivalente responsável pela administração da conta, declarando sua aptidão para operar no ambiente de produção do STR.

Art. 11. O Deban pode, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, determinar a repetição de uma ou mais etapas contidas no plano de testes.

Art. 12. O requerente deve manter a documentação completa de elaboração, validação e implementação do cronograma de testes, com vistas à eventual análise por parte do Banco Central.

Do início de atividades

Art. 13. Após a aprovação nos testes, o requerente indicará ao Deban, com antecedência mínima de sete dias úteis, a data de abertura da conta.

Parágrafo único. Quando se tratar de instituição cuja titularidade da conta é obrigatória ou o requerente estiver em processo de autorização, a fixação da data de abertura da conta estará condicionada, também, à conclusão do respectivo processo de autorização para funcionamento, de criação de carteira comercial ou de mudança de objeto social, conforme o caso.

Art. 14. Somente estarão disponíveis ao participante do STR, no ambiente de produção, as mensagens testadas com êxito, ressalvado que a autorização para utilização das mensagens em ambiente de produção está condicionada à habilitação do requerente à prática da respectiva modalidade de operação.

Art. 15. A liberação de mensagens para participantes do STR que ainda não tiverem cumprido os requisitos previstos no art. 14, anterior, deve ser objeto de solicitação específica ao Deban, que indicará o teste mínimo necessário para o cadastramento.

Art. 16. A homologação do requerente para participar de outras infraestruturas do mercado financeiro deve ser objeto de acordo específico entre as partes.

Art. 17. Quando do cadastramento do requerente no ambiente de produção do STR, serão confirmados, a todos os participantes, o código ISPB, a data de início de operações no STR e, quando aplicável, o número código e a situação em relação à participação na Compe.

Art. 18. A relação atualizada dos códigos de identificação de todos os participantes do STR e a respectiva indicação de participação ou não na Compe podem ser consultadas no endereço http://www.bcb.gov.br/?STR, ou no arquivo ASTR003 - Relação de Participantes do STR, obtido por meio da mensagem GEN0014 - Participante requisita Arquivo, do Catálogo de Serviços do SFN.

Das disposições finais

Art. 19. As ordens, as instruções e as informações emitidas pelo Deban ao requerente por via telefônica são gravadas e consideradas firmes e válidas para todos os fins.

Art. 20. Fica revogada a Carta Circular nº 3.784, de 6 de outubro de 2016.

Art. 21. Esta Carta Circular entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS EDUARDO DE ANDRADE BRANDT SILVA
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO • EXERCÍCIO 2017

1 INTRODUÇÃO

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS é direito dos trabalhadores brasileiros com a finalidade de criar um pecúlio, que pode ser sacado pelos titulares em diversas circunstâncias legalmente definidas. O FGTS foi instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, a partir da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, conforme disposto em seu inciso III, art. 7º, o direito do trabalhador ao FGTS alcançou o patamar de direito social constitucional, sendo seus recursos formados por contribuições mensais, efetuadas pelos empregadores em nome dos seus empregados, no valor equivalente a 8% (oito por cento) das remunerações que lhe são pagas ou devidas.

Além de beneficiarem diretamente os trabalhadores, os recursos do FGTS depositados mensalmente nas contas dos trabalhadores são aplicados em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Constituem, ainda, recursos do Fundo:

- dotações orçamentárias específicas;
- resultados das aplicações dos recursos do FGTS;
- multas, correção monetária e juros moratórios devidos;
- receitas oriundas da Lei Complementar nº 110/2001, e
- demais receitas patrimoniais e financeiras.

Têm direito ao FGTS os trabalhadores urbanos e rurais, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, o diretor não empregado[1] e os trabalhadores avulsos. A Lei Complementar nº 150, de 2015, ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos e, entre eles, está a obrigatoriedade de recolhimento do FGTS. Com a publicação da Circular nº 696, de 27 de outubro de 2015, a CAIXA regulamentou a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS para todos os empregados domésticos a partir da competência 10/2015, observadas as disposições da Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 780, de 24/09/2015.

O Fundo, de natureza privada, é regido pelas disposições da Lei nº 8.036, de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.684, de 1990 e normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, o qual é composto pela representação de trabalhadores, de empregadores e de órgãos e entidades do Governo Federal.

O FGTS não tem personalidade jurídica e não se caracteriza como um órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo; também não é dotado de estruturas administrativa e operacional próprias, ficando a cargo do Conselho Curador do FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério das Cidades, da CAIXA e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em consequência de previsão legal, a representação do Fundo nas funções e atividades relativas a sua gestão.

Para o exercício de 2017, a elaboração do orçamento observou os princípios de sustentabilidade e de equilíbrio econômico-financeiro, de modo a viabilizar o cumprimento da missão do Fundo de "constituir reserva financeira para o trabalhador, de acordo com seu tempo de serviço, e fomentar o investimento nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura, contribuindo para o desenvolvimento do País e para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira".

No exercício de 2017, o FGTS contribuiu para movimentar a economia brasileira injetando no mercado uma soma aproximada de R$ 183 bilhões, além dos saques das contas inativas do FGTS, derivados da Lei nº 13.446, de 2017 que somaram R$ 44 bilhões. Desse total, R$ 119 bilhões se referem aos pagamentos dos saques regulares do Fundo e R$ 64 bilhões a desembolsos de parcelas das contratações realizadas referentes a obras de habitação, saneamento e infraestrutura urbana e aos descontos nos financiamentos concedidos à população de baixa renda.

2 CADASTRO DAS CONTAS VINCULADAS

A conta vinculada é individualizada em nome do trabalhador e constituída por depósitos mensais, depósitos rescisórios e créditos de Juros e Atualização Monetária - JAM. Está diretamente vinculada a um contrato de trabalho específico e é aberta pela CAIXA a partir do primeiro depósito efetuado pelo empregador junto ao FGTS. Assim sendo, o trabalhador terá tantas contas vinculadas quantos forem os contratos de trabalho firmados com recolhimentos realizados pelo empregador.

No final do exercício, o cadastro das contas vinculadas totalizou saldo de R$ 384 bilhões, com 781,4 milhões de contas.

2.1 Distribuição dos resultados

A Lei 13.446/2017 autorizou a distribuição de parte do resultado positivo auferido pelo FGTS mediante crédito nas contas vinculadas de titularidade dos trabalhadores, como forma de evitar impactos na execução das políticas públicas adstritas à habitação, saneamento e infraestrutura.

Ato continuo à publicação no regramento legal, coube à CAIXA, no seu papel de Agente Operador, definir e levar a termo, inclusive com práticas inovadoras, estratégias capazes de aumentar a remuneração do FGTS por meio da distribuição de 50% do resultado positivo do Fundo, o que reduziria aceleração do crescimento do Patrimônio Líquido do FGTS, conservando-o, no entanto, em patamares seguros.

Com o resultado de R$ 14,5 bilhões, em 2016, o FGTS distribuiu R$ 7,2 bilhões a cerca de 88 milhões de trabalhadores, totalizando 245,7 milhões de contas contempladas, que alcançaram a rentabilidade de 7,14%, superando índices como IPCA e INPC que, em 2016, foram respectivamente de 6,28% e 6,58%.

3 EMISSÃO DE EXTRATOS AOS TRABALHADORES

Em 2017, a CAIXA enviou 108 milhões de extratos de conta vinculada do FGTS para os trabalhadores, via Correios, contendo informações consolidadas acerca dos lançamentos de depósitos e saques realizados em sua conta ativa.

Até dezembro de 2017, o serviço de extrato do FGTS por e-mail ou mensagem SMS totalizou o montante de 21,5 milhões e 208,9 (208.923.684) milhões, respectivamente. A emissão de extrato FGTS por e-mail e mensagens SMS depende da adesão do trabalhador. Em 2017, foi alcançado o montante de 2,9 milhões de adesões ao extrato por e-mail e quase 20 (19.888.502) milhões de adesões ao serviço de SMS FGTS. Esse público foi beneficiado com a vantagem de poder acompanhar com maior tempestividade e comodidade o saldo do Fundo de Garantia. O envio sistemático do extrato do FGTS possibilita que o próprio trabalhador atue como fiscal de sua conta vinculada, verificando se o empregador está recolhendo os valores devidos.

Além de aumentar a efetividade na comunicação com o trabalhador e estimular o correto recolhimento dos valores pelos empregadores, a utilização de canais eletrônicos contribui para a preservação do meio ambiente.

Envio de Extratos

Modalidade	Quantidade 2015	2016	2017
Extratos por e-mail	10.703.852	17.429.447	21.469.306
Mensagens SMS	128.777.905	142.522.570	208.923.684

Fonte: Caixa Econômica Federal

A CAIXA disponibiliza o aplicativo APP FGTS, que contém os serviços Extrato, Créditos Complementares, atualização de endereço e localização de pontos de atendimento da CAIXA. O aplicativo está disponível para IOS, Android e Windows, ao tempo que representa um marco relevante na melhoria da prestação de serviços aos trabalhadores e atingiu o montante de aproximadamente 10 milhões de usuários.

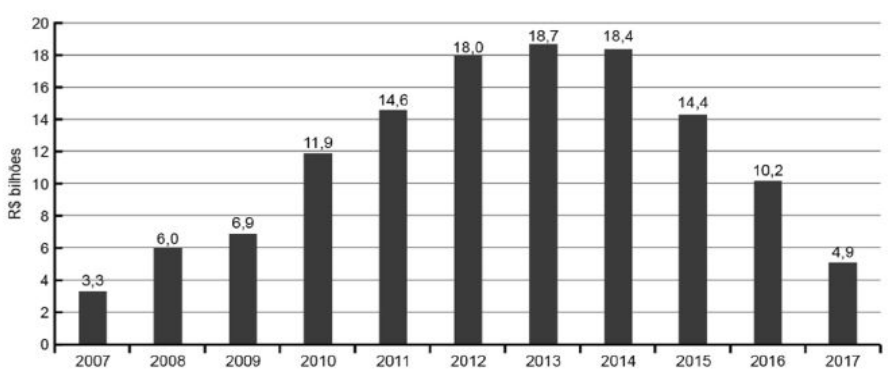
As informações de saldo e extratos também podem ser obtidas pela internet (www.caixa.gov.br) e nos terminais de autoatendimento da CAIXA, disponíveis nas Agências e em diversas localidades das cidades (aeroportos, shoppings, etc.).

4 ARRECADAÇÃO CONTRIBUIÇÕES REGULARES - LEI Nº 8.036/1990

Em 2017, foi realizada, por meio de cerca de 72,7 milhões de guias de recolhimentos, uma arrecadação bruta de R$ 123,5 bilhões referente à entrada de recursos de depósitos regulares e rescisórios, pagos pelos empregadores para crédito nas contas vinculadas e/ou apropriação ao Fundo.

Nos últimos anos, o Fundo apresentou arrecadação líquida[2] positiva. Em 2017 o FGTS obteve uma arrecadação líquida de aproximadamente R$ 4,9 bilhões.

Evolução da Arrecadação Líquida do FGTS (2007-2017)



Fonte: Caixa Econômica Federal

[1] O Diretor que exerça cargo de administração na empresa e que tenha sido equiparado, para fins de FGTS, aos demais trabalhadores.

[2] Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta das Contribuições – Saques efetuados pelos trabalhadores.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000 4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

5 ARRECADAÇÃO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2001

Refere-se à arrecadação de contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, devida pelos empregadores, inclusive, em caso de despedida de empregado sem justa causa, à alíquota de dez por cento sobre o montante de todos os depósitos devidos e atualizados.

No exercício de 2017, a arrecadação foi de R$ 5,2 bilhões.

O Ministério da Fazenda publicou, em 03 de agosto de 2016, a Portaria STN nº 326/2016, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos para recolhimento e contabilização dos recursos relativos às contribuições sociais da Lei Complementar nº 110/2001. Com edição desse novo normativo, as receitas oriundas da multa de 10% por demissão sem justa causa do empregado e da contribuição mensal devida de 0,5% sobre a remuneração deixaram de transitar na Conta Única do Tesouro Nacional. Com isso, o Fundo deixou de registrar no grupo de pagamentos a ressarcir pelo Tesouro Nacional a movimentação relativa a essas contribuições recolhidas.

6 SAQUES

A liberação de recursos por meio de saques nas contas vinculadas proporcionou auxílio financeiro em momentos essenciais na vida dos trabalhadores e seus familiares.

Em 2017, foram efetuadas 102 milhões de liberações de saque em contas vinculadas no montante de R$ 118,6 bilhões[3].

Historicamente os valores sacados pelos trabalhadores têm se concentrado em três modalidades. Em 2017 não foi diferente: Demissão sem Justa Causa – 65,30 % do montante sacado; Aposentadoria – 16,19% e Habitação – 13,52%. As três modalidades citadas, juntas, perfizeram 95% do total de saques ocorridos.

Saques por Modalidade

MODALIDADES	2015		2016		2017	
	Quantidade	Valor RS Mil	Quantidade	Valor RS Mil	Quantidade	Valor RS Mil
Demissão sem justa causa	19.435.916	65.097.095	18.026.687	68.186.401	55.104.132	77.425.920
Aposentadoria	7.851.453	12.102.680	8.475.800	15.714.008	10.470.366	19.232.398
Moradia	2.013.597	13.186.594	2.287.000	14.665.182	1.947.914	16.025.845
Inatividade da Conta	1.032.737	1.389.423	1.319.302	1.710.433	14.388.865	2.900.967
Neoplasia maligna / HIV / Doença fase terminal	425.489	810.457	473.439	957.496	490.197	1.069.985
Demais Modalidades	7.083.706	6.537.958	6.544.056	7.659.094	19.730.239	1.909.069
TOTAL	**37.842.898**	**99.124.208**	**37.126.284**	**108.892.614**	**102.131.713**	**118.564.184**

Fonte: Caixa Econômica Federal

Os saques efetuados na modalidade "Moradia", que contemplam aquisição de imóvel pronto ou em construção, liquidação e amortização de saldo devedor ou pagamento de parte das prestações de financiamento da casa própria concedido no âmbito do SFH, apresentaram crescimento se comparado a 2016. O aumento de 23,53% na quantidade e 9,28% no valor de saques da modalidade evidencia a ampliação do acesso das famílias brasileiras à casa própria utilizando os recursos provenientes da conta vinculada do FGTS.

Dentre as demais situações previstas para saque da conta vinculada destacam-se aquelas em que o trabalhador ou dependente está acometido por Neoplasia Maligna, é portador do vírus HIV ou se encontra em estágio terminal de vida em razão de doença grave. Em 2017, 490 mil saques foram realizados por trabalhadores nessas situações, resgatando junto ao Fundo R$ 1.070 milhões.

Também foram liberados recursos no valor de R$ 19,2 bilhões, na modalidade "Aposentadoria", a aproximadamente 10,5 milhões de trabalhadores, contribuindo para uma melhor qualidade de vida nessa nova etapa.

6.1 Saques Contas Inativas

Com a Lei nº 13.446, de 2017, que modificou a legislação do FGTS visando, dentre outros objetivos, flexibilizar as regras de saque das Contas Inativas, a CAIXA cumpriu com excelência o desafio de liberar o saque das contas inativas de FGTS, no que se configurou a maior operação de transferência financeira dos últimos anos no Brasil.

O Pagamento das Contas Inativas do FGTS beneficiou diretamente mais de 25,9 milhões de trabalhadores, em consonância com a legislação, e injetou cerca de R$ 44,4 bilhões na economia brasileira, reforçando o papel da CAIXA como importante instrumento na promoção do desenvolvimento econômico e social do País.

Com base na edição do Decreto nº 9.108, de 2017, os trabalhadores que, por comprovada impossibilidade de comparecimento, não puderam exercer seu direito ao saque dentro do calendário estipulado, ainda podem sacar os recursos de suas contas inativas de FGTS até 31 de dezembro de 2018.

7 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS

O Certificado de Regularidade do FGTS - CRF é o instrumento utilizado para atestar a regularidade dos empregadores perante o FGTS, sendo concedido para os empregadores que estejam em dia com as suas obrigações para com o Fundo.

A necessidade do CRF estimula a adimplência dos empregadores em face da exigência de sua apresentação nos casos de habilitação em licitações públicas, obtenção de empréstimos junto a órgãos públicos, isenções, auxílios, subsídios, concessão de serviços ou benefícios pelo poder público, entre outros motivos.

O CRF é emitido via internet por meio de consulta pública disponível aos empregadores e demais entes envolvidos com o FGTS, mas também para a sociedade em geral.

No decorrer de 2017 foram registrados 189,3 milhões de emissões de CRF, além de 359,8 milhões de consultas a regularidade, totalizando 549,1 milhões de acessos aos serviços disponíveis pela CAIXA por meio eletrônico.

Esse número reflete o monitoramento efetivo, não só dos empregadores em virtude das necessidades destes quanto à certificação, mas também por parte dos demais segmentos da sociedade envolvidos direta e indiretamente com o processo de acompanhamento da regularidade dos empregadores no cumprimento legal das obrigações com o FGTS.

Para as empresas regulares, o Agente Operador FGTS estruturou procedimento de renovação prévia de forma automática, que visa antecipar em até 10 dias do vencimento do documento vigente, estabelecendo a premissa de que o empregador, observando os critérios de regularidade, esteja sempre certificado.

8 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS JUNTO AOS EMPREGADORES

8.1 Notificações Fiscais

No decorrer do ano de 2017, foram lavradas um total de 19.497 notificações de débito – NDFC.

Esta cobrança visa ao equacionamento dos débitos dos empregadores junto ao FGTS e à retomada dos recolhimentos nos prazos legais, de forma a contribuir para a regularidade dos empregadores (redução da inadimplência e inibição da sonegação) e para o resgate dos direitos dos trabalhadores.

8.2 Inscrição em Dívida Ativa e Ajuizamentos

A CAIXA atua na operacionalização do processo de inscrição em Dívida Ativa dos débitos dos empregadores para com o FGTS, conforme dispõe Convênio firmado com a PGFN, e possibilitou àquela Procuradoria a inscrição de mais de 31 mil inscrições em Dívida Ativa, totalizando R$ 2,62 bilhões.

8.3 Parcelamento de Débitos

As ações de cobrança administrativa, baseadas na Resolução nº 615, de 15 de dezembro de 2009, resultaram na formalização de 8.220 acordos de parcelamentos junto aos empregadores.

Dentre esses acordos, 6.987 foram formalizados pelos próprios empregadores, por meio do serviço "Solicitar Parcelamento FGTS via CNS", que possibilita a contratação do parcelamento de débitos do FGTS nos critérios definidos pelo Conselho Curador do FGTS, por meio da internet aos empregadores com certificação digital ICP – Brasil.

9 APLICAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Orçamento Operacional

Desde a criação do Fundo, seus recursos têm sido uma das principais fontes para a implementação de políticas e programas sociais nos setores de habitação popular, saneamento ambiental e infraestrutura, gerando importantes benefícios para a população brasileira, priorizando as camadas mais humildes e de mais baixa renda.

O programa de aplicação dos recursos do FGTS destina, no mínimo, 60% para investimentos em habitação popular[4].

A distribuição de recursos é baseada em critérios pré-definidos, o que imprime transparência ao processo e resguarda sua aplicabilidade no atendimento à população de baixa renda.

continua...

[3] Não contempla os pagamentos das contas inativas por conta da Lei 13.446/2017.
[4] Cabe ao Conselho Curador a definição do conceito de habitação popular considerando, em especial, a renda das famílias a serem atendidas.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

A responsabilidade social é reforçada pelo respeito ao meio ambiente, ao se direcionarem recursos somente para projetos aprovados pelo órgão responsável, após análise do impacto ambiental.

Os projetos possuem, sempre que possível, ações sociais imprescindíveis à aprovação dos empreendimentos que buscam melhorar as condições de vida do cidadão, apoiando-se na mobilização e organização comunitária para o desenvolvimento nos aspectos sociais, culturais e econômicos, e para a educação sanitária e ambiental.

Esses investimentos proporcionam a geração de empregos, além de possibilitar aos brasileiros ganhos indiretos decorrentes da ampliação da oferta de moradias e do acesso à água tratada e esgoto, trazendo, assim, dignidade e cidadania para a sociedade brasileira.

A Caixa Econômica Federal - Agente Operador do FGTS é responsável pela concessão de créditos aos agentes financeiros para a realização de operações nos programas de aplicação dos recursos do FGTS.

Do orçamento do FGTS para o exercício de 2017, no montante de R$ 79 bilhões, o Agente Operador alocou 100% dos recursos aos Agentes Financeiros.

As contratações totalizaram R$ 63,3 bilhões, que representaram 80% do valor alocado pelo Agente Operador, sendo R$ 59,2 bilhões referentes aos financiamentos concedidos pelos agentes financeiros aos mutuários finais na área de habitação e de R$ 4,1 Bilhões o relativo às demais operações, conforme demonstrado a seguir.

Execução do Orçamento FGTS – 2017

Valores em R$ mil

Áreas de Aplicação / Programas	Orçamento	Alocado aos Agentes Financeiros		Orçamento aplicado pelos Agentes Financeiros	
	Valor (a)	Valor (b)	% (c = b / a)	Valor (d)	% (e = d/b)
Habitação	**63.140.000**	**63.140.000**	**100,00%**	**59.181.294**	**93,73%**
Apoio à Produção (*)	31.322.719	31.322.719	100,00%	28.957.646	92,45%
Carta de Crédito Associativo (*)	162.400	162.400	100,00%	48.042	29,58%
Carta de Crédito Individual (*)	23.914.881	23.914.881	100,00%	23.084.588	96,53%
Pró-Cotista	7.740.000	7.740.000	100,00%	7.091.018	91,62%
Pró-Moradia	0	0	-	0	-
Saneamento Básico	**6.000.000**	**6.000.000**	**100,00%**	**3.940.799**	**65,68%**
Saneamento para Todos - S. Privado**	1.862.310	1.862.310	100,00%	3.583	0,19%
Saneamento para Todos - S. Público**	4.137.690	4.137.690	100,00%	3.937.216	95,15%
Infraestrutura	**8.000.000**	**8.000.000**	**100,00%**	**227.711**	-
Pró-Transporte*	8.000.000	8.000.000	100,00%	227.711	2,85%
Total	**77.140.000**	**77.140.000**	**100,00%**	**63.349.804**	**82,12%**

Fonte: Caixa Econômica Federal

(*) O orçamento final indicado corresponde aos valores apresentados na IN nº 044/2017.

(**) O orçamento final indicado corresponde aos valores apresentados na IN nº 53/2017.

9.1.1 Programas nas áreas de Habitação, Saneamento e Infraestrutura

Para a área de habitação foram alocados R$ 63,1 bilhões aos Agentes Financeiros, dos quais foram realizados financiamentos junto aos mutuários finais no valor R$ 59,2 bilhões, 93,7% do valor alocado.

O orçamento previsto para as áreas de saneamento e de infraestrutura foi de R$ 14 bilhões, tendo sido financiados R$ 4,2 bilhões.

9.1.2 Descontos nos Financiamentos Habitacionais a Pessoas Físicas

Os descontos surgiram da necessidade de atender às populações de baixa renda. Esse desconto se dá na ampliação da capacidade de compra do imóvel pelo mutuário e redução do valor das suas prestações.

O FGTS cumpriu o seu papel social, assumindo nos financiamentos concedidos às famílias um desconto financeiro que somou R$ 8,5 bilhões, que corresponde a 83,65% dos recursos disponibilizados no exercício.

No exercício de 2017, 348.479 famílias foram beneficiadas com a concessão de descontos pelo FGTS nos financiamentos contratados na área de habitação popular. De acordo com as diretrizes do CCFGTS, são beneficiárias de descontos as famílias com renda mensal bruta limitada a R$ 4.000,00, observada a regulamentação do Gestor da Aplicação.

Descontos – Resumo das Contratações 2017

O volume total de descontos concedidos, por faixa de renda, apresentou o seguinte perfil:

Valores em R$ 1.000,00

Tipo de Desconto	Orçamento	Quantidade	Valor Financiado	Desconto Complemento	Desconto Equilíbrio	Total Desconto
PNHU*		264.681	26.132.725	2.219.310	4.149.433	6.368.743
PNHR*		0	0	0	0	0
PNHU/Faixa 1,5*	10.200.000	35.010	2.888.502	797.497	648.260	1.445.757
Demais Aplicações		48.788	4.997.620	96.862	620.973	717.834
TOTAL	**10.200.000**	**348.479**	**34.018.847**	**3.113.668**	**5.418.666**	**8.532.334**

Fonte: Caixa Econômica Federal

Integram o Programa Minha Casa, Minha Vida.

9.1.3 O FGTS no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

No exercício de 2017, a alocação e a execução do orçamento destinado à concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas estiveram, a exemplo do ano anterior, fortemente condicionadas à continuidade do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, que privilegia a produção e comercialização de imóveis novos.

Do total de financiamentos concedidos com recursos do FGTS em 2017, R$ 29 bilhões foram realizados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com o total de 299.691 unidades produzidas e desconto financeiro total de R$ 7,8 bilhões.

Recursos FGTS – Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

Valores em R$ bilhões

Ano	Financiamentos		Descontos	Valor Total
	Quantidade	Valor	Valor	
2015	314.743	28,0	6,8	34,8
2016	274.488	25,9	6,0	31,9
2017	299.691	29,0	7.8	36,8

Fonte: Caixa Econômica Federal

No exercício, não foram celebradas operações do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) com recursos do FGTS. Nesse ponto, cabe esclarecer que as entidades rurais, promotoras das operações desde o início do PNHR, tem priorizado o atendimento a famílias integrantes do chamado "grupo 1", composto por agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R$ 17 mil, segmento esse atendido exclusivamente por recursos do Orçamento Geral da União

9.2 Avaliação Nacional dos Programas do FGTS

Em cumprimento à RCCFGTS nº 636, de 2010, o Agente Operador iniciou em 2014 a revisão e atualização da Metodologia de Avaliação dos Programas do FGTS com o objetivo de adaptá-la à nova realidade dos programas do FGTS.

Para tanto, foi constituído Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do projeto resultando, ao final de 2017, na criação de uma nova metodologia que possibilitará ao Conselho Curador do FGTS, ao Gestor das Aplicações e ao Agente Operador o acompanhamento e a avaliação do desempenho social dos Programas de aplicação do FGTS, nas áreas de Habitação, Saneamento e Infraestrutura.

A proposta do novo modelo foi elaborada a partir das dimensões Pessoas, Cidade e Ambiente e cada dimensão é desmembrada em aspectos que, por meio dos seus respectivos indicadores, proporcionam uma ampla leitura em relação à contribuição dos Programas do FGTS para o desenvolvimento sustentável do País.

A nova metodologia será submetida a apreciação e validação do GAP e do CCFGTS nas primeiras reuniões a serem realizadas no ano de 2018.

Uma vez aprovada, a previsão é que a implementação do novo modelo se inicie no 2º semestre de 2018, com a aplicação da pesquisa de campo que será realizada em todo o território nacional e divulgação dos resultados prevista para o 1º semestre de 2019.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

9.3 Outras Operações

9.3.1 Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI e Letras de Crédito Imobiliário - LCI

Linha de crédito destinada à aquisição de CRI, cujos créditos imobiliários utilizados como lastro estejam vinculados a imóveis concluídos, em produção ou na planta, visa incentivar o mercado secundário de títulos, viabilizando a concessão de novos financiamentos habitacionais, com a conseqüente produção e geração de empregos.

No exercício de 2016, o Conselho Curador do FGTS autorizou a aquisição de LCI pela primeira vez. Devido à grande similaridade da LCI com o CRI, as regras e o orçamento para a aquisição de ambos foram compartilhados.

Em 2017, não houve aplicações em CRI e LCI.

9.3.2 Aplicação em Cotas do FI-FGTS

O FI-FGTS destina-se a investimentos na construção, reforma, ampliação ou implantação de projetos de infraestrutura nos setores de rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroportos, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS.

O FI-FGTS possui como cotista único o FGTS e, quando autorizada a aquisição de cotas de FIC, os titulares de contas vinculadas do FGTS também serão cotistas do FI-FGTS.

Os investimentos do FI-FGTS ocorrem em projetos previamente analisados e selecionados, após verificados os aspectos de natureza legal, jurídica, econômica, financeira e de risco de negócio.

As propostas de investimento e desinvestimento são submetidas pela CAIXA, na qualidade de Administradora do FI-FGTS, ao Comitê de Investimentos do FI-FGTS para aprovação.

O quadro a seguir demonstra o detalhamento dos valores desembolsados para o FI-FGTS. Em 2017 não houve desembolsos dos recursos orçamentários do FGTS para operações do FI-FGTS.

FI-FGTS / Projetos Desembolsados

Valores em R$ mil

Setor	Instrumento	2008	2009	2010	2011	2012	2014	2016	Total
Aporte Inicial		50.000	-	-	-	-	-	-	50.000
BNDES (*)		7.000.000	-	-	-	-	-	-	7.000.000
Energia	Debêntures	178.500	1.671.000	109.000	-	1.450.000	-	-	3.408.500
	FIDC	100.000	200.000	-	-	-	-	-	300.000
	Ações	86.532	1.180.992	1.060.000	559.368	30.608	-	-	2.917.500
	FIP	-	308.545	-	-	37.246	-	-	345.791
Infraestrutura Complementar	Ações	-	-	560783	90000	-	-	-	650.783
Ferrovia	Debêntures	614.540	300.000	-	-	298.222	-	-	1.212.762
	Ações	-	110.000	209.309	-	-	1.008.000	-	1.327.309
Hidrovias	Debêntures	-	-	-	-	252.940	-	-	252.940
Portos	Debêntures	246.420	88.000	-	-	838.838	-	-	1.173.258
	Ações	462.500	-	500.000	-	-	192.000		1.154.500
Rodovia	Debêntures	500.000	-	-	-	550.000	-	-	1.050.000
	Ações	-	-	529.908	-	-	-	-	529.908
Saneamento	Debêntures	60.540	-	-	-	300.000	-	-	360.540
	Ações	-	650.000	-	-	-	-	-	650.000
	FIP	-	-	500.000	-	-	-	-	500.000
Subtotal		**9.299.032**	**4.508.537**	**3.469.000**	**649.368**	**3.757.854**	**1.200.000**	**0**	**22.883.791**
Resgate								-1.770.758	-1.770.758
Total		**9.299.032**	**4.508.537**	**3.469.000**	**649.368**	**3.757.854**	**1.200.000**	**-1.770.758**	**21.113.033**

Fonte: Caixa Econômica Federal – Administradora do FI-FGTS – Dez/2017

Obs. Não houve desembolsos para os exercícios 2013, 2015 e 2017

O FI-FGTS encerrou o ano de 2017 com um Patrimônio Líquido no valor de R$ 33,46 bilhões.

10 DESEMBOLSOS

Refere-se à liberação efetiva de recursos, ou seja, os desembolsos destinados aos Programas do FGTS, decorrente das contratações nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura, incluindo os descontos nos financiamentos a pessoas físicas.

Durante o ano de 2017 foram desembolsados recursos no montante de R$ 64,85 bilhões, representando 72,60% do valor orçado, nas áreas de Habitação, Saneamento e Infraestrutura, o que possibilitou o atendimento à necessidade de moradia e melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias, alcançando, assim, os objetivos orçamentários do Fundo no ano. Desse montante, R$ 8,54 bilhões referem-se a valores desembolsados a título de descontos financeiros, relativos a financiamentos realizados no exercício de 2017 e a saldo de exercícios anteriores.

Aplicações/Desembolsos por Área

Valores em R$ mil

Áreas de Aplicação	Realizado	% Total
Habitação	61.749.229	95,21%
Desembolso	53.205.504	82,04%
Desconto Financeiro	8.543.725	13,17%
Saneamento/Infraestrutura	3.107.169	4,79%
Total	**64.856.398**	**100,00%**

Fonte: Caixa Econômica Federal

Os desembolsos de recursos nos programas de aplicação do FGTS estão diretamente relacionados à execução das obras e serviços contratados nas operações de crédito, pois o desembolso do Agente Operador do FGTS aos agentes financeiros e destes aos mutuários é realizado de acordo com a execução física dos empreendimentos, no caso de construção, e no ato da contratação, no caso de aquisição de unidade habitacional pronta. Portanto, os desembolsos realizados se referem tanto a contratações feitas em 2017 quanto a contratos anteriores.

11 ARRECADAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS DO FGTS

Representa o retorno dos recursos emprestados aos agentes financeiros para aplicação nos segmentos de habitação, saneamento básico e infraestrutura.

O saldo operacional do FGTS em Operações de Crédito, em 31 de dezembro de 2017, totalizou R$ 335,26 bilhões, incluídos os juros de mora, representado um acréscimo de 12,36% em relação a 2016. Deste valor, 89,48% estão aplicados em programas nas áreas de habitação, 6,02% em saneamento e 4,49% em infraestrutura, conforme apresentado na tabela a seguir:

Saldo das Operações de Crédito

Área	Qtde.	Valor R$ mil
Habitação	137.174	300.006.463
Saneamento	1.580	20.187.952
Infraestrutura	660	15.066.884
Total	**139.414**	**335.261.300**

Fonte: Caixa Econômica Federal

Essas operações estão distribuídas em 139,4 mil contratos com pessoas jurídicas, a uma taxa média ponderada de 5,097% ao ano e possuem prazo médio remanescente de aproximadamente 19 anos.

Em 2017, retornaram ao Fundo R$ 37,82 bilhões. Esse total representou 79,45% do valor previsto no orçamento. Destaca-se que em setembro foi recebida amortização extraordinária de recursos de dívida vincenda pela União, no valor de R$ 3,6 bilhões, o que melhorou a performance do resultado neste tipo de receita.

Arrecadação sobre Operações de Crédito

Valores em R$ mil

Área	Realizado	% Total
Habitação	34.232.001	90,51%
FAR	446.204	1,18%
Saneamento	1.692.912	4,48%
Infraestrutura	1.451.010	3,84%
Total	**37.822.127**	**100%**

Fonte: Caixa Econômica Federal

12 SÍTIO DO FGTS NA INTERNET

O Sítio do FGTS (www.fgts.gov.br) obteve 21.320.607 acessos no ano de 2017.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000 7

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FGTS

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	**496.855.040**	**505.281.519**
Ativo Circulante	**58.563.490**	**88.817.252**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**17.420.932**	**48.515.650**
Depósitos bancários	3.547.937	7.396.643
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.872.995	41.119.007
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	**12.083.976**	**15.066.912**
Operações de crédito (Nota 7)	**29.058.582**	**25.234.690**
Financiamentos – setor público	28.817.832	21.545.430
Financiamentos – setor privado	240.750	3.689.260
Ativo Não Circulante	**438.291.550**	**416.464.267**
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	**136.484.494**	**146.654.209**
Créditos vinculados – FCVS (Nota 6)	**8.093.947**	**7.779.288**
Operações de crédito (Nota 7)	**288.733.684**	**256.857.285**
Financiamentos – setor público	284.407.456	256.186.323
Financiamentos – setor privado	4.326.228	670.962
Outros créditos	**4.979.425**	**5.173.485**
Tesouro Nacional – pagamentos a ressarcir (Nota 8 (b))	177.071	170.591
Rendas a receber (Nota 8 (a))	4.802.354	5.002.894

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo e Patrimônio Líquido	**496.855.040**	**505.281.519**
Passivo Circulante	**392.454.217**	**407.113.848**
Depósitos vinculados do FGTS	**383.701.349**	**378.720.041**
Contas ativas (Nota 9 (a))	358.915.696	341.292.932
Contas ativas - LC nº 110/01 (Nota 9 (b))	3.757.033	4.093.287
Contas inativas (Nota 9 (c))	20.701.076	32.313.761
Variação monetária e juros a incorporar (Nota 9 (d))	645.762	1.144.711
Valores a desdobrar (Nota 9 (e))	(318.218)	(124.650)
Reserva de contas inativas (Nota 10)	-	**18.210.756**
Obrigações diversas	**8.752.868**	**10.183.051**
Taxa de administração e demais serviços	417.060	424.940
Créditos vinculados a pagar (Nota 11 (a))	87.882	88.371
Valores a repassar à União - risco de crédito (Nota 11 (b))	435.338	398.735
Saldos credores de financiamentos	235.465	200.515
Provisões e contingências (Nota 11 (c))	1.344.856	1.791.038
Resultado a distribuir (Nota 16)	6.232.267	7.279.452
Patrimônio líquido	**104.400.823**	**98.167.671**
Fundo conta geral (Nota 16)	104.400.823	98.167.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2017	2016
Receitas Operacionais	**40.439.590**	**50.603.713**
Rendas de operações de crédito (Nota 7 (e))	17.063.459	18.500.931
Rendas de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4 (b))	2.922.394	7.751.009
Rendimentos de títulos e valores mobiliários (Nota 5 (j))	12.013.131	16.233.895
Receitas de créditos vinculados - FCVS (Nota 6)	366.151	458.064
Contribuições sociais - LC nº 110/01 (Nota 12)	5.197.442	5.152.948
Outras receitas operacionais (Nota 14)	2.877.013	2.506.866
Despesas Operacionais	**(27.975.060)**	**(36.044.809)**
Despesas de depósitos vinculados (Nota 9, 10 e 11 (c))	(14.291.842)	(19.353.966)
Taxa de administração (Nota 13)	(4.937.224)	(4.851.638)
Despesas administrativas	(73.835)	(44.944)
Provisão para pagamentos a ressarcir - Tesouro Nacional (Nota 8 (b))	(52.458)	(761.378)
Descontos concedidos (Nota 15)	(8.567.609)	(10.947.893)
Outras despesas operacionais	(52.092)	(84.990)
Resultado Líquido do Exercício	**12.464.530**	**14.558.904**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

EVENTOS	FUNDO CONTA GERAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**90.888.219**
Resultado líquido do exercício	14.558.904
Distribuição do resultado	(7.279.452)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**98.167.671**
Resultado líquido do exercício	12.464.530
Distribuição do resultado	(6.231.378)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**104.400.823**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimento de operações de crédito	65.121.426	47.329.379
Liberações de operações de crédito	(92.036.016)	(73.716.168)
Recebimentos/Repasses STN LC 110/01	-	173
Pagamento de comissões e tarifas	(4.944.558)	(8.726.286)
Pagamento de despesas eventuais e administrativas	(85.396)	(60.397)
Atualização monetária e rendimentos	2.981.098	7.739.468
Receitas eventuais	268.198	143.637
	(28.695.248)	**(27.290.194)**
Aplicação		
Títulos públicos federais	-	(16.243.621)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	(8.990.037)
FII-FGTS	-	-
Debêntures		(932.861)
Letras de Crédito Imobiliário	-	(986.291)
	-	**(27.152.810)**
Resgate		
Títulos públicos federais	13.989.845	11.121.176
Certificados de recebíveis imobiliários	3.491.029	1.997.471
FI-FGTS	-	1.770.758
FII-FGTS	-	13.421
Juros de títulos públicos federais	6.470.741	6.544.326
Juros recebidos – CVS	243.451	214.418
Juros e outros recebimentos - debêntures e FIDC	1.328.902	1.154.905
Juros e Amortização - LCI	153.850	-
	25.677.818	**22.816.475**
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades Operacionais	**(3.017.431)**	**(31.626.529)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Arrecadação recebida	146.409.811	128.189.451
Pagamento de saques	(174.487.099)	(107.447.542)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades de Financiamento	**(28.077.286)**	**20.741.909**
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(31.094.718)**	**(10.884.620)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**48.515.650**	**59.400.270**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**17.420.932**	**48.515.650**

Reconciliação	2017	2016
Resultado Líquido do período	**12.464.530**	**14.558.904**
(-) Aumento nos títulos e valores mobiliários	13.152.650	(16.227.684)
(-) Aumento nos créditos vinculados	(314.659)	(486.130)
(-) Aumento nas operações de crédito	(35.700.291)	(38.176.552)
(-) Aumento/redução nos outros créditos	194.060	(3.667.127)
(+) Aumento nos depósitos vinculados FGTS	14.847.840	12.897.131
(+) Destinação do resultado	(6.231.378)	(7.279.452)
(+) Redução nas obrigações diversas	(1.430.183)	6.754.381
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades Operacionais	**(3.017.431)**	**(31.626.529)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000 8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 - Contexto operacional

(a) Informações Gerais

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ("FGTS" ou "Fundo") foi criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e atualmente é regido pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. Os recursos do Fundo provêm de contribuições mensais dos empregadores, correspondentes a 8% da remuneração dos trabalhadores, depositadas em contas vinculadas e individualizadas com o objetivo de assegurar ao trabalhador a formação de um pecúlio relativo ao tempo de serviço em uma ou mais empresas para ampará-lo em caso de demissão, e a seus dependentes em caso de falecimento. Também objetiva fomentar políticas públicas por meio de financiamento de programas de habitação popular, de saneamento ambiental e infraestrutura urbana. Desde setembro de 2001, conforme previsto na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, o Fundo passou a receber as contribuições sociais devidas pelos empregadores.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA é o Agente Operador do FGTS, que apresenta, em 31 de dezembro de 2017, 99,7 milhões (2016 – 86,3 milhões) de contas ativas com saldo; 154,7 milhões (2016 – 64,8 milhões) de contas inativas com saldo; não existem saldos de contas registradas ou incorporadas em reserva técnica de contas inativas (2016 – 88 milhões) e mais de 293,4 milhões de contas históricas com saldo zerado (2016 – 293,3 milhões). Conforme a Lei nº 8.036, o saldo das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal.

(b) Administração do FGTS

O FGTS é regido e administrado pelo Conselho Curador do FGTS ("CCFGTS"), colegiado tripartite composto por entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e representantes do Governo Federal. É presidido pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e o Ministro de Estado das Cidades exerce a vice-presidência. A CAIXA figura no Conselho entre os representantes do Governo Federal.

A CAIXA, na qualidade de Agente Operador, aufere remuneração mensal na forma determinada pelo Conselho Curador do FGTS ("CCFGTS"), nos termos da Resolução do CCFGTS nº 570, de 26 de agosto de 2008, adotando taxas praticadas por entes do mercado, como segue:

- Taxa de Administração fixada em 1% a.a. calculada sobre o ativo total do Fundo, com base nos saldos do balancete do mês anterior, e paga pelo FGTS;
- Essa Taxa compreende a remuneração dos serviços de gestão das contas vinculadas, da carteira de operações de crédito e dos recursos disponíveis do FGTS, bem como a remuneração pela movimentação de saques e depósitos nas contas vinculadas.

(c) Risco de crédito

A Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, em seu art. 12, transferiu para a União o risco de crédito das aplicações efetuadas até 1º de junho de 2001, com recursos do FGTS, pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e pelas entidades credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, permanecendo com a CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS, o risco de crédito das operações realizadas após aquela data.

(d) Gestão dos recursos

A gestão dos recursos do FGTS é realizada segundo as normas e diretrizes estabelecidas pelo CCFGTS, cabendo ao Ministério das Cidades a gestão da aplicação e elaboração dos orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos além de acompanhar as metas físicas propostas.

Os recursos do FGTS recolhidos pelas empresas na rede bancária credenciada são repassados à CAIXA, a quem compete contabilizá-los por ocasião de seu recebimento e aplicá-los na forma da lei. As demonstrações contábeis do FGTS contemplam, também, as operações realizadas pelo Fundo ou realizadas em seu nome com os recursos recebidos das empresas.

Os recursos devem ser aplicados em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana, devendo ser destinado, no mínimo, 60% para investimentos em habitação popular.

(e) Fundo de Liquidez

O FGTS possui um fundo de liquidez instituído nos termos da Resolução CCFGTS nº 9, de 28 de fevereiro de 1990, alterada posteriormente pela Resolução CCFGTS nº 702, de 4 de outubro de 2012, cujo montante será equivalente, mensalmente, ao somatório dos saques ocorridos nos três meses imediatamente anteriores, em escala móvel, cujos movimentos se encontrem consolidados/fechados. O saldo desse fundo está aplicado em Títulos Públicos Federais, compondo uma carteira específica cujo objetivo é fazer frente a eventuais excessos de saques que ocorram em determinados períodos e, para tanto, seus valores são conversíveis em dinheiro rapidamente. Em razão da edição da Medida Provisório nº 763, de 22 de dezembro de 2016, que dispôs sobre a possibilidade de saque das contas do FGTS vinculadas a contratos de trabalho extintos até 31 de dezembro de 2015, foi editada a Resolução CCFGTS nº 841, de 21 de março de 2017, propondo alteração dessa metodologia até o 3º (terceiro) mês posterior à vigência do cronograma de saques.

(f) Saques

Entre outras, os depósitos poderão ser sacados nas seguintes situações:

- Demissão sem justa causa;
- Extinção total da empresa e fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências;
- Rescisão do contrato de trabalho, por motivo de culpa recíproca ou força maior;
- Aposentadoria concedida pela Previdência Social ou equivalente;
- Falecimento do trabalhador;
- Ser o trabalhador ou seu dependente portador do vírus HIV - SIDA/AIDS;
- Ser o trabalhador ou seu dependente acometido de neoplasia maligna;
- Pagamento de parte das prestações e liquidação ou amortização do saldo devedor de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH;
- Pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria;
- Permanência do titular, por três anos ininterruptos, fora do regime do FGTS, para os contratos de trabalho extintos desde 14 de julho de 1990;
- Suspensão total do trabalho avulso, por período igual ou superior a 90 dias;
- Extinção normal do contrato a termo;
- Necessidade pessoal, em face da urgência e gravidade decorrente de desastre natural;
- Titular de conta vinculada com idade igual ou maior que 70 anos; e
- Encontrar-se o trabalhador ou seu dependente em estágio terminal de vida;

(g) Tributação

O resultado obtido pelo FGTS está isento de tributação, com base na legislação vigente, devido à natureza de suas atividades.

Nota 2 – Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do FGTS foram elaboradas de acordo com o conjunto de práticas contábeis descritas na Nota 3. Essas práticas não preveem a elaboração de demonstrações consolidadas e envolvem julgamento pelo Agente Operador quanto às estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para ações judiciais e outras similares. Sendo assim, os valores reais podem apresentar variações em relação às estimativas tornando-se conhecidas somente por ocasião da sua liquidação.

Todos os valores apresentados neste documento estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo e estão arredondados de tal maneira que expressem precisamente os totais apresentados.

Os ativos são classificados como circulantes com base na expectativa que sejam realizados no decurso normal do ciclo operacional do FGTS. Os demais ativos que não se enquadram nesse critério são classificados como não circulantes. Todos os passivos são classificados como circulantes com base na expectativa que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal do Fundo e em função da disponibilidade dos recursos para seus depositários.

As demonstrações do resultado abrangente não estão sendo apresentadas, pois não há componentes de outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CAIXA em 06 de agosto de 2018.

Nota 3 - Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas na apuração de seu fato gerador, segundo o regime de competência, e inclui os juros e as atualizações monetárias incidentes sobre os ativos e passivos remunerados.

(b) Caixa e equivalentes de Caixa

Incluem os recursos disponíveis do FGTS remunerados pela SELIC e as aplicações em operações compromissadas remuneradas à taxa de mercado que representam ativos de alta liquidez, prontamente

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de alteração de valor justo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(c) Títulos e valores mobiliários

Representam aplicações em títulos classificados como mantidos até o vencimento, adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pelos índices de remuneração pactuados, deduzido das provisões para perdas, quando aplicável.

Os rendimentos dos títulos são apropriados pro rata die, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As aplicações em fundos de investimento são contabilizadas pelo valor da cota na data do balanço do Fundo de Investimento do FGTS ("FI–FGTS"), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RB Habitação ("FIDC") e Fundo de Investimento Imobiliário do FGTS ("FII-FGTS"), e estão classificados como mantidos para negociação.

A classificação e a composição dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 5.

(d) Operações de crédito

Representam os financiamentos habitacionais, financiamentos para saneamento básico e financiamentos para infraestrutura e desenvolvimento remunerados pela TR mais juros médios anuais de 4,9%, 6,2% e 5,6%, respectivamente. Também compõem o grupo as operações refinanciadas nos termos da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, remuneradas pela TR mais juros médios anuais de 5,3%, além dos créditos cedidos pelos agentes financeiros como meio de pagamento de dívidas com o Fundo.

As operações com vencimento em até 12 meses são classificadas como circulante, conforme Nota 7.

O Risco de Crédito para as operações efetuadas até 1º de junho de 2001 é da União, conforme Medida Provisória nº 2.196-3 de 24 de agosto de 2001, e para as operações realizadas após 1º de junho de 2001 é da CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS, dessa forma nenhuma provisão para perda em operações de crédito é constituída pelo Fundo.

(e) Créditos vinculados - FCVS

Representam os valores residuais de contratos de financiamentos habitacionais a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), remunerados à Taxa Referencial – TR mais juros efetivos de 3,12 % ao ano, para as operações realizadas com recursos do FGTS e de 6,17% ao ano, para as operações realizadas com outros recursos.

A titularidade dos contratos é transferida para o FGTS à medida que os agentes encaminham as suas identificações ao FCVS e este adota todos os procedimentos para o início do processo de homologação previstos na legislação pertinente. Cabe ressaltar que, em função da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, será transferido para a União o risco de crédito das operações contratadas com recursos do FGTS até 1º de junho de 2001, caso não seja possível a aplicação da Resolução CCFGTS nº 509, de 29 de agosto de 2006.

Tais créditos não possuem um prazo de realização definido, pois estão atrelados ao processo de novação, cuja conclusão se dará pela emissão de títulos CVS pelo Tesouro Nacional, sendo os estágios desse processo representados na Nota 6.

(f) Outros créditos – Tesouro Nacional - pagamentos a ressarcir

Representam os valores a receber do Tesouro Nacional referentes às Liquidandas e Repassadoras, conforme Lei nº 6.024, de 13 dezembro de 1974, remunerados à TR mais juros de 6% ao ano; financiamentos habitacionais anteriores a 1º de junho de 2001 cujo risco de crédito é da União. Todos os ativos elencados nesse grupo são classificados como não circulantes, pois não há, até o momento, expectativa de realização nos próximos 12 meses.

A partir de 2016 foi efetuado o provisionamento dos valores referentes a interrupção da exigibilidade dos juros relacionados aos contratos firmados pelo agente MINASCAIXA, por força da liquidação extra judicial do agente, em razão da existência de evidências que apontam alto grau de incerteza quanto ao recebimento desses ativos junto à União.

(g) Depósitos Vinculados do FGTS

Os depósitos vinculados do FGTS são remunerados pela Taxa Referencial – TR mais juros anuais de 3%, conforme apresentado na Nota 9. Esses depósitos não apresentam vencimento definido uma vez que as condições para saque são disciplinadas pelo regulamento do Fundo.

(h) Provisões para Contingências

São reconhecidos de acordo com a probabilidade de saída de recursos, avaliada com base na experiência histórica. A análise é realizada de forma consistente com a utilização de bases confiáveis para determinação de estimativas de saída de recursos. O detalhamento dos passivos contingentes é apresentado na Nota 11(c).

(i) Patrimônio Líquido

O Fundo Conta Geral é constituído pelo resultado líquido apurado até o exercício de 2015 acrescido do saldos residuais do resultado após a sua distribuição para as contas vinculadas, conforme estipulado na Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017.

(j) Distribuição do Resultado

Conforme a Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017, a partir do exercício de 2016 será distribuído, até 31 de agosto do ano seguinte ao exercício de apuração do resultado, cinquenta por cento do resultado do exercício para todas as contas vinculadas, respeitando a proporcionalidade do saldo de cada conta em 31 de dezembro do exercício base.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa

(a)

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2017	2016
Depósitos na CAIXA	**3.547.937**	**7.396.643**
Operações compromissadas[1]	**13.872.995**	**41.119.007**
Letras do Tesouro Nacional	13.872.995	4.533.938
Notas do Tesouro Nacional	-	36.585.069
TOTAL	**17.420.932**	**48.515.650**

[1] Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

(b) Rendas de caixa e equivalentes de Caixa:

RENDAS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2017	2016
Rendas de depósitos na CAIXA	**683.824**	**945.715**
Rendas de operações compromissadas	**2.238.570**	**6.805.294**
Letras Financeiras do Tesouro	11.381	231.722
Letras do Tesouro Nacional	197.728	1.333.706
Notas do Tesouro Nacional	2.029.461	5.239.866
TOTAL	**2.922.394**	**7.751.009**

Nota 5 - Títulos e valores mobiliários

(a) FI-FGTS

Entrou em vigor, no dia 20 de junho de 2007, a Lei nº 11.491 que instituiu o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de energia, rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições dispostas na Resolução nº 530, de 4 de julho de 2007, do CCFGTS.

O FI-FGTS tem patrimônio próprio, segregado do patrimônio do FGTS, sendo disciplinado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 462, de 26 de novembro de 2007. Os recursos alocados no FI-FGTS contam com a garantia, pelo agente operador do FGTS, do percentual de remuneração das contas vinculadas, conforme estipulado na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

A administração e a gestão do FI-FGTS são de competência da CAIXA, na qualidade de Administradora do FI-FGTS, sendo a aprovação dos investimentos de responsabilidade do Comitê de Investimentos, colegiado constituído pelo CCFGTS, que tem por finalidade, dentre outras, deliberar sobre os investimentos e desinvestimentos do FI-FGTS.

A Lei 11.491/07, alínea i, inciso XIII, art. 5º, autoriza a aplicação de até R$ 5 bilhões do patrimônio líquido do FGTS para integralização de cotas do FI-FGTS, podendo a CAIXA propor ao CCFGTS a aplicação sucessiva de parcelas adicionais de R$ 5 bilhões cada, até ser atingido o valor limite equivalente a 80% do patrimônio líquido do FGTS, registrado em 31 de dezembro do exercício anterior àquele em que se der a autorização para a integralização das cotas (Atualizado pela Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009).

Assim, nos termos da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, o valor limite a ser aplicado é de 80% do patrimônio líquido do Fundo registrado no exercício anterior àquele em que se der a autorização para a integralização das cotas, com o montante de R$ 62.047.576 autorizado até 31 de dezembro de 2016.

Os valores aplicados até 31 de dezembro de 2017 somam R$ 22.883.791 (2016- R$ 22.883.791).

Os recursos disponíveis para aplicação no FI-FGTS em 31 de dezembro de 2017 somam R$ 39.163.785 (2016 – R$ 39.163.785).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000 0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

O FI-FGTS teve suas demonstrações financeiras emitidas em 12 de julho de 2018. O relatório dos auditores independentes apresentou as seguintes ressalvas e ênfase:

"Ressalvas

1. Conforme nota explicativa nº 6, o Fundo possui em 31 de dezembro de 2017 aplicações financeiras em cotas do Caixa Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Amazônia Energia ("Fundo investido") no montante de R$ 671.781 mil, que não foi mensurado a valor de mercado, conforme requerido pelo regulamento do Fundo. Caso a Administração tivesse avaliado a valor de mercado da cota do Fundo investido, certos elementos do Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira e da Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 teriam sido afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

2. Conforme notas explicativas nº 7.2.e, 7.2.i, 7.2.j, 7.3 e 9.b, o Fundo possui em 31 de dezembro de 2017, investimentos em ações ordinárias das empresas Cone S.A., Hidrotérmica S.A. e Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A., e investimentos em ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. ("Companhias Investidas"), que estão registrados no demonstrativo da composição e diversificação da carteira pelo montante de R$ 962.752 mil, para os quais foram reconhecidos durante o exercício findo nesta data, resultado de equivalência patrimonial negativa no montante de R$ 99.213 mil e atualização monetária de R$ 7.965 mil. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não obtivemos acesso às informações contábeis ou documentos dessas Companhias Investidas que nos permitissem obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes sobre os saldos contabilizados. Em decorrência desse assunto, não nos foi possível determinar se havia necessidade de efetuar ajustes em relação às rubricas desses investimentos em 31 de dezembro de 2017, assim como no resultado de equivalência patrimonial e demais elementos das demonstrações financeiras do exercício findo nessa data.

3. Conforme apresentado na demonstração da composição e diversificação da carteira, o Fundo possui em 31 de dezembro de 2017 investimentos em ações, debêntures não conversíveis em ações e cotas de Fundos de investimentos ("ativos investidos") no montante de R$ 24.422.300 mil, dos quais, R$ 3.705.888 mil referem-se a empresas e/ou grupos econômicos que estão em processo de investigação e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e Ministério Público Federal, relacionadas a práticas de corrupção e lavagem de dinheiro, conforme descrito na Nota Explicativa nº 12.c. No estágio atual das investigações, não é possível determinar os efeitos dos desdobramentos destas investigações sobre as demonstrações financeiras do Fundo, bem como se há necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações relacionadas a esses investimentos em 31 de dezembro de 2017, assim como aos elementos do demonstrativo da composição e diversificação da carteira e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ênfase

Ênfase – Incerteza relevante quanto a capacidade operacional das companhias investidas

Chamamos a atenção para as notas explicativas no 5.e, 5.k, 5.p, 7.2.b e 7.2.f, que descrevem que os relatórios de auditoria relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 dos investimentos em ações e dos emissores de debêntures não conversíveis em ações no montante de R$ 2.434.755 mil, contiveram seção de incerteza relevante sobre a continuidade operacional dessas companhias investidas. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - investigações em andamento em companhias investidas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7.2.n, que descreve que o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, relativo ao investimento em ações da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK") no montante de R$ 1.157.631 mil, conteve ênfase relacionada a investigação e outros processos judiciais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas dentro da chamada operação Lava Jato do ex-acionista controlador Odebrecht S.A., desde 2014. A Administração da BRK entende que após a aquisição pelo novo acionista controlador (Brookfield Business Partners L.P.) em 25 de abril de 2017 a BRK não será afetada por possíveis efeitos de tais investigações. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto."

(b) Fundos de Investimento Imobiliário – FII

Nos termos da Resolução CCFGTS nº 578, de 02 de dezembro de 2008, foi autorizada a aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário.

Os valores aplicados acumulados até 31 de dezembro de 2017 somam R$ 5.977.700 (2016 – R$ 5.977.700).

Não houve aplicação no FII-FGTS nos anos de 2017 e 2016.

O FII- Porto Maravilha teve suas demonstrações financeiras emitidas em 25 de julho de 2018. O relatório dos auditores independentes apresentou os seguintes itens abaixo transcritos:

"Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1, em 11 de maio de 2018 o Fundo declarou por meio de ofício ao Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto ("FII Região do Porto") e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro ("CDURP") estar em situação de iliquidez financeira, devido ao baixo volume de negociações de ativos, vinculação de Certificado de Potencial Adicional de Construção ("CEPAC") e geração de caixa. Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2017, o Fundo possui o montante de R$ 4.548.328 mil de Prêmio de Opção de Compra ("POC") a liquidar junto ao FII Região do Porto oriundos de aquisição de CEPAC em leilão público, para a continuidade dos serviços e obras relacionadas a melhoria da infraestrutura da Região do Porto Maravilha. Consequentemente, o reestabelecimento do cronograma de desembolso para pagamento do saldo remanescente do POC, bem como a realização dos ativos imobiliários pelos valores estimados, depende da continuidade e finalização das obras de infraestrutura e da retomada do mercado imobiliário. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Investigação do Ministério Público Federal

Conforme detalhado nas notas explicativas nºs 1, 12 e 24, o Fundo foi estruturado com o objetivo da viabilização da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro ("OUCPRJ"), com a finalidade de promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbanístico ("AEIU"), no entanto, por meio de colaboração premiada, um ex-executivo da Caixa Econômica Federal relatou um esquema de corrupção e pagamento de propina na liberação de recursos destinados ao Porto Maravilha. Neste momento não é possível para o Fundo estimar de forma confiável os possíveis desdobramentos futuros do processo de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

(c) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

Nos termos da Resolução CCFGTS nº 578, de 02 de dezembro de 2008, foi autorizada a aquisição de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.

Os valores aplicados acumulados até 31 de dezembro de 2017 somam R$ 450.000 (2016 - R$ 450.000).

Não houve aplicação no FIDC nos exercícios de 2017 e 2016.

(d) Debêntures

Nos termos da Resolução CCFGTS nº 681, de 10 de janeiro de 2012, foi autorizada a aquisição de Debêntures que possuam lastro em operações nas áreas de Habitação, Saneamento e Infraestrutura Urbana e de Transportes.

DEBÊNTURES	2017	2016
Residencial	501.512	1.173.534
Saneamento e Infraestrutura	1.639.107	1.801.374
Transportes	1.316.269	1.328.351
TOTAL	**3.456.888**	**4.303.259**

Os valores aplicados acumulados até 31 de dezembro de 2017 somam R$ 9.202.064 (2016 – R$ 9.202.064).

Não houve aplicações em debêntures no ano de 2017 (2016 - R$ 932.861)

(e) Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI

Nos termos das Resoluções CCFGTS nº 649, de 21 de dezembro de 2010, nº 681, de 13 de janeiro de 2012, nº 798, de 26 de fevereiro de 2016, nº 814 de 27 de julho de 2016, nº 824, de 18 de outubro de 2016 e nº 833, de 15 de dezembro de 2016, foi autorizada a aquisição de Certificados de Recebíveis Imobiliários que possuam lastro em operações nas áreas de Habitação.

Os valores aplicados até 31 de dezembro de 2017 somam R$ 18.908.052 (2016 – R$ 18.908.052).

Não houve aplicações em Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI em 2017 (2016 – R$ 8.990.037).

(f) Letras de Crédito Imobiliário – LCI

Nos termos das Resoluções CCFGTS nº 807, de 12 de maio de 2016, nº 814 de 27 de julho de 2016, nº 824, de 18 de outubro de 2016 e nº 833, de 15 de dezembro de 2016, foi autorizada a aquisição de Letras de Crédito Imobiliário que possuam lastro em operações nas áreas de Habitação.

Não houve aplicações em Letras de Crédito Imobiliário – LCI no ano de 2017 (2016 – R$ 986.291).

(g) CVS - Créditos Securitizados - Tesouro Nacional

Os créditos securitizados são formados por Títulos Públicos Federais - CVS recebidos dos agentes financeiros no âmbito do processo de securitização e os decorrentes das novações de créditos cedidos (Nota 6). Os títulos CVS - séries A e C rendem TR + 6,17% ao ano, e os de séries B e D rendem TR + 3,12% ao ano, emitidos em 1º de janeiro de 1997, a serem resgatados em 30 (trinta) anos.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000 1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

CRÉDITOS SECURITIZADOS	2017	2016
CVS - Série A	67.693	74.540
CVS - Série B	1.638.305	1.445.844
CVS - Série C	920	1.015
CVS - Série D	103.006	113.653
TOTAL	**1.809.924**	**1.635.052**

Os títulos CVS não são ajustados a valor de mercado em razão do Fundo não possuir intenção de negociar esses papéis antes de seus vencimentos. Não existe evidência de perda na recuperabilidade no valor desses títulos os quais mensalmente, no prazo de vencimento, são amortizados pelo Tesouro Nacional.

(h) Composição dos títulos e valores mobiliários:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2017	2016
Carteira FGTS	**85.170.156**	**100.713.161**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	338.016	3.799.860
Notas do Tesouro Nacional - NTN	67.276.645	76.038.976
CVS – Créditos Securitizados	1.809.924	1.635.052
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	11.377.567	13.946.093
Debêntures	3.456.888	4.303.259
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	911.116	989.921
Carteira do Fundo de Liquidez	**26.199.242**	**25.637.336**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.199.242	25.637.336
Cotas de Fundos de Investimento	**37.199.072**	**35.370.624**
FI-FGTS	33.456.031	31.761.225
FIDC RB HABITAÇÃO	153.067	355.605
FII-FGTS	3.589.974	3.253.794
TOTAL	**148.568.470**	**161.721.121**
Circulante	**12.083.976**	**15.066.912**
Não Circulante	**136.484.494**	**146.654.209**

(i) Classificação consolidada por prazos:

Carteira/Títulos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor Contábil 2017	Valor Contábil 2016
Carteira disponibilidade financeira							
LTN				338.016		338.016	3.799.860
NTN		2.096.790	9.019.549	17.870.933	38.289.373	67.276.645	76.038.976
Carteira fundo de liquidez							
NTN				4.126.630	22.072.612	26.199.242	25.637.336
CVS – Créd. Securitizados		**50.276**	**150.827**	**402.205**	**1.206.616**	**1.809.924**	**1.635.052**
Certificados de recebíveis - CRI					**11.377.567**	**11.377.567**	**13.946.093**
Letras de Crédito Imobiliário - LCI					**911.116**	**911.116**	**989.921**
Cotas de Fundo de Invest.							
FI-FGTS (i)	33.456.031					33.456.031	31.761.225
FIDC Habitação (iii)				153.067		153.067	355.605
FII Porto Maravilha (ii)					2.537.724	2.537.724	2.171.854
Outros FII-FGTS (ii)			264.884	-	787.366	1.052.250	1.081.940
Debêntures (iv)		**501.651**		**26.113**	**2.929.124**	**3.456.888**	**4.303.259**
Total 2017	**33.456.031**	**2.648.716**	**9.435.260**	**22.916.965**	**80.111.497**	**148.568.470**	
Total 2016	**32.229.642**	**2.249.497**	**13.594.445**	**26.682.221**	**86.965.316**		**161.721.121**

(i) Aprovado pela Resolução CCFGTS nº 563, de 6 de maio de 2008.

(ii) Autorizada pela Resolução CCFGTS nº 578, de 4 de dezembro de 2008.

(iii) Autorizada pela Resolução CCFGTS nº 578, de 4 de dezembro de 2008.

(iv) Aprovada pela Resolução CCFGTS nº 578, de 4 de dezembro de 2008, e direcionada para emissores de 1ª linha.

(j) Os títulos e valores mobiliários auferiram os seguintes rendimentos:

Rendimentos de TVMs	2017	2016
Carteira Disponibilidade Financeira	**8.141.235**	**10.364.473**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	363.155	598.173
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.423.651	8.590.432
CVS – Créditos Securitizados	67.681	87.552
Debêntures	289.199	402.841
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	922.503	681.845
Letras de Crédito Imobiliário	75.046	3.630
Carteira do Fundo de Liquidez	**2.011.508**	**2.505.685**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.011.508	2.505.685
Cotas de Fundos de Investimento	**2.078.365**	**(774.423)**
FI-FGTS	1.694.806	2.627.286
FIDC RB Habitação	4.628	20.091
FII-FGTS	378.931	(3.421.800)
Garantia Rentabilidade Res. CCFGTS 681/12	**(217.977)**	**4.138.160**
TOTAL	**12.013.131**	**16.233.895**

Nota 6 - Créditos vinculados - FCVS

Compreendem, em 31 de dezembro de 2017, os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), abaixo relacionados, decorrentes de renegociações com agentes financeiros, que cederam créditos com cobertura do FCVS para pagamento de dívida:

	2017	2016
FCVS - Créditos Cedidos[i]	**1.481.401**	**1.495.628**
FCVS - Não Habilitados[ii]	**68.186**	**73.366**
FCVS - Habilitados[iii]	**72.732**	**71.087**
FCVS - Homologados[iv]	**5.705.550**	**5.507.068**
FCVS - Homologado com negativa de cobertura	**913.172**	**799.215**
FCVS - Descontos Res. CCFGTS 509/06[vi]	**(147.094)**	**(167.076)**
TOTAL	**8.093.947**	**7.779.288**

Os créditos vinculados - FCVS auferiram rendas no período de R$ 366.151 (2016 – R$ 458.064).

[i] Representa os contratos cedidos pelos agentes financeiros em processo de transferência de titularidade ao FGTS.

[ii] Representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, por estarem em processo de habilitação no FGTS.

[iii] Representa os contratos já habilitados pelo FGTS em fase de análise por parte da CAIXA e/ou do FCVS para homologação final do FCVS.

[iv] Os créditos habilitados e homologados representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, para a sua realização. Nos créditos ainda pendentes de homologação pelo FCVS, o FGTS também não incorrerá em perdas haja vista: (i) a manutenção da responsabilidade do agente em substituir o crédito por outro com as mesmas características ou (ii) o pagamento em espécie nas situações em que houver rejeição ou (iii) a garantia da União. Atualmente, esses créditos são remunerados à Taxa Referencial - TR, acrescidos de juros à taxa efetiva de 3,12% ao ano para as operações realizadas com recursos oriundos do FGTS e juros efetivos de 6,17% ao ano, para as operações realizadas com outros recursos, conforme determina a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

[v] Representa os contratos já homologados pela administradora do FCVS, não havendo ainda a assinatura do contrato de novação e o recebimento dos títulos.

[vi] Representa a provisão para o desconto líquido, correspondente à diferença entre os juros do contrato de empréstimo com o agente e os juros dos créditos recebidos em pagamento da dívida, na validação do saldo de cessão da carteira de cada agente nos termos da Resolução CCFGTS nº 509, de 29 de agosto de 2006.

Nota 7 - Operações de crédito

(a) Composição por setor de atividade das operações de crédito

DESCRIÇÃO	2017	2016
SETOR PÚBLICO		
Habitacional	278.385.619	242.492.677
Saneamento	19.738.117	14.784.735
Infraestrutura e Desenvolvimento	15.101.552	20.454.341
TOTAL SETOR PÚBLICO	**313.225.288**	**277.731.753**
SETOR PRIVADO		
Habitacional	3.917.234	3.797.127
Saneamento	649.744	563.095
TOTAL SETOR PRIVADO	**4.566.978**	**4.360.222**
TOTAL GERAL	**317.792.266**	**282.091.975**
CIRCULANTE	**29.058.582**	**25.234.690**
NÃO CIRCULANTE	**288.733.685**	**256.857.285**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000 2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

(b) Concentração dos principais devedores

DESCRIÇÃO	2017	2016
10 maiores devedores	312.454.438	277.151.625
Demais	5.337.828	4.940.350
TOTAL	**317.792.266**	**282.091.975**

(c) Composição das operações de crédito por faixa de vencimento

DESCRIÇÃO	SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO	TOTAL 2017	TOTAL 2016
CIRCULANTE				
De 0 a 90 dias	10.306.004	207.533	10.513.537	6.329.204
De 91 a 360 dias	18.511.828	33.217	18.545.045	12.437.540
NÃO CIRCULANTE				
De 1 ano até 3 anos	45.825.465	88.344	45.913.809	30.782.979
De 3 anos até 5 anos	40.720.613	88.240	40.808.853	26.732.179
De 5 anos até 15 anos	162.231.558	407.351	162.638.909	105.633.899
Mais de 15 anos	34.179.714	190.905	34.370.619	93.708.228
TOTAL VINCENDO	**311.775.183**	**1.015.590**	**312.790.771**	**275.624.029**
TOTAL VENCIDO	**1.450.106**	**3.551.388**	**5.001.494**	**6.467.946**
TOTAL GERAL	**313.225.288**	**4.566.978**	**317.792.266**	**282.091.975**

(d) Composição das operações de crédito por Agentes:

Operações de crédito	2017	2016
Financiamentos imobiliários[i]		
Agente financeiro CAIXA	239.382.661	203.193.051
Outros agentes financeiros	36.194.463	33.687.653
Encargos a receber Ag. Fin. CAIXA	199.102	392.671
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	2.610.544	2.931.616
Encargos a receber (FAR)	10.531	11.835
Financiamentos para saneamento básico e infraestrutura e desenvolvimento[ii]		
Agente financeiro CAIXA	29.237.813	26.849.485
Outros agentes financeiros	6.029.380	6.021.683
Encargos a receber	100.382	69.591
Operações refinanciadas[iii]		
Lei nº 8.727/93	3.983.698	8.900.686
Encargos a receber	43.692	33.704
TOTAL	**317.792.266**	**282.091.975**

(i) Financiamentos imobiliários

Possuem vencimento médio de 20 anos e são atualizados pela variação da TR acrescidos de juros médios anuais de 4,9%.

Os financiamentos imobiliários incluem o valor de R$ 111.958 (2016 - R$ 108.633) decorrente de operações com mutuários finais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH. Os eventuais saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento imobiliário, em relação aos quais tenha havido, quando devida, contribuição ao FCVS, serão de responsabilidade do FCVS, consoante Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000. Mensalmente é lançada a provisão prevista na Resolução CCFGTS nº 517 de 20 de novembro de 2006, expressando a expectativa do desconto a ser concedido na liquidação ou renegociação da dívida proveniente desses ativos, conforme estipula o normativo.

Inclui, também, empréstimos concedidos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, instituído nos termos da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, no montante de R$ 2.621.075 (2016 - R$ 2.943.451), que são atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros anuais médios de 4,9% ao ano e prazo médio de retorno de 113 meses.

Os valores contratados a liberar de financiamentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2017, são de R$ 1.314.384 para o setor público e de R$ 28.672.194 para o setor privado (2016 – R$ 1.364.431 e R$ 25.185.709, respectivamente).

(ii) Financiamentos para saneamento básico, infraestrutura e desenvolvimento

As operações de saneamento possuem vencimento médio de 13,5 anos e são atualizadas pela TR, acrescidos de juros médios anuais de 6,3%. Já as operações de infraestrutura e desenvolvimento tem prazo médio de 16,8 anos e são atualizados pela TR mais juros médios de 5,7%.

Os valores contratados a liberar de financiamentos para saneamento e infraestrutura, em 31 de dezembro de 2017, são de R$ 26.105.539 para o setor público e de R$ 2.372.625 para o setor privado (2016 – R$ 25.780.004 e R$ 2.592.483, respectivamente).

(iii) Operações refinanciadas

Compreendem contratos de refinanciamento de dívidas dos governos estaduais e municipais, efetuados com base na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993. Sobre esses contratos incidem atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) mais juros anuais médios da ordem de 4,6% para contratos habitacionais, 6,8% para contratos de saneamento e 7,5% para infra e desenvolvimento, cujos prazos médios são de 1,8 anos, 7,3 anos e 7,3 anos, respectivamente. Essas operações de refinanciamento estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios - FPE/FPM.

(e) Rendas de operações de créditos

As operações de crédito auferiram as seguintes rendas no período:

RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2017	2016
Habitacionais	14.446.866	15.500.912
Saneamento, Infraestrutura e Desenvolvimento	2.251.076	2.371.759
Operações refinanciadas	365.517	628.260
TOTAL	**17.063.459**	**18.500.931**

Nota 8 - Outros créditos

(a) Rendas a receber

Referem-se à remuneração dos depósitos remunerados na CAIXA a ser creditada no 1º dia útil do mês seguinte, aos valores de rentabilidade mínima auferidos nos termos das resoluções CCFGTS Nº 681/12 e Nº 764/14 e aos valores a receber de títulos liquidados antecipadamente.

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	2017	2016
Rendimentos a receber - Depósitos na CAIXA	32.716	91.421
Rentabilidade a receber - Res. nºs 681/12 e 764/2014	4.426.832	4.644.809
Valores a receber - Títulos	342.806	266.664
TOTAL	**4.802.354**	**5.002.894**

(b) Tesouro Nacional – pagamentos a ressarcir

Representam exclusivamente os Financiamentos Habitacionais das operações cujo risco de crédito é da União, conforme previsto no artigo 9º, § 8º da Lei 8.036/90, inserido pela Medida Provisória 2.196/01 e apresentaram, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R$ 177.071 (2016 – R$ 170.591). Esse grupo é composto substancialmente por contratos referentes às Liquidandas e Repassadoras decorrentes da Lei nº 6.024 de 13 de março de 1974.

Com o advento da Resolução CCFGTS nº 831 de 15 de dezembro de 2016, foi autorizada a constituição de Provisão para os contratos firmados pelo agente financeiro MINASCAIXA com o Fundo e enquadrados na Lei nº 6.024 de 13 de março de 1974. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2017 apresentou o montante de R$ 813.836.

O Ministério da Fazenda publicou, em 03 de agosto de 2016, a Portaria STN nº 326/2016, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos para recolhimento e contabilização dos recursos relativos às contribuições sociais da Lei Complementar nº 110/2001. Com edição desse novo normativo, as receitas oriundas da multa de 10% por demissão sem justa causa do empregado e da contribuição mensal devida de 0,5% sobre a remuneração deixaram de transitar na Conta Única do Tesouro Nacional. Com isso, o Fundo deixou de registrar no grupo de pagamentos a ressarcir pelo Tesouro Nacional a movimentação relativa a essas contribuições recolhidas.

Em 23 de setembro de 2016, O Ministério das Cidades publicou a Instrução Normativa nº 24, estipulando em seu artigo 1º o impedimento para o agente operador de efetuar a utilização das disponibilidades do FGTS para adiantamentos dos descontos relativos ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000 3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

O grupo apresentou a seguinte movimentação em 2017:

DESCRIÇÃO	2017	2016
SALDO INICIAL	**170.591**	**864.269**
Financiamentos Habitacionais - Juros e Atualização monetária	58.938	67.700
Financiamentos Habitacionais - Provisão Res. 831/2016	(52.458)	(761.378)
VALORES A RECEBER - PMCMV		
Liberações	869.865	-
Atualização monetária	-	-
Devoluções - MP 702/2015	-	-
Demais devoluções	(869.865)	-
MOVIMENTAÇÃO - PMCMV	-	-
VALORES A RECEBER - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL LC 110		
Repasses	-	3.569.034
Atualização monetária	-	-
Recebimentos - MP 702/2015	-	-
Demais recebimentos	-	(3.569.034)
MOVIMENTAÇÃO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL LC 110	-	-
SALDO FINAL	**177.071**	**170.591**

Nota 9 - Depósitos vinculados do FGTS

(a) Contas ativas

Correspondem às contas de trabalhadores com vínculo de trabalho ativo, passíveis de recebimento de depósitos, cuja movimentação resultou na seguinte posição:

	2017	2016
SALDO INICIAL	**341.292.932**	**339.460.771**
Entrada de recursos	143.022.878	126.410.494
Saída de recursos	(138.698.662)	(141.240.192)
Atualização monetária e juros	13.298.548	16.661.859
SALDO FINAL	**358.915.696**	**341.292.932**

(b) Contas ativas - Lei Complementar nº 110/01

Correspondem às contas que, depois de firmado o Termo de Adesão, recebem o crédito do complemento da atualização monetária liberado, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/01, apresentando a seguinte movimentação no exercício:

	2017	2016
SALDO INICIAL	**4.093.287**	**4.090.099**
Entradas de recursos	1.024.375	143.698
Saída de recursos	(1.497.144)	(356.137)
Atualização monetária e juros	136.516	215.627
SALDO FINAL	**3.757.033**	**4.093.287**

(c) Contas inativas

São as contas vinculadas sem recebimento de depósitos, em consequência do rompimento dos vínculos trabalhistas que as originaram.

DESCRIÇÃO	2017	2016
SALDO INICIAL	**32.313.761**	**1.013.854**
Entradas de recursos	27.491.888	32.593.264
Saída de recursos	(40.047.696)	(2.746.618)
Atualização monetária e juros	943.123	1.453.261
SALDO FINAL	**20.701.076**	**32.313.761**

(d) Variação monetária e juros a incorporar

Sobre os depósitos incidem atualização monetária equivalente à fixada para remuneração dos saldos dos depósitos de poupança com vencimento no dia 10 de cada mês e juros médios de 3% ao ano, capitalizados mensalmente e incorporados nas contas de origem no mês subsequente. Esse grupo teve a seguinte movimentação em 2017:

DESCRIÇÃO	2017	2016
SALDO INICIAL	**1.144.711**	**1.110.015**
Juros de Depósitos a Incorporar	(502.269)	(19.862)
Atualização a Incorporar	9.438	55.323
JAM a Incorporar LC 110	(6.118)	(765)
SALDO FINAL	**645.762**	**1.144.711**

(e) Valores a desdobrar

Correspondem aos valores de documentos de pagamentos não classificados e arrecadações ainda não processadas nas contas vinculadas, cujo montante em 2017 totaliza saldo devedor de R$ 318.218 (2016 – R$ 124.650).

Nota 10 - Reserva de contas inativas

Corresponde às contas inativas com mais de cinco anos sem movimentação:

DESCRIÇÃO	2017	2016
SALDO INICIAL	**18.210.756**	**17.746.372**
Atualização monetária	383.406	842.839
Saída de Recursos	(18.594.162)	(433.176)
SALDO FINAL	**-**	**18.156.035**
Atualização monetária a incorporar (i)	-	54.721
TOTAL	**-**	**18.210.756**

Nota 11 - Obrigações diversas

(a) Créditos vinculados a pagar

Representa o montante de valores a serem devolvidos aos agentes cedentes em decorrência dos ajustes de saldo na habilitação e na validação de créditos vinculados, conforme apurado pelo Sistema de Acompanhamento de Crédito Imobiliário – SIACI/Módulo FCVS. Em 2017, o saldo totaliza R$ 87.882 (2016 – R$ 88.371).

(b) Valores a repassar à União - risco de crédito

Corresponde aos valores recebidos dos agentes financeiros referentes à taxa de risco de crédito a serem repassados à União, em decorrência da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a qual transferiu para a União o risco de crédito das operações contratadas com recursos do FGTS até 1º de junho de 2001. Estes valores são remunerados pela SELIC e totalizam em 2017 o montante R$ 435.338 (2016 – R$ 398.735).

(c) Provisões para contingências

Referem-se às ações judiciais contra o FGTS, que requerem a aplicação da progressividade da taxa de juros, e ao pagamento do complemento da diferença de atualização monetária, aplicada às contas vinculadas, decorrente da edição dos planos econômicos Verão e Collor.

Em relação à progressividade da taxa de juros, o CCFGTS, por meio da Resolução CCFGTS nº 608, de 12 de novembro de 2009, autorizou o Agente Operador do FGTS a aplicar a progressão de taxa nas contas vinculadas, por solicitação administrativa dos requerentes, além de poder realizar acordos ou transações em juízo, terminar litígios, e não interpor recursos para os casos previstos na citada Resolução.

A provisão, relativa à progressividade da taxa de juros, apresentou a seguinte movimentação:

(i)

DESCRIÇÃO	2017	2016
SALDO INICIAL	**328.470**	**331.002**
Pagamentos	(27.848)	(28.509)
Estorno Determinação Judicial	41.509	-
Atualização Monetária	23.233	25.977
SALDO FINAL	**365.365**	**328.470**

No exercício de 2017, visando o processo contínuo de acompanhamento e revisão dos critérios estabelecidos para a constituição dos valores de provisão e no âmbito das análises técnicas realizadas no novo cenário, foi verificada a necessidade de reversão na ordem de R$ 547.735 (2016 – R$ 484.609), tendo como fundamento basilar o intento de se consignar a atual probabilidade, com base na melhor estimativa do volume de pagamentos, relativos aos Planos Econômicos Verão e Collor, que ainda devem ser realizados pelo FGTS.

Essas provisões apresentaram, neste exercício, a seguinte movimentação:

(ii)

DESCRIÇÃO	2017	2016
SALDO INICIAL	**1.462.568**	**1.982.543**
Pagamentos	(134.156)	(100.352)
Estorno Determinação Judicial	192.850	-
Atualização Monetária	5.965	64.986
Reversão de Provisão[(i)]	(547.735)	(484.609)
SALDO FINAL	**979.492**	**1.462.568**

(i) Reversão a partir de estimativa calculada anualmente decorrente de metodologia desenvolvida pela administração baseada em sua experiência e nos dados históricos

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000 4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

Nota 12 - Contribuições sociais – LC nº 110/01

Referem-se às contribuições sociais instituídas pala Lei Complementar nº 110/01 com arrecadação neste exercício de R$ 5.197.442 (2016 – R$ 5.152.948).

Nota 13 - Taxa de administração

Refere-se às despesas com taxa de administração, conforme determinado na Resolução do CCFGTS nº 570, de 26 de agosto de 2008, fixada em 1% a.a. sobre o total do ativo do Fundo com base nos saldos do balancete do mês anterior. A taxa de administração apurada no exercício de 2017 é de R$ 4.937.224 (2016 – R$ 4.851.638).

Nota 14 - Outras Receitas Operacionais

Referem-se, principalmente, à atualização monetária de valores a ressarcir junto à União, à reversão das provisões dos planos econômicos, à recuperação de despesas de desconto com mutuário e remuneração do agente financeiro e às taxas e multas incidentes sobre a arrecadação recolhida em atraso:

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2017	2016
Reversão de provisão para contingências	**547.735**	**484.609**
Atualização monetária e juros de valores a ressarcir - União	**58.938**	**67.878**
Financiamentos imobiliários	58.938	67.705
Contribuição social LC 110	-	173
Recuperação de encargos e despesas	**361.659**	**397.477**
Taxas e multas sobre arrecadação em atraso	**952.317**	**902.686**
Outras receitas operacionais	**956.364**	**654.216**
SALDO FINAL	**2.877.013**	**2.506.866**

Nota 15 - Descontos Concedidos

Referem-se principalmente aos descontos concedidos aos mutuários e à remuneração do agente financeiro, conforme estabelecido pela Resolução CCFGTS Nº 460, de 14 de dezembro de 2004, atualizada pela Resolução CCFGTS Nº 702 de 04 de outubro de 2012:

DESCONTOS	2017	2016
Desconto mutuário aquisição/construção	(2.920.132)	(7.035.126)
Desconto mutuário - remuneração do agente financeiro	(5.647.046)	(3.912.757)
Demais descontos	(432)	(10)
TOTAL	**(8.567.609)**	**(10.947.893)**

Nota 16 – Patrimônio líquido

Em 25 de maio de 2017, foi publicada a Lei nº 13.446 de 25 de maio de 2017, alterando o artigo 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, determinando a distribuição, até 31 de agosto do ano seguinte ao exercício de apuração do resultado, de 50% do resultado auferido no exercício para todas as contas vinculadas, respeitando a proporcionalidade do saldo de cada conta em 31 de dezembro do exercício base. O resultado a distribuir em 2017 totalizou o montante de R$ 6.232.267.

O Fundo conta geral no valor de R$ 104.400.823 (2016 - R$ 98.167.671), após a edição da Lei nº 13.446 de 25 de maio de 2017, é representado pelos resultados acumulados até o exercício de 2015 e o saldos residuais, após a distribuição, dos resultados dos exercícios posteriores a 2016.

Nota 17 - Transações entre partes relacionadas

OPERAÇÕES COM FUNDO DE INVESTIMENTO - FI - FGTS	2017	2016
ATIVO		
Cotas de Fundo de Investimento- FI FGTS	33.456.031	31.761.225
RESULTADO		
Rendimentos de aplicações em cotas FI FGTS	1.694.806	2.627.286
OPERAÇÕES COM FUNDO DE INVESTIMENTO - FII - FGTS	**2017**	**2016**
ATIVO		
Cotas de Fundo de Investimento- FII-FGTS	3.589.974	3.253.794
RESULTADO		
Resultado de aplicações em cotas FII FGTS	378.931	(3.421.800)
OPERAÇÕES COM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC	**2017**	**2016**
ATIVO		
Cotas de Fundo de Investimento- FIDC	153.067	355.605
RESULTADO		
Rendas de aplicações em cotas FIDC	4.628	20.091

NELSON ANTONIO DE SOUZA
Presidente

FABIO LENZA
Vice-Presidente

MARCELO CAMPOS PRATA
Vice-Presidente

MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
Vice-Presidente

NARAN PEÇANHA DE ARAÚJO
Vice-Presidente - Em Exercício
Portaria Nº 1141/18, de 20/06/2018

OSVALDO BRUNO BRASIL CAVALCANTE
Vice-Presidente - Em Exercício
Portaria Nº 1274/18, de 11/07/2018

PAULO ANTUNES DE SIQUEIRA
Vice-Presidente Interino

PAULO HENRIQUE ANGELO SOUZA
Vice-Presidente

PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA
Vice-Presidente Interino

ROBERTO BARROS BARRETO
Vice-Presidente Interino

ROBERTO LUIZ BACHMANN
Vice-Presidente - Em Exercício
Portaria Nº 134/18, de 20/07/2018

VALTER GONÇALVES NUNES
Vice-Presidente Interino Responsável pelos Fundos e Programas do Governo Federal

MARCOS BRASILIANO ROSA
Superintendente Nacional de Contabilidade e Tributos
CRC/DF 022351/O-1

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ("FGTS" ou "Fundo"), administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA ("Administrador" ou "CAIXA") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 3.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 5 (a) às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2017 o Fundo possuía aplicações em cotas do Fundo de Investimento FI-FGTS no montante de R$ 33.456 milhões. As demonstrações financeiras do FI-FGTS nessa mesma data incluem relatório do auditor inde-

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

pendente do FI-FGTS, emitido em 12 de julho de 2018, que apresenta as seguintes ressalvas referentes aos investimentos do FI-FGTS:

(i) Aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R$ 672 milhões não foram mensuradas a valor de mercado, conforme requerido pelo regulamento do FI-FGTS. Não foi praticável quantificar os eventuais ajustes das demonstrações financeiras do FI-FGTS em função desse assunto;

(ii) Investimento em empresas que estão registradas no ativo do FI-FGTS pelo montante de R$ 963 milhões, para os quais foram reconhecidos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, resultado de equivalência patrimonial negativa no montante de R$ 99 milhões e atualização monetária de R$ 8 milhões e cujo auditor independente do FI-FGTS não obteve acesso às informações contábeis ou documentos das empresas investidas que os permitissem obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes sobre os saldos contabilizados; e

(iii) O FI-FGTS possui, em 31 de dezembro de 2017, investimentos em ações, debêntures não conversíveis em ações e cotas de fundos de investimento dos quais R$ 3.706 milhões referem-se a empresas e/ou grupos econômicos que estão em processo de investigação e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e Ministério Público Federal, relacionados a práticas de corrupção e lavagem de dinheiro. No estágio atual das investigações, não foi possível ao auditor independente do FI-FGTS determinar os possíveis desdobramentos destas investigações sobre as demonstrações financeiras do FI-FGTS, bem como se há necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações relacionadas a esses investimentos em 31 de dezembro de 2017.

Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação aos assuntos mencionados nos itens (i) a (iii) acima e, consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário no investimento detido pelo Fundo no FI-FGTS e nos resultados por ele produzidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, caso as referidas evidências de auditoria tivessem sido obtidas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis para propósito especial

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis foram preparadas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto dos normativos aplicáveis ao FGTS. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Créditos vinculados ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 6 às demonstrações contábeis, que descreve que em 31 de dezembro de 2017, o Fundo possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 8.094 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 1.622 milhões e sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 6.472 milhões, em 31 de dezembro de 2017, segue um processo de securitização (emissão de títulos pelo Tesouro Nacional), conforme previsto na Lei nº 10.150/2000. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional das companhias investidas

(i) Chamamos a atenção para a Nota 5 (a) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2017, o relatório do auditor independente do FI-FGTS apresentou ênfase referente ao fato de os relatórios de auditoria relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 dos investimentos em ações e dos emissores de debêntures não conversíveis em ações no montante de R$ 2.435 milhões, conterem seção de incerteza relevante sobre a continuidade operacional dessas companhias investidas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

(ii) Chamamos a atenção para a Nota 5 (b) às demonstrações contábeis, que descreve que em 31 de dezembro de 2017, o FGTS possui em sua carteira o fundo de investimento exclusivo Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha ("FI-Porto Maravilha"), o qual teve suas demonstrações contábeis auditadas por outro auditor independente que emitiu opinião em 25 de julho de 2018, contendo seção de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. Em 11 de maio de 2018, o FI-Porto Maravilha declarou por meio de ofício ao Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto ("FII Região do Porto") e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro ("CDURP") estar em situação de iliquidez financeira, devido ao baixo volume de negociações de ativos, vinculação de Certificado de Potencial Adicional de Construção ("CEPAC") e geração de caixa. Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2017, o FI-Porto Maravilha possui o montante de R$ 4.548 milhões de Prêmio de Opção de Compra ("POC") a liquidar junto ao FII Região do Porto oriundos da aquisição de CEPAC em leilão público, para a continuidade dos serviços e obras relacionadas a melhoria da infraestrutura da Região do Porto Maravilha. Consequentemente, o reestabelecimento do cronograma de desembolso para pagamentos do saldo remanescente do POC depende da continuidade e finalização das obras de infraestrutura e da retomada do mercado imobiliário. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Riscos relacionados à não conformidade com leis e regulamentos

(i) Chamamos a atenção para a nota 5 (a) às demonstrações contábeis, que descreve que o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, relativo ao investimento que o FI-FGTS possui em ações da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK") no montante de R$ 1.158 milhões, conteve ênfase relacionada a investigação e outros procedimentos judiciais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas dentro da chamada operação Lava Jato contra o ex-acionista controlador Odebrecht S.A., desde 2014. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

(ii) Chamamos a atenção para a Nota 5 (b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2017, o FI-Porto Maravilha foi estruturado com o objetivo de viabilização da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro ("OUCPRJ"), com a finalidade de promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbanístico ("AEIU"), no entanto, por meio de colaboração premiada, um ex-executivo da CAIXA relatou um esquema de corrupção e pagamento de propina na liberação de recursos destinados ao Porto Maravilha. Neste momento não é possível para o FI-Porto Maravilha estimar de forma confiável os possíveis desdobramentos futuros do processo de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras do FI-Porto Maravilha. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de agosto de 2017, com as seguintes ressalvas:

(i) Investimento do FI-FGTS em empresas no montante de R$ 281 milhões, cujas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram emitidas e acompanhadas do relatório dos auditores independentes, contendo ressalvas relacionadas a: i) limitação de escopo pelo não exame das demonstrações contábeis de coligadas indiretas e ii) limitação de escopo relativo ao compromisso de partes relacionadas e, adicionalmente, seção de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional; e

(ii) Investimento em empresas no montante de R$ 598 milhões cujas demonstrações financeiras não haviam sido emitidas até a data do relatório do auditor independente do FI-FGTS.

O relatório do auditor independente também apresentou ênfases relativas à (a) base de elaboração das demonstrações contábeis para propósito especial, (b) créditos vinculados ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, (c) riscos relacionados à não realização dos seguintes ativos do FI-FGTS: i) investimento em cotas de Fundo de Investimento em Participações no montante de R$ 760 milhões; ii) investimento em debêntures não conversíveis em ações emitidas por companhias no montante de R$ 609 milhões; iii) Investimento em ações de companhias sem cotação em Bolsa de Valores no montante de R$ 802 milhões; e d) Investimento do FGTS no FI-Porto Maravilha; e (e) riscos relacionados à não conformidade com leis e regulamentos referentes a: i) Investimentos do FI-FGTS em empresas de capital fechado, debêntures não conversíveis em ações e cotas de fundos de investimento, dos quais R$ 4.809 milhões são provenientes de entidades que fazem parte e/ou estão relacionados a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela Polícia Federal, pelo suposto envolvimento na operação "Lava Jato"; e ii) Investimento do FGTS no FI-Porto Maravilha que, por meio de colaboração premiada, um ex-executivo da CAIXA relatou um esquema de corrupção e pagamento de propina na liberação de recursos destinados ao Porto Maravilha.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 3 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da CAIXA é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 03000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – EXERCÍCIO 2017

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 06 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 25, Inciso XVIII, alínea "d", do Estatuto Social da CAIXA, e, considerando o Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 06 de agosto de 2018, e o Parecer nº 001/2018, da Ata nº 133, de 06 de agosto de 2018, do Comitê de Auditoria (COAUD), bem como a função desta Empresa na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos termos do art. 7º da Lei 8.036/90, **aprovou** as Demonstrações Contábeis do FGTS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no que se refere à sua integridade, e **referendou** as ressalvas da Auditoria Independente. Deliberada a matéria, o Colegiado **recomendou** que sejam adotadas as devidas providências para a regularização das ressalvas contidas do Relatório da Auditoria Independente.

Brasília, 06 de agosto de 2018.

ADILSON HERRERO
Conselheiro

JORGE ROBERTO MANOEL
Conselheiro

PRISCILA GRECOV
Conselheira

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 18/2018, DA ATA Nº 752, DE 07/08/2018

Assunto: Balancetes dos meses de outubro, novembro e dezembro e as Demonstrações Contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) referentes ao exercício de 2017.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 59, incisos II e III do seu Estatuto Social, analisou os Balancetes dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017 e as Demonstrações Contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) referentes ao exercício de 2017, aprovadas pela Resolução do Conselho Diretor N.º 8.025/2018, de 25 de julho de 2018, e pela Resolução do Conselho de Administração N.º 597, de 6 de agosto de 2018, e, tomando por base as manifestações do Comitê de Auditoria e da Auditoria Interna, bem como o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, **é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial do referido Fundo: 1. as recomendações do Conselho de Administração; 2. os apontamentos da Auditoria Interna; 3. as ênfases da Auditoria Independente; e 4. as ressalvas da Auditoria Independente, relacionadas a aplicações do FGTS em cotas do Fundo de Investimento FI-FGTS, conforme detalhado na Nota Explicativa 5 (a). Observado o exposto, o Colegiado não identifica óbices à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.**

Brasília, 07 de agosto de 2018.

ANDRÉ PROITE
Conselheiro

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
Conselheiro

DANIEL DE SABOIA XAVIER
Conselheiro

MÁRCIA FERNANDA DE OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Presidente

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
RESOLUÇÃO Nº 893, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2017, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União a título de prestação de contas.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso IV do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando que o Relatório de Gestão do FGTS, apresentado pelo Gestor da Aplicação, Ministério das Cidades, encontra-se em conformidade com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa nº 161, de 1º de novembro de 2017, e a Portaria nº 65, de 28 de fevereiro de 2018, do Tribunal de Contas da União (TCU), e segundo a Portaria nº 500, de 8 de março de 2016, da Controladoria-Geral da União (CGU);

Considerando que a SecexFazenda do TCU autorizou no Sistema eContas o envio do Relatório de Gestão do FGTS até o dia 30 de agosto de 2018;

Considerando que, apesar das ressalvas relacionadas ao FI-FGTS, o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes S.S considerou que as demonstrações financeiras e contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FGTS, em 31 de dezembro de 2017, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa do exercício findo naquela data; e

Considerando que os Pareceres dos Conselhos Fiscal e de Administração da CAIXA foram concluídos e anexados ao Relatório de Gestão do FGTS,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão do FGTS, referente ao exercício de 2017, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU) a título de prestação de contas.

Art. 2º O Grupo de Apoio Permanente (GAP) deverá acompanhar o cumprimento das recomendações ou determinações que vierem a ser efetuadas pelos órgãos de controle, devendo, para isso, designar grupo técnico específico.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO VIEIRA DE MELLO
Ministro de Estado do Trabalho
Presidente do Conselho Curador do FGTS

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

DESPACHO DE 31 DE AGOSTO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2018/3845 SEI 19957.005528/2018-31

Objeto: Apurar as responsabilidades de Ernst & Young Auditores Independentes S/S, Drayton Teixeira de Melo e de Douglas Travaglia Lopes Ferreira, pelo descumprimento ao disposto no artigo 20 da Instrução CVM n° 308/99.

Assunto: Pedido de Prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesas.

Acusados	Advogados
Douglas Travaglia Lopes Ferreira	Não constituiu advogado
Drayton Teixeira de Melo	Não constituiu advogado
Ernst & Young Auditores Independentes S/S	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesas, formulado pelos acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 09/10/2018 para todos os acusados no processo.

JOSE CARLOS BEZERRA
Superintendente

DESPACHO DE 31 DE AGOSTO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM RJ2018/3823 SEI 19957.005499/2018-16

Objeto: Apurar as responsabilidades de ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S e LUIS CARLOS DE SOUZA pelo descumprimento ao disposto no artigo 20 da Instrução CVM nº 308/99.

Assunto: Pedido de Prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesas.

Acusados	Advogados
Ernst & Young Auditores Independentes S/S	Não constituiu advogado
Luis Carlos De Souza	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesas, formulado pelos acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 09/10/2018 para todos os acusados no processo.

JOSE CARLOS BEZERRA
Superintendente

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos da sessão extraordinária presencial da 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. A sala do plenário será publicada no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

1 - Processo nº: 10680.900545/2007-44 - Recorrente: ATRIUM EMPRESA DE VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13855.900797/2008-01 - Recorrente: MORLAN S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10183.900158/2008-08 - Recorrente: TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10580.003452/00-23 - Recorrente: AUDICONT - AUDITORES E CONSULTORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EDGAR BRAGANCA BAZHUNI

5 - Processo nº: 10183.900964/2008-78 - Recorrente: BERALDI TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 16327.901293/2008-67 - Recorrente: REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10935.900721/2008-90 - Recorrente: T M INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10935.900697/2008-99 - Recorrente: T M INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10935.900727/2008-67 - Recorrente: T M INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

10 - Processo nº: 13839.000887/2007-18 - Recorrente: DELCRA ELETRONICA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13830.902817/2009-30 - Recorrente: MARILAN ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 13830.902818/2009-84 - Recorrente: MARILAN ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 13830.902816/2009-95 - Recorrente: MARILAN ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10783.902283/2008-85 - Recorrente: SPASSU TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.827, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a aplicação dos regimes aduaneiros especiais de admissão temporária e de exportação temporária.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, e no art. 355 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

XIV - bens relacionados com a visita de dignitários estrangeiros;

XV - bens integrantes de bagagem desacompanhada de estrangeiro que ingressar no País com visto temporário; e

XVI - veículos terrestres de propriedade de solicitante de refúgio no Brasil, nos termos da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

....." (NR)

"Art. 10. .....

.....

II - bens consumidos, no caso de que trata o art. 21, cujo prazo de vigência do regime será o prazo do evento ou operação, acrescido de 30 (trinta) dias, para fins de sua extinção;

III - equídeos importados para participação em competições turfísticas, de hipismo e pólo, exposições e feiras, e espetáculos circenses, cujo prazo de vigência do regime será o prazo do evento, acrescido de, no máximo, 60 (sessenta) dias, para fins de sua extinção; e

IV - veículos terrestres referidos no inciso XVI do art. 4º, cujo prazo de vigência do regime será de 18 (dezoito) meses, prorrogável, uma única vez, por mais 18 (dezoito) meses, mediante solicitação, observado o disposto no § 3º do art. 36-A." (NR)

"Art. 19. O despacho aduaneiro de admissão temporária dos bens previstos nos incisos I a IX e XVI do caput do art. 4º poderá ser efetuado com base na DSI formulário de que trata o art. 4º da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006, com formação de dossiê digital de atendimento.

....." (NR)

"Art. 68. .....

§ 2º No caso de aeronaves, poderá ser autorizada movimentação para o exterior, mediante apresentação de cópia da General declaration à unidade da RFB que concedeu o regime.

....." (NR)

"Art. 86. .....

Parágrafo único. No caso de aeronaves, poderá ser autorizada movimentação para o exterior, mediante apresentação de cópia da General declaration à unidade da RFB que concedeu o regime." (NR)

Art. 2º A Seção VI da Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 2015, passa a vigorar acrescida da seguinte Subseção:

"Subseção VIII

Dos Veículos Terrestres de Propriedade de Solicitante de Refúgio

"Art. 36-A. Serão submetidos ao regime de admissão temporária com suspensão total do pagamento de tributos os veículos terrestres de propriedade de solicitante de refúgio, matriculados em país limítrofe, conforme previsto no inciso XVI do art. 4º.

§ 1º Considera-se solicitante de refúgio a pessoa assim identificada nos termos da Lei nº 9.474, de 1997.

§ 2º Para o deferimento do regime, será exigida a seguinte documentação:

I - protocolo emitido pelo Departamento de Polícia Federal em favor do solicitante de refúgio, previsto no art. 21 da Lei nº 9.474, de 1997, que autoriza a sua estada no País até a decisão final do processo;

II - comprovante de propriedade do veículo; e

III - comprovante de inscrição do solicitante de refúgio no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

§ 3º A vigência do regime fica condicionada à manutenção da condição de solicitante de refúgio, que perdurará até a data da ciência da decisão que denegar a solicitação de refúgio ou que reconhecer a condição de refugiado, observado o prazo estabelecido no inciso IV do art. 10.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, o solicitante deverá providenciar a extinção do regime no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de ciência da decisão."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104, DE 22 DE AGOSTO DE 2018

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: SINDICATO DOS TRABALHADORES. IMPOSTOS. IMUNIDADE. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTE.

Para fins da imunidade de impostos de que trata o art. 150, inciso VI, alínea "c", da CF 1988: i) o disposto na alínea "a" do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997, não se aplica aos sindicatos dos trabalhadores; ii) com base no disposto no inciso I do art. 14 do CTN com redação dada pela LC nº 104, de 2001, as entidades sindicais dos trabalhadores não podem distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, e, portanto, não podem remunerar sob qualquer forma seus dirigentes; iii) a redação dada pela LC nº 104, de 2001, ao inciso I do art. 14 do CTN não deixa margem para que sejam concedidos benefícios ou vantagens pessoais ou para que sejam feitos reembolsos de despesas pessoais a dirigentes de sindicatos de trabalhadores.

Dispositivos Legais: CF 1988, 150, VI, "c"; Lei nº 5.172, de 1966, art. 9º, IV, "c", art. 14, I; LC nº 104, de 2001; Lei nº 9.532, de 1997, art. 12, § 2º, "a".

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: Reputa-se ineficaz a consulta que versar sobre constitucionalidade ou legalidade da legislação tributária. Não produz efeitos a consulta que não identifique o dispositivo da legislação tributária de que se tem dúvida de sua aplicação.

Dispositivos Legais: IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, incisos II e VIII.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenadora-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Habilita pessoa jurídica para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront).

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1798, de 15 de março de 2018 e tendo em vista o que consta do processo nº 10090.000860/0818-77, declara:

Art. 1º Habilitada, por prazo indeterminado, para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront), a pessoa jurídica D R MORENO, CNPJ: 03.499.782/0001-43.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CRISTIANO DE SOUSA DEMBOSKI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 476, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28, §3º da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, considerando a necessidade de disciplinar o controle aduaneiro de aeronaves que, por motivos excepcionais, entrem ou saiam do território nacional através das instalações não alfandegadas da Base Aérea de Natal, resolve:

Art. 1º Indicar a Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Natal/RN como unidade de despacho a que se refere o artigo 28, §3º da Portaria RFB nº 3.518/2011, cujo titular poderá autorizar, de forma excepcional, a entrada ou a saída do território nacional de aeronaves, mercadorias e bens de viajantes pelas instalações não alfandegadas Base Aérea de Natal.

Art. 2º A Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Natal/RN será responsável pelo controle aduaneiro das aeronaves, mercadorias e outros bens objeto desta autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 49, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Declara a baixa de ofício de inscrição no CNPJ.

A DELEGADA-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e Portaria DRF/ITA nº 20, de 18 de maio de 2018, considerando o disposto no artigo 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo nº 13557.000011/2010-25, declara:

Art. 1º Baixada de Ofício a inscrição de nº 40.532.368/0001-15, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa CLIMACAU COMPRAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA-ME, por haver sido constatado CANCELAMENTO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DE REGISTRO.

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU, com efeitos a partir de 23/12/2002.

MARCIA SAKURAI SAKAGUCHI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

Concede inscrição no Registro Especial de Bebidas - IPI para empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e III do art. 340 e o art. 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda o que consta do processo administrativo fiscal nº 10670.720.482/2018-16, resolve declarar: declara:

Art. 1º INSCRITA no Registro Especial sob o nº 06108/00222/2018 a empresa CACHAÇA TAIÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 24.678.295/0001-18, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa. A referida empresa exerce a atividade de engarrafadora dos produtos Cachaça, Marca Cachaça Taió, código TIPI 2208.40.00, marca comercial que será vendida em recipientes de 670 ml, 500 ml, 275 ml, 375 ml, 700 ml, 600 ml, 160 ml.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de cancelamento desta inscrição.

Art. 3º Revoga-se o Ato declaratório Executivo 003/2018, publicado no Diário Oficial da União do dia 28/3/2018, seção 1, página 85.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, reputando-se válidos todos os atos praticados na vigência do dispositivo revogado.

FILIPE ARAÚJO FLORENCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

Concede inscrição no Registro Especial de Bebidas - IPI para empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e III do art. 340 e o art. 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda o que consta do processo administrativo fiscal nº 10670.722.278/2017-59, declara:

Art. 1º INSCRITA no Registro Especial sob o nº 06108/00223/2018 a empresa PELICANA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE CACHAÇA LTDA, CNPJ nº 16.880.137/0001-18, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa. A referida empresa exerce a atividade de engarrafadora dos produtos Cachaça Pelicana - Bálsamo e Cachaça Pelicana - Jequitibá, Marca Pelicana, código TIPI 2208.40.00, marca comercial que será vendida em recipientes de 670 ml.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de cancelamento desta inscrição.

Art. 3º Revoga-se o Ato declaratório Executivo 004/2018, publicado no Diário Oficial da União do dia 11/04/2018, seção 1, página 27.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, reputando-se válidos todos os atos praticados na vigência do dispositivo revogado.

FILIPE ARAÚJO FLORENCIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica por multiplicidade de inscrição do CNPJ: 30.549.163/0001-99.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS/MG, no uso das competências que lhe confere o artigo 336 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656720718/2018-91 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 35, inciso 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - declarar nula a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 30.549.163/0001-99, atribuído a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER, endereço PC Ulisses Suaid Porto Guimarães Borges, nº 55 - CEP 37780-000- Caldas-MG. A anulação da inscrição é motivada pela constatação de mais de um número de inscrição para a mesma pessoa jurídica (multiplicidade de inscrição do CNPJ).

Art. 2º A partir da data de publicação deste ato, são considerados nulos os documentos emitidos por esse Órgão publico deste a sua constituição em 30/12/2016.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA

SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

declara o cancelamento do Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SAORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA-MG, com fundamento no art. 286, caput, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e no exercício da competência delegada pelo art. 12, caput, inciso IV, da Portaria DRF/UBB nº 28, de 19 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 2° da Lei n° 11.945, de 04 de junho de 2009, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB n° 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo 10650.721481/2018-27, declara:

Art. 1º CANCELADO, a pedido, o Registro Especial nº GP-06105/00050, concedido à empresa SANTANA & CAMPOS GRAFICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.603.043/0001-73, com endereço à Rua João Pinheiro, 1239, Sala 02, bairro Boa Vista, no município de Uberaba (MG).

Art. 2º Fica revogado o Ato declaratório Executivo DRF/UBB 0003/2011, de 31/03/2011, publicado no DOU de 01/04/2011.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VANDERLEI VIEIRA DOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

declara o cancelamento do Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SAORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA-MG, com fundamento no art. 286, caput, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e no exercício da competência delegada pelo art. 12, caput, inciso IV, da Portaria DRF/UBB nº 28, de 19 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 2° da Lei n° 11.945, de 04 de junho de 2009, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB n° 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo 10650.721481/2018-27, declara:

Art. 1º CANCELADO, a pedido, o Registro Especial nº UP-06105/00056, concedido à empresa SANTANA & CAMPOS GRAFICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 08.603.043/0001-73, com endereço à Rua João Pinheiro, 1239, Sala 02, bairro Boa Vista, no município de Uberaba (MG).

Art. 2º Fica revogado o Ato declaratório Executivo DRF/UBB n° 0008/2011, de 08/06/2011, publicado no DOU de 09/06/2011.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VANDERLEI VIEIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de exportação de petróleo.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2017, com fundamento no disposto no caput do art. 52 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, nos arts. 578, 579 e 595 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, combinado com os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da IN RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10120.007209/0718-61, declara:

Art. 1º Habilitada, em caráter precário, a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, sito à Avenida República do Chile, nº 65 - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01 (matriz), a utilizar os Procedimentos Simplificados de Exportação de petróleo bruto, conforme a IN/RFB n.º 1.381, 31 de julho de 2013.

§ 1º Os estabelecimentos autorizados a utilizar os referidos procedimentos, além do estabelecimento matriz, são:

a) no CNPJ n.º 33.000167/1055-58, sito à Rodovia Amaral Peixoto n° 11000, Imboassica - Macaé, RJ, CEP 27973-030;

b) no CNPJ n.º 33.000167/0792-98, sito à Ilha Redonda S/N°, Baía de Guanabara - Rio de Janeiro, RJ, CEP 20531-540;

c) no CNPJ n.º 33.000167/1072-59, sito à Rodovia BR 101 S/N°, Jacuacanga - Angra dos Reis, RJ, CEP 23900-000;

d) no CNPJ n.º 33.000167/0183-10, sito à ª Elias Coutinho n° 665, Parte Modal Marítimo, Centro - Macaé, RJ, CEP 27913-350;

e) no CNPJ n.º 33.000167/0094-00, sito à Ilha D"água S/N°, Ribeira - Rio de Janeiro, RJ, CEP 21930-970;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f) no CNPJ n.º 33.000167/0088-62, sito à Rodovia Washington Luís S/N°, Km 113 7, Campos Elíseos - Duque de Caxias, RJ, CEP 25070-235;

§ 2º A área marítima autorizada para a realização da operação é o píer alfandegado do Terminal Aquaviário de Angra dos Reis (TEBIG) Almirante Maximiano Fonseca, nos berços 1 e 2, sendo autorizadas as operações de transbordo a contrabordo entre navios atracados nestes locais ou se utilizando dos "braços" e dutos do píer para a movimentação das mercadorias entre as embarcações e desde que na área circunscrita às seguintes coordenadas:

a) Latitude 23° 3' 34.50" S, Longitude 44° 13' 47.73" W (P1);
b) Latitude 23° 3' 35.46" S, Longitude 44° 13' 31.88" W (P2);
c) Latitude 23° 3' 46.27" S, Longitude 44° 13' 33.08" W (P3); e
d) Latitude 23° 3' 45.16" S, Longitude 44° 13' 49,73" W (P4).

Art. 2º Estão autorizadas por este Ato, como unidades de produção ou estocagem de petróleo:

a) P-67, localizada na Latitude: 25º 19' 46" S e Longitude: 42 º 41' 34" W com concessão para exploração do campo de Lula, BM-S-11, no processo n° 48610.003886/2000, pág.41, Seção 3 do DOU de 27/10/2000;

b) P-69, localizada na Latitude: 25º 39' 29" S e Longitude: 42 º 51' 34" W com concessão para exploração do campo de Lula, BM-S-11, no processo n° 48610.003886/2000, pág.41, Seção 3 do DOU de 27/10/2000;

c) P-74, localizada na Latitude: 24º 38' 58.743" S e Longitude: 42 º 30' 51.976" W, contrato de cessão onerosa para exploração do campo de Búzios, Pré-sal;

d) P-75, localizada na Latitude: 24º 47' 20" S e Longitude: 42 º 30' 35" W, contrato de cessão onerosa para exploração do campo de Búzios, Pré-sal;

e) P-76, localizada na Latitude: 24º 41' 20" S e Longitude: 42 º 30' 21" W, contrato de cessão onerosa para exploração do campo de Búzios, Pré-sal; e

f) P-77, localizada na Latitude: 24º 38' 11" S e Longitude: 42 º 24' 43" W, contrato de cessão onerosa para exploração do campo de Búzios, Pré-sal.

Art. 3º A condição de precariedade deste Ato se fundamenta no atendimento às condições exigidas e prazos estipulados pelas autoridades citadas na Instrução Normativa RFB 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSE ALEX NOBREGA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 127, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo Art. 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no Art. 11, caput, da Instrução Normativa nº 758 de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720697/2018-35, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDE) nº 146 de 28 de junho de 2018.

EMPRESA: MIRACEMA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA S/A.

CNPJ nº 24.944.194/0001-41

CEI nº não possui.

NOME DO PROJETO: Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica.

ATO AUTORIZATIVO: Portaria nº 6.755 - ANEEL, de 05/12/2017.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração e Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: de 12/2017 a 12/2019.

Art. 2º - O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza a CESSÃO DE USO de mercadorias importadas.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 340, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, seção 1, página 22, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10715.722073/2018-91, resolve:

Art. 1º - Autorizar a CESSÃO DE USO dos bens constantes das DI's nºs 18/1508714-7, 18/1519793-7, 18/1521054-2, 18/1521180-8 e 18/1522268-0, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSE BONIFÁCIO - FUJB, CNPJ: 42.429.480/0001-50, para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, CNPJ: 33.663.683/0001-16.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 115, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza a CESSÃO DE USO de mercadorias importadas.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 340, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, seção 1, página 22, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10715.722081/2018-37, resolve:

Art. 1º - Autorizar a CESSÃO DE USO dos bens constantes da DI nº 18/1530691-4, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSE BONIFÁCIO - FUJB, CNPJ: 42.429.480/0001-50, para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, CNPJ: 33.663.683/0001-16.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 118, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX/RJ, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, e tendo em vista o que consta do processo nº 10768.008287/2008-63 declara:

Art.1º Fica a empresa BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.406.370/0001-06 habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, atualmente disposto no art. 3º, II da IN RFB nº 1.415/2013, na execução dos contratos a seguir relacionados e inicialmente habilitados através do ADE SRRF07 nº 11, de 28/01/2009, até o termo final estabelecido nos mesmos.

Art.2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art.3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo 10768.008287/2008-63				
Nº DO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO (ANP)	Termo Final
09.406.370/0001-06	Petrobras S.A.	Santos - Bloco BM - S - 11	24000.0045842.08.2 e 24000.0045890.08.2 FPSO - BW - Cidade de São Vicente	24/04/2019

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

PORTARIA Nº 64, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Delega e atribui competências para aumento da eficiência na Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336, 340 e 341 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº. 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e suas alterações, e na Instrução Normativa SRF nº 21, de 9 de junho de 1972, objetivando dinamizar a ação administrativa através da descentralização da tomada de decisões, propiciando maior eficiência na execução dos serviços afetos a esta Delegacia, resolve:

Art. 1º Delegar competência, em caráter geral, aos Chefes de Serviço, Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e ao Chefe da Equipe de Informação Fiscal (EIF) e chefe da Equipe de Gestão de Pessoas (EGP) desta Delegacia e aos seus substitutos eventuais para a prática dos seguintes atos:

I - solicitar e prestar informações e documentos de interesse da administração fiscal relacionados com processos ou procedimentos de suas competências, inclusive para prestação de informações a outros órgãos públicos, respeitada a legislação sobre sigilo fiscal;

II - programar e autorizar calendário de férias de seus subordinados, assim como aprovar modificações no calendário definido;

III - providenciar a publicação de atos, aviso, editais e despachos nos órgãos oficiais e na imprensa privada.

Art. 2º Delegar competência ao Delegado-Adjunto para praticar os atos previstos no artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, assim como:

I - solicitar e prestar informações e documentos de interesse da administração fiscal relacionados com processos ou procedimentos de suas competências, inclusive para prestação de informações a outros órgãos públicos, respeitada a legislação sobre sigilo fiscal;

II - solicitar e autorizar a habilitação aos sistemas e perfis do conjunto de Sistemas Informatizados da RFB que nas correspondentes portarias constarem como de autorização pelo Delegado.

Art. 3º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados no Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort), Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (Secat) e Serviço de Fiscalização (Sefis) para praticar os seguintes atos:

I - emitir e assinar memorandos e ofícios, inclusive a outros órgãos públicos, para prestar informações, bem como documentos de interesse da administração fiscal, relacionados com processos ou procedimentos de sua competência, respeitada a legislação sobre sigilo fiscal;

II - decidir sobre o reconhecimento da decadência e da prescrição relativas a créditos tributários constituídos;

III - decidir sobre o reconhecimento da remissão de créditos tributários na forma da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009.

Art. 4º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados no Seort para a prática dos seguintes atos:

I - negar o seguimento de manifestação de inconformidade contra o não reconhecimento do direito creditório ou a não homologação da compensação, quando não atendidos os requisitos legais;

II - decidir sobre pedidos de regimes especiais, isenção e de suspensão ou redução de tributos e contribuições administrados pela RFB;

III - habilitar crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado;

IV - expedir a Ordem de Emissão Adicional - OEA relativo ao Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC;

V - decidir sobre pedidos de cancelamento ou reativação de declarações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados no Secat para praticar os seguintes atos:

I - autorizar a movimentação de depósitos administrativos, nos termos da legislação vigente;

II - negar o seguimento de impugnação, quando não atendidos os requisitos legais;

III - decidir sobre pedidos de cancelamento ou reativação de declarações;

Art. 6º Delegar competência ao Chefe do Secat e ao seu substituto eventual para a prática dos seguintes atos:

I - decidir quanto à suspensão, inaptidão, inscrição, baixa e regularização de contribuintes nos cadastros da RFB;

II - decidir sobre a concessão e indeferimento de pedidos de parcelamento de tributos e contribuições administradas pela RFB, bem como o cancelamento de parcelamentos ativos, na forma da regulamentação vigente.

Parágrafo único. Na competência delegada pelo inciso II englobam-se os parcelamentos com regras especiais.

Art. 7º Delegar competência, em caráter geral, aos servidores localizados no Seort e Secat para, na sua área de competência, praticarem os seguintes atos:

I - determinar e proceder o arquivamento, desarquivamento e fornecimento de cópias de processos e outros documentos, observadas a Tabela de Temporalidade, a legislação sobre o sigilo fiscal e as normas relativas ao ressarcimento de despesas;

II - emitir e assinar carta cobrança, comunicação, intimação e edital, respeitadas as normas vigentes sobre sigilo fiscal;

III - determinar a inscrição em Dívida Ativa de processos com crédito tributário, após esgotados todos os procedimentos de cobrança administrativa, e assinar o Demonstrativo de Débito - DD ou outro documento necessário para proceder a inscrição, o qual deverá ser juntado ao processo;

IV - determinar e encaminhar, sempre que necessário, processos e dossiês às demais Unidades da RFB, bem como a DRJ, CARF e PSFN/PRFN.

Parágrafo único - o arquivamento dos processos de créditos tributários extintos deverá ser precedido da emissão do respectivo extrato de encerramento nos sistemas de controle da Receita Federal do Brasil - RFB, o qual deverá ser juntado ao processo.

Art. 8º Delegar competência ao Chefe do CAC e ao seu substituto eventual para a prática dos seguintes atos:

I - decidir sobre inscrição, alteração de dados cadastrais e baixa nos cadastros da RFB;

II - expedir certidões relativas à situação fiscal de contribuintes quanto aos tributos e contribuições administrados pela RFB;

III - decidir sobre a emissão de "Atestado da Autoridade Fiscal Brasileira" e de "Certificado de Registro de Pessoa Jurídica", relativos aos acordos internacionais para evitar dupla tributação, de acordo com a legislação aplicável.

Parágrafo único. Os Chefes das Equipes de Atendimento ao Contribuinte (EAC) e seus substitutos eventuais também poderão exercer as competências constantes dos incisos II e III.

Art. 9° Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados no Sefis para a prática dos seguintes atos:

I - conceder, indeferir, cancelar e restabelecer as inscrições nos registros especiais de que trata a Instrução Normativa RFB n° 1432, de 26 de dezembro de 2013, assim como outras providências, estabelecidas no referido ato normativo, a cargo do titular da unidade;

II - comunicar à Coordenação-Geral do Sistema de Fiscalização a ocorrência dos fatos previstos no caput do art. 11 da Instrução Normativa RFB n° 770, de 21 de agosto de 2007, nos termos do §9º do referido artigo;

III - decidir sobre pedidos de cancelamentos ou reativação de declarações;

IV - analisar as solicitações de enquadramento e reenquadramento efetuadas por intermédio do Sistema IPI - Solicitação de Enquadramento de Bebidas (IPI-Enquad), de que trata a Instrução Normativa RFB n° 866, de 06 de agosto de 2008.

Parágrafo único. No caso dos incisos I e IV, fica mantida a competência do Delegado para expedição dos respectivos Atos declaratórios Executivos (ADE).

Art. 10. Delegar competência ao Chefe da EIF e ao seu substituto eventual para requisitar, expedir, devolver, autorizar aplicações e transferências entre estabelecimentos da mesma empresa e demais atos relativos ao fornecimento e movimentação de selos de controle, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Fica mantida a competência do Delegado para expedição dos respectivos Atos declaratórios Executivos (ADE).

Art. 11. Delegar competência ao Chefe do Serviço de Programação e Logística (Sepol) e ao seu substituto eventual para a prática dos seguintes atos:

I - manter controle dos contratos de interesse da RFB, celebrados pela Unidade;

II - autorizar a entrada de servidores e funcionários de empresas contratadas, devidamente identificados, fora do horário normal de expediente, para a execução de serviços no interesse da Delegacia, adotando as medidas de segurança necessárias;

III - decidir sobre a saída de bens móveis das dependências da Delegacia, bem como sobre a movimentação entre áreas funcionais da Delegacia;

IV - requisitar combustível para abastecimento dos veículos oficiais da Delegacia, bem como autorizar a sua movimentação em serviço;

V - expedir e divulgar editais e licitações, depois de autorizados pelo Delegado.

Art. 12. Delegar competência ao Chefe da EGP e ao seu substituto eventual, para a prática dos seguintes atos:

I - requisitar exame de saúde e capacidade física dos servidores;

II - reconhecer os afastamentos em virtude das concessões enumeradas nos artigos 83 e 97 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

III - assinar contratos, acordos, termos, declarações, certificados e demais documentos relativos à administração de estagiários;

IV - solicitar pagamento das gratificações relativas às substituições de chefias, observada a legislação em vigor;

V - expedir declaração sobre a situação funcional do servidor;

VI - autorizar a averbação de tempo de serviço prestado pelo servidor a órgãos públicos e/ou empresas privadas.

Art. 13. Determinar que em todos os atos praticados em função das competências delegadas sejam mencionados, após as assinaturas, o número e data da presente Portaria.

Art. 14. O Delegado poderá avocar para si a decisão sobre os assuntos referidos neste ato, sempre que julgar conveniente, sem que isto importe em revogação, no todo ou em parte, da presente delegação que prevalecerá até ser revogada por ato expresso.

Art. 15. As presentes delegações não incluem a expedição dos atos declaratórios executivos correspondentes.

Art. 16. Ficam convalidados os atos praticados nos termos desta portaria até sua publicação.

Art. 17. As presentes delegações ficam mantidas com a superveniência de novos atos normativos que mantenham a mesma natureza do ato ora delegado.

Art. 18. Ficam revogadas as Portarias DRF/SBC n° 4 de 8 fevereiro de 2013, republicada no Diário Oficial da União de 19/04/2013, DRF/SBC nº 24, de 25 de abril de 2017, publicada no DOU de 27/04/2017 e nº 38 de 25 de julho de 2017, publicada no DOU de 27/07/2017.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Declara baixada de ofício a inscrição da empresa perante o Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, com base no disposto nos artigos 29, IV c/c Art. 33, § 1º, da Instrução Normativa - IN RFB nº 1634/2016, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta no processo nº 13881.720102/2018-56, declara:

Art. 1º - BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 03.666.936/0001-44, em nome de SEBASTIÃO C. NETO TRIPAS.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Concede habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, instituído pelo art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, regulamentado pela Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005 e suas alterações.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU / SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado na forma do Anexo da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, em face ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005, e o constante no Parecer de fls. 132 a 137 exarado no processo administrativo nº 13975.721258/2017-24, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada a HABILITAÇÃO ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins nas aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, consoante o disposto no art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005.

Nome empresarial : NOBRE PAINÉIS LTDA

Nº de inscrição no CNPJ : 04.997.181/0001-23

Art. 2º A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todas as condições estabelecidas na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entre e vigor na data de sua publicação.

DANIEL CARLOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

Concede à empresa que especifica, inscrição no registro especial de que trata a Instrução Normativa RFB n° 1.817, de 20 de julho de 2018.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Anexo I, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e considerando o disposto no art. 5º da Instrução Normativa RFB n° 1.817, de 20 de Julho de 2018, declara:

Art. 1º - A empresa ILUMINA - ARTE, EDUCAÇÃO, CULTURA E EDITORA LTDA - ME, CNPJ 11.735.471/0001-64, localizada na Rua FREI LUCINIO KORTE, 100; SALA A - Bairro VILA NOVA - BLUMENAU - SC - CEP 89035-620, está inscrita no Registro Especial de Papel Imune destinado à impressão de livros, jornais e periódicos de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de Julho de 2018, na atividade de USUÁRIO sob o número UP-09204/00086 conforme processo administrativo eletrônico 13971.720114/2018-71.

Parágrafo único - A manutenção da inscrição fica condicionada ao cumprimento das disposições previstas na Instrução Normativa RFB n° 1.817, de 20 de Julho de 2018, podendo ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, nas hipóteses nela indicadas.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

DANIEL CARLOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

PORTARIA Nº 26, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Delega competência para praticar atos administrativos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 340 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e conferidas pelos arts. 3º e 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, objetivando a descentralização administrativa para obtenção de simplificação e dinamização dos serviços, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe da SAFIS e, na sua ausência, ao seu substituto eventual para emitir os seguintes Atos declaratórios Executivos (ADE) relativos à Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013:

I - ADE de concessão de registro especial aos produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas (art. 3º);

II - ADE de fornecimento de selos de controle, contendo a identificação do importador, a marca comercial e características do produto, a quantidade autorizada, o tipo e a cor dos respectivos selos (art. 51).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

NOME	CPF	PROCESSO
ELIANAY GABRIEL MARCELINO	089.168.779-38	10909.721.925/2017-74

Art. 2º Os Ajudantes de Despachante Aduaneiro retromencionados, também deverão incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudante de Despachante Aduaneiro, de acordo com o ADE-COANA n° 16 de 08/06/2012, publicado no DOU de 11/06/2012.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts.12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, conforme competência conferida pela Portaria RFB 1098, de 08 de agosto de 2013, publicada no DOU de 13 de agosto de 2013, alterada pela Portaria RFB nº 1454 de 29 de setembro de 2016, publicada no DOU de 30/09/2016 e com fundamento no artigo 286 Do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017; tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 85, inciso III da Resolução CGSN Nº 140, de 22 de maio de 2018; e em concordância com a Representação Fiscal protocolada sob o nº 11065.722603/2018-65, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica a seguir identificada, em virtude do enquadramento previsto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 .

Nome empresarial: LARF SUL TRANSPORTES

CNPJ nº: 15.439.358/0001-92

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 01.11.2017, conforme disposto art.29, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06; e no art. 84, inciso IV, letra "d" da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018.

Art. 4º Fica, também, a pessoa jurídica impedida de optar pelo Simples Nacional nos 10 (dez) anos-calendário seguintes à exclusão, conforme vedação expressa no artigo 29, parágrafos 1º e 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Art. 5º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre/RS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 6º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo anterior, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARLISE KEMPF

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO Nº 20, DE 23 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 20/2018/PREVIC

PROCESSO: 44011.000207/2016-04

ASSUNTO: Auto de Infração n° 09/16-42

AUTUADOS: Dilson Joaquim Morais e outros

ENTIDADE: FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência Complementar

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.000207/2016-04, relativo ao auto de infração nº 09/16-42, de 05/05/2016, lavrado contra os membros da Diretoria Executiva da FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência Complementar, à época dos fatos. decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 09/16-42, de 05/05/2016, em relação aos autuados DILSON JOAQUIM MORAIS (Presidente) e MERCÍLIO DOS SANTOS (Diretor Administrativo e Financeiro), por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 2001 c/c arts. 4º, incisos I e IV, 9º e 18, § 1º, inciso III todos da Resolução CMN nº 3.792, de 2009, e art. 12 da Resolução CGCP 13, de 01/10/2004, capitulado no art. 64 do Decreto nº 4.942, de 2003, com aplicação da pena de MULTA pecuniária no valor de R$ 35.814,50 (trinta e cinco mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta centavos), atualizada pela Portaria PREVIC n° 3227, de 11/12/2009, cumulada com a pena INABILITAÇÃO POR 2 (DOIS) ANOS. Julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 09/16-42, de 05/05/2016, em relação aos autuados HILDEBRANDO CASTELO BRANCO NETO (Diretor de Seguridade) e JOÃO FERNANDO ALVES DOS CRAVOS (Gerente de Investimentos), por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 2001 c/c arts. 4º, incisos I e IV, 9º e 18, § 1º, inciso III todos da Resolução CMN nº 3.792, de 2009, e art. 12 da Resolução CGCP 13, de 01/10/2004, capitulado no art. 64 do Decreto nº 4.942, de 2003, com aplicação da pena de MULTA pecuniária no valor de R$ 35.814,50 (trinta e cinco mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta centavos), atualizada pela Portaria PREVIC n° 3227, de 11/12/2009; nos termos do Parecer nº 318/2018/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado nesta oportunidade.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

DECISÃO Nº 27, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 27/2018/PREVIC

PROCESSO: 44011.000732/2017-01

ASSUNTO: Auto de Infração n° 11/2017

AUTUADOS: VANIO BOING, MARCOS ANDERSON TREITINGER, BRUNO JOSE BLEIL, ERNESTO MONTIBELER FILHO, LUIZ ALBERTO DE PINHO, CIBELE BORGES, RODRIGO HERVAL MORIGUTI

ENTIDADE: FUNDACAO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.000732/2017-01, relativo ao auto de infração nº 11/2017/PREVIC, de 26/01/2017, lavrado contra dirigentes da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, à época dos fatos. decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar, no mérito IMPROCEDENTE o Auto do Infração nº 11/2017/PREVIC, de 26/01/2017, que propunha penalização, por aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, aos autuados VÂNIO BOING, MARCOS ANDERSON TREITINGER, BRUNO JOSÉ BLEIL, ERNESTO MONTIBELER FILHO, LUIZ ALBERTO DE PINHO, CIBELE BORGES e RODRIGO HERVAL MORIGUTI;; nos termos do Parecer nº 308/2018/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado nesta oportunidade.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

DECISÃO Nº 28, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 28/2018/PREVIC

PROCESSO: 44011.000267/2016-19

ASSUNTO: Auto de Infração n° 23/16-73

AUTUADOS: Antônio Braulio de Carvalho, Humberto Pires Grault Vianna de Lima, José Carlos Alonso Gonçalves, Maurício Marcellini Pereira, Renata Marotta, Carlos Alberto Caser, Jan Nascimento, Fabyana Santin Alves e Cláudio Schiavon Filgueiras

ENTIDADE: FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.000267/2016-19, relativo ao auto de infração nº 23/2016-73, de 22/06/2016, lavrado contra Antônio Braulio de Carvalho, Humberto Pires Grault Vianna de Lima, José Carlos Alonso Gonçalves, Maurício Marcellini Pereira, Renata Marotta, Carlos Alberto Caser, Jan Nascimento, Fabyana Santin Alves e Cláudio Schiavon Filgueiras dirigentes da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, à época dos fatos. decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 23/16-73, de 22/06/2016, em relação aos autuados Antônio Braulio de Carvalho, Humberto Pires Grault Vianna de Lima, José Carlos Alonso Gonçalves, Maurício Marcellini Pereira, Renata Marotta, Carlos Alberto Caser, Diretores Executivos; Jan Nascimento, Analista de Negócios; Fabyana Santin Alves, Coordenador Executivo; e Cláudio Schiavon Filgueiras, Gerente de Riscos da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar 109, de 29/05/2001; arts. 4º e 9º da Resolução CMN 3.792, de 24/09/2009 c/c art. 12 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004; capitulado no art. 64 do Decreto 4.942, de 30/12/2003, com aplicação da pena de MULTA , no valor de R$ 42.741,94 (quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos), atualizada pela Portaria MPS/Previc nº 744, de 19.12.2012, para todos os autuados; cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR 4 (quatro) ANOS para os autuados Carlos Alberto Caser e Humberto Pires Grault Vianna de Lima; e INABILITAÇÃO POR 2 (dois) ANOS para os autuados Antônio Bráulio de Carvalho, José Carlos Alonso Gonçalves, Maurício Marcellini Pereira e Renata Marotta; nos termos do Parecer nº 414/2018/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado nesta oportunidade.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

DECISÃO Nº 29, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 29/2018/PREVIC

PROCESSO: 44011.000375/2016-91

ASSUNTO: Auto de Infração n° 30/16-93

AUTUADOS: Carlos Alberto Caser, Carlos Augusto Borges, Maurício Marcellini Pereira, Eugênio Fabio de Resende, José Lino Fontana e Renata Marotta

ENTIDADE: Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.000375/2016-91, relativo ao Auto de Infração nº 30/16-93, de 06/09/2016, lavrado contra todos os Diretores Executivos da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, à época dos fatos. decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 30/16-93, de 06/09/2016, em relação aos autuados Carlos Alberto Caser, Carlos Augusto Borges e Maurício Marcellini Pereira, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar 109, de 29/05/2001 combinado com artigos 4º e 9º da Resolução CMN 3.792, de 24/09/2009 e artigo 12 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004; capitulado no art. 64 do Decreto 4.942, de 30/12/2003. Julgar IMPROCEDENTE o Auto do Infração nº 30/16-93, de 06/09/2016, em relação aos autuados Eugênio Fabio de Resende, José Lino Fontana e Renata Marotta, por ausência de conduta típica. Aplicação da pena de MULTA, no valor de R$ 42.741,94 (quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos), atualizada pela Portaria MPS/Previc nº 744, de 19.12.2012; para os autuados Carlos Alberto Caser, Carlos Augusto Borges e Maurício Marcellini Pereira, cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR 4 (QUATRO) ANOS para os autuados Maurício Marcellini Pereira e Carlos Alberto Caser; e INABILITAÇÃO POR 2 (DOIS) ANOS para os autuado Carlos Augusto Borges; nos termos do Parecer nº 520/2018/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado nesta oportunidade.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

DECISÃO Nº 30, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 30/2018/PREVIC

PROCESSO: 44011.003269/2017-41

ASSUNTO: Auto de Infração n° 26/2017

AUTUADOS: Thadeu Duarte Macedo Neto, Silvio Michelutti de Aguiar, Luiz Roberto Doce Santos, Eloir Cogliatti, André Luis Azevedo Guedes, Paulo Roberto Dias Lopes, Armando Martins Carneiro Lopes, Paulo Vicente Coutinho dos Santos e Marisa Nunes do Amaral

ENTIDADE: SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.003269/2017-41, relativo ao auto de infração nº 26/2017, de 12/04/2017, lavrado contra dirigentes do SERPROS - Fundo Multipatrocinado, à época dos fatos. decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 26/2017, de 12/04/2017, em relação aos Thadeu Duarte Macedo Neto, Eloir Cogliatti, Silvio Michelutti de Aguiar, Luiz Roberto Doce Santos, André Luis Azevedo Guedes, Paulo Roberto Dias Lopes e Armando Martins Carneiro Lopes, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, combinado com artigos 4º, 9º e 18 da Resolução CMN 3.792, de 24/09/2009 e 1º e 12 da Resolução CGPC nº 13/2004; capitulado no art. 64 do Decreto 4.942, de 30/12/2003, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 40.339,59 (quarenta mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), atualizada pela Portaria PREVIC n° 696, de 13/12/2011, cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR QUATRO ANOS para os autuados Thadeu Duarte Macedo Neto e Eloir Cogliatti, INABILITAÇÃO POR DOIS ANOS para os autuados Silvio Michelutti de Aguiar, Luiz Roberto Doce Santos e André Luis Azevedo Guedes e SUSPENSÃO POR 180 DIAS para os autuados Paulo Roberto Dias Lopes e Armando Martins Carneiro Lopes. Julgar IMPROCEDENTE o Auto do Infração nº 26/2017, de 12/04/2017, em relação aos autuados Paulo Vicente Coutinho dos Santos e Marisa Nunes do Amaral pela ausência de conduta típica passível de punição; nos termos do Parecer nº 446/2018/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado nesta oportunidade.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

DECISÃO Nº 31, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 31/2018/PREVIC

PROCESSO: 44011.000208/2016-41

ASSUNTO: Auto de Infração n° 10/16-21

AUTUADOS: DILSON JOAQUIM MORAIS, MERCÍLIO DOS SANTOS, HILDEBRANDO CASTELO BRANCO NETO e JOÃO FERNANDO ALVES DOS CRAVOS

ENTIDADE: FUNDIÁGUA

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.000208/2016-41, relativo ao auto de infração nº 10/16-21, de 05/05/2016, lavrado contra dirigentes da Fundiágua, à época dos fatos. decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, afastar as preliminares e julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 10/16-21, de 05/05/2016, em relação aos autuados DILSON JOAQUIM MORAIS e MERCÍLIO DOS SANTOS, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 2001 c/c arts. 1º e 61 do Regulamento Anexo a Resolução CMN N° 3.456/07, e o art. 12 da Resolução CGCP 13, de 01/10/2004, capitulado no art. 64 do Decreto nº 4.942, de 2003, com aplicação da pena de MULTA pecuniária no valor de R$ 34.382,23 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos), atualizada pela Portaria nº 2.649, de 11/12/2008); cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR 2 (DOIS) ANOS. Julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 10/16-21, de 05/05/2016, em relação aos autuados HILDEBRANDO CASTELO BRANCO NETO e JOÃO FERNANDO ALVES DOS CRAVOS, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 2001 c/c arts. 1º e 61 do Regulamento Anexo a Resolução CMN N° 3.456/07, e o art. 12 da Resolução CGCP 13, de 01/10/2004, capitulado no art. 64 do Decreto nº 4.942, de 2003, com aplicação da pena de R$ 34.382,23 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos), atualizada pela Portaria nº 2.649, de 11/12/2008); nos termos do Parecer nº 440/2018/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado nesta oportunidade.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

DECISÃO Nº 32, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 32/2018/PREVIC

PROCESSO: 44011.005405/2017-37

ASSUNTO: Auto de Infração n° 45/2017

AUTUADOS: MARCO ANDRÉ MARQUES FERREIRA, CARLOS DE MOULIN, TANIA REGINA FERREIRA, SÍLVIO DE ASSIS ARAÚJO, FABIANA DOS SANTOS BATISTA, DANIEL AMORIM RANGEL, MOACYR HENRIQUE MARTINS VAZ, EDUARDO GOMES PEREIRA, ARTHUR SIMÕES NETO, TONI CLETER FONSECA PALMEIRA e PABLO DE ASSIS FREITAS,

ENTIDADE: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.005405/2017-37, relativo ao auto de infração nº 45/2017, de 23/08/2017, lavrado contra dirigentes da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, à época dos fatos. decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar IMPROCEDENTE o Auto do Infração nº 45/2017, de 23/08/2017, em relação aos autuados PABLO DE ASSIS FREITAS, FABIANA DOS SANTOS BATISTA e MOACYR HENRIQUE MARTINS VAZ. Julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 45/2017, de 23/08/2017, em relação aos autuados DANIEL AMORIM RANGEL, SÍLVIO DE ASSIS ARAÚJO e EDUARDO GOMES PEREIRA, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 2001 c/c arts. 4º, incisos I, II e IV, 9º, 10 e 11, todos da Resolução CMN nº 3.792, de 2009, capitulado no art. 64 do Decreto nº 4.942, de 2003, com aplicação da pena de MULTA pecuniária no valor de R$ 34.382,23 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos), atualizada pela Portaria nº 2.649, de 11/12/2008) cumulada com a pena de SUSPENSÃO DE 180 DIAS. Julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 45/2017, de 23/08/2017, em relação aos autuados ARTHUR SIMÕES NETO e TONI CLETER FONSECA PALMEIRA, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 2001 c/c arts. 4º, incisos I, II e IV, 9º, 10 e 11, todos da Resolução CMN nº 3.792, de 2009, capitulado no art. 64 do Decreto nº 4.942, de 2003, com aplicação da pena de MULTA pecuniária no valor de R$ 34.382,23 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos), atualizada pela Portaria nº 2.649, de 11/12/2008) cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR 2 (DOIS) ANOS. Julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 45/2017, de 23/08/2017, em relação aos autuados MARCO ANDRÉ MARQUES FERREIRA, CARLOS DE MOULIN, e TANIA REGINA FERREIRA, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 2001 c/c arts. 4º, incisos I, II e IV, 9º, 10 e 11, todos da Resolução CMN nº 3.792, de 2009, capitulado no art. 64 do Decreto nº 4.942, de 2003, com aplicação da pena de MULTA pecuniária no valor de R$ 34.382,23 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos), atualizada pela Portaria nº 2.649, de 11/12/2008) cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR 4 (QUATRO) ANOS; nos termos do Parecer nº 434/2018/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado nesta oportunidade.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 835, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.002985/2018-91, resolve:

Art. 1º Aprovar a destinação de reserva especial do Plano Básico de Benefícios - PBB, CNPB nº 1980.0004-92, administrado pela Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus, com reversão de valores aos participantes assistidos e à patrocinadora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 63, DE 18 DE JULHO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.040514/2018-56, e no processo MDIC nº 52001.100747/2018-98, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa ATEEI EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS INDUSTRIAIS LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 04.395.147/0001-89, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
Equipamento eletrônico microprocessado para interface de comunicação utilizado em veículos automotores.	MID01

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

N. da Coejo: Torna sem efeito a publicação da Portaria nº 714, de 29 de dezembro de 2017, publicada no DOU de 02-01-2018, Seção 1, pág. 62.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 534 , DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Assunto: Indeferimento de recurso de pedido de naturalização. Interessado: ATAEOLLAH FARAMARZ ZADEH.

No uso da competência delegada pelo art. 218, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, mantenho o indeferimento do pedido, tendo em vista que o interessado não atendeu ao disposto no art. 65, inciso II, c/c o art. 66, incisos II e III, da Lei 13.445, de 24 de maio de 2017.

TORQUATO JARDIM
Ministro

PORTARIA Nº 1.322, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.008723/2015-26, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BERTUS VILJOEN, de nacionalidade sul-africana, filho de Bertus Viljoen e de Erika Viljoen, nascido na África do Sul, em 9 de setembro de 1991, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.323, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.036100/2011-66, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LORIAME BAMENGOLA, de nacionalidade angolana, filha de João Sombola e de Loriame Bamengola, nascida na Angola, em 17 de julho de 1988, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 1 (um) mês e 14 (quatorze) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.324, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.037360/2017-44, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BOZHIDAR DIMITROV STOICHKOV, de nacionalidade búlgara, filho de Dimitrov Borisov Stolgkov e de Iouka Gospodinova, nascido em Sophia, Bulgária, em 26 de novembro de 1966, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.325, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.046610/2017-37, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BELMIRO ALVAREZ LARANGEIRA, de nacionalidade paraguaia, filho de Pedro Alvarez e de Sosima Soraida Larangeira, nascido em Bela Vista, Paraguai, em 26 de novembro de 1957, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.326, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.056156/2017-22, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BLAISY ROSSYA MONIZ MUTAMPUKA, de nacionalidade cabo-verdiana, filha de Kafwilo Levy Mutampuka e de Madalena da Costa Moniz, nascida em Moscou, na Federação Russa, em 13 de abril de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.327, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000052/2018-36, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, YESICA ELIZABET CABALLERO RUIZ DIAZ, de nacionalidade paraguaia, filha de Melano Caballero e de Teresa Ruiz Diaz, nascida em Assunção, Paraguai, em 14 de setembro de 1993, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.328, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004443/2012-34, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SAMUEL CORREIA, de nacionalidade guineense, filho de Ernesto Correia e de Julia Ca, nascido na Guiné-Bissau, em 3 de maio de 1974, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.329, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.001909/2013-10, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SUPARAT RENGMART, de nacionalidade tailandesa, filha de Prayut Rengmart e de Samran Rengmart, nascida em Nakhon Sawan, no Reino da Tailândia, em 11 de setembro de 1975, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.330, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002798/2013-70, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FILIPE MONTEIRO PANDOPE, de nacionalidade cabo-verdiana, filho de João Morgado Pandope e de Joana Monteiro Cardoso, nascido em Bissau, na República da Guiné-Bissau, em 5 de junho de 1986, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.331, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.014162/2010-28, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JUAN MANUEL CANO CORBALAN, de nacionalidade espanhola, filho de Juan Cano Tudela e de Catalina Corbalan Marin, nascido na Espanha, em 16 de março de 1968, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Nº 1.111 - Ato de Concentração nº 08700.003726/2018-56. Saber Serviços Educacionais Ltda. e Somos Educação S.A.. Advogados: Barbara Rosenberg, Sandra Terepins Ramos, Amanda Fabbri Barelli, Marcio Dias Soares, Paula Camara Baptista de Oliveira, Tito Amaral, Maria Eugênia Novis, Thalita Novo e outros. Acolho o Parecer nº 7/2018/CGAA2/SGA1/SG, de 31 de agosto de 2018, e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Nº 1.114 - Processo Administrativo nº 08700.002247/2015-70 (Apartado restrito nº 08700.006858/2017-59)
Representante: Ministério Público do Estado Rio Grande do Norte
Representados: Comercial Gurgel Amorim Ltda. - ME; Conpasfal - Construção e Pavimentação Asfáltica Ltda.; F A Construções Ltda. - EPP; F&A Construções e Empreendimentos Ltda.; Serlimpa Construções e Serviços de Limpeza Azevedo Ltda.; SECONH - Serviços de Construção Novo Horizonte Ltda.; Terramaq Locações e Construções Ltda. - EPP; Carlos Estevam de Souza, Francisco Alves; Francisco de Assis Diniz; Jonildo Pessoa de Morais; Paulo Everton Gurgel de Amorim; Zilenildo Moraes de Menezes.
Advogados: Francisco Welithon da Silva (OAB/RN 3068), Bruna Daiany Pimenta Alves (OAB/RN 13579), Daniel Victor Ferreira (OAB/RN 4417), Catarina Kétsia Pessoa Alves (OAB/RN 4571), Marcos George de Medeiros (OAB/RN 11.915) e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 58/2018/CGAA7/SGA2/SG/CADE (Doc. SEI nº 0519550) e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica supracitada, (i) pela declaração de revelia dos Representados Comercial Gurgel Amorim Ltda. - ME; Conpasfal - Construção e Pavimentação Asfáltica Ltda.; F&A Construções e Empreendimentos Ltda.; SECONH - Serviços de Construção Novo Horizonte Ltda.; Francisco de Assis Diniz; Jonildo Pessoa de Morais; Paulo Everton Gurgel de Amorim e Zilenildo Moraes de Menezes, correndo contra eles os demais prazos do processo, independentemente de notificação, sem prejuízo de poderem intervir em qualquer fase do processo, porém sem direito à repetição dos atos já praticados, nos termos do art. 71 da Lei nº 12.529/11 e do art. 193 do RICADE, aprovado pela Resolução nº 20, de 7 de junho de 2017; (ii) pelo indeferimento das questões preliminares apresentadas pelos Representados e analisadas nos tópicos III.1, III.2 e III.3 da Nota Técnica; (iii) pelo deferimento da produção de provas documentais a todos os Representados, até o fim da instrução processual; (iv) pela notificação dos representados F A construções LTDA. - EPP e Sr. Francisco Alves para apresentação de justificativa para oitiva das testemunhas e complementação da qualificação, nos termos da presente nota Técnica, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de renúncia tácita da produção probatória requerida. Ao Protocolo.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Nº 243 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

OSCAR CIRO LOPEZ VACA - W132505-C, natural da Bolívia, nascido em 20 de setembro de 1959, filho de Ciro Lopez Zabala e de Aida Vaca de Lopez, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 08495.000523/2014-57).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 244 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABEL ALFONSO CASTRO SORIA - G011924-X, natural de Cuba, nascido em 24 de setembro de 1985, filho de Abel Castro Hidalgo e de Maria Cristina Soria Calzadilla, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08709.006490/2017-49);

FADEL SALLOUM - V609188-S, natural do Líbano, nascido em 19 de junho de 1988, filho de Mohamad Salloum e de Amina Arzoni, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.008805/2017-52);

HOCINE BOUTICHE - V924790-9, natural da Argélia, nascido em 21 de maio de 1985, filho de Ahmed Boutiche e de Kheira Boutiche, residente no Estado do Rio de Jasneiro (Processo n° 08460.009627/2017-77);

LUIS ERNESTO FARINHA ARCIERI - V376864-8, natural do Uruguai, nascido em 26 de abril de 1975, filho de Luis Alberto Farinha Xamo e de Maria Ofelia Arcieri Medeiros, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.021564/2017-63);

MARIA DEL PILAR PILAR VEJARANO RUIBAL - V489657-M, natural do Peru, nascido em 13 de julho de 1979, filha de Manuel Natividad Vejarano Sanchez e de Estela Ruibal Carreno, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08506.003958/2017-20) e

RAZAN SULIMAN - G099777-6, natural da Síria, nascida em 15 de janeiro de 1989, filha de Jamal Suliman e de Fatima Hassoun, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.323839/2016-10).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 245 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

INTESAR ALJAMAL HASAN - Y274738-6, natural da Jordânia, nascida em 13 de outubro de 1973, filha de Ahmad Ibrajim Ahmad Aljamal e de Fahima Dakhil Aljamal, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08442.000212/2018-37) e

MARIAM GHARIB - W559681-S, natural da República Árabe do Egito, nascida em 03 de junho de 1945, filha de Louis Gharib e de Josephine Gharib, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.011339/2017-19).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 246 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

KARLA MILEIDIS BRICENO ESCALONA - V928984-D, natural da Venezuela, nascida em 03 de fevereiro de 1986, filha de Carlos Fernando Briceno Berroteran e de Maria Esther Escalona De Briceno, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.032818/2017-79);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LUCAS JOÃO MENDES - V196074-2, natural de Guiné-Bissau, nascido em 08 de julho de 1979, filho de João Mendes e de Maria Milia da Silva, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.006523/2017-87);

MOHAMAD HUSSEIN CHOUAIB - G095577-Y, natural do Líbano, nascido em 25 de novembro de 1989, filho de Jihad Chouaib e de Alia Koubeyssi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.010182/2017-12) e

VICTOR ATILIO VILLARREAL PAREDES - V555291-W, natural da Venezuela, nascido em 08 de dezembro de 1961, filho de Pedro Jose Villarreal Torres e de Carmen Ramona Paredes Leon, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08000.055284/2017-30).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANDRÉ ZACA FURQUIM

DESPACHO Nº 2.912/2018

Despacho nº 2912/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: HUSSEIN MARJI
Processo: 08389.001996/2017-21

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa, nos termos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA
Secretário

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE MIGRAÇÃO DE NACIONALIDADE

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO

Declara que a correta grafia do genitor de YUSUF ISLAM MOSTAFA IBRAHIM HASSAN ABDELSAMIA, incluído na presente Portaria Naturalização nº 229, de 23 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2018, é Islam Mostafa Ibrahim Hassan Abdelsameia e não como constou. Processo nº 08505.040176/2017-81

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 153, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: O NAMORADO DA MINHA NAMORADA (MY GIRLFRIEND`S BOYFRIEND, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Daryn Tufts
Diretor(es): Daryn Tufts
Distribuidor(es): GEM ENTERTAINMENT KFT
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.000473/2016-94
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Série: SOBRENATURAL - 13ª TEMPORADA (SUPERNATURAL - SEASON 13, Estados Unidos da América - 2017)
Episódio(s): 01 A 23
Produtor(es): Andrew Dabb/Robert Singer
Diretor(es): David Nutter
Distribuidor(es): WARNER BROS. INTERNATIONAL TV DISTRIBUTION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.018819/2018-72
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CRIMES EM HAPPYTIME (THE HAPPYTIME MURDERS, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Henson Alternative/The Jim Henson Company/On The Day Productions
Diretor(es): Brian Henson
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.030094/2018-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O PACIENTE, O CASO TANCREDO NEVES (Brasil - 2017)
Produtor(es): Mariza Leão
Diretor(es): Sergio Rezende
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Conteúdo impactante
Processo: 08000.030819/2018-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: LEGALIZE JÁ - AMIZADE NUNCA MORRE (Brasil - 2018)
Produtor(es): Paulo Roberto Schmidt
Diretor(es): Johnny Araujo/Gustavo Bonafe
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.032156/2018-07
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: EVANESCENCE - SYNTHESIS LIVE (Reino Unido - 2018)
Produtor(es): Amy Lee Music, Inc.
Diretor(es): Paul Brown
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.033098/2018-21
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: MANEVA - ACÚSTICO AO VIVO NA CASA DO LAGO (Brasil - 2018)
Produtor(es): Universal Music International Ltda.
Diretor(es): Rodrigo Giannetto
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.033100/2018-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A JUSTICEIRA (PEPPERMINT, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): STX Films/Lakeshore Entertainment
Diretor(es): Pierre Morel
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação/Suspense
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.033234/2018-82
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: VIVÊNCIA (Brasil - 2017)
Diretor(es): Marcela Morê
Distribuidor(es): Banchá Filmes
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.000829/2018-72
Requerente: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Conjunto de Episódios: Z4 (Brasil - 2018)
Episódio(s): 01 a 13
Produtor(es): Adriana de Oliveira
Diretor(es): Márcio Trigo
Distribuidor(es): SBT SÃO PAULO
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000997/2018-68
Requerente: TV SBT CANAL 4 DE SÃO PAULO

Filme: ROSÁLIA MARGINAL (Brasil - 2016)
Produtor(es): Diego Alves
Diretor(es): Diego Jesus
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001070/2018-45
Requerente: DIEGO VIVALDO ALVES CAVALCANTI

Filme: KALANGA (Brasil - 2017)
Produtor(es): Atama Filmes
Diretor(es): Rogério Luís Rodrigues
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001111/2018-01
Requerente: ATAMA FILMES PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA

Filme: FILME PAISAGEM, UM OLHAR SOBRE ROBERTO BURLE MARX (Brasil - 2018)
Produtor(es): Camisa Listrada/Atelier de Cinema
Diretor(es): João Vargas Penna
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001164/2018-14
Requerente: ELO COMPANY

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO Nº 157, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Despacho nº 157/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.066547/2017-36
Novela: "DEUS SALVE O REI"
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

CONSIDERANDO que após monitoramento constante e cuidadoso da novela, identificou-se a frequente exibição de imagens de conteúdo violentos sem que haja os devidos contrapontos e atenuantes.

CONSIDERANDO que a decisão sobre a classificação indicativa da obra "Deus salve o rei" fundamentou-se no previsto na Portaria n° 368, de 11 de fevereiro de 2014, em especial o artigo 12, que especifica que a classificação indicativa tem como critérios temáticos o grau de incidência na obra de conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo único que o grau de incidência dos critérios temáticos determina as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos do Guia Prático da Classificação Indicativa, além de entender-se que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 13, inciso III).

decide pelo indeferimento do pedido de reconsideração, mantendo sua classificação de "não recomendado para menores de catorze anos", referendando-se a classificação outrora atribuída, conforme a publicação feita no Diário Oficial da União, por meio do Despacho n° 139, de 14 de agosto de 2018, publicizada em 15 de agosto de 2018, na Seção I, página 114, reiterando a importância para a obra, dos blocos temáticos de violência, drogas e conteúdo sexual.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHOS DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

Despacho nº 163/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.000187/2016-40
Programa: CONEXÃO MODELS
Emissora: Rede TV

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO que a obra "CONEXÃO MODELS" foi classificada como "livre" conforme publicação no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2016, por meio do Despacho nº 29/2016/COCIND/DPJUS/SNJ, seção I, página 29.

CONSIDERANDO que houve denúncia por parte de cidadão, contestando o conteúdo apresentado no programa e a classificação atribuída.

CONSIDERANDO que a portaria 368/14 (Art. 28, parágrafo único) estabelece que "mediante denúncia fundamentada ou monitoramento, será instaurado processo administrativo e o Dejus poderá reclassificar de ofício a obra audiovisual autoclassificada".

CONSIDERANDO que a portaria 368/14 estabelece que (Art. 48) "verificada, por denúncia ou monitoramento, irregularidade no cumprimento das normas de classificação indicativa, o Dejus deverá instaurar ou desarquivar procedimento administrativo para apurá-la, garantido o contraditório e a ampla defesa".

CONSIDERANDO que a Classificação Indicativa fundamenta-se no previsto na portaria n°368/14, em especial o artigo 12, que especifica que a classificação indicativa tem como critérios temáticos o grau de incidência na obra de conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo único que o grau de incidência dos critérios temáticos determina as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos do Guia Prático da Classificação Indicativa, além de entender-se que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 13, inciso III, resolve:

Revisar a classificação da obra "CONEXÃO MODELS" para "não recomendado para menores de 12 anos", por apresentar conteúdo sexual", ficando o interessado na obrigação de exibir a classificação no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação deste despacho e sempre quando houver a exibição da obra.

Despacho nº 164/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.023957/2015-21
Filme: "O JECA CONTRA O CAPETA"
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: TV Brasil

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "O JECA CONTRA O CAPETA" com autoclassificação "Livre", conforme requerimento protocolado em 12 de agosto de 2015.

CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibid, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "O JECA CONTRA O CAPETA " e classificá-la como "não recomendado para menores de doze anos" por conter violência e drogas lícitas, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 48, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.463580/2017-20, interposto pela ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÍLVIO SCOPEL (RS), CNPJ nº 87.522.678/0001-12, contra a decisão de indeferimento do pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 1.893, DE 28 DE JUNHO DE 2018 (*)

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio Grande do Sul e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 664/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Políticas Nacionais de Saúde do Sistema Único de Saúde,

Considerando a Portaria Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação da Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul, bem como aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite - CIB, por meio da Resolução nº 407/17 - CIB/RS, de 8 de setembro de 2017, e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Especializada- DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 162.759,91 (cento e sessenta e dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado e Municípios do Rio Grande do Sul, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos se referem ao custeio do medicamento trombolítico nos 15 (quinze) Centros de AVC habilitados no Estado do Rio Grande do Sul em 2012, definidos com base na média de produção de cada estabelecimento para o procedimento "03.03.04.014-9: tratamento de acidente vascular cerebral - AVC (isquêmico ou hemorrágico agudo)", nos últimos 4 anos (2013-2016), fato esse que não foi incluído no momento da habilitação.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, ao Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e Fundos Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Estabelecimentos habilitados como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com AVC em 2012						
IBGE	Município	Estabelecimento	CNES	GESTÃO	CNPJ	Valor trombolítico/ano (**)
430460	Canoas	Hospital Nossa Senhora das Graças	2232014	Municipal	88.314.133/0001-83	13.829,27
430460	Canoas	Hospital Pronto Socorro Dep. Nelson Marchezan	3626245	Municipal	09.549.061/0002-68	16.734,24
430463	Capão da Canoa	Hospital Beneficente Santa Luzia	2707969	Estadual	88.625.686/0037-68	4.909,80
430920	Gravataí	Hospital Dom João Becker	2232049	Municipal	92.812.049/0009-14	13.174,63
431340	Novo Hamburgo	Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo FSNH	2232146	Municipal	11.055.682/0001-56	16.161,43
431490	Porto Alegre	Hospital das Clínicas de Porto Alegre	2237601	Municipal	87.020.517/0001-20	20.334,76
431490	Porto Alegre	Hospital São Lucas PUCRS	2262568	Municipal	88.630.413/0007-96	12.560,91
431490	Porto Alegre	Irmandade Santa Casa de Misericórdia	2237253	Municipal	92.815.000/0001-68	13.583,78
432000	Sapucaia do Sul	Fundação Hospital Municipal Getúlio Vargas	2232162	Municipal	88.185.020/0001-25	8.960,39
431870	São Leopoldo	Hospital Centenário	2232022	Municipal	92.931.245/0001-50	12.151,76
432160	Tramandaí	Hospital Tramandaí	2793008	Estadual	13.183.513/0002-08	17.388,88
432150	Torres	Hospital Nossa Senhora dos Navegantes	2707950	Estadual	88.625.686/0035-04	3.886,93
432300	Viamão	Instituto de Cardiologia (Hospital Viamão)	5223962	Estadual	92.898.550/0005-11	9.083,13
	Total Geral					162.759,91

(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 126, de 3 de julho de 2018, Seção 1, página 44, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 2.725, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;
Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.
Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.
Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.
Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.
Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.
Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	CAMPO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - AL	11169951000118001	27260001	663.000,00	663.000,00	10301201585810027
AL	LAGOA DA CANOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA DA CANOA - FMSLC	09056075000118001	27260001	663.000,00	663.000,00	10301201585810027
TOTAL			2 PROPOSTAS			1.326.000,00	

PORTARIA Nº 2.726, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;
Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;
Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;
Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).
Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.
Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.
Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.
Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	COARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000217121201800	38070009	200.282,00	200.282,00	10122201545250013
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000217141201800	37130002	134.377,00	134.377,00	10122201545250031
MG	SAO JOSE DA VARGINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DA VARGINHA	36000217118201800	37510001	152.113,00	152.113,00	10122201545250031
MS	PARANHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANHOS	36000217137201800	14510001	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
RS	IMIGRANTE	IMIGRANTE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000217282201800	38400001	40.000,00	40.000,00	10122201545250043
TO	AGUIARNOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000217138201800	26910006	135.000,00	135.000,00	10122201545250017
TO	ARRAIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARRAIAS	36000217134201800	26910006	135.000,00	135.000,00	10122201545250017
TO	FATIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FATIMA	36000217283201800	26910006	135.000,00	135.000,00	10122201545250017
TO	FORTALEZA DO TABOCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000217234201800	26910006	135.000,00	135.000,00	10122201545250017
TOTAL			9 PROPOSTAS			1.166.772,00	

PORTARIA Nº 2.727, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
SP	MARACAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MARACAI	36000217276201800	100.000,00	37730012	100.000,00	10122201545250035	2079437	100.000,00
TOTAL			1 PROPOSTAS	100.000,00					

PORTARIA Nº 2.728, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	PORTO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO GRANDE	11844616000118010	37480006 26760004	2.150,00 47.850,00	50.000,00	10301201585810016 10301201585810016
MG	SAO PEDRO DOS FERROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DOS FERROS	23411997000118004	27640014	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
PE	VICENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10566414000118011	10740003 30800010	70.000,00 100,00	70.100,00	10301201585810026 10301201585810026
RN	AUGUSTO SEVERO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO GRANDE-RN	11344210000118009	38060010	49.865,00	49.865,00	10301201585810024
RO	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	11502951000118024	24200008	250.020,00	250.020,00	10301201585810011
SE	LAGARTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGARTO	11447284000118002	29080005	99.975,00	99.975,00	10301201585810028
SP	CARAPICUIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARAPICUIBA	11154498000118015	25380004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	COSMOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18692355000118008	31350009	99.900,00	99.900,00	10301201585810035

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	FLORIDA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11565305000118038	18080012	190.000,00	190.000,00	10301201585813928
SP	JOANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA TURISTICA DE JOANOPOLIS	97522485000118011	18080012	79.960,00	79.960,00	10301201585813928
SP	SALMOURAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALMOURAO	12401658000118004	15810006	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	SERRANA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE SERRANA	07584185000118009	25380004	99.800,00	99.800,00	10301201585810035
SP	TUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11845813000118006	10660001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
TO	PALMEIRANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12292443000118009	26910001	18.000,00	18.000,00	10301201585810017
TOTAL			14 PROPOSTAS			1.407.620,00	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.328, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Petrópolis-RJ Cooperativa de Trabalho Médico.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 27 de agosto de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.012161/2017-99, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Petrópolis-RJ Cooperativa de Trabalho Médico, registro ANS nº 32.399-3, inscrita no CNPJ sob o nº 28.806.545/0001-09.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.377, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.378, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro do alimento, sob o número de processo constante do anexo desta Resolução, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 e do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 2º A revalidação abrange as petições que ainda não foram objetos de decisão por parte da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não se aplica às petições de revalidação de registro protocolados fora do prazo estabelecido nos termos do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 2000.

Art. 4º As petições revalidadas automaticamente serão analisadas, podendo a Administração indeferir o pedido de revalidação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado ou ratificá-lo, deferindo o pedido de revalidação.

Art. 5º Os produtos com registros revalidados podem ser consultados no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto /consulta_alimento.asp.

Art. 6º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, sem haver interrupção na regularidade do registro.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.379, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Cancelamento de Registro por Transferência de Titularidade e de Transferência de Titularidade relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.387, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro do alimento, sob o número de processo constante do anexo desta Resolução, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 e do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 2º A revalidação abrange as petições que ainda não foram objetos de decisão por parte da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não se aplica às petições de revalidação de registro protocolados fora do prazo estabelecido nos termos do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 2000.

Art. 4º As petições revalidadas automaticamente serão analisadas, podendo a Administração indeferir o pedido de revalidação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado ou ratificá-lo, deferindo o pedido de revalidação.

Art. 5º Os produtos com registros revalidados podem ser consultados no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto /consulta_alimento.asp.

Art. 6º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, sem haver interrupção na regularidade do registro.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de 31 de março de 2018.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução-RE nº 1.819, de 12 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 135, de 16 de julho de 2018, na Seção 1 pág. 47, e em suplemento, pág. 01, referente ao processo 25351.262958/2017-51, da empresa DANONE LTDA, onde se lê:

FOTIDRINK

Leia-se:

FORTIDRINK

Na Resolução-RE nº 2.003, de 25 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 145, de 30 de julho de 2018, na Seção 1 pág. 122, e em suplemento, pág. 16, referente ao processo 25351.504228/2015-17, da empresa DANONE LTDA, onde se lê:

ESECÍFICAS

Leia-se:

ESPECÍFICAS

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.386, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, tendo em vista o disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, no art. 229-C da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 168, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.388, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder ao (s) Centro (s), na forma do(s) ANEXO(s), a Certificação em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade conforme identificado no ANEXO.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.389, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Habilitação do Centro de Equivalência Farmacêutica, de acordo com os critérios estabelecidos na RDC nº 67, de 23 de março de 2016.

Art. 2º A presente Habilitação terá validade conforme identificado no ANEXO.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.390, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições de registro de medicamento novo conforme anexo.

Art. 2º Mais informações devem ser consultadas no site da Anvisa - www.anvisa.gov.br;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.391, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.392, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.393, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.394, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.395, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 dias a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.396, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.397, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento de registro a pedido dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.398, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.399, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e, visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 40 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 122 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de registro listadas no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.417, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de registro de medicamento novo conforme anexo.

Art. 2º Mais informações devem ser consultadas no site da Anvisa -www.anvisa.gov.br;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.418, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 1.684, de 28 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 125, de 02 de julho de 2018, Seção 1 Pág. 90 e Suplemento Pág. 26, referente ao processo 25351.058471/2014-19.

Onde se lê:

1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
4 8 11 3 9 0 6 0 0 0 1 4 9
CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 25351.058471/2014-19
07/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
0080124/14-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1078182/13-0 - 25351.749127/2013-72)
1.0481.0139.001-7 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.0481.0139.002-5 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.0481.0139.003-3 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.0481.0139.004-1 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.0481.0139.005-1 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.0481.0139.006-8 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0481.0139.007-6 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 2
1.0481.0139.008-4 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4
1.0481.0139.009-2 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6
1.0481.0139.010-6 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 8
1.0481.0139.011-4 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0481.0139.012-2 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0481.0139.013-0 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 2
1.0481.0139.014-9 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4
1.0481.0139.015-7 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4
1.0481.0139.016-5 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6
1.0481.0139.017-3 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 8
1.0481.0139.018-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0481.0139.019-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0481.0139.020-3 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.0481.0139.021-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.0481.0139.022-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.0481.0139.023-8 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.0481.0139.024-6 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.0481.0139.025-4 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0481.0139.026-2 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 2
1.0481.0139.027-0 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4
1.0481.0139.028-9 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6
1.0481.0139.029-7 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 8
1.0481.0139.030-0 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0481.0139.031-9 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20

1.0481.0139.032-7 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.0481.0139.033-5 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.0481.0139.034-3 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.0481.0139.035-1 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.0481.0139.036-1 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.0481.0139.037-8 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20

Leia-se:
1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
4 8 11 3 9 0 6 0 0 0 1 4 9
CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 25351.058471/2014-19
07/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
0080124/14-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1078182/13-0 - 25351.749127/2013-72)
1.0481.0139.001-7 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.0481.0139.002-5 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.0481.0139.003-3 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.0481.0139.004-1 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.0481.0139.005-1 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.0481.0139.006-8 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0481.0139.007-6 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 2
1.0481.0139.008-4 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4
1.0481.0139.009-2 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6
1.0481.0139.010-6 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 8
1.0481.0139.011-4 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0481.0139.012-2 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0481.0139.013-0 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 2
1.0481.0139.014-9 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4
1.0481.0139.016-5 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6
1.0481.0139.017-3 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 8
1.0481.0139.018-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0481.0139.019-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0481.0139.020-3 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.0481.0139.021-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.0481.0139.022-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.0481.0139.023-8 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.0481.0139.024-6 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.0481.0139.025-4 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0481.0139.026-2 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 2
1.0481.0139.027-0 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4
1.0481.0139.028-9 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6
1.0481.0139.029-7 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 8
1.0481.0139.030-0 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0481.0139.031-9 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0481.0139.032-7 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.0481.0139.033-5 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.0481.0139.034-3 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.0481.0139.035-1 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.0481.0139.036-1 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.0481.0139.037-8 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 419, de 22 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 38, de 26 de fevereiro de 2018, Seção 1, pág. 77 e Suplemento Pág. 27, referente ao processo 25351.707364/2017-11.

Onde se lê:
cloridrato de fluoxetina 25351.707364/2017-11 02/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
2289414/17-4
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 111287/00-2 - 25351.028818/00-11)
1.0068.1152.001-8 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS INC X 70
1.0068.1152.002-6 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS INC X 30
1.0068.1152.003-4 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS INC X 20
1.0068.1152.004-2 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS INC X 10
1.0068.1152.005-0 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS INC X 28
1.0068.1152.006-9 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS INC X 14
1.0068.1152.007-7 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS INC X 7
Leia-se:
cloridrato de fluoxetina 25351.707364/2017-11 02/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
2289414/17-4
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 111287/00-2 - 25351.028818/00-11)
1.0068.1152.001-8 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 70
1.0068.1152.002-6 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0068.1152.003-4 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0068.1152.004-2 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0068.1152.005-0 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0068.1152.006-9 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0068.1152.007-7 24 Meses
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 7

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 1.465, de 7 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 110 de 11 de junho de 2018, Seção 1, pág. 42 e Suplemento Pág. 28, referente ao processo 25351.345147/2017-39:

Onde se lê:
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
02433631000120
MENTHA CRISPA L.
GIAMEBIL 25351.345147/2017-39 07/2012
1699 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO. 0146389/17-6
1793 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL 0274999/18-8
Leia-se:
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
02433631000120
MENTHA CRISPA L.
GIAMEBIL 25351.345147/2017-39 07/2022
1699 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO. 0146389/17-6
1793 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL. 0274999/18-8

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 1.124, de 3 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 86 de 7 de maio de 2018, Seção 1, pág. 52 e Suplemento Pág. 18, referente ao processo 25351.353042/2017-84:

Onde se lê:
COLECALCIFEROL
DEGEN 25351.353042/2017-84 01/2023
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE
2353756/16-6
(1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) - 1288751/17-0 - 25351.353042/2017-84)
Leia-se:
COLECALCIFEROL
DEGEN 25351.353042/2017-84 09/2021
10504 ESPECÍFICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE
2353756/16-6
(1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) - 1288751/17-0 - 25351.353042/2017-84)

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 1.513, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 115, de 18 de junho de 2018, Seção 1, pág. 106 e Suplemento Pág. 22, referente ao processo 25351.165521/2018-90.

Onde se lê:
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
6 0 6 6 5 9 8 1 0 0 0 11 8
ALGESTONA ACETOFENIDA + ENANTATO DE ESTRADIOL
Uno Ciclo 25351.165521/2018-90 06/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
0234024/18-1
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 999233/69-5 - 25001.009082/82)
Leia-se:
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
6 0 6 6 5 9 8 1 0 0 0 11 8
ALGESTONA ACETOFENIDA + ENANTATO DE ESTRADIOL
Uno-Ciclo 25351.165521/2018-90 06/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
0234024/18-1
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 999233/69-5 - 25001.009082/82)

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.419, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, tendo em vista o disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GLÓRIA MARIA DE OLIVEIRA LATUF

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.420, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, tendo em vista o disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento a decisão judicial expedida pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região - Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos do Processo nº 0054565-79.2010.4.01.3400.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GLÓRIA MARIA DE OLIVEIRA LATUF

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.402, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.403, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.404, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.405, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.422, DE 31 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as alterações, relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.406, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Toxicologia Substituto no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.421, DE 31 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Toxicologia Substituto no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.400, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.401, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.407, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.408, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.409, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Cancelamento de Notificação de Produto Saneante de Risco 1 por ato de ofício, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.347, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.348, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.349, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento dos estabelecimentos Farmácias e Drogarias, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.350, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.351, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.352, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.353, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.354, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.355, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.356, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.357, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.358, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.359, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.360, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica soluções parenterais de grande volume com esterilização terminal na certificação da empresa Casula & Vasconcelos Indústria Farmacêutica e Comércio Ltda, CNPJ nº 05.155.425/0001-93, publicada pela Resolução RE nº 1.205, de 10 de maio de 2018, no Diário Oficial da União nº 91, de 14 de maio de 2018, Seção 1, pág. 35, e em suplemento da Seção 1, pág. 98, conforme expedientes nº 1942431/17-1 e 0594484/18-8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.361, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa M.R. Pharma S.A., publicada pela Resolução RE nº 55, de 05 de janeiro de 2018, no Diário Oficial da União nº 32, de 8 de janeiro de 2018, Seção 1, pág. 58, e em Suplemento, pág. 32; DE Química Haller Ltda., CNPJ: 33.036.815/0001-80, Autorização de Funcionamento 1.00.201-3 PARA Mylan Laboratórios Ltda., CNPJ: 11.643.096/0001-22, Autorização de Funcionamento 1.08.830-7, conforme expedientes nº 0026761/17-9 e 0529118/18-6.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Madaus Pharmaceuticals Private Limited, publicada pela Resolução RE Nº 1.838, de 12 de julho de 2018, no Diário Oficial da União nº 135, de 16 de julho de 2018, Seção 1, pág. 52, e em Suplemento, pág. 118; DE Takeda Pharma Ltda., CNPJ: 60.397.775/0001-74, Autorização de Funcionamento 1006398 PARA Mylan Laboratórios Ltda., CNPJ: 11.643.096/0001-22, Autorização de Funcionamento 1088307, conforme expedientes nº 0950784/15-1 e 0146990/18-8.

Art. 3º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Rottapharm Ltd., publicada pela Resolução RE Nº 2.728, DE 11 de outubro de 2017, no Diário Oficial da União nº 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 60, e em Suplemento, págs. 217 e 218; DE Takeda Pharma Ltda., CNPJ: 60.397.775/0001-74, Autorização de Funcionamento 1006398 PARA Mylan Laboratórios Ltda., CNPJ: 11.643.096/0001-22, Autorização de Funcionamento 108830-7, conforme expedientes nº 0647748/17-8 e 0146999/18-1.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.362, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução RE n° 925, de 4 de abril de 2017, no Diário Oficial da União nº 69, de 10 de abril de 2017, Seção 1, pág. 48, e em suplemento, págs. 37 e 38, conforme expedientes nº 0146297/17-1, 0579806/18-0 e 431738/18-6.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.363, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.364, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.365, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.366, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.367, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.368, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.369, DE 29 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando a declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o parágrafo único do art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o § 1º do art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.370, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.371, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.372, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.373, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.374, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.410, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.411, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir o insumo risanquizumabe na certificação da empresa Boehringer Ingelheim Pharma GmbH & Co. KG, solicitada pela empresa AbbVie Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 15.800.545/0001-50, publicada pela Resolução RE nº 91, de 13 de janeiro de 2017, no Diário Oficial da União nº. 11, de 16 de janeiro de 2017, Seção I, pág. 27 e suplemento da Seção I, pág. 44, conforme expedientes nº 2048736/16-3, 2048808/16-4 e 0413732/18-9.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.412, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir o insumo tiabendazol - etapas de purificação (este insumo é obtido por síntese química, cujas etapas de síntese são efetuadas na empresa Hikal Ltd localizada no endereço, T-21, M.I.D.C. Taloja, Dist. Raigad, Maharashtra - 410 208 - India) na certificação da empresa Nortec S.A., CNPJ nº 29.950.060/0001-57, publicada pela Resolução RE nº 3.425, de 21 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 247, de 26 de dezembro de 2016, Seção I, pág. 55 e em suplemento da Seção I, pág. 44, conforme expedientes nº 2034231/16-4 e 0287244/18-7.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.413, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Resolução-RE nº 2.297, de 22 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 27 de agosto de 2018, Seção 1, página 132.

Art. 2º Tornar insubsistente a certificação da empresa AARTI DRUGS LTD. - B0001, publicada pela Resolução-RE nº 2.205, de 16 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 160, de 20 de agosto de 2018, Seção 1, página 44, em Suplemento, página 95.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.414, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.415, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica pós liofilizados na linha de produtos estéreis citotóxicos na certificação da empresa Wyeth Pharmaceutical Division of Wyeth Holdings LLC, a subsidiary of Pfizer Inc., solicitada pela empresa Laboratórios Pfizer Ltda., CNPJ nº 46.070.868/0036-99, publicada pela Resolução RE nº 2.989, de 04 de novembro de 2016, no Diário Oficial da União nº 213, de 07 de novembro de 2016, Seção 1, pág. 59 e suplemento da Seção 1, pág. 61, conforme expedientes nº 2229481/16-6 e 2320129/17-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.423, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando a decisão judicial da 1ª Vara Federal de Jundiaí ao pedido de liminar no Mandato de Segurança nº 5003033-07.2018.4.03.6128, resolve:

Art. 1º Revogar única e exclusivamente o art. 2º da Resolução-RE nº 2.169, de 09/08/2018, publicada no D.O.U. nº 154 de 10 de agosto de 2018, Seção 1, pág. 119.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.801, de 5 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 130, de 9 de julho de 2018, seção 1, página 34, e em suplemento da Seção 1, páginas 73 e 74.

Onde se lê: ISOFARMA INDUSTRIAL FARMACÊUTICA LTDA -CNPJ: 02.281.006/0001-00 AUTORIZ/MS: 1051708

Leia-se: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A.-CNPJ: 01.571.702/0008-64 AUTORIZ/MS: 1003113

Na Resolução RE nº 116, de 17 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 15, de 22 de janeiro de 2018, seção 1, página 53, e em suplemento da Seção 1, página 83, referente à certificação da empresa Solupharm Pharmazeutische Erzeugnisse GmbH.

Onde se lê: soluções parenterais de pequeno volume com esterilização terminal

Leia-se: Produtos estéreis: embalagem secundária.

Na Resolução RE nº 1205, de 10 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 91, de 14 de maio de 2018, Seção 1, pág. 35 e em suplemento, pág. 98, referente à certificação da empresa Wyeth Industria Farmacêutica Ltda.

Onde se lê: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Soluções Parenterais de Grande Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica; Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica;

Produtos estéreis (Hormônios): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica;

Produtos estéreis (Carbapenêmicos): Pós com Preparação Asséptica

Leia-se: Produtos estéreis: Embalagem secundária

Produtos estéreis (Hormônios): Embalagem secundária

Produtos estéreis (Carbapenêmicos): Embalagem secundária

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.808, de 05 de Julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 130, de 09 de Julho de 2018, Seção I, pág. 35 e suplemento da Seção 1, pág. 75, referente a certificação da empresa Blumedical Group Comércio de Produtos para Saúde Ltda - ME, CNPJ nº 18.367.997/0001-88, conforme expedientes nº 2272498/17-2 e 0589692/18-4.

Onde se lê: Rua Nunes Machado, 472, 1° andar - Conjunto 107, Centro, Curitiba - PR CEP: 80250-000

Leia-se: Rua Comendador Araújo, 143 - Conjunto 32, Centro, Curitiba - PR CEP: 80420-000

Na Resolução RE nº 525, de 1º de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº. 43, de 05 de março de 2018, Seção I, pág. 51 e em suplemento da Seção I, pág. 103, referente a certificação da empresa Epocal Inc., solicitada pela Alere S.A., CNPJ nº 50.248.780/0001-61, conforme expedientes nº 1824662/17-1 e 0652010/18-3.

Onde se lê: Empresa Solicitante: Alere S.A. CNPJ: 50.248.780/0001-61

Autorização de Funcionamento: 1.00.717-7 Expediente(s): 1824662/17-1

Leia-se: Empresa Solicitante: Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda. CNPJ: 01.449.930/0001-90

Autorização de Funcionamento: 1.03.451-6 Expediente(s): 1824662/17-1 e 0078257/18-2

Na Resolução - RE N° 1.418, de 26 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 101, de 29 de maio de 2017, pág. 18 e em suplemento da Seção I, pág. 55, referente a certificação da empresa KFF S.A., solicitado pela empresa Healthcare Hospitalar Ltda., CNPJ 00.727.490/0001-22, conforme expedientes nº 1354565/16-5 e nº 0913748/17-3.

Onde se lê: Formathos Fornecedora de Material Hospitalar Ltda. EPP.

Leia-se: Healthcare Hospitalar Ltda.

Onde se lê: CNPJ: 81.138.984/0001-73

Leia-se: CNPJ: 00.727.490/0001-22

Onde se lê: 1.02.273-5

Leia-se: 8.02.505-4

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 3.314, de 14 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 241, de 18 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 151 e em suplemento da Seção 1, pág. 105, alterada pela Resolução RE nº 798, de 28 de março de 2018, no Diário Oficial da União nº 62, de 02 de abril de 2018, Seção I, pág. 106.

Onde se lê: Nusajaya 79200

Leia-se: 79200 Iskandar Puteri

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.382, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.383, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.384, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.385, DE 30 DE AGOSTO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.340, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

Defere, sub judice, a Adesão ao PROSUS, da Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga, com sede em Ibitinga (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Ação Judicial em face da União, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Araraquara (Processo nº 5002734-54.2018.4.03.6120), que deferiu liminarmente o pedido de tutela de urgência para determinar que seja considerada deferida a adesão ao PROSUS da Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga; e

Considerando a Nota Técnica nº 69/2018-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 00737.006735-18-70, resolve:

Art. 1º Fica deferida, sub judice, a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga, CNPJ nº 49.270.671/0001-61, com sede em Ibitinga (SP).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 4.685, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/51409 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BIKE DO NORDESTE S/A., CNPJ nº 02.220.262/0002-78 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.707, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/60825 - DPF/IJI/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO COMERCIAL DO BALNEÁRIO CAMBORIÚ SHOPPING, CNPJ nº 09.002.565/0001-82 para atuar em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.897, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/65341 - DPF/SJE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMURB - EMPRESA MUNICIPAL DE URBANISMO DE SAO JOSE DO RIO PRETO, CNPJ nº 45.107.612/0001-16 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.920, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/29810 - DPF/PCA/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GERVASIO & IGNACIO VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 28.778.957/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1217/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.930, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/61969 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SUPERMERCADO NORDESTAO LTDA, CNPJ nº 08.030.363/0016-68, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.999, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54610 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGROPECUARIA MAGGI LTDA, CNPJ nº 00.315.457/0001-95 para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1918/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.009, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/67200 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa STAFF- CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA , CNPJ nº 02.577.491/0001-63, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PLS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 18.133.588/0001-17:

8 (oito) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

3 (três) Pistolas calibre .380

2160 (duas mil e cento e sessenta) Munições calibre 12

36288 (trinta e seis mil e duzentas e oitenta e oito) Espoletas calibre 38

10411 (dez mil e quatrocentos e onze) Gramas de pólvora

36288 (trinta e seis mil e duzentos e oitenta e oito) Projéteis calibre 38

3880 (três mil e oitocentas e oitenta) Espoletas calibre .380

3880 (três mil e oitocentos e oitenta) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.013, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/68303 - DPF/RPO/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO JARDIM SUL - RIBEIRAO PRETO, CNPJ nº 13.477.719/0001-60 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.025, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/70645 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PANZER - CENTRO DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 10.659.272/0001-51, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10500 (dez mil e quinhentas) Espoletas calibre 38

2000 (dois mil) Estojos calibre 38

3000 (três mil) Gramas de pólvora

15000 (quinze mil) Projéteis calibre 38

6800 (seis mil e oitocentas) Espoletas calibre .380

6000 (seis mil) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.027, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/71074 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0001-08, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "DESENVOLVIMENTO DE GESTORES DO GOVERNO DA REGIÃO AUTÔNOMA DO PRÍNCIPE"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe

(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em Brasília, em 26 de junho de 1984;

Considerando o desejo mútuo de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento, com base no benefício mútuo e na reciprocidade; e

Considerando que a cooperação técnica na área da administração pública reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto "Desenvolvimento de Gestores do Governo da Região Autônoma do Príncipe" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é promover a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelo Governo da Região Autônoma do Príncipe à população.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a serem alcançados no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e assinado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe designa:

a) O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos como instituições responsáveis pela coordenação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, cada qual de acordo com suas atribuições legais; e

b) a Secretaria Regional das Finanças e Administração Pública do Governo da Região Autônoma do Príncipe como instituição responsável pela implementação, pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver em São Tomé e Príncipe as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) apoiar a realização de atividades de capacitação a serem desenvolvidas em São Tomé e Príncipe;

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe cabe:

a) designar profissionais santomenses para receber treinamento no Brasil;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) apoiar os técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto;

d) garantir a manutenção dos vencimentos e das demais vantagens do cargo ou função dos técnicos santomenses que estiverem envolvidos no Projeto;

e) apoiar a realização de atividades de capacitação a serem desenvolvidas;

f) tomar as providências para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro tenham continuidade; e

g) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Artigo VI

1. As instituições executoras elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no contexto do Projeto, os quais serão encaminhados e avaliados pelas instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas, bem como mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo VII

1. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado a qualquer momento, com consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

2. Eventuais emendas entrarão em vigor conforme o procedimento disposto no Artigo X.

3. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à implementação deste Ajuste Complementar será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo VIII

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por via diplomática, de sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data de recebimento da notificação e não afetará as atividades em execução, salvo se acordado em contrário pelas Partes.

Artigo IX

No que se refere às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em Brasília, em 26 de junho de 1984.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, por períodos sucessivos de dois (2) anos, até o cumprimento de seu objeto.

Feito em São Tomé, em 19 de março de 2018, em dois originais em português.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
VILMAR ROGEIRO COUTINHO JÚNIOR
Embaixador do Brasil

Pelo Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe
URBINO J. GONGALVES BOTELHO
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA O ESTABELECI MENTO DE CONSULTAS POLÍTICAS EM ASSUNTOS DE INTERESSE COMUM ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DO IRAQUE

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Iraque

(doravante designados "Partícipes"),

Desejando promover e ampliar a cooperação entre os dois países e reforçar os laços tradicionais de amizade entre os povos brasileiro e iraquiano;

Reafirmando a intenção de desenvolver um diálogo que inclua não apenas assuntos bilaterais, mas também temas regionais e internacionais de interesse comum; e

Convencidos de que as consultas políticas favorecerão a compreensão mútua e a cooperação em diferentes foros e organizações internacionais, em particular nas Nações Unidas,

Convieram no seguinte:

Artigo 1º

Os Partícipes manterão reuniões regulares de consultas políticas sobre temas bilaterais, bem como sobre questões regionais e internacionais de interesse comum.

Artigo 2º

As consultas terão lugar, alternadamente, no Brasil e no Iraque. O nível de representação, as datas de sua realização e a agenda de temas serão definidos previamente, de comum acordo, por intermédio da via diplomática.

Artigo 3º

Poderão participar das consultas representantes dos Ministérios das Relações Exteriores. Representantes de outras entidades poderão excepcionalmente participar mediante consentimento prévio e expresso de ambos os Partícipes.

Artigo 4º

Este Memorando de Entendimento ou quaisquer de seus dispositivos poderão ser emendados de comum acordo, por escrito, por ambos os Partícipes, em conformidade com os procedimentos legais aplicáveis nos dois Países.

Artigo 5º

Ambos os Partícipes protegerão o conteúdo e as conclusões das consultas em conformidade com suas respectivas legislações.

Artigo 6º

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à implementação deste Memorando de Entendimento será resolvida por negociação direta entre os Partícipes.

Artigo 7º

1.Este Memorando de Entendimento produzirá efeitos a partir da data do recebimento da última notificação pela qual um Partícipe notifica o outro, por intermédio da via diplomática, de que foram cumpridos todos os requisitos exigidos por sua respectiva legislação nacional para a produção de efeitos deste Memorando de Entendimento.

2.O presente Memorando de Entendimento produzirá efeitos por um período de 5 (cinco) anos, renováveis automaticamente por sucessíveis períodos de 5 (cinco) anos, a menos que qualquer dos Partícipes manifeste o interesse em terminá-lo mediante notificação por escrito, por intermédio da via diplomática, com período prévio mínimo de 6 (seis) meses.

Feito em Bagdá, em 26 de junho de 2018, em dois originais, nos idiomas português, árabe e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação ou de aplicação dos dispositivos deste Memorando de Entendimento, prevalecerá a versão em inglês.

Pelo Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil
MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES
Embaixador da República Federativa do Brasil junto ao governo da República do Iraque

Pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Iraque
NAZAR ISSA ABDULHADI AL-KH IR U LLA H
Subsecretário de Assuntos Bilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Iraque

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.946, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003585/2018-42, decide deferir o Requerimento Administrativo interposto pelas Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, de forma a autorizar o acesso provisório por meio da conexão na saída da linha 69 kV que interliga a SE Laranjal 230/69 kV (Rede Básica) à SE Laranjal do Jari 69 kV (CEA), até 30 de novembro de 2018 ou até a entrada em operação da entrada de linha de 69 kV na SE Laranjal 230/69 kV a ser construída pela CELPA, observado os seguintes aspectos: (i) contratação do uso do sistema pela CELPA por meio do CUST já celebrado (CUST nº 075/2002) com reconhecimento do respectivo EUST na tarifa do consumidor final da CELPA; (ii) celebração entre a CELPA e a CEA de Acordo Operativo que contemple o compartilhamento da entrada de linha 69 kV na SE Laranjal 230/69 kV hoje utilizada pela CEA; (iii) utilização do fator 0,4485% a ser acrescentado à medição de demanda e de energia na SE Monte Dourado 69 kV para compensação das perdas técnicas no trecho da linha 69 kV de 9,95 km que interligará a saída da linha da CEA na SE Laranjal 230/69 kV à SE Monte Dourado 69 kV; (iv) medição de demanda e de energia atribuída à CELPA por meio do SMF instalado na SE Monte Dourado 69 kV acrescida das perdas técnicas da linha 69 kV de 9,95 km que interligará a saída da linha da CEA na SE Laranjal 230/69 kV à SE Monte Dourado 69 kV; e (v) medição de demanda e de energia atribuída à CEA por meio do SMF existente instalado na entrada de linha de 69 kV na SE Laranjal 230/69 kV subtraída das perdas técnicas da linha 69 kV de 9,95 km que interligará a saída da linha da CEA na SE Laranjal 230/69 kV à SE Monte Dourado 69 kV e da medição de demanda e de energia obtida por meio do SMF instalado na SE Monte Dourado 69 kV.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 1.970, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 4.722, de 12 de setembro de 2017, considerando o que consta do Processo nº 48500.006438/2017-43 e em cumprimento ao disposto no Edital do Leilão de Transmissão nº 02/2018-ANEEL, decide, em juízo de reconsideração, (i) conhecer, por tempestivo, do Recurso Administrativo interposto pelo Consórcio LARA/JAAC em face do Despacho nº 1.793, de 10 de agosto de 2018, que habilitou, entre outras, a empresa Sterlite Power Grid Ventures Limited e, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) encaminhar o processo à Diretoria da ANEEL para julgamento final do referido Recurso, conforme o disposto no item 15.8 do Edital e no § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

DESPACHO Nº 1.971, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 4.722, de 12 de setembro de 2017, considerando o que consta do Processo nº 48500.006438/2017-43 e em cumprimento ao disposto no Edital do Leilão de Transmissão nº 02/2018-ANEEL, decide, em juízo de reconsideração, (i) conhecer, por tempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela Celg Geração e Transmissão S.A. em face do Despacho nº 1.793, de 10 de agosto de 2018, que habilitou, entre outras, a empresa Sterlite Power Grid Ventures Limited e, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) encaminhar o processo à Diretoria da ANEEL para julgamento final do referido Recurso, conforme o disposto no item 15.8 do Edital e no § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.976 , DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº: 48500.000636/2018-84. Interessada: Voltalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Voltalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.350.168/0001-09, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.977, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.005592/2016-17. Interessado: BVE - Bela Vista Energética S.A. Decisão: alterar a descrição do sistema de transmissão de interesse restrito da UTE BVE, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.SP.037341-9.01, localizada no município de Nova Independência, estado de São Paulo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.978, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.002004/2016-93. Interessado: Rio Tainhas Geração de Energia Ltda. Decisão: Estabelecer prazo para adequação e reapresentação da Revisão dos Estudos de Inventário do rio do Peixe, localizado na sub-bacia 72, Bacia Hidrográfica do rio Uruguai, no estado de Santa Catarina. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 1.969, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela versão 1.6 do Submódulo 6.8 do PRORET, aprovada pela Resolução Normativa nº 826, de 13 de agosto de 2018, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no inciso X do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no que consta no Processo nº 48500.005750/2015-58, resolve fixar a bandeira tarifária vermelha patamar 2 com vigência no mês de setembro de 2018.

DAVI ANTUNES LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.979, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº: 48500.000504/2015-18. Decisão: (i) homologar, nos anexos I e II, a Diferença Mensal de Receita apurada na aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica e os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético a serem repassados às distribuidoras pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (ii) não homologar os valores do anexo III; e (iii) homologar, no anexo IV, as retificações de Diferença Mensal de Receita decorrentes da Resolução Normativa nº 821/2018. Período: julho de 2018 e residuais. A íntegra deste Despacho e seus anexos estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 1.018, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 942, de 15 de agosto de 2018, resolveu:

Aprovar, conforme a Resolução de Diretoria nº 496, de 15 de agosto de 2018, o Plano de Desenvolvimento (PD) do Campo de Canto do Amaro - Bacia Potiguar (Contrato de Concessão nº. 48000.003792/97-24), operado pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), e, nesse diapasão, dar provimento ao pleito de prorrogação, em 27 (vinte e sete) anos, do Prazo Contratual da sua Fase de Produção, conforme previsto no Parágrafo 8.1 da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão e nos termos do art. 1º da Resolução CNPE nº 02/2016.

JOSÉ GUTMAN

RETIFICAÇÃO

Na Resolução ANP nº 746, de 30/08/2018, publicado no DOU de 31/08/2018, Seção 1, página 101 e 102, no preâmbulo, onde se lê: "...tendo em vista a Resolução de Diretoria nº de 30 de agosto de 2018..."

Leia-se: "...tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 533 de 30 de agosto de 2018...".

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO Nº 1.017, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.004982/2014-61, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 304/2018 da Unidade de Pesquisa Laboratório de Metrologia Dimensional e Computacional, vinculado à UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, CNPJ nº 28.523.215/0001-06.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 42/2018/AM

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
880.239/2009-BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
880.406/1980-MINERAÇÃO TABOCA S.A.- AI N° 000.080, 000.081, 000.082, 000.083, 000.084, 000.085, 000.086, 000.087, 089, 090, 091, 092, 093, 094, 095, 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145 e 146/2018.
Fase de Disponibilidade
Nega provimento a defesa apresentada.(1847)
880.118/2003-LITHOS MINERAÇÃO LTDA.

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 152/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
873.401/2007-MIGUEL JOSE NUSKE-AI N°4640/2012

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 153/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
873.401/2007-MIGUEL JOSE NUSKE- AI N°1421/2014

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 143/2018/GO

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
860.978/2014-VOLMIR BAMPI-Registro de Licença N° 61/2018 - Vencimento em 11/07/2020
861.186/2016-MARTINS DISTRIBUIDORA DE TIJOLOS LTDA ME-Registro de Licença N° 60/2018 - Vencimento em 02/08/2020
861.053/2017-EURIPEDES ALVES DA SILVA A GOIANA ME-Registro de Licença N° 63/2018 - Vencimento em 27/09/2019
861.069/2017-LUIZ FERNANDES MONTEIRO-Registro de Licença N° 59/2018 - Vencimento em 14/12/2018
860.091/2018-CONSORCIO SANTA HELENA-Registro de Licença N° 62/2018 - Vencimento em INDETERMINADO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 145/2018/GO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.407/2018-MESSIAS LUSSIMAR RAMOS
860.435/2018-PRIME MINERAÇÃO
860.457/2018-DRAGA SÃO BENTO LTDA
860.524/2018-JARBAS PINTO DE OLIVEIRA
860.534/2018-INIVALDA SANTOS CLAUDINO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.504/2018-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-OF. N°602/2018
860.505/2018-EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTES PIRACANJUBA LTDA ME-OF. N°613/2018
860.506/2018-EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTES PIRACANJUBA LTDA ME-OF. N°604/2018
860.513/2018-MISTEL MINERAÇÃO SANTA TEREZINHA LTDA.-OF. N°603/2018
860.514/2018-MISTEL MINERAÇÃO SANTA TEREZINHA LTDA.-OF. N°603/2018
860.522/2018-EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTES PIRACANJUBA LTDA ME-OF. N°604/2018
860.542/2018-EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTES PIRACANJUBA LTDA ME-OF. N°604/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.061/2017-RONAN COSTA PEREIRA-OF. N°599/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.629/2017-RONALDO MARQUES DA SILVA-OF. N°597/2018
860.677/2017-JAYME FERREIRA DE ARAÚJO-OF. N°598/2018
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
860.588/2018-KENIA CRISTINA ROCHA RODRIGUES

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 90/2018/MA

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Bioenergy Geradora de Energia S.A. - 806268/12 - Not.132/2018 - R$ 5.085,84, 806270/12 - Not.134/2018 - R$ 5.673,95, 806272/12 - Not.139/2018 - R$ 6.951,10, 806275/12 - Not.141/2018 - R$ 6.035,33, 806277/12 - Not.143/2018 - R$ 3.231,73

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 91/2018/MA

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Bioenergy Geradora de Energia S.A. - 806268/12 - Not.133/2018 - R$ 3.848,89, 806270/12 - Not.135/2018 - R$ 3.848,89, 806272/12 - Not.140/2018 - R$ 3.859,58, 806275/12 - Not.142/2018 - R$ 3.859,58, 806277/12 - Not.144/2018 - R$ 3.859,58

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 364/2018/MG

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
832.660/2015-PORTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-Registro de Licença N° 5075/2018 - Vencimento em 28/09/2019
831.242/2016-FLÁVIO CÉSAR FONSECA MANO ME-Registro de Licença N° 5070/2018 - Vencimento em 05/05/2021

PABLO CESAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 80/2018/RS

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
810.262/2014-RED STONE COMERCIO DE GRANITOS LTDA ME-ENCRUZILHADA DO SUL/RS - Guia n° 001/2018-12.000toneladas-Sienito Ornamental- Validade:04/11/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
810.262/2014-RED STONE COMERCIO DE GRANITOS LTDA ME- Área de 700,44 para 90,09-Sienito Ornamental
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
810.520/2015-JOAO GABRIEL SOARES DE BARROS HILLAL-ALVARÁ N°26/2016
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
810.082/2003-HIDROMINERADORA SÃO ROQUE-Rótulo da Fonte São Roque (LAMIN nº. 443/2015): Água Mineral Bamboo (promocional rótulo cinza) de 420 ml sem gás: Água Mineral Bamboo (promocional rótulo preto) de 420 ml com gás.-ANTÔNIO PRADO/RS
810.146/2004-HIDROMINERADORA PASSO DO LOURO LTDA- Rótulo da Fonte Guarany (LAMIN nº. 333/2016): Cercano Hotel Gramado de 330 ml sem gás: Hortênsias - Love (formato coração) de 330 ml sem gás.- CANELA/RS
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
811.230/1996-MTS MINERAÇÃO LTDA.- AI N° 202/2018
810.082/2003-HIDROMINERADORA SÃO ROQUE- AI N° 203/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
810.251/1997-ÁGUA MINERAL SANTO ANJO LTDA-OF. N°756/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
810.034/1991-PEDREIRA E CONCRETOS CAXIENSE LTDA-OF. N°734/2018
811.129/1995-TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES-OF. N°731/2018 e 733/2018
811.230/1996-MTS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°749/2018, 750/2018 e 751/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.460/1986-CONCRESUL BRITAGEM LTDA-OF. N°681/2018 (prazo 60 dias), 682/2018 (prazo 90 dias).
810.154/1988-INDÚSTRIA DE BRITAS CHEMELLO LTDA-OF. N°742/2018 e 744/2018, prazo 90 dias
810.097/1992-MINERAÇÃO FLORENSE LTDA-OF. N°718/2018
810.076/2003-FABRITA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°684/2018 (prazo 60 dias) - 686/2018 e 687/2018 (prazo 90 dias).
810.215/2008-MINASSUL COMÉRCIO DE BRITA E AREIA LTDA.-OF. N°706/2018 (prazo de 90 dias)
810.676/2009-CONCRESUL BRITAGEM LTDA-OF. N°681/2018 (prazo 60 dias), 682/2018 (prazo 90 dias).
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
810.409/1987-TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1694)
811.618/2014-MTS MINERAÇÃO LTDA.- AI N°201/2018 e 204/2018
810.100/2015-MTS MINERAÇÃO LTDA.- AI N°199/2018 e 200/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
810.460/1986-CONCRESUL BRITAGEM LTDA-OF. N°703/2018
810.409/1987-TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES-OF. N°731/2018
810.076/2003-FABRITA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°728/2018, 729/2018 e 730/2018
810.088/2003-MTS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°749/2018, 750/2018 e 751/2018
811.618/2014-MTS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°750/2018 e 751/2018
810.100/2015-MTS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°749/2018, 750/2018 e 751/2018

ROBERTO FERRARI BORBA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 84/2018/RS

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.240/2008-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-OF. N°2129/2018
810.981/2008-AREIA DO MAR COMÉRCIO DE ATERROS LTDA-OF. N°0678/2018
810.581/2011-INOVE MINERADORA LTDA ME-OF. N°2132/2018
810.898/2014-ECOTERRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2141/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
810.234/2008-JAZIDA ROCHEDO LTDA-OF. N°572/2018 e 573/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.319/2008-MARCUS V. PATEL & CIA LTDA-Registro de Licença N° 122/2008 - Vencimento em 16/03/2019
810.453/2016-COMÉRCIO DE AREIA MARTINS LTDA-Registro de Licença N° 156/2016 - Vencimento em 27/07/2020
Instaura processo administrativo de cassação do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(1287)
810.619/2006-EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA-NOT Nº648/2018
810.390/2010-CONSTRUBRÁS CONSTRUTORA LTDA-NOT Nº647/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
811.244/2010-FABIO ADAIR FERREIRA-OF. N°745/2018
810.890/2012-FABIANO NEVES RODRIGUES-OF. N°740/2018
810.792/2015-FABIO ADAIR FERREIRA-OF. N°7452018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
810.576/1979-DALL'AQUA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE LADRILHOS LTDA.-OF. N°717/2018
810.186/1983-EXTRAÇÃO DE BASALTO BOSCHETTI LTDA ME-OF. N°739/2018
810.462/2000-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA-OF. N°708/2018
810.096/2003-FOLETTO AGROINDUSTRIAL LTDA-OF. N°752/2018
810.770/2007-CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA-OF. N°713/2018
811.525/2011-COTREL TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÕES LTDA-OF. N°714/2018
811.533/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA BOM RETIRO LTDA-OF. N°738/2018
811.521/2012-CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA-OF. N°713/2018
811.520/2013-DUTRA & LIESENFELD LTDA EPP-OF. N°719/2018
810.164/2014-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA-OF. N°708/2018
810.701/2015-FLAVIA ZIMMERMANN SCHWANTES ME-OF. N°747/2018
810.900/2016-DALFOVO CONSTRUTORA LTDA-OF. N°716/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.455/2018-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA-Registro de Licença N° 087/2018 - Vencimento em 11/08/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.399/2013-DRAGAGEM DE AREIA SERINGA LTDA-OF. N°2139/2018
811.384/2013-LMR ENGENHARIA LTDA.-OF. N°2134/2018
811.510/2014-PEDREIRA TAIMBÉ LTDA-OF. N°2131/2018
810.197/2015-DPE EXTRAÇÃO DE BASALTO LTDA-OF. N°2128/2018
810.527/2015-PATRÍCIA DE OLIVEIRA MENDES-OF. N°2130/2018
810.638/2015-MARCUS V. PATEL & CIA LTDA-OF. N°2137/2018
810.788/2015-OLARIA RAUBER LTDA-OF. N°2133/2018
810.788/2015-OLARIA RAUBER LTDA-OF. N°2133/2018
810.848/2015-GILMAR JOBIM SANTOS MIORANZZA-OF. N°2138/2018
811.258/2015-PEDREIRA TAIMBÉ LTDA-OF. N°2136/2018
811.503/2015-JOÃO ROBERTO SANTANNA-OF. N°2135/2018
810.003/2016-ANDRETTA & CIA LTDA-OF. N°2140/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
811.140/2014-COOPERATIVA MISTA DE CARROCEIROS E TRAB EXTRAÇÃO, TRANSP E VENDA AREIA DE TAPES
811.378/2014-DOURADO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
811.555/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.052/2015-KILDER LEANDRO RODRIGUES MENEZES ME
810.265/2015-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.313/2015-MTS MINERAÇÃO LTDA.
810.360/2015-MINERADORA OURO BRANCO LTDA
810.843/2015-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.844/2015-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.852/2015-BRAVA GERAÇÃO LTDA ME
810.853/2015-MINERADORA RBM LTDA
811.082/2015-PREMAT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
811.092/2015-TERRAPLENAGEM AVILA LTDA ME
811.461/2015-CERÂMICA ILCAMAR LTDA
811.482/2015-HELVIO R.B. PREDEBON ME
811.504/2015-JOÃO WERLE
811.699/2015-Q.BUN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
810.420/2018-VILSON L. C. TIMM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação(921)
811.265/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE PAVERAMA- Registro de Extração N°109/2018 de 06/08/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
810.314/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO- Registro de Extração N°110/2018 de 06/08/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
811.134/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO-Registro de Extração N°111/2018 de 09/08/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
810.053/2018-MUNICIPIO DE MARQUES DE SOUZA-Registro de Extração N°108/2018 de 01/08/2018
Fase de Registro de Extração
Determina o cancelamento do Registro de Extração(943)
811.398/2014-MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO-Registro de Extração N°11/2015- DOU de 20/02/2015

ROBERTO FERRARI BORBA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2018/RS

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
810.497/2015-PEDREIRA GUERRA LTDA
810.733/2015-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.557/2003-DALFOVO CONSTRUTORA LTDA-OF. N°2154/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
811.165/2014-INCOPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA- Registro de Licença N° 223/2016 - Vencimento em 13/07/2021
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
810.379/2013-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
811.032/2015-LUIZ FERNANDO LOPES PINHEIRO-Cessionário:Jair de Senna Legemann Me- CNPJ 28.797.556/0001-70- Registro de Licença N° 119/2016-Vencimento da Licença: 01/01/2019
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
810.250/1982-ARTEMINO EDUARDO DA SILVA ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

810.084/2018-SBS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-Registro de Licença N° 089/2018 - Vencimento em 06/02/2021

810.085/2018-SBS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-Registro de Licença N° 090/2018 - Vencimento em 06/02/2021

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

811.190/2013-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA

811.002/2016-PEDREIRA GUERRA LTDA

810.832/2017-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

810.207/2015-MINERAÇÃO CACHOEIRA LTDA.-OF. N°2145/2018

810.809/2015-GAYGER E CIA LTDA-OF. N°2146/2018

810.233/2016-BASALTO BEIRA RIO LTDA ME-OF. N°2147/2018

810.240/2016-JANDIR JOAO MARCANTE ME-OF. N°2148/2018

810.343/2016-EXTRA AREIA - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°2144/2018

810.450/2016-EXTRA AREIA - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°2149/2018

810.451/2016-EXTRA AREIA - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°2150/2018

810.452/2016-EXTRA AREIA - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°2151/2018

810.611/2016-IRMÃOS DE CEZARO LTDA ME-OF. N°2162/2018

810.662/2016-AREIA BRANCA LTDA ME-OF. N°2152/2018

810.927/2016-ANTÔNIO PRESCENDO-OF. N°2156/2018

811.025/2016-SANCHES & CIA LTDA-OF. N°2160/2018

811.066/2016-COOPERATIVA DE EXTRATORES DE PEDRAS DA SANGA FUNDA-OF. N°2157/2018

811.091/2016-DUARTE & BRAGA LTDA ME-OF. N°2158/2018

811.156/2016-CONSTRUTOR THIELE LTDA-OF. N°2159/2018

810.994/2017-ANTONIO KLASEN ME-OF. N°2155/2018

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)

810.872/2010-JOÃO SANTOS BORGEAND PERAÇA

810.354/2013-LUIS ANTONIO ABREU DE MORAES JUNIOR

810.469/2015-FOLETTO AGROINDUSTRIAL LTDA

810.490/2015-LEONARDO LUIS DE SOUZA TRANSPORTES ME

810.549/2015-CONCRETOS TREVISAN LTDA

810.579/2015-OLARIA BARRA DO PARDO

810.633/2015-ALLGAYER TRANSPORTES LTDA

811.045/2015-MAC ENGENHARIA LTDA

811.080/2015-CONSTRUTOR THIELE LTDA

811.257/2015-FLAVIO DE ARAÚJO

811.663/2015-MONGE CONSTRUÇÕES EIRELI ME

810.067/2016-MOACIR SANTOS DE LIMA

810.113/2016-BRASFALTO PAVIMENTAÇÃO LTDA

810.194/2016-NESTOR N. HEINECK ME

810.228/2016-NOVO RUMO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP

810.241/2016-BASALTO BEIRA RIO LTDA ME

810.377/2016-CERÂMICA ARROIO DO MEIO LTDA

810.378/2016-CERÂMICA ARROIO DO MEIO LTDA

810.385/2016-DIOEL VEBER TAVARES ME

810.398/2016-W I BRITAGEM LTDA EPP

810.463/2016-EMPREITEIRA BASAM LTDA

810.682/2016-SOUSA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA

810.841/2016-CERÂMICA FRATA LTDA ME

810.842/2016-GILBERTO EISEN

810.967/2016-JOSELITO CORRÊA DE SÁ ME

810.976/2016-NILSON BLANK BUSS & CIA LTDA

810.999/2016-EXTRAÇÃO DE BASALTO ACCORSI LTDA

811.059/2016-PAULUZZI PRODUTOS CERÂMICOS LTDA

811.087/2016-CABRAL EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA

811.157/2016-CERÂMICA FERRAZZO ME

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)

810.023/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE REAL

Fase de Registro de Extração

Determina arquivamento definitivo do processo(951)

810.965/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR RICARDO

ROBERTO FERRARI BORBA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 77/2018/RJ

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

890.130/1981-PEDREIRA IMBOASSICA LTDA-OF. N°Ofício Nº 1646/2018/RJ/Fiscalização/Superintendência do DNPM/RJ

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

890.130/1981-PEDREIRA IMBOASSICA LTDA-OF. N°OF[ICIO Nº 1645/2018/RJ/Fiscalização/Superintendência do DNPM/RJ

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 84/2018/RJ

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Emitang Empresa de Mineração Tanguá Ltda Cpf/cnpj :30.350.276/0001-60 - Processo minerário: 815136/70 - Processo de cobrança: 990354/18 Valor: R$.77.459,81

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 85/2018/RJ

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

890.934/2013-MINERAÇÃO NORTE FLUMINENSE LTDA.-OF. N°Ofício nº 1460/2018/DNPM/RJ-DFAM

890.444/2015-PORPEDRAS PORCIÚNCULA LTDA-OF. N°Ofício nº 1.672/2018/DNPM/RJ-DFAM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

890.232/2012-RONALDO BRICK SANTOS E CIA. LTDA.ME-OF. N°Ofício nº 1.655/2018/DNPM/RJ-DFAM

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

890.048/2011-OCLAM MINERAÇÕES LTDA- Área de 842,27 ha para 49,19 ha-gnaisse para brita

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

890.799/2011-TWG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-gnaisse para brita

890.195/2012-THOQUINO CONSULTORIA, PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.-saibro

890.544/2014-THOQUINO CONSULTORIA, PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.-saibro

890.545/2014-THOQUINO CONSULTORIA, PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.-saibro

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

890.160/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A

891.019/2013-CERAMICA COLONIAL LTDA

890.099/2016-MINERAÇÃO SULU LTDA. ME

890.101/2016-MINERADORA MORRO AZUL DE SÃO FIDÉLIS LTDA.

890.021/2017-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME

890.292/2017-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME

Fase de Concessão de Lavra

Indefere o pedido de prorrogação do prazo do início dos trabalhos de lavra(404)

890.520/2001-AREAL GONÇALVES CUNHA LTDA.

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

890.566/1991-AGROPECUÁRIA BELA VISTA LTDA-Aprova os modelos de rótulos para embalagens de 5 e 10 Litros de água mineral da Fonte do Amanhecer, da marca Fênix, sem gás , apresentado pela empresa Agropecuária Bela Vista Ltda.-SUMIDOURO/RJ, CARMO/RJ

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

890.386/2001-PEDREIRA RUTH LTDA ME-OF. N°Ofício nº 1525/2018/DNPM/RJ-DFAM

890.520/2001-AREAL GONÇALVES CUNHA LTDA.-OF. N°Ofício nº 1550/2018/RJ/Fiscalização/Superintendência do DNPM/RJ

890.104/2003-ÁGUA MINERAL MARATUÃ LTDA-OF. N°Ofício nº 1453/2018/DNPM/RJ-DFAM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

890.275/2005-PEDRAS LISAS DE PAULO DE FRONTIN MINERAÇÃO E DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS LTDA-OF. N°Ofício nº 1578/2018/DNPM/RJ-DFAM

Nega provimento ao recurso interposto(479)

890.013/1978-MINERAÇÃO TRÊS MARIAS LTDA

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

890.389/2000-PEDREIRA PRONTA ENTREGA LTDA.-OF. N°Ofício Nº 1572/2018/RJ/Fiscalização/Superintendência do DNPM/RJ

890.386/2001-PEDREIRA RUTH LTDA ME-OF. N°Ofício nº 1526/2018/DNPM/RJ-DFAM

890.520/2001-AREAL GONÇALVES CUNHA LTDA.-OF. N°Ofício nº 1549/2018/RJ/Fiscalização/Superintendência do DNPM-RJ

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 86/2018/RJ

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

890.328/2006-RICARDO FRED SCHWARZ PASCOLI-AI N°311/2018

890.462/2011-ALEXANDRE WHATELY PAIVA-AI N°282/2018

890.587/2012-MINERAÇÃO ILHA DAS GARÇAS-AI N°277/2018

890.838/2012-A.R.G. LTDA-AI N°278/2018

890.839/2012-A.R.G. LTDA-AI N°279/2018

890.884/2012-ROBSON FURTADO DOS SANTOS-AI N°283/2018

890.083/2013-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-AI N°284/2018

890.190/2013-ARELAGOS TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA.-AI N°280/2018

890.350/2013-ARTECK MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°285/2018

890.591/2013-OASIS MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME-AI N°286/2018

890.612/2013-ANTONIO CARLOS DE SANTANA-AI N°287/2018

890.616/2013-TRACOMAL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES MACHADO LTDA.-AI N°288/2018

890.774/2013-PEDRAS DECORATIVAS JORGE ARTHUR LTDA ME-AI N°290/2018

890.775/2013-PEDRAS DECORATIVAS JORGE ARTHUR LTDA ME-AI N°289/2018

890.925/2013-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-AI N°281/2018

890.309/2015-DEISIMAR DE MELO COSTA-AI N°298/2018

890.480/2015-LIG MUNCK MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI ME-AI N°304/2018

890.493/2015-RIBEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-AI N°299/2018

890.499/2015-BEATRIZ ALIGHIERI GUTSCHOW PALHAS-AI N°300/2018

890.503/2015-LENYR SANT`ANNA GODOY-AI N°297/2018

890.523/2015-ELIANA DE SOUZA MACHADO-AI N°301/2018

890.524/2015-ELIANA DE SOUZA MACHADO-AI N°302/2018

890.529/2015-ENALDO VIEIRA BARRETO-AI N°293/2018

890.532/2015-SERGIO EDUARDO VIANNA JUNIOR-AI N°291/2018

890.541/2015-PATRICK DANIELSON BATISTA-AI N°292/2018

890.547/2015-PAULO FERNANDO MARTINS ANTUNES-AI N°303/2018

890.551/2015-ÁGUA MINERAL SERRAS DE SANTO AMARO LTDA-AI N°308/2018

890.553/2015-DPB MINERAÇÃO LTDA.-AI N°305/2018

890.558/2015-CARLOS ALBERTO REIS-AI N°306/2018

890.559/2015-JOÃO ROBERTO BOLELI-AI N°307/2018

890.564/2015-ROGÉRIO DE FREITAS GOULART-AI N°294/2018

890.574/2015-HENRIQUE DE SOUZA PINHO-AI N°295/2018

890.593/2015-MOTÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-AI N°310/2018

890.607/2015-MOTÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-AI N°309/2018

890.625/2015-GUILHERME GOMES FREIRE-AI N°296/2018

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 104/2018/SP

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o(s) parcelamento(s) administrativo(s) foi(ram) cancelado(s) conforme previsto no art. 25 do Manual de Parcelamento dos Créditos do DNPM e a Cláusula Quarta do Termo de Compromisso de Parcelamento de Multa; restando-lhe(s) pagar o débito(s) apurado(s), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Parcelamento nº 920.671/2012, VIVIAN NUNES PALONE FAUVEL ME, CNPJ 04.425.197/0001-61.

Processo de Parcelamento nº 920.368/2017, EDEIACAL MINERAÇÃO LTDA, CNPJ 10.699.485/0001-07.

Processo de Parcelamento nº 920.386/2017, VALE DO PAITITI LTDA, CNPJ 05.096.496/0001-62.

Processo de Parcelamento nº 920.413/2017, MINERAÇÃO MIRIM LTDA ME, CNPJ 66.939.752/0001-20.

Processo de Parcelamento nº 920.086/2018, LA FONTANA ENVAZADORA E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 05.620.733/0001-42.

VICENTE ROSOLIA

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 84/2018TO

NOTIFICAÇÃO ADM PGTO DÉBITO MULTA (662)

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (MULTAS)/prazo 10(dez) dias

Cristiano Campos Souza - 864.307/12- Not. 442/2018 - R$ 4.380,28, 864.257/12 - Not. 443/2018 - R$ 392,52, 864.299/12 - Not. 444/2018 - R$ 392,52.

Dominas Domingas Coelho Mineração Ltda - 864.245/11 - Not. 445/2018 - R$ 392,52, 864.241/11 - Not. 446/2018 - R$ 392,52, 864.258/11 - Not. 447/2018 - R$ 392,52, 864.248/11 - Not. 448/2018 - R$ 392,52, 864.247/11 - Not. 449/2018 - R$ 390,44, 864.242/11 - Not. 450/2018 - R$ 392,52, 864.240/11 - Not. 451/2018 - R$ 431,78

Ricardo de Souza Abrantes - 864.195/08- Not. 452/2018 - R$ 3.618,06, 864.205/08 - Not. 453/2018 - R$ 392,52

Cleomar de Souza Reis - 864.229/10- Not. 454/2018 - R$ 10.157,98

FABIANO PINEIRO MIRANDA

Ministério do Desenvolvimento Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II EM BELO HORIZONTE

DESPACHO

Processo nº 35059.000850/2010-05.
Assunto: Alienação do imóvel situado na Rua Projetada, s/nº, Bairro Barbados, município de Colatina, ES, de propriedade do Fundo do Regime Geral de Previdência Social-FRGPS/INSS, considerado desnecessário e não vinculado às suas atividades operacionais.
Interessada: Gerência Executiva de Vitória/ES. Modalidade de Licitação: Leilão Público INSS/SRII nº 04/2018. Fundamento Legal: Lei nº 11.481 de 30/06/2007.

De acordo com a competência delegada no inciso IV, letra "e" do artigo 207 da Portaria/MPS nº 414, de 28.09.2017, publicada em DOU, Edição Extra nº 188-A de 29.09.2017, HOMOLOGO os procedimentos licitatórios desse leilão e ADJUDICO o imóvel acima citado em favor de KAIO MONTEIRO DE ASSIS. CPF: 058.041.257-10, pelo valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a prazo, em 24 meses.

PAULO EDUARDO CIRINO
Superintendente

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 219, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, e pela Portaria SNAS nº 138, de 04 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 05 de outubro de 2016 e;

Considerando o inciso I do § 6º do art. 38 da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que aprova as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando a Portaria MDS nº 2.300, de 8 de junho de 2018, que dispõe sobre a transferência voluntária de recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as programações financeiras oriundas de emendas parlamentares ou programação orçamentária própria executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício financeiro de 2018.

Art. 2º Fica habilitado o Estado, Município ou o Distrito Federal descrito no anexo a esta portaria a receber recursos destinados:

I - à estruturação da rede socioassistencial dos estados, municípios e do Distrito Federal, para fins de investimento; e/ou

II - ao incremento temporário às transferências automáticas e regulares para fins de custeio.

Parágrafo Único. Os recursos de que trata esta Portaria serão transferidos na modalidade fundo a fundo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social adotará as providências necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Assistência Social, em conformidade com os procedimentos e condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES

ANEXO I

UF	MUNICÍPIO	ENTE	CNPJ	NÚMERO PROGRAMAÇÃO	EMENDA	AÇÃO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	VALOR DE CUSTEIO	VALOR DE INVESTIMENTO	VALOR TOTAL DA PROGRAMAÇÃO
RS	CANOAS	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOAS	14.794.318/0001-04	430460620180001	-	2A69	0824420372A690001	R$ 1.020.000,00	R$ -	R$ 1.020.000,00
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ESTEIO	14.370.156/0001-79	430770820180001	-	2A69	0824420372A690001	R$ 534.400,00	R$ -	R$ 534.400,00
TOTAL GERAL								R$ 1.554.400,00	R$ -	R$ 1.554.400,00

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

REFITICAÇÃO

Processo n° 71000.063915/2017-41.

Na Instrução Operacional SESAN/MDS nº 16, de 19 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2017, Seção 1, página 110, item 4.4.3, onde se lê: "Realização de 07 (sete) atividades individuais de assistência técnica", leia-se: "Realização de 05 (cinco) atividades individuais".

REFITICAÇÃO

Processo n° 71000.062433/2017-53.

Na Instrução Operacional SESAN/MDS nº 15, de 19 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2017, Seção 1, página 109, item 4.4.3, onde se lê: "Realização de 07 (sete) atividades individuais de assistência técnica", leia-se: "Realização de 05 (cinco) atividades individuais".

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 272, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece normas para a cessão de direitos patrimoniais do autor dos projetos básicos de edificações esportivas que envolvam a transferência de recursos da União mediante convênios, termos de execução descentralizada e contratos de repasse, para o Ministério do Esporte e a quem este entender necessário.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 229, de 12 de julho de 2017, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria regula a cessão de direitos patrimoniais do(s) autor(es) dos projetos básicos de edificações esportivas que envolvam a transferência de recursos da União.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - contrato de repasse: instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União;

II - convênio: instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, para órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, consórcios públicos, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de projeto ou atividade de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;

III - termo de execução descentralizada: instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da 2/5 Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática;

IV - mandatárias: instituições financeiras oficiais federais, que celebram e operacionalizam, em nome da União, os convênios e contratos de repasse;

V - padronização do objeto: estabelecimento de modelos ou critérios a serem seguidos nos instrumentos que visem ao atingimento de objetivo similar, definidos pelo concedente, especialmente quanto às características do objeto e ao seu custo;

VI - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços, elaborados com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra ou serviço de engenharia e a definição dos métodos e do prazo de execução.

VII - projeto de referência: projeto básico elaborado segundo as normas técnicas, com anotação(ões) de responsabilidade técnica - ART e registro(s) de responsabilidade - RRT específicos, com direitos patrimoniais do(s) autor(es) cedidos ao ME e a quem este entender necessário, destinado a servir de referência para a elaboração de novo projeto adequado às condições do solo, dimensões do terreno e outras eventuais restrições ou imposições; e

VIII - termo aditivo: instrumento que tenha por objetivo a modificação do instrumento já celebrado, vedada a alteração do objeto aprovado.

CAPÍTULO II

DA CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS DO AUTOR

Art. 2º Essa Portaria estabelece que, ao custear as despesas referentes à elaboração de projetos básicos, com valores de até cinco por cento do valor total do instrumento de transferência de recursos, o Ministério terá os direitos patrimoniais do autor de todas peças técnicas que compõem o projeto.

Art. 3° Os tomadores de recursos destinados à elaboração de projetos básicos de edificações esportivas deverão inserir, no texto dos processos licitatórios de contratação de projetistas, os esclarecimentos necessários relativos às autorizações do(s) autor(es) do respectivo projeto e os termos dessas autorizações no que tange ao seu objetivo e às condições de exercício do direito de repetição quanto a tempo, lugar e isenção de ônus para a administração conforme arts. 29 e 50 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

§ 1º O tomador dos recursos e o(s) autor(es) do projeto básico ficam previamente informados que os projetos serão disponibilizados para outros entes públicos, com a(s) informação(ões) de autoria, a fim de serem utilizados como referência para futuros projetos.

§ 2º Na pretensão de uso integral do projeto original ou do uso alterado desse, em função da adequação à necessidade do terreno ou da legislação local, caberá ao tomador de recursos obter o consentimento do(s) autor(es) original(is).

§ 3º Cabe ao tomador de recursos a responsabilidade de fiscalização do atendimento das exigências técnicas para o projeto que será cedido.

Art. 4º O projeto básico deverá ser disponibilizado ao Ministério do Esporte em formato editável, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT e com o termo de cessão dos direitos patrimoniais do(s) autor(es) ao Ministério do Esporte e a quem o Ministério entender necessário.

Art. 5º O Termo de Cessão de Direitos Patrimoniais deve ser elaborado conforme modelo constante no Anexo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO

Art. 6º O projeto básico deverá ser apresentado no prazo legal fixado no instrumento celebrado ou dos termos aditivos contratualmente estabelecidos.

Art. 7º A transferência de recursos para a elaboração de projeto básico ou termo de referência e a liberação do montante correspondente ao custo do serviço, constante do plano de trabalho, se dará após a celebração do instrumento, conforme cronograma de liberação pactuado entre as partes.

Art.8º Os projetos serão disponibilizados pelos convenentes ao Ministério do Esporte por meio do SICONV, exceto para os termos de execução descentralizada.

Art. 9º No caso de termo de execução descentralizada, a operacionalização do recebimento dos projetos e a disponibilização ao Ministério do Esporte é responsabilidade do Órgão/Entidade Proponente - Unidade Gestora Recebedora.

Art. 10. O Ministério do Esporte disponibilizará a entes públicos, mediante solicitação de acesso, o projeto cedido para ser utilizado como projeto de referência, indicando o nome do(s) autor(es) do projeto e número da ART ou RRT correspondente.

CAPÍTULO IV

DOS USUÁRIOS DE PROJETOS DE REFERÊNCIA

Art. 11. Os usuários dos projetos de referência deverão submetê-lo previamente à análise de profissional legalmente habilitado, para averiguar a compatibilidade do projeto em relação à realidade local, bem como para providenciar as anotações de responsabilidade técnica - ART's e registro de responsabilidade técnica - RRT's dos projetos elaborados a partir dos projetos de referência.

Art. 12. O uso integral do projeto original ou o uso alterado do mesmo somente deverá ser feito após a comprovação do consentimento do(s) autor(es) original(is), a indicação do responsável(eis) pela adequação do projeto e a indicação de nova(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica, conforme necessário.

Parágrafo Único. É de responsabilidade única e exclusiva dos usuários dos projetos de referência o cumprimento do disposto no caput, respondendo isoladamente por quaisquer danos causados a terceiros pelo uso do projeto.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO CRUZ FRÓES DA SILVA

ANEXO

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS DE PROJETO BÁSICO DE EDIFICAÇÃO ESPORTIVA

Eu, (NOME COMPLETO), (profissão), Identidade (xxxxxxxxxxxxxxx), CPF (xxxxxxxxxxxxxxx), inscrito no CONFEA/CREA ou CAU sob o nº (xxxxxxxxxxxxxxxxxx) declaro para os devidos fins que cedo os direitos patrimoniais de autoria do projeto de (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) integrante do projeto básico da (instalação esportiva xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) para o Ministério do Esporte e a quem este entender necessário, com a finalidade de servir como projeto de referência para futuros projetos de edificações esportivas. Declaro não existir nenhuma proibição vinculada à divulgação do projeto, desonerando, também, o Ministério do Esporte de todas e quaisquer responsabilidades oriundas da utilização do material por si ou de terceiros. Assim sendo, de acordo com a Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, em especial os seus artigos 49 a 52, fica autorizado ao Ministério do Esporte o uso e divulgação do material herdado com indicação da autoria, bem como a reprodução em mídias, edição ou adaptação do mesmo, sem ônus para esse Órgão. Acompanha a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e o comprovante de pagamento da mesma. Por ser verdade, firmo o presente e dou fé. (Cidade),__dia__,__mês__de__ano__. Profissional que cede o projeto_____.

1. Indicação do projeto cedido, conforme a disciplina, como: projeto arquitetônico, projeto de terraplenagem, projeto de fundações, projeto de estruturas, projeto de instalações hidráulicas, projeto de instalações elétricas, projeto de instalação de prevenção contra incêndio, projeto de instalação de ar condicionado, projeto de transporte vertical, projeto de paisagismo, projeto ambiental, projeto de sinalização, projeto de iluminação, projeto de tratamento de água e projeto de sistema de tratamento de esgoto, dentre outros.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 266, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 1º do art. 1º e parágrafo único do art. 2º da Portaria MP nº 260, de 24 de agosto de 2018, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 200, de 5 de fevereiro de 1967, e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a atribuição de requisitar à Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA a prestação de assessoria técnica aos representantes deste Ministério nos Grupos Técnicos da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, bem como a definição do rol de grupos técnicos da CAMEX em que ocorrerá a prestação de assessoria técnica do IPEA aos representantes do Ministério.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec relativos à implementação de Programa de Gestão, de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos II e III do art. 24 do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 24 de abril de 2017, e considerando o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 1995, resolve:

Capítulo I

Disposições gerais

Art. 1º Orientar e estabelecer critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec relativos à implementação de programa de gestão, no qual os servidores públicos participantes ficam dispensados do controle de frequência.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - área de gestão de pessoas: órgão de Ministério, de autarquia ou de fundação pública competente para implementação da política de pessoal;

II - área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais: órgão de Ministério, de autarquia ou de fundação pública que tenha competência relativa à gestão estratégica e à avaliação de resultados, distinto da unidade de implementação do programa de gestão;

III - chefe imediato: autoridade imediatamente superior ao servidor público;

IV - dirigente da unidade: autoridade máxima da unidade;

V - modalidade por tarefa: categoria de implementação do programa de gestão em que o servidor público executa tarefa determinada e por prazo certo fora ou nas dependências da unidade, mediante o uso de equipamentos e tecnologias que permitam a plena execução das atribuições remotamente, dispensado do controle de frequência e, quando concluída, fica automaticamente desligado do programa de gestão, nos termos desta Instrução Normativa;

VI - modalidade semi-presencial: categoria de implementação do programa de gestão em que o servidor público executa suas atribuições funcionais parcialmente fora das dependências da unidade, por unidade de tempo, em dias por semana ou em turnos por dia, mediante o uso de equipamentos e tecnologias que permitam a plena execução das atribuições remotamente, dispensado do controle de frequência, nos termos desta Instrução Normativa;

VII- modalidade teletrabalho: categoria de implementação do programa de gestão em que o servidor público executa suas atribuições funcionais integralmente fora das dependências da unidade, mediante o uso de equipamentos e tecnologias que permitam a plena execução das atribuições remotamente, dispensado do controle de frequência, nos termos desta Instrução Normativa;

VIII - plano de trabalho: documento preparatório aprovado pelo dirigente da unidade que delimita a atividade, estima o quantitativo de servidores públicos participantes e define as modalidades, as metas e a metodologia de mensuração efetiva de resultados para implementação do programa de gestão, inclusive na fase de experiência-piloto;

IX - programa de gestão: ferramenta de gestão fundada em plano de trabalho e autorizada em ato normativo de Ministro de Estado, que disciplina o exercício de atividades determinadas, em situações especiais em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, cuja execução possa ser realizada por servidores públicos com dispensa de controle de frequência;

X - programa de gestão em experiência-piloto: fase experimental do programa de gestão, baseada em plano de trabalho que disciplina o exercício de atividades determinadas, em situações especiais em que os resultados possam ser efetivamente mensuráveis, cuja execução possa ser realizada por servidores públicos com dispensa de controle de frequência;

XI - relatório de acompanhamento: documento elaborado pelo dirigente da unidade que avalia o desempenho e o alcance de metas pelos servidores públicos participantes e pela unidade durante o programa de gestão, inclusive na fase de experiência-piloto;

XII - servidor público participante: servidor ocupante de cargo efetivo regido pela Lei nº 8.112, de 1990, em exercício na unidade, submetido ao regime do programa de gestão, inclusive na fase de experiência-piloto;

XIII - termo de ciência e responsabilidade: documento assinado pelo servidor público, que sintetiza seus direitos e deveres, a modalidade e as metas vigentes enquanto participar do programa de gestão;

XIV - unidade: setor de nível não inferior ao de Secretaria no âmbito dos Ministérios, ou equivalente nas autarquias e fundações públicas.

Art. 3º O programa de gestão abrangerá as atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do servidor público participante.

Parágrafo único. O programa de gestão não poderá:

I - abranger as atividades para as quais a presença física na unidade seja estritamente necessária;

II - implicar redução da capacidade plena de funcionamento dos setores em que haja atendimento ao público; e

III - obstruir o convívio social e laboral, a cooperação, a integração e a participação do servidor, nem dificultar o direito ao tempo livre.

Art. 4º A implementação de programa de gestão é facultativa à Administração Pública e ocorrerá em função da conveniência e do interesse do serviço como ferramenta de gestão, não se constituindo direito do servidor.

Parágrafo único. Quando adotado pela Administração Pública, o programa de gestão será implementado nos termos do ato que o institui, do plano de trabalho que o fundamenta e do termo de ciência e responsabilidade assinado pelo servidor público participante.

Art. 5º Os servidores públicos participantes do programa de gestão são regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as adaptações necessárias ao exercício de suas atribuições funcionais com dispensa de controle de frequência.

Art. 6º A integral implementação do programa de gestão observará as seguintes fases:

I - elaboração de processo de acompanhamento de metas e resultados e de plano de trabalho;

II - autorização pelo Ministro de Estado;

III - implementação do programa de gestão em experiência-piloto;

IV - avaliação dos resultados da experiência-piloto e reformulação do plano de trabalho, se necessária;

V - regulamentação do programa de gestão; e

VI - implementação e acompanhamento do programa de gestão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Capítulo II

Fases de implementação do programa de gestão

Seção I

Elaboração de processo de acompanhamento de metas e resultados e de plano de trabalho

Art. 7º A unidade que pretender executar atividades em programa de gestão em experiência-piloto deverá realizar processo de acompanhamento de metas e resultados, observando:I - o envolvimento da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais;

II - a definição de indicadores objetivos para aferir resultados;

III - a definição e o controle efetivo das metas estabelecidas; e

IV - a mensuração dos resultados da unidade.

Parágrafo único. A implementação de programa de gestão em experiência-piloto está condicionada à existência e realização de processo de acompanhamento de metas e resultados pelo período mínimo de seis meses, abrangendo pelo menos as atividades a serem exercidas em programa de gestão em experiência-piloto.

Art. 8º Atendido ao disposto no art. 7º, a unidade interessada em executar atividades em programa de gestão em experirência-piloto deverá elaborar plano de trabalho, que deverá conter:

I - o detalhamento e a descrição das atividades a serem desempenhadas;

II - o quantitativo total de servidores públicos na unidade e o quantitativo que poderá participar do programa de gestão em experiência-piloto;

III - as modalidades de execução de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 9º;

IV - o perfil do servidor público participante adequado às atividades a serem executadas em programa de gestão em experiência-piloto;

V - o prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do servidor público participante à unidade, observada a razoabilidade, na hipótese prevista no § 2º do art. 9º;

VI - as metas a serem alcançadas e a periodicidade para acompanhamento;

VII - o cronograma trimestral de entregas de resultados;

VIII - o cronograma de reuniões com o chefe imediato para avaliação de desempenho e eventual revisão ou ajustes das metas, se necessários; e

IX - os resultados e benefícios esperados para a instituição.

§ 1° O plano de trabalho deverá ser elaborado pelo dirigente da unidade, com apoio da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais e da área de gestão de pessoas do órgão ou da entidade.

§ 2º Os setores subordinados à unidade poderão elaborar propostas de plano de trabalho à parte, a serem compiladas pelo dirigente da unidade.

§ 3° O plano de trabalho poderá ser elaborado conjuntamente por mais de uma unidade que executem as atividades em procedimentos e rotinas de características semelhantes.

Art. 9º O plano de trabalho poderá prever as seguintes modalidades de execução do programa de gestão em experiência-piloto:

I - por tarefa;

II - semi-presencial; e

III - teletrabalho.

§ 1º Na escolha das modalidades, o plano de trabalho considerará, entre outros fatores, os benefícios advindos da eficiência e da racionalização no uso dos recursos materiais e humanos nas dependências físicas da unidade.

§ 2º O servidor público participante do programa de gestão, executado em qualquer modalidade, quando estiver fora das dependências da unidade, deverá comparecer pessoalmente à unidade nas situações de especial necessidade de sua presença física, quando convocado pelo chefe imediato com antecedência mínima prevista no plano de trabalho e no termo de ciência e responsabilidade, observada a razoabilidade.

Art. 10. Na definição do perfil adequado de que trata o inciso IV do caput do art. 8º, o plano de trabalho preverá habilidades e características da forma mais objetiva possível, atendendo aos critérios:

I - capacidade de organização e autodisciplina;

II - capacidade de cumprimento das atividades nos prazos acordados;

III - capacidade de interação com a equipe;

IV - atuação tempestiva;

V - pró-atividade na resolução de problemas;

VI - abertura para utilização de novas tecnologias; e

VII - orientação para resultados.

Art. 11. A unidade interessada em implementar programa de gestão em experiência-piloto deverá informá-lo ao Ministro de Estado, enviando cópia do plano de trabalho e descrevendo o processo de acompanhamento de metas e resultados em curso.

Seção II

Autorização pelo Ministro de Estado

Art. 12. O Ministro de Estado delimitará as atividades do Ministério, das autarquias e das fundações públicas supervisionadas autorizadas a integrarem programa de gestão em experiência-piloto.

Parágrafo único. Observado o interesse do serviço público, a competência prevista no caput poderá ser delegada ao Secretário-Executivo do respectivo órgão.

Art. 13. O ato de autorização previsto nesta Seção poderá:

I - abranger, cumulativa ou exclusivamente, o Ministério, as autarquias ou as fundações públicas supervisionadas, indistinta ou individualmente;

II - restringir individualmente ou excluir unidades determinadas da abrangência do programa de gestão;

III - prever percentual mínimo ou máximo de servidores participantes em cada unidade;

IV - restringir as modalidades de execução do programa de gestão em experiência-piloto; e

V - estabelecer percentual mínimo adicional às atividades ou metas para os servidores públicos participantes em relação à produtividade da área.

Seção III

Implementação do programa de gestão em experiência-piloto

Art. 14. O dirigente da unidade adotará as providências necessárias para implementação do programa de gestão em experiência-piloto, observadas as regras previstas no plano de trabalho, e para assegurar a efetividade do processo de acompanhamento de metas e resultados.

Art. 15. O dirigente da unidade dará conhecimento aos servidores públicos a ele subordinados do teor do plano de trabalho e do interesse da unidade na implementação do programa de gestão em experiência-piloto.

Parágrafo único. Se assim entender conveniente, o dirigente da unidade abrirá prazo para que os servidores públicos que atendam aos requisitos de habilitação previstos na Seção I do Capítulo III informem seu interesse em participar do programa de gestão em experiência-piloto.

Art. 16. O dirigente da unidade selecionará, entre os servidores públicos interessados, aqueles que participarão do programa de gestão em experiência-piloto.

§ 1º A seleção pelo dirigente da unidade é ato discricionário e será feita a partir da avaliação de compatibilidade entre o perfil adequado previsto no plano de trabalho e o perfil dos servidores públicos interessados.

§ 2º Sempre que houver limitação do número de participações e razoável igualdade de habilidades e características entre servidores públicos interessados, o dirigente da unidade poderá observar os seguintes critérios na priorização dos servidores públicos participantes:

I - com jornada reduzida, nos termos do § 2º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990;

II - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

III - que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência, nos termos do § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990;

IV - com dependentes econômicos que constem do assentamento funcional com idade até seis anos ou acima de sessenta e cinco anos de idade;

V - com horário especial nos termos do artigo 98 da Lei nº 8.112, de 1990; ou

VI - com maior tempo de exercício no órgão.

§ 3º Sempre que possível, o dirigente da unidade promoverá o revezamento de servidores públicos interessados em participar do programa de gestão em experiência-piloto.

Art. 17. O servidor público selecionado pelo dirigente da unidade para participar do programa de gestão em experiência-piloto deverá assinar previamente termo de ciência e responsabilidade, que conterá:

I - a declaração de que atende às condições de habilitação para participação no programa de gestão;

II - a modalidade em que participará do programa de gestão, indicando os dias ou os turnos em que deverá comparecer presencialmente à unidade, quando for o caso;

III - o prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do servidor público participante à unidade;

IV - as metas e resultados a serem alcançados;

V - as atribuições e responsabilidades do servidor público participante;

VI - o conhecimento das regras do programa de gestão e do conteúdo do plano de trabalho; e

VII - o dever do servidor público participante de manter infraestrutura necessária, quando executar o programa de gestão fora das dependências da unidade.

Parágrafo único. A alteração superveniente do plano de trabalho ou do programa de gestão não enseja o dever de assinatura de novo termo de ciência e responsabilidade pelo servidor público participante, bastando sua notificação quanto ao teor da alteração promovida.

Art. 18. O chefe imediato manterá contato permanente com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais, a fim de assegurar o regular cumprimento do plano de trabalho do programa de gestão em experiência-piloto.

Parágrafo único. A qualquer momento, por recomendação do chefe imediato, o dirigente da unidade poderá redesignar os servidores públicos participantes do programa de gestão em experiência-piloto, visando ao melhor cumprimento das regras do plano de trabalho e à escolha do perfil adequado.

Seção IV

Avaliação dos resultados da experiência-piloto e reformulação do plano de trabalho

Art. 19. Alcançado grau de maturação razoável e decorrido, no mínimo, um ano da efetiva implementação do programa de gestão em experiência-piloto, o dirigente da unidade elaborará relatório de acompanhamento, que conterá avaliação:

I - do grau de comprometimento dos servidores públicos participantes;

II - da efetividade no alcance de metas e resultados;

III - dos benefícios e prejuízos para a unidade; e

IV - da conveniência e da oportunidade em implementar o programa de gestão em definitivo.

§ 1º O relatório de acompanhamento será submetido à manifestação técnica da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais.

§ 2º As manifestações técnicas de que tratam o § 1º poderão considerar o programa de gestão em experiência-piloto:

I - apto à conversão em programa de gestão em definitivo;

II - apto à conversão em programa de gestão em definitivo, com ressalvas; ou

III - não apto à conversão em programa de gestão em definitivo.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, a conversão do programa de gestão em definitivo fica condicionada à reformulação do plano de trabalho, à luz das considerações da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais.

§ 4º Na hipótese do inciso III do § 2º, o plano de trabalho deverá ser reformulado e o programa de gestão em experiência-piloto deverá ser implementado pelo prazo adicional mínimo de 6 (seis) meses, findo o qual haverá novo juízo de aptidão para conversão em definitivo

Art. 20. Com a finalidade de conhecer os benefícios e resultados advindos da implementação de programa de gestão em experiência-piloto, deverão ser comunicados, de forma resumida, ao órgão central do Sipec os benefícios e resultados identificados pelos órgãos e entidades que o implementarem.

Seção V

Regulamentação do programa de gestão

Art. 21. O relatório de acompanhamento do programa de gestão em experiência-piloto, as manifestações técnicas da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais, o plano de trabalho, reformulado quando for o caso, e o projeto de ato normativo que o reflita serão submetidos ao Ministro de Estado.

Parágrafo único. Na sua apreciação, o Ministro de Estado avaliará a conveniência e a oportunidade na conversão do programa de gestão em definitivo, considerando os benefícios para a Administração Pública e o nível de maturação do processo de acompanhamento de metas e resultados.

Art. 22. Ato do Ministro de Estado disciplinará o programa de gestão em definitivo nas unidades e para as atividades a que se refira, observado o disposto nos arts. 12 e 13.

Parágrafo único. O ato de que trata o caput deverá conter o disposto nos incisos do art. 8º e deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

Seção VI

Implementação e acompanhamento do programa de gestão

Art. 23. Aplica-se ao programa de gestão em definitivo o disposto:

I - no art. 7º, quanto ao processo de acompanhamento de metas e resultados;

II - nos arts. 8º a 10, quanto ao plano de trabalho; e

III - nos arts. 12 e 13, 15 a 18, quanto à implementação do programa de gestão.

Art. 24. Observado o disposto no art. 19, a unidade elaborará relatório de acompanhamento do programa de gestão trimestralmente e providenciará sua divulgação na página oficial do órgão ou entidade.

Art. 25. O Ministro de Estado poderá, a qualquer tempo, suspender, alterar ou revogar o plano de trabalho e o programa de gestão, por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade.

§ 1º O servidor público participante deverá atender às novas regras do plano de trabalho e do programa de gestão alterados, de imediato ou após prazo razoável para sua adaptação.

§ 2º Na hipótese de suspensão ou revogação do plano de trabalho e do programa de gestão, o servidor público participante deverá imediatamente voltar a se submeter ao controle de frequência, ressalvada a concessão de prazo razoável pelo dirigente da unidade aos servidores públicos participantes que executavam o programa de gestão nas modalidades teletrabalho e por tarefa.

Capítulo III

Habilitação e desligamento do programa de gestão

Seção I

Habilitação de servidor público

Art. 26. É habilitado à participação em programa de gestão o servidor público que não incorra nas seguintes vedações:

I - estar em estágio probatório;

II - desempenhar há menos de seis meses, na unidade, a atividade submetida ao programa de gestão;

III - estar obrigado a permanecer no exercício das funções por período igual ao do afastamento concedido para estudo no exterior ou participação em programa de pós-graduação stricto sensu no País, nos termos do § 1º do art. 95 e do § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990;

IV - ocupar cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de Natureza Especial, ou equivalentes, Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, Função Gratificada - FG, inclusive em substituição destes, ou Função Comissionada Técnica; e

V - ter sido desligado de programa de gestão pelo não atingimento de metas nos últimos doze meses anteriores à data de manifestação de interesse em participar.

Seção II

Desligamento de servidor público participante

Art. 27. O servidor público participante será desligado do programa de gestão, mediante decisão do dirigente da unidade:

I - de ofício, independentemente de instauração de processo administrativo; ou

II - a pedido, mediante comunicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. O servidor continuará em regular exercício das atividades no programa de gestão até que seja notificado do ato de desligamento e que efetivamente retome o controle de frequência no prazo de até trinta dias, conforme concedido na notificação.

Art. 28. O dirigente da unidade deverá desligar o servidor público participante do programa de gestão nos seguintes casos:

I - por necessidade do serviço;

II - pelo descumprimento das obrigações previstas no plano de trabalho e no termo de ciência e responsabilidade;

III - pelo decurso de prazo de participação no programa de gestão, quando houver, salvo se deferida a prorrogação do prazo;

IV - em virtude de remoção, com alteração da lotação de exercício;

V - em virtude de aprovação do servidor para a execução de outra atividade não abrangida pelo programa de gestão; e

VI - pela superveniência das hipóteses previstas no art. 26.

Capítulo IV

Atribuições e responsabilidades

Seção I

Atribuições e responsabilidades do servidor público participante

Art. 29. Constituem deveres do servidor público participante de programa de gestão, inclusive em fase de experiência-piloto:

I - cumprir a meta de desempenho estabelecida no plano de trabalho;

II - assinar termo de ciência e responsabilidade;

III - atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, quando convocado com antecedência mínima prevista no plano de trabalho;

IV - manter dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos;

V - consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação do órgão ou entidade de exercício;

VI - permanecer em disponibilidade constante para contato, nos horários de funcionamento da unidade;

VII - manter o chefe imediato informado, de forma periódica e sempre que demandado, por meio de mensagem dirigida à caixa postal individual de correio eletrônico institucional, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VIII - comunicar ao chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas de desempenho e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

IX - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas de segurança da informação e adoção de cautelas adicionais necessárias; e

X - retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade do servidor.

Art. 30. Quando executar o programa de gestão fora das dependências da unidade, caberá ao servidor público participante providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes.

§ 1º Sempre que houver necessidade de atualização de software ou suporte técnico na estação de trabalho móvel ou outros equipamentos do órgão ou entidade que estiverem à disposição do servidor público participante de programa de gestão, diante da impossibilidade de atendimento remoto, caberá ao servidor público apresentar prontamente o equipamento à equipe responsável pelo atendimento no seu órgão ou entidade.

§ 2º A seu critério e de acordo com a disponibilidade, a unidade poderá providenciar, integral ou parcialmente, as estruturas previstas no caput.

Seção II

Atribuições e responsabilidades da unidade e de seus dirigentes

Art. 31. A unidade deverá produzir trimestralmente relatório de acompanhamento do programa de gestão, contendo avaliação dos efeitos e resultados alcançados em cada atividade.

Art. 32. Compete ao dirigente da unidade:

I - dar ampla divulgação do plano de trabalho aos servidores públicos em sua unidade, elaborando lista de servidores públicos interessados e selecionados em participar do programa de gestão;

II - analisar resultados da experiência-piloto em sua unidade;

III - supervisionar a aplicação e a disseminação do processo de acompanhamento de metas e resultados;

IV - controlar os resultados obtidos em face das metas fixadas para sua unidade;

V - colaborar com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do programa de gestão; e

VI - sugerir suspensão, alteração ou revogação do plano de trabalho e do programa de gestão ao Ministro de Estado correspondente, com base no relatório de acompanhamento.

Art. 33. Compete ao chefe imediato:

I - acompanhar a qualidade e a adaptação dos servidores públicos no programa de gestão;

II - manter contato permanente com os servidores públicos participantes do programa de gestão para repassar instruções de serviço;

III - aferir o cumprimento das metas estabelecidas;

IV - dar ciência ao dirigente da unidade sobre a evolução do programa de gestão, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, para fins de consolidação do relatório de acompanhamento; e

V - registrar a evolução das atividades do programa de gestão no relatório de acompanhamento periodicamente.

Capítulo V

Disposições finais e transitórias

Art. 34. As iniciativas de gestão semelhantes às de que trata esta Instrução Normativa, implementadas há menos de um ano, antes da entrada em vigor desta, serão consideradas programa de gestão em experiência-piloto em curso.

§ 1º O programa de gestão em experiência-piloto de que trata o caput, implementado há mais de um ano, poderá ser convertido em programa de gestão em definitivo, desde que:

I - o dirigente da unidade:

a) elabore ou reformule processo de acompanhamento de metas e resultados e plano de trabalho, em atendimento ao disposto na Seção I do Capítulo II;

b) elabore relatório de acompanhamento da iniciativa de gestão já executada; e

c) apresente proposta de ato normativo que reflita o plano de trabalho;

II - o Ministro de Estado aprecie e aprove os documentos previstos no inciso I e edite o ato de que trata a Seção V do Capítulo II.

§ 2º As iniciativas de gestão de que trata este artigo poderão ser convertidas em programa de gestão em definitivo em até dois anos, contados da publicação desta Instrução Normativa.

§ 3º Não convertidas em programa de gestão em definitivo no prazo previsto no § 2º, ficam todos os servidores públicos participantes automaticamente obrigados ao controle de frequência.

Art. 35. Os órgãos setoriais, seccionais ou correlatos do Sipec deverão observar as determinações contidas na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 7, de 17 de outubro de 2012, quando da realização de consultas ao órgão central do Sipec, relacionadas à orientação e ao esclarecimento de dúvidas concernentes à aplicação desta Instrução Normativa.

Art. 36. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO AKIRA CHIBA

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Conforme todo exposto na Nota Informativa CGAT/AESAM nº 56/2018, de lavra da Coordenação-Geral de Análise Técnica/GM, bem como diante da decisão exarada nos autos do Mandado de Segurança n.° MS 24.214/DF, impetrado pela PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A., DETERMINO a REVOGAÇÃO do Despacho de 23 de maio de 2018, publicado no DOU nº 100, Seção 1, página 67, em 25 de maio de 2018, que suspendeu a aplicação da Portaria nº 1.287/2017.

CAIO VIEIRA DE MELLO
Ministro

DESPACHO DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Referência: Processos n. 46010.000837/2017-97 e 46010.000881/2017-05

Considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica n.° 19/2018/GAB/SRT/MTB de lavra da Secretaria de Relações do Trabalho, na Nota n. 01144/2018/CONJUR-MTb/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica/MTb, bem como a Nota Informativa n.° 54/2018/GM, retifico o Despacho publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018, Seção I, p. 78, para que o item "2" da Ordem de Serviço n.° 08/2015, passe a constar com a seguinte redação: "é obrigatória a observação se cada dirigente eleito integra a categoria representada pela entidade."

CAIO VIEIRA DE MELLO
Ministro

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0383/2018 de 28/08/2018, 0384/2018 de 28/08/2018, 0385/2018 de 29/08/2018, 0386/2018 de 29/08/2018, 0388/2018 de 30/08/2018 e 0389/2018 de 30/08/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039011405201837 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JONATHAN PRESTON HARRELSON Data Nascimento: 08/06/1988 Passaporte: 565737089 País: EUA Mãe: SHERIEE RENA DOWNING Pai: PHILLIP LINN HARRELSON; Processo: 47039012445201804 Requerente: FUNDACAO GETULIO VARGAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JORGE LUIS POCO MEDINA Data Nascimento: 24/03/1986 Passaporte: 6626024 País: PERU Mãe: LUZ MARINA MEDINA TORRES Pai: JORGE POCO PAREDES; Processo: 47039012454201897 Requerente: DOW BRASIL SUDESTE INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SERGIO VALENZUELA BECERRIL Data Nascimento: 28/12/1991 Passaporte: G12824249 País: MÉXICO Mãe: ANA LILIA BECERRIL ARECHIGA Pai: SERGIO VALENZUELA OSUNA; Processo: 47039012455201831 Requerente: ROHM AND HAAS QUIMICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JESSICA USCANGA BASTO Data Nascimento: 29/07/1984 Passaporte: G06309413 País: MÉXICO Mãe: BERTHA ELSA BASTO LOPEZ Pai: JAVIER USCANGA GONZALEZ; Processo: 47039012613201853 Requerente: GREE ELECTRIC APPLIANCES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HAIYANG WANG Data Nascimento: 26/01/1995 Passaporte: E29003665 País: CHINA Mãe: Heling Wang Pai: Dinghai Wang; Processo: 47039012757201818 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WEI XIONG Data Nascimento: 24/04/1973 Passaporte: EB0572205 País: CHINA Mãe: SHILIAN LI Pai: WENGUO XIONG; Processo: 47039012812201861 Requerente: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PAULO JORGE PEREIRA DE CAIRES Data Nascimento: 08/02/1979 Passaporte: C786132 País: PORTUGAL Mãe: MARIA MERCES DE FREITAS PEREIRA DE CAIRES Pai: JOEL ALBINO RODRIGUES DE CAIRES; Processo: 47039012865201882 Requerente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BENJAMIN PIERRE ERIC LEMARIE Data Nascimento: 19/01/1986 Passaporte: 14DD36668 País: FRANÇA Mãe: SOPHIE NATHALIE MARTHE MORUETA Pai: PIERRE ERIC LOUIS MARIE LEMARIE; Processo: 47039012917201811 Requerente: SAINT LAURENT BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BILEL REDOUANE BOUCHETA Data Nascimento: 08/09/1976 Passaporte: 13CK12660 País: FRANÇA Mãe: ZINEB ALOUACHE Pai: BOUCHETA BOUCHETA; Processo: 47039012975201844 Requerente: BELVEDERE BEACH CLUB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SARAH EL HABASHY Data Nascimento: 12/07/1984 Passaporte: 206651634 País: DINAMARCA Mãe: HANNE FINNE JENSEN Pai: Não informado; Processo: 47039012976201899 Requerente: UHT - INVESTIMENTOS, PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MATEO CAJARAVILLE RICO Data Nascimento: 15/12/1994 Passaporte: PAE343520 País: ESPANHA Mãe: Ana_maria Judith Rico e Sanmartin Pai: Jose Manuel Cajaraville e Buela; Processo: 47039013071201836 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Naoki Mizusawa Data Nascimento: 16/08/1984 Passaporte: TR2291277 País: JAPÃO Mãe: Atsuko Mizusawa Pai: Shuji Mizusawa; Processo: 47039013075201814 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: QI CHEN Data Nascimento: 09/01/1973 Passaporte: EB3984018 País: CHINA Mãe: ZICHEN WANG Pai: TIANDE CHEN; Processo: 47039013076201869 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LIANG CHEN Data Nascimento: 29/11/1985 Passaporte: E34189207 País: CHINA Mãe: CHAOMEI LIU Pai: DECHENG CHEN; Processo: 47039013111201840 Requerente: AUXADI CONSULTORES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NOEL NUEZ ORTIN Data Nascimento: 27/12/1987 Passaporte: PAD770417 País: ESPANHA Mãe: MARIA ORTIN Y LUÑO Pai: SANTOS ANTONIO NUEZ Y MARTINEZ; Processo: 47039013145201834 Requerente: WESTERN UNION CORRETORA DE CAMBIO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LAURA MARIA CHIARI MOLINA Data Nascimento: 24/05/1976 Passaporte: XDC203898 País: ESPANHA Mãe: LAURA ALBA MOLINA Pai: EDGARDO VICENTE CHIARI ATTANASIO; Processo: 47039013147201823 Requerente: EXXONMOBIL QUIMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BRAD CHRISTOPHER STANLEY Data Nascimento: 31/08/1975 Passaporte: 488686047 País: EUA Mãe: TERESA ANN PARKER Pai: KENNETH JOE STANDLEY; Processo: 47039013168201849 Requerente: INTERNATIONAL CHRISTIAN SCHOOL OF RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARK JOSEPH SAUTER Data Nascimento: 17/07/1987 Passaporte: 565842313 País: EUA Mãe: DAWN MARIE DEINER Pai: DAVID JOSEPH SAUTER; Processo: 47039013169201893 Requerente: BILWANI & YAKOOB TRADING DO BRASIL COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SAQIB BILWANI Data Nascimento: 27/07/1973 Passaporte: AF3793854 País: PAQUISTÃO Mãe: KULSUM Pai: IDREES; Processo: 47039013200201896 Requerente: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PRADEEP AALAMPATTY GANESAN Data Nascimento: 10/11/1993 Passaporte: M8819818 País: ÍNDIA Mãe: SARASWATHI GANESAN Pai: GANESAN KUMARASAMY; Processo: 47039013224201845 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YU WANG Data Nascimento: 24/03/1993 Passaporte: E65459313 País: CHINA Mãe: YING AN Pai: CHUNXIN WANG; Processo: 47039013257201895 Requerente: NIFAST DO BRASIL DISTRIBUICAO, COMERCIO E IMPORTACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RYOHEI OTA Data Nascimento: 24/05/1989 Passaporte: TK 1.487.309 País: JAPÃO Mãe: MIYOKO OTA Pai: CHINAMI OTA; Processo: 47039013289201891 Requerente: DAQUIPRAFORA CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAMAL BERNARD GADDIS Data

Nascimento: 13/07/1993 Passaporte: 531789146 País: EUA Mãe: LUCINDA DOMINICA MOORE Pai: STANLEY BERNARD GADDIS; Processo: 47039013322201882 Requerente: SOMPO SEGUROS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAKAHIRO SAKAMOTO Data Nascimento: 05/02/1985 Passaporte: TR7305610 País: JAPÃO Mãe: REIKO SAKAMOTO Pai: KATSUMASA SAKAMOTO; Processo: 47039013329201802 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rakesh Krishnakutty Menon Data Nascimento: 24/04/1982 Passaporte: J5505214 País: ÍNDIA Mãe: Lathika Menon Pai: Krishnakutty Menon; Processo: 47039013330201829 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YURIKO ARIADNA YAMAMOTO URBINA Data Nascimento: 07/07/1987 Passaporte: G15514313 País: MÉXICO Mãe: LEONOR URBINA CASTILLO Pai: GILBERTO YAMAMOTO VAZQUEZ; Processo: 47039013332201818 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SUBRAHMANYESHWAR RAO YERUBANDI Data Nascimento: 27/06/1984 Passaporte: L2255994 País: ÍNDIA Mãe: SEETHA MAHALAXMI YERUBANDI Pai: AYYANNA YERUBANDI; Processo: 47039013334201815 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SURENDRA KUMAR TOKALA Data Nascimento: 15/06/1985 Passaporte: J6381006 País: ÍNDIA Mãe: TOKALA SUGUNA KUMARI Pai: TOKALA VERA VENKATA SATYANARAYANA.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039013838201827 Requerente: ASSOCIACAO ATLETICA ITARARE Prazo: 20 Mês(es) Imigrante: Yamato Kaneoka Data Nascimento: 17/03/1998 Passaporte: MZ1190482 País: JAPÃO Mãe: Yumi Kaneoka Pai: Kazuzi Kaneoka; Processo: 47039013870201811 Requerente: ASSOCIACAO ITAPETININGA DE VOLEI Prazo: 9 Mês(es) Imigrante: PRICE DIX JARMAN Data Nascimento: 21/11/1992 Passaporte: 487056912 País: EUA Mãe: KALEEN SIGGARD JARMAN Pai: DIX LLOYD JARMAN.

Residência Prévia - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039013856201817 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: ARIEL MOLINUEVO Data Nascimento: 08/08/1979 Passaporte: AAC260061 País: ARGENTINA; Processo: 47039013859201842 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: LENKA PTACKOVA Data Nascimento: 29/06/1984 Passaporte: 39941157 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014188201837 Requerente: UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA Prazo: Indeterminado Imigrante: Nuno Fernando de Pinho e Silva de Almeida Falcão Data Nascimento: 24/03/1983 Passaporte: N106685 País: PORTUGAL.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039011666201857 Requerente: CONSUB DEFESA E TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NHON VAN NGUYEN Data Nascimento: 01/02/1971 Passaporte: 497539021 País: EUA; Processo: 47039011753201812 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ENRIQUE VELEZ TAPIA Data Nascimento: 02/02/1966 Passaporte: G08789145 País: MÉXICO; Processo: 47039011878201834 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE GARCIA Data Nascimento: 30/01/1982 Passaporte: G29213486 País: MÉXICO; Processo: 47039011879201889 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CARLOS DANIEL SOLANO RODRIGUEZ Data Nascimento: 23/02/1994 Passaporte: G28945709 País: MÉXICO; Processo: 47039011881201858 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CESAR DANIEL FLORES ESCUDERO Data Nascimento: 22/04/1980 Passaporte: G21620188 País: MÉXICO; Processo: 47039011883201847 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE CARLOS DOLORES FLORES Data Nascimento: 22/11/1987 Passaporte: G23319314 País: MÉXICO; Processo: 47039011884201891 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCELO OTHON ESTEVEZ MORA Data Nascimento: 16/01/1969 Passaporte: G07357687 País: MÉXICO; Processo: 47039011886201881 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TERESO DE JESUS CAMARILLO MOLINA Data Nascimento: 15/10/1979 Passaporte: G19347278 País: MÉXICO; Processo: 47039012159201831 Requerente: BORRACHAS E EQUIPAMENTOS ELGI LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SELVAKARTHIKEYAN SELVAKUMAR Data Nascimento: 06/09/1987 Passaporte: S0360222 País: ÍNDIA; Processo: 47039012242201818 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BENJAMIN HERNANDEZ ORTIZ Data Nascimento: 17/10/1983 Passaporte: G14046583 País: MÉXICO; Processo: 47039012243201854 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FLORIAN NOLF Data Nascimento: 12/07/1996 Passaporte: U2785352 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039012246201898 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIMON GREDLER Data Nascimento: 31/10/1974 Passaporte: P6953406 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039012255201889 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CRISTIAN DIAZ DIAZ Data Nascimento: 25/01/1992 Passaporte: G23884857 País: MÉXICO; Processo: 47039012261201836 Requerente: STEP ENERGY DO BRASIL INDUSTRIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARIAN COSNITA Data Nascimento: 15/08/1969 Passaporte: 054549175 País: ROMÊNIA; Processo: 47039012324201854 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUADALUPE MARTINEZ CORDOBA Data Nascimento: 14/12/1969 Passaporte: G12000135 País: MÉXICO; Processo: 47039012357201802 Requerente: SCHLEMMER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Borghard Carlo Fromm Data Nascimento: 12/05/1958 Passaporte: C86HZWY48 País: ALEMANHA; Processo: 47039012361201862 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHUKAI LI Data Nascimento: 21/08/1990 Passaporte: ED0750322 País: CHINA; Processo: 47039012583201885 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIGUEL PEREZ FLORES Data Nascimento: 05/05/1962 Passaporte: G17374700 País: MÉXICO; Processo: 47039012629201866 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALBERTO ENRIQUE CAPUTO MIRANDA Data Nascimento: 07/02/1977 Passaporte: 015655 País: COLÔMBIA; Processo: 47039013011201813 Requerente: IHC DO BRASIL SERVICOS TECNICOS E DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Cornelis Vink Data Nascimento: 01/11/1962 Passaporte: BN1541814 País: HOLANDA; Processo: 47039013031201894 Requerente: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LIN YAN Data Nascimento: 26/01/1986 Passaporte: E06168938 País: CHINA; Processo: 47039013035201872 Requerente: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NIANNIAN ZHANG Data Nascimento: 14/03/1995 Passaporte: EB3120127 País: CHINA; Processo: 47039013040201885 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mingming qi Data Nascimento: 06/10/1982 Passaporte: G33197612 País: CHINA; Processo: 47039013050201811 Requerente: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IONUT MIHAI Data Nascimento: 08/05/1975 Passaporte: 054882460 País: ROMÊNIA; Processo: 47039013052201818 Requerente: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BARRY JAMES RODRIGUEZ JR. Data Nascimento: 28/08/1979 Passaporte: 488089156 País: EUA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039009214201813 Requerente: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TOMOKI NODA Data Nascimento: 12/09/1990 Passaporte: TK6628013 País: JAPÃO; Processo: 47039009216201802 Requerente: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASAMI EBINA Data Nascimento: 25/02/1987 Passaporte: TK5512832 País: JAPÃO; Processo: 47039011267201896 Requerente: FIBRIA CELULOSE S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL ANDREW HILL Data Nascimento: 27/03/1961 Passaporte: 548100094 País: INGLATERRA; Processo: 47039013718201820 Requerente: BRENTECH ENERGIA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DABING MING Data Nascimento: 19/10/1966 Passaporte: G37137170 País: CHINA Imigrante: HAIBO WEI Data Nascimento: 12/10/1986 Passaporte: E67805639 País: CHINA Imigrante: XIAODONG FENG Data Nascimento: 01/12/1965 Passaporte: E63902753 País: CHINA; Processo: 47039011730201808 Requerente: GBSC SERVICOS E IMPORTACAO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: CHIA-JEN LEE Data Nascimento: 13/02/1982 Passaporte: 309230625 País: TAIWAN; Processo: 47039011479201873 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ESTEVE FERRE TORNE Data Nascimento: 02/03/1969 Passaporte: PAA988235 País: ESPANHA; Processo: 47039012678201807 Requerente: FUJIKURA CABOS PARA ENERGIA E TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ADRIAN ROBERT HARMS Data Nascimento: 23/08/1978 Passaporte: C2 1KGOPXF País: ALEMANHA; Processo: 47039012711201891 Requerente: ROBBINS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE MIGUEL ROSINHA VASCONCELOS PEREIRA Data Nascimento: 24/02/1976 Passaporte: N625254 País: PORTUGAL; Processo: 47039012830201843 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Nisithkumar Sasankasekhar Manna Data Nascimento: 28/01/1972 Passaporte: R1644902 País: ÍNDIA; Processo: 47039012834201821 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Sajayan Purushothaman Kuttithara Data Nascimento: 25/01/1978 Passaporte: Z3840459 País: ÍNDIA; Processo: 47039012836201811 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Poobalan Subramanian Data Nascimento: 04/03/1981 Passaporte: Z3079710 País: ÍNDIA; Processo: 47039012838201818 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jayakrishnan Perumal Nadar Data Nascimento: 05/04/1974 Passaporte: Z2091659 País: ÍNDIA; Processo: 47039012852201811 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROBBERT MARTINUS JOSEPH DE ROUW Data Nascimento: 18/04/1968 Passaporte: NNF6559F5 País: HOLANDA; Processo: 47039012855201847 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHUANGBAO WEI Data Nascimento: 22/06/1969 Passaporte: PE0712361 País: CHINA; Processo: 47039012856201891 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WENSHUN CHANG Data Nascimento: 11/05/1974 Passaporte: PE1534169 País: CHINA; Processo: 47039012857201836 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YONGQING LI Data Nascimento: 11/11/1985 Passaporte: PE1454968 País: CHINA; Processo: 47039012859201825 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FENG SONG Data Nascimento: 28/06/1978 Passaporte: PE0824749 País: CHINA; Processo: 47039012874201873 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOHANN SAGSTETTER Data Nascimento: 21/06/1989 Passaporte: CFJPXXWRG País: ALEMANHA; Processo: 47039012992201881 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDERS GUNNAR SIXTEN KARLSSON Data Nascimento: 01/09/1961 Passaporte: 87173505 País: SUÉCIA; Processo: 47039012996201860 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CARSTEN VOLLBRING Data Nascimento: 23/01/1986 Passaporte: C7KW08N12 País: ALEMANHA Imigrante: SLAWOMIR THOMAS LATUSEK Data Nascimento: 12/03/1979 Passaporte: C7K1ZM8P0 País: ALEMANHA; Processo: 47039013010201879 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDERS STEFAN LOF Data Nascimento: 16/03/1963 Passaporte: 90804796 País: SUÉCIA Imigrante: HANS-HENRIK PALM Data Nascimento: 18/08/1984 Passaporte: 94561625 País: SUÉCIA Imigrante: LARS-GOERAN SAHLIN ANDERSSON Data Nascimento: 13/04/1964 Passaporte: 89943772 País: SUÉCIA Imigrante: STEEVE DIRK DOMINIQUE RENIERS Data Nascimento: 30/03/1977 Passaporte: 92821639 País: SUÉCIA; Processo: 47039013078201858 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HAIBO YAN Data Nascimento: 16/08/1968 Passaporte: PE0377206 País: CHINA; Processo: 47039013080201827 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JIANBO LEI Data Nascimento: 16/02/1973 Passaporte: PE1106183 País: CHINA; Processo: 47039013081201871 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LIFENG XU Data Nascimento: 18/11/1984 Passaporte: PE1301132 País: CHINA; Processo: 47039013084201813 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NING GONG Data Nascimento: 14/04/1990 Passaporte: PE0578289 País: CHINA; Processo: 47039013086201802 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHENGMIN ZHAO Data Nascimento: 01/08/1972 Passaporte: PE0343090 País: CHINA; Processo: 47039013090201862 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAO LI Data Nascimento: 23/11/1974 Passaporte: PE0427301 País: CHINA; Processo: 47039013092201851 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: XI LU Data Nascimento: 04/12/1979 Passaporte: G50660056 País: CHINA; Processo: 47039013097201884 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ZHENWEN FAN Data Nascimento: 26/01/1986 Passaporte: PE1427713 País: CHINA; Processo: 47039013193201822 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RALF HEINZ FISCHER Data Nascimento: 30/10/1960 Passaporte: C5RW7GR93 País: ALEMANHA; Processo: 47039013197201819 Requerente: FLORAPLAC MDF LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTIAN PETZOLD Data Nascimento: 26/12/1987 Passaporte: CHFGVL2H5 País: ALEMANHA Imigrante: KARSTEN POHLMANN Data Nascimento: 24/01/1983 Passaporte: C6XVR84V2 País: ALEMANHA; Processo: 47039013201201831 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVID PROKOP Data Nascimento: 29/01/1995 Passaporte: 43239561 País: REPÚBLICA TCHECA Imigrante: IGNAC HAVRAN Data Nascimento: 28/12/1983 Passaporte: BR1383913 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039013214201818 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPH GRIMM Data Nascimento: 21/03/1975 Passaporte: CFTFXWCZ6 País: ALEMANHA; Processo: 47039013207201816 Requerente: NORDEX ENERGY BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: IÑIGO CADENAS AYERRA Data Nascimento: 15/04/1990 Passaporte: PAH242829 País: ESPANHA; Processo: 47039013216201807 Requerente: CONSORCIO TECHINT - TECHINT OLEO E GAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANNY SLEE Data Nascimento: 01/06/1971 Passaporte: BK3JDCL14 País: HOLANDA Imigrante: GANNON ANTHONY BAUER Data Nascimento: 03/08/1991 Passaporte: 505723885 País: EUA Imigrante: TERRY BRYCE WILKERSON Data Nascimento: 31/12/1971 Passaporte: 481011268 País: EUA; Processo: 47039013304201809 Requerente: MMH INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CLIFFORD MICHAEL BAILEY Data Nascimento: 09/06/1945 Passaporte: GL775818 País: CANADÁ; Processo: 47039013307201834 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAVAN KUMAR GATTA Data Nascimento: 11/08/1987 Passaporte: P9992279 País: ÍNDIA; Processo: 47039013309201823 Requerente: IMI FABI TALCO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mauro Baldo Data Nascimento: 03/04/1961 Passaporte: YB2659360 País: ITÁLIA; Processo: 47039013311201801 Requerente: IMI FABI TALCO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Marco Gaburro Data Nascimento: 03/07/1973 Passaporte: YA5996840 País: ITÁLIA; Processo: 47039013312201847 Requerente: IMI FABI TALCO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: William Veronesi Data Nascimento: 02/12/1980

Passaporte: YA7908046 País: ITÁLIA; Processo: 47039013317201870 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DIMAS CRUZ-CHAVEZ Data Nascimento: 07/04/1958 Passaporte: 572394082 País: EUA; Processo: 47039013319201869 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAHESH MANJA Data Nascimento: 25/11/1991 Passaporte: M0340146 País: ÍNDIA; Processo: 47039013417201804 Requerente: ZOPONE-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DELIANG LI Data Nascimento: 01/09/1962 Passaporte: PE1294089 País: CHINA Imigrante: GUOHUA SUN Data Nascimento: 06/03/1986 Passaporte: PE1566819 País: CHINA Imigrante: KUN ZHANG Data Nascimento: 01/03/1991 Passaporte: PE1566821 País: CHINA Imigrante: XINZHEN SUN Data Nascimento: 12/05/1977 Passaporte: PE1566820 País: CHINA; Processo: 47039013444201879 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SANG IN KWON Data Nascimento: 31/12/1970 Passaporte: M69013837 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039013447201811 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KAZUKI NUMATA Data Nascimento: 13/02/1966 Passaporte: TK4840852 País: JAPÃO; Processo: 47039013470201805 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROBERT JOSEF TAFELMEIER Data Nascimento: 28/09/1956 Passaporte: CFX71WPTP País: ALEMANHA; Processo: 47039013474201885 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDRES DARIO VAN CAUWENBERGHE Data Nascimento: 29/10/1978 Passaporte: 26777210N País: ARGENTINA; Processo: 47039013475201820 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CARLOS ALBERTO BEROISA Data Nascimento: 09/07/1967 Passaporte: 18010016N País: ARGENTINA; Processo: 47039013477201819 Requerente: TIM CELULAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAOLO CASSALA Data Nascimento: 02/02/1968 Passaporte: YA7246392 País: ITÁLIA; Processo: 47039013479201816 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TOSHIKI SONO Data Nascimento: 18/08/1992 Passaporte: TK9514467 País: JAPÃO; Processo: 47039013480201832 Requerente: INPA - INDUSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SALIM ATTIG Data Nascimento: 09/02/1990 Passaporte: 155279682 País: ARGÉLIA; Processo: 47039013481201887 Requerente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DARREN MICHAEL MORLEY Data Nascimento: 28/05/1969 Passaporte: 523941781 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039013486201818 Requerente: HAMILTON SUNDSTRAND AEROSPACE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAN HUU NGUYEN Data Nascimento: 29/12/1974 Passaporte: 471957921 País: EUA; Processo: 47039013489201843 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YOUNG CHUL PARK Data Nascimento: 16/10/1969 Passaporte: M63040627 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039013494201856 Requerente: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mika Juhani Laine Data Nascimento: 22/05/1976 Passaporte: PN1649118 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039013503201817 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHIGEKI MORI Data Nascimento: 16/04/1968 Passaporte: TR 7.956.483 País: JAPÃO; Processo: 47039013508201831 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FIKRET BASIC Data Nascimento: 03/10/1960 Passaporte: C8RJ8NXZ8 País: ALEMANHA; Processo: 47039013524201824 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Christoffer Andreas Ofstad Data Nascimento: 22/11/1988 Passaporte: 32004368 País: NORUEGA; Processo: 47039013528201811 Requerente: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: OLAF LUX Data Nascimento: 02/02/1964 Passaporte: C2TCJFMN8 País: ALEMANHA; Processo: 47039013542201814 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE CARLOS ROMERO SORIA Data Nascimento: 20/07/1979 Passaporte: PAA639653 País: ESPANHA Imigrante: SANTOSH KUMAR SATYANI SEWKANI Data Nascimento: 22/08/1986 Passaporte: AAJ978365 País: ESPANHA; Processo: 47039013540201817 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SALVADOR PATRICK RAMIREZ III Data Nascimento: 19/04/1988 Passaporte: 527537693 País: EUA; Processo: 47039013541201861 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GUS STEVEN WESTCOTT Data Nascimento: 17/10/1969 Passaporte: 526641776 País: EUA; Processo: 47039013554201831 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Ole Christian Eriksen Data Nascimento: 26/07/1981 Passaporte: 33377243 País: NORUEGA; Processo: 47039013555201885 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALBERT MUR VIDAL Data Nascimento: 02/03/1983 Passaporte: PAA448650 País: ESPANHA Imigrante: DAVID DE GOMAR CORRALES Data Nascimento: 14/09/1990 Passaporte: PAE676665 País: ESPANHA Imigrante: JUAN MANUEL MARTINEZ PLANAS Data Nascimento: 17/09/1971 Passaporte: BF539573 País: ESPANHA; Processo: 47039013557201874 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUAN RAMON JIMENEZ ARECHIGA Data Nascimento: 10/10/1977 Passaporte: G18241237 País: MÉXICO; Processo: 47039013558201819 Requerente: NISSIN FOODS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Hideki Furukama Data Nascimento: 11/08/1964 Passaporte: TR7016324 País: JAPÃO; Processo: 47039013559201863 Requerente: NISSIN FOODS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Kazuki Furukama Data Nascimento: 06/09/1995 Passaporte: TR7014676 País: JAPÃO; Processo: 47039013560201898 Requerente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Martin Davidsen Sorensen Data Nascimento: 15/09/1978 Passaporte: 203637461 País: DINAMARCA; Processo: 47039013561201832 Requerente: NISSIN FOODS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Takayuki Suzuki Data Nascimento: 03/03/1984 Passaporte: TR3445404 País: JAPÃO; Processo: 47039013563201821 Requerente: NISSIN FOODS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Takeshi Satoh Data Nascimento: 22/06/1971 Passaporte: TK8662721 País: JAPÃO; Processo: 47039013568201854 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Samuel Valdez Herrero Data Nascimento: 06/12/1979 Passaporte: 484136394 País: EUA; Processo: 47039013577201845 Requerente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MATTHEW DAVID THOMAS Data Nascimento: 19/03/1978 Passaporte: 502438838 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039013578201890 Requerente: HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SERHII BEREZOVYI Data Nascimento: 24/06/1986 Passaporte: EX658404 País: UCRÂNIA; Processo: 47039013587201881 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Arnold Lesin Data Nascimento: 08/12/1984 Passaporte: 452867357 País: EUA; Processo: 47039013586201836 Requerente: TRBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: TOSHIHARU WAKA Data Nascimento: 05/10/1989 Passaporte: TS0919496 País: JAPÃO; Processo: 47039013591201849 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Daniel Charles Gray Data Nascimento: 10/08/1967 Passaporte: HD659019 País: CANADÁ; Processo: 47039013597201816 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPHE GASPARD D DEPAIRE Data Nascimento: 07/05/1969 Passaporte: EP692172 País: BÉLGICA; Processo: 47039013599201813 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARIO ROLLY Data Nascimento: 06/04/1953 Passaporte: EP606458 País: BÉLGICA; Processo: 47039013610201837 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL CLAUS RAUCH Data Nascimento: 07/05/1985 Passaporte: CFY9YPX37 País: ALEMANHA; Processo: 47039013611201881 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GERALD ROBERT BURKE Data Nascimento: 28/05/1956 Passaporte: 469569756 País: EUA; Processo: 47039013612201826 Requerente: NORDEX ENERGY BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVID ASIAIN PALACIOS Data Nascimento: 09/12/1989 Passaporte: PAE489307 País: ESPANHA; Processo: 47039013616201812 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SEAN MARTIN MALLEE Data Nascimento: 04/10/1989 Passaporte: LB6829890 País: IRLANDA; Processo: 47039013614201815 Requerente: NORDEX ENERGY BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MIKEL SANCHEZ LIRAS Data Nascimento: 24/05/1986 Passaporte: PAF233250 País: ESPANHA; Processo: 47039013620201872 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAULO JORGE GOMES FERREIRA Data Nascimento: 03/01/1974 Passaporte: CA039673 País: PORTUGAL; Processo: 47039013628201839 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JARROD PAUL KELLEY Data Nascimento: 23/06/1975 Passaporte: 558219546 País: EUA; Processo: 47039013630201816 Requerente: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STEVEN JOHN ANGER Data Nascimento: 21/03/1964 Passaporte: GK036689 País: CANADÁ; Processo: 47039013634201896 Requerente: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Gopal Aberer Data Nascimento: 24/11/1984 Passaporte: P7398164 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039013636201885 Requerente: AQUALIS OFFSHORE SERVICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Leong Cheong Heng Data Nascimento: 15/07/1984 Passaporte: E6682991H País: CINGAPURA; Processo: 47039013656201856 Requerente: TETRA TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Craig Oliver Data Nascimento: 04/02/1980 Passaporte: 513260683 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039013664201801 Requerente: EUROFARMA LABORATORIOS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THOMAS PRIEWICH Data Nascimento: 25/01/1965 Passaporte: C7MN514N2 País: ALEMANHA; Processo: 47039013672201849 Requerente: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Walter Pircher Data Nascimento: 17/04/1970 Passaporte: YB1194864 País: ITÁLIA; Processo: 47039013674201838 Requerente: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVID REZA URIBE Data Nascimento: 28/09/1969 Passaporte: G20661888 País: MÉXICO Imigrante: EFREN OCAÑA TORRES Data Nascimento: 15/03/1963 Passaporte: G19695649 País: MÉXICO Imigrante: FREDDY CUE OCAÑA Data Nascimento: 26/07/1973 Passaporte: G29533866 País: MÉXICO Imigrante: GERMAIN MORALES NAVA Data Nascimento: 14/01/1980 Passaporte: G25555117 País: MÉXICO; Processo: 47039013675201882 Requerente: ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PER STURE INGEVALD Data Nascimento: 07/05/1958 Passaporte: 88283405 País: SUÉCIA; Processo: 47039013677201871 Requerente: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Hansjuerg Elmer Data Nascimento: 17/10/1992 Passaporte: X4827659 País: SUIÇA; Processo: 47039013678201816 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KATSUYUKI FUJIOKA Data Nascimento: 06/02/1981 Passaporte: TR4415237 País: JAPÃO; Processo: 47039013679201861 Requerente: BELOV ENGENHARIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVID ADAMS Data Nascimento: 30/03/1980 Passaporte: HD804821 País: CANADÁ; Processo: 47039013680201895 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YUUKI HAMAWAKI Data Nascimento: 31/01/1970 Passaporte: TR3939828 País: JAPÃO; Processo: 47039013721201843 Requerente: FABRICA SERV - FACILITIES, MANUTENCAO, LIMPEZA E INSTALACOES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASSIMO LODI Data Nascimento: 30/10/1955 Passaporte: YA7116674 País: ITÁLIA; Processo: 47039013726201876 Requerente: FABRICA SERV - FACILITIES, MANUTENCAO, LIMPEZA E INSTALACOES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NILTON JULIO VARGAS COTRINA Data Nascimento: 26/07/1978 Passaporte: 116625035 País: PERU; Processo: 47039013728201865 Requerente: FLORAPLAC MDF LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARKUS JOHANN SCHLICK Data Nascimento: 27/12/1989 Passaporte: C8WZ35PN3 País: ALEMANHA Imigrante: YONGMIN LU Data Nascimento: 27/06/1975 Passaporte: E41117014 País: CHINA; Processo: 47039013730201834 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NILS RAGNAR NORDH Data Nascimento: 22/03/1958 Passaporte: 93731563 País: SUÉCIA; Processo: 47039013731201889 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PALANI KUMAR SHANMUGAM Data Nascimento: 30/05/1965 Passaporte: 538913798 País: INGLATERRA; Processo: 47039013738201809 Requerente: ABB LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANIEL THOMAS LASKO Data Nascimento: 15/06/1981 Passaporte: 515360465 País: EUA; Processo: 47039013737201856 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JÜRGEN HEINZ ZIMMERMANN Data Nascimento: 07/03/1968 Passaporte: CFPHLXMKZ País: ALEMANHA; Processo: 47039013739201845 Requerente: ABB LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HARSHANG ALKESHKUMAR SHAH Data Nascimento: 28/06/1987 Passaporte: M8997052 País: ÍNDIA; Processo: 47039013740201870 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTIAN SCHÖN Data Nascimento: 17/08/1992 Passaporte: CFV4068KC País: ALEMANHA; Processo: 47039013746201847 Requerente: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Alfred Mueller Data Nascimento: 26/02/1957 Passaporte: 554172484 País: EUA; Processo: 47039013748201836 Requerente: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Edward Todd Hauschild Data Nascimento: 31/03/1974 Passaporte: 564184661 País: EUA; Processo: 47039013750201813 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ZAK TOBIAS SAUNDERS Data Nascimento: 01/01/1994 Passaporte: 527649331 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039013749201881 Requerente: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: James John Van Price Data Nascimento: 30/10/1962 Passaporte: 566043981 País: EUA;

Processo: 47039013751201850 Requerente: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Tony Kenneth Hoff Man Data Nascimento: 31/03/1968 Passaporte: 525854504 País: EUA; Processo: 47039013754201893 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ABHAY KUMAR Data Nascimento: 31/12/1977 Passaporte: Z4865937 País: ÍNDIA; Processo: 47039013766201818 Requerente: UHLMANN TECNICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Felix Magnus Berwind Data Nascimento: 24/07/1973 Passaporte: C9R336M5X País: ALEMANHA; Processo: 47039013768201815 Requerente: UHLMANN TECNICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Klaus Winstel Data Nascimento: 18/12/1968 Passaporte: C9R323XN6 País: ALEMANHA; Processo: 47039013774201864 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAMES WALTER ALBERS Data Nascimento: 15/04/1957 Passaporte: 538330803 País: EUA; Processo: 47039013772201875 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Toshio Ibuta Data Nascimento: 14/05/1987 Passaporte: TR7632867 País: JAPÃO; Processo: 47039013775201817 Requerente: G D DO BRASIL MAQUINAS DE EMBALAR LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Alessandro Casarin Data Nascimento: 10/04/1976 Passaporte: YB1699427 País: ITÁLIA; Processo: 47039013787201833 Requerente: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GASPAR ROS GACIA Data Nascimento: 11/08/1987 Passaporte: PAB976675 País: ESPANHA; Processo: 47039013788201888 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HAMDI MUNTASER ABDULHAK NAGI Data Nascimento: 03/06/1978 Passaporte: C1TTC9J82 País: ALEMANHA; Processo: 47039013789201822 Requerente: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE MANUEL ILLAN ESTEBAN Data Nascimento: 25/01/1985 Passaporte: PAD304818 País: ESPANHA; Processo: 47039013804201832 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JIAN CHEN Data Nascimento: 23/12/1978 Passaporte: ED1833633 País: CHINA Imigrante: XIYONG LI Data Nascimento: 23/09/1983 Passaporte: G53208049 País: CHINA Imigrante: ZHENJIE LI Data Nascimento: 08/09/1978 Passaporte: E30265499 País: CHINA; Processo: 47039013813201823 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JERE

HANNU VILLE KUUSISTO Data Nascimento: 23/07/1987 Passaporte: FP1750561 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039013814201878 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHARLES DAVID BROOKS WIND Data Nascimento: 14/06/1956 Passaporte: 510730706 País: INGLATERRA; Processo: 47039013822201814 Requerente: CAN-PACK BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARIUSZ ZAGORSKI Data Nascimento: 14/07/1977 Passaporte: EK2592572 País: POLÔNIA; Processo: 47039013824201811 Requerente: DIEFFENBACHER DO BRASIL - CONSTRUCAO DE MAQUINAS E INSTALACOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ISABELLE MARIE-CLAUDE VANGELUWE Data Nascimento: 21/03/1974 Passaporte: 14DC52429 País: FRANÇA; Processo: 47039013827201847 Requerente: IMAUTOMATICHE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Marco Stagni Data Nascimento: 06/05/1986 Passaporte: YA3728975 País: ITÁLIA; Processo: 47039013830201861 Requerente: IMAUTOMATICHE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Pettazzoni Mirko Data Nascimento: 02/03/1986 Passaporte: YA5219431 País: ITÁLIA; Processo: 47039013832201850 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STEFAN ULZHEIMER Data Nascimento: 28/05/1982 Passaporte: CGJW90319 País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039013994201898 Requerente: IMAUTOMATICHE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Umberto Lelli Data Nascimento: 28/05/1963 Passaporte: YA3339695 País: ITÁLIA; Processo: 47039014092201879 Requerente: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Daniel Johannes van der Spek Data Nascimento: 23/09/1966 Passaporte: NYJ597JL7 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RN 07 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041004878201839 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Christian GAGOU Data Nascimento: 20/01/1966 Passaporte: 18DC34601 País: FRANÇA; Processo: 47041004883201841 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Julien VINCENT Data Nascimento: 25/11/1977 Passaporte: 12AC96957 País: FRANÇA; Processo: 47041004888201874 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Lionel Bruno Lavaud Data Nascimento: 11/08/1971 Passaporte: 14DA75453 País: FRANÇA; Processo: 47041004890201843 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Killian Marc-Edouard, Steve Robert Data Nascimento: 24/09/1991 Passaporte: 18ED58728 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039011222201811 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Yusuke Yamada Data Nascimento: 07/01/1980 Passaporte: TR4076750 País: JAPÃO; Processo: 47039011351201818 Requerente: ASSOCIACAO DE COOPERACAO AGRICOLA DO ESTADO DO CEARA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IKER CABREJAS DE LA TORRE Data Nascimento: 14/06/1977 Passaporte: PAG252101 País: ESPANHA; Processo: 47039011440201856 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AVIGDOR BENSH Data Nascimento: 28/08/1947 Passaporte: 25508433 País: ISRAEL; Processo: 47039011444201834 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Daniel Abel Kreiman Data Nascimento: 12/09/1955 Passaporte: AAC260322 País: ARGENTINA; Processo: 47039011453201825 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID RABIN Data Nascimento: 01/06/1952 Passaporte: 31617560 País: ISRAEL; Processo: 47039011460201827 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Freddy Fredj Ainouz Data Nascimento: 13/09/1955 Passaporte: 22786167 País: ISRAEL; Processo: 47039011469201838 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IZHAK JABEZ Data Nascimento: 25/04/1971 Passaporte: 30327987 País: ISRAEL; Processo: 47039011470201862 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL SLAMA Data Nascimento: 24/03/1969 Passaporte: 39006509 País: ISRAEL; Processo: 47039011475201895 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YEHUDA HEVRONI Data Nascimento: 15/01/1944 Passaporte: 14323829 País: ISRAEL; Processo: 47039011477201884 Requerente: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YOSEF GRIDI Data Nascimento: 03/01/1973 Passaporte: 23294264 País: ISRAEL; Processo: 47039012482201812 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MOTOICHI TOTSUKA Data Nascimento: 11/07/1971 Passaporte: TR 9.128.906 País: JAPÃO; Processo: 47039012483201859 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUKI TANAKA Data Nascimento: 14/02/1972 Passaporte: TZ 0.781.591 País: JAPÃO; Processo: 47039012484201801 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KAZUTAKA IDE Data Nascimento: 12/11/1982 Passaporte: TK 6.949.479 País: JAPÃO; Processo: 47039012486201892 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOMIKAZU KATO Data Nascimento: 12/12/1972 Passaporte: TK 1.802.188 País: JAPÃO; Processo: 47039012488201881 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAKAHIRO MURAMATSU Data Nascimento: 24/11/1986 Passaporte: TR 3.080.982 País: JAPÃO; Processo: 47039012489201826 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAKEHISA UNNO Data Nascimento: 28/10/1974 Passaporte: TK 3.179.840 País: JAPÃO; Processo: 47039012557201857 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KOKI UCHIDA Data Nascimento: 08/06/1984 Passaporte: MU 3.100.946 País: JAPÃO; Processo: 47039012642201815 Requerente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MATHIEU JEAN-MARIE CLAUDE SUC Data Nascimento: 02/05/1990 Passaporte: 13AZ34762 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041004891201898 Requerente: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Stefan Oehme Data Nascimento: 10/11/1988 Passaporte: CCJC17YH4 País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041004166201810 Requerente: TETIS NAVEGACAO LTDA Prazo: até 25/03/2020 Imigrante: Brusly Vicencio Jesalva Data Nascimento: 03/03/1975 Passaporte: EC1086105 País: FILIPINAS; Processo: 47041004224201813 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gerardo Corneja Corneja Data Nascimento: 02/05/1971 Passaporte: P6705091A País: FILIPINAS Imigrante: Ildefonso Malazarte Costelo Data Nascimento: 13/12/1959 Passaporte: EC1111014 País: FILIPINAS; Processo: 47041004354201848 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/12/2019 Imigrante: RONALD CENABRE DELA TORRE Data Nascimento: 11/04/1995 Passaporte: EC6974832 País: FILIPINAS; Processo: 47041004467201843 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/06/2020 Imigrante: Catalin Sofronescu Data Nascimento: 21/08/1976 Passaporte: 055976021 País: ROMÊNIA; Processo: 47041004472201856 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/12/2019 Imigrante: ANDI FEBRIYANTO Data Nascimento: 07/02/1981 Passaporte: B2265133 País: INDONÉSIA; Processo: 47041004489201811 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: ODD-GUNNAR JENSEN Data Nascimento: 11/08/1958 Passaporte: 32869729 País: NORUEGA Imigrante: OLEG KOMAROV Data Nascimento: 05/01/1972 Passaporte: 727443437 País: RÚSSIA Imigrante: OLEG MASLAKOV Data Nascimento: 02/01/1974 Passaporte: 712823896 País: RÚSSIA Imigrante: PAVEL LYAMZENKO Data Nascimento: 27/06/1960 Passaporte: 725378967 País: RÚSSIA Imigrante: PETR KUZNETSOV Data Nascimento: 25/10/1969 Passaporte: 717560486 País: RÚSSIA; Processo: 47041004519201881 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: até 20/04/2020 Imigrante: REMKO HULSEBOS Data Nascimento: 15/08/1980 Passaporte: BFBJ8F6P2 País: HOLANDA; Processo: 47041004521201851 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: até 20/04/2020 Imigrante: ROY WYNANT Data Nascimento: 14/03/1989 Passaporte: BN7KFLR24 País: HOLANDA; Processo: 47041004528201872 Requerente: SEASEEP DADOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: JAGANNATH JENA Data Nascimento: 15/06/1983 Passaporte: Z3243764 País: ÍNDIA; Processo: 47041004531201896 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/10/2019 Imigrante: ILIE POPA Data Nascimento: 01/07/1963 Passaporte: 053518025 País: ROMÊNIA; Processo: 47041004648201870 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 18/10/2019 Imigrante: Pavlo Prybluda Data Nascimento: 07/07/1985 Passaporte: FP742438 País: UCRÂNIA; Processo: 47041004653201882 Requerente: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 03/07/2020 Imigrante: Christopher Donavon Brewer Data Nascimento: 04/01/1973 Passaporte: 488102216 País: EUA; Processo: 47041004657201861 Requerente: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 03/07/2020 Imigrante: MERRILL REX ALLEN Data Nascimento: 05/02/1962 Passaporte: 491001071 País: EUA; Processo: 47041004656201816 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/12/2019 Imigrante: EKA INSYANI FAHNI Data Nascimento: 28/02/1977 Passaporte: B2091068 País: INDONÉSIA Imigrante: JIMMI Data Nascimento: 03/01/1972 Passaporte: B8026669 País: INDONÉSIA Imigrante: SALAMUN HUTAHAEAN Data Nascimento: 01/07/1978 Passaporte: B3355442 País: INDONÉSIA; Processo: 47041004658201813 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Imigrante: OSCAR LOBENDINO LAMARROZA Data Nascimento: 15/05/1972 Passaporte: P0869762A País: FILIPINAS; Processo: 47041004659201850 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Imigrante: Gerald Gordon Dunbar Data Nascimento: 04/02/1960 Passaporte: GL830674 País: CANADÁ; Processo: 47041004665201815 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/08/2020 Imigrante: Alejandro Jr. Mangga Segovia Data Nascimento: 16/12/1975 Passaporte: P2558459A País: FILIPINAS; Processo: 47041004667201804 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/03/2019 Imigrante: Oleksii Fefelatiev Data Nascimento: 08/05/1996 Passaporte: ER778500 País: UCRÂNIA; Processo: 47041004666201851 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/05/2020 Imigrante: Arniel Toring Baloja Data Nascimento: 18/06/1981 Passaporte: P7818934A País: FILIPINAS; Processo: 47041004669201895 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: Peter James Fuentes Delaliarte Data Nascimento: 27/06/1986 Passaporte: EC5479818 País: FILIPINAS; Processo: 47041004675201842 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/07/2020 Imigrante: Ariem Tirol Data Nascimento: 04/08/1991 Passaporte: P0807592A País: FILIPINAS Imigrante: Bryan Navarra Antipuesto Data Nascimento: 24/09/1985 Passaporte: EC3778182 País: FILIPINAS Imigrante: Denmark Patrivo Cabrillos Data Nascimento: 07/06/1989 Passaporte: P2173103A País: FILIPINAS Imigrante: Enrique Descalso Espiritu Data Nascimento: 23/11/1975 Passaporte: EC5662636 País: FILIPINAS Imigrante: Jeffrey Guinto Arabe Data Nascimento: 27/05/1971 Passaporte: EC6162397 País: FILIPINAS Imigrante: Manuel III Ochea Basa Data Nascimento: 02/07/1991 Passaporte: EC7881712 País: FILIPINAS Imigrante: Phillips Jan Sabang Cabungcal Data Nascimento: 26/01/1990 Passaporte: EC4014750 País: FILIPINAS Imigrante: Rommel Socrates Saludo Cuyno Data Nascimento: 19/04/1965 Passaporte: P2638854A País: FILIPINAS Imigrante: Ruben Jr. Mendoza Batis Data Nascimento: 23/02/1983 Passaporte: EC8011016 País: FILIPINAS Imigrante: Virgilio Narciso Samar Data Nascimento: 03/01/1962 Passaporte: P0337042A País: FILIPINAS; Processo: 47041004670201810 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 12/02/2019 Imigrante: Vijaya Bhaskar Banala Data Nascimento: 01/08/1979 Passaporte: M7812145 País: ÍNDIA; Processo: 47041004671201864 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: Rogelio Valledor Savellano Data Nascimento: 23/07/1972 Passaporte: P7249473A País: FILIPINAS; Processo: 47041004672201817 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Krzysztof Slawomir Ratke Data Nascimento: 12/04/1963 Passaporte: EJ3584245 País: POLÔNIA; Processo: 47041004673201853 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/06/2020 Imigrante: Oleksii Gereskul Data Nascimento: 14/07/1978 Passaporte: FE473213 País: UCRÂNIA; Processo: 47041004674201806 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2020 Imigrante: Andrey Shpodaris Data Nascimento: 20/09/1979 Passaporte: 754712713 País: RÚSSIA; Processo: 47041004676201897 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Georgios Nerakis Data Nascimento: 09/04/1985 Passaporte: AM0265104 País: GRÉCIA Imigrante: Michael Pajulas Abear Data Nascimento: 28/02/1965 Passaporte: P6962432A País: FILIPINAS Imigrante: Stefanos Pantelakis Data Nascimento: 09/06/1991 Passaporte: AM1525644 País: GRÉCIA; Processo: 47041004677201831 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bryan Cuizon Asoy Data Nascimento: 24/03/1980 Passaporte: EC4549930 País: FILIPINAS Imigrante: Thomas Andre Bermejo Page-Et Data Nascimento: 11/01/1987 Passaporte: P7726315A País: FILIPINAS; Processo: 47041004678201886 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Roy Concueno Geñoso Data Nascimento: 27/10/1984 Passaporte: P5355765A País: FILIPINAS; Processo: 47041004680201855 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/07/2020 Imigrante: Aries Cabrera Galicio Data Nascimento: 08/12/1986 Passaporte: EC7149276 País: FILIPINAS Imigrante: Hermes Catubig Sorsano Data Nascimento: 27/07/1986 Passaporte: EC7689908 País: FILIPINAS Imigrante: Jeffreh Tambulian Espinosa Data Nascimento: 29/08/1994 Passaporte: P1159604A País: FILIPINAS Imigrante: Jeriel Caliso Magbanua Data Nascimento: 14/08/1991 Passaporte: EC6608273 País: FILIPINAS Imigrante: John Ryan Calabio Aguilar Data Nascimento: 24/01/1981 Passaporte: P3913944A País: FILIPINAS Imigrante: Loalde Radaza Gresos Data Nascimento: 20/12/1981 Passaporte: P6047870A País: FILIPINAS Imigrante: Nobel Ver Mendonza Laspinas Data Nascimento: 22/08/1980 Passaporte: EC3606013 País: FILIPINAS Imigrante: Pejie Salomon Lumaban Data Nascimento: 20/08/1983 Passaporte: EC6866039 País: FILIPINAS Imigrante: Reymar Losanes Obales Data Nascimento: 15/10/1982 Passaporte: EC7696995 País: FILIPINAS Imigrante: Richard Jr. Lanza Claro Data Nascimento: 28/03/1991 Passaporte: P5591046A País: FILIPINAS Imigrante: Ruben Baltazar Barros Data Nascimento: 13/02/1964 Passaporte: P7531095A País: FILIPINAS; Processo: 47041004683201899 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Imigrante: Herbert Buendia Camutin Data Nascimento: 16/03/1984 Passaporte: EC8053369 País: FILIPINAS Imigrante: Jerome Saguisi Daguro Data Nascimento: 02/10/1987 Passaporte: P4155422A País: FILIPINAS Imigrante: Joerin Colorado Quinto Data Nascimento: 02/01/1986 Passaporte: EC1067320 País: FILIPINAS Imigrante: Jose Jr Obispo Tupaz Data Nascimento: 25/03/1964 Passaporte: P3449481A País: FILIPINAS Imigrante: Jun Eduard Fernandez Jadulos Data Nascimento: 21/11/1981 Passaporte: EC5070793 País: FILIPINAS Imigrante: Junie Havana Pusidio Data Nascimento: 02/06/1970 Passaporte: EC1833261 País: FILIPINAS Imigrante: Marlon Besmano Patron Data Nascimento: 20/12/1980 Passaporte: EC4016627 País: FILIPINAS Imigrante: Richmon Dale Esguerra Figueroa Data Nascimento: 03/09/1993 Passaporte: P7338285A País: FILIPINAS Imigrante: Silvano Raymundo Lopez Data Nascimento: 07/02/1958 Passaporte: EC8414623 País: FILIPINAS; Processo: 47041004679201821 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Vince Junil Baco Mananquil Data Nascimento: 03/06/1988 Passaporte: P7664133A País: FILIPINAS; Processo: 47041004681201808 Requerente: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2

Ano(s) Imigrante: Knut Arne Oestvik Data Nascimento: 31/03/1969 Passaporte: 32940596 País: NORUEGA; Processo: 47041004682201844 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/05/2019 Imigrante: Sultan Abdul Sattar Tambe Data Nascimento: 10/06/1972 Passaporte: J9073934 País: ÍNDIA; Processo: 47041004684201833 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MUHAMMAD ISA Data Nascimento: 10/01/1968 Passaporte: B1983558 País: INDONÉSIA Imigrante: MULYADI BIN AMRULLAH Data Nascimento: 06/02/1988 Passaporte: B6980748 País: INDONÉSIA; Processo: 47041004685201888 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Imigrante: REGIN LALANTE ARINTO Data Nascimento: 21/05/1976 Passaporte: EC6656514 País: FILIPINAS; Processo: 47041004687201877 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Thierry Pirlian Data Nascimento: 04/07/1968 Passaporte: 11AC62446 País: FRANÇA; Processo: 47041004689201866 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 4 Mês(es) Imigrante: Harold Honasan Cariño Data Nascimento: 27/03/1987 Passaporte: P5115212A País: FILIPINAS Imigrante: Marlon Gutierrez Antipolo Data Nascimento: 25/03/1987 Passaporte: P7009490A País: FILIPINAS Imigrante: Oleg Raditsa Data Nascimento: 01/12/1970 Passaporte: FJ301773 País: UCRÂNIA Imigrante: Rodney II Veniegas Agtoto Data Nascimento: 13/10/1980 Passaporte: P0820723A País: FILIPINAS Imigrante: Romualdo Gomez Baguio Data Nascimento: 07/02/1961 Passaporte: EC3946882 País: FILIPINAS Imigrante: Rothon John Margarico Insular Data Nascimento: 17/04/1996 Passaporte: EC7162062 País: FILIPINAS Imigrante: Vladimer Zaulda Manalo Data Nascimento: 07/02/1975 Passaporte: P1021428A País: FILIPINAS; Processo: 47041004688201811 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Vito Florio Data Nascimento: 31/05/1983 Passaporte: YA7157912 País: ITÁLIA; Processo: 47041004693201824 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 18/01/2020 Imigrante: Ariel Gutierrez Sari Data Nascimento: 27/12/1973 Passaporte: EC5662663 País: FILIPINAS; Processo: 47041004695201813 Requerente: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Piotr Jozef Pawlak Data Nascimento: 14/06/1980 Passaporte: ED9121363 País: POLÔNIA; Processo: 47041004701201832 Requerente: GARDLINE MARINE SCIENCES DO BRASIL S.A. Prazo: até 12/02/2019 Imigrante: ANDREW PETER MOLLOY Data Nascimento: 04/11/1953 Passaporte: 543475623 País: INGLATERRA; Processo: 47041004704201876 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dimitrios Foteinopoulos Data Nascimento: 29/07/1981 Passaporte: AM1272078 País: GRÉCIA Imigrante: Spyridon Mertyris Data Nascimento: 25/04/1975 Passaporte: AN0039545 País: GRÉCIA; Processo: 47041004705201811 Requerente: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Imigrante: DANILO MANAGBANAG FLORES Data Nascimento: 20/02/1972 Passaporte: P0847248A País: FILIPINAS; Processo: 47041004707201818 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Abel Quinia Macabatas Data Nascimento: 24/11/1971 Passaporte: P2880206A País: FILIPINAS Imigrante: Rico Tago Gamutin Data Nascimento: 27/05/1982 Passaporte: P8147874A País: FILIPINAS Imigrante: Ronnie Pernia Soliven Data Nascimento: 03/03/1970 Passaporte: EC5911463 País: FILIPINAS; Processo: 47041004712201812 Requerente: M&S CERNAMBI SUL OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NASHWIN HUBERT SERRAO Data Nascimento: 03/11/1981 Passaporte: Z2199897 País: ÍNDIA; Processo: 47041004716201809 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 03/12/2019 Imigrante: GRANT HARROWER Data Nascimento: 23/01/1988 Passaporte: 534973233 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041004718201890 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gavin Ian Abrahams Data Nascimento: 09/10/1971 Passaporte: M00130129 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041004721201811 Requerente: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andrew Scott Doig Data Nascimento: 04/11/1964 Passaporte: 551845663 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041004724201847 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rouzbeh Keki Doctor Data Nascimento: 11/10/1980 Passaporte: Z2384358 País: ÍNDIA; Processo: 47041004726201836 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 20/10/2019 Imigrante: Christophe Geert J. Pauwelyn Data Nascimento: 06/09/1993 Passaporte: EM470562 País: BÉLGICA; Processo: 47041004747201851 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Yuriy Patrilyak Data Nascimento: 17/05/1978 Passaporte: EX118524 País: UCRÂNIA; Processo: 47041004748201804 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 18/01/2020 Imigrante: Marcel Epema Data Nascimento: 10/01/1992 Passaporte: NY0249189 País: HOLANDA; Processo: 47041004749201841 Requerente: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jaroslaw Waszczyk Data Nascimento: 29/04/1965 Passaporte: EL5063791 País: POLÔNIA; Processo: 47041004750201875 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/01/2019 Imigrante: Krzysztof Piotr Solak Data Nascimento: 22/11/1976 Passaporte: ED4948585 País: POLÔNIA; Processo: 47041004751201810 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 31/12/2018 Imigrante: Aykut Isbilir Data Nascimento: 01/06/1983 Passaporte: U02925103 País: TURQUIA Imigrante: Baris Dogan Data Nascimento: 15/07/1993 Passaporte: U08772172 País: TURQUIA Imigrante: Birhan Bostanci Data Nascimento: 07/09/1984 Passaporte: U13135493 País: TURQUIA Imigrante: Huseyin Emekli Data Nascimento: 06/10/1979 Passaporte: U02693029 País: TURQUIA Imigrante: Mehmet Marul Data Nascimento: 27/01/1985 Passaporte: U04578077 País: TURQUIA Imigrante: Mehmet Umut Yenikalayci Data Nascimento: 10/12/1992 Passaporte: U20043185 País: TURQUIA Imigrante: Mete Sulak Data Nascimento: 07/05/1974 Passaporte: U20304370 País: TURQUIA Imigrante: Nizamettin Ozgur Data Nascimento: 25/09/1970 Passaporte: U05120530 País: TURQUIA Imigrante: Salim Akin Data Nascimento: 14/07/1976 Passaporte: U06295827 País: TURQUIA Imigrante: Serkan Turgut Data Nascimento: 23/09/1977 Passaporte: U11216012 País: TURQUIA Imigrante: Taha Ilhan Data Nascimento: 04/02/1997 Passaporte: U20255035 País: TURQUIA; Processo: 47041004753201817 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2020 Imigrante: Arun Kumar Bhardwaj Data Nascimento: 30/09/1970 Passaporte: Z3626992 País: ÍNDIA Imigrante: Pradeep Kumar Data Nascimento: 27/12/1991 Passaporte: M4301837 País: ÍNDIA; Processo: 47041004754201853 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Imigrante: Panagiotis Gregos Data Nascimento: 14/07/1996 Passaporte: AM0073197 País: GRÉCIA Imigrante: Paraskevas Sakkos Data Nascimento: 21/03/1994 Passaporte: AP1511169 País: GRÉCIA Imigrante: Ramon Arzaga Ebio Data Nascimento: 10/08/1967 Passaporte: P8010159A País: FILIPINAS Imigrante: Renato Dugay Aguilar Data Nascimento: 10/03/1963 Passaporte: P2413845A País: FILIPINAS Imigrante: Rodelio Campit Briza Data Nascimento: 29/12/1968 Passaporte: P3395379A País: FILIPINAS; Processo: 47041004756201842 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2018 Imigrante: Cosimo Sciancalepore Data Nascimento: 12/05/1964 Passaporte: YB3367060 País: ITÁLIA Imigrante: Ernesto Abrescia Data Nascimento: 14/04/1960 Passaporte: YA5729505 País: ITÁLIA Imigrante: Francesco Petruzzella Data Nascimento: 19/04/1963 Passaporte: YA8952208 País: ITÁLIA Imigrante: Marco Innocenti Data Nascimento: 10/02/1961 Passaporte: AA4215733 País: ITÁLIA; Processo: 47041004758201831 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/07/2020 Imigrante: Eric Jan Crisostomo Reyes Data Nascimento: 01/05/1991 Passaporte: P3897531A País: FILIPINAS Imigrante: Marlon Saragoza Ordanel Data Nascimento: 12/09/1978 Passaporte: EC6870821 País: FILIPINAS Imigrante: Nelson Dalapo Dango Data Nascimento: 12/02/1976 Passaporte: P3367349A País: FILIPINAS Imigrante: Noel Magtagnob Landig Data Nascimento: 06/12/1973 Passaporte: P2654157A País: FILIPINAS Imigrante: Patricio Jr. Basister Bismanos Data Nascimento: 20/12/1981 Passaporte: EC5568481 País: FILIPINAS; Processo: 47041004759201886 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Fabio Spiezia Data Nascimento: 17/05/1978 Passaporte: YB0045139 País: ITÁLIA; Processo: 47041004761201855 Requerente: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Marian Zaharia Data Nascimento: 19/12/1963 Passaporte: 052955922 País: ROMÊNIA; Processo: 47041004763201844 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/07/2020 Imigrante: Esteban Candid Garceniego Rodriguez Data Nascimento: 10/01/1992 Passaporte: P0028306A País: FILIPINAS Imigrante: Nathan Mykell Rei Santos Babasa Data Nascimento: 26/08/1989 Passaporte: P7791446A País: FILIPINAS; Processo: 47041004762201808 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/12/2019 Imigrante: ZULKARNAINI YUSUF Data Nascimento: 10/05/1970 Passaporte: B4839507 País: INDONÉSIA; Processo: 47041004764201899 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Terence Eben Cleophas Data Nascimento: 13/12/1964 Passaporte: M00002477 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041004775201879 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2020 Imigrante: Parsius Ratan Karma Data Nascimento: 17/03/1965 Passaporte: Z4209774 País: ÍNDIA; Processo: 47041004782201871 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arockia Prince Alexander Data Nascimento: 25/05/1974 Passaporte: L2310882 País: ÍNDIA; Processo: 47041004783201815 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jerome Andre Guillaume Bayle Data Nascimento: 05/01/1985 Passaporte: 17AI05427 País: FRANÇA; Processo: 47041004784201860 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Philip Tweddle Data Nascimento: 27/10/1960 Passaporte: 509342447 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041004788201848 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/03/2019 Imigrante: Alex Patana Reyes Data Nascimento: 14/08/1960 Passaporte: P2123632A País: FILIPINAS Imigrante: Carlo Palines Hugo Data Nascimento: 16/04/1988 Passaporte: P0370084A País: FILIPINAS Imigrante: Efren Jr Quevenco Bartolome Data Nascimento: 05/04/1998 Passaporte: P1239939A País: FILIPINAS Imigrante: Jose Reynaldo Agub Silva Data Nascimento: 30/12/1974 Passaporte: P1460076A País: FILIPINAS Imigrante: Levi Jr. Sardia San Valentin Data Nascimento: 21/12/1975 Passaporte: EC6849594 País: FILIPINAS; Processo: 47041004789201892 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/02/2019 Imigrante: Anatolii Chyzhovskyi Data Nascimento: 04/09/1978 Passaporte: FG757583 País: UCRÂNIA Imigrante: Dmytro Chyiachenko Data Nascimento: 24/05/1988 Passaporte: FE587223 País: UCRÂNIA Imigrante: Maksym Mykolaychuk Data Nascimento: 15/08/1989 Passaporte: FK600691 País: UCRÂNIA Imigrante: Oleksandr Gulevatyi Data Nascimento: 06/06/1992 Passaporte: FK056755 País: UCRÂNIA Imigrante: Ruslan Nadelnichenko Data Nascimento: 13/09/1975 Passaporte: FB332462 País: UCRÂNIA Imigrante: Sergii Nikolaichuk Data Nascimento: 11/05/1990 Passaporte: FG784465 País: UCRÂNIA.

Residência Prévia - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039011321201801 Requerente: CJ LOGISTICA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KYUNGWOONG OH Data Nascimento: 06/12/1976 Passaporte: M33474339 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039013625201803 Requerente: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MICHINARI SAKURAI Data Nascimento: 30/04/1974 Passaporte: TK5500453 País: JAPÃO; Processo: 47039013650201889 Requerente: BOE BRASIL SERVICOS DE CONSULTORIA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Dakun Wang Data Nascimento: 31/07/1970 Passaporte: G35682279 País: CHINA; Processo: 47039013658201845 Requerente: DMG MORI BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HIROFUMI YAMAGUCHI Data Nascimento: 16/01/1960 Passaporte: TZ1218845 País: JAPÃO Imigrante: HIROFUMI YAMAGUCHI Data Nascimento: 16/01/1960 Passaporte: TZ1218845 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039011893201882 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Christopher Bruun Loklindt Data Nascimento: 25/02/1994 Passaporte: 207139752 País: DINAMARCA; Processo: 47039012423201836 Requerente: CRODA DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: AMRA TABAKOVIC Data Nascimento: 01/03/1983 Passaporte: 507798778 País: EUA; Processo: 47039012458201875 Requerente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Dominique Marcel Lefebvre Data Nascimento: 30/09/1963 Passaporte: EM271027 País: BÉLGICA; Processo: 47039012461201899 Requerente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Patrick Frans De Rore Data Nascimento: 31/07/1967 Passaporte: EP215125 País: BÉLGICA; Processo: 47039012593201811 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SANGSUNG KIM Data Nascimento: 16/03/1984 Passaporte: M33163499 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039012594201865 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YOONJUNG CHOI Data Nascimento: 16/03/1986 Passaporte: M37382841 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039012686201845 Requerente: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAKUYA INOUE Data Nascimento: 28/12/1991 Passaporte: TS0666875 País: JAPÃO; Processo: 47039012688201834 Requerente: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TOMONORI TAKEMATSU Data Nascimento: 19/12/1990 Passaporte: TK3559043 País: JAPÃO; Processo: 47039012720201881 Requerente: ING BANK N V Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: MAXIME LUC M. DE CLERK Data Nascimento: 13/07/1992 Passaporte: EM092612 País: BÉLGICA; Processo: 47039012952201830 Requerente: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIGUEL ANGELO ALLENDES ASTORGA Data Nascimento: 19/02/1982 Passaporte: F11641033 País: CHILE; Processo: 47039012977201833 Requerente: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCELO ALEJANDRO SANCHEZ FIGUEROA Data Nascimento: 02/09/1980 Passaporte: F13338290 País: CHILE; Processo: 47039013046201852 Requerente: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STANLEY DANFORD KASIYA Data Nascimento: 03/03/1988 Passaporte: MA875376 País: MALAWI; Processo: 47039013047201805 Requerente: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YOUNG HACHALEMA Data Nascimento: 05/05/1983 Passaporte: ZP022689 País: ZÂMBIA; Processo: 47039013082201816 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: JUN YANG Data Nascimento: 08/01/1994 Passaporte: E19865173 País: CHINA; Processo: 47039013359201819 Requerente: MELITTA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: BERENIKE STRACKE Data Nascimento: 11/04/1994 Passaporte: C1P3F1WVT País: ALEMANHA; Processo: 47039013380201814 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAVINDER SHARMA Data Nascimento: 05/03/1987 Passaporte: J5840525 País: ÍNDIA; Processo: 47039013381201851 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NITESH KUMAR Data Nascimento: 21/06/1983 Passaporte: J4169116 País: ÍNDIA; Processo: 47039013382201803 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KAILASH PANDEY Data Nascimento: 21/07/1987 Passaporte: P7000196 País: ÍNDIA; Processo: 47039013383201840 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GAURAV BANSAL Data Nascimento: 25/03/1984 Passaporte: N6363965 País: ÍNDIA; Processo: 47039013385201839 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HIMANSHU SEHRAWAT Data Nascimento: 02/11/1985 Passaporte: J5838416 País: ÍNDIA; Processo: 47039013386201883 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NARENDER SINGH Data Nascimento: 14/04/1980 Passaporte: Z4963255 País: ÍNDIA; Processo: 47039013389201817 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAUNAQUE ARA Data Nascimento: 21/12/1980 Passaporte: K2346395 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 47039010622201818 Requerente: AGROFRUIT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JIAN YANG Data Nascimento: 19/03/1967 Passaporte: EA8866106 País: CHINA; Processo: 47039011542201871 Requerente: MARTY PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ANTONIO CIUCCI Data Nascimento: 11/05/1957 Passaporte: YA0544066 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 12/12/2017 (Artigo 3º):

Processo: 47039008144201878 Requerente: COMERCIAL BELLE HELENE PADARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HELENE MANET Data Nascimento: 12/12/1978 Passaporte: 13BE62828 País: FRANÇA.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039001748201893 Requerente: MARIA CRISTINA MACHADO ROCHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JANET ORTEGA LABJA Data Nascimento: 07/09/1967 Passaporte: EC5487773 País: FILIPINAS Mãe: NOEMI REYMUNDO LABJA Pai: GREGORIO RESPONSO LABJA; Processo: 47039010821201818 Requerente: QUADREM BRAZIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SANTANU DEY Data Nascimento: 07/11/1983 Passaporte: Z4911238 País: ÍNDIA Mãe: JYOTSNA DEY Pai: SAMIR KUMAR DEY; Processo: 47039011061201866 Requerente: ASSOCIACAO CULTURAL NIPO - BRASILEIRA DE RONDONIA - NIKKEY Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MISAKI NAKAYAMA Data Nascimento: 27/11/1986 Passaporte: TZ1163830 País: JAPÃO Mãe: MIHO NAKAYAMA Pai: KAZUNORI NAKAYAMA; Processo: 47039011086201860 Requerente: AREIA PRETA METAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FENGQI LIN Data Nascimento: 28/08/1988 Passaporte: E53012850 País: CHINA Mãe: MINGZHENG LIAO Pai: LIGUANG LIN;

Processo: 47039011788201843 Requerente: COPACABANA SUL HOTEL S A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CAMILLE SO CHUNGUNCO Data Nascimento: 22/07/1993 Passaporte: EC8233809 País: FILIPINAS Mãe: BI YONG GO SO Pai: LEONCIO NG CHUNGUNCO JR; Processo: 47039011803201853 Requerente: BRASIL CONSUMIVEIS - PECAS E SERVICOS PARA LASER LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Chuang Hou Data Nascimento: 07/06/1991 Passaporte: EI8877588 País: CHINA Mãe: Zhenqiong Liang Pai: Zhiquan Hou; Processo: 47039011848201828 Requerente: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TOBIAS HUCKELHOFEN Data Nascimento: 17/03/1988 Passaporte: C4CKFTV4H País: ALEMANHA Mãe: MONIKA HUECKELHOFEN Pai: KARL-HEINZ HUECKELHOFEN; Processo: 47039012397201846 Requerente: SYMPLA INTERNET SOLUCOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mijail Adalberto Paz Madrid Gorelov Data Nascimento: 01/02/1980 Passaporte: F586105 País: HONDURAS Mãe: Tatiana Mijaillov Gorelov Pai: Juan Adalberto Paz Madrid; Processo: 47039012442201862 Requerente: KIMBERLY -CLARK BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: carolina arrieta rojas Data Nascimento: 04/07/1982 Passaporte: 205720969 País: COSTA RICA Mãe: Jenny Rojas Rojas Pai: Jorge Arrieta Piedra; Processo: 47039012787201816 Requerente: BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: IWAO KATO Data Nascimento: 17/11/1964 Passaporte: TH9503449 País: JAPÃO Mãe: TAMIKO KATO Pai: TAKASHI KATO; Processo: 47039012808201801 Requerente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Paulo César Coutinho Data Nascimento: 24/11/1974 Passaporte: P614853 País: PORTUGAL Mãe: Melania Leonor Maria Vaz Pai: Jose Luís Xavier Coutinho; Processo: 47039012885201853 Requerente: DESTAK BRASIL EDITORA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LUÍS MIGUEL MONTEIRO PEREIRA REBOLA Data Nascimento: 15/04/1975 Passaporte: C585165 País: PORTUGAL Mãe: ELSA MARIA MONTEIRO PEREIRA REBOLA Pai: JOAO MANUEL PEREIRA REBOLA; Processo: 47039012914201887 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: até 02/08/2020 Imigrante: LUIS CARLOS DE OLIVEIRA LEAL Data Nascimento: 13/10/1975 Passaporte: N469307 País: PORTUGAL Mãe: Ana Paula Nunes de Oliveira Pai: Manuel Joaquim Moreira Leal; Processo: 47039012939201881 Requerente: GREE ELECTRIC APPLIANCES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIANLI JIA Data Nascimento: 06/05/1991 Passaporte: E63694471 País: CHINA Mãe: Jinlin Wang Pai: Chengtao Jia; Processo: 47039013049201896 Requerente: ERIKA POLASTRI MONDUCCI WANDERLEY Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CELESTE CANJA LAVILLA Data Nascimento: 19/12/1986 Passaporte: P7045744A País: FILIPINAS Mãe: JOSEFINA CANJA Pai: SEVERINO LAVILLA; Processo: 47039013066201823 Requerente: BTA-BRITISH TOURIST AUTHORITY Prazo: Indeterminado Imigrante: Malcolm Graham Griffiths Data Nascimento: 07/10/1978 Passaporte: E4067495 País: AUSTRÁLIA Mãe: Elizabeth Anne Griffiths Pai: Graham Hessell Griffiths.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039012534201842 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL Prazo: até 20/07/2020 Imigrante: Eladio Sebastian Heredero Data Nascimento: 18/02/1955 Passaporte: PAD125236 País: ESPANHA Mãe: Luisa Heredero Bareas Pai: Arturo Sebastian Marqueta; Processo: 47039012606201851 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL Prazo: até 31/07/2020 Imigrante: Eros Salinas Chavez Data Nascimento: 01/11/1949 Passaporte: J413609 País: CUBA Mãe: Eulalia Chavez Martinez Pai: Eduardo Salinas Croche; Processo: 47039013513201844 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO Prazo: Indeterminado Imigrante: REINEL BELTRAN AGUEDO Data Nascimento: 25/11/1971 Passaporte: I100306 País: CUBA Mãe: Teresa Aguedo Reina Pai: Reinel Beltrán Marrero; Processo: 47039013514201899 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO Prazo: Indeterminado Imigrante: Ania Lussón Cervantes Data Nascimento: 17/03/1972 Passaporte: I577923 País: CUBA Mãe: Luz Divina Cervantes de Armas Pai: Juan Bautista Lussón Quiala; Processo: 47039013442201880 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: VIVIAN MARIA SAEZ MARTINEZ Data Nascimento: 13/08/1970 Passaporte: I621546 País: CUBA Mãe: DAYSE MARTINEZ MELERO Pai: GREGORIO SAEZ ORTIZ; Processo: 47039013526201813 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS Prazo: Indeterminado Imigrante: Nikolai Vasilievich Chemetov Data Nascimento: 20/07/1961 Passaporte: N346352 País: PORTUGAL Mãe: Zinaida Nikolaevna Chemetova Pai: Vasiliy Petrovich Chemetov; Processo: 47039013881201892 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC Prazo: Indeterminado Imigrante: Mohammad Masoumi Data Nascimento: 28/08/1985 Passaporte: M40396057 País: IRÃ Mãe: Shokat Aghel Manesh Pai: Jallal Masoumi.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º):

Processo: 47039010800201801 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Henrique Jorge Gomes Fazenda Moreira Data Nascimento: 17/04/1962 Passaporte: C689501 País: PORTUGAL; Processo: 47039010804201881 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Shyam Narayan Sharma Data Nascimento: 01/07/1985 Passaporte: R6201511 País: ÍNDIA; Processo: 47039010806201870 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mario Rui Pereira Julião dos Reis Data Nascimento: 11/01/1973 Passaporte: N923062 País: PORTUGAL; Processo: 47039010809201811 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jawed Akhtar Data Nascimento: 25/02/1982 Passaporte: N7953926 País: ÍNDIA; Processo: 47039012533201806 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Riteshkumar Upendra Singh Data Nascimento: 01/08/1988 Passaporte: J7899494 País: ÍNDIA; Processo: 47039012537201886 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Manjeet Singh Data Nascimento: 05/08/1982 Passaporte: H7788740 País: ÍNDIA; Processo: 47039012542201899 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Domingos Casimiro Ribeiro dos Santos Data Nascimento: 28/03/1956 Passaporte: P878570 País: PORTUGAL; Processo: 47039012546201877 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Wieslaw Treder Data Nascimento: 16/06/1966 Passaporte: ED9369402 País: POLÔNIA; Processo: 47039012566201848 Requerente: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KIBAE LEE Data Nascimento: 15/07/1957 Passaporte: M24096629 País: CORÉIA; Processo: 47039012622201844 Requerente: SERVICOS TECNICOS G.A.S. LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BRUNO GUERREIRO SEMIÃO Data Nascimento: 22/07/1977 Passaporte: P823280 País: PORTUGAL.

Residência - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010494201802 Requerente: CELSE - CENTRAIS ELETRICAS DE SERGIPE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Michael Gary Grady Data Nascimento: 06/04/1960 Passaporte: 479846015 País: EUA; Processo: 47039010598201817 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOMAS VALDES ALDAMA Data Nascimento: 29/03/1976 Passaporte: G17889352 País: MÉXICO; Processo: 47039010702201865 Requerente: HALTON REFRIN EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA PARA TRATAMENTO DO AR S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GREGORY ALLEN LYONS Data Nascimento: 10/07/1967 Passaporte: 487013911 País: EUA; Processo: 47039011712201818 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANIEL YOSLI Data Nascimento: 11/12/1978 Passaporte: B6602119 País: INDONÉSIA; Processo: 47039011825201813 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JESSICA NICOLE BAKER Data Nascimento: 02/04/1990 Passaporte: HK655133 País: CANADÁ; Processo: 47039012382201888 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FABIEN PATRICE PELLIZZARI Data Nascimento: 12/11/1974 Passaporte: 13FV18455 País: FRANÇA; Processo: 47039012525201851 Requerente: WINTAYLOR - WORKFORCE OPTIMIZATION CONSULTORIA EM INFORMATICA EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mauro Edgar da Silva Sousa Data Nascimento: 19/06/1980 Passaporte: C918996 País: PORTUGAL; Processo: 47039012835201876 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WATARU YANO Data Nascimento: 28/08/1978 Passaporte: TZ0720744 País: JAPÃO; Processo: 47039012839201854 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EDUARDO ADRIAN HURTADO Data Nascimento: 10/08/1967 Passaporte: AAB863999 País: ARGENTINA; Processo: 47039012845201810 Requerente: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: até 02/09/2019 Imigrante: JULIO AGUSTIN MORALES ALVAREZ Data Nascimento: 28/05/1985 Passaporte: PA0388990 País: PANAMÁ; Processo: 47039012848201845 Requerente: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: até 02/09/2019 Imigrante: JAMES MICHAEL SALDAÑA ARAUZ Data Nascimento: 26/02/1992 Passaporte: PA0307509 País: PANAMÁ; Processo: 47039012850201814 Requerente: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: até 01/09/2019 Imigrante: GEORGE COSMIN ANGHEL Data Nascimento: 23/04/1986 Passaporte: 053342658 País: ROMÊNIA; Processo: 47039012851201869 Requerente: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: até 01/09/2019 Imigrante: FLORIN BUCUR Data Nascimento: 17/02/1977 Passaporte: 055826573 País: ROMÊNIA; Processo: 47039012997201812 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MAKIHEI OKABE Data Nascimento: 11/03/1985 Passaporte: TZ1232665 País: JAPÃO; Processo: 47039013000201833 Requerente: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHRISTOS THEODOSIOU Data Nascimento: 29/11/1977 Passaporte: AP1151673 País: GRÉCIA; Processo: 47039013001201888 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: até 27/09/2019 Imigrante: KOSUKE ABE Data Nascimento: 05/01/1982 Passaporte: TK9586866 País: JAPÃO.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003540201860 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/01/2019 Imigrante: Diomard Nino Coraza Nolon Data Nascimento: 03/01/1993 Passaporte: P5226495A País: FILIPINAS; Processo: 47041003554201883 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/06/2020 Imigrante: Leomar Libed Silao Data Nascimento: 23/10/1977 Passaporte: EC6744409 País: FILIPINAS; Processo: 47041003777201841 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/07/2020 Imigrante: Catalin Iulian Datcu Data Nascimento: 08/01/1990 Passaporte: 054230102 País: ROMÊNIA.

Residência - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039006870201856 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PENG SHI Data Nascimento: 01/09/1982 Passaporte: E 82994599 País: CHINA; Processo: 47039011301201822 Requerente: INPEX PETROLEO SANTOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YUSUKE OKAMOTO Data Nascimento: 13/03/1987 Passaporte: TZ1257742 País: JAPÃO; Processo: 47039011420201885 Requerente: HEXING BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUANHAO CHENG Data Nascimento: 29/12/1978 Passaporte: EC5028130 País: CHINA; Processo: 47039013079201801 Requerente: PETROGAL BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: LUIS MIGUEL FONSECA ALEXANDRE DE ARAUJO PEREIRA Data Nascimento: 01/06/1961 Passaporte: CA051494 País: PORTUGAL; Processo: 47039013715201896 Requerente: ZUVINOVA TECNOLOGIAS DE INFORMACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JORGE FILIPE NEGRÃO DOS SANTOS LEITÃO Data Nascimento: 16/10/1974 Passaporte: P287186 País: PORTUGAL; Processo: 47039013807201876 Requerente: RICE ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DAVID PAUL RICE Data Nascimento: 13/10/1959 Passaporte: 458072461 País: EUA.

Residência - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039012429201811 Requerente: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: HENDRIKA MARIA CATHARINA RAAIJMAKERS Data Nascimento: 23/11/1991 Passaporte: NWRRP7DF1 País: HOLANDA; Processo: 47039012854201801 Requerente: MERCK S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HANNAH ZUNDL Data Nascimento: 11/06/1990 Passaporte: C2ZKGW4HT País: ALEMANHA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039010076201815 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALBERTO LÓPEZ TEIXIDO Data Nascimento: 10/12/1981 Passaporte: AAH625047 País: ESPANHA; Processo: 47039010813201871 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: até 30/05/2019 Imigrante: Anees Ahmad Data Nascimento: 15/03/1982 Passaporte: PJ1150232 País: PAQUISTÃO; Processo: 47039011394201895 Requerente: JESUS RAFAEL RODRIGUEZ AMADO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JESÚS RAFAEL RODRÍGUEZ AMADO Data Nascimento: 23/07/1966 Passaporte: I357672 País: CUBA; Processo: 47039012649201837 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SWARUP KUNDU Data Nascimento: 01/06/1986 Passaporte: J9308930 País: ÍNDIA; Processo: 47039012843201812 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Deivy Wilson Masso Data Nascimento: 24/12/1979 Passaporte: J408337 País: CUBA.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039006056201831 Requerente: DEEPX DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MUNJAL PANKAJ BUDHABHATTI Data Nascimento: 12/07/1975 Passaporte: K0718781 País: ÍNDIA; Processo: 47039009117201812 Requerente: ABABA COMERCIO DE PRODUTOS HIDRAULICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: GIORGIO FENZI Data Nascimento: 25/09/1977 Passaporte: YB2578952 País: ITÁLIA; Processo: 47039011257201851 Requerente: SEMPRE - SERVICOS A NECROPOLE E EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: RAMI FOUAD SKAF Data Nascimento: 02/05/1966 Passaporte: 545945448 País: EUA; Processo: 47039012337201823 Requerente: IDEA GESTAO HOTELEIRA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ALESSANDRO PONTALTI Data Nascimento: 19/03/1962 Passaporte: YA8679921 País: ITÁLIA; Processo: 47039012379201864 Requerente: AUTANA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FELIX RAMON TOVAR HERNANDEZ Data Nascimento:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13/05/1956 Passaporte: 121503620 País: VENEZUELA; Processo: 47039012402201811 Requerente: HAIR WORLD COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Kui Guo Data Nascimento: 24/09/1983 Passaporte: G45890271 País: CHINA; Processo: 47039013003201877 Requerente: VISAO SERVICO DE INSTALACAO E MANUTENCAO DE MAQUINAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Nojin Park Data Nascimento: 25/02/1966 Passaporte: M68887867 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039013136201843 Requerente: STAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ANTONIO AUGUSTO LUZIO LOURENÇO Data Nascimento: 20/08/1959 Passaporte: N657749 País: PORTUGAL; Processo: 47039013455201859 Requerente: SRC ASSESSORIA E CONSULTORIA REQUERENTERIAL E CONTABIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SUIYUN WU Data Nascimento: 10/08/1970 Passaporte: G57390284 País: CHINA; Processo: 47039013654201867 Requerente: HAO QI BIJUTERIAS E ACESSORIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SHI XIULAN Data Nascimento: 12/05/1973 Passaporte: E03091255 País: CHINA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041004127201812 Instituição: COMUNIDADE DAS IRMAS DA SANTA CRUZ Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Juana Romero Velazquez Data Nascimento: 06/05/1970 Passaporte: G15703468 País: MÉXICO; Processo: 47041004178201844 Instituição: MISSAO BATISTA DO SUL DO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STUART MITCHELL MILES Data Nascimento: 09/07/1989 Passaporte: 495166568 País: EUA; Processo: 47041004192201848 Instituição: CONGREGACAO DAS MISSIONARIAS DA CARIDADE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RANI VALIAVEETHIL LONAPPAN Data Nascimento: 28/09/1966 Passaporte: S5838222 País: ÍNDIA; Processo: 47041004375201863 Instituição: SELCILIUS RIWU NUGA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Selcilius Riwu Nuga Data Nascimento: 22/09/1987 Passaporte: B3243196 País: INDONÉSIA; Processo: 47041004507201857 Instituição: PROVINCIA DOS MISSIONARIOS COMBONIANOS DO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOHN BOSCO MUGERWA Data Nascimento: 04/05/1990 Passaporte: B1184024 País: UGANDA; Processo: 47041004661201829 Instituição: ASSOCIACAO DE CIENCIA INTUITIVA ANANDA MARGA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mercus Andy JEAN-PIERRE Data Nascimento: 13/08/1991 Passaporte: CY3992343 País: REPÚBLICA DO HAITI; Processo: 47041004691201835 Instituição: CONGREGACAO DAS IRMAS SERVAS NA VISITACAO NO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jeniffer Kaveme KANUVI Data Nascimento: 20/09/1991 Passaporte: A2591954 País: QUÊNIA; Processo: 47041004698201857 Instituição: CARMELO SANTA TEREZA D'AVILA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BRUNA ERNISI Data Nascimento: 30/12/1949 Passaporte: YA6661327 País: ITÁLIA; Processo: 47041004752201864 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Beatriz Valente Ribeiro Data Nascimento: 25/05/1998 Passaporte: P64321O País: PORTUGAL; Processo: 47041004786201859 Instituição: Marco Rettondini Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Marco Rettondini Data Nascimento: 18/11/1975 Passaporte: YB2923753 País: ITÁLIA.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LAURENT PIERRE JEAN FRANÇOIS JUMELLE exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na Empresa YOUSE SEGURADORA S.A. Processo: 47039.012404/2018-18, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.008451/2017-78.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ANDREA STEFANELLI exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Empresa LAVORWASH BRASIL INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. Processo: 47039.013108/2018-26, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.002871/2018-21.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47041003338201838 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MICHAEL JOSEPH NADAR Passaporte: Z2219317; Processo: 47041003377201835 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rodrigo Vergara Villanueva Passaporte: P2412013A; Processo: 47041003378201880 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Lebogang Daniel Lithuge Passaporte: M00234622; Processo: 47039013545201840 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAXIMILIAN POLTE Passaporte: C2GKN8W8V; Processo: 47039013744201858 Requerente: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARK SCHAFFER Passaporte: 528355764; Processo: 47039013752201802 Requerente: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARK THOMAS BENACQUISTA Passaporte: 479586478; Processo: 47039013988201831 Requerente: PEROXY BAHIA INDUSTRIA QUIMICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MUKUNDAN TELAKKATU CHATHOTH Passaporte: Z3327208; Processo: 47039013353201833 Requerente: KWE DO BRASIL SERVICOS LOGISTICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHO SASAKI Passaporte: TR 9.126.107; Processo: 47039007284201829 Requerente: VLKK SERVICOS DE SAUDE LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SILVIA ALINA TAMAYO PADRON Passaporte: I 120413; Processo: 47039011027201891 Requerente: WILSON DA SILVA FERREIRA JUNIOR Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Olga Perez Lopez Passaporte: AAJ663427; Processo: 47041003650201821 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/01/2019 Imigrante: Erniel Granada Go Passaporte: P2091986A; Processo: 47041003655201854 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/01/2019 Imigrante: Joel Melisimo Guibone Passaporte: EC0843018; Processo: 47041003662201856 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/01/2019 Imigrante: Michael Quadra Arista Passaporte: EC0553422; Processo: 47041003686201813 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/08/2018 Imigrante: Efren De Chavez Leviste Passaporte: EC4447810; Processo: 47041003701201815 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2019 Imigrante: Alex Joy Aumentado Meraña Passaporte: EC8118516; Processo: 47041003912201858 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/07/2019 Imigrante: Dimitrios Merkouris Passaporte: AN1106135; Processo: 47039006175201894 Requerente: POTIGUAR PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSÉ AMÉRICO AMORIM COELHO Passaporte: L934978; Processo: 47039006453201811 Requerente: NATHY IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HAIMEI SHU Passaporte: G45654245; Processo: 47041002747201817 Requerente: ASSOCIACAO IGREJA NO CINEMA - INC Prazo: 9 Mês(es) Imigrante: Samuel Klickermann Passaporte: CGPNMZY86.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº 121 de 26/06/2018, Seção 1, p. 54, Processo: 47039.009849/2018-11, onde se lê: Passaporte: G4879853, leia-se: Passaporte: G48798532.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº 149 de 03/08/2018, Seção 1, p. 66, Processo: 47039.009065/2018-84, onde se lê: Imigrante: LUIS HENRIQUE VILLANUEVA VALENTIN, leia-se: Imigrante: LUIS ENRIQUE VILLANUEVA VALENTIN.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº 163 de 23/08/2018, Seção 1, p. 76, Processo: 47039.009462/2018-56, onde se lê: Imigrante: CHRISTOPH EBEHARD KNEIDING, leia-se: Imigrante: CHRISTOPH EBERHARD KNEIDING.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº 103 de 30/05/2018, Seção 1, p. 110, Processo: 47039.005928/2018-44, onde se lê: Mãe: Ma Xiangchun; Pai: XIANGCHUN MA, leia-se: Mãe: XIANGCHUN MA; Pai: TAIXIN XI.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em Apreciação de Recurso Voluntario:

1.1 Pela Procedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.004900/2014-74	204372330	Destilaria Autonoma Porto Alegre Limitada	AL
2	46201.002694/2015-49	206621272	MGM Farma Ltda	AL
3	46201.003857/2014-20	203802608	S C Clinica de Repouso Dr Jose Lopes de Mendonca - ME	AL
4	46202.018728/2015-15	208132571	Itautinga Agro Industrial S A	AM
5	46202.018729/2015-51	208131647	Itautinga Agro Industrial S A	AM
6	46202.018730/2015-86	208130543	Itautinga Agro Industrial S A	AM
7	47904.020565/2013-16	201746280	Galvani Industria, Comercio e Servicos S.A.	BA
8	47904.021043/2013-31	201746361	Galvani Industria, Comercio e Servicos S.A.	BA
9	47904.010615/2013-57	201028735	Jose Luciano de Castro Fernandes	BA
10	47904.002667/2015-11	206079877	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
11	47904.002666/2015-77	206079869	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
12	47904.002668/2015-66	206079885	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
13	47904.002669/2015-19	206079907	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
14	47904.002670/2015-35	206079915	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
15	47904.002671/2015-80	206079923	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
16	47904.002672/2015-24	206079931	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
17	47904.002673/2015-79	206079991	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
18	47904.002674/2015-13	206082711	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
19	47904.002675/2015-68	206082738	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
20	47904.002677/2015-57	205398341	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
21	47904.002679/2015-46	205398359	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
22	47904.002680/2015-71	205398367	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
23	47904.002681/2015-15	205398375	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
24	47904.002682/2015-60	205398421	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
25	47904.002683/2015-12	205398511	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
26	47904.002684/2015-59	206051174	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
27	47904.002685/2015-01	206051182	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
28	47904.002686/2015-48	206051191	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
29	47904.002687/2015-92	206051204	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
30	47904.002688/2015-37	206051310	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
31	47904.002689/2015-81	206051328	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
32	47904.002690/2015-14	206051336	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
33	47904.002691/2015-51	206051344	M.F.M. Pereira Filho - Construcoes - EPP	BA
34	47904.016738/2013-00	201836530	Morais e Azevedo Ltda - EPP	BA
35	47904.016735/2013-68	201836386	Morais e Azevedo Ltda - EPP	BA
36	47904.016736/2013-11	201836416	Morais e Azevedo Ltda - EPP	BA
37	47904.016744/2013-59	201836742	Morais e Azevedo Ltda - EPP	BA
38	47904.016131/2011-50	21060053	Suzano Papel e Celulose S.A.	BA
39	46207.009975/2015-72	208326766	Companhia Portuária Vila velha	ES
40	46207.008769/2014-64	204667879	Fibravit Engenharia e Servicos Ltda EPP	ES
41	46207.008772/2014-88	204676991	Fibravit Engenharia e Servicos Ltda EPP	ES
42	46207.008774/2014-77	204676894	Fibravit Engenharia e Servicos Ltda EPP	ES
43	46207.008775/2014-11	204679699	Fibravit Engenharia e Servicos Ltda EPP	ES
44	46208.013356/2014-91	204692857	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
45	46208.013607/2014-38	204759358	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
46	46208.015843/2014-99	205098592	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
47	46208.016773/2014-96	205133622	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
48	46208.016774/2014-31	205134190	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
49	46208.016775/2014-85	205134203	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

50	46208.016776/2014-20	205133665	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
51	46208.016777/2014-74	205134238	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
52	46208.016782/2014-87	205134301	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
53	46208.016783/2014-21	205134360	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
54	46208.016784/2014-76	205133673	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
55	46208.016785/2014-11	205134343	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
56	46208.016786/2014-65	205134386	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
57	46208.016788/2014-54	205133126	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
58	46208.016792/2014-12	205133169	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
59	46208.016793/2014-67	205134335	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
60	46208.016794/2014-10	205133681	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
61	46208.016796/2014-09	205134033	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
62	46208.016799/2014-34	205133878	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
63	46208.016801/2014-75	205133894	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
64	46208.016802/2014-10	205133932	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
65	46208.016805/2014-53	205133983	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
66	46208.016810/2014-66	205134106	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
67	46208.016811/2014-19	205134157	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
68	46208.016814/2014-44	205133711	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
69	46208.016819/2014-77	205133789	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
70	46208.016820/2014-00	205133801	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
71	46208.016822/2014-91	205133568	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
72	46208.016824/2014-80	205133843	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
73	46208.016825/2014-24	205133860	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
74	46208.016827/2014-13	205133240	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
75	46208.016828/2014-68	205133177	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
76	46208.016831/2014-81	205133207	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
77	46208.016832/2014-26	205133363	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
78	46208.016833/2014-71	205133428	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
79	46208.016835/2014-60	205133185	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
80	46208.016836/2014-12	205133517	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
81	46208.016872/2014-78	205284272	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
82	46246.000324/2015-51	205609473	Aline Silva Marques - ME	MG
83	46246.000325/2015-03	205609490	Aline Silva Marques - ME	MG
84	46246.000333/2015-41	205716156	Aline Silva Marques - ME	MG
85	46246.000334/2015-96	205716199	Aline Silva Marques - ME	MG
86	46246.000335/2015-31	205716237	Aline Silva Marques - ME	MG
87	46246.000336/2015-85	205716423	Aline Silva Marques - ME	MG
88	46246.000337/2015-20	205716482	Aline Silva Marques - ME	MG
89	46246.000338/2015-74	205716491	Aline Silva Marques - ME	MG
90	46246.000339/2015-19	205716539	Aline Silva Marques - ME	MG
91	46246.000340/2015-43	205716571	Aline Silva Marques - ME	MG
92	46246.000341/2015-98	205716652	Aline Silva Marques - ME	MG
93	46246.000342/2015-32	205716601	Aline Silva Marques - ME	MG
94	46235.000240/2016-27	209508477	Anizio E. D. Sousa Hortifrutigranjeiros - ME	MG
95	47747.010536/2015-68	207963592	Aspecon Empreendimentos Imobiliarios Ltda - ME	MG
96	47747.010534/2015-79	207986711	Aspecon Empreendimentos Imobiliarios Ltda - ME	MG
97	47747.010535/2015-13	207986738	Aspecon Empreendimentos Imobiliarios Ltda - ME	MG
98	46243.001043/2016-26	209233664	Auto Mecanica J.G. Ltda - ME	MG
99	46243.004788/2015-66	208485082	Cervejaria Petrópolis S.A.	MG
100	46240.000352/2015-28	205723608	Companhia Agricola Pontenovense	MG
101	46243.001838/2015-53	206994672	Construtora e Dragagem Paraopeba Ltda	MG
102	46504.003632/2014-69	205467601	Cristiane Da Silva Dias	MG
103	46246.000864/2016-15	209254092	Ebano Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	MG
104	46241.000686/2016-72	209770325	Fergubel Ferro Gusa Bela Vista Ltda.	MG
105	46235.000239/2016-01	209508621	Hiper Sacolao JK Ltda - ME	MG
106	46504.001297/2016-26	209415479	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
107	46504.001298/2016-71	209415509	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
108	46504.001299/2016-15	209415584	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
109	46504.001300/2016-10	209448113	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
110	46504.001301/2016-56	209448041	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
111	46504.001302/2016-09	209448067	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
112	46504.001303/2016-45	209448032	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
113	46504.001304/2016-90	209448083	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
114	46504.001305/2016-34	209415541	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
115	46504.001306/2016-89	209448156	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
116	46504.001757/2016-16	209350903	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
117	46504.001758/2016-61	209350971	JM Construtora e Prestadora de Servicos Ltda ME	MG
118	46234.002199/2014-71	204487145	Jose Costa	MG
119	46234.002200/2014-68	204487153	Jose Costa	MG
120	46234.002201/2014-11	204487161	Jose Costa	MG
121	46234.002282/2014-41	204487960	Jose Costa	MG
122	46242.000992/2016-07	210314249	Montanha Vigilancia e Seguranca Ltda EPP	MG
123	46242.000994/2016-98	210314958	Montanha Vigilancia e Seguranca Ltda EPP	MG
124	46242.000995/2016-32	210314818	Montanha Vigilancia e Seguranca Ltda EPP	MG
125	46242.000996/2016-87	210314630	Montanha Vigilancia e Seguranca Ltda EPP	MG
126	46242.000997/2016-21	210315041	Montanha Vigilancia e Seguranca Ltda EPP	MG
127	46242.000999/2016-11	210315016	Montanha Vigilancia e Seguranca Ltda EPP	MG
128	46246.000710/2014-61	203258789	Portal de Poa Auto Posto Ltda	MG
129	46246.000711/2014-14	203258827	Portal de Poa Auto Posto Ltda	MG
130	46246.000712/2014-51	203258835	Portal de Poa Auto Posto Ltda	MG
131	46246.000713/2014-03	203258843	Portal de Poa Auto Posto Ltda	MG
132	46246.000714/2014-40	203258851	Portal de Poa Auto Posto Ltda	MG
133	46246.000715/2014-94	203258878	Portal de Poa Auto Posto Ltda	MG
134	46246.000716/2014-39	203258894	Portal de Poa Auto Posto Ltda	MG
135	46246.000717/2014-83	203258916	Portal de Poa Auto Posto Ltda	MG
136	47747.002691/2016-91	209411601	Wanda Benfica de Souza	MG
137	46653.004798/2014-99	204741106	Clarear Eletricidade Ltda	MT
138	46653.004799/2014-33	204741092	Clarear Eletricidade Ltda	MT
139	46653.004802/2014-19	204741122	Clarear Eletricidade Ltda	MT
140	46653.004803/2014-63	204741114	Clarear Eletricidade Ltda	MT
141	46653.004804/2014-16	204741149	Clarear Eletricidade Ltda	MT
142	46653.004805/2014-52	204741181	Clarear Eletricidade Ltda	MT
143	46653.004806/2014-05	204741173	Clarear Eletricidade Ltda	MT
144	46653.004809/2014-31	204741203	Clarear Eletricidade Ltda	MT
145	46653.004811/2014-18	204741211	Clarear Eletricidade Ltda	MT
146	46653.004812/2014-54	204741220	Clarear Eletricidade Ltda	MT
147	46306.000381/2015-88	206066961	Construtora Avanço Ltda	MT
148	46306.000382/2015-22	206066953	Construtora Avanço Ltda	MT
149	46306.000383/2015-77	206066970	Construtora Avanço Ltda	MT
150	46306.000384/2015-11	205779301	Construtora Avanço Ltda	MT
151	46306.000595/2015-54	205924018	Construtora Avanço Ltda	MT
152	46306.000596/2015-07	205924000	Construtora Avanço Ltda	MT
153	46306.000597/2015-43	206238100	Construtora Avanço Ltda	MT
154	46306.000598/2015-98	206238134	Construtora Avanço Ltda	MT
155	46653.001922/2015-45	206291388	Construtora Avanço Ltda	MT
156	46653.002466/2015-51	206404808	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
157	46653.002467/2015-03	206404832	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
158	46653.002468/2015-40	206404824	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
159	46653.002469/2015-94	206404778	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
160	46653.002470/2015-19	206404760	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
161	46653.002471/2015-63	206404841	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
162	46653.002472/2015-16	206404816	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
163	46653.002473/2015-52	206404786	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
164	46653.002474/2015-05	206404751	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
165	46653.002476/2015-96	206404794	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
166	46653.002477/2015-31	206404344	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
167	46653.005167/2014-97	204936225	Martins & Martins Ltda	MT
168	46653.005610/2014-20	205015956	MRV Prime Pequena Chapada do Horizonte Incorp. SPE	MT
169	46653.005611/2014-74	205015883	MRV Prime Pequena Chapada do Horizonte Incorporações SPE	MT
170	46222.005960/2016-28	209807750	Carvopar Comercio e Transporte de Carvao Vegetal Eireli	PA
171	46222.005962/2016-17	209807351	Carvopar Comercio e Transporte de Carvao Vegetal Eireli	PA
172	46222.005964/2016-14	209807598	Carvopar Comercio e Transporte de Carvao Vegetal Eireli	PA
173	46222.005966/2016-03	209807806	Carvopar Comercio e Transporte de Carvao Vegetal Eireli	PA
174	46222.005968/2016-94	209807717	Carvopar Comercio e Transporte de Carvao Vegetal Eireli	PA
175	46222.007551/2016-66	210291401	Premolddy Industria Ltda - EPP	PA
176	46222.007538/2016-15	210291273	Premolddy Industria Ltda - EPP	PA
177	46222.007542/2016-75	210291567	Premolddy Industria Ltda - EPP	PA
178	46222.007549/2016-97	210291451	Premolddy Industria Ltda - EPP	PA
179	46222.009634/2015-17	207580901	R. B. da Silva Servicos de Reabilitacao - ME	PA
180	46222.010094/2015-14	207756643	R. B. da Silva Servicos de Reabilitacao - ME	PA
181	46222.007923/2015-73	206483651	Rebelo & Alves Ltda	PA
182	46224.002077/2016-66	209134488	Banco Santander (Brasil) S.A.	PB
183	47533.015483/2014-04	205269222	BD Street Ind. e Comércio de Bolsas Ltda. - ME	PR
184	47533.015484/2014-41	205269206	BD Street Ind. e Comércio de Bolsas Ltda. - ME	PR
185	47533.015485/2014-95	205269117	BD Street Ind. e Comércio de Bolsas Ltda. - ME	PR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

186	47533.015486/2014-30	205269109	BD Street Ind. e Comércio de Bolsas Ltda. - ME	PR
187	47533.015488/2014-29	205272657	BD Street Ind. e Comércio de Bolsas Ltda. - ME	PR
188	46218.017256/2016-87	210656298	Ammo Varejo Ltda	RS
189	46271.000126/2017-41	211100871	Atena Incorporacoes Ltda	RS
190	46271.000127/2017-96	211101320	Atena Incorporacoes Ltda	RS
191	46271.000128/2017-31	211101079	Atena Incorporacoes Ltda	RS
192	46271.000129/2017-85	211099368	Atena Incorporacoes Ltda	RS
193	46271.000130/2017-18	211099074	Atena Incorporacoes Ltda	RS
194	46271.000131/2017-54	211099481	Atena Incorporacoes Ltda	RS
195	46271.000132/2017-07	211101184	Atena Incorporacoes Ltda	RS
196	46271.000133/2017-43	211103942	Atena Incorporacoes Ltda	RS
197	46271.000134/2017-98	211103888	Atena Incorporacoes Ltda	RS
198	46271.000135/2017-32	211103845	Atena Incorporacoes Ltda	RS
199	46271.000136/2017-87	211104051	Atena Incorporacoes Ltda	RS
200	46271.000137/2017-21	211101371	Atena Incorporacoes Ltda	RS
201	46271.000138/2017-76	211101265	Atena Incorporacoes Ltda	RS
202	46271.000139/2017-11	211100846	Atena Incorporacoes Ltda	RS
203	46218.004261/2017-19	211563617	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	RS
204	46275.000121/2017-89	210913983	Carlos Afonso Casagrande - ME	RS
205	46275.000119/2017-18	211120839	Carlos Afonso Casagrande - ME	RS
206	46275.000122/2017-23	210913959	Carlos Afonso Casagrande - ME	RS
207	46275.000123/2017-78	210913967	Carlos Afonso Casagrande - ME	RS
208	46275.000124/2017-12	210913975	Carlos Afonso Casagrande - ME	RS
209	46275.000125/2017-67	210913991	Carlos Afonso Casagrande - ME	RS
210	46275.000126/2017-10	211120821	Carlos Afonso Casagrande - ME	RS
211	46277.001194/2015-14	208131272	Hilmi Abdullah & Cia Ltda	RS
212	46277.001195/2015-51	208131299	Hilmi Abdullah & Cia Ltda	RS
213	46277.001196/2015-03	208131345	Hilmi Abdullah & Cia Ltda	RS
214	46277.001197/2015-40	208131361	Hilmi Abdullah & Cia Ltda	RS
215	46277.001198/2015-94	208131388	Hilmi Abdullah & Cia Ltda	RS
216	46272.002259/2016-61	209649160	Siqueira Pre-Moldados e Guincho Ltda - ME	RS
217	46301.000419/2015-62	205856144	Companhia Integrada De Desenvolvimento Agricola de SC	SC
218	46301.000480/2015-18	205885284	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de SC	SC
219	46220.007536/2015-57	208548343	Consorcio MGT	SC
220	46303.000985/2015-54	207524530	R.A. Pavei Construtora Ltda	SC
221	46261.004582/2016-07	210526386	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	SP
222	46268.002142/2015-66	207075093	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	SP
223	46268.002143/2015-19	207075069	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	SP
224	46268.002144/2015-55	207075115	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	SP
225	46268.002345/2015-52	207174351	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	SP
226	46268.002346/2015-05	207178542	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	SP
227	46268.002347/2015-41	207174385	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	SP
228	46268.002348/2015-96	207178453	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	SP
229	46268.002349/2015-31	207174334	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	SP
230	46268.002423/2015-19	207211329	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	SP
231	46266.001949/2014-11	203326156	Elgin S/A.	SP
232	46257.004670/2015-89	207816981	Exsafil Comercio e Representacao Ltda - EPP	SP
233	46473.004079/2013-13	201250659	Fundacao Parque Zoologico de Sao Paulo	SP
234	46473.004080/2013-30	201250632	Fundacao Parque Zoologico de Sao Paulo	SP
235	46262.000681/2016-00	209264519	Imag Industria e Comercio de Componentes Eletronicos Ltda.	SP
236	46262.000682/2016-46	209264284	Imag Industria e Comercio de Componentes Eletronicos Ltda.	SP
237	46262.000683/2016-91	209276002	Imag Industria e Comercio de Componentes Eletronicos Ltda.	SP
238	46262.000684/2016-35	209264420	Imag Industria e Comercio de Componentes Eletronicos Ltda.	SP
239	46253.000720/2016-70	208891498	Lider Telecom Comercio e Servicos em Telecomunicacoes S.A	SP
240	46253.000723/2016-11	208891757	Lider Telecom Comercio e Servicos em Telecomunicacoes S.A	SP
241	46253.000724/2016-58	208891838	Lider Telecom Comercio e Servicos em Telecomunicacoes S.A	SP
242	46266.003970/2014-51	204154448	Portal de Poa Auto Posto Ltda	SP
243	46266.003980/2014-96	204154502	Portal de Poa Auto Posto Ltda	SP
244	46266.003981/2014-31	204154456	Portal de Poa Auto Posto Ltda	SP
245	46266.004209/2014-36	204154618	Portal de Poa Auto Posto Ltda	SP
246	46219.010410/2008-70	15349314	Sociedade Civil de Educacao Sao Marcos	SP
247	46219.010507/2008-82	15349519	Sociedade Civil de Educacao Sao Marcos	SP
248	46219.013004/2008-69	15337251	Sociedade Civil de Educacao Sao Marcos	SP
249	46253.001202/2016-73	209083441	Textil H. Carvalho Eireli	SP
250	46253.001380/2013-51	200636367	Usina Maringa Industria e Comercio Ltda	SP
251	46226.001219/2017-39	211806901	Ferragista GM Ltda - ME	TO
252	46226.023322/2014-97	202652301	Município de Araguatins	TO
253	46226.023324/2014-86	202652289	Município de Araguatins	TO
254	46226.023560/2014-01	202741826	Município de Bernardo Sayao	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	47533.015482/2014-51	200.399.829	BD Street Ind. e Comércio de Bolsas Ltda. - ME	PR
2	46254.000710/2011-62	200.235.401	Concreta Planejamento e Obras - ME	SP
3	46257.006012/2014-41	200.407.961	Thyrop Industrial Ltda.	SP
4	46226.015327/2012-84	200.033.620	Ailton Lopes da Conceição - ME	TO

1.2 Pela improcedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46553.001736/2014-25	203517598	Espólio de Euler Emanoel do Carmo	MT
2	46653.001734/2014-36	203517601	Espólio de Euler Emanoel do Carmo	MT
3	46653.001768/2014-21	203517580	Espólio de Euler Emanoel do Carmo	MT
4	46653.001775/2014-22	203517563	Espólio de Euler Emanoel do Carmo	MT
5	46653.001778/2014-66	203517636	Espólio de Euler Emanoel do Carmo	MT
6	46214.007477/2014-15	204761531	Fedex Brasil Logistica e Transporte S.A.	PI
7	46216.001550/2014-25	203385942	E R P de Oliveira & Cia. Ltda. - ME	RO

2) Em Apreciação de Recurso de Ofício:
2.1 Pela Improcedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46207.003793/2016-79	209393998	Hotel Aruana Ltda - ME	ES
2	46504.002676/2016-33	210641410	Gerdau Acominas S/A	MG
3	46504.002680/2016-00	210641363	Gerdau Acominas S/A	MG
4	46504.002681/2016-46	210641355	Gerdau Acominas S/A	MG
5	46504.002695/2016-60	210641207	Gerdau Acominas S/A	MG
6	46504.002705/2016-67	210641088	Gerdau Acominas S/A	MG
7	46504.002709/2016-45	210641053	Gerdau Acominas S/A	MG
8	46504.002714/2016-58	210640995	Gerdau Acominas S/A	MG
9	46504.002718/2016-36	210640952	Gerdau Acominas S/A	MG
10	46504.002721/2016-50	210640928	Gerdau Acominas S/A	MG
11	46504.002734/2016-29	210640774	Gerdau Acominas S/A	MG
12	46504.002736/2016-18	210640740	Gerdau Acominas S/A	MG
13	46504.002750/2016-11	210640561	Gerdau Acominas S/A	MG
14	46504.002764/2016-35	210640391	Gerdau Acominas S/A	MG
15	46504.002765/2016-80	210640375	Gerdau Acominas S/A	MG
16	46504.002766/2016-24	210640367	Gerdau Acominas S/A	MG
17	46504.002770/2016-92	210640316	Gerdau Acominas S/A	MG
18	46504.002779/2016-01	210640219	Gerdau Acominas S/A	MG
19	46504.002783/2016-61	210640162	Gerdau Acominas S/A	MG
20	46504.002792/2016-52	210640065	Gerdau Acominas S/A	MG
21	46504.002800/2016-61	210639971	Gerdau Acominas S/A	MG
22	46504.002805/2016-93	210639903	Gerdau Acominas S/A	MG
23	46504.002808/2016-27	210639865	Gerdau Acominas S/A	MG
24	46504.002809/2016-71	210639831	Gerdau Acominas S/A	MG
25	46504.002810/2016-04	210639822	Gerdau Acominas S/A	MG
26	46504.002811/2016-41	210639814	Gerdau Acominas S/A	MG
27	46504.002816/2016-73	210639750	Gerdau Acominas S/A	MG
28	46504.002818/2016-62	210639733	Gerdau Acominas S/A	MG
29	46504.002820/2016-31	210639717	Gerdau Acominas S/A	MG
30	46504.002823/2016-75	210639687	Gerdau Acominas S/A	MG
31	46504.002825/2016-64	210639661	Gerdau Acominas S/A	MG
32	46504.002826/2016-17	210639652	Gerdau Acominas S/A	MG
33	46504.002829/2016-42	210639610	Gerdau Acominas S/A	MG
34	46504.002835/2016-08	210639547	Gerdau Acominas S/A	MG
35	47747.007997/2016-34	210979321	Swissport Brasil Ltda	MG
36	47747.007998/2016-89	210979313	Swissport Brasil Ltda	MG
37	47747.007999/2016-23	210979305	Swissport Brasil Ltda	MG
38	47747.008000/2016-63	210979291	Swissport Brasil Ltda	MG
39	47747.008001/2016-16	210979283	Swissport Brasil Ltda	MG
40	47747.008002/2016-52	210979267	Swissport Brasil Ltda	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

41	47747.008003/2016-05	210979259	Swissport Brasil Ltda	MG
42	47747.008004/2016-41	210979241	Swissport Brasil Ltda	MG
43	47747.008005/2016-96	210979224	Swissport Brasil Ltda	MG
44	47747.008006/2016-31	210979216	Swissport Brasil Ltda	MG
45	47747.008007/2016-85	210979208	Swissport Brasil Ltda	MG
46	47747.008008/2016-20	210979194	Swissport Brasil Ltda	MG
47	47747.008009/2016-74	210979186	Swissport Brasil Ltda	MG
48	47747.008010/2016-07	210979178	Swissport Brasil Ltda	MG
49	47747.008011/2016-43	210979160	Swissport Brasil Ltda	MG
50	47747.008012/2016-98	210979151	Swissport Brasil Ltda	MG
51	47747.008013/2016-32	210979143	Swissport Brasil Ltda	MG
52	47747.008014/2016-87	210979135	Swissport Brasil Ltda	MG
53	47747.008015/2016-21	210979127	Swissport Brasil Ltda	MG
54	47747.008016/2016-76	210979119	Swissport Brasil Ltda	MG
55	47747.008017/2016-11	210979101	Swissport Brasil Ltda	MG
56	47747.008018/2016-65	210979097	Swissport Brasil Ltda	MG
57	47747.008019/2016-18	210979089	Swissport Brasil Ltda	MG
58	47747.008020/2016-34	210979071	Swissport Brasil Ltda	MG
59	47747.008021/2016-89	210979062	Swissport Brasil Ltda	MG
60	47747.008022/2016-23	210979046	Swissport Brasil Ltda	MG
61	47747.008023/2016-78	210979038	Swissport Brasil Ltda	MG
62	47747.008024/2016-12	210979020	Swissport Brasil Ltda	MG
63	47747.008025/2016-67	210979003	Swissport Brasil Ltda	MG
64	47747.008027/2016-56	210979348	Swissport Brasil Ltda	MG
65	47747.008028/2016-09	210979330	Swissport Brasil Ltda	MG
66	46306.000603/2016-43	210236213	Agro Pecuária Barra do Garças S/A.	MT
67	46306.000814/2016-86	210604654	Agro Pecuária Barra do Garças S/A.	MT
68	46221.001119/2015-91	205782060	Vilasa Construtora Ltda.	SE
69	46221.001120/2015-15	205782078	Vilasa Construtora Ltda.	SE
70	46221.001121/2015-60	205782086	Vilasa Construtora Ltda.	SE
71	46221.001122/2015-12	205782094	Vilasa Construtora Ltda.	SE
72	46221.001123/2015-59	205782108	Vilasa Construtora Ltda.	SE
73	46221.001129/2015-26	205782167	Vilasa Construtora Ltda.	SE

2.2 Pela Procedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.014342/2013-12	202246841	Luciano Paniago Vilela e Cia.	GO
2	46293.001860/2017-70	211695505	I2 Confecções Ltda. - ME	PR
3	46230.008755/2010-20	23179597	Techlabor Engenharia e Equipamentos e Serviços Ltda.	RJ
4	47157.000198/2017-68	211273686	Benhur Calcados Ltda - ME	RS
5	47157.000513/2017-57	211569089	BR Kraft Eireli - EPP	RS
6	46275.000539/2017-96	211120987	Carlos Afonso Casagrande - ME	RS
7	47193.000434/2016-29	210747790	Catiele Nunes dos Santos Berger - ME	RS
8	47157.000559/2017-76	211634051	Claudemir Inacio Kronbauer - ME	RS
9	47157.002232/2016-58	210872624	Comercio de Alimentos Rede Vale Ltda	RS
10	47191.000028/2017-67	211112267	DC Cachoeirinha Servicos de Informatica Ltda - Me	RS
11	47183.000435/2017-73	211878901	F Pramio & Cia Ltda - ME	RS
12	47157.000551/2017-18	211617334	Ilsi Marim - ME	RS
13	47157.002356/2016-33	211064645	Juerga Pre Fabricados Ltda. - ME	RS
14	47157.002345/2016-53	211050504	Lancheria Pastelka Ltda - ME	RS
15	47157.000201/2017-43	211263362	M & S Industria de Calcados Eireli - ME	RS
16	46275.000144/2017-93	211146609	MH Construcoes Ltda	RS
17	47157.000583/2017-13	211652296	Nicolau Hanemann da Silveira - ME	RS
18	47157.000317/2017-82	211410535	Sandra Maria Carvalho Mello - ME	RS
19	47191.000174/2017-92	211420735	Veneusa Burigo Rosso - ME	RS
20	46301.002215/2015-66	208032827	Banco Santander (Brasil) S.A.	SC
21	46221.002072/2008-53	14172810	G. Barbosa Comercial Ltda.	SE

2.3 Pela Procedência Parcial do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46473.004287/2010-61	21823049	Colt Taxi Aéreo Ltda.	SP
2	46226.005427/2018-98	213922860	Hotel Rio Sono Ltda.	TO
3	46226.005430/2018-10	213922908	Hotel Rio Sono Ltda.	TO
4	46226.005431/2018-56	213922975	Hotel Rio Sono Ltda.	TO

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

DESPACHO DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Tendo em vista o que consta no processo nº 46210.000487/2018-93, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria nº 02, de 25 de maio de 2006, expedida pelo Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

HOMOLOGO o Plano de Cargos e Salários dos Empregados do Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso - CRO-MT, inscrito junto ao CNPJ nº. 03.482.916/0001-13, com sede na Rua 05 - Quadra 12 - Lote 07 - Setor A - CPA Centro Político Administrativo, no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

AMARILDO BORGES DE OLIVEIRA
Superintendente Regional

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 2.014, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

Recomenda, entre seus membros, a utilização do padrão Cargo-XML para as mensagens digitais do transporte aéreo de carga.

A COMISSÃO NACIONAL DE AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS (CONAERO), criada pelo Decreto nº 7.554, de 15 de agosto de 2011, e

Considerando a deliberação da 24ª Reunião desta Comissão, em 04 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Recomendar aos membros que compõem a CONAERO, coordenada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que adotem o Cargo-XML como padrão para as mensagens digitais do transporte aéreo de carga.

Parágrafo Único O estabelecimento de prazos e metas, bem como seu respectivo monitoramento, será realizado no âmbito do Comitê Técnico de Carga Aeroportuária desta Comissão.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HERBERT DRUMMOND
Coordenador

RESOLUÇÃO Nº 2.015, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Aprova a proposta do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC).

A COMISSÃO NACIONAL DE AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS (CONAERO), criada pelo Decreto nº 7.554, de 15 de agosto de 2011, e,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC), que tem como objetivo disciplinar a aplicação de medidas de segurança destinadas a garantir a integridade de passageiros, tripulantes, pessoal de terra, público em geral, aeronaves e instalações de aeroportos brasileiros, a fim de proteger as operações da aviação civil contra atos de interferência ilícita cometidos no solo ou em voo;

CONSIDERANDO as discussões no âmbito do Comitê Técnico de Segurança da Aviação Civil, composto por representantes de todos os órgãos e entidade integrantes da CONAERO; e

CONSIDERANDO a deliberação da 24ª Reunião desta Comissão, em 04 de julho de 2018, na qual os membros integrantes da CONAERO aprovaram a minuta do PNAVSE, resolve:

Art. 1º Aprovar a minuta do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC), a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para deliberação.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HERBERT DRUMMOND
Coordenador

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 2.677, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso X, da Portaria nº 1.751/SIA, de 6 de julho de 2015, e considerando o que consta no Processo ANAC nº 00065.040446/2018-50, resolve:

Art. 1º Suspender parcialmente medida administrativa cautelar aplicada ao Aeródromo Público de Araguari (Código OACI: SNAG), localizado em Araguari(MG), ficando permitidas as operações de aeronaves de asa fixa com propulsão convencional ou turboélice.

§ 1º Permanecem proibidas as operações de pouso, na pista 05-23, de aeronaves a reação (turbojato).

§ 2º A suspensão parcial é por prazo de 120 dias, a partir da publicação desta portaria, findo o qual, se não comprovadas as condições definidas no parecer que fundamentou esta decisão, volta a vigorar automaticamente a medida acautelatória anteriormente aplicada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 2.718, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, inciso XII, da Portaria nº 1.751/SIA, de 06 de julho de 2015, alterada pela Portaria nº 1.944, de 22 de junho de 2018, com fundamento nos Art. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, Art. 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00058.038615/2016-19, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Heliponto Privado Helicidade / São Paulo, SP (SIBH), apresentadas por Helicidade Heliporto Ltda.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SIBH, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 161 (RBAC nº 161), Emenda nº 01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 589, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 010, de 28 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.091805/2015-86, delibera:

Art. 1º Referendar a Deliberação nº 560, de 16 de agosto de 2018 que suspendeu a Audiência Pública nº 006/2018, que dispõe sobre o desenvolvimento de Resolução que regulamenta a penalidade de perdimento de veículo relativo à reincidência de infração de execução de transporte rodoviário de passageiros não autorizado.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 590, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 011, de 28 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.132765/2016-11, delibera:

Art. 1º Referendar a Deliberação nº 561, de 16 de agosto de 2018 que suspendeu a Audiência Pública nº 007/2018, que dispõe sobre o desenvolvimento de Resolução que disciplina a apuração de infrações à legislação do transporte rodoviário de passageiros regular.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 592, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 235, de 20 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207624/2018-11, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES para a supressão da linha Nova Iguaçu (RJ) - Santos (SP), prefixo nº 07-0071-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 51 da empresa CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 593, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 236, de 20 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.301192/2018-33, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de inclusão do mercado Itapema/SC - Curitiba/PR como seção na linha Florianópolis/SC - Guaíra/PR, prefixo nº 16-0120-00, da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 594, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nos termos do art. 59, IV e 62, da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, fundamentada no Voto DEB - 237, de 20 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.160087/2016-86, delibera:

Art. 1º Anular o Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR nº 183, concedido pela Resolução ANTT nº 5.182, de 8 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 9 de setembro de 2016 à empresa MARTE TRANSPORTES S/A (MARTE TRANSPORTES LTDA), inscrita no CNPJ nº 08.374.191/0001-57.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transportes de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa MARTE TRANSPORTES S/A (MARTE TRANSPORTES LTDA). A cerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 596, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 239, de 21 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500. 957052/2018-24, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa R. A. DE SOUSA E CIA LTDA. para regularização administrativa do serviço Tutóia (MA) - Caldas Novas (GO), prefixo nº 15.9390.00, nos termos que preceitua o art. 5ª da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 597, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 240, de 22 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.100825/2018-98, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seções da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA. autorizando a implantação dos mercados de Clevelândia (PR), para Chapecó (SC), Xaxim (SC), Xanxerê (SC), Ouro Verde (SC), Abelardo Luz (SC) e Bom Jesus (SC), como seções na linha Santa Maria (RS) - Barreiras (BA), prefixo nº 10-0042-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 100 da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 598, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 052, de 22 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.246684/2018-59, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa JANUÁRIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA. para implantação da linha Cabeceiras (GO) - Brasília (DF) ,via Planaltina de Goiás (GO).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 119 da empresa JANUÁRIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 599, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 053, de 22 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.184348/2018-13, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA. para implantação da linha Frutal (MG) - São José do Rio Preto (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 40 da empresa ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 600, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DWE - 054, de 22 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.142794/2018-42, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançados pelas coordenadas planas disponibilizadas no sítio eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) às obras de interseção tipo trombeta, localizada no km 273+400m na Rodovia BR-050/GO, no Município de Catalão/GO, conforme constam no PER - Programa de Exploração da Rodovia, item 3 - Frentes da Concessão, constituindo Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de Nível de Serviço.

Art. 2º Fica a MGO - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art.1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A MGO - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de Estados e Municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no anexo desta Deliberação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 602, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 056, de 22 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.369511/2016-56, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 156 da empresa ROTA DO MAR VIAGENS LTDA - ME para revogar a autorização dos mercados Xinguará/PA - Araguaína/TO, disponibilizado na 1ª etapa conforme Deliberação nº 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 603, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 229, de 21 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50530.003874/2018-36, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de inclusão do mercado Itapema (SC) - Cascavel (PR), como seção na linha Florianópolis (SC) - Campo Grande (MS), prefixo nº 16-0100-00, solicitado pela empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 604, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 231, de 21 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.239113/2018-68, delibera:

Art. 1º Aprovar a postergação no Cronograma Financeiro de Investimentos da CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO AÇO S.A., para o ano subsequente, conforme disposto no Parecer Técnico nº 108/2018/GEFIR/SUINF, de 10 de julho de 2018.

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio - TBP serão considerados na próxima Revisão Ordinária da TBP.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 605, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 234, de 21 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.284863/2015-51, delibera:

Art. 1º Autorizar a NORDESTE TRANSPORTES LTDA. a operar os mercados Campo Mourão (PR) - Rio de Janeiro (RJ), Osasco (SP) - Rio de Janeiro (RJ), Aparecida (SP) - Rio de Janeiro (RJ), Campinas (SP) - Rio de Janeiro (RJ) e São José dos Campos (SP) - Rio de Janeiro (RJ), como seções na linha Foz do Iguaçu (PR) - Rio de Janeiro (RJ), prefixo nº 09-0051-00.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 83 da NORDESTE TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais autorizadas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 606, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 237, de 24 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50590.457222/2018-11, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à TRANSPORTADORA HAMMES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 90.030.156/0001-08, em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta), desde que cada parcela seja de valor igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), em acordo com art. 1º da Resolução ANTT n° 3.561, de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI -GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 607, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 238, de 24 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50530.003876/2018-25, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seções da ROTA DO MAR VIAGENS LTDA. - ME, autorizando a inclusão dos mercados Santa Inês (MA) - Marabá (PA), Buriticupu (MA) - Marabá (PA) e Açailândia (MA) - Marabá (PA), como seções na linha Dom Pedro (MA) - Marabá (PA), prefixo nº 15-0045-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 156 da ROTA DO MAR VIAGENS LTDA. - ME, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 608, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 224, de 8 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.327900/2017-95, DELIBERA:

Art. 1º Aplicar a pena de declaração de Inidoneidade à empresa SIDCAR TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 08.724.761/0001-06, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com os §§ 1º e 5º do artigo 36, e o inciso VI do artigo 86, ambos do Decreto n° 2.521, de 20 de março de 1998, os artigos 47, 49 e inciso IX do artigo 61, da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, o artigo 78-A, inciso V da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e a inobservância ao artigo 747 do Código Civil Brasileiro.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 609, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 225, de 13 de agosto de 2018, na Súmula ANTT nº 1, de 18 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50520.031202/2014-14, delibera:

Art. 1º Não conhecer o Recurso Hierárquico apresentado pela CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S.A., por ausência de previsão contratual.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas (SUFER) que notifique a CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S/A acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento ao art. 3°, inciso II, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 610, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 226, de 13 de agosto de 2018, na Súmula ANTT nº 1, de 18 de julho de 2018 e no que consta do Processo nº 50520.019780/2014-74, delibera:

Art. 1º Não conhecer o Recurso Hierárquico interposto pela Concessionária RUMO MALHA SUL S/A, por ausência de previsão contratual.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que notifique a CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S/A acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento ao art. 3°, inciso II, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 611, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 227, de 13 de agosto de 2018, na Súmula ANTT nº 1, de 18 de julho de 2018 e no que consta do Processo nº 50515.024488/2014-42, delibera:

Art. 1º Não conhecer o Recurso Hierárquico interposto PELA CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA PAULISTA S/A, por ausência de previsão contratual.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que notifique a CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA PAULISTA S/A acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento ao art. 3°, inciso II, da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 612, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 228, de 13 de agosto de 2018, na Súmula ANTT nº 1, de 18 de julho de 2018 e no que consta do Processo nº 50500.191942/2013-58, delibera:

Art. 1º Não conhecer o Recurso Hierárquico apresentado pela CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S.A., por ausência de previsão contratual.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que notifique a CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S/A acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento ao art. 3°, inciso II, da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 613, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 229, de 14 de agosto de 2018, na Súmula ANTT nº 1, de 18 de julho de 2018 e no que consta do Processo nº 50500.173229/2014-11, delibera:

Art. 1º Não conhecer o Recurso Hierárquico apresentado pela CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S.A., por ausência de previsão contratual.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que notifique a CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S/A acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento ao art. 3°, inciso II, da Lei n° 9.784, de 28 de janeiro de 1999.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 614, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 231, de 14 de agosto de 2018, na Súmula ANTT nº 1, de 18 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50520.012698/2014-19, delibera:

Art. 1º Não conhecer o Recurso Hierárquico apresentado pela CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S.A., por ausência de previsão contratual.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que notifique a CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S/A acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento ao art. 3°, inciso II, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 615, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 232, de 14 de agosto de 2018, na Súmula ANTT nº 1, de 18 de julho de 201,8 e no que consta do Processo nº 50520.015457/2014-21, delibera:

Art. 1º Não conhecer o Recurso Hierárquico apresentado pela CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S.A., por ausência de previsão contratual.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que notifique a CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA SUL S/A acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento ao art. 3°, inciso II, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 616, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 233, de 15 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50520.012162/2018-27, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa SANTO ANJO DA GUARDA LTDA., CNPJ nº 86.431.749/0001-09, autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Imbituba (SC) - Porto Alegre (RS), prefixo nº 16-0034-00:

I - De: Imbituba (SC), para: Torres (RS), Três Cachoeiras (RS), Terra de Areia (RS) e Osório (RS).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 93 da empresa SANTO ANJO DA GUARDA LTDA., CNPJ nº 86.431.749/0001-09, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que após alteração da LOP disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 617, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 234, de 15 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.957059/2018-46, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa R. A. DE SOUSA E CIA LTDA, CNPJ nº 04.110.258/0001-00, para regularização administrativa do serviço Canaã dos Carajás (PA) - Campo Maior (PI), prefixo nº 02.9418.00, nos termos que preceitua o art. 5ª da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 618, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 235, de 15 de agosto de 2018, na Súmula ANTT nº 1, de 18 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50515.023419/2014-11, DELIBERA:

Art. 1º Não conhecer o Recurso Hierárquico interposto pela CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA PAULISTA S/A, por ausência de previsão contratual.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que notifique a CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA PAULISTA S/A acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento ao art. 3°, inciso II, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 619, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 236, de 16 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.025201/2018-84, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de transferência de mercados da empresa PARATINS TRANSPORTE E TURISMO LTDA (AGUATUR) para a 4 IRMÃOS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI-ME.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 620, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 237, de 20 de agosto de 2018, e no que consta no Processo nº 50525.002496/2017-61, delibera:

Art. 1º Estabelecer, nos termos do Anexo desta Deliberação, metas anuais de segurança para o quinquênio 2018/2022 para a Concessionária de serviço público de transporte ferroviário de cargas FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA, CNPJ nº 02.281.836/0001-37.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Meta de Segurança	69,77	67,01	64,38	61,85	59,43

DELIBERAÇÃO Nº 621, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 238, de 20 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.348276/2015-06, delibera:

Art. 1º Anular o Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR nº 165, concedido pela Resolução ANTT nº 5.118, de 15 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 16 de junho de 2016 à empresa EXPRESSO FLORIANO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 04.578.286/0001-48.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa EXPRESSO FLORIANO LTDA-EPP, acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inciso II.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 624, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 241, de 21 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.274396/2017-13, delibera:

Art. 1º Estabelecer, nos termos do Anexo desta Deliberação, metas anuais segurança para o quinquênio 2018/2022, para a Concessionária de serviço público de transporte ferroviário de cargas VALE S/A - ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS (EFVM), CNPJ nº 33.592.510/0262-00.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Meta de Segurança	4,57	4,41	4,28	4,15	4,03

DELIBERAÇÃO Nº 625, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 242, de 22 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.273726/2017-53, delibera:

Art. 1º Estabelecer metas anuais de produção por trecho e de segurança, nos termos dos Anexos I e II, respectivamente, desta Deliberação, para o quinquênio 2018/2022, para a Concessionária de serviço público de transporte ferroviário de cargas MRS LOGÍSTICA S/A, CNPJ nº 01.417.222/0001-77.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO I

Trecho	TKU				
	2018	2019	2020	2021	2022
Baixada Santista	551.459.493	574.546.745	601.595.230	577.263.571	476.055.095
CPTM	133.354.005	134.029.676	134.714.496	138.378.808	141.312.308
Ferrovia do Aço	35.638.998.598	36.401.585.017	36.968.911.262	37.172.224.396	36.489.669.024
Linha do Centro	270.317.418	272.328.310	279.225.805	283.460.689	279.994.082
Portos do Rio	10.848.883.389	11.092.362.321	11.273.250.614	11.413.376.461	11.636.531.013
Região Carga Minério	7.261.383.317	7.474.725.592	7.631.275.312	7.826.537.594	8.106.135.547
Saudade-Barra	5.751.004.167	5.876.046.197	5.969.284.382	6.005.108.246	6.094.178.910
Segregação Leste	166.420.365	167.131.696	167.900.173	105.026.532	107.512.434
Vale do Paraíba	1.468.403.246	1.473.521.127	1.480.400.350	1.517.402.310	2.153.171.282

Trecho	Segmentos	Extensão (Km)
Baixada Santista	Perequê (ZPG) - Cubatão (ICB)	3,292
	Cubatão (ICB) - Santos (ISN)	12,248
	Perequê (ZPG) - Areais (IAA)	1,230
	Areais (IAA) - Piaçaguera (IPG)	3,973
	Piaçaguera (IPG) - Conceiçãozinha (ICZ)	17,000
	Areais (IAA) - Cubatão (ICB)	3,226
	Areais (IAA) - Final Ramal das Fábricas (IFA)	19,000
CPTM	Suzano Novo (ISU) - Suzano (OSU)	3,800
	Suzano (OSU) - Manoel Feio (IEF)	10,823
	Manoel Feio (IEF) - Brás (OBR)	30,597
	Jundiaí (ZJY) - Brás (OBR)	62,705
	Brás (OBR) - Raiz Grande da Serra (IRG)	35,221
Ferrovia do Aço	Cel. João Carlos Guedes (FJC) - Saudade (FSE)	292,989
Linha do Centro	Barra do Piraí (FBP) - Benfica (FBF)	180,073
	Benfica (FBF) - Barbacena (FBC)	89,606
	Barbacena (FBC) - Dr. Joaquim Murtinho (FDM)	112,580
	Terminal Cimento Barroso (FAB) - Barbacena (FBC)	1,000
	Terminal Paraibuna de Metais (FPM) - Benfica (FBF)	6,000
Portos do Rio	Barra do Piraí (FBP) - Posto Km 64 (FQS)	44,214
	Posto Km 64 (FQS) - Arará (FAR)	63,999
	Posto Km 64 (FQS) - Brisamar (FBA)	33,332
	Brisamar (FBA) - Siderúrgica do Atlântico (HSG)	16,000
	Brisamar (FBA) - Baia Sepetiba (FXS)	5,000
	Brisamar (FBA) - Porto Sudeste (FOP)	3,000
	Brisamar (FBA) - Guaíba (FGI)	27,120
Região Carga Minério	Barreiro (FBO) - Ibirité (FIE)	12,085
	Olhos D'Água (FLH) - Ibirité (FIE)	11,117
	Ibirité (FIE) - Alberto Flores (FAF)	38,933
	Córrego do Feijão (FCF) - Alberto Flores (FAF)	7,000
	Alberto Flores (FAF) - Jeceaba (FJR)	69,615
	Jeceaba (FJR) - Caetano Lopes (FLP)	5,630
	Jeceaba (FJR) - Alça Dupla RR-224 (FLA)	3,000
	Miguel Burnier (EMP) - Dr. Joaquim Murtinho (FDM)	19,128
	Ouro Branco (VOB) - Dr. Joaquim Murtinho (FDM)	9,575
	Dr. Joaquim Murtinho (FDM) - Caetano Lopes (FLP)	20,697
	Caetano Lopes (FLP) - Aça Dupla RR-224 (FLA)	7,000
	Aça Dupla RR-224 (FLA) - Cel. João Carlos Guedes (FJC)	4,737
	Otávio Dapieve (FOO) - Posto Alfa (FLF)	56,834
	Posto Alfa (FLF) Alça Dupla RR-224 (FLA)	3,829
	Posto Alfa (FLF) - Cel. João Carlos Guedes (FJC)	4,159
Saudade - Barra	Saudade (FSE) - Barra do Piraí (FBP)	48,050
Segregação Leste	Pinheirinho (FPI) - Suzano Novo (ISU)	19,202
	Jacareí (FJI) - Suzano (OSU)	55,105
	Suzano Novo (ISU) - Raiz Grande da Serra (IRG)	25,000
	Raiz Grande da Serra (IRG) - Piaçaguera (IPG)	22,136
Vale do Paraíba	Saudade (FSE) - Pinheirinho (FPI)	290,772
	Pinheirinho (FPI) - Manoel Feio (IEF)	7,072

ANEXO II

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Meta de Segurança	8,98	8,76	8,54	8,33	8,21

DELIBERAÇÃO Nº 626, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 243, de 22 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.380392/2016-92, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 096 da empresa UNESUL DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 92.667.946/0001-13, para incluir o mercado: Santa Maria/RS - Dionísio Cerqueira/SC, Matelândia/PR - Caxias do Sul/RS, Porto Alegre/RS - Lacerdópolis/SC, Porto Alegre/RS - Capinzal/SC e Bento Goncalves/RS - Campos Novos/SC, conforme Deliberação nº 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 627, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 245, de 22 de agosto de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.119426/2018-09, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seções da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A autorizando a inclusão dos mercados São José dos Campos (SP) - Joinville (SC), São José dos Campos (SP) - Itajaí (SC), São Paulo (SP) - Joinville (SC), São Paulo (SP) - Itajaí (SC), São Paulo (SP) - Itapema (SC) e Garuva (SC) - Porto Alegre (RS) como seções na linha Rio de Janeiro (RJ) - Porto Alegre (RS), prefixo nº 07-0122-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 132 da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR

DIRETOR-GERAL

DELIBERAÇÃO Nº 628, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 238, de 28 de agosto de 2018, no que consta dos Processos nºs 50500.203489/2018-44 e 50500.155743/2018-91;

CONSIDERANDO o disposto nos Capítulos 18 e 22 do Contrato de Concessão relativo ao Edital 004/2013, de 31 de janeiro de 2014;

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções nº 5.363, de 23 de junho de 2017, que aprova a 2ª Revisão Ordinária e 5ª Revisão Extraordinária, e nº 5.410, de 31 de agosto de 2017, que aprova a 6ª Revisão Extraordinária;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 150, de 12 de abril de 2018; e

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em cumprimento à Portaria DG nº 467, de 21 de setembro de 2015, delibera:

Art. 1º Aprovar a 3ª Revisão Ordinária, a 7ª Revisão Extraordinária e o Reajuste, que alteram a Tarifa de Pedágio - TBP do Contrato de Concessão das Rodovias BR-060/153/262/DF/GO/MG - trecho da BR-060 e BR-153 no DF até a divisa MG/SP e BR-262, da BR-153/MG à BR-381/MG - explorado pela CONCEBRA - CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL S.A, que alteram a Tarifa de Pedágio, baseadas nos seguintes itens:

I - alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica de R$ 0,03402 para R$ 0,03292, a partir da vigência desta Deliberação;

II - aplicação do desconto de reequilíbrio de 9,47508% (nove inteiros e quarenta e sete mil e quinhentos e oito milésimos por cento), sobre a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica, correspondente ao Fator D;

III - aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário - IRT de 1,44013, sobre a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica, que representa o percentual positivo de 2,76% (dois inteiros e setenta e seis centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período;

IV - consideração do Fator C negativo de R$ 0,02604 na Tarifa de Pedágio por praça.

Art. 2º Alterar, em consequência, a Tarifa de Pedágio, para a categoria 1 de veículo, após o arredondamento, de R$ 4,90 para R$ 4,60, na praça de pedágio P1, de R$ 3,60 para R$ 3,30, na praça de pedágio P2, de R$ 5,20 para R$ 4,90, na praça de pedágio P3, de R$ 6,30 para R$ 5,90, na praça de pedágio P4, de R$ 5,60 para R$ 5,20, na praça de pedágio P5, de R$ 3,30 para R$ 3,10, na praça de pedágio P6, de R$ 4,50 para R$ 4,20, na praça de pedágio P7, de R$ 4,70 para R$ 4,40, na praça de pedágio P8, de R$ 5,00 para R$ 4,70, na praça de pedágio P9, de R$ 5,90 para R$ 5,50, na praça de pedágio P10, e de R$ 4,90 para R$ 4,50, na praça de pedágio P11.

Art. 3º Alterar, na forma das tabelas anexas, a Tarifa de Pedágio reajustada, após arredondamento, nas praças de pedágio P1, em Alexânia/GO; P2, em Goianápolis/GO; P3, em Piracanjuba/Professor Jamil/GO, P4, em Itumbiara/GO, P5, em Prata/MG, P6, em Fronteira/Frutal/MG, P7, em Florestal/Pará de Minas/MG, P8, em Luz/MG, P9, em Campos Altos/MG, P10, em Perdizes/MG e P11, em Campo Florido/Conceição das Alagoas /Veríssimo/MG.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor a partir de zero hora do dia 5 de setembro de 2018.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

Praça de Pedágio 1: Alexânia - BR-060/GO

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	4,60
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	9,20
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	6,90
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	13,80
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	9,20
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	18,40
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	23,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	27,60
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	2,30
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Praça de Pedágio 2: Goianápolis - BR-153/GO

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	3,30
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	6,60
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	4,95
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	9,90
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	6,60
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	13,20
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	16,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	19,80
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	1,65
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Praça de Pedágio 3: Piracanjuba/Professor Jamil - BR-153/GO

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	4,90
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	9,80
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	7,35
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	14,70
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	9,80
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	19,60
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	24,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	29,40
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	2,45
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Praça de Pedágio 4: Itumbiara - BR-153/GO

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	5,90
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	11,80
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	8,85

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	17,70
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	11,80
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	23,60
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	29,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	35,40
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	2,95
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Praça de Pedágio 5: Prata - BR-153/MG

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	5,20
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	10,40
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	7,80
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	15,60
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	10,40
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	20,80
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	26,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	31,20
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	2,60
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Praça de Pedágio 6: Fronteira/Frutal - BR-153/MG

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	3,10
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	6,20
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	4,65
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	9,30
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	6,20
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	12,40
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	15,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	18,60
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	1,55
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Praça de Pedágio 7: Florestal/Pará de Minas - BR-262/MG

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	4,20
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	8,40
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	6,30
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	12,60
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	8,40
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	16,80
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	21,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	25,20
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	2,10
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Praça de Pedágio 8: Luz - BR-262/MG

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	4,40
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	8,80
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	6,60
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	13,20
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	8,80
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	17,60
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	22,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	26,40
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	2,20
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Praça de Pedágio 9: Campos Altos - BR-262/MG

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	4,70
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	9,40
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	7,05
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	14,10
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	9,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	18,80
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	23,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	28,20
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	2,35
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Praça de Pedágio 10: Perdizes - BR-262/MG

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	5,50
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	11,00
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	8,25
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	16,50
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	11,00
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	22,00
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	27,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	33,00
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	2,75
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Praça de Pedágio 11: Campo Florido/ Conceição das Alagoas /Veríssimo - BR-262/MG

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	4,50
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	9,00
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	6,75
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	13,50
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	9,00
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	18,00
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	22,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	27,00
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	2,25
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Deliberação nº 580, de 21.08.18, publicada no DOU nº 165, Seção 1, de 27.08.18, pág. 169, onde se lê: "... CNPJ nº 15.531.225/0001-58..."; leia-se: "...CNPJ nº 15.531.255/0001-58..."

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 4.522, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo n.º 50605.001291/2018-50, resolve:

declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, terras e benfeitorias, excluídas as áreas que compõem a faixa de domínio existente da rodovia e demais áreas pertencentes à União, delimitadas pela poligonal formada pela lista de coordenadas geográficas a seguir, as quais delimitam a faixa de utilidade pública de 150 metros para cada lado, contados do eixo do traçado da rodovia conforme Projeto Geométrico da obra de Duplicação, Implantação de Vias Laterais, Adequação de Capacidade, Restauração com Melhoramentos e Obras de Arte Especiais, na rodovia BR-116/BA; Lote 03; Trecho: Div. PE/BA (Ibó) - Div. BA/MG; Subtrecho: Entr. FIM CONTORNO EUCLIDES DA CUNHA - Entr. BR-410 (TUCANO); Segmento: Km 211,83 - Km 274,23; PNV: 116BBA0570 - 116BBA0572, aceito por meio do Termo de Aceitação Parcial do Projeto Geométrico nº PREX.BA116.0587614.03.029.

I - Coordenadas geográficas: 496780,97730 8843580,71200; 496361,87220 8845180,76600; 496335,23700 8845324,02300; 496337,96430 8845370,87400; 496365,05870 8845460,43700; 496418,50350 8845537,24300; 496493,06700 8845593,77600; 496536,04970 8845612,61500; 496628,15130 8845629,13500; 496720,84990 8845616,38500; 496805,07150 8845575,61300; 496872,57190 8845510,81100; 496916,74370 8845428,32200; 497386,71470 8843651,91200; 498711,12130 8839997,68200; 498756,58830 8839861,58200; 498765,12350 8839815,43400; 498763,63900 8839748,10400; 498829,27980 8839672,27700; 498872,32330 8839582,51900; 498957,55730 8839328,64600; 498990,74420 8839254,88000; 499102,18910 8838928,97200; 499165,48900 8838772,36100; 499240,12570 8838548,24200; 499604,84450 8837558,23400; 499699,59270 8837265,58100; 499706,82490 8837219,21100; 499699,64940 8837128,34600; 499760,67710 8837062,22100; 499783,70420 8837021,32800; 499871,00120 8836790,59900; 499907,50990 8836743,27800; 499928,60140 8836701,35400; 499942,87500 8836656,64700; 499949,78900 8836573,13800; 500006,35890 8836412,01500; 501420,48060 8832502,17700; 501458,86740 8832364,64400; 501487,25890 8832165,69900; 501490,82880 8832022,95200; 501480,06790 8831725,81800; 501580,03880 8831700,41400; 501658,42560 8831649,31500; 501717,18550 8831576,49400; 501737,31590 8831534,10000; 501756,61140 8831442,54000; 501746,66880 8831349,49900; 501730,92630 8831305,28700; 501679,82740 8831226,90000; 501645,72920 8831194,65500; 501564,61290 8831148,01000; 501462,97140 8831128,20400; 501480,03560 8831008,85000; 501518,07090 8830888,27800; 501559,97660 8830795,85800; 501610,98360 8830713,76600; 502460,31380 8829668,98700; 502523,88180 8829579,31500; 502599,39810 8829445,22300; 504035,49850 8826181,17900; 504097,50320 8826097,40900; 504114,78420 8826053,77600; 504127,43090 8825969,83200; 504174,42660 8825859,78700; 505425,21510 8823013,29700; 505444,38270 8822945,53600; 505448,71100 8822898,80500; 505435,35190 8822806,19300; 505416,40680 8822759,91900; 505465,25670 8822741,77400; 505542,11280 8822688,40100; 505573,34550 8822653,37200; 505609,84470 8822593,15000; 508307,23690 8816451,41400; 509543,03410 8813815,36800; 509596,98400 8813703,44600; 509661,51730 8813621,63400; 509680,13070 8813578,55200; 509695,38620 8813494,65700; 509743,94330 8813386,52300; 513207,79830 8805993,92800; 513257,41770 8805899,97100; 513313,68570 8805825,07600; 513983,48860 8805160,29800; 514071,49500 8805051,44700; 514150,41810 8804925,39100; 515406,97930 8802280,86400; 515461,45920 8802169,40400; 515526,43710 8802087,94500; 515545,28490 8802044,96500; 515560,99710 8801961,15400; 515610,14900 8801853,27200; 516906,91960 8799128,70700; 516982,64480 8798915,52400; 517013,47940 8798758,92600; 517347,20200 8795949,30600; 517966,47160 8794177,05000; 518043,74660 8794040,65900; 518094,81300 8793978,79600; 522404,78900 8789544,68000; 522446,84310 8789488,19600; 522481,38980 8789401,23600; 522487,37350 8789307,85600; 522479,35830 8789261,61500; 522442,29620 8789175,69700; 522414,16180 8789138,13500; 522342,13300 8789078,40700; 522300,01220 8789057,71100; 522208,71810 8789037,19400; 522115,55190 8789045,89100; 522029,63340 8789082,95400; 521921,23490 8789179,31200; 517652,13650 8793573,59100; 517541,36550 8793712,60600; 517418,91580 8793931,52200; 516805,62710 8795668,92100; 516760,44990 8795823,55200; 516737,53460 8795963,47800; 516420,50840 8798666,62600; 516403,32260 8798759,02000; 516359,51650 8798883,04200; 514363,54630 8803083,82900; 514298,66400 8803165,39100; 514279,87540 8803208,39600; 514264,29320 8803292,08000; 513621,98240 8804641,04700; 513563,82020 8804728,17700; 513513,93690 8804783,20400; 512863,27040 8805428,65200; 512751,73310 8805576,91500; 512665,16310 8805737,90600; 508545,58170 8814532,94100; 508481,04080 8814614,77500; 508462,43200 8814657,85800; 508447,19950 8814741,60600; 507732,68680 8816265,67700; 505060,53810 8822351,77400; 505040,86280 8822419,38900; 505036,18410 8822466,08600; 505048,84830 8822558,79600; 505068,66450 8822607,29800; 504977,23320 8822650,30900; 504910,16010 8822715,55300; 504874,11370 8822776,04700; 504824,46700 8822891,37000; 504771,57430 8822957,75000; 504751,36220 8823000,10400; 504732,17950 8823102,75900; 504638,47130 8823316,01400; 504575,89990 8823399,43800; 504558,34810 8823442,96300; 504545,24600 8823525,87400; 503038,49740 8826965,93100; 502962,64200 8827133,82300; 502900,20740 8827217,27400; 502882,70230 8827260,81700; 502869,62420 8827344,69600; 502060,88840 8829180,57900; 501980,10990 8829309,01800; 501117,15670 8830372,84300; 500996,46780 8830581,79600; 500922,05740 8830775,17400; 500878,33330 8830960,52600; 500861,26470 8831145,23000; 500807,93440 8831154,63300; 500722,51900 8831192,84000; 500653,09090 8831255,57200; 500606,44610 8831336,68800; 500587,15060 8831428,24900; 500588,46060 8831475,16100; 500597,09320 8831521,29000; 500635,30060 8831606,70600; 500698,03280 8831676,13400; 500736,75540 8831702,64800; 500824,17000 8831736,02900; 500880,27860 8831742,55900; 500891,17590 8832077,97100; 500862,93940 8832276,22600; 499231,18210 8836790,98700; 499215,47640 8836859,63300; 499219,99140 8836956,93500; 499184,20670 8836989,16700; 499131,53250 8837066,50400; 499020,70260 8837346,00700; 498943,56780 8837577,44400; 498667,26120 8838340,99600; 498616,64820 8838462,43000; 498530,05820 8838719,70100; 498488,08350 8838817,27200; 498351,77900 8839212,51100; 498287,38950 8839372,87700; 498263,98980 8839462,90300; 498264,90950 8839565,66500; 498216,78860 8839621,48900; 498194,41080 8839662,74000; 498130,75290 8839838,59500; 498073,99430 8839926,00700; 498059,41790 8839970,61600; 498051,93750 8840054,32500; 496821,86490 8843449,53300; 496780,97730 8843580,71200. Sistema de referência UTM Zona 24S Datum Sirgas 2000.

JOSÉ DA SILVA TIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2716, de 28 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 169, de 31 de agosto de 2018, Seção 1, páginas 131 e 132, que publica o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Rio Grande do Norte para o exercício 2018 - 2ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, no seu anexo:

Onde se lê:

C - Programa de Elaboração de Projeto Executivo

Serviços	Custo (R$ 1,00)
19. Elaboração de Projetos Executivos para implantação e pavimentação da RN 221	699.698,06
Total do Programa C	699.698,06

Leia-se:

C - Programa de Elaboração de Projeto Executivo

Serviços	Custo (R$ 1,00)
19. Elaboração de Projetos Executivos para implantação e pavimentação da RN 221	699.698,06
Total do Programa C	699.698,06
Total Geral	59.537.199,83

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2726, de 29 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 169, de 31 de agosto de 2018, Seção 1, página 132, que publica a 2ª alteração do Programa de Trabalho do Estado de Sergipe para o exercício de 2018, referente à aplicação dos recursos relativos à contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE:

Onde se lê:

Programa de Implantação de Rodovias da Rede Estadual

Descrição	Extensão (km)	Custo (R$ 1,00)
Implantação de rodovia interligando o Povoado Cruz das Graças à rodovia SE-175 (estaca 356 a estaca 540+7,53) no município de Nossa Senhora Aparecida	1.600	7.740.187,68
Implantação da rodovia SE-170, Trecho: SE-200 / Povoado Carro Quebrado / Povoado Escurial		7.000.064,43
	TOTAL	14.740.252,11

Leia-se:

Programa de Implantação de Rodovias da Rede Estadual

Descrição	Extensão (km)	Custo (R$ 1,00)
Implantação de rodovia interligando o Povoado Cruz das Graças à rodovia SE-175 (estaca 356 a estaca 540+7,53) no município de Nossa Senhora Aparecida	17,09	17.075.913,82
Implantação da rodovia SE-170, Trecho: SE-200 / Povoado Carro Quebrado / Povoado Escurial		
	TOTAL	17.075.913,82

Na Portaria nº 2726, de 29 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 169, de 31 de agosto de 2018, Seção 1, página 132, que publica a 2ª alteração do Programa de Trabalho do Estado de Sergipe para o exercício de 2018, referente à aplicação dos recursos relativos à contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, onde se lê: "PORTARIA Nº 2.726, DE 29 DE AGOSTO DE 2018", leia-se: "PORTARIA Nº 2.725, DE 29 DE AGOSTO DE 2018"

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.517, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO em exercício, em conformidade com as disposições do art. 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75/1993, e com a competência delegada pela Portaria PGR nº 308, de 28.5.1996, e o que consta no PGEA nº 000277.2018.22.900/8, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 591, de 2.8.2013, publicada no DOU nº 150, de 6.8.2013, Seção 1, página 76, que alterou o Anexo Unico da Portaria nº 252, de 15.6.2005, publicada no DOU nº 114, de 16.5.2005, Seção 1, páginas 63 a 67, no que se refere à Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, que passará a ter a seguinte redação:

Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região:

	Área de Abrangência
Teresina - Sede	Teresina, Agricolândia, Água Branca, Alto Longá, Altos, Amarante, Angical do Piauí, Barras, Barro Duro, Batalha, Beneditinos, Boa Hora, Bom Princípio do Piauí, Boqueirão, Brasileira, Buriti dos Lopes, Buriti dos Montes, Cabeceiras do Piauí, Cajueiro da Praia, Campo Largo do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Caraúbas, Castelo do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal de Telha, Cocal dos Alves, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, Domingos Mourão, Esperantina, Flores do Piauí, Floriano, Francisco Ayres, Guadalupe, Hugo Napoleão, Itaueira, Ilha Grande, Jardim do Mulato, Jatobá do Piauí, Joaquim Pires, Joca Marques, José de Freitas, Juazeiro do Piauí, Jerumenha, Lagoa Alegre, Lagoa de São Francisco, Lagoa do Piauí, Lagoinha do Piauí, Luís Correia, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Miguel Alves, Miguel Leão, Milton Brandão, Monsenhor Gil, Morro do Chapéu, Murici dos Portelas, Nazaré do Piauí, Nazária, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora dos Remédios, Novo Santo Antônio, Olho D'água do Piauí, Pajeú do Piauí, Palmeirais, Parnaíba, Passagem Franca, Pau D'arco do Piauí, Pavussu, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, Porto, Regeneração, Ribeira do Piauí, Rio Grande do Piauí, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo, São João da Fronteira, São João da Serra, São João do Arraial, São José do Divino, São Miguel do Tapuio, São Pedro do Piauí, Sigefredo Pacheco e União.
Picos	Picos, Acauã, Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Anísio de Abreu, Arraial, Aroazes, Aroeira do Itaim, Assunção do Piauí, Barra D'Alcântara, Bela Vista, Belém do Piauí, Betânia do Piauí, Bocaina, Bonfim do Piauí, Brejo do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Campinas do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Campo Grande do Piauí, Canto do Buriti, Capitão Gervásio de Oliveira, Caracol, Caridade do Piauí, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Coronel José Dias, Curral Novo do Piauí, Dirceu Arcoverde, Dom Expedido Lopes, Dom Inocêncio, Elesbão Veloso, Fartura do Piauí, Floresta do Piauí, Francinópolis, Francisco Macedo, Francisco Santos, Fronteiras, Geminiano, Guaribas, Inhuma, Ipiranga do Piauí, Isaías Coelho, Itainópolis, Jacobina do Piauí, Jaicós, João Costa, Jurema, Lagoa do Barro do Piauí, Lagoa do Sítio do Piauí, Marcolândia, Massapê do Piauí, Monsenhor Hipólito, Nova Santa Rita, Novo Oriente do Piauí, Oeiras, Padre Marcos, Paes Landim, Paquetá, Patos do Piauí, Paulistana, Pedro Laurentino, Pimenteiras, Pio IX, Prata do Piauí, Queimada Nova, Santa Cruz do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, Santa Rosa do Piauí, Santana do Piauí, Santo Antônio do Lisboa, Santo Inácio do Piauí, São Braz do Piauí, São Félix do Piauí, São Francisco de Assis, São Francisco do Piauí, São João da Canabrava, São João da Varjota, São João do Piauí, São José do Peixe, São José do Piauí, São Julião, São Lourenço do Piauí, São Luís do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, São Miguel do Fidalgo, São Raimundo Nonato, Simplício Mendes, Simões, Socorro do Piauí, Sussuapara, Tamboril do Piauí, Tanque do Piauí, Valença do Piauí, Várzea Branca, Várzea Grande, Vera Mendes, Vila Nova do Piauí e Wall Ferraz.
PTM - Bom Jesus	Bom Jesus, Alvorada do Gurgueia, Antônio Almeida, Avelino Lopes, Baixa Grande do Ribeiro, Barreiras do Piauí, Bertolínea, Canavieira, Colônia do Gurgueia, Corrente, Cristalândia, Cristino Castro, Curimatá, Currais, Eliseu Martins, Gilbués, Júlio Borges, Landri Sales, Manoel Emídio, Marcos Parente, Monte Alegre do Piauí, Morro Cabeça no Tempo, Palmeiras do Piauí, Parnaguá, Porto Alegre do Piauí, Redenção do Gurgueia, Riacho Frio, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Santa Luz, São Gonçalo do Gurgueia, Sebastião Barros, Sebastião Leal e Uruçuí

LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 12, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, em exercício na 5ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigo 1º da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, e:

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do procedimento preparatório e do inquérito civil público

CONSIDERANDO que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos estão definidas no artigo 21-A, da resolução 90 do CSMPDFT, o qual dispõe: "I - acompanhar e fiscalizar a gestão de recursos humanos, as licitações, os contratos e os convênios das Administrações Regionais do Distrito Federal, independente da autoridade responsável estar lotada ou não na Administração Regional";

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo de n.º 08190.127946/16-57, instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça, veicula diversas irregularidades ocorridas no âmbito da Administração Regional do Varjão e aponta para a ocorrência de atos de improbidade administrativa e outros ilícitos, haja vista os muitos indícios de que empresas participantes de certames licitatórios agiram em conluio para fraudar o caráter competitivo do processo licitatório, contado, inclusive, com a colaboração de agentes públicos, nos autos dos procedimentos administrativos 303.000.190/2008, 303.000.012/2009, 303.000.118/2009, 303.000.123/2009, 303.000.183/2009 e 303.000.016/2009,

Instaura INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, Nº SISPRO 08190. 167099/18-80

Com vistas a apurar as graves irregularidades veiculadas nos expedientes acima referidos, determino a adoção das seguintes providências:

1.autue-se e registre-se esta Portaria, acompanhada dos documentos que atualmente instruem o Procedimento Administrativo nº 08190.127946/16-57, os quais devem ser digitalizados e repassados para mídia digital, a fim de que conste na capa como assunto: "contratação irregular de empresas pela Administração Regional do Varjão nos autos 303.000.190/2008, 303.000.012/2009, 303.000.118/2009, 303.000.123/2009, 303.000.183/2009 e 303.000.016/2009" e interessados: VISUAL FILM LTDA, COMERCIAL DE VIDROS SÃO PAULO LTDA, EXPOMÓVEIS ESPORTIVOS, HM ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA, EDIL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, SISTEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, TEC CONSTRUTORA LTDA, SULINAS CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, JGA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, VALE CONSTRUÇÕES E

SERVIÇOS LTDA, TOZZETE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, TÉCNICA CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA;

2.reautuem-se os autos originais do procedimento 303.000.190/2008 para que constem nos sistemas de controle como vinculados a este Inquérito Civil Público;

3.reproduzam-se as mídias que compõem o Procedimento Administrativo de n.º 08190.127946/16-57, a fim de que integrem, também, o Inquérito Civil Público.

NATHAN DA SILVA NETO
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 13, DE 22 DE AGOSTO DE 2018

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, em exercício na 5ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigo 1º da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, e:

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do procedimento preparatório e do inquérito civil público

CONSIDERANDO que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos estão definidas no artigo 21-A, da resolução 90 do CSMPDFT, o qual dispõe: "I - acompanhar e fiscalizar a gestão de recursos humanos, as licitações, os contratos e os convênios das Administrações Regionais do Distrito Federal, independente da autoridade responsável estar lotada ou não na Administração Regional";

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo de n.º 08190.072699/17-06, instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça, veicula diversas irregularidades ocorridas no âmbito da Administração Regional SIA e aponta para a ocorrência de atos de improbidade administrativa e outros ilícitos, haja vista os muitos indícios de que empresas participantes de certames licitatórios agiram em conluio para fraudar o caráter competitivo do processo licitatório, contado, inclusive, com a colaboração de agentes públicos, nos autos dos procedimentos administrativos 309.000.220/2014, 309.000.061/2013, 309.000.027/2013, 309.000.251/2012, 309.000.225/2014; 309.000.020/2013; 309.000.026/2013;,

Instaura INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, Nº SISPRO 08190.064599/18-89

Com vistas a apurar as graves irregularidades veiculadas nos expedientes acima referidos, determino a adoção das seguintes providências:

1.autue-se e registre-se esta Portaria, acompanhada dos documentos que atualmente instruem o Procedimento Administrativo nº 08190.072699/17-06(inclusive o feito material), os quais devem ser digitalizados e repassados para mídia digital, a fim de que conste na capa como assunto: "possível contratação irregular de empresas pela Administração Regional do SIA nos autos 309.000.220/2014; 309.000.061/2013; 309.000.027/2013; 309.000.251/2012; 309.000.225/2014; 309.000.020/2013; e 309.000.026/2013 e interessados: "CARVALHO E SILVA EMPREENDIMENTOS EIRELI; DACOSTA SERVIÇOS DE ACABAMENTOS DE PISOS LTDA; URBANIX CONSTRUTORA EIRELI; BORTOLIN CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA; E SKALA CONSTRUTORA LTDA"

2.reautuem-se os autos originais do procedimento 309.000.220/2014, 309.000.061/2013, 309.000.027/2013, 309.000.251/2012, 309.000.225/2014; 309.000.020/2013; 309.000.026/2013 para que constem nos sistemas de controle como vinculados a este Inquérito Civil Público;

NATHAN DA SILVA NETO
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 14, DE 22 DE AGOSTO DE 2018

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, em exercício na 5ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigo 1º da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, e:

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do procedimento preparatório e do inquérito civil público

CONSIDERANDO que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos estão definidas no artigo 21-A, da resolução 90 do CSMPDFT, o qual dispõe: "I - acompanhar e fiscalizar a gestão de recursos humanos, as licitações, os contratos e os convênios das Administrações Regionais do Distrito Federal, independente da autoridade responsável estar lotada ou não na Administração Regional";

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo de n.º 08190.146959/15-35, instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça, veicula diversas irregularidades ocorridas no âmbito da Administração Regional de Sobradinho e aponta para a ocorrência de atos de improbidade administrativa e outros ilícitos, haja vista os muitos indícios de que a empresa SWOT foi contratada por valores superfaturados, nos autos dos procedimentos administrativos 134.000.624/2011, 134.000.591/2011, 134.000.590/2011, 134.000.559/2011, 134.000.520/2011; 134.000.519/2011; 134.000.521/2011;134.000.304/2011; 134.000.300/2011; 134.000.265/2011; 134.000.264/2011; 134.000.255/2011; 134.000.257/2011; 134.000.267/2011; 134.000.254/2011; 134.000.256/2011; 134.000.258/2011; 134.000.245/2011; 134.000.247/2011; 134.000.248/2011; 134.000.246/2011; 134.000.250/2011; 134.000.244/2011; e 134.000.249/2011 ,

Instaura INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nº SISPRO: 08190.167098/18-17

Com vistas a apurar as graves irregularidades veiculadas nos expedientes acima referidos, determino a adoção das seguintes providências:

1.autue-se e registre-se esta Portaria, acompanhada dos documentos que atualmente instruem o Procedimento Administrativo nº 08190.146959/15-35(inclusive o feito material), os quais devem ser digitalizados e repassados para mídia digital, a fim de que conste na capa como assunto: "possível contratação irregular da empresa SWOT - SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS pela Administração Regional de Sobradinho nos autos 134.000.624/2011, 134.000.591/2011, 134.000.590/2011, 134.000.559/2011, 134.000.520/2011; 134.000.519/2011; 134.000.521/2011; 134.000.304/2011; 134.000.300/2011; 134.000.265/2011; 134.000.264/2011; 134.000.255/2011; 134.000.257/2011; 134.000.267/2011; 134.000.254/2011; 134.000.256/2011; 134.000.258/2011; 134.000.245/2011; 134.000.247/2011; 134.000.248/2011; 134.000.246/2011; 134.000.250/2011; 134.000.244/2011; e 134.000.249/2011" e interessados: " SWOT - Serviços de Festas e Eventos e Administração Regional de Sobradinho

2.reautuem-se os autos originais dos procedimentos 134.000.624/2011, 134.000.591/2011, 134.000.590/2011, 134.000.559/2011, 134.000.520/2011; 134.000.519/2011; 134.000.521/2011;134.000.304/2011; 134.000.300/2011; 134.000.265/2011; 134.000.264/2011; 134.000.255/2011; 134.000.257/2011; 134.000.267/2011; 134.000.254/2011; 134.000.256/2011; 134.000.258/2011; 134.000.245/2011; 134.000.247/2011; 134.000.248/2011; 134.000.246/2011; 134.000.250/2011; 134.000.244/2011; e 134.000.249/2011 para que constem nos sistemas de controle como vinculados a este Inquérito Civil Público;

NATHAN DA SILVA NETO
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 16, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, em exercício na 5ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigo 1º da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, e:

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do procedimento preparatório e do inquérito civil público

CONSIDERANDO que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos estão definidas no artigo 21-A, da resolução 90 do CSMPDFT, o qual dispõe: "I - acompanhar e fiscalizar a gestão de recursos humanos, as licitações, os contratos e os convênios das Administrações Regionais do Distrito Federal, independente da autoridade responsável estar lotada ou não na Administração Regional";

CONSIDERANDO que o relatório de auditoria de n.º 13/2015 - DIRAG I/CONAG/SUBCI/GDF (fls. 05/16 dos autos do Procedimento Administrativo 08190.243157/16-35) informa que a) houve fracionamento indevido do objeto licitado nos procedimentos administrativos de número 304.000.055/2012, 304.000.307/2012 e 304.000.410/2012; b) não houve parecer jurídico no procedimento administrativo de n.º 304.000.269/2011, o qual resultou na contratação da empresa Vale Construções para obra no valor de R$ 134.587,23; c) que os processos administrativos de licitação de número 304.000.411/2012, 304.000.307/2012, 304.000.409/2012 e 304.000.410/2012 não foram precedidos de projeto básico (art. 7º da Lei 8.666/93); d) os processos licitatórios de número 304.000.411/2012, 304.000.269/2011, 304.000.409/2012 e 304.000.410/2012 não indicaram os responsáveis técnicos nos projetos , e) os procedimentos administrativos de número 304.000.269/2011. 304.000.410/2012, 304.000.409/2012; 304.000.411/2012. 304.000.055/2012 e 304.000.307/2012 apresentam diversas irregularidades no relatório de execução, f) houve liquidação de despesas antecipadamente no procedimento administrativo de número 304.000.271/2011, g) no bojo dos procedimentos administrativos de número 304.000.410/2012, 304.000.409/2012, 304.000.411/2012 não constam os termos de recebimento provisório definitivo e, por fim, h) existem muitas irregularidades no bojo do processo administrativo de n.º 134.000.622/2010 - contratação de artistas para a comemoração do 21º aniversário de Sobradinho II, como projeto básico direcionado, contratação conjunta de artistas e serviço, ausência do serviço contratado e etc.

CONSIDERANDO que as diversas irregularidades apontadas no relatório de auditoria de n. 13/2015 - DIRAG I/CONAG/SUBCI/GDF (FLS. 05/16) se caracterizam, em tese, como ato de improbidade administrativa.

Instaura INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, Nº SISPRO 08190. 167096/18-91

Com vistas a apurar as graves irregularidades veiculadas nos expedientes acima referidos, determino a adoção das seguintes providências:

1.autue-se e registre-se esta Portaria, acompanhada dos documentos que atualmente instruem o Procedimento Administrativo nº 08190.243157/16-35, os quais devem ser digitalizados e repassados para mídia digital, a fim de que conste na capa como assunto: " irregularidade nos procedimentos licitatórios de número 173.000.622/2010; 304.000.269/2011; 304.000.055/2012, 304.000.307/2012, 304.000.409/2012, 304.000.410/2012, 304.000.411/2012 e interessados: Administração Regional de Sobradinho II, Construtora Impacto e Transportes , ACTYON Construtora e outros.

NATHAN DA SILVA NETO
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 17, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, em exercício na 5ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigo 1º da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, e:

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do procedimento preparatório e do inquérito civil público

CONSIDERANDO que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos estão definidas no artigo 21-A, da resolução 90 do CSMPDFT, o qual dispõe: "I - acompanhar e fiscalizar a gestão de recursos humanos, as licitações, os contratos e os convênios das Administrações Regionais do Distrito Federal, independente da autoridade responsável estar lotada ou não na Administração Regional";

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo nº 08190.147261/15-09 tem como objeto apurar as irregularidades da contratação promovida pela Administração Regional de Sobradinho II com a empresa SWOT nos autos 304.000.238/2013

CONSIDERANDO que existem indícios da prática de ato de improbidade administrativa nos autos acima referidos

CONSIDERANDO que os documentos reunidos no Procedimento Administrativo referido constituem indícios de possíveis ilícitos certos e determinados

CONSIDERANDO que há necessidade de se avançar nas investigações

Instaura INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, Nº SISPRO 08190. 167095/18-29

Com vistas a apurar as graves irregularidades veiculadas nos expedientes acima referidos, determino a adoção das seguintes providências:

1.autue-se e registre-se esta Portaria, acompanhada dos documentos que atualmente instruem o Procedimento Administrativo nº 08190.147261/15-09, os quais devem ser digitalizados e repassados para mídia digital, a fim de que conste na capa como assunto: " possível contratação irregular da empresa SWOT pela Administração Regional de Sobradinho II nos autos 304.000.238/2013 e interessados: Administração Regional de Sobradinho II e SWOT - SERVIÇO DE FESTAS E EVENTOS LTDA.

2.reautue-se o procedimento 304.000.238/2013 para que conste nos sistemas de controle como vinculados a este Inquérito Civil Público;

NATHAN DA SILVA NETO
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 19, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, em exercício na 5ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigo 1º da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, e:

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do procedimento preparatório e do inquérito civil público

CONSIDERANDO que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos estão definidas no artigo 21-A, da resolução 90 do CSMPDFT, o qual dispõe: "I - acompanhar e fiscalizar a gestão de recursos humanos, as licitações, os contratos e os convênios das Administrações Regionais do Distrito Federal, independente da autoridade responsável estar lotada ou não na Administração Regional";

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo de n.º 08190.185220/16-39 apurava diversas irregularidades apontadas no relatório de inspeção de n.º 06/2016-DIRAG/CONAG/SUBCI/CGDF (fls 05/19 dos autos do referido Procedimento Administrativo), relativas aos processos administrativos de n.º 135.000.451/2013. 135.000.439/2013, 135.000.729/2013, 135.000.400/2013, 135.000.412/2013 e 135.000.460/2013;

CONSIDERANDO que as irregularidades apontadas nos referidos processos administrativos são graves , tais como pagamento de serviços sem a devida comprovação, ausência de documentos essenciais ao procedimento licitatório, contratação de empresa com atividade econômica incompatível com o objeto do contrato, fracionamento indevido de despesas para justificar licitação na modalidade Carta Convite etc..

Instaura INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, Nº SISPRO 08190.167093/18-01

Com vistas a apurar as graves irregularidades veiculadas nos expedientes acima referidos, determino a adoção das seguintes providências:

1.autue-se e registre-se esta Portaria, acompanhada dos documentos que atualmente instruem o Procedimento Administrativo nº 08190.185220/16-39, os quais devem ser digitalizados e repassados para mídia digital, a fim de que conste na capa como assunto: " irregularidade nos procedimentos licitatórios de número 135.000.451/2013. 135.000.439/2013, 135.000.729/2013, 135.000.400/2013, 135.000.412/2013 e 135.000.460/2013; e interessados: Administração Regional de Planaltina, Administração Regional de Sobradinho, Minas Engenharia , Construtora Vale do Rio Negro e outros.

NATHAN DA SILVA NETO
Promotora de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Plenário, de 05/09/2018, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

007.822/2012-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Paulo Roberto de Souza Falcão
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: Vera Lucia Assad (OAB/RJ 28292) e outros, representando Paulo Roberto de Souza Falcão; Roberto de Bastos Lellis (OAB/RJ 18.435) e outros, representando Raymundo Theodoro Carvalho de Oliveira

016.562/2018-6
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

024.073/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Responsáveis: Andre Miura Nakayama; Andrea Garrido Laborne Valle; André Luís Bonifácio de Carvalho; Comunix Teconologia e Soluções Corporativas Ltda.-EPP; Geraldo Misael; Gilnara Pinto Pereira; Marcos José Pereira Damasceno; Maria Angélica Aben-athar
Representação legal: Leila Suely Chacon Dória (OAB/DF 51.191), representando Maria Angélica Aben-athar; Caroline Endo Ougo Tavares, representando Andre Miura Nakayama; Luana Soares Portela (OAB/DF 34692), representando Gilnara Pinto Pereira; Fernando Caldas de Souza (OAB/DF 27804) e outros, representando Geraldo Misael; Fábio Augusto de Mesquita Porto (OAB/DF 26.567), representando Comunix Teconologia e Soluções Corporativas Ltda. - EPP; Claudinei Jose Fiori Teixeira (OAB/SP 128.774) e outros, representando Andrea Garrido Laborne Valle

037.998/2011-0
Natureza: Denúncia
Responsáveis: Brasil Material Tecnico e Seguranca Ltda - Me; Ieda Praia de Souza; Rômulo Henrique da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.256/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Piauí
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Piauí
Representação legal: não há

021.751/2016-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

008.523/2018-5
Natureza: Monitoramento (Representação)
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

016.257/2017-0
Natureza: Levantamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Banco do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal; Petróleo Brasileiro S.A.; Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Representação legal: Cláudia Marinho da Silva Viana (OAB/DF 29224) e outros, representando Fundação dos Economiários Federais; Mário Renato Balardim Borges (OAB/RS 50627) e outros, representando Banco do Brasil S.A.; Murilo Muraro Fracari (OAB/DF 22.934) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154238) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

024.114/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Limpmaxi - Limpeza, Conservação e Serviços Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Manuel Luis da Rocha Neto (OAB/CE 7.479) e outros

027.305/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Freitas Macedo Advogados Associados
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil Administradora de Consórcios S.A.
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

003.735/2015-0
Natureza: Recursos de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Rodrigo Medeiros de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Senhor do Bonfim/BA
Responsável: Paulo Batista Machado
Representação legal: não há

018.457/2010-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: RCD Empreendimentos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Responsáveis: RCD Empreendimentos Ltda.; Wilson Borlin
Representação legal: Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361); Marcelo Ramos Peregrino Ferreira (OAB/SC 12.309) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

019.290/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Militar
Órgão/Entidade/Unidade: 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

019.905/2011-4
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Palmas/TO
Responsáveis: Eduardo Manzano Filho; Gilberto Turcato de Oliveira; Jair Correa Junior; Raul de Jesus Lustosa Filho
Representação legal: Wylkyson Gomes de Sousa (OAB/TO 2838) e outros, representando Eduardo Manzano Filho; Lenymara Carvalho (OAB/DF 33.087) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Marcelo de Souza do Nascimento (OAB/DF 23.180) e outros, representando Delta Construções S.A.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

030.171/2014-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha junto ao Ministério da Defesa
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Interessado: Construtora Norberto Odebrecht S.A.
Representação legal: José Augusto Correia Neto; Marcos José Santos Meira (OAB/BA 35.560)

PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AROLDO CEDRAZ

026.039/2010-9
Recursos de reconsideração interpostos contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os solidariamente ao recolhimento de débito e sancionou-os com multa em razão de superfaturamento decorrente de preços excessivos em contrato cujo objeto era a execução de serviços de conservação e restauração na rodovia BR-153/TO, no trecho Wanderlândia/TO - Xambioá/TO.
Recorrentes: Egesa Engenharia S.A.; José Francisco dos Santos e Via Engenharia S.A.
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e do Governo do Estado de Tocantins.
Representante legal: Antônio Henrique Medeiros Coutinho (OAB/DF 34.308), representando Egesa Engenharia S.A.; Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Jéssica de Oliveira Amaral (OAB/DF 248.386) e outros, representando Via Engenharia S.A. e Régis Antônio Caetano (OAB/TO 1.863), representando José Francisco dos Santos.
Interessado em sustentação oral:
- Antônio Henrique Medeiros Coutinho, representando EGESA ENGENHARIA S.A.

Ministra ANA ARRAES

023.466/2016-2
Representação sobre supostas irregularidades em certame realizado para contratar serviços especializados de aplicação e correção do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade. Análise das razões de justificativa.
Representante: Consulplan Consultoria e Planejamento em Administração Pública Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Responsáveis: Eunice de Oliveira Ferreira Santos, Margô Gomes de Oliveira Karnikowski e Pedro Massad Júnior
Interessadas: Advocacia-Geral da União e Fundação Cesgranrio
Representação legal: Theresa Catharina Campelo de Melo Amorim representando o Inep; Marçal Justen Filho (OAB/DF 34.390) e outros representando a Fundação Cesgranrio; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros representando a Consulplan Consultoria e Planejamento em Administração Pública Eireli; Anna Dias Rodrigues (advogada da União) e outros representando a AGU
Interessados em sustentação oral:
- Eunice de Oliveira Ferreira Santos, Pedro Massad Junior, Mariângela Abrão e Margô Gomes de Oliveira Kanikowski, representando o INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA e Marçal Justen Filho (OAB/PR 7.468) representando a FUNDAÇÃO CESGRANRIO

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministra ANA ARRAES

024.950/2014-9
Pedido de reexame interposto contra determinações relacionadas aos procedimentos para elaboração, análise e aprovação de anteprojetos utilizados em licitações sob o regime de contratação integrada.
Recorrente: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há
1º Revisor: Ministro Benjamin Zymler (17/2017)
2º Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (50/2017)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

015.516/2011-3
Pedido de reexame contra acórdão que aplicou multas aos recorrentes em processo de denúncia sobre possíveis irregularidades verificadas em concorrência com vistas à contratação de serviços de publicidade.
Recorrentes: Eliane Oliveira da Silva; Francisco Renato Guimarães Ramos; Núbia Regina da Silva; Regiane Lúcia Lôbo Guedes; Patricia Maria Ribeiro de Cicco; Raimunda Maria Araujo Bezerra; Luis Hiroshi Sakamoto
Órgão/Entidade/Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
Representação legal: Gustavo Andere Cruz (OAB/MG 68.004) e Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB/AM 3.554)
Revisor: Ministro Aroldo Cedraz (33/2018)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

015.301/2018-4
Representação sobre possíveis irregularidades ocorridas em pregão eletrônico para a contratação, mediante ata de registro de preços, do fornecimento de cadernos de provas e de cartões-respostas a serem utilizados em vestibulares, concursos e outros processos seletivos.
Representante: Gráfica Print Indústria e Editora Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: Representação legal: Priscila Consani das Merces (OAB/MT 18569-B), representando Gráfica Print Indústria e Editora Ltda

018.486/2013-4
Pedido de reexame contra deliberação que aplicou multa ao recorrente em processo de representação sobre possíveis irregularidades na aplicação dos recursos de termos de compromisso que tinham por objeto a construção de sistema de abastecimento de água na sede do Municipal de Itaubal.
Recorrente: Mirivaldo dos Santos Costa
Órgãos/Entidades/Unidades: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amapá; Município de Itaubal/AP
Representação legal: Diogo Rogers Pantoja Ferreira (OAB/AP 2984), representando Mirivaldo dos Santos Costa; Francisco Pytter Queiroz Leite (OAB/AP 1840), representando Carlos Eduardo Freitas Alves

020.867/2017-4
Auditoria com o objetivo de verificar se as universidades e os institutos federais possuem mecanismos de gestão de riscos que contribuam para a boa governança e gestão das aquisições.
Responsável: Ricardo Marcelo Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

029.060/2010-9
Recurso de reconsideração contra deliberação que julgou irregulares as contas dos recorrentes, com imputação de débitos e multas, em razão de irregularidades em pregão eletrônico para a contratação de serviços de organização de eventos.
Recorrentes: Wesley Jose Gadelha Beier; Maria de Fátima Batista Lima de Carvalho; Rosenilde Martins Lima Borges; VGS Produções S/A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: Yago de Oliveira Rodrigues (OAB/DF 14.889/E); Ana Carolina Mazoni (OAB/DF 31.606); Sheila Mildes Lopes (OAB/DF 23.917); Fabio Fontes Estillac Gomez (OAB/DF 34.163), representando Maria Amelia Parente Arena; Jose Raimundo das Virgens Ferreira (OAB/DF 3761); Bruno Barata Berg (OAB/DF 25145); Rodrigo Albuquerque de Victor (OAB/DF 22050)

029.452/2010-4
Recurso de revisão contra deliberação que julgou irregulares as contas do recorrente e o condenou ao pagamento de débito e multa em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos de convênio cujo objeto era a alfabetização de jovens e adultos com idade superior a 15 anos.
Recorrente: Reivaldo Moreira Fagundes
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Maria Rosa
Representação legal: Jutahy Magalhaes Neto (OAB/DF 23066)

031.661/2015-7
Monitoramento de determinações e recomendações proferidas em auditoria operacional realizada na Ceagesp, a fim de avaliar a regularidade e a economicidade dos contratos de cessão de uso de áreas comerciais do Entreposto Terminal São Paulo (ETSP).
Responsáveis: Antonio Carlos do Amaral Filho; Carlos Nabil Ghobril; Christian Nielsen Faria Lombardi; Luiz Concilius Goncalves Ramos; Pedro Tomas do Canto Benedetti
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
Representação legal: Joao Paulo Goncalves da Silva (OAB/DF 19442); Claudio Tucci (OAB/SP 33.928)
Christopher Rezende Guerra Aguiar (OAB/SP 203028)

Ministro BENJAMIN ZYMLER

003.063/2012-7
Pedido de reexame interposto contra acórdão que fixou prazo para que o Dnit adotasse providências necessárias ao exato cumprimento da lei em processo de monitoramento das deliberações proferidas na fiscalização das obras de adequação de capacidade e duplicação da BR 116, no Estado do Rio Grande do Sul.
Recorrentes: Mac Engenharia Ltda.; Constran S/A - Construções e Comercio; SBS Engenharia e Construções Ltda.; Sultepa Construções e Comércio Ltda.; Brasília-Guaíba Obras Públicas S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Adão Magnus Marcondes Proença; Brasília-Guaíba Obras Públicas S/A; Constran S/A - Construções e Comercio; Construtora Pelotense Ltda. Terraplenagens, Pavimentações e Construções; Consórcio Ivaí - Aterpa M. Martins-SD; Consórcio Travessia; Hiratan Pinheiro da Silva; Jorge Ernesto Pinto Fraxe; José Florentino Caixeta; Mac Engenharia Ltda.; Mario Dirani; Pedro Coutinho dos Santos; Pedro Luzardo Gomes; Rafael Gerard de Almeida Demuelenaere; Raquel Fernanda Osório; Roger da Silva Pegas; SBS Engenharia e Construções Ltda.; Tarcísio Gomes de Freitas; Trier Engenharia Ltda.
Representação legal: André Naves Laureano Santos (OAB/MG 112.694) e outros, representando Brasília-Guaíba Obras Públicas S/A; Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Constran S/A - Construções e Comércio, Construtora Pelotense Ltda., Mac Engenharia Ltda., SBS Engenharia e Construções Ltda. e Sultepa Construções e Comércio Ltda.; Miriam Rosane Gomes de Siqueira (OAB/PR 23.384), representando Ivaí Engenharia de Obras S.A.; Jose Americo Miari e outros, representando Trier Engenharia S/A.; Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

021.216/2018-5
Representação a respeito de irregularidades em pregão eletrônico para contratação de serviços de implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota.
Representante: Link Card Administradora de Benefícios Eireli EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas
Representação legal: Epaminondas Alves Ferreira Junior (OAB/SP 387.560)

029.695/2017-1
Acompanhamento da cautelar de indisponibilidade de bens concedida diante de indício de superfaturamento na execução dos serviços remanescentes da construção do lote 4 da Ferrovia Norte Sul (FNS), em trecho compreendido entre o Pátio de Santa Izabel (GO) e o Pátio de Uruaçu (GO).
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A
Responsável: Bruno Von Bentzeen Rodrigues
Representação legal: André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (OAB/DF 30.293), Caio Soares Junqueira (OAB/MG 70.398), Roberto Henrique Couto Corrieri (OAB/DF 19.071) e outros, representando Bruno Von Bentzeen Rodrigues

029.696/2017-8
Acompanhamento da cautelar de indisponibilidade de bens concedida diante de indício de superfaturamento na execução dos serviços remanescentes da construção do lote 4 da Ferrovia Norte Sul (FNS), em trecho compreendido entre o Pátio de Santa Izabel (GO) e o Pátio de Uruaçu (GO).
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A
Responsável: André Von Bentzeen Rodrigues
Representação legal: André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (OAB/DF 30.293), Caio Soares Junqueira (OAB/MG 70.398); Roberto Henrique Couto Corrieri (OAB/DF 19.071) e outros, representando André Von Bentzeen Rodrigues

029.698/2017-0
Acompanhamento da cautelar de indisponibilidade de bens concedida diante de indício de superfaturamento na execução dos serviços remanescentes da construção do lote 4 da Ferrovia Norte Sul (FNS), em trecho compreendido entre o Pátio de Santa Izabel (GO) e o Pátio de Uruaçu (GO).
Órgão/Entidade/Unidade: não há
Responsável: SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda.
Representação legal: André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (OAB/DF 30.293); Caio Soares Junqueira (OAB/MG 70.398); Roberto Henrique Couto Corrieri (OAB/DF 19.071) e outros, representando SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda.

031.684/2015-7
Embargos de declaração opostos em face de acórdão que declarou a recorrente inidônea para participar de licitação na administração pública federal em processo de tomada de contas especial instaurado para apurar irregularidades na organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).
Embargante: DMDL Montagem de Stands Ltda.
Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
Responsáveis: Octaplan Arquitetura e Promoção Ltda.; Estrutural Montagem e Empreendimentos Ltda.; DMDL Montagem de Stands Ltda.; Set Locações Ltda.; CBM Empresa Brasileira de Montagens Ltda.; Luciana Gatto Fonseca; José Ricardo Santana; Rogério Bellini dos Santos
Representação legal: Jose Alfredo Lion (OAB/RJ 74.074), representando Octaplan Arquitetura e Promoção Ltda.; José Reinaldo Nogueira de Oliveira Júnior (OAB/SP 146.428) e Carla Maluf Elias (OAB/SP 110.819), representando Estrutural Montagens e Empreendimentos Ltda.; Fransrui Antônio Salvetti (OAB/SP 45.801), representando Set Locações Ltda.; Eduardo Lowenhaupt da Cunha (OAB/DF 6.856), representando Luciana Gatto Fonseca; Gustavo Scagliarini Jardim (OAB/DF 14.799) e Vilma Braz da Cruz (OAB/DF 31.780), representando José Ricardo Santana; Daniella Vitelbo Aparicio Pazini Riper (OAB/SP 174.987), representando Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos; Alan Gustavo de Oliveira (OAB/SP 237.936), representando DMDL Montagem de Stands Ltda.

031.707/2014-9
Auditoria nas obras de esgotamento sanitário em municípios a serem beneficiados pelo Programa de Integração do Rio São Francisco (PISF), nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Análise de audiências e diligências.
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Rubens Falcão da Silva Neto; Yasnaia Pollyanna Werton Dutra
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Companhia de Água e Esgotos da Paraíba; Fundação Nacional de Saúde; Ministério das Cidades; Município de Bonito de Santa Fé/PB; Município de Cajazeiras/PB; Município de Mogeiro/PB; Município de Monteiro/PB; Município de Pombal/PB; Município de São Bento/PB; Município de Vista Serrana/PB
Representação legal: Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (OAB/PE 31.920), representando Ministério das Cidades; Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 10.827) e outros, representando Yasnaia Pollyanna Werton Dutra; Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros, representando Caixa Econômica Federal

032.257/2012-0
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas dos recorrentes e condenou-os em débito em virtude de superfaturamento apurado em contrato relativo à contratação de serviços emergenciais de restauração na BR-222/MA.
Recorrentes: Francisco Augusto Pereira Desideri; Dirceu Cesar Façanha; Antônio Máximo da Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Maranhão
Responsáveis: Antônio Máximo da Silva Filho; Benedito Madian Viana de Carvalho; Dirceu Cesar Façanha; Francisco Augusto Pereira Desideri; Iter Engenharia de Construções Ltda
Representação legal: Vivian Valle D'Ornellas (OAB/RJ 150.002); Fabrício Nelson de Faria Máximo (OAB/DF 16.312); Larissa de Carvalho Pires (OAB/DF 47.386); André Guimarães Cantarino (OAB/MG 116.021) e outros

Ministro AROLDO CEDRAZ

005.822/2015-7
Consulta sobre a possibilidade de concessão de pensão por morte aos dependentes de servidor em gozo de licença sem remuneração, não optante pela manutenção do vínculo com o PSSS, nos termos do art. 183, § 3º, da Lei n. 8.112/1990.
Consulente: Ministro Francisco Falcão
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho da Justiça Federal
Representação legal: não há

010.370/2011-0
Pedidos de reexame interpostos contra decisão que apenou os recorrentes com as sanções de multa e de inidoneidade para licitar com a Administração, em face de irregularidades na aplicação de recursos federais repassados pelos Ministérios da Saúde e das Cidades ao município de São Francisco/PE.
Recorrentes: Ailton Nascimento, Aldo Hora, Altamiro Nascimento, Alsilene Nascimento Santos Gonçalves, Elder Santana Santos, Gisélia Araújo Tavares, Igor Lima Tavares, José Marcos Santana Silva, José Sérgio de Aguiar Rocha, Lauro Gomes dos Santos, Maria das Graças Barbosa Araújo, Thiago Ferreira e Sanfarma Distribuidora e Representações Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Francisco/SE
Representação legal: João Batista Medeiros (OAB/SE 1.344), Layana Tyara Campos Dertônio (OAB/SE 4.990), Letícia Cabral Melo Sobral (OAB/SE 7.639), Mamede Fernandes Dantas Neto (OAB/SE 1.814), Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646) e outros

014.907/2015-1
Auditoria de conformidade realizada na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e na Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Valec), tendo por objetivo avaliar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de atos atinentes à subconcessão de trecho da ferrovia EF-151.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A
Interessados: Ferrovia Norte Sul S.A. - FNS e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Responsáveis: Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Francisco Elisio Lacerda, José Francisco das Neves e Luiz Carlos Oliveira Machado
Representação legal: Artur Nascimento Camapum (OAB/GO 24.925-E); André Luiz Souza da Silveira (OAB/DF 16.379); Carolina Mendes de Carvalho (OAB/GO 39.367); Cláudio Ribeiro Huguet (OAB/DF 46.640); Cleuler Barbosa das Neves (OAB/GO 17.137); Denis Gamell (OAB/DF 48.039); Gabriella Alencar Ribeiro (OAB/DF 15.679-E); Isabela Felix de Sousa Ferreira (OAB/GO 28.481); Leonardo Lacerda Jube (OAB/GO 26.903); Marcos Luiz dos Mares Guia Neto (OAB/DF 366.647); Mauricio Santo Matar (OAB/SP 322.216); Silvia Regina Schmitt (OAB/RS 58.372); Guilherme de Carvalho Leitão (OAB/DF 50.347)

018.718/2015-9
Auditoria com o objetivo de verificar a execução física e o cronograma das obras do Complexo Esportivo de Deodoro-RJ.
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal, Ministério do Esporte e Município do Rio de Janeiro
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32261) e outros, representando Caixa Econômica Federal

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

003.643/2012-3
Tomada de contas especial acerca de irregularidades em procedimentos licitatórios e contratos ocorridas no exercício de 2004.
Responsáveis: Adeílson Teixeira Bezerra; Bergson Aurélio Farias; Carlos Roberto Ferreira Costa; Clodomir Batista de Albuquerque; Damião Fernandes da; Famor - Fabricação e Montagem de Equipamentos Industriais e Representações Ltda.; G&A Nobre Ltda.; Gilmar Cavalcante Costa; Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar; José Carlos Lopes de Souza; José Lúcio Marcelino de Jesus; José Queiroz de Oliveira; José Zilto Barbosa Júnior; Log Logística, Comercial e Representações Ltda. - ME; MCC Manutenção, Construção e Comércio Ltda. - ME; MR Engenharia Ltda.; Pratica Engenharia e Construções Ltda.; Salinas Construções e Projetos Ltda. - ME; Silva & Cavalcante Ltda - ME; Tacofer Comercial Ltda.; Terceirizadora Santa Clara Ltda. - ME; e Valber Paulo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representantes legais: Raquel Cristine Mendes Ramos e outros; Carlos Roberto Lima Marques da Silva (OAB/AL 5.820); Cosmo Fernandes da Silva (OAB/AL 5.131) e outros; Fabrycya Parlla Rodrigues Lucas (OAB/AL 5.798) e outros; Yves Maia de Albuquerque e outros; Fabricio Silva Ramos e outros; Aristenio de Oliveira Juca Santos (OAB/AL 3.148) e outros

007.684/2015-0
Auditoria para examinar a regularidade das despesas com o pagamento de dívidas trabalhistas.
Responsáveis: José Muniz Rebouças e Newton Ferreira Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia S.A.
Representação legal: Antônio Carlos Costa de Alencar Marinho (OAB/BA 16.568), Carolina Pina Mendonca (OAB/BA 41.806), Ival Maia Ribeiro (OAB/BA 9.122), Graciele Oliveira Coutinho (OAB/BA 19.024) e outros

022.745/2009-0
Embargos de declaração opostos contra deliberação que determinou a instauração de tomada de contas especial com vistas à quantificação do eventual dano na execução de contrato que tinha por objeto a prestação de serviços de consultoria especializada relativa a gerenciamento e apoio técnico de etapas do Projeto de Integração do Rio São Francisco.
Embargante: Consórcio Logos-Concremat 2
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: Jorge Luiz Zanforlin Filho (OAB/DF 29.953), Camilla Moura Ferreira de Oliveira (OAB/DF 40.552) e outros

Ministra ANA ARRAES

005.189/2018-7
Auditoria realizada nas obras da BR-163/PR - Duplicação Entr. BR-277 (Cascavel) - Marmelândia, segmento km 117,1 ao km 191,1.
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Responsáveis: Halpher Luiggi Monico Rosa, Gilberto Massucheto e José da Silva Tiago
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

007.253/2007-4
Embargos de declaração contra acórdão que rejeitou embargos declaratórios opostos contra acórdão que dera provimento parcial a recurso de reconsideração em face de deliberação por meio do qual as contas especiais foram julgadas irregulares, com imputação de débito e multa em razão de irregularidades detectadas na realização de eventos pelo Ministério das Cidades.
Embargante: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros representando a Cooperhaf e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar em Chapecó - SC; Fábio Henrique Binicheski (OAB/DF 16.980) representando Jaqueline Souto Mangabeira Binicheski; Gentil Ferreira de Souza Neto (OAB/DF 40.008) e outros representando Magda Oliveira de Myron Cardoso; Rafael Teixeira Martins (OAB/DF 19.274) e outros representando a Aplauso Aluguel de Equipamentos Ltda.; Ana Paula de Albuquerque Cavalcante (OAB/DF 39.938) e outros representando José Maria Martins e Renato Stoppa Cândido; e outros

017.549/2016-7
Representação sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico para contratar serviços de produção gráfica, em condições especiais de segurança e sigilo, dos cadernos de provas e instrumentos de aplicação destinados à realização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem/2016. Análise das razões de justificativa.
Representante: Plural Indústria Gráfica Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Interessados: Advocacia-Geral da União e RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda.
Responsáveis: Alexandre André dos Santos, Eunice de Oliveira Ferreira Santos e Hélio Júnio Rocha Morais
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669) e outros representando a empresa RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda.; Anna Dias Rodrigues (OAB/MG 131.159), Daniel Pereira de Franco e outros representando Advocacia-Geral da União; Ludmylla Scalia Lima (OAB/DF 37.743) e outros representando a Plural Indústria Gráfica Ltda

Ministro VITAL DO RÊGO

000.668/2016-8
Recursos de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares contas especiais com condenação ao pagamento de débito e multa em razão de irregularidades na execução de convênio que teve por objeto a execução do projeto denominado diminuição da pesca predatória e comércio ilegal do pirarucu, no entorno do Parque Estadual do Cantão e na Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal/Cantão.
Recorrentes: Maria de Jesus Alves dos Santos Sousa; Sylvia Salla Setubal
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto de Pesquisa Ambiental - Ekos
Interessado: Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça
Representação legal: Márcio Ferreira Lins (OAB/TO 2.587), representando Maria de Jesus Alves dos Santos Sousa e Sylvia Salla Setubal

008.334/2016-1
Tomada de contas especial instaurada para apurar prejuízo causado por fraude na concessão/manutenção de benefícios previdenciários.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Carlos César Pereira; João Lindolfo de Oliveira; João Roberto Porto; Mailton Pedro de Souza; Maria Irene Pacheco; Osvaldo de Souza; Pedro Paulo Reis; Wilson Francisco Rebelo
Representação legal: não há

012.560/2005-0
Recurso de revisão contra decisão que, entre outros, julgou irregulares as contas especiais do recorrente, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa em razão de irregularidades na aplicação de recursos de convênio e no controle dos bens patrimoniais adquiridos.
Recorrente: Ivanildo Ferreira Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Pará - Secretaria de Segurança Pública
Representação legal: Ana Amélia Lima D'Albuquerque de Oliveira (OAB/PA 10.506)

015.443/2015-9
Solicitação do Congresso Nacional que requer auditoria no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis), fundo de pensão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Monitoramento de deliberação.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Representação legal: Mariana Mello Lombardi (OAB/DF 53.879); José Barreto de Arruda Neto (OAB/PR 9.426)

023.215/2015-1
Pedido de reexame contra decisão que expediu determinação e recomendação ao recorrente acerca de ilegalidade na edição de portaria que dispensava a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica (EVTE) no âmbito de obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes constante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
Recorrente: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há

034.514/2014-7
Acompanhamento sobre o resultado das medidas com vistas a identificar a ocorrência de desvio de recursos públicos federais no âmbito do Projeto Gasene.
Órgãos/Entidades/Unidades: Petróleo Brasileiro S.A.; Transportadora Gasene S/A
Responsáveis: Almir Guilherme Barbassa; Antônio Carlos Pinto de Azevedo; Guilherme de Oliveira Estrela; Ildo Luís Sauer; José Alcides Santoro Martins; José Eduardo de Barros Dutra; José Miranda Formigli Filho; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Jorge Luiz Zelada; Maria das Graças Foster; Nestor Cunat Cerveró; Paulo Roberto Costa; Renato de Souza Duque; Rogério Almeida Manso Costa Reis
Representação legal: Lycurgo Leite Neto (OAB/DF 1.530-A) e outros, representando Antônio Carlos Pinto de Azeredo; Felipe Henrique Braz (OAB/PR 69.406) e outros, representando Jorge Luiz Zelada; Fábio Carneiro Bueno de Oliveira (OAB/SP 146.162) e outros, representando Ildo Luís Sauer; Helga Araruna Ferraz de Alvarenga (OAB/SP 154.720) e outros, representando Consórcio Mendes Júnior - Azevedo & Travassos; Daniele de Oliveira Nunes (OAB/RJ 165.787) e outros, representando Renato de Souza Duque; Carlos Henrique Lemos (OAB/SP 183.041) e outros, representando Megadrill South América; Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015) e outros, representando Guilherme de Oliveira Estrella, Jose Miranda Formigli Filho, Almir Guilherme Barbassa, Maria das Graças Silva Foster, José Alcides Santoro Martins, Rogério Almeida Manso da Costa Reis e José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Edson Ribeiro (OAB/RJ 46.837) e outros, representando Nestor Cunat Cervero; Fernanda Pereira da Silva Machado (OAB/RJ 168.336) e outros, representando Paulo Roberto Costa; Guilherme Siqueira Coelho de Paula (OAB/DF 48.370) e outros, representando Galvão Engenharia S/A; Julia Torres Kerr Haanwinckel (OAB/RJ 151.307), representando Bueno Engenharia e Construção Ltda.; Geraldo Lopes Carneiro Neto (OAB/RJ 168.754) e outros, representando Sinopec Petroleum do Brasil Ltda; Argeo Cirilo Bueno (OAB/RS 14.303), representando Conduto Companhia Nacional de Dutos; Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

031.563/2016-3
Auditoria de natureza operacional com a finalidade de avaliar, em nível de entidade, os controles internos do Ministério das Cidades e, em nível de atividade, se esses controles são suficientes para mitigar os principais riscos relacionados à gestão das obras públicas custeadas com recursos do Orçamento Geral da União, por meio de transferências intergovernamentais obrigatórias.
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

034.453/2011-3
Tomada de contas especial originária de auditoria que teve por objetivo verificar a aplicação de recursos federais repassados com vistas à execução dos programas Pnae, Pnate, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntárias.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Capistrano/CE
Responsáveis Cláudio Bezerra Saraiva; Francisco Warney Barros; José Távora Costa; Antônio Ernando Araújo de Souza; Agostinho Pereira Lima; Ana Flávia Pereira Andrade; Michael Ferreira Fernandes; A & M Construções e Serviços Ltda.; Brasil Locação Edificações e Serviços de Limpeza Ltda.; Destak Transporte e Serviços Ltda.; RAPI 10 Transportes e Turismo Ltda.; Real Serviços de Limpeza e Locação de Veículos Ltda.; S. C. Serviços e Locações de Veículos Ltda.; Transmaster Locações de Veículos e Serviços de Limpeza Ltda.
Representação legal: Thalys Anderson Malta Bitar (OAB/CE 16.893), representando a empresa S. C. Serviços e Locações de Veículos Ltda.; Karileny Sales Pinto Uchôa (OAB/CE 21.348), representando o Sr. Cláudio Bezerra Saraiva

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

005.849/2014-4
Monitoramento das determinações proferidas em auditoria de contrato de repasse que tinha por objeto a construção de 304 unidades habitacionais.
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais de Porto Velho/RO
Responsáveis: Mauro Nazif Rasul, Hildon de Lima Chaves
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261); Murilo Fracari Roberto (OAB/DF 22.934); Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas; Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2.721); Cristiane Silva Pavin Sabadini (OAB/SP 352.734)

011.849/2016-9
Tomada de contas especial instaurada em face de prejuízos decorrentes do afastamento de professora de universidade para participar de curso de doutorado, cuja titulação não foi obtida pela responsável.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Roraima
Responsável: Ana Zuleide Barroso da Silva
Representação legal: Paulo Nicholas de Freitas Nunes (OAB/AL 5.076); Fernanda Marinela de Sousa Santos (OAB/AL 6.086); Bernardino Dias de Souza Cruz Neto (OAB/RR 178)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

010.700/2016-1
Embargos de declaração opostos em face de deliberação que rejeitou embargos de declaração opostos contra acórdão que havia negado provimento a recurso de reconsideração interposto pelo recorrente contra acórdão que julgou suas contas irregulares e condenou-lhe ao pagamento de débito e multa, diante da parcial impugnação dos dispêndios realizados com os recursos federais repassados por intermédio de convênio para a construção de 75 módulos sanitários domiciliares (MSD).
Embargante: Jair Lira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lagoa da Canoa/AL
Representação legal: Gustavo Henrique de Barros Callado Macedo (OAB/AL 9.040) e outros, representando Jair Lira Soares

012.654/2018-3
Auditoria com o objetivo de avaliar as obras de construção do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá (Unifap).
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Responsáveis: Alex Marcio Cabral do Rosario; Cairo Cardoso Madureira; Eliane Superti; Erick Franck Nogueira da Paixão; Jennefer Lavor Bentes; Luiz Otávio Pereira do Carmo Júnior
Representação legal: não há

023.301/2015-5
Agravo em face da cautelar de indisponibilidade de bens decretada diante dos indícios de dano ao erário em contrato para a execução das unidades e dos sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, de coque e de HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar); e embargos de declaração opostos em face de deliberação que determinou a citação do espólio de responsável.
Recorrentes: José Paulo Assis e Petróleo Brasileiro S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154.238); Rosana de Oliveira Gama Vieira (OAB/RJ 122.894), representando Henrique da Silva Ferreira; Jade Regina da Trindade Cortes, representando Alexandre Pereira Cortes; João de Baldaque Danton Coelho Mestieri (OAB/RJ 171.466), representando Paulo Roberto Costa; Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234.412); Fernando Villela de Andrade Vianna (OAB/RJ 134.601); Eduardo Boccuzzi (OAB/SP 105.300); José Roberto Manesco (OAB/SP 61.471); Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015); Rogerio Pires da Silva (OAB/SP 111.399), representando Augusto Ribeiro de Mendonca Neto, SOG - Óleo e Gás S.A., Alberto Jesus Padilla Lizondo e Carlos Alberto Rodrigues; José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz (OAB/RJ 106.810); Maria Abreu do Valle (OAB/RJ 145.508), representando a MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.; Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto (OAB/PR 16.950); Rodrigo Alexander Calazans Macedo (OAB/RJ 123.041)

036.133/2016-7
Processo de indisponibilidade de bens concedida diante dos indícios de dano ao erário no bojo do contrato para a execução das obras inerentes à UHDTI (U-2313), à UGH (U-22311) e à UDEA (U-32323) e à unidade integrante da carteira de gasolina da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Paraná (Repar).
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsável: UTC Engenharia S.A.
Representação legal: Renato Tai (OAB/SP 156.610) e outros, representando a UTC Engenharia S.A.

Em 31 de agosto de 2018.
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

1ª CÂMARA

ATA Nº 29, DE 21 DE AGOSTO DE 2018
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 15 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas) e do Representante do Ministério Público Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausentes: em missão oficial, o Ministro Benjamin Zymler e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; em licença médica, o Ministro Bruno Dantas; e, em férias, o Ministro Vital do Rêgo.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 28 referente à Sessão Ordinária realizada em 14 de agosto de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos nºs TC-000.907/2015-4, TC-002.863/2015-4, TC-006.445/2016-0, TC-011.119/2018-7, TC-011.570/2015-6, TC-014.153/2013-0, TC-017.372/2007-9, TC-019.676/2015-8, TC-019.759/2004-3, TC-020.503/2003-1, TC-023.276/2014-2, TC-024.420/2015-8, TC-024.706/2018-3, TC-024.707/2018-0, TC-024.718/2018-1, TC-024.723/2018-5, TC-024.724/2018-1, TC-025.118/2018-8, TC-025.132/2018-0, TC-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

025.415/2018-2, TC-025.795/2017-1, TC-025.866/2018-4, TC-028.697/2017-0, TC-028.927/2016-8, TC-032.565/2017-8, TC-034.721/2017-7, TC-035.158/2017-4 e TC-035.229/2017-9, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-001.293/2017-6 (Ata nº 3/2018), cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira e revisor, o Ministro Walton Alencar Rodrigues. A proposta do revisor, por maioria, sagrou-se vencedora. Acórdão 9460/2018.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 9007 a 9459:

RELAÇÃO Nº 25/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 9007/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.393/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Heroni Teresinha de Aguiar (472.135.239-53); Lindacir do Pilar Martins Claro do Vale (313.055.989-20); Manoel Augusto Ribas Cavalcanti (165.165.249-04); Marcos Antonio Marino (016.490.869-20); Nanji Ogura (222.213.019-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que altere no ato SISAC da servidora Heroni Teresinha de Aguiar (472.135.239-53), no campo "Servidor Acumula Outra Aposentadoria?", de "1-Sim" para "2-Nao".

ACÓRDÃO Nº 9008/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.396/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Juraci Diniz (104.557.600-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9009/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.000/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aguinaldo da Silva Sobral (076.384.344-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9010/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.004/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Teodório de Oliveira (188.363.305-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9011/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.008/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Emílio Santos de Oliveira (053.238.435-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9012/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.011/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Valderi de Oliveira (293.459.363-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9013/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.013/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Emmanoel Justino Odilon Andrade Gouveia (020.986.012-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9014/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.030/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Baptista Garíglio (001.959.106-30); Berenicy Ferreira (079.871.886-20)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9015/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.039/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Flavio da Silva (026.516.537-72); Heloisa Nascimento Alcantara de Barros Levcovitz (183.858.937-68); Iara Pinto Ferreira (299.045.957-04); José Joaquim Ribeiro (022.438.577-15)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9016/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.043/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Noir Mello de Oliveira (226.623.757-87); Pedro Ferreira de Melo (095.957.087-04)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9017/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.143/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Francisco da Silva (092.275.554-04)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Satuba - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9018/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.144/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Aparecida de Souza Balduíno (326.720.206-04); Mílton Oliveira Sousa (134.532.896-68)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9019/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.147/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Álvaro Dias dos Reis (211.456.016-34)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9020/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.153/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abraham Pfeferman (002.710.988-72); Amaryllis Candida Salzano (694.131.508-34); Angela Lucia Scatigno de Souza Leite (307.207.588-31); Anna Lucia de Santana (169.018.898-79)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9021/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.239/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Orly Nascimento (774.890.207-00); Paulo Affonco Zambone (395.123.207-20); Paulo Cesar Miranda Smith (479.316.047-68); Paulo Mauricio Fulgencio de Avelar (394.753.368-34); Pedro Soares Finamore (474.985.107-82)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9022/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.243/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arthur Bagmanian (021.378.521-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9023/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.244/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edneu Dias da Costa (167.858.436-34); Jandir Ferreira (088.560.526-87); José Eiterer (330.072.336-15); Maria de Lourdes Silverio Santos (381.946.946-04); Marly Alves do Rego (181.538.286-49); Therezinha Lopes de Assis (018.551.666-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9024/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.248/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: César Lignani (000.487.716-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9025/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.249/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudia Cristina Cardoso (632.614.997-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9026/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.251/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo Osório Cisalpino (000.484.106-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9027/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.255/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Gregorio Pereira (016.072.196-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9028/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.256/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Arlete Pereira de Abreu (008.961.796-72); Maria Caetano Coelho (098.328.906-91); Maria Eneida Victor Farias (456.491.386-72); Maria de Lourdes de Souza Mendes (216.982.286-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9029/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.257/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Lúcia Goulart Dourado (008.413.156-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9030/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.261/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ricardo Nicolau Nassar Koury (066.398.792-04); Sebastião Coelho Soares (132.722.846-72); Servita Maria dos Anjos (314.989.226-00); Terezinha de Jesus Melo Ferreira (297.642.386-53); Valdivino Cândido dos Reis (055.445.996-53); Valter Eustaquio Profeta da Luz (102.241.816-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9031/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.262/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wilham Jorge (033.046.988-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9032/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.266/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Helena Maria Silva Bitencourt (203.091.124-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9033/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.268/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jeremias Isais Martins (003.045.145-00); José Camelo Cardoso Filho (426.679.504-10); José Graciano Cabral Neto (068.771.764-72); Luciano Azevedo Cahu (001.914.343-53); Manoel Paulo Ferreira (078.375.424-87); Marcelo Alves de Franca (759.423.644-00); Maria Juvanita da Silva Dias (068.701.474-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9034/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.271/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sonia Maria Bezerra de Oliveira (342.847.294-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9035/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.273/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alcides Fernandes da Costa (000.393.904-97); Amelio Souto Cabral (002.760.304-00); Anita Aline Albuquerque Costa (002.955.744-53); Antonio Sebastião de Sousa (009.757.024-91); Argenô Freire Brasilino (018.574.364-15); Aurelio Cordeiro (000.472.444-53); Carlos Alberto de Britto Lyra (000.686.244-68); Celia Dias de Freitas de Amaral Ferreira Coutinho (018.706.704-00); Celia Dias de Freitas de Amaral Ferreira Coutinho (018.706.704-00); Cândida Mendes Cairutas (168.456.924-91); Daniel Domingos Diniz (054.716.724-53); Edmir Rodrigues Lopes (000.544.534-53); Eronildo Sotero da Silva (198.264.864-34); Francisco Fernando Campos Amaral (000.025.504-15); Franklin de Souza Martorano (003.987.484-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9036/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.275/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Lindauria Patriarca de Oliveira (053.518.044-68); Manoel Frederico Gomes de Azevedo Moreira (003.659.124-68); Manoel Lopes de Lima (030.624.654-68); Manoel Ribeiro Varejão (000.816.044-91); Manoel Severino da Encarnação (066.177.194-68); Maria José Fernandes Barbosa (128.029.214-87); Maria José de Mendonça (170.646.784-20); Maria de Lourdes Cavalcanti Lopes (408.990.124-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9037/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.278/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adalberto Antônio Varela Freire (098.273.744-00); Albamar Furtado (071.179.304-20); Aluisio Rodrigues (004.938.054-00); Ana Cristina Rodrigues Leite (721.151.814-68); Ana Maria de Arruda (156.253.894-20); Ana Venancio da Silva (130.911.314-91); Antonio José de Macêdo (012.458.484-53); Antonio Lucio de Gois Filho (012.419.314-53); Carlos Magnus Reis Camara (063.097.394-68); Celio Alves de Melo (108.639.154-34); Cicero Bezerra Cavalcanti (033.579.104-20); Claudio Carlos Dias (035.767.364-68); Daniel Geraldo Gomes de Hollanda (004.682.584-34); Deifilo Gurgel (005.891.954-68); Elaine Pessoa Sales (133.297.404-00); Eliezer Henrique Pereira (098.269.204-87); Eunice Pereira Dantas (474.736.494-34); Eurilene Santana Balbi (671.312.634-00); Fátima de Lourdes Alexandre Borges (155.896.764-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9038/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.720/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Pedro Normando Feitoza Rodrigues (123.166.013-91)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9039/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.734/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alcides Correa da Silva (280.298.017-34); Alexandre Ferreira (004.802.587-91); Almira Carmagnanis Montebello (386.736.067-72); Aloysio Jorge do Rio Barbosa (027.317.037-68); Alvacyr Pedrinha (030.727.627-91); Ana Luíza Salles (412.721.107-53); Anésia Pereira Nunes (507.033.827-72); Angelina Gonçalo Limp (220.285.287-53); Angelina Reis da Costa (270.417.197-15); Antonio Fernandes de Almeida Junior (228.742.247-15); Antonio Gomes Filho (010.330.857-15); Antonio Reis Marcondes (029.418.647-68); Antonio Xavier Teles (024.267.817-34); Arildo Bleydão (066.686.907-34); Carlos Turíbio dos Santos (194.566.628-53); Carmen Werneck Mercante Pereira (537.409.557-91); Hilda Tavares Meirelles (245.647.707-30)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9040/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.738/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nelly Muratori (008.590.107-59); Newton Ottolini (270.724.607-72); Neyde da Conceição Concílio de Almeida (024.792.907-78); Nilton Marques de Carvalho (175.899.837-72); Orlanda Guimarães Coelho (334.847.597-04); Patricia Almeida Fernandes (359.157.657-34); Paulino Alves Lobo (363.911.667-49); Paulo Gonzaga (217.056.317-20); Pedro Correia Filho (056.065.007-87); Pedro Sá Pinto (262.349.557-20); Raimunda Antonina Ferreira da Silva (102.126.472-53); Raul Silva Filho (331.238.617-91); Renato Martelotta (039.015.137-87); Rogerio Edson Lima (511.843.387-87); Ruy Carvalho Essucy (022.623.807-59); Sergio Saraiva da Neves (359.042.327-72); Sidney Paulo Alves Drago (191.944.207-34); Sonia Signorelli Fernandes (801.635.307-00)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9041/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.739/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Thereza Maria Brito Pereira (039.394.307-06); Ubirajara dos Santos Pereira (058.742.977-15); Vera Lemos de Freitas (056.240.107-53); Vilma Moreira Franco (435.010.607-34); Wenceslau Alves de Oliveira (278.113.877-00); Wilson Dias da Silva (005.359.747-87); Yvone de Athayde Grubenmann (227.423.441-87)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9042/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.845/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ivani Silva Teixeira (077.023.536-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9043/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.846/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Basílio de Oliveira (077.133.804-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9044/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.850/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Mario Chaves (042.347.404-97)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9045/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.853/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Resende Penhalver (145.445.806-25)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9046/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.987/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dario da Conceição Silva (414.127.537-91); Delfim Moreira de Capistrano (006.857.637-49); Denise Maria dos Santos Teixeira (435.110.747-20); Deny da Rocha Monteiro (042.424.327-04); Deonice Rogério Cruzeiro (492.744.067-20); Dilmo Mello Lopes (032.033.797-91); Diogo Tavares de Araújo (724.089.287-53); Dircinha Gonçalves da Silva (232.169.217-00); Dora Aida Coronado Zelada (111.528.937-34); Doralice Paixão Ferreira (677.679.747-15); Dornivais José de Freitas (307.250.037-15); Dryden Castro de Arezzo (009.443.517-00); Dulce Osorio Xavier (601.213.197-68); Dulcileia Bellot de Oliveira (366.888.787-04); Ecilamar de Moura Lourenço (003.060.097-90); Edgard Stepha Venancio (035.623.527-00); Edison Marins (366.025.667-68); Edmar Augusto Santos de Araujo (306.550.647-53); Edna Joaquina da Silva (572.825.367-91); Edna Maria Donzelli (054.801.767-06)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9047/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.993/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Lourdes Cerqueira Lima (432.409.927-87); Lucia Bastos Lemos Barreto (302.398.187-68); Luis Carlos Lopes (253.359.957-34); Luiz Carlos Duarte Monteiro (076.076.957-53); Luiz Fernandes Carlos (173.603.407-30); Luiz Gonzaga de Saldanha Campos (035.583.207-00); Luiz Mario dos Santos (247.515.707-06); Luiz Olympio Vasconcellos (031.999.757-04); Luiz Paulo Lebre (002.059.157-87); Luiz Paulo dos Santos Verbicario (036.157.317-00); Luiz Victorio Belvedere (371.408.337-53); Luiz da Conceição (414.136.797-49); Luiza Pires de Carvalho (321.197.717-15); Luzia Lara dos Santos (821.531.917-34); Lúcia Scisinio Pontes (640.065.907-25)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9048/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.001/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Arnaldo Antônio Elian (006.363.806-10)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9049/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.005/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Lino Alcantara de Queiroz (359.344.174-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9050/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.010/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Mariene Correia Cardoso (230.691.124-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9051/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.016/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edir de Castro Lima (367.343.067-04); Edna Maia Machado Guimarães (389.867.287-53); Eduardo Oswaldo Cruz (221.149.397-15); Eliete Pessoa Rocha (404.102.937-68); Elizabeth Britto Ferrarezi (372.847.897-00); Enilson Fernandes da Silva (455.072.877-91); Esmeraldo da Roza Pereira (664.794.957-72); Fani Lowenkron (363.017.607-00); Fatima Batista da Silva (901.645.557-49); Fatima Miguez Martins (548.559.347-04); Fernando José Cardim de Carvalho (644.089.738-15); Fernando Luiz Bastian (057.548.950-20); Fernando Venancio Filho (018.522.648-53); Flora Santos do Nascimento (404.327.507-20); Francelino Vicente Alves Filho (462.127.607-72); Frances Lilia Sá Peixoto do Passo (548.084.807-00); Francisca Gomes (445.920.277-87); Francisco Raddi Lourenço (235.965.977-49); Francisco Velozo Leite (377.529.957-20); Gedeao Paulo de Lima (711.846.197-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9052/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.022/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Mario Sergio Oliveira de Castro (027.866.567-53); Mariza Garcez Ferreira da Silva (442.091.937-04); Marizete Souza Barreto (508.845.147-49); Marlene Elza Lucio da Cunha (496.851.477-87); Marlene Fontenelle (612.359.387-00); Marli de Ávila Mariano Brilhante (371.329.707-04); Mauricio Fernandes (185.816.507-59); Mauricio de Almeida Abreu (090.163.507-30); Miguel Arcanjo Santiago (028.873.042-91); Moacyr de Carvalho (287.795.844-20); Moacyr de Paula Rodrigues Moreno (491.687.977-53); Moiseis da Silva (204.252.447-68); Nascimento de Custodio (424.819.297-72); Nielson dos Santos (357.984.087-87); Nilson Ribeiro (475.448.487-87); Nilton Estevão de Oliveira (018.811.557-90); Nilton Pinto Ribeiro Filho (407.518.217-72); Nitalma Costa Rodrigues (393.472.907-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9053/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.034/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marilaine Frigo Busnelo (503.144.750-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9054/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.210/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda Alencar Pereira (724.925.971-72); Francisca Cordélia Oliveira da Silva (648.078.781-15); Geraldo Magela Fernandes (048.050.736-83); Helio José Santos Maia (428.655.305-15); Jonas Lotufo Brant de Carvalho (254.675.638-90); José Alves Dantas (512.616.424-49); José Luiz Barros Fernandes (908.872.474-15); Keilly Cristina Ferreira Ribeiro (017.640.241-17); Maria Stela Grossi Porto (279.284.461-20); Patrícia Silva Gomes (056.366.626-96)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9055/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.479/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Terra Ribeiro Souza Reis (088.650.289-63); Alisson Lucas dos Santos Bortolanza (079.421.799-07); Danniella Xavier (058.089.519-09); Katia Cristina Daniela da Silva (063.046.279-80); Paulo Eduardo Bodziak Junior (049.410.279-90); Paulo Guilherme Ugolini (041.667.869-62); Silvana Maria Niszczak (070.569.349-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9056/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.545/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adson Beserra da Silva (643.396.705-10); Ailton da Silva Macedo (013.714.004-58); Matheus Morais de Oliveira Monteiro (057.790.164-88); Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos (097.090.654-40); Vicente Ribeiro Simoni (052.269.304-02); Vitor Paiva de Oliveira (092.793.744-19); Wendson Antonio de Sá Barbosa (056.217.674-89)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9057/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.552/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Araujo Ribeiro Freire (108.708.867-46); Ana Paula Medeiros Bauer (058.504.847-95); Bruno Giorno (055.721.167-00); Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira (120.190.097-22); Carolina Szkruc de Carvalho (115.657.297-57); Cheryl Gouveia Almada (082.426.657-96); Daniel Ranine Pena de Sá (133.406.367-29); Davidson Araujo de Oliveira (058.951.577-26); Diego Rocha Granado (094.318.357-03); Edilene Santos Portilho (684.981.012-04); Fabiane da Silva de Lemos Predes (100.774.637-81)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9058/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.524/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano João da Silva (064.939.944-70); Jefferson Pedro dos Santos Silva (074.186.314-64); Silvânio Martins de Lima (083.182.294-52)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9059/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.553/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alfredo Anderson Teixeira de Araujo (031.397.834-42); Demetrio Gregorio Ribeiro (042.999.884-85); Denilton de Castro Santana (039.082.825-43); Flavia Lima de Carvalho (838.481.935-15); Juliana Pires Pereira (071.578.304-18); Pedrita Alves Sampaio (033.218.675-08)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9060/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.728/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anelisa Fayad Lopes (217.333.558-80); Cynthia de Souza Santos (761.415.606-44); Daniela Aparecida da Silva Sales (041.446.251-33); Erik Luca de Mello (135.111.708-42); Gisele Aparecida Nogueira Yallouz (607.644.571-87); Karine Mattos (074.532.269-70); Mauricio Cleber Miglioranzi Santos (997.044.550-20); Neide Proença do Espirito Santo (876.958.711-68); Vanessa Soares dos Santos (024.868.821-97)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9061/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.194/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Lidia Belem Dantas (059.879.794-71); André Luiz Pinho Sobral (621.081.663-00); André Luiz da Silva Carlos (066.815.846-83); André de Souza Silva (953.188.366-15); Andrea Cristina Alves (053.265.846-97); Andreia Alves de Oliveira Tiveron (040.071.756-59); Andreia Aparecida Portela (027.201.696-92); Andreia Cristina Magalhães Ferreira (002.712.316-29)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9062/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.197/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Duarte de Resende (966.859.216-68); Andreia Fabiana de Oliveira Alves (073.611.526-94); Andreia da Silva Nunes (845.320.171-49); Andres Rafael Saavedra de La Zerda (013.963.166-63); Andressa da Silva Ochiuto (962.022.541-49); Andreza Aparecida Felix Signorelli (029.257.766-47); Angela Maria da Conceição (948.540.091-87); Anna Elizabeth Grant de Oliveira (055.365.584-12); Anne Leite Martins Magalhães (515.291.573-15)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9063/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.424/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Reis Costa (017.667.982-09); Alan Bittencourt (003.936.620-04); Cristiani Santos Quiroga (807.254.490-04); Deborah Regina Silveira (099.149.746-51); Fernanda Lopes Teixeira (986.321.320-91); Fernando Matheus Alves Pereira (030.922.260-54); Hianca Mello Neves (078.224.587-01); Lisiane Guiconi Chaves (889.768.400-97); Maquiele Aparecida Bitelo (019.827.180-80); Tiago Trindade Patat (851.357.040-00)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9064/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.431/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Bevilacqua Meneghetti (015.367.040-16); Ângela Cristina Viau (525.749.890-15); Gabriella Gomes Larre Scolmeister (006.085.850-84); Juliana Cordeiro Krug (971.271.080-72); Leandra Rech (013.799.870-83); Maria Elisiane Modesto (554.141.170-04); Priscila do Carmo Medeiros (830.147.640-00); Renata dos Santos Lunardi (970.878.070-72); Vanessa Corbetta Pingret (001.035.530-88); Vera Regina Serpa Sabarros (568.847.530-72)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9065/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.445/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cláudio Alberto Bernardes de Oliveira (828.592.566-87); Dyego Espírito Santo de Oliveira (054.125.144-99); Larissa Melo Feitosa (058.303.714-30); Marcelo Ewbank Udihara (296.208.268-84); Marcelo Morais de Oliveira (030.530.286-89); Pedro Horigoshi Reis (003.211.553-94); Renata Martins Barbosa (052.672.946-59); Roberto Eduardo Dias Xavier (012.013.734-84); Vannucy Regina Sousa Soares (000.569.083-85); Washington Cleber da Silva Santos (046.764.496-90)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9066/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.450/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Oliveira Di Primio (992.132.570-15); Ana Paula Fernandes Cardoso (025.605.130-56); Ceres Maria Portela Machado (024.713.825-84); Danielle Freire dos Anjos (026.712.845-27); Diana Kazue Sano Shinohara (006.031.941-09); Edilaine Jesus Silva (096.277.466-90); Mirna Porto dos Santos (014.312.275-44); Patrícia Vieira de Almeida (008.557.280-27); Rubem Furtado Ferreira (494.458.203-04); Vanessa Cristiane Farias Barros Dias (003.887.215-37)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9067/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-020.455/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Patrick Cordeiro Alves (013.427.476-82); Ana Paula de Souza da Anunciação de Oliveira (013.059.367-28); Andrea Márcia Cunha Acosta (866.232.141-00); Clistenes Linine Santos de Oliveira (007.848.133-37); Daniel Ferreira Fernandes de Albuquerque (056.632.114-97); Eduardo Henrique Ramos de Sousa (031.922.523-24); Felipe de Oliveira Monteiro (108.009.277-37); Helena Figueiredo da Costa (092.999.787-51); Rainer Quandt (470.021.749-91); Terezinha Godoi da Silva (475.597.999-49)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9068/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.458/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jussara Aparecida Resende (083.434.366-52); Kamila Rodrigues da Rocha (033.716.721-40); Karina Araujo Bezerra (034.307.439-74); Karina de Abreu do Vale (791.173.841-68); Karita Rodrigues Sampaio da Costa (037.127.061-89); Karoline Tury de Mendonça (072.090.336-02); Kassandra Silva Falcão Costa (025.110.863-52); Kassia Borges Paroneto (109.531.686-97); Katia Eliana Lucas Dantas (785.885.374-00); Layla Souza da Silva (716.992.441-20)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9069/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.463/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucimar Mártires (041.186.339-81); Luís Gustavo de Souza Santana (008.334.925-19); Márcia Luzia Davi Lúcio Silva (030.374.706-40); Marco Antonio Maluf Curi (138.679.138-54); Marcos Antonio de Medeiros (082.238.204-04); Maria Aparecida Teixeira de Araujo (986.607.566-49); Maria Catarina Cândido Árabe (755.453.656-72); Maria Luíza Soares Rossetti (015.404.056-80); Maria da Piedade da Silva Guedes (046.990.784-35); Mislene Galdino Diniz (039.092.666-30)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9070/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.469/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marke Geisy da Silva Dantas (073.725.574-96)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9071/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.500/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiane da Silva (004.375.049-48); Elisabete Paiva Orrigo (763.618.960-72); Fabiana Bitencourt de Souza Silva (000.971.180-52); Fernanda Fischer Paniz (803.886.390-91); Isnelen Piacini (023.804.840-31); Juliana de Oliveira Theisen (003.336.280-71); Lisiane Machado Félix (002.638.650-02); Lucas Dalamaria Correa (025.886.850-30); Priscila Ansiliero Madruga (014.657.770-16); Priscila Weber (832.525.410-68)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9072/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.505/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Giovanni Luís de Lima Leão (082.836.176-21); Liliana Cristina Tavares de Oliveira (000.535.296-77); Liliane Barreto Teixeira (025.990.796-08); Lindalva Helena de Morais (009.097.996-60); Luciene Sampaio Bomfim Mota (779.458.165-68); Luiz Carlos Thimoteo Domingues do Carmo (710.556.306-00); Márcio Eulálio Barreto Soares (619.807.813-20); Maria Aparecida Alves (552.159.201-68); Maria da Conceição Soares (409.838.461-20); Maria da Cruz Oliveira Ferreira Moura (008.061.213-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9073/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.510/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Márcia Cristina Lucas Ferreira (073.137.847-40); Márcio Antonio da Conceição Gomes (712.556.806-87); Maria Erlandes Pereira da Silva (981.677.073-34); Maria Lúcia dos Santos (007.711.421-37); Maria de Fátima Alves de Morais (510.201.573-72); Maria de Fátima Martins Pinho de Brito (807.596.703-82); Maria do Socorro Diniz do Nascimento (036.091.763-18); Maria do Socorro Xavier Félix (038.555.524-52); Mariana de Oliveira Santos (057.616.916-12); Mitiko Murao (558.394.606-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9074/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.512/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lidiane Menezes da Silva (049.863.406-03); Lígia Queiroz Freitas (039.181.776-02); Lília Helena da Silva (095.202.946-43); Lívia Figueira Avezum Oliveira (159.766.838-94); Marcília Fellippe Vaz de Araujo (013.240.643-82); Maria Elizabete de Freitas Rocha (787.001.083-91); Maria das Graças Quaresma Lima Ferreira (565.477.143-49); Maria de Fátima de Alencar Bezerra Freitas (275.036.313-68); Maria de Nazaré Silva (386.712.633-04); Maria do Perpétuo Socorro Costa de Carvalho (453.815.263-34)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9075/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.517/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adma Erika Augusta Ramos Pimenta (053.302.846-94); Carolina Fernandes dos Santos Simões de Sousa (111.384.127-32); Eder Nunes de Quevedo (988.429.190-04); Erasto Amaral Neto (875.022.759-91); Eric Grieger Banholzer (046.207.486-25); Gelvane Pontarolo (017.904.739-69); Jesielle Aparecida de Lima (069.385.599-10); Juliane Clotilde Souza Cordeiro (057.650.419-06); Mariana Stieven Sonza (055.879.889-61); Myriam Regina de Azevedo (817.768.379-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9076/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.532/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bianca Alves Benevenuto Valadares (014.287.237-73); Cíntia Maria Félix Medrado Parcero (811.046.265-00); Denise Soares de Almeida (035.919.104-57); Karine Braz Souza Caixeta (995.558.751-20); Luciano Berto da Silva (637.604.284-87); Raiany Anizia Pereira da Silva (068.275.344-05); Rodrigo Alves de Carvalho Cavalcante (896.393.241-91); Tiago Carvalho Costa (070.227.264-77)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9077/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.599/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eliane Cesar (872.526.609-82); Geissa Gomes da Conceição (072.913.339-70); Graziela Castro Marquez de Moura (859.910.821-20); Irene Teresinha Sidral (761.234.649-49); José Nilton Cavalcante (929.444.429-53); Juliana Verbinen da Silva (064.969.719-78); Juliano Spadoni (280.948.728-61); Leandro da Silva (026.267.099-21); Leidelúcia Nunes de Almeida (085.879.827-10); Simone Cristina Soares (093.184.767-28)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9078/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.604/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danny Ederson da Silva Cruz (755.270.736-49); Janderson Lucas Nunes de Sousa (045.448.831-99); José Braz Leite Junior (046.491.664-03); Josiane Garcia (045.696.336-76); Karina e Silva Pereira (030.205.631-94); Marília Marques Pereira Lira (057.892.584-25); Marília Santiago Torres Pinto (002.035.313-88); Sheyla Maria Ferreira (402.411.811-00); Terezinha de Jesus Santos Pereira (360.154.403-25); Valquíria Alves (778.076.851-15)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9079/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.607/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anna Patrícia dos Santos Cunha (012.924.866-51); Gabriela Câmara Bezerra (057.164.284-52); Glênia Hayder de Souza Gonçalves (102.470.836-58); Guilherme Oliveira Nascimento (082.601.936-63); Gustavo Adolfo Soares Santana (067.442.376-32); Igor André Gonçalves Ferreira (021.666.941-36); Inácio Faco Ventura Vieira (932.234.391-53); Iran Elói Rodrigues (417.281.491-34); Iraneide Palmeira Teixeira (006.523.245-33); Isabela de Almeida Firmo (095.000.446-41)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9080/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.623/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexsandra Braga Farias de Oliveira (702.295.893-91); Ângela Maria Teixeira Oliveira (810.121.951-04); Geisa Mara Carvalho Sousa (018.956.103-38); Guilherme Augusto da Silva Moraes (313.095.408-29); Isabel Cristina Leão de Lima Oliveira (752.605.063-91); Jaime Neves de Jesus (479.667.855-72); Leila Camargo Righi Elias (025.997.889-27); Manuela Machado Santos Cunha de Souza (816.634.395-91); Mariana Nunes Mendes (967.175.133-49); Paulo Victor Castro Gonçalves (040.054.043-67)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9081/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.763/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Rodrigues Moro Rigue (014.121.190-30); Camila Oliveira Cunha (344.234.108-69); Claudeth Freitas da Costa (028.975.283-38); Cristiano Bohrer da Veiga (020.215.990-60); Karina Paula Medeiros Prado Martins (078.148.116-35); Lucas Faria de Castro (710.053.821-15); Luciana de Almeida Lima Lapenda Fagundes (039.444.604-64); Marília da Cunha Menezes Araruna (000.046.441-40); Priscila Lopes Araújo (066.560.204-96); Tânia Maria Rotili (910.166.900-10)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9082/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.765/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adailton da Silva dos Santos (050.130.345-66); Alan Márcio de Brito Araújo (971.794.933-68); Claudiana Sousa Santos (002.769.263-90); Consuelo Maria Caiafa Freire Junqueira (081.546.457-69); Fábia Aparecida Alves de Souza (010.375.586-18); Hamilton Paiva Salaberry (484.491.800-15); Ione Aparecida Pinheiro Vieira (019.507.431-95); Natália Carbonari Barboza (019.622.701-14); Robejânia Alves dos Santos (017.583.403-20); Thomas Alves de Souza Lima (257.310.658-61)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9083/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.776/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriane Martins Szortyka (969.322.440-04); Ana Lísia Cunha Nascimento Giudice da Costa (716.777.205-49); Bruna Matedi Barreira Moyses (082.333.137-77); Cristian Maio Hillesheim (022.421.979-08); Ediney Cavalcanti Batista Filho (893.289.495-72); Fernando Cezar Montebeller (887.050.057-87); Lays Pinheiro de Medeiros (096.785.134-39); Lilian Maria Visentin Bechara (026.811.346-76); Margarete Barreto do Espírito Santo (871.728.285-34); Romeu Hausberger (024.523.829-81)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9084/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.779/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ângela de Neiva Granja (926.176.893-87); Bruno Baptista Monteiro Filardi (293.660.398-63); Bruno Verschoor (045.568.479-07); Carlos Kleber Silva Alves (825.336.445-87); Carolina Pelzer Sussenbach (971.015.830-91); Letícia Barrios Kanomata (905.886.491-04); Lunize Schwerz Machry (003.376.450-60); Milena Viana de Holanda (889.974.213-87); Mônica Suzana Costa Diniz (482.464.844-00); Roger Roberto Cunha Médice (087.153.427-43)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9085/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.785/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Teixeira de Landa (063.160.816-85); Ana Caroline Dahmer da Silva (849.741.092-00); Daniele Barros Cazarim de Oliveira (075.471.556-69); Fernanda Alves Luiz Rodrigues (009.977.521-22); Lara de Moraes (059.822.316-90); Márcia dos Santos da Silva (788.694.472-00); Natália Leal Duarte de Almeida (015.053.640-27); Patrícia Bermudes Oliveira (107.618.047-73); Valéria Rossi Marques da Costa (016.493.171-66); Vanessa Pinho de Barros Montezuma (616.033.253-87)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9086/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.786/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline do Aido Varanda Rosário (103.339.487-42); Anderson Acioli Soares (049.558.864-42); Antonio Augusto Breda Rocha (110.876.467-31); Juelisi Monteiro da Silva Lima (039.739.274-56); Luana Dias Santiago (064.844.654-95); Ricardo Coradini Abdala (004.473.750-59); Tamara Soares Dantas Bohler (042.787.434-32); Thiago Miranda Tredicci (996.027.501-97); Vanessa Tavares de Freitas (995.481.781-68); Viviane Oliveira Nogueira Ferrari (057.099.417-94)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9087/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.790/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Afonso Machado Coelho (706.179.451-87); Bruna Raquel Rodrigues Araujo (046.097.594-38); Carla Renata Gomes de Carvalho Holanda (856.054.503-44); Célia Coutinho dos Santos (864.400.391-72); Débora Danielle Andrade dos Santos (045.106.434-89); Edson Oliveira Pereira (048.666.315-97); Francine Pereira Paixão Farias (004.050.425-58); Joelma Souza Pereira (839.470.513-87); Lidice Peruch Fundão (903.827.737-72); Marineide Sodré Rodrigues (791.934.393-34)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9088/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.791/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antônia Pedro de Almeida Sousa (807.326.231-20); Dinomar Fontana Ramires (164.085.190-91); Fabiano Gomes da Silva (919.287.453-34); Felipe Weinmann de Moraes (008.148.180-21); Karine dos Santos Silva (656.588.503-63); Larisse Souza Cerqueira (120.790.777-40); Leili Mara Mateus da Cunha (963.134.551-34); Liziane Camões Borges (647.377.563-34); Ronilson Dias Leite (032.568.036-10); Sergio Nunes Pereira (608.601.208-30)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9089/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.792/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Álida Alves dos Santos (084.745.766-44); Andreza de Azevedo Monteiro (052.423.214-82); Eduardo Cardozo Remédio (033.309.521-99); Gisele Weissheimer (071.311.889-05); Natali Rosa de Oliveira (040.878.835-66); Sara Peixoto de Almeida (042.307.635-30); Suânia Carvalho Sousa Lima (008.885.093-59); Vivian de Freitas Granjão (001.129.430-20); William Silva Barroco (981.170.330-20); Érika Gustini Simões (841.130.495-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9090/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.795/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André Viana Antunes Amaral (014.613.430-38); Daniel Gallina Martins Abrahão (099.966.297-08); Elisabeth de Souza Andrade (003.553.661-69); Juliana Laurentino Rosas (032.488.355-24); Luísa Dias da Mota (010.826.840-31); Pollyana Maciel Portela (035.730.923-57); Sherlene Marques Silva (011.842.663-01); Stephane Durand Santos (022.056.061-74); Thiago Fiel dos Santos (028.941.285-41); Victor Carbone Bernardes de Oliveira (063.289.664-74)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9091/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.798/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Arianna Romualdo da Rocha (067.240.616-01); Daniela Brassolatti (186.542.418-88); Eurione Antônio Garcia da Veiga Jardim (147.296.871-91); Iris Ucella de Medeiros (047.115.044-43); Janeth de Araujo Lemos (201.775.852-34); João Batista Filho (308.540.834-72); José Sidney Dias Junior (095.177.387-90); Manoel Izidio da Silva Neto (552.089.244-04); Matheus Angiole Ferreira de Almeida (015.493.962-50); Renata Cristina dos Anjos Araujo (013.648.314-30)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9092/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.803/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Donizetti de Andrade (198.273.696-87); Bárbara Rigotto Lima Prado (082.094.976-00); Francisca Waldilene Rodrigues Salviano Oliveira (579.271.383-91); Izabelle Fernanda Neves Cutrim (033.039.983-70); Margareth Rodrigues da Cruz (201.641.301-87); Maria Verónica Márquez Costa (840.154.700-87); Marina Marinho dos Santos (053.681.245-46); Patrícia Galvão da Silva (970.026.151-49); Taiane Candeias da Silva (020.252.035-86); Taísa Fernandes Ferreira de Sousa (011.767.406-01)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9093/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.806/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fábio França Silva (788.243.383-72); Fernanda Graziela Costa de Almeida (047.810.414-69); Gleiciane do Nascimento Castro (016.709.973-67); Luciana Luz Alves (433.899.453-34); Maísa Francino Cardoso Oliveira (060.046.006-10); Márcia Hamburgo Santos (827.584.685-49); Paulo Alexsander Alves de Melo (030.901.894-37); Tatianne da Silva Alves (062.501.444-80); Viviane Carvalho Ferreira (095.463.487-08); Wendel Bezerra da Silva (584.783.881-68)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9094/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.811/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adaiane Amélia Baccin (942.264.400-30); Afonso Celso Pereira dos Santos Junior (818.909.743-15); Camile Brito Cunha (042.612.923-78); Dayane Franco Valadão (045.187.166-98); Fernanda Ziegler Reginato (029.513.820-30); Hivila Nayanna da Silva Moreira (025.328.483-08); Jaciene Souza Freitas (796.982.475-72); Maria Tereza Beckman Pereira Gomes (270.560.903-20); Ricardo Zucchi (177.768.578-82); Sheila Fátima Walczak Elias (018.694.049-12)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9095/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.817/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Vitória Vieira Branco (752.302.089-53); Bruno Wurmbauer Junior (417.941.411-20); David Geovanni de Almeida Banhara (024.959.131-64); Flávia Santos Araújo (013.152.591-33); José Roberto Izidio Lopes (088.683.804-55); Juliana Miranda da Silva (118.093.637-05); Leonardo Nakahara de Oliveira (775.182.413-15); Maria da Conceição Portela de Carvalho (376.903.103-20); Maria dos Remédios Lustosa Sampaio Oliveira (003.116.663-61); Tiago Trindade Hahn (804.104.800-53)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9096/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.821/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Cecília Maia Souza Carneiro Leão (055.656.324-71); Bruno Silva de Amorim (108.738.047-24); Eric Kleber Rocha Lopes (033.026.485-02); Erica de Mello (035.782.786-45); Henrique Tobal da Paz (009.509.620-58); Leandro Salim da Silva de Oliveira (110.866.446-62); Mariah Silva Smidt (018.591.790-96); Milene Peres Guerson Medeiros Schuery (058.001.056-26); Ramilson Medeiros dos Santos (406.666.705-87); Sirlei Aparecida Mariano (497.599.146-20)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9097/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.824/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Fernando Máximo da Silva (682.096.904-00); Juliano da Silva Reis (021.535.100-23); Laryssa Nunes Schmitz (114.226.086-03); Laura Quoos Dotto Friedrich (028.073.920-67); Marcelo Lunardi Caetano (023.507.530-26); Pollyanna de Araujo Torres Romariz (035.764.374-79); Rafael Paim Leal (002.752.910-06); Simone Dias (834.329.300-20); Taritsa de Oliveira Ferraz (017.488.080-44); Waldemiro Gonçalves de Oliveira Sobrinho (045.263.996-47)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9098/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.828/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Oliveira Diniz (036.671.573-98); Clorisana Abreu Rameh (047.254.896-46); Jalusa Boufleur (910.401.750-15); Lília Teixeira Eufrásio Leite (027.838.633-40); Marianna Barros de Oliveira (011.701.001-47); Mayara Ferreira Bernardo (074.161.844-36); Paulo Roberto Autran Gurgel do Amaral (735.741.634-87); Renato Gouvêa Rocha Liz (050.863.506-38); Vanessa Gomes Barbosa Borges (013.499.664-01); Érika Neves de Barros (027.870.734-33)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9099/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.830/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline da Silveira Leite de Souza (010.529.020-30); Amene Cidrão Lima (648.689.403-25); Jefferson Vinícius da Silva (090.326.136-77); Leonardo Barbosa de Almeida (098.446.156-66); Letícia Dione Caruccio (691.010.780-20); Luan Nascimento da Silva (036.147.803-84); Marcel Dias da Silva (020.921.300-05); Ricardo Braz Ferreira da Silva (043.190.544-40); Thais Lessa Santos (019.388.375-92); Viviane Wanderley Mastroianni (073.967.734-90)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9100/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.835/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Marcelo Leite da Silva (911.475.810-53); Douglas Valêncio Tavares (004.378.530-12); Isabella Lima Dantas (017.306.435-31); Jéssica Aguiar de Souza (016.637.290-00); Jéssica Louise Benelli (030.403.060-06); João Vítor Souza Nonnenmacker (023.690.210-55); Simone Resende Muniz Brito (033.890.056-09); Thalyta Bruna da Silva (018.297.806-03)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9101/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.877/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruna Antonov Veiga (024.891.320-40); Camila Zanatta (008.047.450-05); Carina Luzyan Nascimento Faturi (908.748.030-04); Carla Adriane Bonatto (959.811.870-34); Carolina Renata Braga (010.860.690-21); Cassiano Teixeira (661.655.710-34); Lisiane dos Santos Rocha (723.054.790-34); Quellen dos Reis Munhoz (967.161.500-72); Sebastião Ricardo Figueiredo Nunes (005.199.090-38); Tiele Ramos de Souza (014.014.020-46)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9102/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.893/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Laura Carvalho Leite Medeiros (020.567.304-05); Aquino Santana Gomes (011.940.643-88); Carolina Pinheiro Braga (069.568.644-52); Helder Kester Alves Nunes (934.765.824-34); Jéssica Alves dos Santos (031.320.841-74); João Gabriel Schmitt (828.345.800-06); Kaethe Tosta Ribas (020.276.045-61); Kezio Lima de Matos (046.230.764-66); Larissa Nogueira Negreiros (868.446.442-72); Michelle Rafaelle Andrade Gurgel (013.833.434-03)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9103/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.902/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Fortes Santana (092.090.166-29); Danielle Patrícia Arantes (716.468.680-72); Diogo Trevisan Silveira (000.263.550-00); Elizabet Dejan Paganotto (602.660.150-34); Fabiana Celes Sobral (046.830.535-19); Flávio Correa de Moraes (946.699.020-91); Gabriella Moreira Silva (108.291.826-16); Iva Nice Del Pino da Silva Mello (403.943.360-20); Mayara Moura Ferro (033.259.103-43); Suécia dos Santos Maia (026.557.394-77)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9104/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.905/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Clemilson Rodrigues Domingos (041.548.534-73); Daniela Uchoa Pires Lima (463.620.293-72); Edison Roberto Brasilino (107.149.658-12); Érica Almeida Machado (002.051.993-13); Fernanda Fernandez Pedrino (328.863.348-55); Fernanda de Souza Gonçalves (051.274.346-01); Francine Ambrózio Lopes da Silva (351.373.158-26); Mariana Augusta de Sá (055.871.544-32); Milena Carvalho Libardi (329.105.318-48); Tiago Gama do Nascimento (084.060.194-84)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9105/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.931/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Fiorenzano Bravo de Andrade (014.170.580-99); Camila Laurino Bessil (986.074.300-25); Daniel Augusto dos Santos Nunes (010.561.940-06); Dielen Alves Mota (024.290.900-07); Fernanda Medeiros Sebastião (013.397.310-70); Francine Cordeiro (018.414.350-07); Lisandra Britto da Silva (817.832.480-68); Márcia Regina Silva da Silva (835.701.870-04); Tânia Lúcia do Pilar (690.103.820-87); Viviane Rodrigues dos Santos (825.933.700-25)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9106/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.932/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caroline Rosa Sanches (846.479.810-53); Flávia Moreira Lima (723.363.660-53); Juliano da Rosa Schneider (027.487.810-07); Laíde Aparecida Menezes Gimenez (939.191.150-15); Sabrina Irineu Ferreira (025.504.640-52); Tatiani de Freitas Quevedo (907.382.680-20)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9107/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.935/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Santos Sousa Ribeiro (660.700.155-68); Amanda de Maria Gomes Pinheiro (722.522.003-91); Auxiliadora da Fonseca Gava (024.617.957-03); Bruna Gomes de Souza (055.814.547-79); Cristiano José de Mendonça Lira (071.780.534-45); Jéssica de Sousa Carvalho (039.625.233-83); Joice Mara Pirondi Silva (303.362.688-23); Liliana Iapequino Morais (632.659.902-49); Renato Fernandes dos Santos Carvalho (751.739.213-15); Sandra Balbino Teixeira Bottecchia (057.026.057-48)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9108/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.936/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Mirelle Costa Xavier (049.517.924-86); Ana Lice Vieira Fonseca (830.349.863-00); Felipe de Souza Silva (014.273.056-41); Francinete Araujo Serra Pereira (002.117.943-33); Karinna de Abreu Lima (057.324.384-08); Letícia Leone Valiati de Quadros (113.476.667-02); Luzia Pereira Alves (655.778.253-34); Márcio Vilaça da Fonseca (096.612.537-14); Nelson Expedito Pereira Rodrigues (460.049.473-34); Neusa Soares dos Santos (003.738.457-07)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9109/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.937/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Ferreira dos Santos (900.429.211-04); Edijane Ferreira de Faria (021.991.854-60); Elba Santos de Barros (024.551.544-59); Francisca de Assis Fernandes Martins (027.221.293-88); Hercilla Nara Confessor Ferreira de Farias (065.631.824-45); Manuelle de Araujo Holanda (060.428.314-88); Mirella Shayanne Barbosa Vital (065.810.234-69); Sâmela Maria de Oliveira Silva (007.560.714-02); Soenir Oliveira de Aguiar (927.014.931-53); Vera Lúcia Franco Teixeira Pinto (910.319.153-20)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9110/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.943/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno de Souza Nogueira (090.008.384-01); Camylla Melo Fernandes Maranhão Lima (011.570.974-64); Cláudio Augusto de Carvalho (836.766.199-00); Israel Junio de Araujo (085.549.496-41); Jullyani Queiros dos Santos (013.735.324-32); Katiane Sefrin Speroni (001.008.900-40); Nelson Barreto de Oliveira (352.709.345-15); Odila Paula Savenhago Schwartz (059.380.779-07); Sebastiana Verônica da Silva (035.432.093-96); Thalita Marques Oliveira (090.816.896-90)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9111/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.951/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriane Leal (893.198.930-04); Afrânio Leite Rossato (010.176.110-41); Charles Ranieri Melo de Souza (046.209.984-94); Elton Almeida Carvalho Peixoto (014.791.965-76); Elton Leonardo Souza Oliveira (843.834.375-91); Gisele Portella Maidana (017.526.210-18); Lisiane Vargas (010.385.310-39); Lucas de Figueiredo Rosa (050.020.689-95); Michelle Daiane da Silva Rocha (007.763.365-25); Rejane Barbosa de Almeida Cavalcante (003.616.623-51)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9112/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.976/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Ana Cristina Tolentino Cabral (039.317.676-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9113/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.979/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dafne Wandressa Salvador (061.416.789-20); Luiz Wagner dos Anjos (804.021.869-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9114/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.985/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clarissa da Cunha Vieira (089.009.116-19); Raphael Nunes de Oliveira (066.700.696-69)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9115/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.988/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Marinho de Oliveira (001.637.142-90); Marcos Denilson de Oliveira Monteiro (838.280.012-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9116/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.990/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elias Pascoal (342.861.526-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9117/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.992/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cesar Eduardo Leite (043.517.508-47); Fernando Mourão Gutierrez (814.303.531-04); Marcelo Rodrigues dos Santos (001.393.101-69); Nivia Aniele Oliveira (080.852.076-80); Patricia Dias Tavares (015.264.016-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9118/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.995/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rejane Gandine Fialho (024.705.997-84)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9119/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.003/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudir Lopes da Silva (662.506.410-68); Fabiana Acosta Mariense (017.304.860-96); Jeferson Mancy Verdeco (000.488.640-21)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9120/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.008/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bianca Astrogildo de Freitas (018.463.550-01); Janayna Bispo Araujo (011.061.111-09); Janece Moreira dos Santos Oliveira (874.499.941-00); Jonatas Fragoso de Souza (036.689.721-76); José Carlos dos Santos Batista (539.102.061-15); Joseli Santos Vieira Monteiro (846.659.041-20); Juliana Pinheiro Duarte (882.207.531-53); Juliane Feitosa Bezerra (014.947.041-02); Kathy Aleixo dos Santos Ferreira Marcolin (328.980.288-43); Marcelo Medeiros Mota dos Reis (006.599.793-06)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9121/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.009/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bráulio Emílio de Jesus Santos (000.207.635-73); Elielma Ribeiro dos Santos (005.960.895-11); Francisco Ferreira Chaves (397.428.903-82); Isabel Andrea Ferreira Carvalho (771.636.483-91); Janaína Lima de Figueiredo (994.375.033-20); Janinne Ferreira Batista (034.551.181-60); Jefferson Zeferino Soares Bezerra (973.389.583-00); José Augusto Lima Nery Barbosa (034.206.153-45); Joysa Feitosa Alencar (024.868.073-06); Julianne Rocha Sérvulo (619.134.213-68)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9122/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.022/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Marta Liborio de Jesus (019.087.815-05); Flavia Vieira Reis da Silva (822.810.921-00); Francisca de Paula Carvalho Demes (018.131.063-55); Francisco Silva Macedo (524.530.491-00); Gabrielle Ribeiro Nascimento (058.840.356-32); Jeane Lima Chaves Galindo (393.997.023-91); Joelma da Silva Barbosa (344.308.732-91); José Carlos dos Santos (049.705.136-27); Joselina de Jesus Lima Silva (860.042.801-78); Josiene Cristina de Oliveira Barros (079.333.626-05)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9123/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.025/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Lacerda de Vasconcelos Bazilio (696.239.611-20); Cláudia Carvalho Mendes Schiavon (464.944.803-49); Isabel Clasen Lorenzet (975.457.320-49); Nathalia Sandes da Silva Macedo (011.479.793-59); Noélia Mota de Sousa Santos (497.728.133-00); Samantha Dodt Farias (008.802.043-62); Valéria Jorge de Souza Castro (913.568.816-53); Vinícius Fernando da Luz (047.946.784-60); Vivian Stefanne Soares Silva (119.333.526-47); Willyan Franco Hilário (115.407.257-66)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9124/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.029/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sara de Pinho Cunha Paiva (814.687.926-87); Valdinei da Silva Pereira (982.527.391-72); Valeria Salge Assunção (619.668.196-68); Vanda Stabile de Oliveira Sawan (159.762.328-84); Vandonei Vieira Machado (009.118.816-46); Veronica Maiara Moreira Cesar (057.897.046-54); Virginia Fava Lena (007.781.970-50); Waleska Borges de Freitas (052.017.606-51); Walquiria Elizar dos Santos (069.446.966-14)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9125/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.038/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Maria Paixão Araujo (011.628.583-46); Hugo Lourenço de Oliveira (024.705.261-24); Juliana Coelho Correia Rodrigues (055.410.207-27); Thaina Celia Alves da Silva (019.748.591-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9126/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.039/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rosana Martins Silva (947.314.976-04); Sara Borges Ferreira Gomes (347.546.408-02); Sara Monteiro de Moraes (068.219.986-98); Viviane Medeiros de Amorim (051.083.344-60); Viviane Rosa Dias dos Santos (088.238.316-79); Walcimar Martins de Oliveira (323.206.716-68); Waldemar Brito da Silva (260.830.698-58); Walter Gonçalves Neto (082.200.816-51); Wanessa de Araujo Maria Oliveira (002.985.286-22); Zenilda Terezinha do Bomfim Pinheiro (804.120.099-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9127/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.040/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jonathan Grassi Rodrigues (129.787.187-14)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9128/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.041/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Bruno de Souza Santos (093.184.754-03)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9129/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.045/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: João Gustavo Rodrigues (769.407.722-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9130/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.052/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eulina Santos Dure (024.336.531-42); Nara Karoline Andrade Rodrigues (022.145.213-30); Nidia de Paula Silva Leite Sousa (572.342.993-00); Sandra Gonçalves da Conceição (523.775.711-15); Suely Rosa Pinheiro (771.437.443-87); Tatiane Nair Portela de Sant Anna (007.609.461-83); Valeria Miranda Franca Queiroz (857.944.491-87); Vanessa Samara Bastos dos Santos (709.392.761-00); Virgilia Breder de Oliveira Pinto (004.760.001-22); Wellington de Sousa Dantas (003.724.911-89)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9131/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.056/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Alves Duarte (344.277.836-00); Mônica Gisele Costa Pinheiro (082.628.974-63); Ofélia Lima de Jesus (942.054.503-20); Otávia Maria Abreu Pinto Bezerra (907.961.793-87); Pâmela Caroline Guimarães Gonçalves (015.319.593-26); Priscilla Araujo Duprat de Britto Pereira (719.544.656-53); Rosiana Venâncio da Silva (126.347.797-63); Victoria Helena Moreira dos Santos (096.095.676-06); Waleska Rayane Dantas Bezerra de Medeiros (080.840.234-03); Zilda Maria Alves Meira (131.034.236-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9132/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.058/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Gonzales Real (005.657.910-10); Naiza Silva Ribeiro (849.280.423-87); Nayanne Oliveira Reis (959.404.723-20); Samuel Leandro dos Santos (338.879.048-50); Veronica Maria de Queiroz Ferreira (366.541.753-87); Vinicius Macedo de Sousa (023.355.961-28); Vinicius Vilela Abud (048.165.626-05); Vladiana Augusto de Souza (003.268.183-67); Willamy Pereira da Costa (006.234.633-42); Yehudi Americo Pereira Tolentino (108.498.596-97)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9133/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.060/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Airton Avedes Caramalac Junior (021.439.391-75); Aloísio Luiz Benedetti (364.998.030-49); Ana Paula Lucena Cardoso da Silva Spagnolo (822.351.121-53); Anderson Arce de Brito (034.907.011-35); Beatriz Gonçalves de Oliveira (047.279.439-64); Cibeli da Silva Ricardo (052.326.574-37); Letícia Guimarães Soares (795.012.222-68); Mychel Keyson Freitas Rosa (001.469.043-89); Patrícia Karoline Brandão Barbosa Modesto (037.919.293-48); Valderes de Sousa Barbosa (849.974.861-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9134/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.067/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mayara Oliveira Silva Sampaio (033.456.553-73); Meire Luce Ferreira da Cunha (057.141.956-98); Michele Alvarenga Dumont (030.120.226-51); Micheliane de Sousa Morais (072.086.976-55); Michelle Ferreira Costa (075.209.886-19); Natalia Maria de Lima (704.801.333-87); Teresinha Rodrigues Veloso (003.183.553-88); Tereza Raquel Simões Matos (075.553.516-25); Thaina Oliveira de Abreu (079.126.396-75); Thaís Lourrane Pires Mazoroski Vorney (107.253.146-13)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9135/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.068/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Natanael Luiz Zotelli Filho (085.046.476-50); Rafael da Silva Fernandes (057.424.596-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9136/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.072/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Luiza Babo Sedlacek Carvalho (113.537.357-45); Lauri Luiz Kunzler (000.152.749-50)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9137/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.075/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Matheus Damasceno Amorim (073.143.326-22); Sheila Jorge Adad (446.558.606-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9138/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.076/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Davilon Alves Barros (049.619.823-85); Kelly Samara Pereira Lemos (855.534.253-87); Nara Calaca Ribeiro (031.630.123-02); Paulo Alex Bezerra Sales (950.325.333-00); Thiago Rodrigo de Oliveira Araujo (880.238.693-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9139/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.082/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antonio Henrique Queiroz Conceição (053.124.502-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9140/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.084/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Gonçalves Pereira de Carvalho (051.025.676-75); Aline Caroline Vieira Tavares de Souza (056.051.294-57); Luciana Alves Milanez (029.184.156-26); Orlanda Nunes Ribeiro (738.787.233-34); Rafaella Paula Pimentel Procópio (059.100.784-37); Rosilene da Silva (302.696.012-87); Sara Nogueira Silveira Lima (035.182.153-88); Tamara Caminha Carvalho (055.028.853-80); Thais Cristina Araujo Moreira (827.980.523-00); Verusca de Paula Castelo Branco Sousa Martiniano Martins (007.165.093-85)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9141/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.087/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Modolo Secchis Puglia (112.272.887-51); André Luis Basilio de Oliveira (032.808.776-95); Andrea Ovando Moraes (888.050.771-00); Elisabete da Silva Medeiros (998.580.450-34); Giselle Viebrantz Silveira (697.369.951-00); Laura Brito de Souza Papaleo (010.413.913-74); Maria Livia Alexandre Faco Bezerra (670.002.403-00); Raphael Franco Bezerra (001.492.973-27); Rodrigo Azevedo Ribeiro (997.842.203-00); Roger da Silveira Martins (012.852.710-25)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9142/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.091/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Feitosa da Silva (005.327.405-99); Alisson José Santos Arruda (001.936.475-08); Erika de Jesus Magalhães (025.568.155-07); Micheline Pereira de Araujo Rocha (001.368.633-02); Midiane Veras Bacelar (067.747.786-40); Naiara Durvalina da Luz (021.957.073-64); Neirelane Jurema dos Reis (045.530.916-74); Sandra Regina Lopes de Camargos (661.110.216-72); Silvestre de Sousa da Costa (028.512.083-22); Vlademir Vicente Lomba (294.169.958-94)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9143/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.095/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Flavia Rocha de Carvalho (002.131.845-08); Briane Avila Fucolo (001.890.590-01); Danyelle Lima Santos (974.971.775-91); Elisabete da Costa (517.981.155-49); Flavia Maria dos Santos (026.444.065-01); Igor Vicente dos Santos Vieira (013.015.455-54); Kelly Karina Cardoso Barreto (016.998.875-94); Lucival de Almeida (014.990.025-21); Luiza Cristina dos Santos (276.242.425-91); Yani Leão Soares Koyama (641.822.151-68)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9144/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.098/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavio Augusto Guerreiro Aragão de Villar (922.214.245-49); Iraneide Soares de Andrade (565.710.623-72); Jailson Honorato Frazão (030.510.224-97); Luciene Araujo de Lucena (041.460.434-25); Maria Veruska da Silva (065.646.614-60); Mariana Geber de Almeida (975.832.270-20); Milton Cesar Prado Simões (925.922.955-34); Patricia Bortoluzi (009.803.780-36); Rita Amelia de Oliveira Echevengua (012.568.940-36); Teogenes da Silva (782.735.445-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9145/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.101/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiane Prado Dantas (021.326.475-77); Ismael Martins da Silva (039.183.824-51); Jaqueline Priscila Davino (383.280.498-64); Mila Vanessa de Farias Brito Soares (006.839.965-09); Sunayth Rodrigues da Silva (013.702.135-65); Thays da Silva Lima (027.107.283-03); Thiago Bruno Monteiro Bispo (616.190.193-53); Tiago Teixeira da Rocha Santiago (806.140.865-15); Tiago da Costa Brito (077.973.646-05); Uerleide Pereira de Medeiros (013.277.384-81)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9146/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.527/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paula do Valle Ungierowicz (100.003.637-58)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9147/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.531/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vania Dutra de Azeredo (449.218.610-72); Vinicius de Souza Tolentino (121.480.377-65); Vitor Bemvindo Vieira (950.194.721-15); Vivian Veiga Brito (084.389.797-00); Wilde Landeiro dos Santos (855.810.385-20); William Leão Cardoso da Costa (114.472.117-23)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9148/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.573/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Michele Lopes Fagundes Nascimento (041.238.847-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9149/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.577/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Nathalia Ferreira Pinto (121.758.417-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9150/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.580/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nestor Nina Zarate (062.272.577-70); Nicolle Figueira Robaina (115.762.377-88); Nicolly de Lima Petito (138.901.777-00); Nilson Henrique Santos de Almeida (138.054.767-95); Nina Pinheiro Bitar (094.343.347-99); Oscar Camilo Silva Evangelista (293.376.708-28); Paloma de Souza Pimenta (007.048.391-48)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9151/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.584/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patricia Fernanda Guimarães Venancio (095.477.737-98); Patricia Teixeira Barbosa Leal (070.795.527-02); Paula Maira Alves Haffner (099.063.057-97); Paula da Silva Lopes (071.672.077-99); Paulo Fernando de Mello Franco (124.245.587-60); Paulo Henrique da Silva Moreira (055.051.097-48); Paulo Lycurgo Provier (053.965.967-32)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9152/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.586/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Perla Lorena Soares (095.730.847-75); Priscila da Costa Dinis (101.809.457-18)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9153/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.595/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renata Malafaia da Silva (123.088.577-30); Renata da Silva Carlos Priori (074.315.577-79); Rene Pfeifer (122.586.327-90); Renne Luiz Camara Medeiros de Araujo (053.618.554-99); Rita de Cassia Melo Santos (057.061.864-99); Robson Rodrigues Leinfelder (269.085.968-85); Rodrigo Amado Garcia Silva (122.919.247-61)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9154/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.600/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sara Pereira Leite Lima (105.319.937-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9155/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.602/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Talita Amaral Teixeira (106.869.957-40)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9156/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.610/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Victor Justen da Silveira Machado (109.747.057-13); Vinicius Triane Dias (138.772.567-08); Vinicius Xavier de Almeida Santos (109.928.877-04); Virginia Georg Schindhelm (011.607.947-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9157/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.613/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Willian dos Santos Panni (128.549.607-85); Zuleica Maria Brum (989.793.457-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9158/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.618/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Andrade Gouvêa (042.696.397-09); Gabriele Cardoso Martins (126.259.207-00); Gonzalo Efrain Moya Borja (325.235.057-20); Gustavo Tavares Ventura (126.502.977-60); Henrique Suathe Esteves (141.677.087-95); Joice Moraes Scarp (135.917.327-70); Juliane dos Santos Ramos Souza (137.584.737-64); Juliette Rodrigues Vasconcelos (121.199.127-00); Jéssica Silva Martins (133.812.477-35); Leonardo Souza Soares (079.259.407-00); Luis Felipe de Oliveira Fleury (146.509.647-76)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9159/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.623/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marden Manuel Rodrigues Marques (025.547.747-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9160/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.632/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ubiratam Carvalho de Paula Junior (105.825.947-40); Vivian Alves da Costa (042.605.787-23)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9161/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.635/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Silva de Oliveira (741.683.630-15); Endrigo Aldori Gonçalves Souza (016.739.360-08); Jorge Fernando Sari (022.901.370-81); Natalia Brucker (010.764.230-19); Vinícius Gomes Perdigão (393.276.298-33)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9162/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.741/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renato Nunes Vieira (859.266.122-68); Robson Cordeiro de Araujo (842.876.592-87); Rosa Martins Costa Pereira (610.286.062-49); Rosiane Carvalho de Jesus (757.856.172-34); Shyrley de Almeida Alves (438.178.662-91); Silvane Maria Pereira (626.313.062-87); Taynan Izabelle Gonçalves da Cruz (010.665.732-12); Vanessa Piffer (925.958.472-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9163/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.744/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Daniela Fatima Mendonça Melo (067.470.896-26)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9164/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.748/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Prycilla Meireles Nunes Nonato (930.261.022-53); Rodimilson Coelho Rodrigues (370.387.102-49); Tatiane Mendes de Sousa (968.150.002-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9165/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.749/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dieferson de Lira Medeiros (133.530.757-55); Diva Tiemi Shinoda (728.570.647-72); Fabio Luis Ferreira Abreu (141.145.817-66); Felipe Alonso Kant de Lima (056.590.247-42); Felipe Correa Oliveira de Mello (122.616.177-47); Felipe Silva da Costa (056.592.917-83); Felipe Siqueira Cople Costa (134.611.607-50); Fellipe de Oliveira Guerra (054.203.337-24); Gabriel da Silva Madeira (122.143.837-94); Gilberto Honigbaum (974.851.017-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9166/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.756/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Silverio de Oliveira (020.119.781-22); Ana Rosa Carvalho de Oliveira (033.930.321-27); Josana Gomes Bandeira (842.553.743-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9167/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.762/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kal El Basílio Brito (021.291.941-50); Laize Oliveira Silva (047.130.393-30); Larissa Sarmento dos Santos (025.766.883-73); Leandro César Beltrão Aguiar (058.986.624-99); Leandro Souza Batista (928.121.633-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9168/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.766/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Eloi Soares de Carvalho (823.371.951-04); Lucimar Franca dos Santos Souza (535.076.817-49); Rafael Viana de Carvalho (511.569.382-87)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9169/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.770/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cassiana Barreto Hygino Machado (107.043.687-90); Cleber Barreto Espindola (002.062.467-06); Cristiane Pereira Ferreira (028.060.727-00); Eduardo da Costa Pinto Davila (106.310.477-78); Eros Izidoro Amaral (092.583.367-39)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9170/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.775/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raimundo Nonato da Silveira Junior (053.426.267-81); Renata de Souza Rianelli (029.266.067-70); Renato Soares de Oliveira (106.083.087-65); Ricardo Potascheff (865.544.507-00); Rodrigo Carvalho da Silveira (057.518.697-61)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9171/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.324/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Costa Ferreira (010.032.154-24); Ana Licia Ribeiro da Silva (008.671.664-60); Carla dos Santos Silva (051.627.814-28); Cinthia Milena Veiga de Oliveira Marques (066.353.294-98); Ednaldo Marques Bezerra Filho (055.394.114-39); Eduardo Martins Albuquerque (619.891.423-20); Emmanuella Swyanne de Souza Angelo (013.548.224-04); Francisco Alírio da Silva (022.223.724-45); Isabel Anne Primo (045.731.544-00); Januária Nunes Lucena (050.778.384-02); Jedison Feliciano Silva (047.482.724-06); Lívia Caroline Sousa e Silva (048.297.234-32); Mayra Ferreira Nascimento (075.046.734-71); Micheline Costa Figueiredo (815.511.694-87); Micheline Nascimento Pinto Alves (053.195.474-98); Milena Késsia Tenorio Leopoldino (022.166.903-50); Uira Luiz de Melo Sales Marmhoud Coury (037.503.194-48); Wood Allen Almeida Firme (008.076.234-40)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9172/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.327/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José de Arimateia Almeida e Silva (034.000.154-23); Lupercia Jeane Soares (032.579.004-30); Vanessa Bastos Lima (002.452.385-22)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9173/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.330/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Edmar Lima Filho (000.479.263-76)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9174/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.333/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Estevana Maria Ramos Santos Barroso (566.598.062-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9175/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.335/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Messias Rodrigues Medeiros (017.175.521-96); Monica Luciana da Silva Pereira (015.594.683-86); Rafaela Rocha Pinto (011.445.151-65); Tiago Dias (928.202.471-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9176/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.338/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Pires Paula (032.652.256-58)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9177/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.340/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Allan Felipe Nunes Perna (052.714.949-77); Mauren Abreu de Souza (006.385.649-21); Silvana Dias Moreira (036.940.309-64)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9178/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.346/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisco de Paulo Lopes Braga (123.725.524-49); Terezinha Ferreira do Carmo Cordeiro (115.447.913-72)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9179/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.347/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Furtado Damasceno (432.643.602-68); Ederaldo da Silva Azevedo (307.589.632-20); Elizandra Rogéria Gomes Ramos (682.818.032-15); Thales Torres Lopes (011.684.152-41)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9180/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.350/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Braulio Fernandes Gerhardt (023.772.669-67)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9181/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.353/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Matusalem Aliares da Silva (675.134.842-87); Misael Fragoso da Silva Filho (738.761.513-68); Pamela Burili Penteado (947.342.592-91); Poliana Perrut de Lima (947.569.452-87); Rafael Lima Brito (729.999.422-49); Raphael Campitelli Ramos (298.579.478-16); Renan Suaiden Parmejiani (778.125.902-59); Robinson Luis Schoaba (256.111.432-53); Sheila Castro dos Santos (326.871.092-15); Silvio Francisco do Vale (184.834.704-97); Sirlei Assunção de Souza (750.283.102-97); Sirlei Soares dos Santos (984.114.622-34); Soraia Silva Martins (857.106.792-91); Thallyta Vera Alves da Silva (012.470.042-01); Thiago José Sampaio Kaiser (530.112.522-20); Thiago Wilton Kaepp Muniz (947.119.172-68); Úrsula Clarissa Bevilacqua (684.689.542-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9182/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.354/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Liliane Marcia Lucas Sayegh (067.546.416-14)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9183/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.358/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ana Paula Rohrbek Chiarello (007.218.699-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9184/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.367/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valena Ribeiro Garcia Ramos (028.246.187-60); Valéria de Jesus Pereira (826.215.867-91); Vancler Ribeiro Alves (047.621.277-44); Vanessa de Oliveira Brunow (099.926.167-33); Vinicius Coutinho de Oliveira (073.299.307-50)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9185/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.368/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Sabrina Mesquita Coelho Souza (083.591.186-12)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9186/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.374/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrea Aceti Gurgel (826.283.607-30); Andrea Costa Stewart Dantas (834.140.457-53); Andrea Karla Alves Ramos (018.627.267-79); Andrea Santos Bergens da Silva (098.831.637-46); Andrea Silva de Lima (082.260.797-21); Andreia Lima Campos (023.042.467-88); Andreia Pantoja Pinto (087.358.857-69); Andressa Pereira Pina Garrot (045.477.797-32); Andreza Silva de Oliveira (124.071.397-55); André Vieira Queiroz (835.463.595-34); Andréa Borges Umpierre (899.029.980-20); Andréa Luiza Marques de Souza (077.310.027-05); Anelise Tietz (130.773.147-38); Angélica Lisbôa Guimarães (108.277.997-05); Anita Martins Costa (055.388.947-89); Anna Paula Bahia Pessanha (057.668.797-92); Anne Caroline de Morais Santos (118.168.167-79); Antonio Marcelo Martins Maciel (005.521.297-20); Antônio Hamid Hamdar (315.729.607-87); Ariane Veronica de Carvalho Goulart Lessa (057.399.147-28)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9187/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.379/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elizabeth Mendonça Dau Figueiró (099.656.857-38); Elizabeth Moreira Silva (986.815.597-53); Emiliana Glória Moreira da Cunha (117.139.577-95); Emmanuela Passos Marinho (116.819.237-42); Eonice Domingos de Lima (091.588.308-20); Erika Lourenço de Menezes (117.307.327-20); Euclédia Barbosa Martins (011.973.287-42); Evilane Antunes de Jesus (052.498.607-02); Fabiana Feitoza Doria Cardoso Saramago (097.596.867-08); Fabiano Muniz Lima (090.938.957-88); Fábio Brandolin (055.077.287-12); Fábio Correa de Figueiredo (043.989.647-97); Fábio Henrique Teixeira de Souza (889.610.287-15); Fábio Sanches Paixão (076.249.107-80); Fabíola Nunes de Lemos Silva dos Santos (117.460.027-60); Fátima Regina Chaves Narciso Ferreira (785.384.757-20); Felipe de Carvalho Barros (058.773.917-71); Fernanda Campos Junqueira (094.993.287-69); Fernanda dos Santos Gomes (047.929.407-02)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9188/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.383/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Letícia Santos da Cruz (052.369.307-90); Letícia de Lima Tupper (118.888.527-80); Licéa Braga Feitosa (002.591.117-16); Lídia Silva Lacerda da Rosa (013.279.217-66); Lidiane Aparecida de Almeida (102.389.017-85); Lilian Xavier Ambrossezi de Oliveira (076.352.107-85); Liliana Manuela Gaspar Cerveira da Costa (061.132.427-06); Lincoln Marco da Silva Salles (098.704.707-85); Lincoln Margues dos Santos (100.054.567-97); Lívia Benkendorf de Oliveira (121.036.637-13); Lívia de Souza Vidal (098.621.157-50); Luana Rodrigues de Oliveira dos Santos (094.823.077-04); Luana de Almeida Agualuza (128.001.227-73); Luciana Braga Ramos Macedo (025.428.107-96); Luciana Hallak Paulo (018.285.207-56); Luciana Maria Gomes Braz (093.594.387-07); Luciana de Souza Ribeiro (766.137.047-68); Luciano Maurício Nascimento de Oliveira (728.151.247-34); Lucidalva Porcina da Silva (085.534.347-88); Lucília de Jesus Lopes (159.162.488-65)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9189/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.387/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Monique Francisco de Sousa (057.626.637-01); Monique da Silva Moura (105.476.107-85); Morgana de Abreu Leal (086.338.037-98); Myriam Athaide Silva (081.945.237-88); Naira Viana da Costa (120.661.607-50); Nathali Ramos Moura (100.074.757-30); Nathalia Cardoso Seabra Rocha (052.986.187-90); Nathália da Silva de Oliveira (131.851.487-89); Neide de Moura Braga (267.212.367-53); Neide de Oliveira Salviano (013.329.717-92); Neila Neli Cirne Fernandes (359.643.597-87); Neuma Gil de Almeida Mancuso (787.689.187-04); Neuriel Alves de Oliveira Filho (737.808.807-25); Nicolly Peçanha do Nascimento Silva (135.344.547-07); Nilton Pereira Silva (115.453.367-09); Norma Ceribello (710.082.847-34); Norma Letícia e Silva (670.750.967-53); Norma de Almeida Pereira Corloski (795.470.287-15); Olívia Cristina dos Anjos (019.343.557-80); Olívia Maia de Mello Alves (115.057.547-63)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9190/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.409/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antônia Maira Emelly Cabral da Silva Vieira (049.979.024-38); Antonio Denilson de Souza Oliveira (077.430.524-00); Cícero Luiz Câmara Junior (047.490.614-09); João Victor de Queiroz (080.294.134-67)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9191/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.414/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leilton Silva de Barcelos (045.117.887-40); Leonardo Barroso da Silva (115.504.027-90); Leonardo Cardoso Vicente (095.187.357-19); Leonardo Carvalho de Souza (080.293.397-12); Leonardo Crispim Nogueira (113.159.047-30); Lidiane Virgília do Nascimento Silva Moreira (077.527.187-00); Lívia Pierrot de Melo Freitas (104.219.577-35); Lorane Sarmento Figueiro (079.791.576-13); Luciana Couto Ribeiro (086.271.407-90); Lucília de Fátima Escocard de Azevedo Manhães (099.000.777-41); Luiz Fernando Rosa Mendes (077.235.427-80); Luiz Paulo Colatto (377.001.620-34); Luiz Victor Cordeiro Coutinho (030.555.837-44); Luísa Barreto Saramago (055.744.407-17); Manuela Batista Nogueira (056.685.317-59); Marcelo Arueira Almada (079.346.977-59); Marco Aurélio Siqueira Rangel (858.133.897-68); Marcos Aurélio Pessanha Chagas (831.289.487-04); Marcos Felipe Santos Rabelo (124.759.627-39); Maria Alciléia Alves Rocha (041.972.397-85)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9192/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.418/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Wedson Felipe Cabral Pacheco (122.596.937-92)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9193/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.423/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Kale (024.494.757-02); Eliane Ribeiro da Costa Cavalcanti (127.220.247-05); Elissandra Lourenço Perse (078.621.177-60); Elton da Silva Pereira (109.230.067-88); Emerson do Couto Barcelos Vieira (057.007.987-00); Erica Monteiro da Motta (130.049.917-64); Euclides dos Santos Borges Neto (117.989.607-61); Fabiana Azevedo Terra Cunha Belache (056.360.107-88); Fábio Schneider Ribeiro (088.987.097-73); Fernando Elói Sacramento da Silva (399.389.997-00); Fernando Jorge Santos de Oliveira (832.489.944-87); Fernando José da Silva Marques (003.483.327-77); Filipe Martins Silva (058.720.587-30); Flávia Alice Praça Nogueira (021.733.537-30); Gabriel Fontes Lourenço da Silva (108.090.147-77); Gabriela Fernandes Santos Alves (126.781.197-85); Graça Helena de Souza Moreira (735.716.017-34); Guilherme Orsolon de Souza (037.769.267-08); Isabel Cristina Pereira dos Santos Coelho (103.422.187-60); Isabel Marco Huesca (106.707.727-80)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9194/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.425/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patricia Carneiro Martins (014.821.117-80); Patricia Trapaga Ferreira (879.666.467-34); Paulo Henrique Silva Pacheco (053.765.947-18); Pedro Passos Couteiro (141.305.797-70); Pedro Vitor Coelho Cibrao (090.498.567-99); Priscila de Castro Handem (075.862.327-50); Rachel Elise Cerqueira D Oliveira (072.686.647-45); Rafael Moreira de Paiva (056.017.357-19); Rafael do Nascimento Souza Brasil (089.430.857-29); Renan Ramos da Silva (058.652.247-60); Ricardo Amorim Gomes (105.879.997-56); Roberta Gaidzinski (030.150.357-54); Romulo Nunes Botelho (097.739.147-71); Rosane Jardim Purificação Fonseca (649.529.917-68); Sergio Fernandes Bonadiman (087.421.077-17); Sidnei Paiva Dias (537.396.637-15); Tulio Sergio de Almeida (121.855.537-80); Vinicius Nunes Souza (122.945.087-42); Viviane Pereira Cascardo (073.505.557-25); Wenderson Buenos Aires (079.117.907-95)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9195/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.429/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luciano Pacheco de Souza (971.971.145-00)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9196/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.431/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ednardo Lopes dos Santos (080.352.836-18)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9197/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.521/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Breno Almeida Soares (098.867.667-27); Silvya Cristine de Avelar Bottentuit (270.545.783-68)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9198/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.522/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Paula Soares Francisco (021.565.700-43); Priscila Mendes Pedroso (005.773.271-00); Sílvia Ramos Bezerra (698.055.711-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9199/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.523/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Talitta Tatiane Martins Freitas (002.780.191-88)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9200/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.526/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Marcela Falkembach Zambrano (024.015.390-18); Mayra Camargo Pereira (028.282.540-11)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9201/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.527/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Michele Lavadouro da Silva (013.940.410-47)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9202/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.528/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Veronica Figueiredo Barreto (993.938.240-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9203/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.529/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Aparecida Rigolon Guimarães (348.939.032-68); Andrea Francischini Leal (486.150.302-78); Carlos Maurício de Sousa (010.443.662-06); Cleonete Martins de Aguiar (349.363.782-91); Eunice Gomes da Silva Rosa (633.161.102-91); Ingrid Letícia Menezes Barbosa (703.931.502-59); Walace Soares de Oliveira (543.082.919-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9204/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.533/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Samuel Bruno dos Santos (000.950.635-79)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9205/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.534/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ana Paula Fernandes de Lima (055.663.736-40)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9206/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.536/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre de Souza Agra Belmonte (601.357.867-20); Camila da Costa Neto Fernandes (117.881.637-02); Carla Silvana Daniel Sartor (709.572.669-87); Diego Pinheiro Aguiar (095.135.177-05); Edilberto José de Macedo Fonseca (801.260.147-87); Eliane Carnot de Almeida (332.484.787-72); Eliane Serrão Alves Mey (221.723.271-15); Elizeu Bandeira de Lima (072.598.947-50); Fabrício José Nascimento da Silveira (060.248.716-19); João Gualberto Salles Teixeira de Mello (834.118.527-04); Lucas Azeredo da Silva Teixeira (098.892.867-18); Luiz Augusto de Souza Carneiro de Campos (007.862.511-40); Marcelo Weksler (018.286.157-06); Maria Isabel de Almeida Rocha (069.790.737-61); Mariângela de Fátima Ariosi (008.960.457-14); Nathália Moura Nunes (100.151.977-94); Patricia Ferreira Botelho (099.100.137-03); Patrícia Regina Pinheiro Sampaio (074.868.287-23); Paula Bonfim Guimarães Cabral (873.761.805-91); Raquel Loja Vitorino (072.938.817-46)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9207/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.538/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renato Almeida de Andrade (031.042.867-01); Rodrigo Cabral Benites de La Torre (054.709.387-00); Sheila Moura Hue (901.439.737-20); Sylmara Libertis Machado Pacheco (034.106.574-95); Tatiana Sena de Oliveira (057.272.977-45); Verônica Helena Lopes de Novaes (058.959.837-66)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9208/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.546/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adreana Peruzzo dos Santos (758.899.609-97); Adriana Machado Penna (003.832.967-06); Camila Machado de Lima (127.622.607-10); Daniele da Silva Santos de Procopio (069.816.397-42); Eliane Mello Lima (772.064.527-87); Eliza Teles dos Santos Pereira (053.786.117-33); Fernanda Beatriz Caricari de Morais (325.544.108-01); Fernanda de Araujo Machado (090.563.857-39); Herica Moreira Ribeiro (092.794.917-25); Luciana Barbosa Reis (086.850.787-33); Luciene Galvão Schall Vieira (093.822.847-10); Luis Eduardo da Silva Pereira (128.249.557-75); Maria Cristina Polito de Castro (441.235.317-68); Maria Lucia Rodrigues Botelho (736.721.817-49); Mário José Missagia Junior (026.086.657-13); Monica Cardoso de Carvalho Barbosa (013.071.727-41)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9209/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.587/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexsandro de Farias Pereira (067.482.064-99); Anderson Ferreira Carnauba (012.058.454-96); Arturo Jimenez Loaiza (700.486.434-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9210/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.588/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Camila Albuquerque Melo de Carvalho (254.527.068-79)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9211/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.589/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Christianne Tenório dos Santos (014.065.564-67); Cloves Bezerra de Souza (220.477.784-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9212/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.593/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Livia Maria Omena da Silva (053.463.704-39); Luciana Lucente (277.817.788-47)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9213/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.594/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria Olivia da Silva Monteiro (994.527.074-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9214/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.597/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Virginio Martins Gouveia (053.568.704-42)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9215/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.598/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Carla Adriana da Silva Santos (799.625.805-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9216/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.601/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Francisco Nepomuceno Filho (081.425.484-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9217/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.603/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Acacio Luiz Santos (972.610.507-25); Accacia da Rocha Moraes (012.140.677-60); Adalmir José de Souza (208.528.007-20); Adelia Querem Viana da Silva (088.442.357-30); Adicea de Souza Ferreira (075.474.067-69); Adma Elias Furtado (680.733.307-25); Adriana Gomes de Mello (011.042.477-80); Adriana de Alcantara Cury Saramago (993.402.247-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9218/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.605/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Machado Penha (003.832.967-06); Adriana Passos Oliveira (055.129.357-80); Adriana Patricia Ronco (697.375.501-10); Adriana Pinheiro Chagas (006.505.047-98); Adriana Rosa Cruz Santos (004.119.727-58); Adriane da Silva Gadelha (118.747.207-70); Affonso Junqueira Accorsi (291.017.437-91); Agatha Pitombo Bacelar (073.201.117-56); Aguinaldo Cesar Fratucci (533.001.817-04); Aissa Amaral Martins (326.973.708-46); Alberto Espirito Santo Pires Junior (315.633.097-34); Aldenice Francisca de Queiros (130.405.177-32); Alessandra Cristina Raimundo (866.155.136-68); Alessandra Dale Giacomin Terra (058.275.347-30); Alessandra Nicodemos Oliveira Silva (013.753.917-71); Alessandra Pinheiro Rios (048.098.387-90); Alessandra Rodrigues Freitas (346.714.358-02); Alessandra de Almeida Chagas (097.246.937-08); Alessandra de Souza Santana (081.958.787-76); Alessandro Batista Barros (051.882.157-99)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9219/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.607/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Barreto Ramos (122.472.367-82); Amanda Cristiane Naves Rocha (053.824.337-63); Amanda Fernandes Xavier (116.772.767-38); Amanda Porto Neves (055.195.997-50); Amilton Ferreira da Silva Júnior (055.707.797-44); Ana Alves de Souza (104.293.127-50); Ana Cabral Rodrigues (091.053.897-20); Ana Carlas de Souza (806.123.427-00); Ana Carolina Lourenço Amorin (591.340.542-00); Ana Carolina Souza Celullar Skaf (855.691.511-68); Ana Carolina Teixeira da Silva Fontes (107.974.827-09); Ana Carolina de Siqueira Couto (082.559.587-89); Ana Catarina Busch Loivos (008.585.417-42); Ana Claudia Diogo Tavares (012.840.727-11); Ana Claudia Nonato da Silva Loureiro (078.201.687-14); Ana Cristina Reif de Paula (025.917.997-33); Ana Cristina de Goes Barreto (098.446.857-96); Ana Elizabeth Lole dos Santos (046.020.837-30); Ana Flavia de Araujo Malheiros (084.613.497-76); Ana Isabel Guimarães Borges (068.977.717-59)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9220/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.608/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Lucia Santos Silva (918.926.357-04); Ana Luiza Rangel Berenger (005.595.137-63); Ana Lúcia Lima Costa (005.040.237-48); Ana Paula Araujo Gouvea (048.137.897-90); Ana Paula Lopes Barcellos (099.541.997-30); Ana Paula Manço Resende (042.774.927-11); Ana Paula da Costa Resendes (068.727.167-38); Ana Paula de Alencar Macario da Silva (054.325.007-52); Ana Paula de Oliveira (105.581.227-01); Ana Raquel da Silva Gallo (125.815.877-92); Anamaria Sobssfral Costa (794.888.894-20); Anderson Jana Rosa (036.740.257-28); Anderson Marinelli Deano (051.405.047-07); Anderson Oliveira Annunciação Sant Anna (114.004.937-22); Anderson Rocha da Silva (081.327.997-63); Anderson Vieira Pantoja (013.217.597-54); Andiara Gusmão de Souza (082.172.057-01); Andre Carvalheira do Nascimento (553.961.431-34); Andre Ebling Bronoani (001.683.440-25); Andre Guimaraes Valente (090.257.577-58)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9221/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.609/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Luiz Dias Lima (003.028.777-46); André Luiz Miranda de Abreu (032.271.667-55); André Luiz Miranda de Andrade (076.120.587-07); André Luiz da Silva Porto de Oliveira (026.542.697-95); André Renato Villela da Silva (095.287.617-55); André Ribeiro de Carvalho (018.786.887-58); Andrea Cardoso de Souza (041.273.067-77); Andrea Chevitarese de Souza Lima (055.290.577-13); Andrea Coutinho Fernandes Nascimento (022.320.567-24); Andrea Ferro Chaves (041.520.897-17); Andrea Rocha e Silva (026.029.747-06); Andrea de Almeida Souza (115.786.657-36); Andreia Bravo de Souza Serrado (014.274.107-80); Andreia de Faria Nogueira (011.228.397-74);

Andres Ernesto Ferrari Haines (210.473.958-60); Andressa Miranda da Silva de Salles (085.951.667-90); Andréa Vieira Thees (856.371.067-20); Angelica Tapia de Lima Barbosa (091.847.117-60); Angelo Paulo Donato Caldas (082.261.517-75); Anizia Maria Aguiar Pimentel (003.759.997-60)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9222/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.613/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Savio Gomes Teixeira (026.323.867-99); Carmem Lucas Vieira (903.326.100-63); Carmem Lygia de Oliveira Fernandes (654.673.537-72); Carolima de Almeida Ito Brum (920.979.521-00); Carolina Filgueiras de Souza (070.057.857-97); Carolina Marques Bastos (107.351.677-61); Caroline Buss (000.993.540-12); Caroline Cabral Machado (107.079.367-13); Cassiano Caon Amorim (827.534.666-53); Cassiano Felippe Gonçalves (919.658.100-04); Cecilia Laura Alonso (031.323.567-86); Cecilia Martha Botana (054.799.887-27); Cecilia Schimming Riscado Juliani (086.653.367-29); Celia Regina Macedo Manhães (965.046.687-87); Celio Eduardo Nunes Rodrigues (086.653.687-60); Celio Martins Coutinho (957.579.027-87); Celso de Moraes Vergne (019.016.277-56); Cesar Denis Matuck Roque (098.884.317-06); Christiane Argolo de Assumpção (008.731.327-85); Cintia Rocha dos Santos (107.496.127-70)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9223/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.614/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Clara Violeta da Silva Bernasconi Nunes Avenia Puertas (097.396.087-60); Clarice Soares Carvalho (095.123.277-08); Clarissa Alexandra Guajardo Semensato (104.215.597-64); Clarissa Canella Moraes do Carmo (037.631.597-03); Claudia Angela de Souza Dias (959.993.617-53); Claudia Franco de Oliveira (855.993.287-91); Claudia Maria Imbroizi Ajus (019.063.547-90); Claudio Correa (773.043.657-49); Claudio José Gabriel Menezes (306.461.707-91); Claudio José dos Santos Menezes (001.205.677-41); Cleide Cunha Neves (809.747.167-15); Cristhabel Janeth Casanova Vasquez (060.429.217-11); Cristiane Gomes de Mattos (043.965.647-83); Cristiane Maria da Silva Conceição (003.532.367-13); Cristiane Pereira Cerdera (973.897.737-15); Cristiane de Lima Campos Oliveira (088.932.597-96); Cristiano Siqueira Boccolini (078.115.177-52); Cristina Mendes Pliego (052.809.997-33); Cristina de Almeida Rodrigues (760.814.787-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9224/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.616/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danielle Pereira David Maritan Bueno (912.693.850-20); Danilo Mariano Pereira (113.297.467-40); Danubia da Cunha Antunes (090.320.547-59); David Leonardo Alves da Silva (058.729.597-02); David Rodrigues da Rocha (090.446.437-70); Davson Aguilar Guimarães (936.748.485-20); Dayanna Santos de Paula Ferreira (111.808.997-92); Dayse Lima da Costa Abreu (019.059.837-94); Debora Cristina da Silva Teixeira (119.914.037-63); Debora Moreira Procopio dos Santos (080.019.947-24); Delma Silveira do Nascimento (305.724.957-49); Denise Costa Lopes (806.570.447-68); Denise Cristina de Oliveira Nascimento (095.133.807-26); Denise Ferreira da Silveira (564.691.107-97); Denise Medeiros Ribeiro Salles (695.293.707-25); Denise Monnerat Nogueira (784.202.107-49); Denise de Almeida Souza (006.618.377-42); Diana Almeida de Lima (091.403.667-07); Diana Aragão Santiago (109.143.597-97); Diana Paula Oliveira Weiss (057.949.037-83)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9225/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.618/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eliane Rodrigues Andrade (033.694.137-44); Elias Ribeiro de Arruda Junior (097.431.108-10); Elias Vitor Lessa Junior (087.595.797-81); Elielton Rezende Coelho (078.410.467-07); Elienai Alves de Souza (097.578.147-25); Eliezer Teixeira Gomes (999.380.817-20); Elisa Carvalho Ferreira (042.368.776-00); Elisa Isabel Machado (081.146.717-18); Elisa Raquel Anastácio Ferraz Avelino (052.134.306-27); Elisa Schechtman (082.527.917-86); Elisabete Alves Cappelli (014.727.287-42); Elizabete Ferreira Vieira de Azevedo (789.774.957-68); Elizabeth Mendes de Oliveira (088.092.867-07); Elizabeth Silva Ferreira (012.742.067-31); Emerson Portilho Huguenin (078.668.697-90); Erica Fernanda de Oliveira (102.776.617-06); Erick Braga Valentim (112.626.087-83); Ericka Caminha Ferreira (104.376.857-21); Erika Costa Barreto (097.280.537-03); Erika de Oliveira Soares (044.049.367-61)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9226/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.619/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Erivelton Sardinha da Silva (090.454.357-99); Erivelton de Aguiar Ferreira (123.417.997-01); Espedito Rocha de Carvalho Junior (017.452.487-06); Estevão Rafael Fernandes (879.404.771-53); Eunice Maria Fernandes Filha (025.832.717-09); Evandro Neves da Cunha Filho (089.076.677-05); Fabiana Cristina Loterio Ferreira (030.090.567-02); Fabiana Germello de Marca (042.444.906-47); Fabiana Machado Rodrigues de Oliveira (086.678.307-55); Fabiana de Castro Paiva (082.386.957-16); Fabiane Souza dos Santos (082.193.587-93); Fabiane Tavares Vianna (099.055.307-89); Fabiane de Lavor Gonçalves (026.614.087-46); Fabiane dos Santos Ramos (086.453.187-76); Fabiany Cristina Monte Lima (076.196.607-20); Fabio Barreto (021.158.127-51); Fabio Gamboa Ritto (082.194.537-88); Fabio Gomes Mello (069.370.587-64); Fabio Roberto de Oliveira Santos (676.888.615-00); Fábio da Silveira Severiano (071.559.907-01)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9227/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.621/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Flavia Castellar Gomes da Silva (112.180.407-18); Flavia Clemente de Souza (023.566.377-88); Flavia Lucia Dias da Silva Carvalho (090.565.377-76); Flavia Melo de Castro Matias da Silva (087.379.927-59); Flavia Meneses Pereira Presta (075.055.067-81); Flavia Teixeira Braga (075.851.567-74); Flavia de Souza Teixeira (077.143.527-44); Flavio Alonso de Barros Correia (054.496.987-12); Flavio Felix Feliciano (074.977.777-00); Flavio Pereira Coelho (118.250.357-84); Francine Helreich Coutinho dos Santos (078.440.037-74); Francisco Alixandre Avila Rodrigues (756.419.173-20); Francisco Carlos Ibanez (140.340.421-68); Francisco José Vieira Osterne (262.682.303-10); Francisco de Assis Aguiar Alves (924.508.657-72); Francisco de Assis Dalboni Cunha (177.395.517-91); Franklin Alves Dassie (048.107.127-02); Frederico Cascardo Alexandre e Silva (098.590.607-38); Frederico de Oliveira Nunes (059.302.907-09)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9228/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.624/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ida Marinho Apostolico (973.390.597-68); Ilton Curty Leal Junior (079.513.657-93); Inaldo Jataraiba Batista (845.492.117-68); Ines das Virgens Souza (941.292.237-04); Ingrid Sandy Meirelles (113.444.057-03); Iohana Cristina Salla de Andrade (097.153.767-46); Iracilda Dias Viana (558.200.427-00); Iris Aparecida Brasil (039.461.998-60); Iris Veronica Varas Campillay (720.358.977-34); Irlainy Sousa Ferreira (122.750.047-50); Isaac Pipano Alcantarilla (350.837.378-92); Isabela Freixo Côrtes de Andrade (052.095.887-00); Isabela Pereira Lopes (095.089.567-98); Isabela Villarinho de Paula Lobo (116.821.027-50); Isabel Cristina Mello Rosseti (008.060.657-10); Isabella dos Santos e Silva (139.108.377-60); Isabelle Godinho Carvalho (119.645.087-03); Isabelle Santana (103.492.617-92); Isis Flora Santos (051.832.577-60); Isis Santos Pinto (094.793.657-23)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9229/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.625/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ismalia Pinheiro de Martino (688.900.287-34); Ivando Silva de Faria (708.737.127-49); Ivanise Gonçalves da Graça (765.869.607-20); Ivenio Moreira da Silva (034.547.057-54); Ivo da Costa do Rosario (078.371.407-61); Izabel Cristina Freire da Cunha (002.279.487-50); Jacqueline Cunha Inacio (134.791.087-50); James Hall (615.851.307-53); Janaina Nascimento (088.290.547-39); Jane Luiza Nogueira Fernandes (079.342.047-44); Jane dos Santos Cordeiro (071.336.677-03); Janete da Silva Correa (731.087.587-72); Janey Ribeiro Mattos (363.304.007-25); Janine Belache de Azeredo Coutinho (087.931.347-11); Jaqueline Lopes Cordeiro (072.603.237-95); Jaqueline Siqueira Rocha (113.673.847-96); Jefferson Fabrício Cardoso Lins (144.646.828-39); Jennyffer Smith Bohorqez Barrera (061.454.977-93); Jessica Pontes Braz Poeys (410.995.068-67); Joana Senges Pereira (045.479.257-39)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9230/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.628/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliana Nunes da Silva Meirelles Dória Maia (106.134.927-65); Juliana Rodrigues Bruno (086.267.367-46); Juliana Santos Bayerl de Oliveira (096.924.767-23); Juliana Tomaz Pacheco (100.396.027-88); Juliana de Melo Vellozo Pereira (100.926.287-45); Julio Beltrame Daleprane (090.200.757-21); Julio Cesar de Souza Rebelo (002.517.087-21); Julio Claudio da Gama Bentes (051.788.887-40); Jurema Barros Dantas (016.657.337-05);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Jurema Hughes Sento Sé (872.845.965-20); Jurineuza Pedreira da Cruz Moreira (289.935.195-87); Karen Batalha Buy (126.168.977-17); Karen de Oliveira Lopes (122.230.397-31); Karla Bianca Fernandes da Costa (077.741.907-67); Karla Maia Soares (003.914.607-30); Karla Silene Oliveira Marinho Sathler (065.475.546-94); Katarine de Sá Santos Davaire (017.562.697-93); Katia Regina Medeiros Luz (019.123.477-09); Katia Regina Ribeiro (848.254.567-15); Katia Teonia Costa de Azevedo (076.953.467-80)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9231/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.631/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Liliane Alves de Britto e Silva (058.032.617-93); Liliane Fernandes de Oliveira (070.147.457-27); Linair Maria Campos (636.660.577-72); Lisete Jaehn (899.582.419-00); Lorena Madrugada Monteiro (002.018.810-20); Luana Bacellar Melendez (021.809.517-10); Luana Farias Sales (055.253.367-07); Lucas Boabaid Ibrahim (924.620.811-00); Lucas Euphrasio de Mello (091.420.397-54); Luci Neide Torres Bunn (297.364.127-68); Lucia Maria Studart dos Reis (679.320.967-15); Lucia Maria Velloso de Oliveira (719.470.517-68); Lucia Maria da Cruz Fidalgo (911.463.217-91); Luciana Brugiolo Gonçalves (046.632.666-14); Luciana Correa das Chagas (011.443.307-00); Luciana Fidelis Teixeira (086.038.287-76); Luciana Leal Deister Machado (089.952.717-52); Luciana Lima de Souza (053.239.397-02); Luciana Lombardo Costa Pereira (082.294.697-17); Luciana de Queiroz Pinto (077.232.257-09)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9232/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.633/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Augusto Ramos Gonçalves Filho (091.696.917-70); Luiz Carlos Silva Moreira (051.677.467-01); Luiz Carlos Silva Sampaio (810.987.747-87); Luiz Claudio Moreira Gomes (020.747.287-43); Luiz Claudio de Carvalho (037.233.897-67); Luiz Eduardo Miranda Cruz (008.915.517-35); Luiz Fernando Emidio da Silva (103.279.657-03); Luiz Fernando de Pinho Miranda (080.527.767-67); Luiz Fernando de Souza Babieri (080.296.687-08); Luiz Gustavo Amorim (085.535.497-63); Luiz Luíno de Salles Neto (199.149.648-69); Luiza Helena Andrade de Paula (004.993.257-88); Luzinete Nobre de Oliveira (595.433.967-87); Luzinete Romão de Oliveira (730.324.337-20); Magda Maria Bezerra Lucas Rosas (482.394.297-34); Magda Regina Magalhães Santos (100.743.787-16); Maicon Ferreira da Cunha (113.564.917-07); Maina Bertagna (297.916.168-33); Manoel Isidro de Miranda Neto (347.255.397-91); Marcel Vieira Barreto Silva (053.725.404-86)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9233/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.640/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Neide Alves Ramos de Castro (593.798.047-68); Nelson Antonio Borges Garcia (024.401.051-04); Nice de Vasconcelos (037.475.607-41); Nicolas Polido Santana (124.495.907-30); Nicolle Figueira Robaina (115.762.377-88); Nilcilene Fernanda Klen (041.054.647-01); Odara Horta Boscolo (073.278.027-62); Odenilson Argolo de Santana (028.750.917-60); Osiris Ricardo Bezerra Marques (032.265.837-35); Osvaldo Aparecido Duarte Marcussi (104.605.437-68); Pablo de Souza Vaqueiro (078.420.567-14); Patricia Alves Vilaca (018.919.897-40); Patricia Cordeiro de Melo Triani (081.685.307-05); Patricia Cristina das Neves Cabral (026.526.837-05); Patricia Duque Estrada Jacintho (056.491.947-00); Patricia Filgueiras Rezende (100.499.067-71); Patricia Helena Castro Nunes (078.942.907-18); Patricia Maria Barreto Bellot de Souza (018.921.387-60); Patricia de Almeida Lemos (003.571.007-19); Pâmella Alves Pereira (052.036.666-28)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9234/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.642/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Priscila Wane Mendes (124.210.007-50); Priscila de Araújo Pinto (126.064.277-18); Priscilla Helena D' Almeida de Souza Santana (071.728.246-52); Priscilla de Souza Carvalho (032.279.047-64); Rachel Martins de Castro Bejar (099.413.737-01); Rachel Nascimento Leite (082.854.447-67); Rafael Baibi Reis (087.412.787-47); Rafael Guerra Bria (102.567.087-62); Rafael Mello Barbosa (079.541.367-01); Rafael Reis Fernandes (096.011.017-80); Rafael Teixeira Magalhães Leal (097.251.587-92); Rafael de Araujo Medina (086.975.637-04); Rafael de Lima Pedro (055.149.127-28); Rafael de Luna Freire (088.949.127-52); Rafael de Oliveira Campus (090.394.687-45); Rafaela Muniz de Queiroz (124.090.747-82); Rafaela de Souza Ribeiro (094.871.467-09); Rafaelly Fazolo Faitanin Freitas (096.116.757-20); Rafhael de Lima Consoline da Silva (126.255.987-19); Ramiro Marcos Dulcich Piccolo (058.051.357-28)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9235/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.645/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rita de Cássia Ferreira Gonçalves (037.236.977-47); Rivia Silveira Fonseca (036.938.777-50); Roberta Alamonica de Oliveira (116.640.197-90); Roberta Oliveira Ferreira (094.192.617-60); Roberta Pereira Spala (100.398.917-98); Roberta Ponzo Nogueira (054.186.467-02); Roberta Thorp de Almeida (023.657.117-66); Roberta de Oliveira Ribeiro (072.040.647-12); Roberta de Souza Chun (034.144.717-01); Roberto Pires Silveira (105.137.117-16); Roberto de Oliveira Preu (035.117.267-00); Robison de Andrade Pinto (051.748.957-09); Robson Hilario da Silva (085.656.567-99); Robson Leonardo Carvalho dos Santos (083.820.447-35); Robson Luiz de Araujo Vaz (022.323.417-63); Robson Moreira Cunha (124.913.727-62); Rodolfo Libercto de Noronha (079.205.747-30); Rodrigo Cesar Carvalho Freire (078.876.257-50); Rodrigo da Costa (055.297.337-86); Rodrigo de Souza Costa (076.415.887-27)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9236/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.647/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rosane Brasil Fonseca de Oliveira (097.179.577-03); Rosane Gomes dos Santos (051.788.737-18); Rosane da Silva Santos de Souza (036.718.947-09); Rosangela Maria Amorim Benevides Guimarães (949.649.717-91); Rosania Pinheiro de Souza (549.823.327-20); Roseli da Fonseca Rocha (010.227.917-96); Rosemeire Teles Fernandes (950.119.607-06); Rosilea Dassie Pansini Graneiro (006.492.007-05); Rosimar Conceição da Hora (098.338.867-95); Rubens Rodrigues Ferreira (082.858.537-72); Sabrina Travassos Serpa do Prado (053.640.287-63); Saionara Rosa da Cruz (914.603.957-00); Salomão Lima Guimarães (925.317.505-25); Samar Duarte dos Santos (040.250.276-07); Sanderson Vieira Monteiro (057.131.997-11); Sandra Cristina Nunes (888.310.277-00); Sandra Regina do Carmo (369.797.597-87); Sandra Regina dos Anjos Oliveira (475.401.847-87); Sandra Silveira de Souza Lima (855.763.527-34); Savana Macedo Fraulob (088.155.437-59)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9237/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.649/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Suzane de Almeida Melo (118.739.397-52); Sylvia Cotta Brandão (104.076.717-65); Sylvia Yasmin Rodrigues Andrade (111.568.387-03); Tainara Serodio Amim Rangel (098.990.947-65); Taís Guimarães (112.175.547-00); Tania Maria Bezerra Rodrigues (348.027.207-00); Tathiana Meyre da Silva Gomes (088.807.077-28); Tathiana Silva de Souza Martins (087.067.777-24); Tatiana Maria Araujo da Fonseca (070.819.617-97); Tatiana Mariano Lessa de Assis (035.765.207-08); Tatiana Melino Pessanha (047.474.597-07); Tatiana Santos Mello (045.258.366-79); Tatiana Xavier de Castro (082.510.467-00); Tatiana de Souza (053.541.397-16); Telma Lasmar Gonçalves (433.574.157-04); Tenesse Kelly Moraes de Lima (055.517.027-66); Tereza Cristina Costa dos Santos Couto (686.421.307-25); Tereza Cristina da Silva Caldas (189.682.028-00); Tereza Salete Gramonski dos Santos (898.425.457-68); Thaddeus Gregory Blanchette (214.414.968-23)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9238/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.653/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fábio Araújo de Souza (105.057.877-50)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9239/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.656/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Louise Gracielle de Melo e Costa (087.430.236-65)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9240/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.658/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andersonn Henrique Simões de Araujo (069.575.184-00); Brunna Santana de Vasconcellos (091.399.734-09); Jocélia Felícia Andreola (918.161.570-15); Mayara Santa Rosa Lima (089.920.554-20); Moaldecir Freire Domingos Junior (058.495.244-95); Rafael Heitor Nunes de Rubim Costa (027.638.644-22); Raimundo Bernadino Filho (073.812.734-54); Rodrigo Porpino Mafra (060.257.514-12); Sandro Bruno do Nascimento Lopes (084.331.264-58)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9241/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.659/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Henrique Bittencourt de Lemos (958.656.160-72); Marcelo Rampzazzo (009.837.360-90); Mariane Garlet Ruviaro (024.627.590-18)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9242/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.661/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amaury Garcia dos Santos Neto (082.520.807-66); Ana Beatriz Duarte Romão (123.818.607-62); Ana Beatriz Lima Reis (076.923.777-07); Ana Carolina da Rocha Andrade (099.362.077-93); Ana Claudia Diogo Tavares (012.840.727-11); Ana Isabel Guimarães Borges (068.977.717-59); Ana Luisa de Cerqueira Leite Dubol (056.319.037-09); Ana Luiza Bravo e Paiva (105.701.097-95); Ana Luiza Ferreira Hupe (056.071.637-09); Ana Luiza Souza de Araujo (095.103.487-16); Ana Maria Cunha Bax (835.349.897-91); Ana Maria Jaguaribe Gomes de Mattos (834.180.597-91); Ana Maria Monteiro Neiva (055.039.357-99); Ana Maria Quintela Maia (063.366.976-81); Ana Paula Chaves de Mello (055.176.877-09); Ana Paula Guimarães (014.854.086-44); Ana Paula Peixoto Soares (113.436.777-50); Ana Paula Taveira Soares (856.755.717-87); Ana Regina de Amorim Lima (747.775.057-15); Ana Sofia Mariz (042.973.027-64)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9243/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.663/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Luis Carvalho Rego (833.871.702-97); Anderson Mululo Sato (097.725.017-24); Anderson Rouge dos Santos (084.523.367-05); Anderson Vilasboa de Vasconcellos (087.438.057-01); Anderson de Almeida Cano Ortiz (076.018.567-04); André Baptista Bacaui (000.087.997-50); André Felipe Gama Sloboda (055.211.517-70); Andre Lopes Pacheco Ormond (013.617.747-62); André Luis Mourão de Uzeda (102.756.157-82); André Ricardo Viana Nunes (033.928.867-18); Andrea Almeida Pereira Galo (272.287.348-66); Andrea Bittencourt Favorito (874.477.547-49); Andrea Cristina Breda de Souza (052.172.087-75); Andrea Gonçalves Antonio (044.515.047-59); Andrea Guimarães Phebo (664.446.597-87); Andrea Silveira de Souza (018.634.757-02); Anita Ferreira da Silva (079.894.547-85); Anne Katheryne Estebe Magessi (112.314.817-14); Annelise Zeeman do Pinho (610.755.907-87); Antonio Candea Leite (506.786.711-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9244/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.664/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio José Pedral Sampaio Lins (299.123.007-00); Ariane Monteiro Moreth (098.251.907-95); Arno Fritz das Neves Brandes (840.635.649-91); Arthur Eduardo Grupillo Chagas (031.323.684-40); Augusto Cesar Gonçalves e Lima (498.320.857-72); Barbra Candice Southern (047.592.867-99); Beatriz Cabral Pereira (088.586.727-04); Beatriz Sancovschi (089.849.437-03); Beatriz Silveira Castro Filgueiras (013.698.236-06); Beatriz da Rocha Miranda Venturi Bonelli (026.026.727-93); Beatriz do Nascimento Chimenti (042.421.957-37); Belmiro Freitas de Salles (096.254.837-56); Benedito Monteiro Ferreira Júnior (630.613.682-72); Bernardo Boelsums Barreto Sansavero (105.778.307-24); Bernardo Borges Buarque de Hollanda (025.946.067-23); Bianca Bergamo de Andrade Savietto (087.088.027-69); Bianca Gonzalez Fernandes Machado (098.881.457-97); Bruna Santiago Pugliese (101.680.747-37); Bruno Gabriel Alves Leite Borges (096.979.807-56); Bruno Henriques Coutinho (034.322.337-60)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9245/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.667/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Lemos Mouco (092.623.997-07); Daniel Leonardo de Oliveira (043.970.337-90); Daniela Cid de Garcia (087.003.377-81); Daniela Patti do Amaral (869.568.097-53); Daniela Soares Deccache (047.989.307-17); Daniela de Luna Martins (082.877.387-41); Daniele Maria Oliveira de Jesus (075.335.327-08); Daniele de Carvalho Grazinoli (074.500.207-26); Daniele de Oliveira Leite (042.711.626-04); Daniele do Espirito Santo Loredo da Silva (053.267.087-60); Darci Cassia de Paula (935.379.307-63); Debora Batista Araujo (099.397.277-20); Debora Dias Anastacio (120.542.527-60); Deborah dos Reis Amaral (140.493.237-29); Deise Cristina de Moraes Pinto (014.947.367-21); Diego Silva Lemelle (108.663.367-96); Diogo Loretto Medeiros (055.408.817-70); Diogo Silva Correa (098.083.897-59); Diogo de Azevedo Jurelevicius (101.965.477-50); Dominique Marie Andre Givord (061.781.237-36)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9246/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.669/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Enoch Cezar Pimentel Lins da Silva (098.920.577-08); Enzo Bello (095.738.857-86); Erika Almeida da Silva (082.953.817-84); Erika Velloso Lemos Schwarz (110.147.527-79); Etelvina Gisele Monteiro Ribeiro Cardoso (072.546.317-18); Fabiana Cristina de Souza Ramos (092.882.067-01); Fabiane Pereira Borba (087.105.567-88); Fabiano Soares Gomes (010.887.387-02); Fábio Adriano Estevão (218.702.278-16); Fábio Antonio da Costa (056.953.437-20); Fábio Carlos Nascimento Wanderley (087.182.917-75); Fábio Frohwein de Salles Moniz (029.227.367-33); Fabio José Coutinho da Silva (028.783.914-11); Fábio Lucas Brandão de Freitas Guimarães (056.163.557-98); Fabricio Schlee Eyler (092.996.827-12); Fabricio de Souza Amaral (050.378.996-80); Fabricio dos Santos Belgrano (117.040.417-08); Fatima Beatriz Maia (003.042.317-11); Felippe Brum Costa (058.456.077-01); Fábio Vieira Batista de Nazaré (012.475.024-90)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9247/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.671/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriela Morgado de Oliveira Coelho (112.479.187-69); Gabriela Silva Monteiro (107.636.487-01); Gabriella da Silva Mendes (095.701.737-50); Germana Nunes Gaspar de Souza (082.450.827-08); Gesiane Leone Castro (899.564.517-20); Giancarlo Alfonso Lovon Canchumani (053.357.857-48); Gilberto de Oliveira Fernandes (539.955.117-91); Gilda Regina Correa Pinheiro (548.129.417-68); Gilson de Castro Martins (111.316.997-42); Gisele Batista da Silva (055.267.857-00); Giselle Robeiro Pereira Seabra (471.386.291-68); Gizele da Conceição Soares Martins (119.732.247-71); Gláucia Augusto Fonseca (888.843.847-53); Gláucia de Melo Reis (104.182.207-35); Gláucio Braga Ferreira (083.028.537-71); Gleison Marinho Guimarães (073.333.817-81); Glória Maria de Oliveira (898.404.537-34); Graciela Bonassa Garcia (806.734.060-91); Guilherme Rodrigues de Souza Paterlini (144.809.087-30); Guilherme de Souza Bezerra Gonçalves (057.989.247-69)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9248/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.674/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ieda Maria Magri (019.950.269-21); Igor Linhares Bezerra de Oliveira (105.905.317-94); Igor da Fonseca Ramos (108.440.427-30); Ilton Ribeiro Fagundes de Oliveira (118.924.777-18); Ingrid Borba do Nascimento Barbosa (114.061.267-05); Ingrid Siciliano Horbach (097.418.887-59); Isabel Cristina Vieira da Silva (115.180.017-18); Isabele Campos Costa (713.527.671-04); Ivaldo Itabaiana Junior (116.749.507-13); Ivan Bursztyn (052.966.167-58); Ivan Mendes de Souza Paparguerius (091.567.187-56); Ivens Messias de Oliveira Pereira (014.031.807-09); Ivvy Pedrosa Cavalcante Pessoa Quintella (957.403.504-25); Jacira Saavedra Farias (042.932.717-08); Jailton França Rodrigues

Junior (103.895.657-92); Janaína Dutra Silvestre Mendes (086.698.577-82); Janaína Pereira Antunes (071.073.617-75); Janaína da Rocha Soares (079.396.247-17); Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro (086.382.327-05); Jéssica Chaves Rivas (338.780.638-81)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9249/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.675/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joana Lebreiro Guimarães Pereira (072.663.957-55); Joana Lopes Borges (105.515.097-83); João Alfredo Pereira Caminada (136.380.497-95); João Carlos Lopes da Conceição (006.638.467-22); João Carlos Sant'Anna da Silva (550.383.607-34); João Flávio Braz Machado (085.869.947-82); João Marcos Frota Salles Torres (094.569.627-25); Jonas Knopman (600.715.917-53); Jorge Barbosa de Mello Junior (118.743.907-03); Jorge Luiz da Cunha Moraes (043.073.127-24); Jorge Luiz de Lima Santos (011.803.734-05); José Carlos Quintanilha (051.461.487-08); José Leonardo Dourado Ribeiro da Silva (100.009.807-90); José Raimundo Alves de Lima (075.982.377-43); José Salmo Dansa de Alencar (025.281.647-18); Josiane Marília do Carmo (053.906.677-00); Josiel Abrahão Pereira de Oliveira (738.397.877-34); Josimar Rosa Ferreira Glória (114.842.647-70); Juan Carlos Mateus Sanchez (732.029.321-87); Juliana Almeida de Souza (121.481.607-02)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9250/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.677/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leila Tomazinho de Lacerda Dumarde (004.471.727-00); Lelio Eduardo Alves da Silva (007.370.647-73); Leonardo Araujo de Abreu (072.298.977-69); Leonardo Moura dos Santos (118.987.137-82); Liana Bastos Freitas Fernandes (937.035.707-68); Liana Pires dos Santos (080.936.967-25); Ligia Santana Rosa (070.055.416-50); Loyane Mendes de Souza (036.634.281-92); Lucas Rangel de Castro Soares (055.202.707-32); Lucia Helena Rezende Gomes Ribas (823.892.097-34); Luciana Maria Capurro de Queiroz Oberg (025.335.957-05); Luciana Paiva Vilhena Leite (085.404.127-30); Luciano Bertini (145.611.438-74); Luciano Oliveira de Santana (033.233.767-73); Luciano Paulino da Silva (021.862.047-03); Luciano Procopio da Silva (537.756.001-91); Luis Claudio de Sant´anna Maffei (057.455.217-08); Luis Fernando dos Santos (004.020.681-57); Luiz Alexandre Cabral Pinto (024.861.767-21); Luiz Carlos Balga Rodrigues (839.065.507-10)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9251/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.678/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Carlos Barros Freitas (544.290.487-20); Luiz Carlos Soares (334.881.187-20); Luiz Carlos de Almeida Batista Pustiglione (293.588.298-93); Luiz Claudio Rios Pecoraro Junior (118.032.717-95); Luiz Eduardo da Costa Oliveira (012.659.137-73); Luiz Manoel da Silva Oliveira (596.594.087-49); Luiz Ricardo Lopes de Simone (071.368.438-04); Magda Fernandes de Andrade Tubino (024.861.557-24); Magdalena Nascimento Renno (086.128.248-50); Magnus Kelly Carvalho Dantas (029.674.364-02); Mara Lima de Cnop (057.117.097-80); Marcela Cristina de Moraes (305.495.968-60); Marcele Ribeiro (075.390.547-78); Marcelle Miranda da Silva (094.832.787-16); Marcelle Nascimento da Silva (124.105.877-63); Marcelo Felício Casaes (057.432.837-88); Marcelo da Rocha Silveira (914.244.707-06); Marcio Chevallier Ferreira Coelho (112.025.557-05); Márcio dos Santos Teixeira Pinto (039.385.797-22); Marco Antonio Alves da Silva (925.961.007-97)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9252/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.682/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renata Fernandes Rabello (072.939.247-39); Renato da Rocha Santos (118.965.017-70); Roberta Santos Morais Gomes (118.419.947-74); Rodrigo Mariath Varela da Costa (990.263.091-04); Rodrigo Pereira Marques da Silva (121.151.947-30); Rodrigo do Souto da Silva Sa (095.072.517-07); Rogger de Paula Furtado (114.774.027-56); Ruben Ernesto de Bittencourt Navarrete (024.124.637-78); Rute Ramos da Silva Costa (103.814.457-47); Sergio Pereira Gonçalves (041.183.256-59); Sônia Mariza Fiametti (452.738.399-04); Tamires Moraes Gouvêa (110.833.387-73); Tatiana da Costa Martins (001.185.567-38); Teresa Cristina Calegari Silva (096.562.987-21); Thaiana da Cunha Ferreira Mendes (099.418.917-61); Thais Soares Caramuru (131.818.937-30); Thais Tomaz Torres (095.514.377-21); Thaisa Amorim Nogueira (057.004.127-99); Thiago da Fonseca Martins (064.597.606-75); Tássia Rosa Cassé da Silva (132.768.887-50)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9253/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.685/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Erica Souto Abreu Lima (101.923.377-00); Fabricia de Farias da Silva (099.508.287-16); Filipe Braida do Carmo (114.279.087-88); Felipe Leite Coelho da Silva (099.619.917-96); Fernanda Andrade Almeida (092.132.207-07); Flavia Fiaux da Silva de Macedo (076.335.947-56); Flaviano Silva Quaresma (030.653.294-84); Franklin Henrique Moares Vargas (047.701.157-84); Gesilene Mendonça de Oliveira (025.777.537-48); Israel Souza (075.365.157-23); Ivan Carneiro de Campos (042.459.266-51); Izar Araujo Aximoff (054.374.987-80)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9254/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.687/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jeimis Nogueira de Castro (090.001.817-80); João Carlos Bernardo Machado (713.535.507-53); Joliene do Nascimento Leal (109.504.917-80); José Carlos Silva Alves Cravo (093.867.527-35); José Geraldo Rocha Junior (100.656.687-23); Juliana Carvalho Ribeiro (117.444.127-58); Juliana Carvalho de Souza (080.728.227-80); Júlio Henrique da Silva Pereira (098.308.217-06); Karol Amon Marx de Oliveira (972.001.400-82); Katia Mika Nishimura (278.459.378-94); Leandro Andrei Beser de Deus (051.740.437-02); Leandro Azevedo Santos (983.907.835-68); Leandro Tavares de Azevedo (103.904.857-99); Loise Soares de Azevedo (112.708.217-50); Luciana Cavalcante Marinho (113.488.387-01); Luciana da Silva Ferreira (089.558.947-83); Luciene Cristine Pena Oliveira (115.820.017-07); Ludmilla Elyseu Rocha (259.700.031-15); Luiz Mors Cabral (083.923.927-01); Marco André Alves de Souza (069.677.697-90)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9255/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.688/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Isabel dos Santos Leandro (842.490.567-91); Melina Pompeu de Lima (099.428.557-42); Nicholas Miller Trebat (053.295.794-65); Nilton José Rizzo (913.570.637-68); Olivia Britto Brandão (033.805.817-63); Olivia Von Der Weid (052.410.867-65); Ormindo Domingues Gamallo (023.601.967-82); Otávio Augusto Chaves (404.798.588-02); Rafael Lucas da Silva Santos (098.746.956-84); Renato Nascimento Elias (051.779.677-51); Roberta Helena Mendonça (091.875.927-70); Roberto Luis da Silva Carvalho (072.186.557-77); Rodrigo Neves Figueiredo dos Santos (095.606.727-11); Rodrigo da Silva Gomes (086.610.347-36); Rosalia Santos de Sousa (093.920.647-13); Rulian Emmerick (029.718.967-06); Samay Zillmann Rocha Costa (117.009.617-48); Samuel de Oliveira Cardoso (051.630.937-46); Taissa de Azevedo Drummond (095.393.267-29); Tatiana Saldanha (079.434.767-35)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9256/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.701/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Keleen Moraes Barbosa (025.121.761-26); Raphael de Sousa Santos (020.179.761-56); Welison Portugal de Souza (731.619.421-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9257/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.569/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Caio Lucas Brandao de Sousa (049.780.113-29)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9258/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.619/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ramon Messias Martins (088.364.626-93)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9259/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.635/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alexandre Pinheiro da Silva (095.235.804-26)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9260/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.704/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tiago Sinigaglia (027.176.210-16)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9261/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.709/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruna Carvalho Moura Avelar (076.696.426-45)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9262/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.743/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Caroline Chauane Leite Ferreira (024.178.881-14)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9263/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.812/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marina Rebeca de Oliveira Saraiva (973.952.423-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9264/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.813/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Dotto de Oliveira (013.667.280-92); Marilia Cunha Maroneze (029.073.070-88)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9265/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.817/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Nunes de Caceres (026.589.561-85)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9266/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.820/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Ferreira de Souza da Silva (009.170.399-98); Daniele Regina Giehl Kestring (050.027.329-41); Elizabete Moreira da Cruz (042.962.359-31); Valquiria Aguiar (057.811.129-28)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9267/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.838/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eslyane Regina Pereira de Araujo (927.247.606-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9268/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.852/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sergio Tadao Martins (313.598.118-50)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9269/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.855/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rodrigo Alves dos Santos Silva (073.947.494-44); Sarah Lúcia Alves França (002.086.565-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9270/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.876/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aryel Cerqueira Álvares (056.350.451-03); Beatriz Lopes Corso (088.169.229-82); Edelcio de Carvalho (595.701.301-30)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9271/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.883/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Blanca Flor Demenjour Munoz Mejia (043.653.091-02); Camile Cecília dos Anjos (856.943.981-49); Karen Ayumi Kubota Cândido (031.076.011-95); Rui Leonardo Alonso Calado (046.354.721-75); Thattyce Dezzyrre Castelão Almeida Pinto (006.189.911-90)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9272/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.884/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Júlio César Correa da Silva Cavalcante (045.482.757-11)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9273/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.891/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ilaine da Silva Campos (017.010.385-44); Isabela Maria Braga Sclauser Pessoa (031.454.736-38); Nayara Soares Sena Aquino (097.688.496-81)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9274/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.911/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hellen José Daiane Alves Reis (602.687.643-01); Manoel Bruno de Sousa Barros (053.049.093-56); Maykon Vinícius Monteiro de Araujo (050.518.413-33)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9275/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.921/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Flávio Luiz Alves Silveira Segundo (089.852.796-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9276/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.968/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Fernanda Maria Araujo de Souza (091.070.264-04); Rafaella Lopes Pereira Peres (044.121.219-09)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9277/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.971/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniela Cristina de Macedo Vieira (002.842.376-39); Fellipe Guilherme Rey de Souza (075.156.876-73); Sílvia Enes Marques (015.163.276-67)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9278/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.987/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Gomes Braga (016.371.136-41)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9279/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.998/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcelo do Carmo (719.109.306-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9280/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.006/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wallace Gusmão Ferreira (908.784.005-59)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9281/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.010/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ramon de Lima Vila Nova (014.032.384-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9282/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.011/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Matheus Gabriel Barbosa (035.251.271-70)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9283/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.020/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Luana Cordeiro de Almeida (087.075.514-52)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9284/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.025/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Alessandra Cristina Dametto (329.000.118-09)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9285/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.038/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ricardo Geraldo Teixeira (652.970.246-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9286/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.045/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leonardo Sant'Ana Gallo (347.392.458-09)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9287/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.064/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Affonso Tavares Silva (091.090.314-05)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9288/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.065/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Góes Silva (942.357.835-72); Jorge Antonio Ribeiro da Silva (055.934.195-40)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9289/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.069/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Aurélio Salaverry (676.335.790-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9290/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.071/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Marques de Almeida (037.455.429-32); Rafael Schmidt Baumel (083.542.579-75)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9291/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.075/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jaziel Goulart Coelho (068.478.216-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9292/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.076/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Xavier Alves (063.764.384-40); Farinaldo da Silva Queiroz (013.034.414-11); Herica Priscila de Araujo Carneiro (065.044.064-13)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9293/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.080/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciana Nunez (054.569.879-02); Maria Del Pilar Rodriguez Rodriguez (011.451.119-55); Mirian Luisa Faria Freitas (075.127.286-89)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9294/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.093/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Danieverson Fernandes Barreto (021.793.633-46)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9295/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.135/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maiane Machado Sá (015.057.622-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9296/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.142/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Marcela Batista Martinhão (106.870.916-24)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9297/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.156/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Almir Pecoraro Junior (036.324.196-55); Breno Fernando Silva Ferreira (073.096.596-19)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9298/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.191/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Liara Kowalski (044.719.459-39)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9299/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.195/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Aldiel Lima (001.815.333-08); Heron Rodrigues da Silva (052.576.279-57)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9300/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.203/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Edilene Dayse Araujo da Silva (077.352.804-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9301/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.213/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Daise Porto Lyra (048.497.594-32); Luciana Silva da Costa (080.827.697-26)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9302/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.216/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marly D'Amaro Blasques Tooge (090.169.828-84); Sandro Luís Vatanabe (286.365.638-44)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9303/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.218/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Heline Caroline Elói Moura (091.887.014-33); Higor Daniel Duarte Rodrigues (082.185.096-23); Laura Mello Figueiredo (076.839.584-41); Leonade Daviliano da Silva (057.686.044-13)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9304/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.221/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Fernandes Klajn (046.617.509-42); Maiara Aline Junkerfeurbom (076.660.599-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9305/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.235/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francesca Guaracyaba Garcia Chapadense (021.631.391-07); Thatiany Santos de Santana (043.815.381-29)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9306/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.238/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Michele Pazolini (139.620.827-51)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9307/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.242/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leandro Gurgel de Medeiros (056.546.954-10)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9308/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.244/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Hilario José Silveira Castro (049.043.864-42)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9309/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.262/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vitoria Gomes Almeida (053.070.683-01)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9310/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.265/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernanda Teixeira de Sousa (042.478.001-16)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9311/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.536/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Bibiana Saito Marques (065.071.939-50)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9312/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.543/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Pereira Castro Sousa (562.748.233-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9313/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.545/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Laura Vieira Ferreira (379.281.633-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9314/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.550/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Áurea da Cunha Tavares (028.107.417-86); Benedito Sergio Marins (435.554.897-04); Carlos Eduardo de Souza Faustino (094.500.377-36); Célia Martha Gurgel do Amaral (721.784.777-04); Diva Baptista da Silva Pereira (092.245.207-58); Maria Alvanir Machado (111.813.897-04); Maria Helena de Jesus Silva (019.277.597-90); Maria José Rocha de Carvalho (298.835.637-87); Maria José da Silva Fragoso (009.461.667-14); Maria do Carmo Nogueira de Araujo (964.010.957-68); Nair Oliveira da Silva (043.607.617-91); Ofélia Marques de Oliveira Rodrigues (339.500.407-49); Ricardo Aloísio de Souza Faustino (095.233.797-55); Sylvia Lopes Clemente (044.869.277-53)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9315/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.551/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria da Penha Serafim (270.297.006-00); Olinda Miguel de Oliveira (015.830.346-68)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9316/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.556/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriana de Delas-Vigo Meirelles (059.547.767-41); Aloysio de Freitas Mattos (004.348.847-15); Djalma da Costa Albuquerque (030.356.037-15); Felipe Bittencourt Ferreira Lima (127.673.027-63); Fernanda Margarida Dias Martins (052.147.237-76); Irene Pereira (499.551.447-34); Iris da Motta Oliveira (411.706.287-53); Ivette dos Reis Pinto (185.734.287-91);

Jacira Mendes da Silva (745.724.407-78); Jorge Sirito de Vives (007.531.497-53); João da Silva Gonçalves (057.767.087-53); Leontina da Silva Aguiar (123.320.727-05); Marcus Carvalho Gama Cornélio (138.144.027-40); Maria Amélia de Vasconcellos Carneiro Castro (160.340.237-34); Marianna Yedda Eloy de Andrade Bello (907.738.887-72); Paulo Antonio da Silva (220.961.327-20); Renata Dal Poz Meirelles (101.602.597-11)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9317/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.748/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Etiene Linhares Rodrigues (004.368.284-72); Pedro Henrique Pedrosa Sobral (075.444.964-57)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão João Cleofas - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9318/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.750/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Renê José Sad de Souza (552.909.306-04)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9319/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.753/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Zenaide Costa Guimarães (460.017.866-15)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Salinas - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9320/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.754/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Celma de Oliveira (013.082.736-30); Thaís Adriany Leite (013.082.756-84)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de S. J. Evangelista N. de Senna - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9321/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.758/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Natividade Morais de Miranda (086.758.992-20)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9322/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.760/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Luíza Romeiro Melo (010.110.163-54); Francisco de Paiva (071.872.113-68)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Iguatu - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9323/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.761/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Benedita Sônia de Carvalho Pereira (886.496.286-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9324/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.767/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Nahilda de Almeida Vasconcelos (675.370.737-91); Sílvia Dutary Peres (124.382.477-89)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9325/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.782/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Eugênio Navais Corrêa de Araújo (001.015.834-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9326/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.786/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Joaquim da Silva Reis (011.790.712-04); Marlene Veleda Moita (282.239.500-49); Rosa de Jesus Neves Melo (345.241.852-91); Saulo Paulo Almeida Moita (046.787.100-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9327/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.791/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ícaro Domingos Naves (098.977.146-69); Maria Aparecida Araujo Sales Coreia (068.222.486-33); Maria Aparecida Domingos Naves (676.040.726-15); Raissa Conceição Gonçalves (117.603.066-30)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9328/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.794/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Agostinho André (239.618.306-06); Alderico Félix Fraga (083.493.981-91); Maria Abadia da Silva Araújo (044.767.856-62); Maria da Conceição Moura de Novaes (204.612.408-15); Regina Célia Ferreira de Oliveira (713.594.006-72)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9329/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.796/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Theresa Rezende de Oliveira Carvalho (181.157.646-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9330/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.797/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Beralda Faleiros Megale (906.347.646-91); Efigênia de Jesus dos Santos (048.504.046-85); Estela Simeão de Souza (085.227.896-90); Flaviana Leandro Leite (032.843.296-25); Georgina Maria Siqueira (871.926.676-68); Gerda Helena Krug Brune (004.320.916-53); Inez Teixeira da Silva Galvão (998.765.076-72); Lidiana Aparecida Abranches (075.253.656-79); Margarida Rosa de Jesus (010.669.406-57); Margarida de Carvalho Peixoto (009.061.356-21); Maria Cassimiro Lopes (048.762.206-54); Maria Venância dos Santos (026.218.736-18); Maria da Conceição Faria Magalhães (051.754.346-08); Maria da Natividade Rosado Valente (740.319.106-49); Maria do Carmo Leandro Leite (024.045.616-50); Matheus de Freitas Nazário (070.820.996-30); Myrthes Maura Pacheco Batista (329.246.826-49); Natália Leandro Leite (012.388.156-00); Romário Adriano Rosa (080.461.086-00); Sônia de Souza Petterman (805.416.666-49); Thais Franciele Silva de Assis (076.649.006-89)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9331/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.840/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antenor da Silva (071.599.194-91); Clede Lopes Acioli (786.162.124-34); Cremilda de Lima Santiago (007.565.674-40); Cícera Gomes da Silva (144.921.644-72); Dulce Breda de Macedo (724.265.944-20); Eleusa de Arroxelas Nobre (177.609.504-97); Elisa Rocha Acioli (007.482.244-67); Elza Plácido Lopes (457.757.374-15); Erika Gonçalves da Silva (076.583.064-79); Gessika Aline Lima da Costa (013.184.484-92); Geruza Silva Santos (013.235.834-40); Guiomar Patrício dos Santos (630.296.264-15); Jéssica da Silva Roberto (045.105.534-98); Luiz Fernando de Melo Chaves (008.534.474-54); Maria Lúcia Tenório de Albuquerque (228.707.924-68); Marisa Mota de Oliveira (483.272.474-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9332/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.842/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Claudionor Rodrigues Góes (000.091.305-78)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9333/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.845/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriano de Alencar Barros Vasconcelos (021.446.233-17); Antonio Wilson Vasconcelos (042.400.303-15); Elizabeth Carneiro Teles (004.829.953-78); Emanuel Caio Alves da Silva (671.720.673-04); Francisco de Assis de Oliveira (620.558.523-53); Gerarda Cavalcante Pequeno (461.707.403-10); Guaracy Freitas de Alencar (043.496.373-97); João Aires de Oliveira Filho (620.558.443-34); Luciano Rodrigues de Oliveira (620.558.793-91); Luíza do Carmo da Silva (620.079.123-68); Margarida Maria de Sá Leitão Ramos (671.029.803-53); Maria Cleide Leite de Araujo (042.654.403-04); Maria Nice Braga Brasil (359.867.003-68); Martinha Bastos do Nascimento (139.616.323-91); Rita Maria Martins da Silva (179.922.143-15); Rosa de Lima de Oliveira Accioly (424.447.133-20); Rosa de Lima de Oliveira Accioly (424.447.133-20); Sílvia Carneiro Teles (384.903.903-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9334/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.848/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antônia Lourenço dos Santos (618.754.143-04); Astrogildo Eliano Pinto (015.550.143-72); Carmelita Silva da Rocha (170.694.403-91); Clebenice Castro Perdigão (847.440.223-91); Edite Maria Melo Monteiro (190.880.003-87); Elerisa Ellery Barroso (028.072.307-50); Elizabeth Crystina Silva Silveira (047.070.183-86); Eunildes Mendes de Sousa (388.108.243-34); Fernando Welbert de Melo Ferreira Albuquerque (059.160.313-60); Fernando Wesley de Melo Ferreira Albuquerque (039.711.323-40); Francisco Pereira da Silva (310.621.303-59); Ítalo Pessoa Albuquerque (055.187.083-43); Izabelle Poliana Perdigão Coelho (027.301.243-65); Luíza Sampaio de Albuquerque (506.534.313-68); Maria Alba Lobo dos Santos (502.811.433-15); Maria Amélia dos Santos Nascimento (525.120.613-53); Maria Apolônia Vasconcelos de Souza (436.831.693-20); Maria Elaine de Sousa (858.449.773-00); Maria Jacira Demétrio Melo (045.362.153-87); Maria José Silva Coelho (466.116.493-87); Maria Lúcia da Silva Pereira (020.067.503-64); Nilza Urano de Carvalho Fontenele (141.005.253-20); Tereza Alves dos Santos (168.498.413-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9335/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.850/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aida Neves Netto (071.124.397-28); Ana Vieira Belém dos Santos (103.999.907-71); Anderson Moreira Serrano (054.860.897-08); Cauê Freire Leopoldino (130.321.017-78); Edith do Rosário Oliveira (069.860.697-31); Elisde de Almeida Alves (120.474.777-60); Gabriela Natália Coutinho (157.709.427-11); Helena Bielecka Ignatowska (913.123.027-04); Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo (036.123.847-91); Jefferson Gabriel Sarmento (035.910.267-00); Josefina da Purificação de N. Senhora Gomes (072.076.167-08); Leonard Eustachio Ignatowski (867.265.527-34); Luana Félix dos Santos (052.764.607-52); Luciana Belmira Félix dos Santos (052.764.577-00); Luiz Filipe Barreto de Freitas (102.064.607-16); Luíza Sampaio Passos (052.655.977-27); Maria Eduarda Julião Pacheco (130.530.307-56); Maria Therezinha de Oliveira (096.561.627-49); Odete dos Santos Passos (557.652.467-53); Pedro Henrique Julião Pacheco (130.530.297-40); Thais Serrano (055.039.107-02); Viviane Barbosa Julião Pacheco (089.142.447-41)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9336/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.853/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alberto Gomes da Cruz (031.804.337-87); André Calazans Sant'Ana da Silva (122.224.207-92); Andressa Vicente de Souza (090.902.057-48); Anna Rita de Azevedo Pires (046.396.137-41); Else Carvalho Correa (596.296.817-49); Erna Johansson (046.425.387-04); Eunice Richa Iunes Homem da Costa (018.715.277-24); Gereni Coutinho (278.527.097-53); Harry Damasceno Vieira (049.246.577-00); Helenir Martins do Amaral (779.269.867-04); Hersy Vansconcellos Pinto (161.278.387-20); José Luiz Peixoto (031.926.797-00); Laudelina Torres da Silva (511.987.627-72); Lília Maria Limongi Solon de Pontes (039.726.237-04); Lucíola França Graça (534.300.427-04); Luíza Ferreira Rodrigues (419.230.657-34); Maria Nazaré Pires Pinto (015.807.207-30); Maria Sílvia Salviato Alves (999.954.927-68); Rayanne Fernandes Silva do Valle (122.026.117-38); Sebastião de Souza (574.094.807-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9337/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.854/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adilea Monteiro Luz (088.895.257-03); Alexandre Elias Marques da Silva (742.190.497-20); Alyne Alves Bastos (054.202.287-77); Antonio Baldi (043.794.207-44); Brunno Allan da Conceição Nogueira (139.468.197-61); Daniel Mendes Corrêa Victor (147.898.887-89); Emília de Jesus Ferreiro (035.309.147-20); Ilka Oliveira Portocarrero de Castro (023.978.687-41); Iracema Moraes Barbosa (927.476.987-34); Jovelina Maria Ferreira Felippe (036.881.597-80); Luciana Velasco Calvert (102.027.057-81); Maria Deyse Sales Yusim (032.959.827-91); Maria Ely Marra da Silva Lopes (458.431.807-78); Maria Luíza de Souza Xavier (100.573.777-07); Maria da Páscoa de Bastos (038.840.677-10); Marilaine Bauer da Silva Santa Rosa (003.412.821-20); Marlene Gonçalves (868.180.587-87); Natalina da Costa Magalhães (270.065.907-44); Nelson Vieira da Rocha (378.168.967-00); Rodrigo Alves Bastos (054.202.367-96); Shirley Aparecida Barbosa (054.043.137-06); Waldir Pinheiro Filho (848.609.877-72); Willian Alves Bastos (054.202.407-18)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9338/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.858/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Creusa Rosário Portugal (076.322.937-79); Estrella Dalva Benaion Bohadana (538.944.727-15); Ferdinand Péricles Youyoute (012.764.417-20); Francisco Olavo da Silveira Cavalcante (002.991.627-53); Gabriela Medeiros de Carvalho Gondim Dias (133.729.567-10); Hilda Brandão Fernandes (515.467.527-49); Hilton Neves Paranhos (054.476.377-75); Ignez Ferreira Cassini Conterato (313.182.077-20); Irael José Bezerra (183.297.487-15); Ivani Conti Ribeiro de Campos (246.210.308-25); Lúcia Villas-Boas Nunan (028.727.497-72); Márcia de Menezes Paranhos (987.785.875-49); Marcus de Menezes Paranhos (987.797.025-20); Maria

Emília Guimarães Cesar (507.734.617-87); Ottelino Álvares de Figueiredo (014.340.047-91); Pedro Medeiros de Carvalho Gondim Dias (133.729.527-23); Pedro Rúbio de Oliveira Lima Ferreira (057.444.217-00); Regina de Oliveira Lopes (966.380.287-15); Sillis Siqueira (277.732.647-91); Sônia Costa Mendonça (519.881.277-34); Suellen Catiana da Fonseca Souza (106.554.387-50); Suelly Kraemer de Sousa Ferreira (075.729.237-20); Vera Maria Mendonça (444.527.567-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9339/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.860/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: José da Silva (193.444.221-68); Maria Nízia Bento do Nascimento (706.870.721-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9340/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.864/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aurora da Silva Policarpo (504.506.466-53); Dalila de Souza Gonçalves (653.685.506-00); Elza Rodrigues (265.743.146-15); Geralda Estanislau de Almeida (029.688.816-80); Geralda Maria de Souza (603.782.986-15); Helena Phelomena de Albuquerque Serra (937.248.376-15); Jesus Guimarães (297.332.006-20); Juraci Campos (801.591.686-00); Luiz Eduardo Lara Bertucci (118.632.226-85); Maria de Lourdes Maciello Viana (001.428.086-87); Mario do Nascimento Sobrinho (277.498.946-91); Therezinha Pinto Lisboa (030.664.607-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9341/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.867/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria de Lourdes Bruno de Carvalho (156.180.626-90)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9342/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.868/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Ricardo Olmo dos Santos (001.332.726-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9343/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.870/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria Ardilo de Moura Costa (931.425.444-53); Abigail Augusta Colaço Costa (068.600.444-20); Ana Lucia de Vasconcelos Marques (010.551.724-08); Anita da Silva Santos (225.734.614-91); Anna Victoria Colaço Costa Meneses Cunha (081.954.054-44); Eládia Antonia da Silva (675.285.034-87); Estelita Xavier de Sousa (219.877.344-91); Ingrid Cybele Guedes de Araujo (058.005.854-90); Israel Dias da Silva (262.661.214-68); José Waldemir de Carvalho (007.128.414-15); Laura Honorato de Almeida (953.123.904-53); Lucas Nogueira Cabral de Vasconcelos (010.551.804-27); Maria José da Silva (219.792.004-91); Maria Zelia Campos Henriques (804.860.104-49); Maria da Paz do Nascimento Assis (025.220.474-34); Maria das Dores Dionizio Guedes (395.894.044-72); Maria de Fatima Netto Peixoto de Almeida (132.696.824-68); Maria de Lourdes Gomes de Araujo (951.264.064-34); Maria de Lourdes da Silva Costa (237.142.804-30); Maria do Terco Pereira (076.659.754-70); Risomar Nobrega de Freitas Dias (020.341.584-15); Samuel Alves Cerarino (112.817.214-33)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9344/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.871/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Maria Paes Barreto Tavares (651.084.184-34); Ana Rosa da Silva Oliveira (554.533.334-72); Antonio Guerra da Silva (181.135.754-72); Antonio Luiz Barbosa (373.962.344-68); Creusa Maria dos Santos (996.265.514-53); Danilo do Amaral Rodrigues (700.532.894-98); Delosmar Domingos de Mendonça (002.441.634-72); Eliane de Oliveira Pereira (288.301.804-91); Irismar Lobo da Silva (003.003.224-53); Izaura Ferreira de Melo (893.752.974-20); Maria Assunção Mesquita Moreira (166.093.103-78); Maria Fernandes Monteiro Coelho (148.587.544-72); Mauricio Matos Gurgel (003.375.104-82); Normelita Barbosa Gomes (020.433.784-49); Renato de Amorim Coutinho (003.285.704-78)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9345/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.873/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alice Ferreira da Silva (088.187.024-24); Amélia Medeiros Oliveira e Silva (194.211.764-72); Armando da Costa Cairutas (000.562.354-53); Belinda Maria Monteiro Vasconcelos (034.145.914-30); Carlos Alberto de Andrade (148.768.414-20); Celia Maria Coutinho Figueira (018.748.704-97); Darci Cordeiro Freire (000.961.054-53); Dayse Micheline Alves Costa (799.258.394-91); Eliete Gomes Carneiro (021.588.464-70); Georg Hutzler (039.052.174-49); Magali Alves Costa (590.653.974-34); Maria Tereza Diletieri Figueira (007.626.404-13); Maria Vieira Silva (898.317.564-87); Mary Galvão Pessoa de Morais (784.806.984-20); Nelly Torres Gonçalves de Oliveira (104.017.254-72); Osita Moraes Pinto Ferreira (002.400.604-15); Quiteria Francisca Batista (033.537.824-27); Ronier Barbosa Marinho (126.772.644-04); Severina Maria do Nascimento (551.414.124-15); Tatiane Maria Batista (015.526.574-18); Vera Lucia dos Santos de Lima (724.725.707-59)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9346/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.874/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amara Francisca de Araujo (403.718.594-68); Ana Maria da Silva (670.251.534-00); Antonio Carlos Rocha Saborido (017.989.875-20); Cristina do Nascimento Farias (007.689.684-61); Edite Gonçalves Lapa Guimarães (832.775.014-34); Eliomar Josepha de Almeida (064.057.974-49); Erica Viviane de Araujo (046.302.284-03); Helmiton Cardoso de Freitas (021.366.355-49); Isabella Dória de Vasconcelos Lacerda (102.963.124-79); Joana Maria Santos da Silva (300.918.614-20); José Maria Cavalcanti (014.355.074-87); Julia Dubeux Agra de Souza Ramos (068.435.874-37); Marcia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães (183.947.364-91); Marcos Danilo Cavalcanti Lopes (037.690.583-21); Maria José Cavalcanti (711.428.354-72); Paulo Luiz da Mota e Albuquerque (040.923.174-68); Severino do Nascimento Farias (007.687.004-93); Terezinha do Nascimento Farias (007.689.704-40); Uyara Costa Aguiar (351.878.674-15); Valdeci de Albuquerque Maranhão (179.983.364-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9347/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.875/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alexssandra Fernandes da Costa Cruz (012.102.764-37); Aline Ferreira Dantas (014.183.804-31); Allanny Alves Furtado (082.557.824-86); Ana Clara Chaves (703.902.314-87); Ana Rosa Tôrres Porpino Dias (953.211.283-91); Ana da Silva Cavalcanti (221.531.104-59); Anna Luiza Silva Santos (012.910.834-05); Cecilia Ferreira da Silva (107.484.314-20); Fernanda Chaves (703.902.584-15); Francisco Balbino da Silva (052.707.714-38); Gabriel da Silva Cavalcante (053.670.754-52); Idivania Chaves (703.902.404-78); Ivan Issa (054.716.305-30); Ivanise Pinheiro Jordão (792.049.614-49); Janaina da Silva do Nascimento (007.573.364-18); Joabe da Silva Cavalcante (053.670.834-71); Lorena Fernandes da Costa Cruz (012.102.814-30); Mabel Walsh Gonçalves dos Santos (024.868.774-36); Monik Fernandes Alves da Cruz (012.102.634-59)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9348/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.877/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alfredo Domingos Freire (324.417.891-04); Ana Clara da Silva Antunes (072.712.154-50); Apparecida Estella Salgado de Aguiar (654.285.104-63); Arthur Emannuel de

Araujo Lago (073.921.314-86); Bárbara Beatriz Machado de Oliveira (071.900.364-40); Débora Thauana Bernardino de Oliveira (065.386.804-96); Douglas Kauê Bernardino de Oliveira (065.386.724-77); Edite Barbosa de Oliveira (156.634.694-00); Felipe Lima Soares (099.274.014-26); José de Anchieta Ferreira da Silva (003.521.604-20); José Lourenço de Araujo (201.787.944-49); Kyvia Tereza Rodrigues de Lima (072.806.174-09); Luíza Gouveia de Albuquerque (140.901.394-49); Maíza de Albuquerque Trigo (007.592.144-84); Maria Bezerra da Silva (202.142.944-04); Maria Darly Couto Bezerra (007.840.304-99); Maria Eugênia Silva dos Santos (422.916.744-04); Maria de Lourdes Frederico de Oliveira Freitas (225.258.904-34); Maria do Carmo de Araújo Oliveira (790.869.854-91); Marlete do Nascimento Sales (156.262.024-04); Mikarla Bruna Silva de Araujo (074.656.354-03); Paulo Batista de Oliveira (595.549.914-87); Renato da Costa Alves (282.235.944-04); Wescley Rafael Menezes de Lima (062.539.664-21)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9349/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.878/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Keline Cristina dos Santos Freire (056.574.734-77); Antonio Raviere Ferreira de Sousa (083.246.294-24); Eunice Pereira Dantas (474.736.494-34); Girlânia Nunes Dantas (013.166.044-62); Israel Guedes Machado das Chagas (081.430.384-67); João Pedro Paiva Herbers (098.756.694-66); Luiz Philippe Medeiros do Espírito Santo (085.368.674-26); Maria Alves da Silva (597.651.514-20); Maria Luíza Dionísio de Medeiros (060.435.354-59); Maria da Luz Justino (279.240.924-04); Nathalia Braz Gomes de Meneses (046.357.304-84); Renard Medeiros Chianca (014.167.684-16); Renata Cardoso Chagas (011.390.344-80); Sílvia Ramalho Dantas (230.947.884-91); Tereza Raquel Gomes Paulino (066.840.864-20); Wellington Araujo da Silva (046.518.384-05); Willyan Pedro dos Santos Gomes (046.455.314-84); Zita Barreto Costa Marinho (106.558.457-12)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9350/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.880/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alcioneida Ferreira Barduni (024.152.937-92); Alice Pacheco da Silva (001.058.657-10); Charles Melo Moraes (056.730.097-80); Clarisse do Amaral Ferreira (003.162.027-20); Edilson Fortunato Martins (155.827.867-24); Eduarda Rios Fragoso (163.658.967-78); Eunice Penteado Stevenson (130.534.507-04); Francisca Laurentino de Lima (668.399.127-87); Francisca de Freitas Pereira Novis (018.371.287-07); Haydee Bruno Gomes (475.268.827-15); Ismênia Hilda Motta Ferreira (872.069.197-15); João Carlos Pereira Abrahão (098.453.917-45); Jonathan Melo Moraes (056.729.567-26); Lecy Rodrigues Martins (550.356.397-20); Luiz Carlos Pereira Abrahão (098.453.897-67); Maria da Glória de Oliveira (025.079.837-95); Maria de Lourdes Wendt Vilela (079.532.717-02); Maria de Lourdes de Souza Tavares (070.178.077-07); Maria dos Santos Rodrigues (216.826.407-44); Marlene Gomes Barge (552.789.147-34); Sônia Maria Fonseca Alvarenga (974.290.317-49); Zildete Soares Ferreira Barbosa (098.902.477-63)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9351/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.882/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Afonso Henriques de Brito (007.868.707-10); Ana Carolina Garrido Feitoza (056.903.127-38); Daniela dos Santos da Silva (053.104.247-25); Débora de Souza Lemos (107.820.817-46); Diva Ribeiro Sylvio (080.235.477-71); Elisabeth Francisca dos Santos da Silva (056.485.687-89); Elisângela Francisca dos Santos da Silva (054.072.167-01); Idalina Maria Fernandes Braga (027.519.927-49); Izabel Maria de Oliveira Santos (430.390.817-72); Jacyra Donato de Barros Gioia (020.234.827-04); Jesuíta Ferreira dos Santos Menezes (531.581.725-34); Jordelina Cândida Vargas da Motta (358.285.287-34); Josefina Bouzo Campos Muniz (087.282.507-88); Liliana Feiteira Pellegrini (330.289.237-34); Lucas Veras Campos da Rosa (109.917.907-66); Maria de Albuquerque Lyra da Silva (006.197.367-04); Maria de Jesus Eiras Coggin (111.789.147-04); Rosa da Silva França (776.616.057-91); Ubirajara Francisco Santos da Silva (056.485.827-73); Violetta Ranevsky (346.019.377-87); Zenaide Monteiro Moraes Carneiro (023.002.227-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9352/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.883/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carmen Costa Souza (024.791.237-90); Dulse Carvalho de Lima (132.740.127-42); Fabíola de Fátima Pimentel de Oliveira Rocha (107.493.967-09); Gina Guimarães Pereira (659.415.437-00); Glauton Simas Campello (747.615.107-06); Hermes Pinto de Oliveira (404.201.597-20); Humberto de Carvalho Martins (870.862.047-49); Inacy Manoel (220.920.727-49); Lilian Denise Trengrouse de Araujo (298.376.857-00); Luzia Setta Gardi (025.529.817-04); Manoel Ferreira dos Santos (093.943.117-34); Maria Fernanda Machado Knaack de Souza (546.792.907-06); Maria Lima da Silva (103.980.717-80); Maria de Lourdes Moraes (388.125.337-87); Marlene dos Santos Thobias (385.102.357-91); Nair da Silva Guimarães (534.610.617-00); Sônia Szwarcberg (884.050.527-04); Zilda Brandão Barbosa (104.733.257-48)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9353/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.884/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Albina de Carvalho Pereira (093.024.047-22); Alice Xeles Claudino Torres (597.121.987-15); Anna Maria Londim de Mello e Souza (076.991.167-63); Aurelina da Silva (056.771.597-35); Daiane de Oliveira dos Santos (102.889.867-33); Elvira Simões de Araujo (054.943.807-69); Hilma de Oliveira Rocha (780.943.307-59); Jorgina Orphão Dantas (025.088.057-18); Josias de Barros (362.355.717-04); Luzia Maria Barbosa (670.706.987-04); Maria Inês Antunes dos Santos (776.803.247-00); Maria José Gonçalves Britto (105.482.467-34); Maria da Glória Porto Paholsky (011.583.197-54); Maria do Carmo de Souza Piedade (491.302.697-68); Marilene Andrade de Luna (352.435.207-30); Mayara dos Santos Teles da Paixão (115.176.737-98); Paulo Roberto de Andrade Pedro (748.242.017-72); Yedda Pereira Cardoso de Castro (018.375.897-80); Zulmira Lopes Cordeiro (135.842.417-90)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9354/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.885/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Arlene Moraes Neves Porto (754.966.407-25); Benedita Isabel da Silva (684.347.157-91); Darlene Silva de Oliveira (099.782.527-89); Diana Prado Lopes Aude (099.497.727-10); Eliana Prado Lopes Aude (375.149.387-53); Elza Felicíssimo Vieira (045.461.567-15); Flávia Dulce de Paula Silva (103.969.587-61); Jairo Costa Nunes (369.391.537-72); Laura Maria Bernardes (025.934.496-67); Lolita Guimarães Montello (075.903.587-38); Luíza Angélica Noronha Pinto (024.181.007-82); Maria Juvita de Brito (070.953.414-00); Maria da Glória Paim Santos (380.082.037-49); Maria da Glória dos Santos Tostes (093.365.207-09); Maria das Graças Sousa Mota (340.535.737-34); Marlene Negreiro Pontes (802.399.437-91); Neuza de Almeida Vasques (275.018.337-53); Noêmia Maria Guimarães de Souza (746.285.187-34); Victor Macedo Soares Alves (009.738.237-04); Zélia Maria Alves Góes (016.791.087-60)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9355/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.888/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adair Eugênia de Moraes (025.789.637-62); Adelaide Margarida Manso Dutra e Silva (376.174.517-68); Albert Ebert (005.980.707-53); Carlos Lima Rocha de Andrade (139.013.297-81); Edivaldo de Araujo (304.047.207-06); Ellydia Monteiro Pessoa (021.597.287-21); Gustavo Barroso Sathler (053.764.507-16); João Bruno da Trindade (031.674.297-04); Josefa Almeida de Lima (042.867.887-41); Júlia Maria Ribeiro Ramos (987.134.857-68); Lizeth Rodrigues Pacheco (921.825.697-15); Luciana Barroso Sathler (053.764.417-25); Luciana Ferreira Rangel (033.329.137-94); Manoel Polycarpo da Silva (833.959.467-20); Mariana Soares de Souza (070.516.497-79); Nilson dos Santos David (702.235.727-72); Rene Flores Lemos (000.855.007-71); Roberta Fernanda do Nascimento (057.074.247-17); Severina Ramos da Silva (316.565.017-91); Sylvia Antun Maia Souza Aguiar (134.825.587-01)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9356/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.890/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Almir Neves Pereira da Silva (041.635.167-00); Anna Lúcia Rohrs Bastos (751.737.867-87); Carmen de Oliveira (670.691.507-68); Edna Beatriz de Sousa Ferreira (035.344.723-49); Eduarda Pereira Gomes da Silva (097.932.717-28); Eugênia de Oliveira Mesquita (026.046.687-50); Fernando Giovanni Bianchini (023.518.628-72); Henrique Maria de Mendonça Houayek (095.330.067-65); Jacira Kaneyama (924.552.638-00); Júlia Tavares da Conceição (009.241.797-32); Juracy Nakamura Pereira (896.082.247-72); Lani Roza dos Santos (057.250.297-43); Lucimar Garcia de Oliveira Ribeiro (101.252.737-97); Maria Bueno (428.930.037-53); Maria Darc Arle

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(104.386.607-81); Maria Oliveira Gonçalves de Jesus (099.234.127-25); Maria da Conceição dos Santos Ferreira (084.368.127-60); Maria de Lourdes Freitas de Miranda Marques (024.090.957-71); Mauriceia Teixeira Costa (314.326.897-20); Nivaldo Holmes de Almeida (175.284.617-68); Raphael Rocha de Souza (091.432.777-13); Vera Lúcia Rocha de Souza (077.560.017-29)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9357/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.893/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Dolores Pinheiro Ribeiro (052.877.367-46)

1.2. Órgão/Entidade: Representação do MEC no Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9358/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.896/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Claudemir Cordeiro (003.069.834-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9359/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.897/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Maria Barbosa (666.427.014-53); Aurélia Duarte de Oliveira (007.510.194-70); Djanete Paz de Lima (742.880.754-91); Doralice Vicente de Lima (698.994.014-04); Dulce Santos da Silva (088.194.744-09); Edilene Marques do Nascimento (012.792.284-90); Eliete Severina Marques do Nascimento (012.376.354-11); Eutychiano Marafante (012.787.464-04); Margarida Tereza Ferreira Cavalcanti (331.254.064-04); Maria Antônia do Nascimento (649.721.274-49); Maria Auxiliadora Bezerra da Silva (105.488.154-53); Minnie Bold da Silva (152.840.934-53); Severina Júlia da Cruz (711.953.784-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9360/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.161/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Laurentina Bispo dos Santos (925.674.955-68)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Catu - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9361/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.166/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Thainara da Silva Dias (065.067.381-62)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9362/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.168/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Sillas Marques Serra (008.145.713-87)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9363/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.193/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria José do Nascimento Andrade (256.035.154-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9364/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, c/c o art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.194/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Wilma Maia de Lemos (833.475.004-82)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9365/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 1º, XXIV, na forma do artigo 143, incisos III e V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; julgar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar; dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas acerca das impropriedades verificadas, nos termos do item 1.7 desta deliberação; encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 25), à representante e à unidade jurisdicionada.

1. Processo TC-003.228/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Degustar Refeições Coletivas Ltda. (11.844.673/0001-44).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas sobre as seguintes impropriedades:

1.7.1 a Instrução Normativa-MP 5/2017 já estava em vigor por ocasião da publicação do aviso de licitação do pregão eletrônico 06/2017, em dezembro de 2017;

1.7.2. a adoção do tipo de julgamento "maior desconto" está mais ligada à contratação de itens com preços tabelados no mercado (a exemplo de livros) e de prestadoras de serviços que aufiram seu lucro mediante taxas (passagens aéreas).

RELAÇÃO Nº 5/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 9366/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.405/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Tereza Mendes Giovannini (400.529.660-20); Flavia Suzana Reis e Souza (295.578.870-87); Jacques Pierre Barbosa da Cruz (439.280.990-00); Jandira Silva de Oliveira (206.214.850-04); Nilton Zirbes de Oliveira (165.996.590-04); Zinara do Prado Santos Hay (393.239.869-68).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul - MS/RS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9367/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.297/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jorge Luiz de Oliveira Calzavara (410.612.847-00); Josaias Silva (563.889.857-34); Luiz Sérgio Adriano (222.715.899-91); Maria Gomes Ladeira Reis (135.787.906-72); Maria do Rosario de Fatima dos Santos (133.181.954-72); Monica Maria Ferrari Real Martins Catão (792.747.067-15); Nara Silva Tramontina Zukauskas (328.768.310-15); Nicolau dos Santos (343.273.209-00); Norma Regina Nery Gonçalves Garcia (822.291.807-97); Rosana Neves Perfeito Silva (598.482.197-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9368/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.412/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aderval da Silva Martins (126.677.492-00); Afonso Ferolla de Lima (005.332.458-77); Afonso Matarazzo Neto (034.138.868-86); Alaide Gomes da Silva (659.820.377-53); Aldine de Miranda Henrique (349.519.387-15); Aliete Barbosa da Silva (315.836.874-91); Ana Lucia Alves dos Santos (785.475.397-00); Ana Lucia da Silva (776.684.647-00); Ananias da Silva (026.036.578-52); Ângela Mesquita dos Santos (627.104.437-91).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9369/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.418/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jorge Luiz Viera (281.906.537-68); Jorge Pereira de Araújo (067.100.692-49); José Alberto Saboia Holanda (399.205.508-68); José Bonifácio Modesto (019.389.108-50); José Carlos de Souza (072.776.363-68); José Edmilson Xavier (116.999.651-53); José Pedro de Carvalho (086.885.698-35); José Soares de Andrade (011.251.288-79); José Vitor Belisário (313.331.258-87); Jussania Aparecida Rodrigues Magalhães (045.005.948-09).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9370/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.424/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Sebastiana Maria Galdino (246.932.271-53); Silvana Pacheco Corrêa Bomfim (762.821.987-04); Silvio Souza Silva (274.305.707-63); Soraia Cardoso da Silva (813.005.497-34); Sueli Aparecida Gomes (019.313.478-08); Sueli Campos dos Santos Couto (044.172.848-06); Sônia Leite da Silva (019.704.398-40); Teodoro de Lima Chagas (083.682.872-00); Vera Cristina Santos Vieira (669.686.747-34); Walter Roberto da Silva Machado (019.698.698-28).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9371/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.787/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Jacira Francisca de Araújo (055.033.611-72).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9372/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.534/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Maria Francimar dos Santos Macêdo (312.815.757-04); Norma Landrino (597.903.857-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9373/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.286/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Adenilza Maria da Silva (010.723.247-25).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9374/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.563/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alfredo Fracari (006.324.576-00); Benedita Maria Gentil (554.647.776-87); Julia Maria Miranda (023.881.406-84); Therezinha de Jesus Duarte Carpini (927.519.116-68); Vânia Santos do Carmo (641.153.806-91).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9375/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.410/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Ada Muller Castro (643.890.060-53).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9376/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.413/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria do Rosário Moura de Andrade (564.706.731-04); Sebastiana Cândida Barbosa (672.098.586-87).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9377/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.825/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Rosamelia Masseli Bernado (668.416.746-34).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9378/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.511/2018-2 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Conceição de Fátima Gomes de Carvalho (607.212.007-53); Maria das Graças Fonseca de Farias (094.747.734-91); Miriam Jose de Melo e Silva (264.890.824-20); Rosimere Figueiredo da Silva (250.627.514-20).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9379/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, sem prejuízo de dar ciência da seguinte impropriedade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.088/2018-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Dejanira de Jesus Silva (559.133.699-04); Hilda Ferreira de Souza (373.667.349-34); Neuraci Caldas de Camargo (301.986.409-78); Soeli Aparecida de Camargo Wille (017.541.689-30).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Ciência:

1.7.1. ao Comando do Exército sobre o descumprimento dos prazos estabelecidos no art. 7º da Instrução Normativa/TCU 55/2007, quanto ao envio dos atos dos interessados para apreciação por este Tribunal, fato que poderá sujeitar o responsável às sanções previstas na Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 9380/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.619/2018-8 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Alexandre de Lima (131.903.808-56); Azaléa Murat Borges (020.433.834-42); Darci Araújo Vasconcelos (077.723.308-80); Doracy de Brito Loricchio (040.369.778-65); Helena Polo Machado (177.585.948-75); Luiz Gabriel Ferreira da Costa e Souza (212.637.338-08); Maria Isabel Alves (173.921.348-33); Raimunda de Lima (194.263.448-02); Thiago Felipe Ferreira da Costa e Souza (212.637.328-28); Valmy Lucia Tosato (205.383.898-18); Vera Lucia Borges (772.575.027-49).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9381/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.269/2018-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cleusa Knapp Correa (645.060.530-87); Edi Bergmann Kunde (002.199.640-76); Eli Lurdes Bataglin Salau (587.662.350-49); Eloisa Bergmann Heiden (446.937.960-34); Elza Maria Libonati Ozorio (676.279.270-72); Geni Machado Chaves (352.648.530-53); Maria de Lurdes Nich Ferraz (697.423.750-20).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9382/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.289/2018-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana de Fátima Nogueira Vieira (607.913.907-30); Helena Ferreira Barbirato (058.778.067-34); Iracema dos Santos Zaranza Jales (009.028.587-50); Maria José dos Santos Alves (409.336.444-34); Sandra Regina de Oliveira Barbirato (733.889.717-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9383/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.290/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Claudeci Clemente da Silva (579.788.164-00); Edna Teles Barreto de Vasconcelos (307.610.267-20); Elizete Menezes (110.416.507-44); Jaira Vieira de Moraes (102.996.884-53); Maria Alaide Menezes (008.973.747-46); Maria das Dores da Conceicao (933.519.684-34); Rita de Cassia Gomes da Silva (036.417.744-62); Veralucia Ramalho de Mattos (938.476.537-68).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9384/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3.722/2018 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 15/5/2018, Ata 16/2018, relativamente ao seu subitem 1.1, onde se lê: "(...) Italia Ramos de Assis (...)", leia-se: "(...) Italia Ramos da Silva (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.700/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alice de Souza Ramos Soares (029.817.267-49); Aurea Ribeiro Simoes (061.860.255-00); Iris da Silva Simões Alves (001.001.347-42); Italia Ramos da Silva (126.730.057-49); Ivone da Silva Simões (052.500.067-44); Jeanete Maffucci Rodrigues (296.794.787-34); Lea Ramos de Assis (013.060.537-90); Marcia da Silva Simões (000.309.607-62); Maria Elizabete Carneiro de Souza de Carvalho (692.714.707-10); Maria Francisca Carneiro de Souza Mello (057.997.167-87); Maria Leticia Luiz da Costa (014.503.237-07); Maria Terezinha Ribeiro de Morais (334.657.547-00); Maria Vitoria Carneiro de Souza Froes (629.028.067-87); Marlene Rodrigues Fisch (686.005.187-68)

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sefip que corrija no formulário Sisac o nome da interessada "Italia Ramos de Assis" para "Italia Ramos da Silva" (ato 10003401-08-2015-000057-6).

ACÓRDÃO Nº 9385/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.770/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Lucia Claudio (885.860.147-53); Eliane Emilia Ganem (497.939.347-00); Eliene do Nascimento Branco (781.651.807-20); Fatima Cristina Claudio de Araújo (758.781.607-06); Mariana de Santis Caldas Rubião Silva Mello (104.530.397-66); Marise Rodrigues do Nascimento (851.394.327-49); Marza Penha Gabriel (510.083.437-49); Sandra Regina Rosa de Almeida (699.696.637-04); Selma Maria Silva Rosa (851.896.697-34); Suely Carmen de Oliveira (052.415.177-66); Valeria Maria Claudio Guedes (755.830.207-25); Vera Lucia Rosa Azeredo (688.585.231-72); Wedsmar do Nascimento Baptista (511.508.917-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9386/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.778/2018-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Maria Alves Modesto (966.848.107-06); Pietra dos Santos Melonio (131.749.437-79); Rita de Cassia Vidigal Lyra (056.491.697-80); Sandra Silva Ferreira (836.644.677-87); Suely Garcia Bezerra de Melo (420.298.644-04); Tereza Cristina de Oliveira Melonio (010.816.487-08).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9387/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.284/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Antonia Amelia Pires de Lima (086.546.890-72); Arlete Maria Coutinho Martins de Castro e Araújo (151.070.600-30); Cleonice Maria Silvestre (790.183.519-20); Debora Pereira Duarte (304.599.740-68); Marcia Alves de Castro e Araújo (760.636.157-68); Maria Antonia Barin Dalla Porta (590.628.860-00); Nelci dos Reis (582.391.620-53).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9388/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.774/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Lucia Soares de Abrantes (296.209.292-68); Ellie de Abrantes (294.723.502-91); Gitania Maria França Abrantes (224.113.054-00); Maria Christina de Abrantes (236.542.872-04); Maria José da Silva Abrantes (507.871.952-00); Maria de Nazaré Andrade Abrantes (089.201.092-49).

1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9389/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.208/2018-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Arlete Maria Gomes Gurgel do Amaral (831.270.204-06); Eleonora Dobbin Villocq Vianna (308.811.297-04); Maria Aparecida Martins Bezerra (173.963.444-68); Maria Clara Villocq Barros e Silva (420.297.084-53); Maria Nazare da Silva (381.139.104-68); Rogeria de Fatima Lima Catao (189.801.474-49).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9390/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.642/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Cilda Barros de Aquino Gaspar (037.229.457-04); Derlice Curvello Ferreira (226.759.737-34); Francisca de Souza Luz (076.401.337-85); Lilia da Costa (013.101.627-00); Liraci Vieira da Costa (846.809.707-15); Lucy Alvarenga Xerez (298.399.807-00); Neuza Gomes dos Reis (224.523.540-15); Rosena Dias de Andrade (073.939.907-17).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9391/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.646/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Eli Rodrigues Rossi (206.171.607-59); Helena Ferreira dos Santos (052.357.477-04); Maria do Socorro de Castro Correia (077.353.607-89); Sonia de Mello e Silva (038.001.057-72); Stella Andrade Ladeira (021.630.927-12); Therezinha Cappelletti Moreira (025.865.327-24).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9392/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.648/2018-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Guiomar Malavasi de Camargo (212.647.528-06).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9393/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.651/2018-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Elaine Dorneles Cafruni (503.705.619-53).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9394/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.121/2018-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Lina Teodora Schlichting (258.932.119-87); Maria Aparecida Moraes Garcia (416.629.209-97); Maria Kath (310.589.499-34); Monica Maria da Silva Buratto (433.074.349-34); Vera Lucia dos Santos Souza (577.391.299-68).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9395/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.182/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alcira Santos Lopes (121.099.832-72); Ana Maria Abreu Neves de Oliveira (038.622.752-72); Filomena Maria Abreu Neves (064.261.582-91); Ivanilde Moura Milhomens (057.705.642-53); Maria Adelsira Santos do Nascimento (243.261.002-49); Maria Leni Fernandes Veras (098.824.302-44); Maria Solange Fernandes Cunha (297.057.032-72); Maria das Graças Abreu Neves (086.160.192-00); Maria de Belém Abreu Neves (064.271.032-53); Maria de Fatima Neves Bittencourt (033.208.712-34); Maria de Nazaré Abreu Neves (056.572.022-87); Maria do Perpétuo Socorro Barros Fernandes (677.692.092-34); Mariangela Fernandes de Melo (057.334.817-06); Maurilio Barros Fernandes (195.703.762-87); Neuza Maria Fernandes Moda (005.403.712-38); Odilia Milhomens de Azevedo (118.212.132-20); Rosane da Penha Pereira Dias (706.832.807-59).

1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9396/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.345/2018-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Agis Pedrosa Potengi Pereira (402.145.087-49); Deise Barros (629.452.547-00); Edite Pedrosa Potengi (542.066.697-91); Eloisa Potengi Cavalcanti (078.217.407-80); Geny Barros de Araujo (711.010.637-34); Maria Ester Bertho Barros Rodrigues (052.025.047-80); Maria Filomena Vargas de Oliveira (121.955.068-06); Maria da Conceiçao Pedroza Bantim (000.601.917-08); Maria da Conceiçao Viana da Silva (122.325.994-34); Maria de Lourdes Viana de Almeida (095.338.424-15); Maria do Carmo Viana Demezio da Silva (372.919.044-04); Marnix Potengi da Silva (078.280.077-79); Orquidea Pedrosa Potengi (018.096.537-97); Tania Maria Barros Porreca (328.551.097-87); Tania Maria Ribeiro de Oliveira (137.011.184-34); Vania Ribeiro de Oliveira (393.852.724-20).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9397/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.630/2018-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Luis Carlos Alves Moreira (371.272.177-34); Manoel Luis Valdevez Castro (046.597.247-00); Marco Aurélio de Trindade Braga (318.599.337-34); Paulo Lafayette Bezerra (041.502.957-00); Sergio Toniasso (178.546.017-04); Sérgio Lineu Vasconcelos Rosário (016.342.679-15).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9398/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.211/2018-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adalberto Gonzaga Nascimento (541.896.248-53); Antonio Carlos Fonseca Jeronymo (758.640.297-34); Cleber Fagundes Costa (537.670.390-87); Cristiano Santos de Almeida (074.191.487-59); Francisco Gentil de Oliveira Pereira (002.360.554-53); Jair da Silva Dias (583.432.458-49); Jorge Damiao de Paula (184.163.307-00); Orlando Vieira de Siqueira (548.502.828-49); Rafael de Almeida Silva (067.325.956-01); Tarcisio Roterdan da Silva e Silva (013.171.972-67).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9399/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.216/2018-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Fernando Antonio dos Santos (059.228.554-50); Jose Severino da Costa Filho (018.711.964-34); Josias Meireles da Silva (348.529.487-04); Jurandy Oliveira de Souza (074.489.617-72); Lindomar Alves Carneiro (038.700.061-53); Marcio Jose Guimaraes e Guimaraes (021.117.967-19); Pedro Teotonio (074.902.597-20); Roberto da Silva Leitão (079.075.087-20); Verissimo Jorge da Conceição (159.912.377-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9400/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.221/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Edson de Holanda Henriques (067.965.677-49); Eduardo Melo de Carvalho e Castro (701.782.837-20); Eloy Ribeiro de Oliveira (007.848.509-68); Jose Caetano dos Santos (752.733.307-34); Luiz dos Santos Correa (290.531.707-82); Naldo da Silva Ferreira (067.184.937-91); Paulo Roberto Sabino (002.083.701-10); Paulo Silva (311.147.827-00); Renato Cesar Valpasso dos Santos (548.901.289-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9401/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.225/2018-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Nunes de Oliveira (338.679.687-72); Cosmo Martins (185.535.597-34); Jose Marcelo de Carvalho (023.471.567-72); Manoel Xavier de Miranda (008.248.792-87); Nelson Rodrigues (095.687.517-34); Otaviano Arcanjo de Oliveira (032.660.877-04); Otto Carlos Brasil de Rezende (044.321.777-72); Sebastiao de Souza Machado (199.729.627-68); Sergio Alves de Oliveira (262.287.507-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9402/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.232/2018-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Santana (795.556.677-72); Antonio Damasceno Leite (099.016.717-87); Antonio Vicente da Costa (298.276.717-15); Armando Luis Lima Fonseca (236.446.647-49); Camerino Olegario Andrade (027.114.357-68); Carlos Luiz do Sacramento (199.744.506-91); Emidio Francisco da Silva (028.374.804-44); Gedasio Ferreira Duarte (246.880.537-20); Jose Americo Magalhaes Pessoa (002.956.125-68); Jose Lima de Franca (089.052.821-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9403/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.235/2018-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alfeu Gomes de Oliveira Filho (014.306.374-04); Gilberto Azevedo Amorim (264.937.724-00); Jose Silveira Fontes (010.167.766-91); Kleber Paul Nery (067.798.167-87); Manoel Soares Filho (008.881.094-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9404/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.238/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adson Souza Dias (038.467.761-49); Antonio Capitula (121.010.959-04); Jose Rogerio Santana Neves (698.065.351-20); Jurandir Souza Santos (103.560.291-15); Naercio Cardoso (005.864.471-72); Osvaldo Martins da Fonseca (004.164.951-68); Otavio Pires dos Santos (028.043.601-72); Romario Cabral (368.606.111-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9405/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.246/2018-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alexsandro Junior Souza Frey (008.773.632-26); Altamiro de Lima Messa (011.740.190-00); Angelo Demetrius Pamplona da Silva Santos (593.424.042-00); Gabriel Silva Soares (166.859.227-45); Ivanir Carlotto (836.199.769-53); Joao Paulo Quiro Sanches (752.958.491-04); Joao Paulo Rodrigues da Silva (837.761.330-15); Moises Martins das Neves (071.316.648-71); Saulo Cristiano Albuquerque Moreira de Lima (027.146.144-69); Sebastiao Faustino Xavier Filho (621.334.034-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9406/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.250/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Andre Paulo Junges (161.740.030-00); Antonio Eugenio Nikitenko (057.413.867-68); Chicre Sily Neto (318.469.987-00); Ernani Ferreira da Silveira (486.764.547-87); Gregorio Coelho de Morais Neto (321.795.967-15); Jaymir Alvaro de Souza (049.267.577-53); Joel Dias Quelhas (003.397.685-68); Joel Toledo (076.239.097-20); Nerli Gomes Santana (129.889.871-49); Sergio Rodrigues Vieira (031.027.507-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9407/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.256/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Marcio Lima Ferraz (117.060.236-34); Celio Falleiros (000.610.776-15); Celio Silva (011.805.506-25); Jose Ivan de Oliveira Reis (040.072.398-00); Jose Maria Duque Alves (018.708.666-49); Lutero Walter Lawall (156.607.966-72); Magno Francisco Balducci (088.943.886-20); Marcelo Luiz de Aguiar (762.960.756-34); Raimundo Lacerda de Alencar (029.756.617-20); Sebastiao Rubio Ferreira (037.039.837-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9408/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.260/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Amado Martins da Silva (044.508.500-25); Carlos Lemes Camargo (066.105.520-53); Ernani Wachholz (054.046.730-87); Florentino Mitidieri Irizaga (081.269.330-20); Jose Darcy Neves dos Santos (017.642.840-20); Luiz Estenio Rubim da Costa (036.248.890-87); Milton Iensen de Mello (007.798.061-15); Milton Monteiro (044.818.360-91); Paulo Dorneles da Silva (006.871.970-15); Volney Vomero Alves (011.911.360-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9409/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.264/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Americo Jose de Araujo (066.643.778-53); Antonio Barreto Rosa (068.244.637-87); Carlos Setembrino da Silveira (934.165.718-00); Domingos Ferreira (140.257.608-00); Helio Lopes da Silva (113.421.888-53); Jose Bernardino Silva (129.679.987-53); Kallikrates Wallace Pinto Martins (108.123.268-49); Paulo Geraldo Ferreira Roncada (111.392.698-87); Pedro Ferreira Paz (237.716.908-20); Percy Dias do Prado (214.983.228-32).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9410/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.270/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Bruno Pereira Coppola (309.525.138-62); Djalma Carlos de Araujo (011.441.384-34); Harrison Almeida de Andrade (785.452.342-87); Jorge Luiz Candido dos Santos (996.049.497-72); Jose Marcolino Poveda (003.401.625-20); Luiz Antonio Kavalli (115.012.439-34); Odair Silva de Almeida (066.224.738-89); Oswaldo da Silva Junior (274.120.838-72); Sergio Luiz Scienza (313.367.790-04); Sylvio Velloso da Silveira Neto (554.649.048-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9411/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.274/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Anibal Tex de Vasconcelos (037.450.827-53); Claudio Estevão de Oliveira Rocha (622.108.664-72); Emanoel Nunes (010.165.711-00); Francisco Gomes de Araújo (024.137.601-72); Geraldo Mendonca Lima (101.297.587-87); Jair de Sousa (030.842.057-87); Jeferson Henrique Ribeiro (022.996.557-19); Paulo Herculano da Silva (070.920.677-15); Silvio da Silveira Santos (007.828.387-66); Thiago Salgueiro da Rocha (165.524.647-03).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9412/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.280/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adjahy Assis Gouveia (057.514.207-30); Carlos Alexandre Orosco Coelho Lobo (373.019.937-49); Jose Americo Vasconcelos Santana (051.579.437-68); Jose Celso dos Santos (312.651.037-04); Jose Getulio dos Santos (066.754.507-78); Jose Roberto de Souza Blaschek (410.284.227-68); Luiz Carlos Leite Lobo (002.110.105-10); Mauricio de Almeida (068.157.907-20); Wilson Chaves de Oliveira (303.552.737-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9413/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.282/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Barroso de Abreu (323.617.697-00); Gilberto Ferreira de Oliveira Mota (309.987.867-72); Humberto Rubin Filho (394.053.207-00); Jose Assucena Neto (374.427.247-87); Jose de Carvalho Pinho Junior (313.546.457-15); Maria Madalena Cavalcanti da Silva Ribeiro Alves (130.456.284-00); Marinaldo Lima Barreto (309.911.617-34); Marta Maria Pupp Monaretto (673.896.357-20); Orlando Jose Soares Valverde (312.727.707-53); Roberto Firmino Soares (260.610.237-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9414/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.425/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Arlindo Pernomian (118.035.688-87); Diogenes Lovato Nogueira (045.342.121-00); Edenir Pinheiro Ferreira (129.987.027-91); Euclides Coleta (006.204.401-04); Isaias Henrique Ribeiro (013.748.692-87); Luiz Carlos de Oliveira (071.870.251-49); Oraci Vargas Carvalho (215.012.628-15); Valmir Hiroce Aguena (022.430.911-00); Walter Marcello Jordao (160.887.518-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9415/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.437/2018-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Achilles Nogueira Queiroz (129.930.427-34); Claudio Loureiro (022.623.042-20); Decio Brandao Sobrinho (114.141.209-82); Francisco das Chagas Mendes (004.626.164-87); Jose Luiz Vidal Bezerra (011.320.243-15); Jose Osmar Gondim (008.015.260-00); Jose Pereira Brandao (085.587.874-68); Luiz Martins Ferreira (003.393.003-10); Romulo de Oliveira Maciel (001.658.593-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9416/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.441/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alex da Silva Borges (086.586.709-70); Alvaro Diego Correa Pereira (827.074.130-20); Cassio Pereira de Souza (026.170.023-57); Edivaldo Jose Queiroz Santos (544.375.635-49); Fabio Paes Leme do Nascimento (032.509.507-85); Felipe Jose Gomes da Silva (057.928.564-27); Giuliano Jose Vieira (574.995.941-49); Helder da Silveira (053.690.897-44); Paulo Cesar Borraz Silva (000.960.040-02); Paulo Ferreira de Oliveira (087.449.308-01).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9417/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-019.445/2018-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adilson de Souza Lima (010.934.187-29); Anderson Felipe Ferreira Silva (116.114.934-12); Antonio Marcos do Nascimento (772.958.706-87); Fernando Henrique de Paula Alves (043.058.671-09); Isaias Praxedes Alves (931.204.783-34); Jorge Carlos Tomaz de Araujo (705.882.014-72); Jose Jakson Cardoso Medeiros (718.266.023-72); Leonir dos Santos (550.636.320-68); Mauricio Vicente Fagoni Serafim (010.302.464-67); Rafael Toscano de Oliveira (339.326.888-05).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9418/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.449/2018-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adailton Brandao Miranda (639.683.395-68); Diego Marcelino Leite (086.578.104-41); Ebson Silva Santos (401.290.788-32); Eduardo da Costa Calheiros Junior (087.856.537-05); Francisco Lucio Liberato da Silva (465.225.903-44); Isaque Barroso Cardoso (119.187.096-02); Mateus Boeira da Cunha (003.035.730-66); Moises Soares Oliveira (496.851.983-49); Rodolfo de Castro Fattori (356.910.818-02); Sergio Cristiano Gomes (629.499.936-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9419/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.450/2018-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Anderson Rafael Cardeal (057.089.993-14); Antonio Carlos Figueiredo Costa (873.151.307-72); Carlos Henrique da Silva (019.413.757-07); Edson Jose Barbosa (138.481.928-29); Erivan Eleoterio Maciel (005.277.742-19); Fabio Angelo Ovidio (091.929.657-25); Frank Arnoldo de Azevedo Brandao (455.885.382-34); Marcio Alves de Carvalho (910.426.157-72); Marcos Andrei Miranda Rodrigues (017.776.160-18); Neraldir Flores da Silva (929.127.297-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9420/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.452/2018-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ailton Adão Magalhaes (044.825.447-60); Alexander Goulart de Araujo (027.152.744-75); Alexandre Barreto de Paula (171.955.048-40); Arnaldo Lodi (751.657.080-04); Jairo Pedro de Assis (011.562.877-07); Marcio Moises Francisco (808.824.201-00); Marco Aurelio Amaral Fernandez (012.152.267-99).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9421/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.462/2018-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Carlos Eduardo da Rocha Suzarte (332.755.487-00); Gerardo Junqueira de Oliveira (078.605.287-20); Jose Heriberto Costa (308.197.337-68); Luiz Augusto Campos Ribeiro (007.474.674-04); Miguel Angelo Silva da Fontoura (023.468.187-04); Raimundo Nonato Arruda de Oliveira (266.963.637-34); Raul Jose dos Santos Grumbach (266.591.077-20); Romildo de Freitas Machado (310.830.487-91); Saulo Cardoso (058.552.926-49); Valter Galina (270.068.167-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9422/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.472/2018-8 (REFORMA)

1.1. Interessado: Jupter Bonfim Pinto (008.847.401-10).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9423/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.476/2018-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adenir Pereira Barbosa (198.591.207-49); Agenor Lopes da Cunha (086.955.808-06); Dagmauro Nunes Sabino Pinho (015.468.804-53); Indio Luiz Nunes da Rosa (091.783.501-82); Joao Maria Gomes de Oliveira (056.864.156-68); Jose Genuino Brum de Moraes (060.642.480-68); Jose Gregorio Filho (016.149.916-34); Nazareno Oliveira Pereira dos Anjos (057.049.529-68); Nilson Murilo Maica (011.103.300-49); Pery Manso Ferreira (011.483.460-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9424/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.482/2018-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Anderson Sebastian Teixeira de Figueiredo da Silva (148.151.797-00); Aristides Silva (898.998.226-04); Danilo Ferreira Soares (117.476.167-96); Debora Dadiani Dantas Cangussu (822.212.196-00); Ivan de Abreu Sobrinho (042.462.707-84); Ivandir Alves da Silva Junior (014.271.264-70); Jose Eudes de Oliveira Santos (144.905.014-04); Jose Luiz Campello Lima (032.901.597-44); Mauro Antonio Saraiva (647.385.316-20); Vinicius Almeida da Silva (116.148.937-13).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9425/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.486/2018-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Diodato Alex de Matos Araujo (510.115.223-49); Fabricio da Silva Melo (159.470.497-08); Gabriel Silva Gonçalves Gouvea (139.568.267-44); Gervando Pereira da Cruz (021.750.831-60); Jose Costa Silva (418.118.522-20); Luis Carlos Martins Pereira (599.556.869-87); Nunes Rodrigues da Silva (033.580.280-03); Paulo Ronilson Marinho de Brito (884.068.304-68); Roberto Fabio Santana dos Santos (806.801.945-68); Winston Beltrão da Silva (743.021.244-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9426/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.491/2018-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Altemir Pereira da Silva (404.735.202-06); Anderson Silva Santos (037.562.505-47); Everson Oscar Pinto Alvarez (728.650.670-68); Fabio Luiz Silva (596.904.101-72); Luiz Donizete da Silva (141.993.861-49); Michelsen de Assis Mesquita (070.787.827-63); Rafael Aquino Martins (019.184.730-56); Roberto Wagner Paras Sena (004.055.997-14); Romerito Camargo Cruz (005.740.391-04); Tyrone Ricardo Marangon Marques (045.038.866-22).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9427/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.496/2018-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Anvalgleber Souza Linhares (321.747.217-91); Wander Torga de Castilho (032.250.037-00); Wilson Faria Baptista (315.912.647-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9428/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.501/2018-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Erico Lima Amorim (059.559.639-87); Estanislau Paim Pinto (113.110.299-15); Henrique Bucco (111.582.809-63); Izidoro Hamilka (007.963.109-63); Jorge Valmoci da Costa (010.089.196-91); Jose Antonio de Macedo (008.632.541-87); Pery Silva Salazar (004.265.399-15); Roberto Belcino Maciel (023.230.950-72); Sergio Bruno Schirmer (159.083.569-72); Sylvio Camara Barra (035.111.977-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9429/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.508/2018-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alceu Claudino Anacleto (006.222.819-68); Arthur da Rosa Souto Ribeiro (013.010.040-49); Delceu Lopes da Silva (020.622.160-68); Francisco Goncalves de Souza (109.123.129-04); Joalci Silveira Jacques (048.224.470-49); Jose Figueiredo Neto (469.778.807-91); Orci Marize Albuquerque de Castro (030.528.850-49); Roberto Araujo de Castro Nogueira (004.997.140-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9430/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.511/2018-3 (REFORMA)

1.1. Interessado: Miguel Neves de Jesus (003.823.881-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9431/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.516/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adão Soares dos Santos (087.154.910-72); Alencar Francisco de Souza (255.400.090-53); Antão Vilson Lunardi (065.301.090-72); Dilomar Rui Morales Torres (031.624.430-91); Joao Roque Lopes (044.890.040-87); Jose Gerondino Lopes (057.031.150-00); Tiberio Kimmel de Macedo (001.045.312-15); Victor Bruno Fidler (073.530.066-68); Walmor Braz Steigleder (040.557.560-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9432/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.523/2018-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Dalvo Joao Storchi (006.564.100-00); Guaraci de Sena Baz (301.925.448-53); Joao Carlos Pereira Magnus (107.333.450-34); Jorge Oliveira Pantoja (007.174.600-53); Jose Carlos Miro (013.137.380-34); Jose da Rosa (035.214.190-53); Juarez Irigojen Vescia (034.385.460-00); Wilson Espindola Varani (014.720.540-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9433/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.528/2018-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Evanildo Lopes Barbosa (367.611.847-20); Gastao Almeida Rodrigues (006.149.634-00); Indio Luiz Nunes da Rosa (091.783.501-82); Octavio Antonio Virgilio de Carvalho (224.529.667-20); Orlando Goncalves Pamplano (233.414.087-20); Pery Manso Ferreira (011.483.460-15); Ranulfo Jose Soares Filho (066.372.487-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9434/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.529/2018-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adilson Benevides do Rozario (142.993.568-53); Elfrides Espindola Ratier (148.979.038-15); Ferdnan Gama Santos (043.111.757-87); Isaac Martins (277.713.938-53); Julio Sampaio Faria (125.272.898-00); Ledir Berbel de Rossi (401.386.588-20); Ney Jose de Souza e Silva (056.877.997-53); Olaerte Rodrigues de Sa (136.543.818-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9435/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.536/2018-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Durval Jose de Anchieta (051.216.047-34); Elsio Couto (081.608.997-34); Helcio Freire da Silva (184.754.507-68); Inacio Elias Pereira (240.247.597-87); Ismael Fernandes Chaves Lima (610.363.588-87); Joel Ferreira da Fonseca (055.903.967-00); Jose Muller (001.064.702-30); Pedro Luiz Schneider (394.324.597-72); Reinaldo Moreira Bastos (318.449.447-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9436/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.661/2018-2 (REFORMA)

1.1. Interessado: Waldomiro Neves da Silva (042.850.850-20).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9437/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos Srs. Marcelo Soares Lubaszewski e Roberto Vanderlei de Andrade regulares com ressalva e dar-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as seguintes recomendações e de dar ciências das seguintes impropriedades, e, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos demais responsáveis regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.937/2016-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Alvaro Toubes Prata (145.041.381-15); Andre Mascia Daltrini (270.579.188-44); Carlos Mauricio La Motta Araujo (165.736.318-03); Cleber Cristiano Prodanov (352.027.500-72); Cristiano Krug (682.319.380-87); Dieter Schwanke (656.487.810-91); Elaine Paz (295.366.850-00); Fernando Chavez Porras (187.669.798-97); Ireneo Alfaro Demanarig Jr. (224.552.548-52); Joao Luis Lobo Rodrigues (234.582.910-91); Jose Antonio Severo (003.780.540-15); Jose Oswaldo Candido Junior (302.485.743-53); Marcelo Soares Lubaszewski (409.985.410-87); Margarida Afonso Costa Baptista (053.811.278-63); Reinaldo de Bernardi (081.719.998-59); Ricardo Schaefer (507.857.450-68); Roberto Vanderlei de Andrade (052.564.704-00); Virgílio Augusto Fernandes Almeida (130.465.196-72)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex/RS).

1.6. Representação legal: Michelle Grubert dos Santos Hannecker e outros, representando Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.

1.7. Ciência/Recomendações:

1.7.1. dar ciência ao Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. das seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.7.1.1. a assinatura de acordo coletivo de trabalho sem prévio encaminhamento da minuta desse acordo à Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para análise e manifestação, como ocorreu na assinatura do ACT 2015/2016, está em desacordo com o art. 41, inciso VI, alínea g, do Anexo I do Decreto 9.035/2017;

1.7.1.2. nos processos de inexigibilidade de licitação, a ausência de justificativa detalhada dos preços praticados, com elementos suficientes, inclusive levantamento de orçamentos ou valores referenciais de mercado, de modo a possibilitar a verificação da razoabilidade dos valores contratados, como ocorreu nos processos administrativos 01213.004415/2015-12, 01213.002170/2015-81, 01213.002798/2015-86 e 01213.001801/2015-44, constitui ofensa ao previsto no inciso III do art. 26 da Lei 8.666/1993;

1.7.1.3. a realização de procedimento de inexigibilidade de licitação sem a devida comprovação da exclusividade do fornecedor, ou seja, sem a apresentação pela licitante de atestado fornecido por órgão de registro do comércio do local da obra ou do serviço, por sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, por entidades equivalentes, como ocorreu nos processos administrativos 01213.004415/2015-12 e 01213.002170/2015-81, constitui descumprimento do art. 25, inciso I, da Lei 8.666/1993;

1.7.1.4. a ausência de providências para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade das empresas a serem contratadas, tanto em relação à legitimidade do signatário das mesmas quanto em relação ao seu conteúdo, como ocorreu nos processos administrativos 01213.004415/2015-12 e 01213.002170/2015-81, importa em descumprimento da Súmula/TCU 255;

1.7.1.5. a existência de processo licitatório sem a composição dos custos unitários e o detalhamento dos encargos sociais e do BDI, como parte dos anexos do edital de licitação e das próprias propostas das licitantes, falha constatada no processo administrativo 01213.000829/2015-64, ofende o disposto Decreto 5.450/2005, art. 9º, § 2º, e na Súmula/TCU 258;

1.7.1.6. a definição do objeto de um processo licitatório que não seja efetuada da forma mais completa e objetiva possível, de modo a possibilitar uma consistente estimativa dos custos envolvidos na contratação, a efetiva fiscalização da sua execução e, em especial, a obtenção de propostas comerciais equilibradas e equivalentes entre as oferecidas pelos licitantes, como ocorreu no processo administrativo 01213.000829/2015-64, está em desacordo com o disposto no art. 9º, § 2º, do Decreto 5.450/2005;

1.7.2. recomendar ao Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. a adoção das seguintes medidas:

1.7.2.1. nos Relatórios de Gestão das próximas contas anuais que apresentar ao TCU, contemple a evolução histórica dos indicadores ao longo dos últimos cinco exercícios, bem como classifique e organize os indicadores pelo setor da unidade a que se referem, e pela dimensão de desempenho que estão mensurando;

1.7.2.2. revise os seus procedimentos e mecanismos de controle em relação à elaboração dos orçamentos no âmbito de processos licitatórios promovidos, de modo a assegurar a obtenção de valores referenciais consistentes e alinhados com os referenciais de mercado;

1.7.2.3. realize, nos casos em que a proposta vencedora de um certame licitatório apresentar diferenças superiores a 30% em relação aos valores estimados para a contratação, a verificação dos valores orçados previamente à contratação do objeto;

1.7.2.4. implemente, entre suas rotinas de controle, procedimentos específicos para verificação daqueles casos onde a proposta vencedora de certames licitatórios apresentar diferenças superiores a 30% em relação aos valores estimados para a contratação, de modo a identificar qual o fator responsável por tal discrepância, e proceder à sua correção em certames futuros;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7.2.5. promova um estudo específico para a situação verificada no processo administrativo 01213.000829/2015-64, com o objetivo de elucidar, de forma conclusiva, se a carga tributária majorada, indicada pela empresa contratada em sua proposta comercial, não impactou, de fato, os valores ajustados no âmbito do contrato celebrado;

1.7.2.6. caso o estudo mencionado no subitem 1.7.2.5 anterior conclua pela ocorrência de impacto financeiro devido à falha identificada, proceda à devida apuração do prejuízo decorrente e glosa dos valores financeiros associados.

1.7.3. recomendar à Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que avalie a viabilidade jurídica de, excepcionalmente, homologar o acordo coletivo de trabalho, ACT 2015/2016, entre o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas de Material Elétrico e Eletrônico de Porto Alegre.

ACÓRDÃO Nº 9438/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Francisco Rubensmário Chaves Siqueira, ante o recolhimento da multa que lhe foi aplicada, promovendo-se em seguida, o arquivamento do feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.251/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Francisco Rubensmário Chaves Siqueira (599.748.004-63); Prefeitura Municipal de Ipubi - PE (11.040.896/0001-59).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ipubi/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: Francisco Aracildo Alves Feitoza, OAB/PE 14.095.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão 6.680/2016, proferido pela 1ª Câmara, em Sessão de 25/10/2016, Ata 38/2016, ratificado pelo Acórdão 1.516/2018, proferido pela 1ª Câmara, em Sessão de 27/2/2018, Ata 5/2018.

Data de origem da multa: 25/10/2016 Valor original da multa: R$ 3.000,00

Data do recolhimento: 25/5/2018 Valor recolhido: R$ 3.140,00

ACÓRDÃO Nº 9439/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 9.702/2017 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 14/11/2017, Ata 42/2017, relativamente ao seu subitem 9.1, onde se lê: "(...), abatendo-se, na oportunidade, o valor de R$ 223,73 (duzentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), nos termos do Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência do TCU (...)", leia-se: "(...), abatendo-se, na oportunidade, o valor de R$ 223,73 (duzentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), atualizado desde 1º/9/2015, nos termos do Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência do TCU (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.684/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria Honorina Rocha Sousa (096.019.613-72); Osmar Sousa (001.576.943-72).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Fronteiras/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9440/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação, de fazer a seguinte determinação e de encaminhar cópia desta deliberação ao representante, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-005.601/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: 2ª Promotoria de Justiça de Timbaúba/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Timbaúba/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação/Informação:

1.7.1. determinar à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, adote providências no sentido de incluir, se ainda não o fez, o registro das inadimplências pela omissão resultante da não inclusão das prestações de contas vinculadas aos Contratos de Repasse 324.820-67/2010 e 347.502-07/2010 no sistema Siconv (registros 0446622010 e 1071442010), em conformidade com o comando inserido nos subitens 12.2 e 12.4 da Cláusula Décima Segunda dos negócios jurídicos celebrados;

1.7.2. informar à representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 9441/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução/TCU n. 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante, bem assim cópia integral dos autos ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e ao Fundo Nacional de Assistência Social, para a adoção das medidas que julgarem cabíveis, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, de acordo com o parecer da Secex/RN:

1. Processo TC-010.342/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (12.978.037/0001-78).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social do município de Natal/RN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9442/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40, inciso II, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, e em autorizar o apensamento do TC-028.745/2017-5 (Representação) a este processo, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-011.024/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prefeitura Municipal de Itaíba/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itaíba/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: Pedro Melchior de Melo Barros (OAB/PE 21.802); Edimir de Barros Filho (OAB/PE 22.498).

1.7. Informar:

1.7.1. ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU, esclarecendo, ainda, que o FNDE instaurou a tomada de contas especial referente ao *Programa Nacional de Alimentação Escolar* - PNAE (exercício 2001), a qual ainda não foi autuada no TCU.

ACÓRDÃO Nº 9443/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia desta deliberação ao representante, e, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx, ao Hospital Central do Exército - HCE, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/RJ:

1. Processo TC-015.055/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: E. Trípode Comércio de Móveis - ME (22.228.425/0001-95).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Central do Exército - HCE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9444/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, inciso V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia desta deliberação à representante e ao Comando Logístico do Exército, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-019.990/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: BSB Produtora de Equipamentos de Proteção Individual S.A. (10.472.968/0001-74).

1.2. Órgão/Entidade: Comando Logístico do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Sergio Santelli da Silva, representando Lotus Comércio Ltda; Harmodio Moreira Dutra (291.410/OAB-SP), representando BSB Produtora de Equipamentos de Proteção Individual S.A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9445/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 103, § 1º, e 105 da Resolução/TCU 259/2014, c/c os arts. 143, inciso V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisitos de admissibilidade previstos no caput do mencionado art. 235, parágrafo único, do RI/TCU, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-020.282/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Aliança/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Aliança/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9446/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento das determinações constantes dos subitens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 10.090/2017 - 2ª Câmara, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus e à Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-032.629/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará - NE/MS/CE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Fortaleza/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 25/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 9447/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.214/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Atílio Azaneu (101.523.507-72).

1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9448/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.217/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Daniele Campos de Souza Mendonça (765.579.361-15).

1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9449/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria da beneficiária abaixo:

1. Processo TC-023.220/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Enaide Pessoa (111.148.357-49).

1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9450/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.224/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Flavio Conrado Junior (103.941.578-42).

1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9451/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.226/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Godofredo Rodrigues de Castro (128.630.251-04).

1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9452/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado por existir registro de reversão na base Sisac do beneficiário Carlos Alberto de Freitas e pelo falecimento dos demais beneficiários.

1. Processo TC-024.827/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto de Freitas (596.772.287-49); Carlos Aldighieri Soares (026.170.307-25); Carlos Aldighieri Soares (026.170.307-25); Carlos Gitahy de Alencastro (002.232.207-87); Carlos Hugo Teixeira de Almeida (175.075.297-20); Carlos Hugo Teixeira de Almeida (175.075.297-20); Carlos Hugo Teixeira de Almeida (175.075.297-20); Carmen Rieth Serra Lamarca (537.350.137-91); Carmen Rieth Serra Lamarca (537.350.137-91); Celina Bezerra de Rezende (029.305.367-72); Celina Bezerra de Rezende (029.305.367-72); Celina Bezerra de Rezende (029.305.367-72); Celio Pinheiro da Costa (192.028.497-49); Celio Pinheiro da Costa (192.028.497-49); Celio Pinheiro da Costa (192.028.497-49); Celso de Moraes Maciel Didier (069.819.927-87); Celso de Moraes Maciel Didier (069.819.927-87); Celso de Moraes Maciel Didier (069.819.927-87); Cesar Augusto Nunez (034.544.797-20); Cesar Augusto Nunez (034.544.797-20).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9453/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento de alguns dos beneficiários, falta de cadastramento e reversão na base Sisac de outros.

1. Processo TC-024.832/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Job Franco (118.532.477-15); Joel de Amorim (286.688.397-72); Jose Coutinho Prates (034.079.007-59); Jose Coutinho Prates (034.079.007-59); Jose Coutinho Prates (034.079.007-59); Jose Henrique Emerick (034.065.477-53); Jose Henrique Emerick (034.065.477-53); Jose Leandro da Silva (015.836.203-97); Jose Lopes da Silva (222.474.917-15); Jose Rodolpho Macario Grieder (113.283.717-00); Jose da Cunha Netto (002.757.431-87); José Camilo da Silva (179.448.727-15); José Carlos Moraes da Silva (250.605.547-91); José Higino Barbosa (285.544.187-00); José Maria Barreto de Macedo (083.343.237-00); José Rodolpho Macário Grieder (113.283.717-00); Jovino da Silva (152.051.347-04); Julio Felix Carriello Rosa (049.913.977-15); Lea Alves dos Santos (098.253.557-00); Lea Azeredo Silva (025.785.737-00).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9454/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-024.839/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Sergio Coube Bogado (104.422.789-34); Sergio Coube Bogado (104.422.789-34); Sizenando dos Santos (082.303.237-04); Sizenando dos Santos (082.303.237-04); Sizenando dos Santos (082.303.237-04); Ubiratan Mendes Serrão (239.887.037-53); Valdi da Silva (056.669.707-63); Valdi da Silva (056.669.707-63); Valdi da Silva (056.669.707-63); Venancio Alves da Silva (198.708.337-72); Vitorino Candido da Rocha (115.832.747-15); Vitorino Candido da Rocha (115.832.747-15); Walber Lopes da Silva (194.760.007-91); Waldir Mello Tude (027.206.637-00); Waldir Mello Tude (027.206.637-00); Waldir Mello Tude (027.206.637-00); Walter Ramos da Silva (001.651.901-91); Wanda Carmem Freire Neves (029.438.321-20); Wanda Carmem Freire Neves (029.438.321-20); Wanda Carmem Freire Neves (029.438.321-20).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9455/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-019.184/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Luis Martins Gomes (151.508.952-53); Domison Augusto da Costa Pereira (677.620.185-49); Hugo Felizardo de Oliveira Ruela (054.698.516-56); Ivan Gabriel de Oliveira (367.111.468-16); Jamille da Silva Rocha Patricio (991.989.752-34); Jessica Cristina Garcia da Silva (874.393.952-04); Manoel Jacinto Braga Serrao (081.627.862-87); Robson Fernandes Pereira (830.428.062-00); Simone dos Santos Alves Lima (845.825.881-15); Suseane Braga Pereira de Moura (576.284.752-72).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9456/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-025.211/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Alda Pereira de Oliveira (471.656.693-53).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9457/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que tanto o pronunciamento da unidade instrutiva quanto o parecer do MP/TCU concluem pela existência de ressalvas nas contas dos gestores do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS);

Considerando que compete a este Tribunal, ao identificar a existência de falhas e impropriedades, atuar por meio da expedição de determinações e/ou recomendações ao órgão jurisdicionado;

Considerando, que, embora não estejam presentes os pressupostos para a expedição de determinações, como entende o MP/TCU, é possível propor recomendações ao FNHIS, que serão implementadas ou não, de acordo com sua avaliação de conveniência e de oportunidade do referido jurisdicionado.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, 'a', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas, a seguir relacionadas, regulares com ressalva, em razão das impropriedades verificadas, e dar quitação aos responsáveis, fazendo-se as recomendações e a ciência sugeridas.

Alessandra D Avila Vieira (CPF 843.822.361-34); Inês da Silva Magalhães (CPF 051.715.848-50); Junia Maria Barroso Santa Rosa (CPF 724.447.206-44); e Mirna Quindere Belmino Chaves (CPF 328.661.001-15):

(a.1) ausência de indicadores de desempenho formalmente instituídos (peça 9, itens 60 a 114);

(a.2) insuficiência de mecanismos de avaliação e gestão de risco (peça 9, itens 49 a 55 e 112-113);

(a.3) ausência de normativos internos definindo subunidades dos departamentos, suas rotinas e procedimentos operacionais (peça 9, itens 37 a 43 e 106);

(a.4) divergências entre o planejamento do PPA 2012-2015 e o que efetivamente tem sido executado (peça 9, itens 18 a 22 e 108 a 109);

(a.5) baixa execução física e financeira das ações, resultando em desempenho insatisfatório e sem justificativas adequadas por parte da Unidade Jurisdicionada (peça 9, itens 23 e 105);

(a.6) elevado número de contratos atrasados, paralisados ou cancelados (peça 9, itens 24 a 25 e 107);

(a.7) existência de instrumentos com contas ainda não prestadas e prazo de análise vencido (peça 9, itens 89 a 91 e 115-116).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-029.956/2015-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Alessandra D Avila Vieira (843.822.361-34); Inês da Silva Magalhães (051.715.848-50); Junia Maria Barroso Santa Rosa (724.447.206-44); Mirna Quindere Belmino Chaves (328.661.001-15).

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. recomendar ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, com fundamento no art. 250, III, do RI/TCU, que:

1.7.1.1. aperfeiçoe as atividades de capacitação dos proponentes, aprimore os normativos e processos de seleção para execução de obras sob sua responsabilidade;

1.7.1.2. promova a adequação do seu planejamento aos termos do Plano Plurianual vigente;

1.7.1.3. promova ações de aprimoramento dos processos de monitoramento e de seus controles internos;

1.7.1.3. adote medidas necessárias e suficientes com vistas a estabelecer formalmente o seu organograma;

1.7.1.4. promova ações com vistas a aprimorar o treinamento e a comunicação acerca de sua gestão de riscos;

1.7.1.5. promova a elaboração e instituição formal de indicadores de desempenho; e

1.7.1.6. realize ações junto à Caixa Econômica Federal para promover a cobrança dos tomadores de recursos em atraso e a efetiva análise das prestações de contas dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;

1.7.2. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, à Secretaria Nacional de Habitação, à Secretaria Federal de Controle Interno e aos responsáveis;

1.7.3. com fundamento no art. 169, I e V, do RI/TCU, encerrar o presente processo por meio de seu apensamento definitivo ao TC 029.898/2015-3, referente às contas da Secretaria Nacional de Habitação do exercício de 2014.

ACÓRDÃO Nº 9458/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, tendo em vista as razões apresentadas no voto condutor do acórdão 1765/2010-TCU-Plenário, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 4), ao representante, remetendo cópia dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas para que adotem as medidas de suas alçadas.

1. Processo TC-005.665/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Carlos Fábio Braga Monteiro (342.889.702-10).

1.2. Entidade: Município de Maraã/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9459/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o certame objeto desta representação foi revogado, conforme informações apresentadas pela prefeitura do município de Mirante/BA (peça 13);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, por perda de objeto, e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 14), ao representante.

1. Processo TC-017.193/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Rodrigo Arlindo Freitas Lopes - ME (26.768.493/0001-06).

1.2. Entidade: Município de Mirante/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 9460 a 9480, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 9460/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.293/2017-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Hamilton Alves Villar (314.849.722-87); Joel Rodrigues Lobo (305.268.411-68).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Careiro - AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

5.1. Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em razão de irregularidades na execução do Termo de Cooperação Técnica CRT/AM 2000/2011-Patrulha Mecanizada, celebrado com o Município de Careiro Castanho/AM, cujo objeto foi disponibilizar, ao Município, bens móveis pertencentes ao patrimônio do Incra, para o uso exclusivo em ações para beneficiar as comunidades assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária em Projetos de Assentamento do Incra;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Redator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do Regimento Interno, em:

9.1. excluir o Município de Careiro Castanho/AM do rol de responsáveis;

9.2. julgar irregulares as contas de Joel Rodrigues Lobo e de Hamilton Alves Villar, ex-prefeitos do Município de Careiro Castanho/AM, referentes ao Termo de Cooperação Técnica CRT/AM 2000/2011-Patrulha Mecanizada;

9.3. aplicar a Joel Rodrigues Lobo a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 4.000,00;

9.4. aplicar a Hamilton Alves Villar a multa prevista no art. 58, inciso III, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 30.000,00;

9.5. determinar ao Incra que, no prazo de 30 dias, adote medidas administrativas de sua alçada para retomar a posse dos equipamentos da patrulha mecanizada, avaliando, com base no Decreto 99.658/1990, mencionado no Termo de Cooperação Técnica, a melhor destinação, sendo possível a doação ao próprio município, com base no art. 15 do Decreto, como previsto no termo avençado.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9460-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Presidente e Revisor).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto convocado com voto vencido: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9461/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.987/2015-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Haroldo Celso Cruz Maciel (090.653.263-91) e Tomaz Antônio Brandão Júnior (299.537.403-30).

4. Entidade: Município de São Benedito/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.

8. Representação legal: Carlos Celso de Castro Monteiro, OAB-CE 10.566, Márcio Rocha Wanderley (262.902.353-20).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - Caixa, em desfavor dos Srs. Haroldo Celso Cruz Maciel e Tomaz Antônio Brandão Júnior, em decorrência da não execução do objeto do Contrato de Repasse 0185.240-94/2005, que teve por objeto a construção de um Balneário no Município de São Benedito/CE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Haroldo Celso Cruz Maciel e Tomaz Antônio Brandão Júnior, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas especificadas até o dia do seu efetivo pagamento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
12.153,28	19/7/2007
43.632,00	1º/10/2008

9.2. aplicar aos Srs. Haroldo Celso Cruz Maciel e Tomaz Antônio Brandão Júnior, individualmente, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. determinar à Caixa Econômica Federal que, se ainda não fez, restitua, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, aos cofres do Tesouro Nacional os recursos relacionados ao Contrato de Repasse 0185.240-94/2005 que estejam sob a sua gestão;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Ceará, com base no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9461-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Presidente).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9462/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 004.246/2017-9.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Sérgio Barreto de Miranda (101.051.824-00) e Carlos Frederico de Lemos Moreira Lima (143.159.474-15).

4. Entidade: Município de Panelas/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Representação legal:

8.1. de Carlos Frederico de Lemos Moreira Lima: Orlando Morais Neto, OAB/PE 20.826; Rafael Carneiro Leão Gonçalves Ferreira, OAB/PE 20.841, Paulo Roberto de Carvalho Maciel, OAB/PE 20.836, Fernanda Edmilsa de Melo, OAB/PE 40.133.

8.2. de Sérgio Barreto de Miranda: Walles Henique de Oliveira Couto, OAB/PE 24.224; Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo, OAB/PE 29.702; Breno José Andrade, OAB/PE 24.794; Cinthia Rafaela Simões Barbosa, OAB/PE 32.817; Larissa Lima Félix, OAB/PE 37.802; Mardiel José dos Santos Júnior, OAB/PE 34.282; Thomaz Diego Mesquita de Moura, OAB/PE 37.827; Ana Carolina Alves da Silva, OAB/PE 41.704; Mateus de Barros Correia, OAB/PE 44.176.

9 . Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em face da inexecução parcial do Contrato de Repasse 092.051-66/1999, firmado entre o Ministério das Cidades e o Município de Panelas/PE, cujo objeto era a implantação de esgotamento sanitário no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento Básico - Pass.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. Sérgio Barreto de Miranda e Carlos Frederico de Lemos Moreira Lima, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2. aplicar aos Srs. Sérgio Barreto de Miranda e Carlos Frederico de Lemos Moreira Lima, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (multa: atualização monetária), esclarecendo aos Responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. recomendar ao Município de Panelas/PE que avalie a conveniência e oportunidade de concluir a execução do objeto do Contrato de Repasse 092.051-66/1999, do qual parcela expressiva de 89,04% foi declarada executada com qualidade razoável, sem indícios de impossibilidade de aproveitamento, a fim de que o empreendimento seja capaz de gerar a utilidade esperada;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação:

9.6.1. à Procuradoria da República no Estado do Pernambuco, nos termos do art. 209, § 7º, do RI/TCU;

9.6.2. à Caixa Econômica Federal, para ciência.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9462-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Presidente).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9463/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 007.981/2015-5.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Romeiro José Costeira de Mendonça (465.929.706-34).

4. Entidade: Município de Presidente Figueiredo/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em desfavor do Sr. Romeiro José Costeira de Mendonça, Prefeito de Presidente Figueiredo/AM no período de 2001 a 2004, tendo em vista a impugnação total de despesas efetuadas com recursos repassados àquele município, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Romeiro José Costeira de Mendonça, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR (R$)	DATA
926,64	26/2/2004
13.985,40	26/2/2004
32.274,00	1º/11/2004
2.232,36	4/11/2004
1.053,00	29/11/2004
16.137,00	29/11/2004

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes no subitem 9.1 deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.4. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9463-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Presidente).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9464/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-030.175/2015-1.

1.1. Apenso: 010.259/2016-3.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alberto Jorge Garcia de Carvalho (182.981.253-04), Ema Flora Barboza de Souza (531.014.483-87) e Janaínna Pinto Marques (440.055.803-78).

4. Entidade: Município de Luzilândia/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe - Secex/SE.

8. Representação legal: Herman Barbosa, OAB/DF 10001; Luciana Ferreira Gonçalves, OAB/DF 15038; Válber de Assunção Melo OAB/PI 1934; Danielle Maria de Sousa Assunção Reinaldo, OAB/PI 7707; Pablo Rodrigues Reinaldo, OAB/PI 10049.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - Caixa contra a Sra. Janaínna Pinto Marques (gestões 2005-2008 e 2009 a 2/6/2011), o Sr. Alberto Jorge Garcia de Carvalho (gestão 24/7/2011 a 31/12/2012) e a Sra. Ema Flora Barboza de Souza (gestão 2013-2016), ex-prefeitos de Luzilândia/PI, em vista da execução parcial do Contrato de Repasse 188.160-97/2005, firmado entre o município de Luzilândia/PI e o Ministério do Turismo, por intermédio da Caixa, tendo por objeto a "construção de praças, calçamento, pavimentação e infraestrutura da Lagoa do Cajueiro".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Janaínna Pinto Marques, conferindo-lhe quitação;

9.2. com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Alberto Jorge Garcia de Carvalho e da Sra. Ema Flora Barboza de Souza, condenando-os solidariamente ao pagamento da quantia de R$ 179.066,91 (cento e setenta e nove mil, sessenta e seis reais e noventa e um centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 31/03/2012 até a data da efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional;

9.3. aplicar ao Sr. Alberto Jorge Garcia de Carvalho e à Sra. Ema Flora Barboza de Souza, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar à Sra. Ema Flora Barboza de Souza a multa capitulada no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, na quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas indicadas nos subitens 9.2 a 9.4 acima em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. determinar à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, recolha ao Tesouro Nacional, se ainda não o fez, a parte dos recursos federais que compõe o saldo remanescente da conta corrente em que foram depositados os recursos do Contrato de Repasse 188.160-97/2005;

9.8. nos termos do art. 7º da Resolução TCU 265/2014, dar ciência à Caixa Econômica Federal de que a instauração de tomada de contas especial não constitui motivo para fundamentar a prorrogação automática de vigência dos ajustes celebrados como representante da União, cabendo o prolongamento do acordo, desde que se vislumbre, no caso concreto, a possibilidade real de correção das irregularidades e se explicite a devida motivação, sempre com foco no interesse público, nos termos do Acórdão 2.528/2016 - 1ª Câmara;

9.9. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, e à Procuradoria da União no Estado do Piauí, em atenção ao Ofício/2016/PU/PI/AGU (peça 1, do TC-010.259/2016-3, apenso a estes autos).

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9464-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Presidente).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9465/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.430/2018-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Antonio Altani Madureira Lopo (155.764.696-15).

4. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais (SFA/MG).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Sergio Alves Antonoff (61.560/OAB-MG) e outros, representando Antonio Altani Madureira Lopo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de alteração de concessão de aposentadoria emitido pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais (SFA/MG).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria de Antonio Altani Madureira Lopo (peça 16), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.1.1. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com base no enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, nos termos dos arts. 39 da Lei 8.443/1992 e 262 do Regimento Interno deste Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

9.2.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, emita e submeta ao Tribunal o novo ato, livre da irregularidade apontada, nos termos dos arts. 262, § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.2.4. encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, a este Tribunal, por cópia, comprovantes da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9465-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Presidente).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9466/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.641/2016-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

3.2. Responsável: Lara Adriana Veiga Barreto Ferreira (654.114.395-15).

4. Entidade: Município de Japaratuba/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: Rafael Resende de Andrade (OAB/SE 5.201), representando Lara Adriana Veiga Barreto Ferreira (peça 31).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em desfavor da Sra. Lara Adriana Veiga Barreto Ferreira, ex-prefeita de Japaratuba/SE (gestão 2009-2012), em face da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos públicos transferidos à conta de programas de proteção social básica e especial (PSB/PSE).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Lara Adriana Veiga Barreto Ferreira;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, 'b' e 'c', c/c art. 23, da Lei 8.443/1992, e com os arts. 1º, I, e 209, II e III, do RI/TCU, as contas da Sra. Lara Adriana Veiga Barreto Ferreira, e condená-la ao pagamento das quantias

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do respectivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original do Débito (R$)	Data da ocorrência
47.730,00	30/12/2009
24.150,00	11/3/2010
26.400,15	1/4/2010
26.400,15	26/4/2010
21.459,85	14/5/2010
17.950,00	15/6/2010
15.950,00	9/7/2010
30.270,00	26/7/2010
15.950,00	1/9/2010
32.550,00	29/9/2010
15.950,00	16/11/2010
15.950,00	10/1/2011

9.3. aplicar à Sra. Lara Adriana Veiga Barreto Ferreira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. dar ciência ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao Município de Jarapatuba/SE;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9466-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Presidente).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9467/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.929/2016-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde/MS.

3.2. Responsável: Alvaro Augusto de Andrade Mendes (138.303.412-53).

4. Entidade: Rede Acreana de Redução de Danos (04.843.927/0001-44).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor da Rede Acreana de Redução de Danos (Reard) e do Sr. Álvaro Augusto de Andrade Mendes, ex-presidente da entidade, em razão de omissão no dever de prestar contas relativo à 3ª parcela dos recursos repassados mediante os termos de cooperação 506/2003, 508/2003 e 510/2003.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar iliquidáveis as contas de Álvaro Augusto de Andrade Mendes e promover o respectivo trancamento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9467-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Presidente).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9468/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.618/2017-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ana Laura Canedo de Oliveira (126.009.066-30); Eurípedes Fátima de Souza (010.374.446-04); Heloisa Maria Salgado Carvalho (260.312.216-91); Maria Helena Dutra (910.795.006-34); Maria de Jesus Machado Cunha (070.011.416-58); Marilda Batista da Fonseca (713.380.556-15).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de pensão civil instituídos por ex-servidores da Universidade Federal de Uberlândia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais e determinar os registros dos atos instituídos por Custódio Narciso da Fonseca, Dalmo Alves de Souza, Daniel Rezende de Carvalho, Edivaldo Gonçalves Dutra e Eliane Canedo dos Santos, respectivamente em favor de Marilda Batista da Fonseca, Eurípedes Fátima de Souza, Heloisa Maria Salgado Carvalho, Maria Helena Dutra e Ana Laura Canedo de Oliveira;

9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato instituído por Francisco Alves Primo em favor de Maria de Jesus Machado Cunha;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Universidade Federal de Uberlândia que:

9.4.1. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista referida no item 9.2 acima, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada de que trata o item 9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9468-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9469/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.673/2017-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Francisca Araujo da Silva (840.666.954-34); Iracema de Freitas Lima (027.216.514-04); Joseane Silva de Lima (063.405.054-06); Manoel Felix de Farias (080.553.564-08); Maria do Carmo Silva Magalhaes (910.499.894-49).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de pensão civil instituídos por ex-servidores da Universidade Federal da Paraíba,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais e determinar os registros dos atos instituídos por Luís Dionísio da Silva, Josefa Francisca de Farias, João Pereira de Lima e Francisco de Assis Lima, respectivamente em favor de Francisca Araújo da Silva, Manoel Felix de Farias, Joseane Silva de Lima e Iracema de Freitas Lima;

9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato instituído por José Severino de Magalhães em favor de Maria do Carmo Silva Magalhães;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Universidade Federal da Paraíba que:

9.4.1. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista referida no item 9.2 acima, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, documento apto a comprovar que a interessada de que trata o item 9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.4.4. emita ato de alteração da pensão instituída por José Severino de Magalhães, com fundamento no art. 2º da EC 70/2012, a partir de 30/3/2012, conforme Acórdão 2553/2013-Plenário.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9469-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9470/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.437/2018-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Hiroshi Noda (203.652.258-00); Jainny Marinho Pedrosa (013.749.332-01); Janaine Marinho Pedrosa (013.749.302-96); Maria de Fatima Dutra Vilaça (230.713.202-30); Maria de Fátima Freire Marques (027.042.932-87); Nilda de Souza Correa (578.174.722-20).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de pensão civil instituídos por ex-servidores da Fundação Universidade do Amazonas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais e determinar os registros dos atos instituídos por Sandra do Nascimento Noda, Miguel Rodrigues Correia, Silas Ramos do Nascimento respectivamente em favor de Hiroshi Noda, Nilda de Souza Correa, Maria de Fátima Freire Marques, bem como o ato instituído por Jair da Silva Pedrosa em favor de Jainny Marinho Pedrosa e Janaine Marinho Pedrosa;

9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato instituído por Raimundo Gomes de Araújo em favor de Maria de Fátima Dutra Vilaça;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Fundação Universidade do Amazonas que:

9.4.1. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista referida no item 9.2 acima, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada de que trata o item 9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.4.4. emita novo ato livre das irregularidades apontadas.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9470-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9471/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.035/2017-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Anrafael de Medeiros Lustosa Filho (704.806.704-71); Kelly Samara Abrantes Jacome (008.077.154-84); Maria das Dores Inacio da Silva Grigorio (872.529.104-15); Maria do Socorro Farias Morais de Carvalho (449.724.904-20).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de pensões civis instituídas por ex-servidores da Universidade Federal de Campina Grande;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, art. 262, § 2º, Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil instituída por Anrafel de Medeiros Lustosa (691.746.014-15), em benefício de Anrafael de Medeiros Lustosa Filho (704.806.704-71) e de Kelly Samara Abrantes Jacome (008.077.154-84);

9.2. considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil instituída por Germano Antônio de Carvalho (298.871.864-49), em benefício de Maria do Socorro Farias Morais de Carvalho (449.724.904-20);

9.3. considerar ilegal e recusar o registro ao ato de pensão civil instituída por Francisco Grigorio (161.491.144-49), em benefício de Maria das Dores Inacio da Silva Grigorio (872.529.104-15);

9.4 dispensar a reposição de valores eventualmente recebidos indevidamente de boa-fé por Maria das Dores Inacio da Silva Grigorio (872.529.104-15) em decorrência da concessão da pensão civil instituída por Francisco Grigorio (161.491.144-49), até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, desta deliberação, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.5. determinar à Universidade Federal de Campina Grande que:

9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da pensão civil instituída por Francisco Grigorio (161.491.144-49), em benefício de Maria das Dores Inacio da Silva Grigorio (872.529.104-15), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e no art. 262 do RI/TCU;

9.5.2. dê ciência à pensionista, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, acerca do teor deste acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.5.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento do teor deste acórdão.

9.6. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão da pensão civil instituída por Francisco Grigorio (161.491.144-49), em benefício de Maria das Dores Inacio da Silva Grigorio (872.529.104-15), poderá prosperar, mediante emissão de novo ato escoimado da irregularidade apontada, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9471-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9472/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.010/2011-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Monitoramento de Emissão de Atos de Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Adilia Moreira Barbosa (255.568.618-54); Elizabeth Guimarães Assad (734.473.318-87); Flávio Rodrigues (782.078.438-53); José Reinaldo de Andrade (079.526.248-57); Liliane Montedonio Nascimento (162.321.748-28); Liliane Montedonio Nascimento (162.321.748-28); Maria Aparecida Martins Dias (643.754.638-72); Maria Luiza Valverde Pentagna (328.176.508-40); Maria da Conceição Marinho Lopes Pereira (078.968.588-43); Suraya Hauy Marum (301.839.308-27); Tania Mara Salvagnini Valente (028.307.808-17).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 3.009/2012-TCU-1ª Câmara, em que foram analisados atos de concessão de pensão civil instituídos por ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de São Paulo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo que:

9.1.1. emita ato de alteração dos benefícios instituídos por Aparecido Pereira do Nascimento, em favor de Liliane Montedonio Nascimento, com fundamento na EC 70, com vigência em 30/3/2012;

9.1.2. dê ciência à interessada do teor da presente deliberação.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9472-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9473/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.718/2015-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: José Lourenço Bomfim Júnior (782.471.283-49)

3.3. Recorrente: José Lourenço Bomfim Júnior (782.471.283-49).

4. Órgão: Prefeitura de Miranda do Norte - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: não atuaram.

8. Representação legal:

8.1. Erlandyson Aires Neves (53.128/OAB-DF) e outros, representando José Lourenço Bomfim Júnior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos Embargos de declaração opostos por José Lourenço Bomfim Júnior ao Acórdão 1038/2018-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 174, 175 e 176 do Regimento Interno e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar, de ofício, nulidade do ato de citação de José Lourenço Bomfim Júnior e de todos os atos subsequentes que dele dependam;

9.2. restituir os autos à Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão para que promova nova convocação do responsável José Lourenço Bomfim Júnior para, querendo, apresentar alegações de defesa ou recolher débito referente às irregularidades a ele imputadas nesta Tomada de Contas Especial;

9.3. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao Município de Miranda do Norte/MA e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° /2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: //2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet:.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9473-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9474/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.361/2010-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração em Pedido de Reexame em Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Maria de Fátima Gatto Tosin (253.672.930-34)

3.2. Recorrente: Maria de Fátima Gatto Tosin (253.672.930-34).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - CAXIAS DO SUL/RS - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Silvio Eduardo Fontana Boff (49.807/OAB-RS) e outros, representando Maria de Fátima Gatto Tosin.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Maria de Fátima Gatto Tosin ao Acórdão 5006/2018 - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287, §1º, do Regimento Interno do TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração; e

9.2. dar ciência ao embargante.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9474-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9475/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.487/2017-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Pensões Civis.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessadas: Arline Pinto Ribeiro (034.099.535-15); Lúcia Cruz Santos (149.956.625-53).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de pensões civis instituídas por Homero Jose Alcântara Ribeiro e por Jose Bispo dos Santos, ex-servidores da Fundação Universidade Federal de Sergipe, em benefício, respectivamente, de Arline Pinto Ribeiro e de Lúcia Cruz Santos (viúvas);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de pensões civis de Arline Pinto Ribeiro e de Lúcia Cruz Santos e negar o seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos artigos 262, *caput*, do RITCU, 8º, *caput*, da Resolução TCU 206/2007 e 15, *caput*, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.2.2. informe às interessadas o teor deste acórdão e que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento do recurso, devendo encaminhar ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data das ciências;

9.2.3. emita novos atos livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissões e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos do artigo 262, §2º, do RITCU;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9475-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9476/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.511/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Harilda Brandão Furtado (056.976.894-20); Maria de Jesus Pessoa Mesquita (720.891.994-15); Maria do Socorro Chaves da Costa (422.699.624-00); Rosa Maria de Paiva (085.938.504-30); Terezinha Gondim de Oliveira (230.927.344-91); Yaponira Fernandes da Cunha Duarte (082.341.914-20).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de pensão civil instituídos por ex-servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de pensão civil de Terezinha Gondim de Oliveira, Rosa Maria de Paiva, Maria de Jesus Pessoa Mesquita, Harilda Brandão Furtado, Yaponira Fernandes da Cunha Duarte e Maria do Socorro Chaves da Costa e recusar-lhes o registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo órgão/entidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.3.2. emita novos atos para Rivaldo D Oliveira, Raimundo Torquato de Figueiredo, Rinaldo Spinelli Mesquita, Ticiano Duarte e Wilton Gomes da Costa, livres da irregularidade apontada, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.3.3. informe aos interessados o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pelos interessados;

9.3.4. informe aos interessados que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9476-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9477/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.266/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (08.855.043/0001-60); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68)

3.3. Recorrentes: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (08.855.043/0001-60).

4. Entidade: Fundação de Ação Comunitária (FAC).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal: Rougger Xavier Guerra Junior (151.635-A/OAB-PB); John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1663/OAB-PB).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Antônia Lúcia Navarro Braga e pela Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. contra o Acórdão 1.870/2017-TCU-Primeira Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Antônia Lúcia Navarro Braga e pela Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda., para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, ao Ministério do Desenvolvimento Social e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9477-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9478/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.299/2013-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68); Gutlacta Laticínios Ltda. (01.570.805/0001-33)

3.3. Recorrentes: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gutlacta Laticínios Ltda. (01.570.805/0001-33).

4. Entidade: Fundação de Ação Comunitária (FAC).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal: Rougger Xavier Guerra Junior (151.635-A/OAB-PB); John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1663/OAB-PB).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Antônia Lúcia Navarro Braga e pela Gutlacta Laticínios Ltda. contra o Acórdão 1.871/2017-TCU-Primeira Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Antônia Lúcia Navarro Braga e pela Gutlacta Laticínios Ltda., para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, ao Ministério do Desenvolvimento Social e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9478-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9479/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.515/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador) (05.457.283/0001-19)

3.2. Responsáveis: Integraçao do Progresso e Desenvolvimento Nacional (00.409.688/0001-68); Wirton Geraldo Damaceno de Araújo (529.070.666-68).

4. Órgão/Entidade: Integraçao do Progresso e Desenvolvimento Nacional (IPDN).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurados pelo Ministério do Turismo (MTur) contra Wirton Geraldo Damasceno de Araújo, então presidente da Integração do Progresso e Desenvolvimento Nacional (IPDN), em decorrência do não encaminhamento de documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 1.355/2010 (Siafi-Siconv 744.043/2010), firmado entre a União, por intermédio do MTur, e o IPDN,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, Wirton Geraldo Damasceno de Araújo e Integração do Progresso e Desenvolvimento Nacional (IPDN), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Wirton Geraldo Damasceno de Araújo e de Integração do Progresso e Desenvolvimento Nacional (IPDN), com fundamento no art. 71, inciso II, da CF/88, nos arts. 1º, inciso I, 8º, § 2º, 15, e 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso I, 201, § 2º, 205, e 209, inciso III, do RI-TCU;

9.3. condenar em débito Wirton Geraldo Damasceno de Araújo e Integração do Progresso e Desenvolvimento Nacional, ao pagamento da importância de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em regime de solidariedade, conforme preconizam os arts. 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 210, caput, e 214, inciso III, do RITCU, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 27/9/2010 até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar multa individual de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) a Wirton Geraldo Damasceno de Araújo e à Integração do Progresso e Desenvolvimento Nacional, com base no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9479-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 9480/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 042.139/2012-0.

1.1. Apenso: 013.541/2009-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Antônio Marcos Bezerra Miranda (569.642.423-68); Maria Icleia Sousa Miranda (270.260.783-72)

3.2. Recorrente: Antônio Marcos Bezerra Miranda (569.642.423-68).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bom Lugar - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal:

8.1. Abdon Clementino de Marinho (4980/OAB-MA) e outros, representando Indústria e Comércio Gomes Gonçalves Ltda.

8.2. Rogerio Alves da Silva (4879/OAB-MA), representando A. de M. do Nascimento Lima Comércio.

8.3. Eriko Jose Domingues da Silva Ribeiro (4835/OAB-MA) e outros, representando Antônio Marcos Bezerra Miranda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos contra o Acórdão 8.045/2017-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Antônio Marcos Bezerra Miranda, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 29/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9480-29/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (na Presidência).

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 50 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 23 de agosto de 2018.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÕES DE JULGAMENTOS

PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00384
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATORA: Em mesa pela Presidente
INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 27/8/2018
ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. CJF-POR-2018/00291, DE 10 DE AGOSTO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE JUÍZAS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO PARA COMPOR, COMO MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE, NO BIÊNIO 2018/2020, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a Portaria n. CJF-POR-2018/00291."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-PCO-2017/00240
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
RECORRENTE: Juiz Federal Rafael Castegnaro Trevisan
RECORRIDO: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
INTERESSADA: Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 27/8/2018
ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELO JUIZ FEDERAL RAFAEL CASTEGNARO TREVISAN CONTRA DECISÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, QUE LHE INDEFERIU PEDIDO DE ACUMULAÇÃO DE FÉRIAS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao pedido, nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CF-ADM-2012/00334
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 27/8/2018
ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2014/00305, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O CADASTRO DA NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAIS E O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS A ADVOGADOS DATIVOS, EM CASOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto do relator pela aprovação da proposta de alteração da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, pediu vista antecipada o Conselheiro Manoel de Oliveira Erhardt. Aguardam os Conselheiros Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Humberto Martins e Laurita Vaz."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-PPN-2016/00032
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro ANDRÉ FONTES
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 27/8/2018
ASSUNTO: CONSULTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO ACERCA DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE LOCALIDADE - GEL, DESTINADA A SERVIDORES NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, respondeu à consulta nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-ADM-2016/00483
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATORA: Conselheira THEREZINHA CAZERTA
RECORRENTE: Juiz Federal João Batista Lazzari
RECORRIDO: Conselho da Justiça Federal
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 27/8/2018
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELO JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI CONTRA DECISÃO DA PRESIDENTE DO CJF, QUE NÃO ACOLHEU A DEFESA APRESENTADA PELO MAGISTRADO, EM RAZÃO DA NOTIFICAÇÃO PARA DEVOLUÇÃO DE PARCELAS DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NÃO DESCONTADAS DE DIÁRIAS PAGAS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. Declarou-se impedida a Presidente."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-ADM-2016/00503
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATORA: Conselheira THEREZINHA CAZERTA
RECORRENTE: Juiz Federal Luiz Cláudio Flores da Cunha
RECORRIDO: Conselho da Justiça Federal
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 27/8/2018
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELO JUIZ FEDERAL LUIZ CLÁUDIO FLORES DA CUNHA CONTRA DECISÃO DA PRESIDENTE DO CJF, QUE NÃO ACOLHEU A DEFESA APRESENTADA PELO MAGISTRADO, EM RAZÃO DA NOTIFICAÇÃO PARA DEVOLUÇÃO DE PARCELAS DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NÃO DESCONTADAS DE DIÁRIAS PAGAS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por indicação da relatora, decidiu adiar o julgamento da matéria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00022
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 27/8/2018
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO NACIONAL E DOS CENTROS LOCAIS DE INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por indicação do relator, decidiu adiar o julgamento da matéria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Felipe Sarmento Cordeiro (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

LAURITA VAZ
Presidente do Conselho

CORREGEDORIA-GERAL

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados, referentes ao sistema Eproc e sistema Virtus, na Pauta de Julgamento do dia 12 de setembro de 2018, quarta-feira, às 10:00 horas, a ser realizado na sede da Turma Nacional de Uniformização, Conselho da Justiça Federal, SCES - Lote 09 Trecho 3 - Polo 08 - 3º andar, sala de sessões, na cidade de Brasília-DF, podendo, entretanto, nesta Sessão ou nas Sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou remanescentes.

REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA - SISTEMA EPROC
(EM MESA - PEDIDO DE VISTA) PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5008468-36.2017.4.04.7108/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
PEDIDO DE VISTA: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: JOAO RAUL DA SILVA
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO COSTA SCHMIDT
ADVOGADO: JONAS FELIPE SCOTTÁ
ADVOGADO: RODRIGO RIBEIRO LEITAO
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000004 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0505614-83.2017.4.05.8300/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MANOEL SEVERINO DA SILVA
ADVOGADO: ALEX RICARDO DE FREITAS SANTOS
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000009 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0500796-67.2017.4.05.8307/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.
ADVOGADO: TALITA VALENCA CAVALCANTI DE SA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MARINILDA MARIA DA SILVA
ADVOGADO: GABRIEL GUARANA DOS SANTOS
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000062 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0073261-97.2014.4.03.6301/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: RUI OLIVEIRA DE JESUS
ADVOGADO: CLAUDIONOR BARROS LEITAO (DPU)
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AMICUS CURIAE: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIARIO (IBDP)
ADVOGADO: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
ADVOGADO: JANE LUCIA WILHELM BERWANGER
0000063 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0506698-72.2015.4.05.8500/SE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ANDRE RICARDO DOS SANTOS
ADVOGADO: VANESSA VASCONCELLOS DE GOIS AGUIAR
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AMICUS CURIAE: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIARIO (IBDP)
ADVOGADO: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
0000124 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0521857-27.2016.4.05.8013/AL
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: ANTONIO JOÃO FREIRES
ADVOGADO: MARTA VELOSO DE MENEZES (DPU)
REQUERIDO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
DEMAIS PROCESSOS PAUTADOS NO SISTEMA EPROC:
0000001 RECLAMAÇÃO Nº 0011147-84.2017.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
RECLAMANTE: EDITE VELOSO DOSSANTOS
ADVOGADO: BRUNO LEONARDO FOGAÇA
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000002 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5003502-52.2016.4.04.7112/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: CLAUDIO CORREA DA SILVA
ADVOGADO: MIRIAM FABIANE MARTINS MALGARIN
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000003 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0500016-18.2017.4.05.8311/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSE JACO DA SILVA
ADVOGADO: JOAO CAMPIELLO VARELLA NETO
0000005 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5033253-71.2012.4.04.7000/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: ALOISIO ANTONIO DRUZIKI
ADVOGADO: RAFAEL HOFFMANN MAGALHÃES
ADVOGADO: CARMELINDA CARNEIRO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000006 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0017928-48.2010.4.01.4300/TO
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: JUSCELINO LEITE PARENTE
ADVOGADO: JOAO PAULO GONDIM PICANCO (DPU)
REQUERIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
0000007 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002864-18.2017.4.04.7101/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: ALEX SANDRO FERNANDES PINHO
ADVOGADO: MARCELO DOS SANTOS FAGUNDES
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
0000008 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0509419-24.2015.4.05.8200/PB
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
REQUERIDO: JOAO MARCOS VELHO PEREIRA CRUZ
ADVOGADO: IVANA LUDMILLA VILLAR MAIA
0000010 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0006315-48.2012.4.02.5168/RJ
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: PATRICIA OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: PEDRO PAULO RAVELI CHIAVINI (DPU)
REQUERENTE: VERONICA CARVALHO OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: PEDRO PAULO RAVELI CHIAVINI (DPU)
REQUERENTE: LUCIMAR CARVALHO OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: PEDRO PAULO RAVELI CHIAVINI (DPU)
REQUERIDO: SUELEN BAZILIO DOS SANTOS
ADVOGADO: LUANA QUINTINO ALVES DO NASCIMENTO MELLO
REQUERIDO: YASMIN BAZILIO DOS SANTOS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: LUCIANO CARVALHO OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: RENATO DORNELLAS HADID
0000011 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0506794-87.2015.4.05.8500/SE
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSE LUCIO ALVES COSTA
ADVOGADO: LAURA CRISTINA MACHADO FIGUEIREDO VELOSO FREIRE
0000012 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0010389-08.2017.4.90.0000/BA
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MANOEL SOUSA PEDREIRA
ADVOGADO: SILVIO DAS MERCES RAMOS
0000013 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0015088-42.2017.4.90.0000/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
IMPETRANTE: VICENTE FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: OLINDO DE OLIVEIRA
IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000014 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0010005-55.2016.4.90.9999/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
IMPETRANTE: LUIZ CARLOS DE MORAIS
ADVOGADO: WILSON MIGUEL
IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - UNIAO FEDERAL (AGU)
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000015 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0010018-54.2016.4.90.9999/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
IMPETRANTE: GABRIELA RIBEIRO BIANCHI
ADVOGADO: ROGERIO FERRAZ BARCELOS
IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - UNIAO FEDERAL (AGU)
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000016 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5007970-08.2015.4.04.7205/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: DOUGLAS THOMAS JACOBSEN
ADVOGADO: FRANCIELE PACKER JACOBSEN
0000017 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (PRESIDÊNCIA) Nº 5006774-55.2014.4.04.7102/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: CARLOS ROBERTO GRIECO DE MORAES
ADVOGADO: VICTOR HUGO RODRIGUES VIANNA
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
0000018 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001641-73.2016.4.04.7001/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: ADEMIR CARLOS MACHADO
ADVOGADO: JOSÉ ANTÔNIO ANDRÉ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: OS MESMOS
0000019 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0501052-56.2016.4.05.8303/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES RODRIGUES FEITOSA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000020 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5055575-03.2017.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: MAGDA GARRASTAZU GOMES FERREIRA
ADVOGADO: ARTUR GARRASTAZU GOMES FERREIRA
ADVOGADO: ADRIANA RONCATO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000021 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0500401-65.2014.4.05.8312/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
REQUERENTE: REGIANE RAMOS DA SILVA
ADVOGADO: BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000022 RECLAMAÇÃO Nº 0010033-47.2016.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: IOLANDA MOTA
ADVOGADO: GUILHERME AUGUSTO JUNQUEIRA DE ANDRADE
ADVOGADO: MARTA VELOSO DE MENEZES (DPU)
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000023 RECLAMAÇÃO Nº 0000010-71.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: FRANCISCO ANTUNES PEREIRA
ADVOGADO: WILLYAN ROWER SOARES
RECLAMADO: JUÍZO A DA 3ª TR DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000024 RECLAMAÇÃO Nº 0000166-59.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: ARTUR ANTONIO KORB
ADVOGADO: ROBSON SEINO BIER DOS SANTOS
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000025 RECLAMAÇÃO Nº 0010408-48.2016.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
RECLAMANTE: ANTONIO SOARES DA SILVA
ADVOGADO: ANDRE CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
0000026 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0027743-75.2014.4.01.3800/MG
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: SEBASTIAO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: MARTA VELOSO DE MENEZES (DPU)
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000027 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0004492-53.2012.4.01.3200/AM
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MARIA FEITOSA DE SOUZA
ADVOGADO: PEDRO PAULO RAVELI CHIAVINI
0000028 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0003004-59.2010.4.03.6310/SP
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MARIA RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO: CAROLINA CALIENDO ALCANTARA
0000029 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502738-71.2016.4.05.8307/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: HAILTON SABINO RODRIGUES
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
0000030 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5017694-73.2014.4.04.7204/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: JOSE RODRIGUES RECH
ADVOGADO: ULYSSES COLOMBO PRUDÊNCIO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000031 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5015227-96.2015.4.04.7201/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: ANTONIO EDMIR ARAUJO
ADVOGADO: HELOÍSA TUMELERO GIARETTA
ADVOGADO: EDSON OSMAR FABRIN
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000032 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001657-64.2016.4.04.7215/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSE LIBARDO
ADVOGADO: JORDANA CRISTINA STAACK RISTOW
0000033 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5014035-62.2014.4.04.7202/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: MARINA DHEIN BIASI
ADVOGADO: JANDREI ALDEBRAND
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000034 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5012516-72.2016.4.04.7205/SC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: SONIA GENERICE DICKMANN
ADVOGADO: DALTO EDUARDO DOS SANTOS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000035 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000956-82.2015.4.04.7201/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: ANTENOR VIEIRA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000036 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0508601-75.2015.4.05.8102/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: AGUIDA CLARINDO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: HIACY GWIMEL QUEIROZ DE FIGUEIREDO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000037 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0507625-56.2015.4.05.8300/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: OTAVIO SAMUEL DO NASCIMENTO
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
0000038 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5003311-24.2013.4.04.7011/PR
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: EDIVALDO FERREIRA JUNIOR
ADVOGADO: HEIZER RIRCARDO IZZO
REQUERIDO: TAINA BARBOSA FERREIRA
ADVOGADO: HEIZER RIRCARDO IZZO
REQUERIDO: NILSA MARIA BARBOSA
ADVOGADO: HEIZER RIRCARDO IZZO
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000039 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5004186-60.2014.4.04.7204/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: WANDERLEI TOMAZZI
ADVOGADO: FABRICIO MACHADO
0000040 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5015650-63.2014.4.04.7113/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: VALCIR CERATTI
ADVOGADO: EDUARDA GROFF TRENTIN
0000041 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0500730-45.2016.4.05.8300/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: SEVERINO VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: EVANDRO JOSE LAGO
0000042 RECLAMAÇÃO Nº 0010025-36.2017.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
RECLAMANTE: SERGIO PESSOA DIAS
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO CONIGLIO PARREIRA
RECLAMADO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000043 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000205-64.2016.4.04.7103/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: ADÃO AURI ASSUMPÇÃO LOPES
ADVOGADO: ROGÉRIO VIEIRA CORADINI
0000044 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000234-20.2016.4.04.7102/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: LUIZ ENY LEAL CORRÊA
ADVOGADO: LUCIANA INES RAMBO
0000045 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5013618-78.2015.4.04.7201/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: ERIBALDO EVANGELISTA DA SILVA
ADVOGADO: MARCOS AURÉLIO ROSA
ADVOGADO: NELCI ANTONIO DO AMARAL
0000046 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0504009-13.2014.4.05.8105/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: MARINA DE FREITAS
ADVOGADO: JACY CHAGAS PINTO
0000047 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0159107-64.2014.4.02.5152/RJ
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: RONALD FAULHABER MACHADO
ADVOGADO: ROBERTO SANTANA DE MENEZES
0000048 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502435-30.2015.4.05.8101/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
REQUERIDO: ADELSON DE ARAÚJO CABRAL
ADVOGADO: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
0000049 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0003846-26.2011.4.03.6303/SP
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: CARMEN LUCIA NARDOTTO FRAGA MOREIRA
ADVOGADO: MARIA CECILIA DE SOUZA
ADVOGADO: JULIANA GREGORIO DE SOUZA
0000050 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000078-67.2015.4.04.7134/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOAO ARAUJO
ADVOGADO: LEANDRO DA SILVA GARCIA
0000051 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0017932-94.2014.4.03.6303/SP
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: JONAS PEREIRA LISBOA MARTINS
ADVOGADO: ALICE ARRAES DE SOUZA RODRIGUES (DPU)
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000052 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0000828-26.2014.4.03.6324/SP
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DA COSTA
ADVOGADO: CARLOS ADALBERTO RODRIGUES
ADVOGADO: JULIANA MARIA DA SILVA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000053 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0501038-60.2016.4.05.8307/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSÉ AMARO ALEIXO FILHO
ADVOGADO: JOAO CAMPIELLO VARELLA NETO
0000054 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001329-19.2011.4.04.7213/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: CERILO HEIDEMANN
ADVOGADO: LARAÍNE NUNES DE SOUZA TRETTIN SCALABRIN
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000055 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5003693-83.2014.4.04.7204/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ANTONIO DE LORENZI CANCELIER
ADVOGADO: EDMAR VIANA
0000056 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0001226-15.2014.4.03.6310/SP
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: MARIA BRAGA DA SILVA
ADVOGADO: LEANDRO MEDEIROS DE CASTRO DOTTORI
ADVOGADO: GERMINA MEDEIROS DE CASTRO DOTTORI
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000057 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0139443-17.2004.4.03.6301/SP
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: BENEDITO DOMINGUES DA SILVA
ADVOGADO: CARLA CRISTINA DA SILVA DE SORDI
0000058 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0507607-47.2015.4.05.8102/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MARIA SARAIVA TAVARES
ADVOGADO: EDSON SARAIVA TAVARES
0000059 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5006225-35.2011.4.04.7204/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: MARIA JOAO GOULART
ADVOGADO: MARCIRIO COLLE BITENCOURT
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000060 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5005692-68.2014.4.04.7011/PR
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: JOSE XAVIER DE OLIVEIRA
ADVOGADO: GIORGIA ENRIETTI BIN BOCHENEK
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO: ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO
REQUERIDO: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR
REQUERIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
0000061 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000439-49.2016.4.04.7102/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: ELSA DOS SANTOS CHAVES
ADVOGADO: TALES EDUARDO SANTINI MACHADO
ADVOGADO: DENISE KEMMERICH
REQUERENTE: CICERO FRANCISCO DOS SANTOS
ADVOGADO: TALES EDUARDO SANTINI MACHADO
ADVOGADO: DENISE KEMMERICH
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000064 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0000181-28.2014.4.01.9350/GO
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
REQUERIDO: JOSE PEDRO TEIXEIRA
ADVOGADO: ALEXANDRE IUNES MACHADO
0000065 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0002621-39.2014.4.02.5156/RJ
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: PAULO JORGE LELLIS VILLANOVA
ADVOGADO: DANIELE STUMPF BUENO BRANDAO
0000066 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5008058-35.2013.4.04.7005/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: MARIA GORETTI MACHADO MENDES
ADVOGADO: MARISE JUSSARA FRANZ LUVISON
0000067 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0003763-76.2012.4.03.6302/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: GUSTAVO RICCHINI LEITE
ADVOGADO: CAROLINA FERREIRA PALMA
ADVOGADO: RENATA CRISTINA RICCHINI LEITE
0000068 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0000765-17.2011.4.01.9410/RO
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
REQUERIDO: ARLENE AMARAL DE CARVALHO
ADVOGADO: ANA PAULA MORAIS DA ROSA
0000069 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0060824-53.2016.4.03.6301/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: HUARLEY MOURAO MARTINELLI
ADVOGADO: HILÁRIO BOCCHI JUNIOR
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000070 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0003363-27.2010.4.03.6304/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: ANTONIO CARDOSO
ADVOGADO: TIAGO DE GOIS BORGES
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000071 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0534379-79.2008.4.05.8300/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MARCOS ANTONIO DOS SANTOS
ADVOGADO: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
0000072 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5058085-37.2013.4.04.7000/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: ELIAS FERREIRA GONCALVES
ADVOGADO: CLÁUDIA MELINA KAMAROSKI MUNDSTOCH
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
0000073 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001259-71.2016.4.04.7004/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: NEIVALDO MOSCARDINI
ADVOGADO: ERIKA SILVANA SAQUETTI MARTINS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000074 RECLAMAÇÃO Nº 0000004-64.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
RECLAMANTE: MARIA SILENE DOS SANTOS
ADVOGADO: MARTA VELOSO DE MENEZES (DPU)
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000075 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001494-87.2016.4.04.7214/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: CARLITO FAGUNDES
ADVOGADO: LORAINE SZOSTAK CUBAS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000076 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000899-12.2016.4.04.7110/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
REQUERIDO: MARIA ALICE LAMAS GERVINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ADVOGADO: JAURES ENDERLE
0000077 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0507155-07.2015.4.05.8500/SE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL LUISA HICKEL GAMBA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: LIDIANE VIEIRA BOMFIM PINHEIRO DE MENESES
ADVOGADO: ALESSANDRO DE ARAUJO GUIMARAES
0000078 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002013-47.2015.4.04.7101/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: ANA MARCIA RODRIGUES FARIAS
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
REQUERIDO: WILSON SCHIFINO FARIAS
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
REQUERIDO: SANDRA MARA FARIAS SIMOES
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
REQUERIDO: JESSE JAMES ASSUMPCAO FARIAS
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
REQUERIDO: ARZELINDA RODRIGUES FARIAS
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
REQUERIDO: ALEXANDRA FARIAS DE BARROS
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
REQUERIDO: ROSANGELA FARIAS REGGIO
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
REQUERIDO: GILBERTO LUIZ RODRIGUES FARIAS
ADVOGADO: TULIO POERSCHKE
0000079 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5005090-36.2016.4.04.7002/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: ALESSANDRA CASARIL JOBIM
ADVOGADO: BRUNO IRION COLETTO
0000080 RECLAMAÇÃO Nº 0000126-77.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
RECLAMANTE: GERALDO DOMINGOS LUCAS
ADVOGADO: ALICE ARRAES DE SOUZA RODRIGUES (DPU)
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000081 RECLAMAÇÃO Nº 0000113-78.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
RECLAMANTE: NEUSA SGOBBI GONCALVES
ADVOGADO: DAZIO VASCONCELOS
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000082 RECLAMAÇÃO Nº 0000069-59.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA
RECLAMANTE: SERGIO DA SILVA
ADVOGADO: JOÃO NORBERTO COELHO NETO
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000083 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001460-26.2013.4.04.7115/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: VERONES DE SOUZA VARGAS
ADVOGADO: JOSE RICARDO MARGUTTI
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000084 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001320-23.2012.4.04.7116/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: ORLANDO BINSFELD
ADVOGADO: MAURICIUS RAMBO VOGEL
ADVOGADO: MARIA FATIMA RAMBO VOGEL
ADVOGADO: PEDRO VINCENSI DOS SANTOS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000085 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000827-26.2015.4.04.7218/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSE MANOEL MATOS
ADVOGADO: NÍVIA MARIA WESTRUPP ALACON
0000086 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0503221-23.2015.4.05.8312/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: AMARA MARIA DE FREITAS
ADVOGADO: JOAO CAMPIELLO VARELLA NETO
0000087 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0506304-04.2015.4.05.8100/CE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
REQUERIDO: FRANCISCO BERNIVALDO CARNEIRO
ADVOGADO: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
0000088 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502448-39.2014.4.05.8303/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: CARLOS LUIZ DE SOUZA COSTA
ADVOGADO: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
0000089 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5023422-19.2014.4.04.7100/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: THEODORE GEORGIADIS
ADVOGADO: GLÊNIO LUIS OHLWEILER FERREIRA
ADVOGADO: ANDREA BUENO MAGNANI MARIN DOS SANTOS
ADVOGADO: RAFAELA POSSERA RODRIGUES
ADVOGADO: LUANA MARQUES DE ALBUQUERQUE
0000090 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502061-63.2015.4.05.8311/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: MARCIO GOMES DE LIMA
ADVOGADO: BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
0000091 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5011624-28.2014.4.04.7208/SC
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: MONIKA VOGL SAMPAIO
ADVOGADO: NILTON ANDRÉ SALES VIEIRA
0000092 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0010235-87.2017.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
REQUERIDO: MARIA HELENA LUZ GUTEMBERG CALDAS
ADVOGADO: ANTONIO BRAZ DE ALMEIDA
0000093 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002476-87.2014.4.04.7112/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: JOSÉ HERACLIDE MACHADO DE MATOS
ADVOGADO: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000094 RECLAMAÇÃO Nº 0011162-53.2017.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
RECLAMANTE: PEDRO DARCY ZWEIBRUCKER
ADVOGADO: ANILDO IVO DA SILVA
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000095 RECLAMAÇÃO Nº 0011165-08.2017.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
RECLAMANTE: HONORIO GNOATTO
ADVOGADO: ANILDO IVO DA SILVA
RECLAMADO: JUÍZO DA PRESIDÊNCIA DA 3ª TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000096 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5006045-23.2014.4.04.7104/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: IDERALDO ANDRE STREHL
ADVOGADO: ANDRÉ LUÍS BARCELLOS ZINN
0000097 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0010643-15.2016.4.90.0000/DF
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: OLENDINA APARECIDA DA SILVA CUNHA
ADVOGADO: FABIER REZIO REIS
0000098 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502118-64.2013.4.05.8307/PE
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: MARCOS FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: JOSE RINALDO FERNANDES DE BARROS
0000099 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0002937-66.2011.4.01.3901/PA
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: GENILDA DE MACEDO SANTOS CARVALHO
ADVOGADO: JOSEMI NOGUEIRA ARAUJO
ADVOGADO: CRISTIANE SITA DOS SANTOS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000100 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5053193-13.2012.4.04.7100/RS
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
REQUERENTE: ESTELITA MARILU RIBEIRO
ADVOGADO: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
0000101 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5043760-28.2011.4.04.7000/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: JOSMAR JOSE WENCEL
ADVOGADO: ANA CLAUDIA DE CARVALHO TIRELLI
ADVOGADO: JOAO PAULO GONDIM PICANCO (DPU)
REQUERENTE: JOCELI HUDEMA
ADVOGADO: ANA CLAUDIA DE CARVALHO TIRELLI
ADVOGADO: JOAO PAULO GONDIM PICANCO (DPU)
REQUERIDO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
0000102 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000147-53.2018.4.90.0000/RN
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
IMPETRANTE: MACILEIDE SILVA DOS SANTOS CRUZ
ADVOGADO: ALEXANDRE MAGNO BASTOS FREIRE
IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA
IMPETRADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000103 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5053647-51.2016.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: NEUSA SILVA RIBEIRO LOPES
ADVOGADO: ANGELINA INÊS CASTRO MATTIA
REQUERIDO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000104 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0006084-93.2016.4.01.3200/AM
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: EMILIE CARTONILHO FREIRE CALDAS
ADVOGADO: EMILIE CARTONILHO FREIRE CALDAS
REQUERIDO: BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
REQUERIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
0000105 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5055539-63.2014.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: ELSA REGINA JUSTO GIUGLIANI
ADVOGADO: FRANCIS CAMPOS BORDAS
ADVOGADO: CLAUDIO SANTOS DA SILVA
REQUERIDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
0000106 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5036935-59.2011.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: TANIA SANDRA RIBEIRO SILVA
ADVOGADO: INGRID RENZ BIRNFELD
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
0000107 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002215-24.2015.4.04.7004/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: NEUZA RIGUETTE DE SOUZA
ADVOGADO: ANDERSON WAGNER MARCONI
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000108 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0004526-53.2007.4.03.6302/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: PEDRO GIRDZIAUCKAS
ADVOGADO: CLAITON LUIS BORK
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000109 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0501250-20.2007.4.05.8300/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: AMARO TOME DOS SANTOS
ADVOGADO: ROBERTO JOSE AMORIM CAMPOS
0000110 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0001002-89.2010.4.03.6319/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REQUERIDO: LUIZ CARLOS GREMES
ADVOGADO: MARUY VIEIRA
ADVOGADO: LUCILENE CERVIGNE BARRETO
ADVOGADO: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
0000111 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0507916-40.2016.4.05.8100/CE
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: AURENICE FERREIRA LIMA DE SOUSA
ADVOGADO: EDMILSON BANDEIRA LIMA
0000112 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0015353-58.2009.4.03.6301/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ALZIRA BATISTA MOTA DOS SANTOS
ADVOGADO: BOAVENTURA MAXIMO SILVA DA PAZ
0000113 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0075090-76.2016.4.02.5168/RJ
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: RITA ROSA DE ASSIS SANTOS
ADVOGADO: ALICE ARRAES DE SOUZA RODRIGUES (DPU)
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
0000114 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002234-39.2016.4.04.7119/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: DARLA RODRIGUES DE ABREU
ADVOGADO: FERNANDO ANTONIO SVINKAL
0000115 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0013975-50.2012.4.01.3801/MG
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: VICENTINA DE ASSIS OLIVEIRA
ADVOGADO: PAULO SERGIO MARTINS TEIXEIRA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000116 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5001432-85.2013.4.04.7203/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: MARTA DIOGO GARRASTAZU
ADVOGADO: MARILDE DE MATOS KNEBEL
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000117 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0001499-82.2013.4.01.3400/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL JOSÉ FRANCISCO ANDREOTTI SPIZZIRRI
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: MARIA FLAVIA HOLANDA
ADVOGADO: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
0000118 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002529-27.2016.4.04.7200/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
REQUERIDO: VILMA MARIA ROSA AMARO
ADVOGADO: CHRISTIAN DA SILVEIRA
ADVOGADO: VICTOR HUGO COELHO MARTINS
0000119 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5017006-86.2015.4.04.7201/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: LUIS FERNANDO SILVA DE CARVALHO
ADVOGADO: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
0000120 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000173-51.2018.4.90.0000/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
IMPETRANTE: GENY MARIA GAZZLEBR
ADVOGADO: RAFAEL MARIO FABIAN
IMPETRADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000121 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0525482-02.2016.4.05.8100/CE
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
REQUERENTE: IRENISIA TORRES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ
REQUERIDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFCE
0000122 RECLAMAÇÃO Nº 0000170-96.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
RECLAMANTE: ANDERSON PEREIRA XAVIER
ADVOGADO: WALTER DOS SANTOS PULICARPO DE OLIVEIRA
RECLAMADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
0000123 RECLAMAÇÃO Nº 0000105-04.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA
RECLAMANTE: NELCI DA SILVA LESSE
ADVOGADO: JANE LUCIA WILHELM BERWANGER
RECLAMADO: 1ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000125 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0556234-93.2004.4.03.6301/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: PEDRO BORSATO
ADVOGADO: ALDO SIMIONATO FILHO
ADVOGADO: CLARISSA CHRISTINA GONÇALVES BONALDO
ADVOGADO: CLÁUDIA REGINA PIVETA
ADVOGADO: DIOGO BITIOLLI RAMOS SERAPHIM
ADVOGADO: ERIKA ESCUDEIRO
ADVOGADO: FERNANDA FRAQUETA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: KAREN PASTORELLO KRAHENBUHL
ADVOGADO: SALINA LEITE QUERINO
ADVOGADO: SARA TAVARES QUENTAL
ADVOGADO: SIMONE JEZIERSKI
ADVOGADO: VANESSA CARDOSO XAVIER DA SILVEIRA
ADVOGADO: KELI MAINARDI
ADVOGADO: WILSON MIGUEL
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000126 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0170150-50.2014.4.02.5167/RJ
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: ERNANDES FERREIRA TORRES
ADVOGADO: ROLAND EDUARDO GARCIA DE ALMEIDA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000127 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0040200-85.2013.4.03.6301/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: JOSE CARLOS FERREIRA BARBOSA
ADVOGADO: FABIO FREDERICO DE FREITAS TERTULIANO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000128 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0010102-24.2007.4.03.6303/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOSE HELADIO CARAMELO
ADVOGADO: TEREZA CRISTINA MONTEIRO DE QUEIROZ
0000129 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0500096-61.2016.4.05.8102/CE
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: SEUTONIO FELIX DE SOUSA
ADVOGADO: CLAIRTON PEREIRA BRITO DUETE
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000130 RECLAMAÇÃO Nº 0000131-02.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
RECLAMANTE: VIVIANE SANTOS DOS SANTOS (PAIS)
ADVOGADO: MARTA VELOSO DE MENEZES (DPU)
RECLAMANTE: MARIA CLARA DOS SANTOS JOB (ABSOLUTAMENTE INCAPAZ (ART. 3º CC))
ADVOGADO: MARTA VELOSO DE MENEZES (DPU)
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000131 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0002866-43.2011.4.03.6315/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: BENEDITO RIZZATTO
ADVOGADO: MARCELO BASSI
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000132 RECLAMAÇÃO Nº 0000140-61.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
RECLAMANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
INTERESSADA: MARGARIDA FERREIRA CAL
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000133 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5051825-36.2016.4.04.7000/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: AURI GASTON DE CASTRO
ADVOGADO: ALFEU ELEANDRO FABIANE
ADVOGADO: CLAUDIONOR BARROS LEITAO (DPU)
0000134 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000156-15.2018.4.90.0000/RN
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
IMPETRANTE: CLEONICE LOPES DE SOUZA
ADVOGADO: ALEXANDRE MAGNO BASTOS FREIRE
IMPETRADO: PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA
IMPETRADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
0000135 RECLAMAÇÃO Nº 0000143-16.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
RECLAMANTE: JOSÉ MATICOLA SOBRINHO
ADVOGADO: ROBSON SEINO BIER DOS SANTOS
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000136 RECLAMAÇÃO Nº 0000122-40.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
RECLAMANTE: OLIVIO RODRIGUES GALVAO
ADVOGADO: ROBSON SEINO BIER DOS SANTOS
ADVOGADO: ERICK LOURENCETTI
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000137 RECLAMAÇÃO Nº 0000120-70.2018.4.90.0000/DF
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
RECLAMANTE: ANTONIO TEIXEIRA
ADVOGADO: ROBSON SEINO BIER DOS SANTOS
ADVOGADO: ERICK LOURENCETTI
RECLAMADO: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000138 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002156-46.2014.4.04.7206/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: JAIR PHILIPPI FILHO
ADVOGADO: ALON FABRE DE LIMA
REQUERIDO: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
0000139 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0049615-59.2008.4.01.3800/MG
RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
REQUERIDO: LUIZA TEREZINHA DE OLIVEIRA BORGES
ADVOGADO: JULIANA PEDROSA MONTEIRO
0000140 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0003076-19.1201.0.40.1330/BA
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: ANTONIO DAS NEVES RODRIGUES
ADVOGADO: JUREMA CINTRA BARRETO
0000141 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0002895-30.2014.4.01.3701/MA
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: EDINALVA GOMES MORAES MARINHO
ADVOGADO: CARLOS ALUISIO DE OLIVEIRA VIANA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000142 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002845-93.2015.4.04.7129/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: JAIR ORTIZ DA SILVA
ADVOGADO: ADRIANO SCHERER
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000143 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5000677-22.2017.4.04.7009/PR
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: MARISE APARECIDA PEDROSO
ADVOGADO: WILLYAN ROWER SOARES
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000144 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0008120-70.2010.4.03.6302/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: OSMAR GONCALVES DA CRUZ
ADVOGADO: DAZIO VASCONCELOS
ADVOGADO: ANDREA FABRINI CRUGER
ADVOGADO: LINIANI DE ASSIS REIS MIGLIORANCA
ADVOGADO: JOSE ARNALDO DE BELLO VIEIRA
ADVOGADO: EZEQUIEL GONCALVES DE SOUSA
ADVOGADO: JAQUELINE CRISTOFOLLI
ADVOGADO: MARIANA BIANCO COLIN
ADVOGADO: ANA ELISA LISERRE LEONE MALITTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ADVOGADO: ALINE VOLTARELLI
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000145 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0502010-08.2017.4.05.8303/PE
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: MARCILIO JOSE TENORIO DE FREITAS
0000146 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0003824-07.2017.4.01.4300/TO
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: NEUSA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: JOAO PAULO GONDIM PICANCO (DPU)
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000147 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0507545-06.2017.4.05.8500/SE
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: JOAO MENEZES
ADVOGADO: PEDRO PAULO RAVELI CHIAVINI (DPU)
0000148 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0021042-56.2009.4.01.4000/PI
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: FRANCISCO ALVES MACHADO
ADVOGADO: CLAUDIONOR BARROS LEITAO (DPU)
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000149 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5017250-15.2015.4.04.7201/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: FELIPE ARTHUR WINTER
ADVOGADO: DANIEL HENNING
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
0000150 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5017247-60.2015.4.04.7201/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: LEONARDO RODRIGUES ITACARAMBY BESSA
ADVOGADO: DANIEL HENNING
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
0000151 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0504238-19.2013.4.05.8101/CE
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: RICARDO JOSE BRITO BASTOS AGUIAR DE ARRUDA
ADVOGADO: CAROLINE MARIA FURTADO AGUIAR DE ARRUDA
0000152 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0018210-67.2015.4.03.6301/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
REQUERIDO: ZELIA MARIA DA CUNHA
ADVOGADO: CELIA PERCEVALLI
0000153 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0001916-63.2014.4.03.6336/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: JOEL ELEOTERIO
ADVOGADO: LUCIANO CESAR CARINHATO
0000154 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5059773-20.2016.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: ROSELAINE MONTEIRO
ADVOGADO: JOAQUIM FAVRETTO
REQUERIDO: VEROLINDA MONTEIRO
ADVOGADO: JOAQUIM FAVRETTO
0000155 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0008962-41.2010.4.01.3801/MG
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: OROTIDES MARIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARA DENISE FIRMINO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000156 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5002274-31.2014.4.04.7106/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: OCTACILDA DOS SANTOS
ADVOGADO: ALEXANDRE DORNELLES MARCOLIN
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: RUTH GONCALVES MOLINA
0000157 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0009307-27.2012.4.01.3901/PA
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: RAIMUNDA NONATA SOUZA LIMA
ADVOGADO: JOSEMI NOGUEIRA ARAUJO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000158 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5062538-66.2013.4.04.7100/RS
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: AURI SANTOS DE QUADROS
ADVOGADO: RENATO KLIX PEREIRA
0000159 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0047789-95.2008.4.01.3800/MG
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
REQUERIDO: CELIA ALINA MACHADO
ADVOGADO: JULIANA PEDROSA MONTEIRO
0000160 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0007426-64.2011.4.03.6303/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: NELSON ANTONELLI
ADVOGADO: JOSE ALEXANDRE FERREIRA
ADVOGADO: RENATA MINETTO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000161 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0001141-15.2013.4.03.6326/SP
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO RAMOS
ADVOGADO: EDSON ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCIO RODRIGO LOPES
ADVOGADO: WILSON ROBERTO INFANTE JUNIOR
ADVOGADO: DANIELLE BARBOSA JACINTO LAZINI
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0000162 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0511672-93.2017.4.05.8400/RN
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: MARIA FRANCISCO DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REQUERIDO: BANCO BMG S/A
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA
0000163 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5010296-07.2016.4.04.7204/SC
RELATOR: JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO
REQUERENTE: AGEU ANSELMO
ADVOGADO: ALAN LEVATI MACHADO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PEDIDOS DE VISTA DO SISTEMA VIRTUS:
PROCESSO: 0002747-81.2012.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA TERESA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: MILTON ALVES MACHADO JÚNIOR
OAB: SP-159986
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
PEDIDO DE VISTA REGIMENTAL: JUIZ RELATOR
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:0011249-83.2010.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ANA MARIA CESTARE GREGOLATE
PROC./ADV.:IVETE MARIA FALEIROS MACEDO
OAB:SP-204 303
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES
PEDIDO DE VISTA: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO:Urbana - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5018780-77.2012.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ROSA DAVID MENEGUETTI
PROC./ADV.:SHARLIZA KATHARY MOREIRA
OAB:PR-51310
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA
PEDIDO DE VISTA: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO:Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001263-54.2015.4.04.7001
ORIGEM:PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE:ERONDINA MARIA CORREA
PROC./ADV.:MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):LUIS EDUARDO BIANCHI CERQUEIRA
PEDIDO DE VISTA: RONALDO JOSÉ DA SILVA
ASSUNTO:Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502846-86.2014.4.05.8302
ORIGEM:PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE:FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE,
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):OSVALDO MACIEL
PROC./ADV.:NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR
RELATOR(A): SÉRGIO MURILO QUEIROGA
PEDIDO DE VISTA: RONALDO DESTÊRRO (SUCESSOR)
ASSUNTO:Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0038329-25.2010.4.03.6301
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:LUCIA ALVES
PROC./ADV.:DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI
PEDIDO DE VISTA: FÁBIO CESAR OLIVEIRA (SUCESSOR)
ASSUNTO:Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
DEMAIS PROCESSOS PAUTADOS NO SISTEMA VIRTUS:
PROCESSO:5012347-49.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZILDA SANTIAGO ALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Atos Administrativos - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0005223-04.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CLAYTON VALVERDE ROCHA
PROC./ADV.: LUIZ FRANCISCO CORREA DE CASTRO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
ASSUNTO: Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5010072-89.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CENIRA PAUMANN
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0500165-66.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INÁCIO AUGUSTO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:0506768-21.2012.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: PEDRO FERREIRA NETO
PROC./ADV.: GERSON MOUSINHO DE BRITO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): LUISA HICKEL GAMBA
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:0504799-79.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEBASTIÃO ROSADO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: MARGNOS KELI NOÉ LIRA SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2013.51.54.003557-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JUAREZ JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501445-43.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA...
REQUERENTE: RAIANE MAIARA MEDEIROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA...
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500818-56.2011.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ LESIONOR ANTUNES DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501955-52.2011.4.05.8308
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ELIANE CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERENTE: ETELVINA MARIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000033-22.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: FRANCISCA DE JESUS DANTAS - REPRESENTADA POR KESSIA RAQUEL DANTAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
RECLAMADO(A): PRESIDENTE DA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE
LITISCONSORTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0511155-19.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALEXANDRE SANTOS MONTEIRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0514001-97.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: IVALDO VICENTE FERREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5006087-53.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EUNICE SOARES DE SOUZA
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA DUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2013.51.51.026961-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: PAULO CESAR CLEMENTINO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
ASSUNTO: Restabelecimento - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0002632-31.2006.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROQUE MOURA SALES
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2009.36.00.702321-5
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARILDO SANTANA
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR
RELATOR(a): LUISA HICKEL GAMBA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5014465-13.2011.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MAGALI ANTONIO CANSAN ROSSI
PROC./ADV.: JULIANA ZANUZ ANEZI
PROC./ADV.: RODRIGO PEDRONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001624-42.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOAO OECH DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): LUISA HICKEL GAMBA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5021762-58.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSE NILTON SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: DECIO SCARAVAGLIONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
ASSUNTO: Assistência Judiciária Gratuita - Partes e Procuradores - Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO: 2009.51.01.008941-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
EMBARGANTE: WILMA XIMENES CARNEIRO
PROC./ADV.: FREDERICO IVAR CARNEIRO
EMBARGADA: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
ASSUNTO: Aposentadoria - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

Brasília-DF, 31 de agosto de 2018.
RAUL ARAÚJO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária da Turma

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 27, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

A PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 14 da Lei 6.091/74, resolve:

Art. 1º Instalar, nos termos do disposto na Lei 6.091/74, a Comissão Especial de Transporte e Alimentação composta por:

1) Nilton Santana Oliveira - PT/DF
2) Robson Rui Saraiva - PT/DF
3) Raimundo Lúcio Lima da Silva - PT/DF
4) Jean Carlos de Sousa - PSDB/DF
5) Lairton Vieira de Santana - PSDB/DF
6) Gustavo de Lima - PSDB/DF

Art. 2º Ficam à disposição dos integrantes dessa Comissão, para prestar informações e esclarecimentos, as servidoras Edivan Ismael dos Santos (CSEG) e Cláudia Maria Leite (VPCRE).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª. CARMELITA BRASIL
Presidente do Tribunal

Des. WALDIR LEÔNCIO CORDEIRO LOPES JÚNIOR
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.631, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no artigo 5º da Resolução nº 47, de 28 de março de 2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que autoriza a Administração a proceder à alteração de áreas de atividades e/ou especialidades de cargos vagos, bem como criar novas especialidades para atender às necessidades do serviço;

Considerando que inexiste concurso público para servidores em andamento neste Tribunal;

Considerando o Ato CSJT nº 193, de 9 de outubro de 2008, que estabelece as descrições das atribuições e os requisitos para ingresso nos cargos efetivos dos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais do Trabalho e

Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 18.162/2018, resolve:

ad referendum do Egrégio Tribunal Pleno:

Incluir a Especialidade Segurança ao cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente desta Corte, vago em decorrência de aposentadoria da servidora Divina Xavier de Bastos, conforme Portaria TRT GP/SGPe nº 157/2018, publicada no Diário Oficial da União, em 07/02/2018, passando o cargo a denominar-se Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança.

Publique-se no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Des. PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 796, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413, de 19 de janeiro de 2012, em virtude da decisão judicial prolatada no dia 16 de agosto de 2018, nos autos do processo nº 5034350-96.2018.4.04.7000, em trâmite na 1º Vara Federal de Curitiba, que declarou a nulidade do Acórdão COFFITO nº 792/2018, e determinou a manutenção dos gestores que já ocupavam a Diretoria do CREFITO-8 até o fim do processo eleitoral ou até nova decisão fundamentada e pública do COFFITO, resolveu pela adoção da medida interventiva, após superação de questão de ordem posta pelo presidente do COFFITO diante do protocolo do Ofício CREFITO-8/GAPRE nº 008718 pelo advogado do CREFITO-8 que não permaneceu para o acompanhamento da reunião, o que fez nos seguintes termos:

QUESTÃO DE ORDEM: O ofício CREFITO-8/GAPRE nº 0087/18, que foi protocolizado às 14h:24min do dia 29 de agosto de 2018 requer o adiamento ou cancelamento da reunião, o que foi rejeitado, na forma da manifestação jurídica, que foi acolhida pelos Conselheiros, pelas seguintes razões: "i) o Conselho Federal de Fisioterapia instaurara procedimento administrativo, como de praxe, para a análise do Ofício GAPRE CREFITO-8 nº 0070/2018, protocolizado em 18 de julho do COFFITO, por meio da Portaria nº 960, de 26 de julho de 2018, que inclusive se encontra juntada aos autos do processo judicial nº 5034350-96.2018.4.04.7000, ainda na data da ciência da decisão liminar que declarou nulo o Acórdão COFFITO nº 792/2018, ocasião em que igualmente foi juntada a ata da última reunião, sendo que até o momento o CREFITO-8 não solicitara cópia dos termos do processo administrativo, que prontamente deve ser deferido; ii) que muito embora o manifestante, pelo ofício invoque princípios constitucionalmente abrigados como a ampla defesa e o contraditório no caso concreto o procedimento administrativo não se instala em ambiente controvertido e não se hostiliza o CREFITO-8 ou quaisquer de seus gestores, na condição de administrador versus administrado, não se retirando direitos, na medida em que o exercício da representação se prende aos limites republicanos, dentre eles a temporariedade dos mandatos e, portanto, tratando-se apenas de procedimento informado pelo necessário princípio da oficialidade administrativa, em que cabe a administração diligenciar na guarda e formalização de seus documentos, tratando-se a reunião plenária apenas para nova apreciação de um fato, fim da gestão do CREFITO-8, ante a faculdade concedida na decisão judicial que claramente permitiu a repetição do ato desde que dele constasse a motivação e publicidade; iii) que a decisão a ser tomada sobre a manutenção ou não dos gestores é uma opção discricionária da administração do COFFITO, na medida em que, com a intervenção se atrai a responsabilidade administrativa subsidiária ao órgão nacional e, assim, não se pode impor a responsabilidade ao agente público sem que se lhe defira a possibilidade de escolher a conduta a ser adotada e, por conseguinte, incumbe ao Conselho, cabendo a este em adstrito cumprimento da r. decisão judicial, publicar no órgão oficial a motivação outrora já constante do procedimento, caso seja a opção administrativa, a manutenção da decisão; iv) a reunião plenária fora

convocada no dia 23 de agosto e informada ao Juízo da 1º Vara Federal de Curitiba, por meio eletrônico, juntando-se naquela ocasião a convocação dos Conselheiros; v) que não há previsão para a pratica de qualquer ato por parte dos gestores mantidos, provisoriamente, pela decisão judicial, que foram informados para que acompanhassem a nova reunião plenária se quisessem, não havendo no Ofício do COFFITO que informou a ocorrência da reunião o caráter de intimação para a prática de qualquer ato; vi) que, ainda sim, mesmo não estando intimados para a pratica de ato na reunião plenária extraordinária, tem se que na forma do § 5º do art. 26 da Lei Federal nº 9.784/99 a presença do advogado do CREFITO-8, minutos antes da reunião, conforme certidão e protocolo por empregado do COFFITO demonstrou o conhecimento inequívoco de que o ato seria praticado, restando suprida eventual nulidade, mesmo porque se trata de advogado representante jurídico daquele órgão fracionário." Assim, afastou o Plenário, por unanimidade, a questão prejudicial.

DA REANÁLISE DO OFÍCIO CREFITO-8/GAPRE nº 0070/2018 E DAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS APÓS A DECISÃO JUDICIAL CONTIDA NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 5034350-96.2018.4.04.7000: O Plenário do COFFITO, por maioria, decidiu pela intervenção administrativa, nos termos dos fundamentos do Parecer Jurídico nº 221/2018:

II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS;

A) Da Extensão da Medida Judicial;

2.1 Conforme se verifica do dispositivo do comando judicial acima consignado restou determinado, alternativamente, a manutenção da diretoria que busca mais uma reeleição até a conclusão do processo eleitoral OU a manutenção de tais gestores até que sobrevenha decisão fundamentada do COFFITO.

2.2 Com isso resta evidente que o Juízo ao anular o ato entregou ao Plenário do COFFITO a opção de adotar nova decisão, desde que fundamentada, o que somente é possível com a reanálise do caso, suprindo eventuais falhas. Logo, não há qualquer ilegalidade ou desacerto em pautar a matéria para o Plenário do COFFITO proceder uma nova avaliação, visto que o Acórdão nº 792/2018 restou fulminado por decisão judicial, permitindo assim como admitira a própria nota de esclarecimento do CREFITO-8 sobre a tomada de nova decisão.

B) Da Intervenção;

2.3 Os Conselhos Profissionais são autarquias corporativas, de regime jurídico de direito público, nos termos do que já definiu o Pretório Excelso na oportunidade do julgamento da ADI nº 1.717/DF. Tal decisão, de natureza vinculante, igualmente reposicionou os sistemas das várias profissões regulamentadas no Brasil. Na oportunidade, o STF definiu que os Conselhos Profissionais gozam de autonomia administrativa e financeira e esta tem sido a tônica dos posicionamentos desta Procuradoria Jurídica.

2.4 Ressalva-se à autonomia administrativa e financeira a supervisão hierárquica contida seja na Lei nº 6.316/75, incluindo aí a observância das normas infra legais que regulam o sistema COFFITO/CREFITOs, editadas pelo Conselho Federal. Ou seja, perdura a necessidade de observar as normas emanadas pelo COFFITO, entre estas as normas que regulam o processo eleitoral, Resolução COFFITO nº 369/2009 e suas alterações.

2.5 No caso concreto o Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba identificou, em seu entendimento, que o COFFITO teria violado os Princípios da Motivação e da Publicidade, razão pela qual declarou nulo, ou seja, sem efeito o Acordão nº 792/2018, determinando a permanência dos gestores do CREFITO-8 na gestão provisória do CREFITO até que se ultime as eleições OU que o Plenário do COFFITO adote nova decisão expondo as motivações e dê ampla publicidade.

2.6 Obviamente que o Acordão nº 792/2018 expressara na sua publicação apenas e tão somente aquilo que julgara essencial da reunião havida em 06 de agosto de 2018 e que a publicação conforme de praxe se dera por meio de publicação no Diário Oficial da União no dia seguinte a decisão e, ao tempo do ajuizamento da ação proposta, o COFFITO ainda não havia disponibilizado de fato em seu sítio eletrônico o referido Acórdão, que frise-se possui tal site apenas o caráter meramente informativo.

2.7 A respeito da intervenção tenho que seu fundamento legal encontra-se claramente delineado na Lei nº 6.316/75, in verbis:

Art. 5º Compete ao Conselho Federal:

(...);

IV - organizar, instalar, orientar e inspecionar os Conselhos Regionais e examinar suas prestações de contas, neles intervindo desde que indispensável ao restabelecimento da normalidade administrativa ou financeira ou a garantia da efetividade do princípio da hierarquia institucional;

2.8 Veja que a medida interventiva está prevista na Lei Federal e já foi amplamente utilizada no Sistema, não havendo, em verdade, outra medida em caso de término dos mandatos que não conte com a anuência do COFFITO.

2.9 Explica-se!

2.10 A medida interventiva é sempre de caráter excepcional e somente tem espaço, em clara compatibilização com que determinou o Pretório Excelso (autonomia administrativa e financeira), em situações como a que passa o CREFITO-8, em que este CREFITO passou a não ter mais um gestor, o que ocorrera no último dia 19 de agosto de 2018, o que configura, a toda evidência uma situação de anormalidade administrativa.

2.11 Para tais situações de anormalidade é que se tem o instrumento da intervenção administrativa, que em sua gênese, apesar da força da palavra nada de grave se perpetra. Ao contrário, o que se tem é apenas uma transição, com a gestão do COFFITO de um dos CREFITOS até que se ultimem as eleições naquela circunscrição. Nada, além disso! Logo, em todos os casos a gestão se dá no âmbito administrativo e financeiro, restando suspensa algumas atividades por falta de colegiado do Conselho Regional.

2.12 Aliás, frise-se que sempre houve a denominada intervenção, mesmo em situações anteriores em que se firmava um Termo de Ajustamento de Conduta, opção levantada pelos então interventores e também candidatos. Isso porque, tal qual já manifestado no dia 06 de agosto, o TAC sempre dependeu da anuência do COFFITO, pois que no entender do próprio Ministério Público Federal a extensão dos mandatos ou manutenção dos gestores sempre dependeu necessariamente do COFFITO, vez que tal situação não deixa de configurar uma medida interventiva, ainda que com a delegação de poderes do COFFITO aos gestores que já estavam no Conselho Regional respectivo.

2.13 Outrora a medida anulada o tenha sido não por fundamento na legalidade em si quanto a adoção da medida interventiva, mas por falta da necessária motivação, fato é que nos últimos anos este Plenário, principalmente a atual composição do COFFITO não vem entendendo pela manutenção dos gestores que estivessem disputando as eleições.

2.14 Eis situações similares em que se dera a intervenção:

PORTARIA nº 338, DE 23 DE MARÇO DE 2016

(...)

II - a atribuição legal insculpida no artigo 5º, IV da Lei Federal nº. 6.316/75;

III - a reconhecida, juridicamente adequada e a recíproca autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Regionais em face do COFFITO;

IV - que o pilar de tal segregação funcional sustenta-se no exercício legítimo e legal de funções públicas exercidas por Conselheiros Eleitos na forma da lei de regência do sistema (Lei Federal nº. 6.316/75);

V - o estado de vacância administrativa do CREFITO-3 propiciado pela não conclusão, até a presente data, do processo eleitoral já deflagrado anteriormente;

(...)

VII - a Decisão tomada no dia 22/03/2016, nos autos do procedimento preparatório nº 1.34.001.007349/2015-3, comunicada pelo Ofício nº 4231/2016-GABPR 34/RADD, que oficiou no sentido de que o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO intervenha no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional até que se restabelece a normalidade administrativa;

(...);

Art. 1º Promover, ad referendum do Plenário do COFFITO, a imediata INTERVENÇÃO na administração do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3º REGIÃO - CREFITO-3, cuja a competência e atribuições regular-se-ão nos termos da presente Portaria e em outros atos administrativos praticados pelos órgãos do COFFITO.

(...);

PORTARIA nº 866, DE 22 DE JUNHO DE 2018

(...);

II - a atribuição legal insculpida no artigo 5º, IV da Lei Federal nº. 6.316/75;

III - a reconhecida, juridicamente adequada e a recíproca autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Regionais em face do COFFITO;

IV - que o pilar de tal segregação funcional sustenta-se no exercício legítimo e legal de funções públicas exercidas por Conselheiros Eleitos na forma da lei de regência do sistema (Lei Federal nº. 6.316/75);

V - o estado de vacância administrativa do CREFITO-5 propiciado pela não conclusão, até a presente data, do processo eleitoral já deflagrado anteriormente;

(...);

VII - a manifestação do Ministério Público Federal no sentido de que "incumbe ao COFFITO, observada a legislação pertinente, adotar providências para resolver o problema da ausência de dirigentes eleitos que possam assumir a administração do CREFITO-5 após o término do mandato da atual gestão; que o Ministério Público Federal não se opõe, em princípio, à intervenção no CREFITO-5, no caso de vacância e com base no inciso IV do art. 5º da Lei nº 6.316/75, se este for entendimento do COFFITO";

VIII - que o Ministério Público Federal, em reunião com a Procuradoria do COFFITO, recomendou "ao COFFITO que, no prazo mais breve possível, visto que se está na iminência do término do mandato da atual gestão, adote as medidas cabíveis para que não haja descontinuidade da administração do CREFITO-5";

IX - que a gestão do CREFITO-5 requereu, no âmbito do Inquérito Civil Público nº 1.29.000.001202/20018-32, ao Ministério Público Federal e ao COFFITO um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), porém, o Ministério Público Federal manifestou o entendimento de que, "em princípio não haveria razão para a celebração de um TAC entre Ministério Público Federal, o COFFITO e o CREFITO" para regular eventual vacância";

X - que a intervenção é fruto de determinação legal e que o COFFITO já promoveu intervenção em Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, por força da Lei nº 6.316/75, de forma temporária, em situações análogas à presente;

XI - a impossibilidade material de se convocar o Plenário do COFFITO para as presentes deliberações e decisões em tempo hábil para deliberação sobre a intervenção no CREFITO-5, bem como a possibilidade regimental desta Presidência em adotar medidas urgentes, ad referendum, do Plenário do COFFITO, resolve:

Artigo 1º - Instituir a COMISSÃO PROVISÓRIA de caráter ESPECIAL (CPE) com a finalidade de promover a gestão administrativa, política e financeira do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 5ª REGIÃO - CREFITO-5, a partir do dia subsequente ao término do mandato da atual gestão, cuja competência e atribuições regular-se-ão, nos termos da presente Portaria.

(...)

ACÓRDÃO Nº 787, DE 29 DE JUNHO DE 2018

"O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413, de 19 de janeiro de 2012, em virtude da necessidade de manter os serviços públicos indispensáveis e em atendimento a solicitação do próprio Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região, constante do Ofício Presidência nº 458/2018 em que informa o fim do mandato sem que se pudesse ultimar todos os atos eleitorais para as eleições dos novos gestores no referido Conselho Regional, decidiram os Conselheiros Federais, por unanimidade de votos, aprovar a intervenção no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, na forma do art. 5º, inciso IV da Lei nº 6.316/75, que deverá durar até que sejam eleitos os novos gestores do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região.

ACORDAM que a intervenção será regulada por Portaria da Presidência do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, na forma regimental."

2.15 As situações acima elencadas configuraram a efetivação da hipótese legalmente prevista no inciso IV do art. 5º da Lei nº 6.316/75. Aliás, a intervenção é uma competência legal do COFFITO sendo, evidentemente, vedado ao gestor sua renuncia na forma do art. 2º, parágrafo único, II da Lei nº 9.784/99, in verbis:

Art. 2° A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...);

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

2.16 Em todas as hipóteses acima, casos da história recente (atual composição do COFFITO - 2016 a 2020), tem o Plenário mantido o entendimento de que a manutenção nos cargos após esgotado o mandato não seria a melhor medida, visto que em tal qual no caso do CREFITO-8, os gestores nas ocasiões dos atos administrativos acima elencados nada mais são do que candidatos e aspiram permanecer no exercício dos cargos de Conselheiros.

2.17 Tal situação seria diversa, reconhece-se, caso somente concorresse apenas uma única agremiação a reeleição, o que justificaria um posicionamento pela continuidade dos então gestores por meio de termo de ajustamento de conduta, o que a toda evidência não é o caso do CREFITO-8, o que se subsume do próprio Ofício GAPRE CREFITO-8 nº 0070/2018 e dos autos do processos eleitoral com o qual tomara contato o COFFITO na ocasião do julgamento do recurso julgado no último dia 18 de junho de 2018.

2.18 O posicionamento mais atual do COFFITO quanto a não manutenção de candidatos em gestão provisória, no meu sentir, é discricionário , restando pautado no Princípio Constitucional da Impessoalidade (art. 37, caput, da Constituição Federal).

2.19 Isso porque, a Lei concedera ao COFFITO um poder - dever, qual seja o de intervir nos casos de anormalidade administrativa, ou seja, cabe ao COFFITO, de forma excepcional e episódica, a gestão do Ente Regional até que se ultime as eleições, com a anuência ou não para a extensão de mandatos. Veja que as decisões anteriores do COFFITO pelo afastamento dos gestores que ambicionam uma reeleição, ou até duas ou mais (CREFITO-8), traduz em prática um posicionamento inquestionável diante daquele que não é gestor do conselho, mas também concorre aos cargos, que poderia questionar o porquê de não o ser também escolhido para tal gestão provisória.

2.20 Na mesma medida, além de tornar impessoal sob o viés do adversário, da agremiação concorrente dos gestores que visam a sua reeleição, que obviamente merece igual tratamento do COFFITO, resta igualmente inquestionável a medida em relação a posição no próprio processo eleitoral, pois que se impede que o então interventor aspirante ao cargo reste tentado a praticar atos que podem ser confundidos pelos eleitores como atos de gestão eleita, que somente resta plena de legitimidade durante o curso do mandato, que no caso concreto se exauriu em 19 de agosto de 2018.

2.21 O afastamento dos candidatos da gestão, em período sob a gestão do COFFITO, evita, por exemplo, o que ocorreu nos autos, caso em que se constatou uma prestação de contas que o interventor logo no início da intervenção, no dia 20 de agosto, lançou em seu sítio eletrônico, conforme simples acesso do sitio do CREFITO-8. Ora, não discute o mérito das tais contas ou das ações que lá são elencadas durante a gestão dos interventores, mas qual o objetivo de tal medida por um gestor que apenas está provisoriamente no comando da autarquia até que se procedam as eleições, ainda mais quando este mesmo gestor, agora interventor, deseja ocupar futuramente o cargo, sagrando-se vencedor em futura eleição.

2.22 Na lição da melhor doutrina me parece ser o caminho mais adequado, sob a ótica da impessoalidade que o juízo de oportunidade e de conveniência formulado, inclusive, sob o peso da responsabilidade administrativa do órgão máximo da autarquia e dos seus integrantes, o Plenário, considere como medida salutar o afastamento de todos os interessados no processo eleitoral, como fizera em ocasiões similares. Senão vejamos a lição o Ilustre José Carvalho dos Santos Filho sobre o Princípio da Impessoalidade:

"O princípio objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica. Nesse ponto, representa uma faceta do princípio da isonomia. Por outro lado, para que haja verdadeira impessoalidade, deve a Administração voltar-se exclusivamente para o interesse público, e não para o privado, vedando-se, em consequência, sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018090300166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

outros e prejudicados alguns para favorecimento de outros. Aqui reflete a aplicação do conhecido princípio da finalidade sempre estampado na obra dos tratadistas da matéria, segundo o qual o alvo a ser alcançado pela Administração é somente o interesse público, e não se alcança o interesse público se for perseguido o interesse particular, porquanto haverá nesse caso uma atuação discriminatória."

2.23 Portanto, o afastamento de quaisquer interessados preserva, a um só tempo, o processo eleitoral, garantindo a igualdade de oportunidades entre os concorrentes e principalmente constitui uma salvaguarda da própria Autarquia que permanecerá sob os auspícios do Conselho Federal sendo gerida por profissionais, de regra Conselheiros Federais como tem sido a praxe administrativa, completamente independentes das aspirações locais dos até então gestores, ora candidatos. As responsabilidades nesse período passarão obviamente ser do COFFITO, mais precisamente da Comissão a ser designada para a gestão do CREFITO-8.

2.24 Portanto, o afastamento dos principais protagonistas do processo eleitoral traz indubitável condição de impessoalidade e preserva, nessa quadra, a necessária posição de imparcialidade do COFFITO, que reconhecidamente é também o ente recursal e homologador do próprio processo eleitoral em curso, na forma da Resolução COFFITO nº 369/2009 e suas alterações. Aliás, nesse sentido registra-se que aportou na subsede do COFFITO, dia 27/08/2018, recursos em incidentes de campanha irregular de ambas as chapas em face de decisão da Comissão Eleitoral. Ainda pende de análise tais recursos, porém, nos termos do regulamento eleitoral tais recursos tem o condão de suspender o próprio processo eleitoral.

2.25 Impõe-se assim, já que a intervenção administrativa é competência legal do COFFITO a equidistância da supervisão hierárquica necessária entre a atividade dos nomeados para a gestão provisória e eventuais profissionais componentes de chapas que terão suas pretensões eleitorais eventualmente submetidas ao julgamento do COFFITO, como já registrado. Assim, ainda que discricionária a opção pelos gestores é de todo indicado que os protagonistas do processo eleitoral não sejam os mesmos escolhidos pelo COFFITO, futuro avaliador do processo eleitoral para a atuação em nome deste Conselho Federal.

2.26 Ainda e não menos importante a análise do que ostenta o Ofício GAPRE CREFITO - 8 n.º 70/2018, da lavra do ex presidente e agora interventor do CREFITO-8. Em verdade, como já dito, não fora o COFFITO ou a Comissão Eleitoral que provocaram a vacância, com a atuação deste ou daquele órgão. Em verdade, como já dito, o recurso fora julgado em prazo razoável, não se podendo afirmar que o COFFITO não observara o prazo da Lei nº 9.784/99 (art. 58, § 1º e 2º), para o julgamento de recursos em geral, que é de 30 dias prorrogável por igual período para o julgamento de recurso (restando o processo definitivamente protocolizado no COFFITO no dia 07 de maio, julgado em 18 de junho e com a publicação do Acordão nº 783 em 25 de junho de 2018), findando a atividade recursal em menos do limite da Lei do Processo Administrativo Federal.

2.27 Repise-se que como se sabe a medida interventiva não se desfere contra o gestor anterior, muito pelo contrário, trata-se apenas e tão somente de um período de transição em que cabe a decisão sobre os rumos da Autarquia Regional ao COFFITO, que pode inclusive decidir pela manutenção dos gestores que estavam no poder até o fim do mandato como já assinalado, o que não tem sido a praxe pelas razões acima sustentadas, cabendo, se mantido os posicionamentos anteriores do Plenário a nomeação de outros profissionais para a manutenção e continuidades dos serviços públicos completamente alheios ao processo eleitoral em curso, a fim de que se mantenha os princípios da impessoalidade administrativa e porque não dizer da própria moralidade administrativa, da paridade de armas e do republicanismo.

III - CONCLUSÃO

Ante todo o exposto opina:

1) Pela possibilidade de que o COFFITO adote nova medida interventiva, cabendo a escolha dos gestores ao próprio COFFITO, uma vez que a decisão judicial concedera tal alternativa ao Plenário do COFFITO;

2) Que considerando o art. 5º, inciso IV da Lei nº 6.316/75 poderá o COFFITO intervir nos Conselhos Regionais em caso de situações de excepcionalidade administrativa, como é o caso de vacância (ausência de gestores eleitos);

3) Que havendo adoção de medida interventiva, que em homenagem ao Princípio da Impessoalidade e ao Princípio do Republicanismo que o COFFITO mantenha os posicionamentos sufragados em situações análogas, com a nomeação de gestores independentes e não participantes do processo eleitoral ou ligados a quaisquer candidatos, como se dera em ocasiões anteriores;

4) Que em observância a decisão judicial nos autos do processo nº 503435-96.2018.4.04.7000, que além da publicidade legal que se dê o máximo de visibilidade a decisão a ser tomada no próximo dia 29 de agosto de 2018.

É o parecer."

ACORDAM os Conselheiros Federais receberem o Ofício CREFITO-8/GAPRE nº 0087/18 como uma questão de ordem, uma vez que o advogado do CREFITO-8 apenas protocolizou o Ofício sem participar da reunião, para, adotando como razões de decidir os fundamentos trazidos na manifestação jurídica, e, assim, rejeitar a possibilidade de adiamento ou cancelamento da reunião, bem como deferir de imediato a reprografia e envio de cópia dos autos do procedimento administrativo.

ACORDAM os Conselheiros Federais, acolhendo o Parecer Jurídico nº 221/2018 e incorporando-o como as razões do Plenário para decidir, na forma do art. 50, § 1º, da Lei Federal nº 9.784/99, por maioria dos votos, pela decretação da intervenção administrativa de caráter episódico até que sejam ultimadas as eleições do CREFITO-8, estando pendente de eficácia o presente Acórdão à edição e publicação de portaria regulamentadora pela Presidência do COFFITO na forma regimental que designará a comissão de profissionais que não estão envolvidos no processo eleitoral do CREFITO-8, em homenagem ao princípio constitucional da impessoalidade, moralidade e republicanismo, para o exercício dos cargos de diretores do CREFITO-8 até a posse da nova gestão a ser eleita para o quadriênio 2018-2022;

ACORDAM ainda que a referida decisão Plenária deverá informada ao Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, nos autos do processo nº 5034350-96.2018.4.04.7000.

QUÓRUM: Dr. Roberto Mattar Cepeda - Presidente; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva - Diretor-Secretário; Dr. Wilen Heil e Silva - Diretor-Tesoureiro; Dra. Daniela Lobato Nazaré Muniz; Dra. Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão; Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo.

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 28, DE 22 DE AGOSTO DE 2018

O Presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo - CORE-SP, no uso das suas atribuições regimentais, mormente as que dizem respeito às alíneas "d" e "k" do art. 26, do Regimento Interno alterado no dia 15 de dezembro de 2011, Ata da 4.153ª Reunião do CORE-SP, homologado pelo CONFERE no dia 16 de fevereiro de 2012, protocolado, prenotado e registrado em microfilme sob o nº 1.278.170, em 02/04/2012, no Cartório do 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital. resolve:

Instituir o benefício de auxílio-refeição, sem caráter retroativo aos estagiários do CORE-SP. O benefício será pago mensalmente correspondendo a R$ 20,00 (vinte reais) por dia útil estagiado pelo estagiário. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

SIDNEY FERNANDES GUTIERREZ

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
http://www.in.gov.br